



**Anais Eletrônicos do III Seminário Dimensões da Política na História:
Culturas Políticas, Redes Sociais e Relações de Poder**



Juiz de Fora
30 novembro a 02 de dezembro de 2010

**Silvana Mota Barbosa
Alexandre Mansur Barata
Jefferson Cano
Maria Fernanda Vieira Martins
(Organizadores)**

**Anais Eletrônicos do III Seminário Dimensões da Política na História: Culturas Políticas,
Redes Sociais e Relações de Poder**

Juiz de Fora

2011

Comissão Organizadora:

Núcleo de Estudos em História Social da Política
Profa. Silvana Mota Barbosa (UFJF)
Prof. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Profa. Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF)
Prof. Jefferson Cano (UNICAMP)

Promoção:

Núcleo de Estudos em História Social da Política

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em História da UFJF
Departamento de História da UFJF
Instituto de Ciências Humanas – UFJF
FAPEMIG

Observação: A adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Seminário Dimensões da Política na História: Culturas Políticas, Redes Sociais e Relações de Poder (2 : 2010 nov 30; dez 01-02 : Juiz de Fora, MG)

Anais Eletrônicos / III Seminário Dimensões da Política na História: Culturas Políticas, Redes Sociais e Relações de Poder ; Silvana Mota Barbosa, Alexandre Mansur Barata, Maria Fernanda Vieira Martins, Jefferson Cano, organizadores.

403 p.

1. Historiografia – Congressos. I. Barbosa, Silvana Mota. II. Barata, Alexandre Mansur. III. Cano, Jefferson. IV. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. V. Título.

CDU 981

SUMÁRIO

Apresentação	
Comunicações de Pesquisa	
André Alexandre Guimarães Couto - <i>Letras em Jogo: a Imprensa Esportiva Carioca no início da década de 1930</i>	
André Pereira Guiot - <i>O PSDB e a contrarreforma neoliberal nos anos 90</i>	
Bruna Melo dos Santos - <i>Hipólito da Costa: uma figura ambígua ou mal interpretada?</i>	
Camila Pereira Martins - <i>Cultura política em Juiz de Fora na Primeira República: as Associações de Ofício e suas festas</i>	
Carla Beatriz de Almeida - <i>O Supremo Tribunal de Justiça como objeto e o uso da prosopografia como método</i>	
Carlos Leonardo Kelmer Mathias e Jonathas de Freitas Santos - <i>Uma hierarquia fluída: notas acerca de algumas redes de reciprocidade formadas entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, 1711 – 1756</i>	
Eder da Silva Ribeiro - <i>Os conselheiros do Imperador D. Pedro I: formação e afirmação de um grupo homogêneo</i>	
Elaine Leonara de Vargas Sodré - <i>Quando a deusa cega serve a dois senhores... A magistratura brasileira entre o poder estatal e o poder local (1833-1871)</i>	
Fabiana Aparecida de Almeida - <i>Opinião pública e patrimônio cultural: as mudanças de perspectiva</i>	
Fábio Francisco de Almeida Castilho - <i>Movimento separatista no Sul de Minas: as aspirações de um movimento insólito</i>	
Fernanda Fioravante - <i>Redes de poder: alianças e governabilidade no processo de implantação do poder régio nas Minas, c. 1711 – c. 1750</i>	
Filipe Queiroz de Campos - <i>Associativismo imigrante: Pantaleone Arcuri e os italianos na cidade de Juiz de Fora</i>	
Gislene Edwiges de Lacerda - <i>Memórias estudantis: o movimento</i>	

<i>estudantil juizforano durante a transição democrática (1974 – 1984)</i>	
Jefferson José Queler - <i>Golpista antes de ensaiar o golpe?: considerações sobre a polêmica da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República</i>	
José Leandro Peters - <i>Reflexos de uma disputa nacional: a repercussão da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida nos periódicos de Juiz de Fora.</i>	
Loque Arcanjo Júnior - <i>Francisco Curt Lange e o modernismo musical no Brasil (1930-1946): identidade nacional, política e diálogos musicais sobre a nação</i>	
Luiz Fernando Rodrigues Lopes - <i>Negócios, irmandade e vizinhança: as sociabilidades dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga (1753-1801)</i>	
Marcos Antonio Tavares da Costa - <i>As Forças Armadas e a projeção do poder político brasileiro para além de nossas fronteiras: um estudo comparativo entre a 2ª Guerra Mundial e as Missões de Paz da ONU.</i>	
Maria Elisa Ribeiro Delfim - <i>Apontamentos sobre a elite política sanjoanense (1808-1822)</i>	
Mariana Eliane Teixeira - <i>A contribuição do conceito de Cultura Política ao debate sobre a construção da imagem do imigrante ideal</i>	
Mateus da Rocha Reis - <i>Propostas para extinguir a escravidão: uma análise das obras de Benjamin Fontana e Maria Josephina</i>	
Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro - <i>A participação dos médicos na política de saúde brasileira: considerações sobre a participação desses profissionais no sistema suplementar de saúde brasileiro</i>	
Pablo Rodrigues Marques - <i>Manifestações ilustradas no Rio de Janeiro dos vice-reis: As agremiações científico-literárias</i>	
Pedro Paulo Aiello Mesquita - <i>As relações de poder na Companhia Petropolitana de Tecidos (1873-1945)</i>	
Priscila da Costa Pinheiro - <i>O sentimento pátrio e as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)</i>	
Priscila Musquim Alcântara - <i>A influência da Escola de Engenharia de Porto Alegre na trajetória política de Yêddo Fiúza.</i>	
Raimundo César de Oliveira Mattos - <i>A cultura política no oitocentos no Vale do Paraíba Fluminense – o caso de Manoel Antonio Esteves em Valença</i>	

Raquel Barroso Silva - *À Leitora: o papel da mulher nas crônicas de França Júnior*

Renato João de Souza - *Culturas políticas: desafios e potencialidades*

Sérgio Augusto Vicente - *Sob os conselhos do Estado: uma análise dos pareceres do Conselho de Estado sobre os estatutos de associações científicas, literárias e de instrução erigidas na capital do Império brasileiro (1860-1882)*

Tarcísio de Souza Gaspar - *Boatos e Murmurações nas Minas da segunda metade do século XVIII: opinião pública e inconfidências*

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale - *Justiça Eleitoral e consolidação democrática: um estudo histórico*

Tiago Almeida Zebende - *O Quinto Império no Segundo Reinado: as idéias de Patroni, um filósofo profeta.*

APRESENTAÇÃO

O III Seminário *Dimensões da Política na História: Culturas Políticas, Redes Sociais e Relações de Poder* - promovido pelo Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP), da Universidade Federal de Juiz de Fora, em conjunto com o Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade (PPGHIS – UFJF) -, reuniu entre os dias 30/11 e 02 de dezembro de 2010 no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, aproximadamente, 200 estudiosos em diferentes níveis de formação, desde alunos de graduação e pós-graduação a pesquisadores com reconhecida experiência na área, para o debate em torno de um campo que vem se consolidando e cuja relevância vem sendo cada vez mais reconhecida para os estudos históricos: as dimensões da política.

Na sua terceira edição, o *Seminário Dimensões da Política na História* contou como eixo temático estruturador dos debates, nas diferentes atividades ocorridas, as relações de continuidade e as imbricações permanentes e simultâneas entre redes e trajetórias, entre autoridades e instituições governativas e a sociedade, entre o público e o privado, entre o central e o regional, entre a prática política e os interesses econômicos individuais ou coletivos.

Acreditamos que a realização desse evento atingiu plenamente os objetivos pretendidos, isto é, a promoção do intercâmbio acadêmico e a extroversão dos resultados das pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP). À Comissão Organizadora resta agradecer o apoio recebido do Departamento de História da UFJF, do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, da Direção da Faculdade de Letras – UFJF e da FAPEMIG.

Comissão Organizadora
Núcleo de Estudos em História Social da Política
Silvana Mota Barbosa
Alexandre Mansur Barata
Maria Fernanda Vieira Martins
Jefferson Cano

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

Letras em Jogo: a Imprensa Esportiva Carioca no início da década de 1930

André Alexandre Guimarães Couto

O início da década de 1930 pode ser considerado como um marco da imprensa esportiva. Tal observação se justifica por alguns fatores importantes. A imprensa em geral e, particularmente, a esportiva, desde o século XIX, se fez presente no cotidiano da sociedade e procurou trazer informações a respeito das práticas desportivas e da própria formação de uma cultura identitária da população atingida, mesmo que seguindo, fortemente, os padrões burgueses, cuja origem vinha da Europa.

Todavia, a forma de criar representações coletivas por meio do esporte sofreu uma série de modificações ao longo das primeiras décadas do século XX e criou um campo específico de atuação da imprensa. Além disto, foi construída, também, uma forma específica de escrever neste período e esta estava ligada às novas técnicas de produção literária que a conjuntura histórica do modernismo trazia à discussão.

Neste ponto de reflexão, utilizo o trabalho da autora Flora Sussekind que analisa, dentre outras questões, as transformações técnicas ocorridas no início do século XX e o quanto estas influenciaram a produção cultural. Desta forma, destaco nesta autora a seguinte questão:

Não se trata mais de investigar apenas como a literatura representa a técnica, mas como, apropriando-se de procedimentos característicos à fotografia, ao cinema, ao cartaz, transforma-se a própria técnica literária. Transformação em sintonia com mudanças significativas nas formas de percepção e na sensibilidade dos habitantes das grandes cidades brasileiras então.¹

Desta forma, entendemos que o esporte estava intimamente ligado ao nascimento destas novas formas de percepção e sensibilidade, às quais Sussekind cita em seu trabalho. Porém, esta “onda moderna” de percepção das novas representações sociais e da própria forma de reinventar a escrita literária, além de um outro olhar para a relação do homem com a tecnologia, principalmente devido à aquisição pelos jornais de novos equipamentos

¹ SUSSEKIND, Flora. *O Cinematógrafo das Letras – Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

tecnológicos, não foi uma unanimidade. Longe disso, vários escritores, inclusive alguns já prestigiados pela imprensa e pela sociedade, se mostraram refratários a esta nova realidade.

Diante destas questões, podemos compreender que a imprensa esportiva, no início da década de 1930, acompanhava este novo ritmo dinâmico, ágil e moderno que já vinha sendo construído em anos anteriores e que agora chegava ao seu ápice. Uma linguagem curta e rápida nas páginas dos jornais esportivos, além de imagens que pudessem se transformar no retrato fiel do dinamismo do jogo, tornou-se características das matérias jornalísticas.

Para conquistar um público leitor e interessado nos esportes, cuja própria vida nos grandes centros urbanos passara por transformações de ritmos; agora mais acelerado e pulsante como a prática desportiva, surgia um jornal, cujo objetivo era se consolidar no mercado editorial e que pudesse dar conta de um imaginário urbano (e suburbano) centrado no esporte. Desta forma, o *Jornal dos Sports* se tornaria um jornal esportivo, um veículo diário de comunicação, e, principalmente, um ávido defensor da prática dos esportes entre a população carioca, como veremos na análise de alguns textos editoriais do mesmo.

No entanto, cabem, inicialmente, algumas considerações acerca do surgimento do próprio jornal, a fim de entendermos a lógica de construção de um novo veículo de comunicação na década de 1930.

Seu primeiro proprietário foi o jornalista Argemiro Bulcão, um importante administrador de jornais da época. Depois de dirigir durante muito tempo o *Rio Sportivo*, Argemiro Bulcão planejou fortalecer a imprensa esportiva no mercado, ao aumentar a periodicidade dos impressos (até então o *Rio Sportivo* chegava às bancas apenas duas vezes por semana). Por volta de 1930, Bulcão propôs sociedade a Ozéas Mota, dono das oficinas onde eram impressos os jornais. Desta forma, em 13 de março de 1931, o *Jornal dos Sports* foi fundado com um ativo de seis contos de réis.

Bulcão e Mota permaneceram como donos do *Jornal dos Sports* até outubro de 1936, data em que Mário Filho e Roberto Marinho comprariam o *JS*. O jornal seguia os padrões da época, impresso em preto e branco, possuindo poucas páginas. Inicialmente, a edição diária era composta por quatro páginas, apesar de alguns problemas que, invariavelmente, ocorriam. Um dos problemas era quando os trabalhadores gráficos, impedidos pelo sindicato de trabalharem aos domingos, impossibilitavam que a edição de segunda-feira chegasse aos

leitores.² Suas medidas eram em formato de página inteira, divergindo do modelo tablóide. As fotografias eram comuns em seu corpo, porém, em muitas edições ainda eram privilegiadas as poses estáticas de jogadores e dirigentes, apesar de existirem também algumas fotos dos eventos esportivos, como as partidas de futebol, por exemplo.

O logotipo do nome do jornal dava um tom de pluralidade esportiva, pois apresentava figuras de homens praticando várias modalidades esportivas, sem, no entanto, hierarquizá-las. As figuras, que se entrelaçavam com as letras do título do jornal (uma criação artística interessante e uma novidade gráfica para a época), eram do mesmo tamanho e representavam vários esportes. Estavam presentes, em ordem de apresentação, o lançamento de disco, o levantamento de peso, o tênis, o futebol, o golfe, a natação, o remo, a corrida (atletismo), o boxe e o hipismo.

Desta forma, o jornal anunciava seu objetivo: o de privilegiar qualquer prática que se identificasse com o esporte e com o corpo, mesmo que não houvesse ainda uma identificação com a cultura nacional, como o golfe, por exemplo. Outros esportes também não cabiam nesta classificação, mas eram olímpicos, e mereciam destaque numa publicação que pretendia ser a voz dos esportes.

O destaque no corpo do jornal, todavia, era voltado para o futebol, os jogos organizados pela ligas e associações esportivas, os campeonatos “oficiais” e os criados por agremiações menores e suburbanas. Os jornalistas tinham muito material quando da visita de times e seleções estrangeiras ao Brasil e vice-versa, além dos embates entre clubes paulistas e cariocas.

No entanto, era uma constante, em toda edição, a existência de notícias e informes sobre outros esportes, especialmente o turfe, os esportes aquáticos (remo e natação), o boxe e o atletismo. As colunas principais do jornal eram o seu editorial, intitulado “Críticas e Sugestões”; a coluna intitulada “Turf”, que dava conta das apostas, resultados e sugestões neste esporte já consolidado na sociedade carioca; e a “Últimas Notícias”, que, pelo título, pode ser interpretada de duas maneiras: a de que era publicada na última página do jornal e/ou de que pretendia trazer notícias e informações recentes, atualizadas, recém-apuradas pelos repórteres. O jornal utilizava um grande número de palavras de origem inglesa, como, por exemplo, *football*, *match*, *record*, principalmente ao tratar do futebol.

² Posteriormente, este problema seria resolvido com acordos trabalhistas e a vigilante tutela do Estado getulista.

Nos créditos do jornal, em seu início, aparecia somente o nome de seu proprietário: o de Argemiro Bulcão (como Diretor), o que nos leva a entender que o periódico já nascera a partir de uma visão personalista de um jornalista engajado numa causa específica: a da divulgação e valorização dos esportes. Bulcão não era um simples empresário das comunicações, pois já havia iniciado um empreendimento semelhante: o *Rio Sportivo*. Era, sobretudo, um especialista, que almejava vencer no mercado editorial a partir de uma certa clarividência empresarial: a ideia de que os esportes vendiam e poderiam vender muito mais jornais. Cabia, portanto, em sua trajetória, a iniciativa de lançar um diário.

Logo a seguir dos créditos, vinha o endereço do jornal, situado na R. São José, 79, centro do Rio de Janeiro, como praticamente todos os demais periódicos da época. O valor de cada edição, no seu início, era de 100 réis na capital e de 200 réis nos demais estados. As assinaturas, informadas desde a sua primeira edição, eram no valor de 10\$ (trimestral), 18\$ (semestral) e 30\$ (anual), para o Brasil e 18\$, 35\$ e 60\$, respectivamente, para o exterior. Sabendo da dificuldade em ter informações financeiras sobre o custo de vida e os valores monetários de um outro período histórico, procurei estabelecer comparações, cruzando dados fornecidos pelo próprio jornal. Por exemplo, uma das propagandas frequentes neste periódico era a de restaurantes, como a do Restaurante do Alexandre, situado à época, na Rua Sete de Setembro, nº 174. No anúncio da edição de nº 3 do dia 16 de março de 1931, o estabelecimento informava que a refeição tinha o custo de 600 réis (avulsa) ou 27\$ (20 refeições).³ Desta forma, podemos concluir que o valor de venda avulsa do *JS* era seis vezes menor do que o valor de uma refeição em um restaurante no centro da cidade. Seguramente, para uma análise mais detalhada, nos faltam algumas informações mais precisas, como a qualidade da refeição e o tipo de restaurante em questão, ou seja, se era frequentado por classes mais ricas ou mais populares. De qualquer forma, esta comparação já nos fornece uma pista de que o preço da edição do jornal não era caro, apesar de ser um empreendimento audacioso e, em se tratando da especialidade esportiva, transitava em um mundo de efemeridade empresarial, apesar de sua importância cultural e social.

Quanto ao conteúdo editorial do jornal, vamos compreender quais eram os principais temas de debate que o *JS* se propôs a discutir em seus editoriais inaugurais.

³ *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 03, 16 de março de 1931.

Na edição nº 02, de 16/03/1931, o *JS* criticava a legislação existente para a prática de futebol entre os clubes. Este conjunto de regulamentos, criado pela Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), agremiação que reunia os clubes de futebol e organizava campeonatos oficiais, ainda era, mesmo no início da década de 1930, rigoroso com as práticas comerciais que já existiam, principalmente envolvendo clubes e jogadores.

No caso, a questão central era em relação à transferência de jogadores para outros clubes, que, segundo a legislação vigente, determinava que os atletas tivessem que ficar no período mínimo de dois anos, pelo menos, no segundo quadro do novo clube até poder ser utilizado no primeiro quadro. Cabe explicar que o segundo quadro era formado por jogadores mais jovens, ainda em experiência, ou por reservas que não tinham qualidade técnica para jogar no primeiro quadro. O *Jornal dos Sports*, contrário à divisão dos jogadores em grupos, julgando-a como indutora para a criação de um esporte menos dinâmico, informava em seu editorial:

(...) Que se exija do jogador transferido um anno de permanência no segundo quadro, até certo ponto se tolera e há razões que podem, em alguns casos justificar a medida. Não nos parece cabível que se imponha a um jogador que se não adaptou num novo club a condição de figurar dois annos no segundo quadro, (...) hypothese de outra transferencia. Isto é tirar o estímulo dos jogadores e negar-lhes o direito de ascender, de elevar-se ao quadro principal.⁴

Apesar dos clubes pertencerem à AMEA, e, juntos, organizarem campeonatos e regulamentos, em muitos casos, não respeitavam o que havia sido acordado em atas e reuniões das associações. Se era importante organizar e planejar enquanto grupo, no dia-a-dia prevalecia o interesse maior de cada clube.

O impedimento de transferência imediata de jogadores ainda era um resquício das décadas anteriores, quando se buscava garantir que o futebol só pudesse ser praticado pela elite, os considerados legítimos *sportsmen*. Tornar este esporte comerciável era uma chaga que deveria ser abominada no meio dos esportes amadores.

No entanto, no início da década de 1930, os clubes já mantinham vários jogadores contratados, apesar da proibição vigente quanto ao profissionalismo, e a transferência se

⁴ As Inscrições dos Amadores na AMEA. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 02, 16 de março de 1931. Coluna Críticas e Suggestões. p. 2. Optamos, ao citar o texto do *JS*, por manter a grafia original, com o objetivo de preservar a linguagem da época e suas formas de expressão.

tornava uma consequência real para esta nova relação clubes-jogadores. Não por acaso, o amadorismo no futebol dos grandes clubes findaria oficialmente em 1933.

O *JS*, então, apesar de declarar suas ressalvas, apoiava um futebol mais dinâmico e moderno e, para tanto, era necessário atualizar a legislação esportiva com a realidade dos novos tempos.

Se a rigidez e o comprometimento com o passado elitista eram alvos de crítica do jornal, esta não estava relacionado com a obrigatoriedade de um associativismo esportivo. Muito pelo contrário, em seu editorial do dia 18/03/1931, na edição nº 4, intitulado “Precisamos de entidades especializadas!”, o jornal reclamava da falta de entidades comprometidas com os esportes no Rio de Janeiro.⁵ O *JS* chega a falar de uma grande defasagem em relação ao estado de São Paulo e até de outros países. Para o jornal, era muito importante que estas entidades pudessem dar uma atenção maior às diversas modalidades de práticas desportivas que estavam sendo exercidas no Rio de Janeiro. Cita ainda o atletismo como principal vítima da falta de estímulo e recursos e diz que alguns pessimistas acreditam que os demais esportes (exceção ao futebol) poderão sucumbir em nossa cidade.

Desta forma, de maneira um tanto quanto dramática, o jornal compreendia que a prática de esportes deveria passar por um modelo de organização, com criação de entidades e associações, com regras e legislações específicas, mesmo que estas viessem a sofrer críticas do próprio *JS* e da sociedade. Mais do que valorizar a disseminação do esporte pelos subúrbios cariocas e pelas classes menos favorecidas, era preciso, sobretudo, organização, disciplina e um mínimo de planejamento para que pudesse se desenvolver.

O jornal construiu um discurso de defensor dos esportes, procurando, na maior parte das vezes, exigir e solicitar iniciativas do poder público, mas sempre, valorizando a qualidade inata do povo brasileiro. “As qualidades naturaes que possuem os brasileiros” são apontadas como matéria-prima de grandes e possíveis resultados. Sobre este ponto, podemos interpretá-lo, também, como a tentativa do jornal em falar quase sempre em nome da nação, quando se tratar de iniciativas e projetos dos esportes cariocas; no caso, o progresso no aumento das competições esportivas.

O *JS*, desta forma, tentava dar conta de série variada de modalidades esportivas, apesar de o grande apelo estar voltado para o futebol. O jornal valorizava a essência dos esportes,

⁵ Precisamos de entidades especializadas! In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 04, 18 de março de 1931. Coluna Críticas e Sugestões. p. 2.

sempre informando os leitores por meio do uso de ideias de “progresso”, “desenvolvimento”, “beleza” e “emoção”. Tais palavras seriam frequentes nas reportagens e editoriais do jornal.

Voltar-se para uma vida moderna, segundo o jornal, era adotar o esporte como prática fundamental para o homem e o dinamismo desta nova modernidade poderia ser belo e, acima de tudo, emocionante. A racionalidade da tecnologização do meio urbano, por conta dos avanços nas áreas de transporte, comunicações, urbanização e mundo do trabalho, não contrastava com o discurso em busca da emoção encontrada nos esportes. Pelo contrário, mais do que um paradoxo, era um casamento ideal, uma composição adequada, um relacionamento íntimo, que o homem encontrava em seu dia-a-dia. O quanto mais depressa o brasileiro pudesse reconhecer esta nova integração, mais rápido se desenvolveria.

A questão da valorização da brasilidade voltaria a ser destacada no editorial do dia 22/03/1931. Nesta edição o *JS* exaltava uma história recente dos esportes aquáticos brasileiros, quando o Brasil possuía uma hegemonia na América Latina. Faz menção, inclusive, aos Jogos Latino-Americanos ocorridos em 1922: “É oportuno lembrar que as nossas victorias em water polo foram obtidas por “scores” elevadissimos, que tornaram inadmissível qualquer duvida sobre a nossa superioridade.”⁶

Todavia, no início da década de 1930 (no caso, 1931), o *JS* criticava a atuação brasileira diante dos adversários sul-americanos, informado que o Brasil havia perdido o posto para Argentina e Chile: “Ou os nossos *sports* aquaticos entraram num período de declínio ou os nossos vizinhos progrediram de modo excepcional, de forma tal que não nos foi possível acompanhá-los.”⁷ No entanto, o tom ufanista e nacionalista daria conta da continuação da posição do jornal diante deste problema: “Não nos interessa pesquisar, no momento, as causas que nos impossibilitaram de seguir os argentinos e chilenos, na sua brilhante ascensão, não nos restando duvida é que ella não deve ser atribuída à incapacidade dos nossos homens.”⁸

O jornal procura transitar entre a crítica do desempenho dos atletas brasileiros, porém sem questionar a sua qualificação, valorizando ao máximo o esforço de “nossos homens”, o que era um símbolo da própria ideia de representação da brasilidade nos esportes.

⁶ Os brasileiros no Campeonato Sul Americano de Remo. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 06, 22 de março de 1931. Coluna Críticas e Suggestões. p. 2.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

Ainda neste editorial, ocorre um breve informe sobre o Campeonato Sul-Americano de Remo, ocorrido no Uruguai (nas águas históricas do Rio do Prata). E, mais uma vez, a apelação ao sentimento nacionalista é verificada quando o jornal informa que:

Maiores não poderiam ser as esperanças que depositamos nos remadores brasileiros. Aqui, ficamos confiantes em que os nossos destemidos patricios tudo saberão fazer para elevar o renome do Remo Brasileiro. Eles poderão perder, mas antes esgotarão as suas ultimas energias, com o pensamento voltado para a Patria distante.⁹

A competição sul-americana de remo é informada como sendo um momento perfeito para que o Brasil reassumisse o trono dos esportes aquáticos no continente. Mais do que um torneio, era a chance de elevar o nome da pátria brasileira e de sua gente. Se, hoje, é relativamente fácil percebemos isto, ao longo da história recente brasileira, em momentos de Copa do Mundo de futebol, naquele momento, não o era.¹⁰ Não por acaso, as palavras Remo Brasileiro e Patria estão destacadas no texto com letras maiúsculas, pois o jornal queria criar uma identificação direta entre as mesmas. Para o *JS*, naquele momento, a “Patria” estava sendo representada pelos remadores, suas armas eram as pás de remo, e o palco da batalha era o Rio do Prata.

Se no passado recente, os brasileiros derramaram seu sangue neste rio, agora, era hora do suor e das “últimas energias” destes representantes da pátria, heróis da construção da brasilidade esportiva. Tendo a expectativa de vitória merecido a atenção do *JS*, o que não dizer da confirmação da mesma, o que é publicado em 23/03/1931, na primeira página do jornal:

Salve, brasileiros! Estuante de patriotismo, sentindo vibrar em nós, a alma heroica do nosso povo, regosijamo-nos immensamente, hontem. Sentimos, como nunca, o orgulho de ser brasileiros, de haver nascido ao abrigo dessa Patria grandiosa de predestinados! A pujança de uma raça privilegiada de homens fortes, evidenciou-se, hontem, ainda uma vez. Nas aguas remansosas do Prata, duas guarnições nossas, triumpharam com quanta galhardia, como maior não era possivel. Numa competição em que a vitalidade de nossa raça se comprovou, os Brasileiros conquistaram as honrarias da victoria, em duas das tres provas em que competiram. O vigor dos nossos musculos, synthetizado nas nossas representações, sobrepujou, com brilhantismo inexcédível, os seus competidores. Duas guarnições nossas, impellindo com excepcional ardor, os seus barcos,

⁹ Ibidem.

¹⁰ Outras manifestações semelhantes podem ser destacada no período da Primeira República, como a disputa e a conquista dos Campeonatos Sul-Americanos de Futebol de 1919 e 1922.

olhos postos na Pátria distante, onde os corações palpitavam ansiosos, singraram as águas, celeres, sem conhecer esmorecimento e, lindamente, atingiram a meta gloriosa da vitória. Brasileiros! Homens que venceram! Brasileiros! Remadores que elevaram o nome da Pátria! *Jornal dos Sports*, interpretando o sentimento do nosso povo, sauda-vos com effusão! (...) ¹¹

O jornal que defendera os atletas brasileiros na véspera da competição, festejaria a vitória da pátria (sempre impressa com letra maiúscula, assim como “Brasileiros”), com esta primeira página digna de qualquer intelectual ufanista. Palavras interessantes como “predestinados” e “guarnições” nos chama a atenção. A primeira por se tratar de uma forma de expressar uma qualidade da nação brasileira: a de antevisão do sucesso, a de um povo que tem e terá tudo para “dar certo”, apesar das dificuldades. A segunda, por fazer referência, mesmo que leve, a um estado de luta, de guerra, de defesa da pátria.

Várias outras palavras e expressões enaltecem a vitória brasileira, de forma nacionalista, como “galhardia”, “orgulho”, “alma heroica”, “brilhantismo inexcedível”, etc. Outras são usadas para a construção de um discurso comprometido com a emoção, como “corações palpitantes”, “singraram as águas”, “meta gloriosa da victoria”. O texto do *JS* chama o leitor a participar da vitória e tornando-o mais do que um espectador, um participante também do resultado maior. A pátria, então, é valorizada ao seu extremo, e, levava-se em conta, que a conjuntura política brasileira remontava a um Estado de reconstrução, de criação ou reafirmação de uma identidade nacional.

Cabe analisar também o uso da palavra “raça” (usada por duas vezes) para chamar a atenção e para valorizar a formação do tipo brasileiro, um povo miscigenado e voltado para vitórias cada vez maiores. A força de nosso povo (“raça privilegiada de homens fortes”) estaria, dentre outras origens, na nossa mistura, na capacidade de adaptação (assim foi com a assimilação do futebol inglês e, depois, elitista das classes mais ricas), na natureza de desenvolver grandes resultados por meio da prática dos esportes.

O jornal, todavia, acreditava que ainda existia um fosso separando o sucesso que os esportes alcançava na população e o interesse dos dirigentes políticos pelo assunto, já que nesta mesma edição lembrava, em seu editorial, sobre a importante visita do príncipe de Galles ao Brasil. O *JS* exaltava esta visita e identificava neste governante um ideal de dirigente,

¹¹ Os brasileiros campeões sul-americanos de remo. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 07, 23 de março de 1931. p. 1.

assim com em outros, todos europeus), por conta de seu apreço pela prática desportiva. Segundo o jornal,

Nota-se na quase totalidade dos nossos dirigentes, uma accentuada ogerisa pelos sports. Individuos rachiticos, enfesados, anêmicos, alguns até intellectualmente, não supportam aquelles cuja robustez physica se faz notar, aquelles que se tornam mercedores de applausos pelas suas manifestações de vitalidade.¹²

O *JS*, nesta passagem de seu editorial, enfatiza a visita de um governante europeu às terras brasileiras, porém, mas do que um exercício de colunismo social, a grande motivação do periódico, ao retratar tal fato, se deu por conta da crítica ao comportamento dos dirigentes políticos brasileiros diante da importância que os esportes adquiriu nos últimos anos.

As palavras do jornal, inclusive, denota um discurso eugênico, ao citar as capacidades físicas e intelectuais dos políticos brasileiros. Ser raquítico e anêmico, por exemplo, impediriam estes dirigentes de enxergar a beleza e os valores morais, além dos resultados saudáveis para o corpo humano, que os esportes poderiam trazer para a nossa sociedade.

Comportamento político e característica física se misturam neste argumento de valorizar a prática esportiva e cobrar mais atitude e interferência positiva na organização dos esportes no Brasil.

Em resumo, o que temos, então, nesse casamento entre imprensa e esportes, é a possibilidade de alcançar novos espaços simbólicos e culturais de atuação de uma sociedade que se propõe moderna, não apenas em termos tecnológicos e industriais, mas no entendimento e na construção de um mundo mais frenético, dinâmico e ditado por um outro ritmo. Um ritmo onde a relação tempo e espaço já não era mais a mesma, onde os esportes teriam, definitivamente, a partir de então, um *locus* privilegiado na mentalidade cultural do carioca e do brasileiro.

Um casamento múltiplo, a bem da verdade, se levarmos em conta as diversas faces da imprensa (grande, pequena, jornal-empresa, especializada ou não) com as várias manifestações e modalidades esportivos (principalmente, no início do século XX, o turfe, o remo e o futebol). Portanto, esta aliança renderia filhos prósperos com o nascimento de uma identidade coletiva, forjada a partir de uma visão de sociedade mais moderna, ágil, dinâmica, saudável e, por certo, esportiva. A imprensa ao noticiar este novo nicho de interesse do

¹² Uma lição expressiva ministrada pelo príncipe de Galles aos nossos governantes. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro: nº 07, 23 de março de 1931. P. 2. Coluna Críticas e Sugestões.

público (leitor ou não), criava, então, um campo de publicização de códigos e valores que identificavam os esportes e o próprio modelo de indivíduo desta sociedade.

Enfim, o *Jornal dos Sports*, no início da década de 1930, largava na frente dos demais periódicos e adotava um discurso em tom de campanhas diversas, porém tendo a saúde, os esportes, a educação e a própria formação de povo brasileiro, como temas relevantes.

O PSDB e a contrarreforma neoliberal nos anos 1990 ¹

André Pereira Guiot ²

As reflexões trazidas pelo presente trabalho têm como principal objetivo submeter à análise os documentos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre os anos de 1988 e 2002. A elaboração, divulgação e implementação do programa partidário trazia, desde sua fundação, aspectos pertinentes à contrarreforma neoliberal de tipo terceira via³ para a realidade brasileira. Veremos como o partido se credenciava, diante da crise orgânica da década de 80, como organizador do consenso entre as frações das classes dominantes e a execução de suas demandas na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos de Estado) durante os anos 90.

Para dar conta de tais rearranjos, o programa neoliberal de tipo terceira via peessedebista atravessou três fases bem nítidas, distintas e complementares: de 1988 a 1994 temos a formulação e a divulgação da ideologia neoliberal; no primeiro governo FHC (1995 a 1998) assistimos à edificação e implantação das bases deste modelo e, finalmente, no segundo governo FHC (1999-2002) o refinamento e a ampliação daquilo que já tinha sido estrategicamente debatido, analisado e implementado nos períodos anteriores, isto é, tratou-se de fincar as bases da hegemonia neoliberal da terceira via através da proposta de “radicalização ou democratização da democracia”.

A proposta deste trabalho é o de abordar cada uma dessas fases através do exame dos documentos do PSDB.

1 - A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)

¹ Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), intitulado *Um ‘moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*.

² Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ O neoliberalismo de terceira via é uma expressão cunhada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional da Fiocruz para assinalar a diferenciação entre o neoliberalismo ortodoxo e sua redefinição pensada por Anthony Giddens, sociólogo e intelectual orgânico do trabalhismo inglês. Uma refinada análise do programa do neoliberalismo da terceira via encontra-se em NEVES (2005).

Apesar da diversidade de tendências⁴ no interior do PSDB e ao contrário do que se convencionou acreditar, as publicações do partido apontavam para uma orientação programática não de cunho social-democrata mais nitidamente alinhada aos principais temas da *agenda neoliberal*. A adoção do ideário neoliberal pelo PSDB não se iniciou somente a partir de 1995, momento da inserção dos peessedebistas na sociedade política (agências, órgãos e aparelhos do Estado) através da eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República. A construção de um projeto que buscava a formação (ainda que embrionária) de um consenso neoliberal de terceira via para o país estava presente nos documentos do partido *desde seus primeiros momentos*.

O tema do neoliberalismo guarda extensa literatura acadêmica, como sabemos. Adotaremos aqui, em resumo, a perspectiva de Décio Saes. Conforme sua elaboração, o neoliberalismo inaugura uma nova etapa na correlação de forças entre Estado, capital e trabalho. Corroídas as bases da acumulação keynesiana, o Estado neoliberal lança mão de três políticas estatais específicas: a) *políticas desregulamentadoras*, isto é, redução reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia e das relações de trabalho; b) *políticas de privatização*, ou seja, desestatização de empresas produtoras de serviços e bens públicos e c) *políticas de abertura da economia ao capital internacional*, eliminando as reservas de mercado e o protecionismo econômico.⁵

Mas, quais elementos nos possibilitam afirmar que o PSDB trazia orientações pertencentes ao projeto neoliberal no momento imediatamente posterior à sua fundação? Para responder essa questão, examinaremos alguns documentos partidários tendo como foco a contrarreforma do Estado brasileiro. Com base nessa análise, refletiremos também sobre o caráter supostamente “social-democrata” do partido.

1.1 - O novo papel do Estado

Os contornos do ideário neoliberal já podiam ser percebidos no programa partidário (elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra) em 1988. Nele notamos claramente que não se tratava de uma proposta social-democrata “clássica”, tampouco de cunho

⁴ No momento de sua fundação (junho de 1988), no PSDB coexistiam correntes ideológicas bastante distintas, segundo sua auto-definição: os social-democratas, os liberais “progressistas”, os socialistas-democráticos e, finalmente, os democratas-cristãos (Cf. PSDB, 1989a, p. 20).

⁵ SAES, 2001, p. 82.

“socialista democrático”. Assim, por exemplo, o nascimento do PSDB se comprometeria com um “ideário simples e claro de reformas (...) contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação”.⁶

As reformas ditas “inadiáveis” definiam-se contra um Estado vulnerável às “pressões corporativistas”, por sua organicidade “paternalista”, “patrimonialista”, de “natureza cartorial”, tragado por práticas “clientelistas e fisiológicas”. Afirmava o programa que as reformas desejadas “não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil”.⁷

A social-democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estado ou privado do plano ideológico [...] para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia. A gestão predadora, patrimonialista, e a corrupção podem existir no setor estatal ou no privado. Em ambos são condenáveis. O mercado competitivo é o antídoto para esses males.⁸

O PSDB recuperava as críticas populares a alguns problemas do Estado (burocratismo, cartoralismo, clientelismo, fisiologismo, etc.) e elaborava propostas para atacá-las, mas subordinando-as às percepções específicas das frações das classes hegemônicas.

A valorização da “eficiência”, envolvendo uma “ampla reforma do setor público”, não deveria abdicar da “democratização das decisões”. Em linhas gerais, tal concepção se refere àquilo que em outros documentos os peessedebistas chamam de “desprivatização do Estado”, isto é, do afastamento de interesses privados e corporativos incrustados na administração pública em prol de genuínos “*mecanismos de controle público*”, concomitante a uma completa profissionalização e reformulação dos serviços públicos que visem a sua “racionalização”. “Racionalização” essa agregada à lógica da “eficiência” e da “competitividade”, própria do mercado, e ao elogio da “eficácia” *das associações da sociedade civil* na implementação de políticas sociais, pressuposto central do neoliberalismo da terceira via.

Desta maneira, a “privatização” do Estado significaria, nos primeiros documentos do PSDB, o concubinato entre a burocracia e o interesse privado, típico do Estado varguista, e/ou

⁶ PSDB, 1989b.

⁷ Ibidem.

⁸ CARDOSO, 1990a, p. 25.

a ação das forças corporativistas que “constituem empecilhos para a universalização das conquistas sociais”.⁹ Em Cardoso, encontramos a seguinte afirmação:

Inaceitável é a “privatização” do estado, que na América Latina ocorre em grandes proporções. Isto é, através de alianças – que em outras circunstâncias eu chamei de “anéis burocráticos” –, partes da burocracia estatal [...] são “enfeudadas” a interesses privados. [...] As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e frequentemente fazem-se em detrimento do interesse público.¹⁰

À “privatização” do Estado os peessedebistas opunham a “desprivatização”, isto é, o aumento do “controle democrático” sobre a gestão estatal para torná-la sensível ao “interesse público”. Em seu ideário, tratava-se de livrar o Estado das amarras burocráticas, corporativistas e clientelistas através do cumprimento de um programa de reformas apto em, por um lado, tornar “públicas” e “transparentes” as ações do Estado e, por outro, criar mecanismos que buscassem a competitividade - e, por conseguinte, a “eficiência” - por meio da venda do setor produtivo estatal ao capital privado (desestatização).

Estava claro que, para o PSDB, “desprivatizar” significava convencer amplos setores sociais da necessidade de quebrar a resistência e a capacidade dos setores organizados em lutar por um projeto redistributivista no Brasil, desqualificando também qualquer organização sindical combativa do funcionalismo público que, capitaneados pela CUT, era apresentada como “corporativa”, “burocratizada”, “ineficiente” e, por isso, predadora do “bem comum”. Isso nos dá a certeza de que “desprivatizar” o Estado, para o PSDB, *significava “depurá-lo” de qualquer conteúdo popular e universalizante em favor dos interesses e demandas de alguns setores do capital*. A busca era pelo interesse comum, mas dos setores empresariais, especialmente dos banqueiros.

Interessante observar que, já nesse momento, o “controle democrático” na “desprivatização do Estado” seria impulsionado por uma “sociedade civil” genérica, pretensamente destituída de clivagens de classe, apresentando-se como uma “esfera pública homogênea” que visaria atender ao “interesse comum”. Isto se revela na seguinte passagem:

No mundo de hoje, os freios e contrapesos democráticos são exercidos cada vez mais por entidades que não são propriamente estatais nem

⁹ Ibidem, p. 21.

¹⁰ Ibidem, p. 25.

privadas: associações de consumidores e de defesa do meio ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais, etc. É com a participação dessas entidades nas decisões que a social-democracia conta, antes de tudo, para garantir a subordinação do poder econômico à sociedade.¹¹

O chamamento à atuação sociedade civil, vista como autônoma tanto do mercado quanto do Estado, precisava também diferenciar-se da participação orientada por forças políticas ponderáveis da esquerda que, segundo os peessedebistas, “reduzem a participação popular ao ‘movimentismo’, ao ‘assembleísmo’ e ao ‘basismo’”.¹²

O desafio para o Brasil, segundo o partido, passava pela necessidade de “atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado”.¹³ Deve ficar claro que não se objetivava pôr em prática uma reforma superficial, contingente, restrita, mas de impor “uma reestruturação profunda da máquina do Estado”.¹⁴

O Estado assumia, nas formulações iniciais do ideário peessedebista, um papel distinto: nas suas funções macroeconômicas, deixaria de ser o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital e se restringiria a planejar e executar mecanismos capazes de sustentar um novo padrão de acumulação capitalista. Já na área social *se destinaria a complementar o mercado*, isto é, organizar e gerenciar uma rede de serviços básicos ao atendimento das demandas fundamentais da população, abandonando seu papel de produtor de bens e serviços públicos. Os investimentos privados, a ação concorrencial do mercado e as formas de organização da sociedade civil indicavam a forma e o conteúdo de um novo projeto de hegemonia burguesa no Brasil. Assim, a “nova social-democracia”

[...] afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e tecnologia, propõe a adoção de novas formas participativas de trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar melhor o capitalismo do que os próprios capitalistas.¹⁵

¹¹ CARDOSO, 1990b.

¹² CARDOSO, 1990a, Op.cit. p. 31.

¹³ PSDB, 1989b, op. cit.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ PEREIRA, 1990, p. 44-45.

O desmonte das funções públicas estatais voltadas para o suprimento das carências nas áreas sociais e o elogio à privatização de largos setores produtivos controlados pelo Estado revela a estratégia neoliberal peessedebista já em seus primórdios.

1.2 - Social-democrata ou neoliberal?

Um exame mais apurado nos documentos do partido nos revela que, diante da situação de crise, o PSDB se deslocou em peso para procurar contemplar as diversas demandas das frações e setores das classes dominantes que desejavam a estabilidade econômica e a continuidade da política neoliberal iniciada por Collor (com os ajustes necessários), bem como a apassivação dos movimentos sociais.

Torna-se proífico, para deixar mais claro, ler o trecho abaixo, retirado de uma palestra de FHC, em 1999, que mostra como se engajava, precocemente, o projeto do partido ao neoliberalismo:

No programa do PSDB, há uma parte em que se discute o capital estrangeiro. Foi o primeiro partido que discutiu a necessidade do capital estrangeiro, pois a visão dominante, até então, era: capital estrangeiro igual a imperialismo. O imperialismo quer impedir o nosso desenvolvimento, logo somos contra. Nós concluímos a necessidade da participação do capital estrangeiro [...]. E já então, nos anos 80, reconhecemos que era preciso privatizar [...]. O que importa é que nós tivemos coragem de ir contra tabus. [...]. Nesse contexto, julgamos que era fundamental valorizar a empresa privada na busca da competitividade. Palavras que não se usavam, era o período da substituição de importações [...]. Leiam o discurso do Mário Covas sobre choque de capitalismo. Leiam e vejam se o que estou dizendo está ou não dito lá.¹⁶

Ora, de que forma podemos afirmar que o PSDB apresentava postulações da social-democracia clássica? Sua aproximação com o neoliberalismo é original, orgânica, programática. Aliás, o partido estava extremamente afinado com os pressupostos de seus congêneres europeus, já em fins dos anos 80. O que se seguiu foi o aprimoramento contínuo do projeto e, no pós-94, sua consolidação, implementação, refinamento e ampliação. Decisivamente, tratava-se, então, de um partido com a denominação “social-democrata”, mas cujo conteúdo programático incorporava os principais temas econômicos neoliberais. Em

¹⁶ PSDB, 2000, p. 23-24.

outras palavras, além de não ser social-democrata pelo seu conteúdo programático não o é também porque, de fato, faltava a ele a base de classe social-democrata que é a classe trabalhadora: ora, o partido nunca constituiu qualquer vínculo com a classe trabalhadora e, portanto, até mesmo sua denominação “social-democrata” fica comprometida.

Preferimos entender que a configuração da programática neoliberal peessedebista se forjou nas correlações de forças travadas no seio da sociedade civil. Ou seja, a fertilidade das propostas do PSDB se deveu, em grande medida, às demandas já postas pelas organizações do empresariado (nacional, internacional ou associado) num contexto de uma “crise orgânica”¹⁷ no final dos anos 80. A debilidade e o refluxo crescente das associações da sociedade civil ligadas aos setores populares já no início dos anos 90 por um lado, seguida de importantes vitórias do projeto neoliberal em pleno vapor nos países centrais por outro, constituíram motivações fundamentais para que o PSDB varresse de seu horizonte político qualquer conteúdo social-democrata e aprimorasse novas formas de dominação, aprofundando o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. Foi então que assumiu seu efetivo papel – o de formulador e implementador de uma plataforma política unificadora dos setores empresariais, tornando-se um dos intelectuais coletivos da burguesia.

2 - Edificando e implementando o projeto (1995-1998)

Torna-se necessário, nesse momento, analisarmos a construção e implementação do projeto neoliberal de terceira via na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos do Estado). Focaremos, entretanto, um aspecto específico: o projeto da contrarreforma do Estado. Caracterizava-se como uma das principais frentes de batalha a ser vencida pelas ações das classes e frações de classes dominantes “modernizantes”, as quais foram programaticamente capitaneadas, na estrutura partidária que se apresentava, pelo PSDB.

Os documentos partidários do PSDB, quando avaliavam o Estado brasileiro, apontavam para um diagnóstico unânime: o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização protegida, isto é, de substituição de importações que, se se mostrara viável desde os anos 30, tornara-se um obstáculo na alocação eficaz de recursos a partir dos anos 70.

¹⁷ Retomando Gramsci, Bianchi (2002, p. 28-37) assevera que uma crise é orgânica quando afeta o conjunto das relações sociais sendo a condensação das suas contradições. A coincidência de uma crise de acumulação do capital com o acirramento da luta (intra e inter) classes, propicia a sua eclosão.

A extenuação do modelo de intervenção estatal teria gerado uma crise fiscal do Estado oriunda, em grande medida, da crise dos seus mecanismos de financiamento, feitos através do endividamento externo e também da emissão de dinheiro ou títulos, o que gerava inflação. Tais condicionamentos fariam com que o papel do Estado enquanto produtor de bens e prestador de serviços estivesse deteriorado. Em “Mãos à Obra Brasil”, Cardoso afirma que “neste modelo, não caberá mais ao Estado um papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas de normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como de agente coordenador de investimentos”.¹⁸

Não havia alternativa, segundo os peessedebistas, para solucionar o problema da crise do Estado se não fossem adotadas medidas “realistas” e “inadiáveis”, tais como: a) ajustamento fiscal duradouro; b) reformas econômicas orientadas para o mercado; c) reforma da previdência social; d) inovação dos instrumentos de política social (via setor público não-estatal); e) a reforma do aparelho do Estado.¹⁹

A estabilização econômica (dada através do controle da inflação e do déficit público) garantiria o aval necessário para a mudança de rumo. Condição indispensável também seria a adoção de uma política macroeconômica que compreendesse a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização.²⁰ A globalização dos circuitos econômicos impunha, segundo os peessedebistas, a necessidade de uma “inserção inteligente” e competitiva da economia nacional no mundo. Ela era entendida como “um fato social inequívoco” que oferecia riscos e oportunidades. Como “dela não podemos fugir”, os peessedebistas afirmavam a necessidade de o país “ocupar um papel de primeiro plano no cenário internacional ou fracassarmos como nação”.²¹

Uma nova revolução nos modos de produzir e comerciar transformou o mundo, criando a necessidade de adaptar as economias nacionais às novas tecnologias, aos novos produtos e à globalização das relações econômicas. Por demasiado tempo, ficamos presos ao velho modelo [...] quando o mundo já estava obtendo benefícios inquestionáveis de uma etapa de abertura e de desregulamentação.²²

¹⁸ CARDOSO, 1994, p. 73.

¹⁹ BRASIL, 1995, p. 11.

²⁰ CARDOSO, 1994, op. cit., p. 21.

²¹ PSDB, 2001, p. 7-8.

²² CARDOSO, 1994, op. cit., p. 260-261.

Deste modo, a reforma do Estado reduziria seu papel de executor ou prestador direto de serviços mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais em educação e saúde. Estes seriam essenciais para o desenvolvimento tendo em vista que “envolvem investimento em capital humano”.²³

Diante das tarefas impostas pela programática neoliberal, os peessedebistas convenciam-se da necessidade de redefinir as bases do financiamento estatal capazes de reformar e desenvolver o complexo de infra-estrutura que garantiria o “salto para o desenvolvimento com justiça social”. Não há dúvidas de que para o cumprimento de tal empreitada era preciso, de fato, “contar com a ação positiva por parte do governo”. Assim, o Estado atuaria diretamente nas privatizações, na mobilização de suas reservas e na captação internacional de recursos. Portanto, se fazia urgente realizar a reforma do Estado, aparelhando o setor público para, de um lado, “exercer o papel de articulador na captação de recursos internos e externos” e, de outro, para “estabelecer claramente o papel do governo na regulação dessas atividades, para assegurar qualidade, competição e tarifas adequadas na concessão de serviços públicos”.²⁴

Os contrarreformistas neoliberais assinalavam também a presença de uma crise de gestão administrativa no interior do aparelho do Estado. Essa crise seria analisada por eles em três dimensões: 1) a dimensão institucional-legal, relacionada aos obstáculos de ordem legal para o alcance de uma maior eficiência do aparelho do Estado; 2) a dimensão cultural, definida pela coexistência de valores patrimonialistas e principalmente burocráticos com os novos valores gerenciais e modernos e 3) a dimensão gerencial, associada às práticas administrativas.²⁵

A dimensão gerencial ou dimensão-gestão é apresentada como “a reforma concreta do aparelho do Estado”.²⁶ Objetivava, dentre outros propósitos, fincar as bases de um novo tipo de neoliberalismo – o da terceira via. O germe desse modelo estava precocemente definido nos seus documentos iniciais. O desafio, neste momento, era o de aprofundar e refinar as novas modalidades de imposição e obtenção do consenso neoliberal no Brasil, redefinindo e legitimando suas formas de ação.

²³ BRASIL, 1995, op. cit.

²⁴ CARDOSO, 1994, p. 27.

²⁵ BRASIL, 1995, op. cit., p. 25.

²⁶ Ibidem, p. 54.

Para tanto, foi fundamental o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, confeccionado no interior do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob a liderança de Bresser Pereira. Ele distinguia três formas de propriedade: a privada, a estatal e a pública não-estatal. O âmago da reforma do Estado, ou melhor, a ossatura do projeto neoliberal de tipo terceira via no Brasil consubstanciava-se na formulação e utilização da *propriedade pública não-estatal* a setores do aparelho do Estado, redefinindo novas relações entre Estado e sociedade. Desta maneira,

[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização”.²⁷

O Plano Diretor definia a propriedade pública não-estatal como sendo “constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público”.²⁸ Segundo o Plano, para o setor não-exclusivo do Estado (universidades, hospitais, creches, entidades de assistência aos carentes, centros de pesquisa, bibliotecas, museus, orquestras sinfônicas, oficinas de arte, emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural), a propriedade ideal a ser adotada era a pública não-estatal. A “publicização” se referia ao que antes, como vimos, os peessedebistas chamavam de “controle democrático”, nomeado na nova fase de “controle social”. É claro que isso não se restringia à troca de termos, mas primordialmente ao refinamento do projeto.

O estímulo à criação e ampliação do setor público não-estatal foi feito principalmente através da construção de um “novo marco legal”, contribuindo para os novos contornos da hegemonia burguesa no Brasil. As leis que compunham o escopo geral da contrarreforma do Estado alteraram o aparato regulatório da relação entre Estado e sociedade civil. O MARE foi o organismo estatal responsável tanto pela formulação das emendas constitucionais a serem

²⁷ Ibidem, p. 12-13.

²⁸ Ibidem, p. 43.

aprovadas pelo Legislativo quanto pela articulação dos demais aparelhos estatais – notadamente o Programa Comunidade Solidária.

A concepção do Comunidade Solidária já constava na proposta de governo “Mãos à obra Brasil” mas, de fato, o aprimoramento de seu papel (seus princípios e diretrizes) foi melhor elucidado no programa de 1998, o “Avança Brasil”. O balanço de suas ações durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998) também estava exposto no referido programa:

Inovadora, de parte a parte, é também a experiência de participar de parcerias Estado-Sociedade [...]. Neste sentido, o êxito das numerosas parcerias incentivadas pelo Programa Comunidade Solidária demonstra que administradores públicos e cidadãos dos mais diferentes estratos podem pensar e agir juntos, identificando o que cada qual faz melhor e somando esforços pelo progresso social. [...] A principal lição destes quatro anos consiste justamente na descoberta de que a parceria permitiu ampliar – e não reduzir – os montantes a serem destinados à área social.²⁹

O alicerce de depuração do projeto “social-democrata” era o de legitimar as novas formas de obtenção do consenso bradando uma suposta ampliação do espaço público para além das fronteiras estatais. Isso significava que organismos públicos não-estatais (ONG’s, instituições filantrópicas, fundações e associações) que “não visam ao lucro” – mas que se sustentavam com recursos estatais - além de serem considerados “mais eficazes na execução dos serviços públicos do que o Estado” (uma vez que “trazem práticas de gestão próximas as do setor privado”) foram elevados às formas genuínas de promoção de uma suposta “radicalização ou democratização da democracia”, que teve maior fôlego no segundo governo FHC.

3 - Refinando, aprofundando e ampliando o projeto (1999-2002)

Como vimos, a gênese da propalada ideia de “parceria entre Estado-sociedade”, mesmo que não se apresentasse nestes termos, já estava esboçada nos documentos prematuros do partido. O capítulo V da proposta de governo “Mãos à obra Brasil”, de 1994, intitulado “A parceria Estado-Sociedade” veio, em certa medida, consolidar e aprofundar o que já estava anunciado anteriormente. Dizia a proposta que

²⁹ CARDOSO, 1998, p. 292.

[...] é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade. Caberá, em primeiro lugar, **criar novos canais de participação e de controle público**, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a **multiplicação de espaços de negociação de conflitos**, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de **parceria** [...] entre o Estado e a sociedade [...].³⁰

Neste âmbito, a fase do segundo mandato de FHC (1999-2002) correspondeu à fina flor do projeto neoliberal da terceira via no Brasil, qual seja, o da “radicalização da democracia”. Não trouxe inflexões ao projeto original: ao contrário, correspondeu à sua sofisticação, aprofundamento e ampliação.

Nos documentos peessedebistas “radicalizar a democracia” significava possibilitar o celebrado “controle social”. Segundo eles, devia-se abandonar a “ilusão do Estado como único provedor do bem-estar e abrir as portas à participação coletiva na construção da sociedade do bem-estar”.³¹ O desafio era promover uma “nova divisão de trabalho entre poder público e cidadania”, no sentido de “incentivar a participação, a solidariedade e o senso de responsabilidade social de todos os brasileiros”.³²

A “ética da solidariedade”, tratada como fruto de uma “nova cultura cívica”, deveria estar a serviço da formação de novas modalidades de “parceria” entre sociedade e Estado, de forma que os cidadãos tornar-se-iam menos dependentes de governos.³³ A suposta democratização da sociedade caminharía em direção a sua “radicalização”. Estaria em vigor um “processo libertador”, movido por “novos atores, sujeitos sociais, movimentos políticos, organizações não governamentais”, uma verdadeira “explosão de associativismo popular”, de

³⁰ CARDOSO, 1994, op. cit., p. 208-209, grifos nossos.

³¹ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 270.

³² Ibidem, p. 271.

³³ CARDOSO, 1997b, p. 13-14.

iniciativas comunitárias e experiências de um voluntariado ávidas por possibilitar soluções concretas na complementação das políticas públicas, em especial nas áreas sociais.³⁴

Estamos diante inequivocamente de um projeto societário que buscava enquadrar o conjunto das forças sociais de cunho popular às novas formas de dominação, exploração e expropriação capitalista. Revelava-se claramente a preocupação em difundir o ideário neoliberal de terceira via com o intuito de transformar os largos setores subalternos em participantes e colaboradores.

Preocupava ao partido o provável potencial de protesto ou insubmissão das camadas subalternizadas capaz de forjar um projeto contra-hegemônico ao bloco do poder dominante. Seu ideário *precisava* balizar uma plataforma pedagógica de convencimento na qual, ainda que reconhecidas as classes sociais, fossem dissolvidas as formas de organização popular que enfatizassem o conflito entre elas.

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de “exploração” do capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do Capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna.³⁵

Verifica-se, assim, a importância de um partido político como o PSDB na formação de um novo bloco histórico que, juntamente com outros aparelhos privados de hegemonia, divulgava a ação voluntária e fraterna, defensora do bem-comum, em prol das aspirações das frações de classe que compunham o projeto. Nesse sentido, se produzia a convicção de que as formas de pactuação, negociação e conciliação entre o capital e o trabalho não somente eram possíveis (porque suas rivalidades encontram-se em fatores históricos que não mais existem) mas, sobretudo, cruciais na formatação de um novo projeto em que todos pudessem ser beneficiados, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anti-capitalista.

Ainda em plena vigência, estas estratégias de repolitização da política educam para a sedimentação de um consenso ativo e apresentam a sociedade civil como *agente autônomo e segmentado* das classes sociais. A sociedade civil é concebida como uma esfera de colaboração e parcerias, um espaço de virtuosidades e de ausência de opressão e dominação. Desta maneira, a suposta homogeneização dos interesses e das práticas coletivas pressupõe uma

³⁴ PSDB, 2001, op. cit., p. 21.

³⁵ CARDOSO, 1997b, op. cit., p. 17.

despolitização da sociedade civil, a qual, de um lado, corrobora para que as consciências das classes trabalhadoras permaneçam no nível elementar do econômico-corporativo e, do outro, desloca-se o eixo da militância social do conflito de classes para estratégias participativas e colaboracionistas com o capital, desmantelando ou refuncionalizando seus próprios aparelhos privados de hegemonia em favor da “coesão social”.³⁶

Assim como a sociedade civil aparece como portadora de uma imparcialidade, as referências a ela nos documentos peessedebistas nos mostram que, ao credenciá-la como agente do novo modelo, a considera também separada, ou melhor, fora do Estado. Desta forma, o “público não-estatal” aparece como entidade autônoma do mercado e do Estado – supostamente um “Terceiro Setor”. O que é realmente revelador é o fato de esta sociedade civil plasmada, homogênea, autônoma e despolitizada, *assume o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais*.

A fórmula “radicalização da democracia” encobre com o véu da terceira via sua verdadeira face neoliberal: de atribuir à sociedade a (auto)responsabilização pela execução e financiamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado de suas atribuições mais candentes.

O PSDB perfilava-se como de terceira via porque se preocupava com o grau de estabilidade político-social, isto é, com a “coesão social” necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo. Daí a ênfase em mecanismos “participativos”, nos “controles sociais”, na “radicalização da democracia”, na “publicização”, ou seja, no refino e ampliação da própria noção “modernização”, cujo teor não se referia somente ao mercado ou ao Estado, mas ao conjunto do tecido social.

Portanto, o neoliberalismo peessedebista de tipo terceira via conduziu um processo de *ampliação seletiva* do Estado capitalista. Ampliou (e não restringiu) na medida em que o próprio projeto possibilitou que novas organizações da sociedade civil ligadas aos setores empresariais pudessem participar das discussões e decisões estatais. Foi seletiva porque excluiu as organizações da sociedade civil ligadas às causas populares, seja retirando-lhes os direitos conquistados, seja expropriando-lhes ideologicamente, isto é, repolitizando suas práticas e disposições teóricas.

³⁶ NEVES, 2005 e FONTES, 2005, p. 117.

Referências Bibliográficas

- BIANCHI, Álvaro. *Crise, política e economia no pensamento gramsciano*. Novos Rumos, São Paulo, nº 36, 2002.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil). In: DAVID, Maurício Dias, (org.). *Social democracia hoje*. Rio de Janeiro: FTV, 1990a.
- _____. *Social-democracia, o que é, o que propõe para o Brasil*. São Paulo: s.ed. 1990b. Disponível em: <www2.psdb.org.br/interna/biblioteca_layout.php>. Acesso em: 09/08/10.
- _____. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*. Brasília: s.ed., 1994.
- _____. *Vivemos uma revolução sem saber - Entrevista concedida à revista Veja*. Brasília: ITV, 1997a.
- _____. *Globalização (duas conferências)*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997b.
- _____. *Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos*. Proposta de governo. Brasília: s.ed., 1998.
- FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GUIOT, André Pereira. *Um 'Moderno Príncipe' para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.
- NEVES, Lúcia M^a W. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia - Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise e renovação da esquerda na América Latina. In: Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil). In: DAVID, Maurício Dias, (org.). *Social democracia hoje*. Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.
- PSDB. *A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força*. Brasília, Coleção Tucano, vol. IV, 1989a.
- _____. *Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*. Brasília: 1989b. Disponível em: <www2.psdb.org.br/interna/psdb_programa.php>. Acesso em: 09/08/10.
- _____. *Seminário Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil*. Instituto Teotônio Vilela, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Declaração Programática do Partido da Social Democracia Brasileira - documento preliminar para discussão interna*. ITV, Brasília: maio de 2001.

Hipólito José da Costa: Uma figura ambígua ou mal interpretada?

Bruna Melo dos Santos*

Esse estudo tem como objetivo fazer um esboço da trajetória de vida de Hipólito José da Costa, redator e editor do *Correio Braziliense*. Este personagem conta com pelo menos duas biografias bastante conhecidas, que por sinal, os biógrafos disputam entre si o pioneirismo de tê-lo biografado. No entanto, a primazia de tal feito, diga-se de passagem, em solo brasileiro¹, parece não recair sobre nenhum dos dois, isto é, nem Mecenas Dourados e nem Carlos Rizzini², mas sim todos os louros e glória devem ir para: Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, mais conhecido como Barão Homem de Mello – advogado, historiador, cartógrafo, político, professor e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ingressara no ano de 1859.

Homem de Mello escreveu a primeira “biographia” de Hipólito cinquenta anos após a morte do redator. O escrito foi publicado no ano de 1872 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título *Biographia dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc. Hyppolito José da Costa Pereira*.³ Na tentativa frustrada de fazer um esboço sobre a vida de Hipólito, Barão Homem de Mello se limitou a descrever trechos do *Correio Braziliense*, e, também, da *Narrativa da Perseguição*.

As poucas linhas em que escreveu sobre o redator do *Correio*, Homem de Mello fez rasgados elogios a sua atuação no cenário político luso-brasileiro, momentos antes da independência do Brasil, e reconheceu que Hipólito ainda não havia recebido as honras que merecia por ter contribuído para a liberdade de seus compatriotas. Apresentou seu

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação de História na linha de Política e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CAPES.

¹Três décadas após a morte de Hipólito da Costa, o jornalista, e desafeto de Hipólito, José Liberato Freire de Carvalho, principal redator de *O Investigador Portuguez*, foi o primeiro a escrever a biografia do redator do *Correio Braziliense*. Para mais informações ler o texto Os biógrafos de Hipólito da Costa. Jogo de Espelhos. Antonio F. Costella. . In: DINES, Alberto (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002.

² DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

³MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. “Biographia de Hyppolito José da Costa Pereira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1872.

biografado como um “publicista eminente, que, na época agitada da independência, armado da cólera do patriotismo, intimou à metrópole os direitos da oprimida colônia do Brasil”.⁴

Pioneirismo à parte é obvio que não se pode desprezar a distância temporal, teórica e metodológica entre a biografia, ainda com ph, escrita por Barão Homem de Melo em 1871 e a biografia escrita por Mecenas Dourados e Carlos Rizzini, que coincidentemente saíram à luz no ano de 1957. Vale pontuar que no século XIX, a História recebeu a sua patente de ciência, e com isso a biografia passou a se pautar mais nos documentos a fim de caminhar na mesma direção de cientificidade, agora, exigida pela História. A fim de situar a diferença entre a escrita biográfica do Barão Homem de Melo dos demais biógrafos citados, cabe destacar os três paradigmas definidos por Daniel Madelénat⁵ – biografia clássica que abarca o período da antiguidade ao século XVIII; a biografia romântica que está circunscrita do final do século XVIII ao início do XX; e, por fim, a biografia moderna. É importante ressaltar que Madelénat não tratava esses paradigmas como algo imóvel, muito pelo contrário, essa divisão foi apenas uma chave que ele utilizou para melhor analisar as “misturas” e complexidades do uso do biográfico.

Assim, a biografia escrita por Homem de Melo situa-se no segundo paradigma, isto é, a biografia romântica, que é narrada nos mínimos detalhes, fortemente documentada tendo como fonte: cartas, diários e tudo mais que registrasse as ações do indivíduo. Enquanto as demais que foram produzidas na segunda metade do século XX estão circunscritas no paradigma da biografia moderna, que nasceu da crise de valores que afetou o sistema do humanismo, do cristianismo e da ciência, tendo como resultado a ruptura com o pensamento racionalista/cientificista, com a tradição cristã e com o humanismo Greco-Latino.

O debate em torno da laicização do mundo, onde os homens não necessitavam mais das idéias de Deus para agir no mundo, afetou a escrita da história. A maneira de conceber o sujeito foi modificada, agora o indivíduo deve e pode ser considerado objeto de estudo. A biografia moderna estabelece parceria com o romance que privilegia uma narrativa entendida como história de vida, que está relacionada com as figurações do tempo. Esse tipo de biografia é a que prevalece até hoje, na qual o biografado passa por um processo de humanização, onde suas imperfeições e incertezas também são narradas, rompendo, dessa forma, com a

⁴ MELLO, Homem de. Op.Cit.

⁵ MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984

concepção heróica que era normalmente atribuída ao biografado, uma vez que ele deveria servir como exemplo.

A trajetória de vida de Hipólito da Costa que será tratada neste estudo dará conta do lado humano do redator, que como qualquer pessoa tem suas imperfeições, suas incertezas e ambigüidades. Uma dentre as inúmeras ambigüidades que cercam a figura do redator do *Correio Braziliense*, diz respeito a sua nacionalidade. O próprio Hipólito da Costa considerava o Brasil como sua terra natal, e no primeiro número do *Correio* isto fica evidente ao afirmar que está escrevendo para os seus compatriotas “Levado desses sentimentos de Patriotismo, e desejando aclamar meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto [...]”⁶; apesar deste auto-reconhecimento, Hipólito não é considerado brasileiro por alguns historiadores e jornalistas, que o acusam de ser um falso ídolo do jornalismo brasileiro, já que nem brasileiro ele era. Nelson Werneck Sodré reforça essas acusações e enumera alguns motivos que descredenciam Hipólito do rol da história da imprensa brasileira.⁷

O infortúnio de ter nascido na colônia do Sacramento – local em que viveu até os 3 anos de idade, mudando-se com seus pais para o Rio Grande do Sul, onde viveu até os 14 anos de idade, quando partiu para Lisboa a fim de iniciar os estudos superiores como era, em via de regra, o destino dos jovens de famílias mais abastadas do cenário luso-brasileiro – deu margem para que a “nacionalidade” de Hipólito da Costa fosse questionada, assim, como também, foi questionado o status do *Correio Braziliense* como sendo o primeiro periódico “brasileiro”. O historiador João Paulo G.Pimenta corrobora com esses questionamentos ao relatar que o *Correio*:

“sempre foi redigido e editado em Londres, por um editor nascido na Colônia do Sacramento, território que acabou por pertencer definitivamente à República Oriental do Uruguai [...] foi necessário considerável malabarismo conceitual para que se acreditasse ser o *Correio Braziliense* o primeiro periódico brasileiro”.⁸

No entanto, para outros autores, o fato do jornal ser redigido em Londres foi uma estratégia para que Hipólito, longe dos olhos e garras da censura, pudesse expor e denunciar

⁶ *Correio Braziliense*. vol.1, nº01, setembro de 1808, p. 03

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

⁸ PIMENTA, João Paulo G. “Nas origens da imprensa Luso-Americana: O periodismo da província Cisplatina (1821-1822)”. In: *História e Imprensa*. NEVES, Lucia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(org.) Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

tudo aquilo que julgasse importante, mesmo quando o assunto fosse desagradável para a Corte portuguesa. Argumentam que se o *Correio* fosse redigido em território luso-brasileiro teria, com toda certeza, sofrido influências do Rei e do clero, tal como acontecia com as gazetas que circulavam por aqui. Por exemplo, a Gazeta *Idade d'Ouro do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1811, na Bahia, pelo redator Manuel Antonio da Silva Serva, precisou seguir inúmeras regras para que fosse liberada sua circulação como, por exemplo, fazer considerações sobre o amor ao soberano e à religião, divulgar as notícias políticas sem fazer nenhuma reflexão sobre o assunto, divulgar escritos ministeriais e econômicos, etc.⁹

Outra questão, um tanto quanto duvidosa, paira sobre o personagem Hipólito da Costa e diz respeito a tão desejada e defendida liberdade de imprensa almejada pelo redator, que depois de ter ficado cerca de dois anos nos Estados Unidos e presenciado a circulação dos *journals*, e, sobretudo, do pensamento político, livre de qualquer censura, encantou-se pela atividade da imprensa, a qual passaria exercer poucos anos depois, através da redação e edição do *Correio Braziliense*, que tinha como missão, não só, a divulgação de notícias, mas, também, como observou Isabel Lustosa “informar os brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos direcionando-os no sentido das idéias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do absolutismo ou de qualquer forma de despotismo”.¹⁰

Nos Estados Unidos, Hipólito circulou entre homens influentes, que tinham o poder de interferir nos negócios de Estado por meio do combate político na esfera da opinião pública, os chamados homens de imprensa, grupo social a qual logo passaria a pertencer. Como redator, Hipólito encontrou lugar no campo da *República das Letras*, onde os homens letrados surgiram com uma missão política e pedagógica de difundir idéias, com o intuito de informar e formar a opinião pública.

A viagem aos Estados Unidos foi um marco na vida do futuro redator, que ficou espantosamente admirado com a cultura política de liberdade que era tão cara ao mundo luso-brasileiro. Nem mesmo o modelo de governo da República americana lhe atraiu tanto, também não poderia mesmo, já que Hipólito sempre foi um monarquista ferrenho. Sua fascinação estava na livre circulação das idéias que encontravam lugar dentro de espaços públicos, diga-se de passagem, a liberdade era tanta que tinha espaço até mesmo para a

⁹ Para maiores informações sobre a gazeta *Idade d'Ouro do Brasil* ver SILVA, Maria Beatriz Nizza. “A Idade d'ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas”. In: *História e Imprensa*. NEVES, Lucia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

¹⁰ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.17

exposição das intimidades dos políticos que se agrediam através das páginas dos jornais. Vale ressaltar que o cenário norte-americano, que recebeu Hipólito da Costa, estava em plena campanha política e a imprensa, nesse contexto, tinha ampla participação na agitação das campanhas, assim, como serviam de instrumento para propaganda dos partidos políticos.

A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa tão defendida por Hipólito parece não ter sido uma constante em seu jornal, isso é o que afirma alguns historiadores que acusam Hipólito da Costa de ter “vendido” sua pena para a Coroa Portuguesa, que teria feito a proposta de financiar quinhentos exemplares de cada edição com a condição do redator não pesar à mão ao escrever acerca da administração de D. João VI. No entanto, segundo Carlos Rizzini, tudo indica que Hipólito não teria aceitado a oferta, senão a Corte do Rio de Janeiro não teria patrocinado o lançamento do jornal o *Investigador Português* na Inglaterra, que tinha como missão defender os interesses do governo luso-brasileiros das tintas do redator do *Correio Braziliense*.¹¹ Se considerarmos o papel de Rizzini como biógrafo de Hipólito e levarmos em consideração o tema recorrente entre os biógrafos que é a “empatia e o desejo de fazer justiça”,¹² poderemos por em dúvida essa defesa de Rizzini, mas essa não é a intenção desse estudo.

Por outro lado, segundo Sérgio Goes de Paula e Patricia de Souza Lima, no contexto histórico da época, era bastante comum que os periódicos fossem patrocinados devido ao elevado custo de manutenção. Assim, devido a grande dificuldade de Hipólito da Costa para manter a circulação do *Correio*, ao que tudo indica, recebeu ajuda financeira da maçonaria e do governo inglês, mas precisamente do duque de Sussex. No entanto, pode se afirmar, segundo os autores supracitados, que até meados do século XIX não existia uma imprensa independente e todos os jornais eram porta-vozes de partidos, grupos econômicos ou de pessoas, que arcavam com os seus custos. Sendo assim, era de se esperar que o *Correio Braziliense*, também, fosse patrocinado. Nesse caso, as acusações feitas a Hipólito da Costa não procede, tendo em vista que esse era o caminho natural dos jornais no começo do oitocentos.¹³

¹¹ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

¹² ARNAUD, Claude, apud DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.15

¹³ PAULA, Sérgio Goés de Paula e LIMA, Patricia de Souza. “Os paradoxos da liberdade”. In: Alberto Dines (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002. p. 111-159.

Desse modo, é importante ressaltar, que ao aceitar o financiamento, o redator do *Correio* teve que fazer algumas concessões, mas em momento algum deixou de expor em seu jornal tudo aquilo que se propunha, desde a publicação do primeiro número, em outras palavras, não abriu mão do caráter civilizador e continuou na luta pelos princípios que defendia, dentre eles a “extinção gradual e prudente” da escravidão.

O caráter abolicionista de Hipólito também é alvo de críticas de muitos autores que sofrem de “síndrome anti-Hipólito” como pontuou Alberto Dines¹⁴. A posição adotada pelo redator do *Correio* diante desse atraso social de uma nação que se queria livre deu origem as interpretações de que seria Hipólito um abolicionista às avessas, já que ele não estava tão preocupado com a questão humanitárias, mas sim com os prejuízos que a economia luso-brasileira poderia ter amargado caso as estruturas da escravidão fosse ceifada de uma hora para outra.

Nesse sentido, é importante perceber que Hipólito era um monarquista assumido e, obviamente, se preocupava com a economia do Império, assim, sendo o trabalho escravo as mãos e os pés da economia, nada mais seguro do que promover o fim da escravidão de maneira cautelosa, a fim de manter o bem-estar econômico da colônia portuguesa e do Império. Esse discurso, um tanto quanto, “conservador” rendeu a Hipólito algumas críticas, pois a adesão do *Correio* a causa abolicionista de início se limitou a publicação dos atos oficiais sobre a escravidão, e algumas análises sobre os textos como, por exemplo, o *Correio Braziliense* publicou na íntegra o *Alvará sobre o commercio da escravatura* expedido em 1814 por d. João VI, que ironicamente estabelecia algumas medidas para dar melhores condições ao transporte dos escravos trazidos da costa africana para o Brasil. A oferta de comida boa e variada, água limpa e espaço suficiente para que os escravos descansassem, estavam entre as medidas que, em vias de fato, era o que déspota d. João chamava de “saúde pública”.¹⁵

Ao analisar o tal documento, Hipólito louvou a atitude de d. João, mas ressaltou que “nada determina quanto à existência do tráfico da escravatura”. Os críticos de Hipólito se valem do discurso cauteloso do redator do *Correio* para questionar a sua posição à causa da escravidão. Teria ele advogado ou não em prol da abolição? Talvez o pensamento de Hipólito

¹⁴ DINES, Alberto. Citações e referências a documentos eletrônicos. Online: disponível na Internet via <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=490JDB001>. Arquivo consultado em 06 de agosto de 2010.

¹⁵ SAFIER, Neil. “Abolição à distância: a luta de um maçom pela emancipação brasileira por meio da imprensa”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.(Org.). *Livros e Impressos*. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

da Costa acerca da formação da identidade do povo brasileiro pode ter dado margem para se por em dúvida a sua causa abolicionista, uma vez que o redator se mostrou contra a “mistura das raças”, pois afirmava que “a raça portuguesa se estragará totalmente com a mistura, tão comum no Brasil, com os negros africanos, cuja compleição e figura vicia o físico das gerações mistas [...]”.¹⁶

Em suma, o presente estudo procurou apresentar algumas características que dão conta das dubiedades que pairam sobre Hipólito José da Costa, que na visão de alguns é uma figura ambígua, e na visão de outros, é apenas mal interpretada. Sabe-se que a escrita da história depende da percepção de cada historiador¹⁷, que varia de acordo com as inquietações própria do tempo presente, que o faz interrogar e interpretar as fontes do passado de forma que encontre as respostas que está buscando, sendo assim, tal como afirmou Koselleck a história sempre dará margem para ser questionada, reinterpretada, indagada, ou seja, sempre irá haver um lugar para a revisão, para o preenchimento de alguma lacuna, que a narrativa não conseguiu fechar, portanto, as muitas interpretações sobre o personagem Hipólito José da Costa estão diretamente relacionadas a esse processo da história, onde a verdade varia de acordo com a percepção de cada historiador e, dessa forma, a história se renova e continua.

Referências bibliográficas:

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Braziliense, 2001.

DINES, Alberto. Citações e referências a documentos eletrônicos. Online: disponível na Internet <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=490JDB001>. Arquivo consultado em 06 de agosto de 2010.

DINES, Alberto (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

¹⁶ *Correio Braziliense*, apud MOREL, Marco. “Entre estrela e satélite”. In: Alberto Dines (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006. p.161-188.

- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MADÉLÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984
- MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. "Biographia de Hyppolito José da Costa Pereira". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1872.
- MOREL, Marco. "Entre estrela e satélite". In: Alberto Dines (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002.
- PAULA, Sérgio Goés de Paula e LIMA, Patricia de Souza. "Os paradoxos da liberdade". In: Alberto Dines (ed.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. V. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002.
- PIMENTA, João Paulo G. "Nas origens da imprensa Luso-Americana: O periodismo da província Cisplatina (1821-1822)". In: *História e Imprensa*. NEVES, Lucia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(org.) Rio de Janeiro: Faperj, 2006.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SAFIER, Neil. "Abolição à distância: a luta de um maçom pela emancipação brasileira por meio da imprensa". In: *Livros e Impressos*. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. NEVES, Lúcia Maria Bastos P.(Org.). Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. "A Idade d'ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas". In: *História e Imprensa*. NEVES, Lucia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). Rio de Janeiro: Faperj, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Cultura Política em Juiz de Fora na Primeira República: as Associações de Ofício e suas festas ¹

Camila Pereira Martins ²

Introdução

O presente artigo busca analisar as culturas compartilhadas pelas associações mútuas de Juiz de Fora durante a Primeira República. Entre o conjunto variado de mútuas restringimos a nossa análise sobre aquelas que se definiam a partir de ofícios (caixeiros, gráficos, etc.).

As associações mútuas caracterizavam-se, principalmente, por exercerem funções públicas na ausência de mecanismos formais de previdência³. Porém, além disso, as mútuas organizavam cerimônias com as mais variadas motivações, cumprindo um importante papel na promoção de atividades culturais. Eram espaços de lazer e conagração dos associados e dos demais moradores da cidade⁴.

É sobre este aspecto que deteremos nossa análise, pois entendemos que culturas se expressam através de práticas e rituais desenvolvidos, tanto pelos atores sociais quanto pelas coletividades⁵. Assim, observaremos as associações, bem como as festividades que elas promoviam, com o objetivo de analisar as culturas que as associações e os associados compartilhavam.

Cultura Política

A primeira coisa que devemos destacar é que não pleiteamos a existência de uma cultura política homogênea em Juiz de Fora, nem mesmo entre as associações pesquisadas. Entendemos cultura política no sentido que Serge Bernstein conferiu ao conceito, ou seja,

¹ Artigo desenvolvido no âmbito de pesquisa do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) através de bolsa de iniciação científica do CNPQ.

² Graduanda de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ VISCARDI, Cláudia M. R. e JESUS, Ronaldo P. de. "A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil". In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel A. (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, cap. 1, 2008. P. 26.

⁴ Id., *Ibid.*, P. 30.

⁵ CUNHA, Maria C. P. (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: UNICAMP, 2002. P. 18.

compreendemos que o termo deve ser concebido sempre no plural, pois assim abrimos a possibilidade de pensarmos na convivência de várias culturas políticas, no mesmo tempo e espaço, o que permite vislumbrarmos a ocorrência tanto do compartilhamento como dos conflitos entre as culturas em disputa⁶.

Para Berstein o que leva um historiador a ter o interesse na identificação da cultura política de determinados grupos é a possibilidade de compreensão das motivações da ação política por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que eles partilham, em função da sua leitura do passado e das suas aspirações para o futuro⁷.

Deste modo, não podemos pensar em cultura política sem nos referirmos à interiorização, a socialização. Discutir culturas políticas é discutir sobre a sociabilidade, pois as culturas políticas são formadas e modificadas no dia-a-dia nos espaços de sociabilidade⁸. Este é o caso das associações mútuas.

As associações mútuas

A mais antiga associação mútua que trataremos neste trabalho é a Associação dos Empregados no Comércio em Juiz de Fora. Os primeiros registros que encontramos sobre a Associação datam do início da década de 1890, e dão conta da organização do estatuto e da realização de ensaios de dança⁹.

Em 14 de abril de 1904 a associação enviou um abaixo assinado com cerca de 120 assinaturas, dizendo que os empregados do comércio estavam prejudicados em sua saúde, em seu sentimento religioso e nos direitos e regalias de cidadãos brasileiros pela ausência de descanso no domingo. Afirmavam que a classe era solidária com os comerciantes, mas pediam lei que obrigasse o fechamento do comércio aos domingos¹⁰.

Após conseguir o descanso aos domingos os empregados do comércio vão empenhar-se em outra luta, o fechamento do comércio às 6 horas da tarde. Um grupo de empregados do comércio percorreu diversas casas comerciais colhendo assinaturas para aprovarem o

⁶ BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, J.P e SIRINELLI, J.F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988. P. 354.

⁷ Id., Ibid. P. 363.

⁸ Id., Ibid. P. 356.

⁹ Jornal "O Pharol" de 05/07/1892, p. 2, coluna 5.

¹⁰ Arquivo Público da cidade de Juiz de Fora, Série 202- 218, Caixa 128, 203 – Documentos relativos à Associação de empregados do comércio de Juiz de Fora, 14 de abril de 1904.

fechamento às seis horas. A este grupo foram atribuídas também ameaças e pichamentos das casas comerciais, que se negassem a assinar a lista.

As festividades promovidas pela associação iam desde comemorações de aniversário até inaugurações de retratos, e eram caracterizadas pela solenidade e pela presença das mais variadas autoridades, como diziam: “Trata-se de uma festa a que se associam todas as classes”¹¹.

O sexto aniversário da Associação realizado na sede da mesma foi uma sessão solene ministrada pelo General Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra. Após a sessão solene houve a realização de palestras e concerto a violão¹².

Para o festival de aniversário da associação em 1927 diversas empresas fizeram doações, várias autoridades foram convidadas, assim como a imprensa¹³. Quando começaram os preparos para as festividades o jornal publicou os nomes das pessoas que haviam feito doações. Após a festa o jornal publicou o nome das pessoas que compareceram. Além disso, o então Presidente da República, Washington Luiz, mandou um telegrama à associação a felicitando.

Outra Associação erigida em torno de apenas uma categoria profissional foi a Associação Beneficente dos Conductores e Motorneiros. A realização de sua instalação oficial ocorreu no dia 31 de dezembro de 1911. A sessão oficial foi presidida por Francisco Valladares, que parabenizou os funcionários da Companhia Mineira de Eletricidade pela fundação de tal Associação. Além disso, fez um discurso paltado pelo enaltecimento do “princípio associativo, como um meio seguro de aperfeiçoamento gradativo e paulatino de sua condição”. Exortou os operários para que fossem “leais, sinceros, respeitadores da hierarquia”, para que tivessem a “estima e consideração dos seus chefes e patrões”¹⁴.

No primeiro aniversário de fundação da Associação houve passeatas durante o dia, e depois no parque Weiss, houve torneio de bolas, kermesse e tômbola. À noite, no salão da cervejaria houve a sessão solene, tendo como orador oficial o Dr. Pedro Marques de Almeida. Logo após a sessão solene houve um baile dançante¹⁵.

¹¹Jornal “Jornal do Comércio” de 08/04/1906, p. 2, coluna 1.

¹²Jornal “O Pharol” de 11/04/1909, p. 1, coluna 8.

¹³Jornal “O Dia” de 23/03/1927, p. 2, coluna 5.

¹⁴Jornal “O Pharol” de 01/01/1912, p. 1, coluna 5/6.

¹⁵Jornal “O Pharol” de 22/10/1912, p. 1, coluna 5.

Outra associação importante durante a Primeira República em Juiz de Fora foi a Associação Beneficente Irmãos Artistas, fundada oficialmente em 15 de agosto de 1908¹⁶. A Associação tinha como tipologia básica dos benefícios feitos aos associados socorros médicos e farmacêuticos diversos, pensões temporárias, tratamento com ajuda de remédios, enterros, aluguéis de casa. Algumas vezes o próprio médico da associação realizava visitas aos enfermos necessitados, sendo comum a visita de uma comissão de sócios à casa de membros da Associação, feitas tanto para saber o motivo das ausências nas reuniões, quanto para ir cobrar dívidas e ver o estado de saúde dos mesmos. Além disso, a Associação mantinha através de coletas uma Caixa de Socorros independente da Associação¹⁷.

A Irmãos Artistas procurava obter rendimentos também por meio da realização de jogos de futebol, de festas, festivais, tombolas e excursões. Nas excursões a São João Nepomuceno em visita a outras associações operárias, a Associação procurava unir ainda mais os laços de amizade existentes entre os operários de Juiz de Fora e de São João Nepomuceno¹⁸.

A primeira visita sobre a qual temos notícias ocorre em 14 de agosto de 1921, quando uma comitiva que contava com 300 pessoas partiu em excursão a São João Nepomuceno. A comitiva compunha-se de pessoas de todas as classes sociais, entre elas autoridades municipais e representantes dos jornais¹⁹. Em São João Nepomuceno os excursionistas, após passeata pela cidade, assistiram a posse da nova diretoria da Liga Operária União São Joanense²⁰.

Em agosto de 1922 foi realizada outra excursão a São João Nepomuceno, esta com o objetivo de arrecadar dinheiro para construir a sede da ABIA. Nesta as pessoas percorreram a cidade até chegarem à sede da União Operária São Joanense, que promoveu uma série de eventos para os excursionistas²¹.

Em retribuição a União Operária de São João Nepomuceno veio a Juiz de Fora. O jornal relata que a União Operária fez passeata por várias ruas, ao som de uma banda, até chegarem

¹⁶ Jornal “O Pharol” de 15/08/1909, p. 1, coluna 7.

¹⁷ Jornal “O Dia” de 03/09/1921, p. 1, coluna 6.

¹⁸ DUTRA, Eliana de F. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Ucitec. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. P. 85.

¹⁹ Jornal “O Dia” de 14/08/1921, p. 2, coluna 1.

²⁰ Jornal “O Dia” de 17/08/1921, p. 1, coluna 3.

²¹ Jornal “O Dia” de 08/08/1922, p. 1, coluna 5.

a sede da Irmãos Artistas, onde ocorreram alguns discursos dos representantes de ambas as associações²².

Outra mutual de grande prestígio na época era a Sociedade Beneficente Operária de Juiz de Fora, que foi fundada em 1918. Para a imprensa tratava-se de uma tentativa de cooptação dos operários pelo poder político constituído. Contudo, na primeira acusação que receberam sobre visar fins políticos, a diretoria provisória esclareceu os seus objetivos. Seriam eles: a unificação do operariado da cidade, a organização de uma cooperativa, a prestação de serviços médicos e farmacêuticos a preços reduzidos, a criação de uma biblioteca, a criação de um fundo de reserva e, a difusão do ensino e da educação intelectual e cívica dos operários²³.

Logo depois de sua fundação, antes mesmo da posse da diretoria, os sócios, após decisão em assembléia, encaminharam um ofício circular aos diretores dos estabelecimentos fabris de Juiz de Fora, solicitando folga para os operários comemorarem o dia 1º de maio e comparecerem à posse da diretoria da Sociedade Beneficente, no que foram atendidos²⁴.

Na comemoração do 1º de maio, a Sociedade promoveu conferências sobre as associações operárias, o socialismo, a greve, as revoluções e a bandeira da paz. Completando a solenidade tocou a banda de música “Enterpe Mineira”. As demais festividades promovidas pela Sociedade foram feitas com o objetivo de arrecadar dinheiro para seus cofres. Isto cabe tanto para conferências realizadas no Teatro de Juiz de Fora, como para festas realizadas no Parque Halfeld, onde foi feita uma salva de tiros.

Em janeiro de 1920 explodiu em Juiz de Fora, uma greve geral, apoiada pela Associação. Em fins de 1919 já corriam boatos na cidade de que ocorreria uma greve geral. Sendo que, no dia 31 de dezembro de 1919, os industriais reuniram-se na Câmara Municipal para debater sobre as reivindicações operárias. Já no dia primeiro de janeiro de 1920 os operários reuniram-se em assembléia presidida por Gustavo Lacher – o então presidente da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora –, para discutir a contra-proposta dos industriais. Esta foi rejeitada e decidiu-se “pela declaração de greve parcial com caráter geral” a começar no dia 2⁵.

²² Jornal “O Dia” de 19/09/1923, p. 1, coluna 4.

²³ ANDRADE, Sílvia M. B. V. *Classe Operária em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. P. 107.

²⁴ Jornal “O Dia” de 24/04/1918, p. 1, coluna 3/4.

²⁵ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 116.

O mais interessante deste movimento foi que existiram pontos de contato entre a massa e a liderança. As lideranças, expressando a vontade da massa, orientaram o movimento e, fizeram os encaminhamentos necessários para o atendimento das reivindicações. Porém, também existiram pontos de tensão. A massa descontente fez com que as lideranças aceitassem que uma comissão de operários, junto com os mediadores, se relacionassem diretamente com os industriais. O impulso dado ao movimento pela massa redefiniu os rumos do acordo que pôs fim à greve e, principalmente, redefiniu a orientação da própria Associação Beneficente Operária que se transformou em Federação Operária, passando a ter um caráter mais sindical²⁶.

Após este período fértil para o movimento operário, Artur Bernardes assumiu a presidência da República (1922-1926), e este período assinalou um refluxo na atuação do movimento operário a nível nacional, devido à violenta repressão, aos problemas da orientação do movimento operário e ao início das migrações internas do nordeste, que baratearam a mão-de-obra²⁷.

Conclusão

Ao longo do texto procuramos, através dos relatos das práticas cotidianas das associações, ressaltar as particularidades de cada associação. Agora, tentaremos traçar as características comuns a elas. Até o presente momento pudemos observar, que de modo geral, as associações operárias recorreram a toda uma série de práticas ritualizadas em seu funcionamento cotidiano e, já reconhecidas pela sociedade em geral²⁸. Sessões solenes e festas beneficentes fazem parte de todo um aparato de uma mesma estrutura de organização, que mostra uma estabilidade e consolidação de certa modalidade de celebração e, sobretudo, de sua aceitação para além das fronteiras de uma única categoria²⁹.

A presença nessas ocasiões de representantes de outras associações, dos jornais e eventualmente de autoridades era também elemento de legitimação e demonstração de

²⁶ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 99 à 103.

²⁷ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 141.

²⁸ BATALHA, Cláudio H. M. "Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República". In: BATALHA, Cláudio H. M. et al. (Orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004. P. 100.

²⁹ BATALHA, Cláudio H. M. Op. Cit. P. 105.

prestígio tanto da sociedade aniversariante como de seus dirigentes³⁰. Daí a necessidade de divulgar a presença deles, o que também funcionava como forma de pressionar as autoridades a atenderem as reivindicações das associações. Era uma via de mão dupla, as associações buscavam o apoio das autoridades para terem seu funcionamento legitimado e as autoridades buscavam o apoio político das massas através das associações. Contudo, isto não impediu que os operários participassem de uma maneira ou de outra das greves.

As excursões a outras cidades e as passeatas que as acompanhavam também apresentam uma ritualização consolidada. Porém, elas serviam muito mais para afirmar a presença operária e sua força do que para buscar o apoio das autoridades.

Em suma, o que percebemos é que não há uma ideologia movendo a ação, ambas vão se constituindo juntas. É diante das circunstâncias e possibilidades do dia-a-dia que as associações e seus associados vão construindo sua ação. E, é isto que faz com que associações com tendências ideológicas distintas, que em muitos aspectos competem entre si, buscando ser a verdadeira representante do operariado da cidade, utilizem as mesmas práticas e rituais.

Assim, fica claro que tendo em vista um futuro de melhores condições de vida, as associações não desprezavam a experiência comum do operariado nascente, que é de exploração – leitura do passado/presente feita pelos próprios operários que aparece diversas vezes nos jornais locais –, o que os leva a recorrer a formas de ação que já tiveram seu funcionamento comprovado, que já trouxeram conquistas efetivas ao operariado, e isto se refere tanto a aproximação com as autoridades quanto ao recurso a greves.

³⁰BATALHA, Cláudio H. M. Op. Cit. P. 104.

O Supremo Tribunal de Justiça como objeto e o uso da prosopografia como método

Carla Beatriz de Almeida*

Introdução

No presente trabalho, mostraremos o ‘Supremo Tribunal de Justiça’ como objeto de análise de alguns historiadores e pesquisadores, trazendo as suas contribuições para se pensar a história dessa instituição, bem como uma reflexão sobre o uso da prosopografia como método empregado na pesquisa histórica, uma vez que constitui um recurso para apreensão do papel histórico desempenhado por determinadas coletividades, no caso, os membros do Supremo Tribunal de Justiça no II Reinado.

O Supremo Tribunal de Justiça como objeto

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil; em decorrência da invasão das tropas napoleônicas, se tornou inviável a remessa de autos e apelações para a Casa da Suplicação de Lisboa. Assim, o então príncipe regente, D. João através de um alvará de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil:

I. A Relação desta cidade se denominara Casa da Supplicação do Brazil, e será considerada como Supremo Tribunal de Justiça; para se findarem ali todos os pleitos em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis, e mais Disposições. E terão os ministros a mesma alçada que tem os da Casa da Supplicação de Lisboa¹.

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharel em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC/MG), Pós-graduanda em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: e-mail: lookcarla84@yahoo.com.br

¹ Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume II, Da Restauração Portuguesa ao Grito do Ipiranga*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

A Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I foi um avanço no sentido de propiciar uma organização da justiça brasileira, estabelecendo a independência do Poder Judiciário e ao trazer diretrizes sobre a criação de um tribunal superior. O artigo 163 da Constituição de 1824 tinha a seguinte disposição:

Na capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como das demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de – Supremo Tribunal de Justiça – composto por Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir².

O referido preceito constitucional foi cumprido com a sanção da Lei de 18 de setembro de 1828 pelo Imperador D. Pedro I, que dispõe sobre o Supremo Tribunal de Justiça e suas atribuições.

A estruturação do poder judiciário só teve início em 1828, com a criação do Supremo Tribunal de Justiça³, que foi instalado no ano seguinte com 17 juízes letrados, as principais atribuições eram conceder ou denegar revistas nas causas julgadas pelos tribunais da relação nas hipóteses de práticas de atos nulos ou de notória injustiça.

A instituição ‘Supremo Tribunal de Justiça’ foi objeto de análise de alguns historiadores e pesquisadores, quais sejam:

Andréa Slemian⁴ analisou a criação (1828) e o funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça nas duas primeiras décadas do Brasil Independente tendo em vista a complexa agenda de implantação de uma ordem constitucional para o Império. Em sua análise, uma série de reformas legislativas nos órgãos judiciários, que foram colocadas em prática no I Reinado esteve imersa em uma atmosfera de reformulação das bases políticas dos novos regimes no mundo atlântico, desde o final dos setecentos. A autora usou como fontes a legislação, os debates parlamentares, os relatórios dos ministros, sentenças do Supremo tomado por meio da imprensa, lançando mão de elementos para se entender a criação deste tribunal, sua

² Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, Independência e Constitucionalismo*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

³ GRINBERG, Keila. “Verbete Justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Objetiva, 2002.

⁴ SLEMIAN, Andréa. “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, nº 35, maio de 2009.

atuação institucional e os conflitos advindos em seus primeiros anos, por causa da desconfiança em relação aos desembargadores, juizes de carreira, identificados não só com um paradigma de direito prevalente no antigo regime e diante do clima de anti-lusitanismo que rondou todo o I Reinado após a Independência.

Quem também trabalhou com esse objeto foi José Reinaldo de Lima Lopes⁵ ao investigar a definição do poder judiciário no momento em que se consolidava o Estado Nacional Brasileiro, cuja afirmação desse poder esteve ligada às idéias do judiciário em um regime constitucional e liberal. Para o autor, no II Reinado tivemos uma justiça administrativa (assembléia geral e poder moderador, via Conselho de Estado), o que afastou o Supremo de questões políticas, mas o afastamento não foi total, posto que houvesse conflito entre o judiciário e os outros poderes.

Também nesse período do II Reinado, tivemos a contribuição de Paulo Macedo Garcia Neto⁶ que analisou as reformas judiciária de 1871 e a eleitoral de 1881 (Lei Saraiva) que marcaram as tentativas de redefinição do papel do judiciário no arcabouço institucional brasileiro, bem como fez uma análise de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça nas duas últimas décadas do regime monárquico brasileiro. Cabe salientar que Lopes e Garcia Neto deram um enfoque de acordo com a sua especialização na área de Direito, trabalhando a questão do poder judiciário e analisando algumas jurisprudências do Supremo Tribunal de Justiça na segunda metade do século XIX.

Gladys Sabina Ribeiro⁷ que trabalhou com a questão do Supremo Tribunal Federal (essa nomenclatura foi adotada na Constituição Provisória publicada com o decreto nº 510, de 22 de junho de 1890) na República Velha a partir das mudanças na legislação após a sua instituição, mostrando como se desenhava e se redesenhava o papel dessa instituição, bem como analisou processos desse tribunal para tentar compreender ‘a conformação do Direito,

⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. “O supremo tribunal de justiça no império (1840-1871)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de Lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, nº 35, maio de 2009.

⁶ GARCIA NETO, Paulo Macedo. “O judiciário no crepúsculo do império (1871-1889)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de Lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, nº 35, maio de 2009.

⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e luta por Direitos na República Velha: analisando processos do STF”. In: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Niterói. Usos do Passado, 2006. Esta comunicação mostra o resultado do projeto “Organização do acervo arquivístico da justiça federal – 2ª seção”, no período de 7/2004 a 6/2005.

⁸ ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, Decreto nº: 510 de 22 de Junho de 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=91702>, Acessado em 28 de Setembro de 2010 às 14:39 horas.

do poder Judiciário e da aplicação da justiça⁹. Atentou para o fato de que as leituras desses processos mostram que as pessoas usavam a Justiça desde o período imperial para alargarem seus direitos, sendo peças-chaves para a configuração do direito no Brasil, neste contexto o Supremo Tribunal Federal seria um espaço de luta para a garantia dos direitos constitucionais em um momento tenso da história desse país.

O método da prosopografia

Um dos eixos da pesquisa de mestrado em andamento consiste em traçar um perfil dos membros do Supremo Tribunal de Justiça no II Reinado, levaremos em consideração um conjunto de elementos¹⁰, quais sejam, as trajetórias, carreiras, origem social, descendência, relação de parentesco e sociabilidade, província de origem e de atuação, agraciação com ordens honoríficas, formação acadêmica, atuação anteriores no dentro do poder judiciário, ocupação de cargos na administração pública, produção intelectual e literária, tendo em vista sempre traçar/pensar o perfil coletivo dessa instituição.

Esse método de traçar um perfil geral dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça consiste na técnica chamada prosopografia ou biografia coletiva. De acordo com Lawrence Stone:

prosopography is the investigation of the common background characteristics of a group of actors in history by means of a collective study of their lives (Tradução: À proposografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas) (grifo meu)¹¹.

A priori, deve-se reunir a documentação, que é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados é feito posteriormente, podendo-se utilizar várias técnicas, quantitativas ou

⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cidadania e luta por Direitos na República Velha: analisando processos do STF". In: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Niterói. Usos do Passado, 2006. Esta comunicação mostra o resultado do projeto "Organização do acervo arquivístico da justiça federal - 2ª seção", no período de 7/2004 a 6/2005, p.1.

¹⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Cabe salientar que autora utilizou-se metodologia chamada prosopografia, para traçar o perfil de uma instituição - o Conselho de Estado, fazendo um apanhado sobre a instituição: a origem, a formação dos conselheiros, como era a nomeação, a composição, representação partidária, a constituição e funcionamento.

¹¹ CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41.

qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, dependendo do objeto em análise. Esse método tem encontrado espaço com 'retorno' da história política, de acordo com Xavier Gil Pujol:

Adquirió con ello carta de naturaleza la especialidad designada con expresiones como prosopografía, biografía colectiva o historia social de la administración. Este género ha merecido siempre la atención de las ciencias políticas y, más recientemente, de la cercana new political history¹².

Nesse sentido, ao fazer esse exercício prosopográfico de pensar o conjunto dos conselheiros que compunham o Supremo Tribunal de Justiça no II Reinado, traçando um perfil a ser apresentado em dados quantitativos, buscando respostas sobre geração, local de nascimento, origem familiar, formação escolar, carreira profissional, carreira política, condecorações, títulos de nobreza. Para construir uma biografia coletiva desse grupo de pessoas, estabelecendo e cruzando notícias individuais, a fonte utilizada para a obtenção dos dados bibliográficos serão, sobretudo, a obra de referência de Laurenio Lago¹³.

Os papéis desempenhados por esses indivíduos possibilitam que estes sejam pensados a partir da recuperação de sua origem regional, formação, contexto familiar e de sociabilidade, o espaço de sua ação e sua função dentro de uma sociedade, bem como sua atuação na administração pública, mas as trajetórias individuais não são o mais importante, o primordial e a grande preocupação é entender o conjunto/desenhar um perfil coletivo.

Com o 'retorno' da história política tivemos um olhar voltado para do uso das biografias e trajetórias, preocupação em pensar o papel do sujeito, e como o indivíduo entra na escrita da história. Todos os que trabalham com biografias enfrentam o desafio de não cair em uma história cronológica e pouco problemática¹⁴, nesse sentido, a lição de Pierre Bordieu¹⁵ de que encluser a existência em busca de uma improvável unidade de sentido e enquadrar a existência no sentido de uma mera sucessão de acontecimentos históricos

¹² GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política: perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p.88.

¹³ LAGO, Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: Dados Bibliográficos (1828-1978)*, Brasília: Biblioteca do Exército, 1978.

¹⁴ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro análise*, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-250.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

coerentes constitui uma ingenuidade, sendo essencial reconstruir o contexto em que age o indivíduo.

Conclusão

O 'Supremo Tribunal de Justiça' já foi objeto de análise de alguns historiadores e pesquisadores, como Andréa Slemian, José Reinaldo de Lima Lopes, Paulo Macedo Garcia Neto e Gladys Sabina Ribeiro proporcionando importantes contribuições para se pensar essa instituição, contudo a mesma ainda constitui um objeto de análise que permite novas abordagens.

Com a revitalização dos estudos de história política, o que tem sido chamado de 'renovação' da história política, 'retorno' do político se deve a crise dos paradigmas estruturalistas e as mudanças de orientações teóricas que assolaram as ciências sociais de modo geral. Esse processo trouxe consigo a emergência de novos objetos, métodos e abordagens, por exemplo, um 'boom' do uso das biografias e trajetórias que mostra a preocupação em pensar o papel do sujeito e do indivíduo na escrita da história e não ser uma descrição linear e sem relevância.

Na pesquisa que desenvolvo, ao procurar responder 'Qual seria o perfil coletivo dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado?', os papéis desempenhados por esses indivíduos possibilitam que estes sejam pensados a partir da recuperação de sua origem regional, formação, contexto familiar e de sociabilidade, o espaço de sua ação e sua função dentro de uma sociedade, bem como sua atuação na administração pública, mas as trajetórias individuais não são o mais importante, o primordial e a grande preocupação é entender o conjunto/desenhar um perfil coletivo. Esse método de traçar um perfil geral desse grupo consiste na técnica chamada prosopografia ou biografia coletiva.

Uma hierarquia fluída: notas acerca de algumas redes de reciprocidade formadas entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, 1711 – 1756

Carlos Leonardo Kelmer Mathias¹

Jonathas de Freitas Santos²

Em 23 de fevereiro de 1720, Domingos Martins Brito – um dos maiores homens de negócio da capitania do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVII³ – emprestou a quantia 1:493\$028 a Francisco Martins Brito, provavelmente parente de Domingos. De acordo com a escritura, Domingos Martins era morador na cidade do Rio de Janeiro. Quem estava intermediando a transação era seu procurador, o capitão-mor Manoel Mendes de Almeida, quem possuía ligações na Almeida Jordão, cuja família acabou por incorporar alguns dos maiores negociantes da praça fluminense na primeira metade do século XVIII. Nesses termos, não causará estranheza o fato de Domingos Martins Brito ter sido homem de negócio daquela praça. De resto, Domingos representou os interesses de quinze outorgantes residentes no termo de Vila do Carmo entre 1714 e 1732.⁴

O exemplo a seguir é emblemático do peso do mercado de abastecimento no movimento geográfico do crédito. Em 13 de novembro de 1722, Miguel Gonçalves Portela emprestou a Antônio Borges de Mesquita a quantia de 1:920\$000 “procedida do ajuste de várias contas que tiveram no comércio da Índia, Bahia, Rio de Janeiro, Terra Nova e nestas minas”. Miguel Gonçalves era mercador e residente na praça fluminense, onde representou os interesses de quatro outorgantes entre 1712 e 1718,⁵ um dos quais o coronel Torcato Teixeira de Carvalho, figura às voltas com traficantes da região.

Outra prática que parece ter sido rotineira no termo de Vila do Carmo consistia no adiantamento de dado capital a algum comerciante da praça fluminense para que este empreendesse atividades mercantis em nome de seu credor. Em 19 de fevereiro de 1723, o capitão Sebastião Fagundes Varela emprestou a Manoel Correia da Silva um crédito no valor

¹ Professor Adjunto – UFRRJ. Programa de Pós-graduação em História.

² Graduando em História – UFRRJ. Bolsista PIC/CNPq.

³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 99.

⁴ ACSM, LN. 11, EC. 23/02/1720 e LN. 03-37, EPB.

⁵ ACSM, LN. 20, EC. 13/11/1722; LN. 01, EPB. 24/04/1712; LN. 02, EPB. 04/01/1712; LN. 02, EPB. 03/05/1714; LN. 10, EPB. 05/12/1718.

de 3:200\$000, sendo que o dinheiro deveria ser entregue na cidade do Rio de Janeiro.⁶ Além de homem de negócio da região fluminense, Manoel Correia era um dos agentes mercantis de d. Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais (1721-1732). Entre 1739 e 1754, Manoel Correia da Silva fora nomeado nove vezes procurador para a capitania do Rio de Janeiro.⁷ Em Minas, Manoel Correia comprou em 1726 junto ao padre Manoel Pires de Carvalho, $\frac{1}{4}$ de um engenho com sete roças, terras minerais e lavra por 3:576\$000. Também havia sido dono de duas moradas de casas transacionadas no termo de Vila do Carmo.⁸ Por fim, Manoel Correia esteve envolvido com venda de escravos no termo de Vila do Carmo. Em 1721, o tenente-general João Ferreira Tavares (potentado muito forte em Minas Gerais) alforriou a crioula Antônia, escrava que havia comprado de Manoel Correia da Silva. O mesmo se passou com o padre Manoel Bitencur Câmara, figura que alforriou Gregório, vendido ao padre por Manoel Correia.⁹

Exemplo algo semelhante se passou com João Lopes e com Custódio Rebelo Vieira. Em 1723, João Lopes concedeu um empréstimo da ordem de 1:256\$000 a João Rodrigues da Silva. Em 22 de fevereiro de 1725, o capitão e comerciante Custódio Rebelo Vieira emprestou a Antônio Pinto de Queirós e a Manoel Carvalho dos Santos a considerável quantia de 6:608\$000. Assim como Sebastião Fagundes Varela e Manoel Correia da Silva, a quantia deveria ser entregue na praça mercantil fluminense.¹⁰ Não custa recordar, Custódio possuía procuradores como Paulo Carvalho – homem de negócio da família Almeida Jordão –, o traficante João Ferreira de Sousa dentre outros. Malgrado nestes casos o crédito tenha sido registrado no termo de Vila do Carmo, a quantia fora remetida para o Rio de Janeiro, o que evidencia uma diminuição real na oferta do mesmo na comarca de Vila Rica. Urge registrar, o movimento geográfico do crédito poderia cruzar o Atlântico rumo a Lisboa, como as duas escrituras abaixo demonstram.

Em 30 de junho de 1726, o tenente-general João Ferreira Tavares emprestou a Simão Nunes de Carvalho 500\$000 com as seguintes considerações:

“procedidos este de [quantia maior] que o tenente-general lhe mandou dar na cidade do Rio de Janeiro pelo mestre-de-campo Manoel de Álvares dos quais recebera o capitão Antônio de Figueiredo ao dito

⁶ ACSM, LN. 20, EC. 19/02/1723.

⁷ ACSM, LN. 49-75, EPB.

⁸ ACSM, LN. 26, ECV. 27/02/1726; LN. 09, ECV. 21/09/1719; LN. 12, ECV. 04/11/1719.

⁹ ACSM, LN. 14, EAL. 14/06/1721; LN. 22, EAL. 13/09/1723.

¹⁰ ACSM, LN. 22, EC. 31/07/1723; LN. 24, EC. 22/02/1725.

devedor, 250 mil réis que lhe emprestou neste presente para mandar para Portugal os quais remeteu por Tomás da Guerra de cuja quantia de 500\$000 réis de se lhe constituía como com efeito constitui devedor.”¹¹

A 22 de abril de 1732, Diogo Ferreira de Souza emprestou 1:600\$000 a Damásio Teixeira de Moraes. Conforme a escritura, o valor seria remetido

“a risco para a cidade de Lisboa com avanço de trinta por cento cujo [emissário deverá] tomar e subir e ir na nau de guerra que primeiro chegar à cidade do Rio de Janeiro e partir para a cidade de Lisboa e que depois de chegada a notícia a estas Minas de estar justo a salvamento na dita cidade de Lisboa [estará] consumado o contrato”.¹²

Embora não possa afirmar a natureza dessas dívidas, fica patente o esvaziamento do mercado creditício em Minas Gerais a favor de outras localidades. O movimento geográfico do crédito se torna ainda mais interessante observando o sargento-mor Antônio Ferreira Pinto. Já aponte que Antônio Ferreira era membro da rede comercial de d. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, e esteve envolvido com traficantes de escravos na Bahia e homens de negócio no Rio de Janeiro. No mercado de crédito em Minas Gerais, Antônio Ferreira atou em duas ocasiões, ambas na qualidade de credor e no mesmo dia. Ao guardamora Manoel Machado Carneiro, Antônio Ferreira emprestou 694\$800, e a Sebastião Dias da Costa outros 695\$700. Conforme a escritura, o sargento-mor Antônio Ferreira Pinto morava na capitania do Rio de Janeiro e seu procurador em Minas era o também sargento-mor Domingos Nunes Neto – outro que estabeleceu relações com homens de negócio da praça fluminense e com traficantes no Nordeste –, quem gerenciou os dois empréstimos.¹³

As considerações que sobre este exemplo tem lugar informam acerca da rotatividade do ouro. Antônio Ferreira passou cedo à região de Minas Gerais, onde contraiu dada riqueza, com que então se dirigiu para a capitania do Rio de Janeiro. Uma vez lá, dentre suas atividades emprestou pouco mais de um conto de réis a indivíduos residentes na própria capitania de Minas Gerais. Tal trajetória, além de não ter sido em absoluto peculiar a Antônio Ferreira, denota ao curioso movimento do ouro, qual seja: extraído em Minas Gerais, o mineral fluía em direção a outras regiões do espaço econômico do ouro para então facilitar o endividamento da capitania produtora do mesmo. Uma das razões desse fenômeno repousa na verificação de que os mais poderosos membros da elite pluri-ocupacional de Minas eram originários de

¹¹ ACSM, LN. 26, EC. 30/06/1726.

¹² ACSM, LN. 38, EC. 224/04/1732.

¹³ ACSM, LN. 23, EC. 18/10/1724.

outras localidades. Uma vez enriquecidos com a extração aurífera, com o mercado de abastecimento ou com qualquer outra atividade, esses indivíduos retornavam às suas cidades e vilas de origem, sem, contudo, perder por completo o contato com a “morada do ouro”. Esse contato se mantinha de diferentes formas, uma das quais era a concessão de crédito fruto da riqueza reunida pela feita de suas estadas na capitania mineira. As dívidas passivas presentes nos inventários *post-mortem* dão conta de reforçar o padrão de esvaziamento do mercado de crédito em Minas concomitantemente ao empolamento do fluminense.

Em 25 de março de 1735, morreu o capitão Domingos Fernandes Tenilha. Em 05 de março de 1736, seu inventário foi aberto dando conta, entre outras coisas, que o capitão Domingos Fernandes havia falecido na cidade do Rio de Janeiro onde seu inventariante era o sargento-mor Manoel da Costa Negreiros, com quem mantinha uma sociedade. Dentre os bens do falecido, os quais perfizeram 11:056\$923, “umas lavras”, setenta e três escravos e um sítio de agricultura e pecuária com dezoito datas minerais.¹⁴ Infelizmente, o inventário não traz os bens da sociedade, da qual também era sócio o capitão Manoel Guerra Leal. Por outro lado, o sargento-mor Manoel da Costa Negreiros era homem de negócio na praça fluminense. Nesses termos, é bem plausível que a sociedade abastecia a capitania de Minas ou de escravos, ou de secos e molhados. Contudo, não se deve descartar um possível envolvimento da sociedade com a extração do ouro, haja visto a forte presença de lavras e datas entre os bens de Domingos Fernandes. De qualquer forma, o ouro escoava para a capitania fluminense e caía nas mãos de um homem de negócio. Domingos Fernandes ainda surge como credor de Manoel de Caldas Veloso da quantia de 408\$000 pela feita da compra de “duas negras” em 1731.¹⁵ Domingos Fernandes matinha como seus procuradores na cidade do Rio de Janeiro, dentre outros, três homens de negócios: Manoel da Costa Negreiros, André Pinto Guimarães e Paulo Pinto de Faria,¹⁶ este último negociante da poderosa família Almeida Jordão.

A análise do inventário de João de Sousa Tavares lança luz acerca do movimento geográfico do crédito. Em 03 de agosto de 1725 teve vez e efeito a abertura do inventário do sargento-mor João de Sousa Tavares. Sua fortuna era composta por ouro lavrado, prata, variados utensílios de casa, agricultura, pecuária e extração mineral, mobiliário de madeira, armas, 36 escravos, sete porcos, um touro, um novilho, um vaca e um bezerro, várias moradas

¹⁴ ACSM, IPM. 1º of., cód. 28, auto 708.

¹⁵ ACSM, IPM. 1º of., cód. 78, auto 1668.

¹⁶ ACSM, LN. 19, EPB. 30/08/1722.

de casas, um sítio, uma roça e 24 praças de serviço de roda e nove dívidas ativas. No total, seu monte-mor fora avaliado em 10:141\$235. O sargento-mor João de Sousa se revelou devedor de doze indivíduos, totalizando 3:803\$887. Entre seus credores, destaque para Antônio de Araújo Guimarães, quem, sozinho, respondia por 56,78% dos 3:803\$887, ou seja, João de Sousa devia a Antônio de Araújo 2:160\$000. Essa dívida dizia respeito à compra de sete escravos junto a Antônio de Araújo. Apesar de não ter sido especificada a origem desses escravos, o plantel do sargento-mor João de Sousa possuía apenas quatro escravos crioulos, sendo todos os demais de procedência africana.¹⁷

O exemplo acima é relevante tendo em conta que Antônio de Araújo Guimarães possuía estreitos laços com homens de negócio da praça fluminense. A título de exemplo: Antônio de Araújo empregou como caixeiro Antônio Lopes da Silva, quem viria se tornar homem de negócio na capitania do Rio de Janeiro. Ademais, Antônio de Araújo representou os interesses, na capitania de Minas Gerais, de Manoel Mendes de Almeida, Custódio Rebelo Vieira e Domingos Nunes Neto, todos os três possuíam ligações com traficantes de escravos na capitania da Bahia. O próprio Antônio de Araújo atuou como procurador na capitania do Rio de Janeiro em 1746.¹⁸

Outro ponto digno de nota repousa no fato de Antônio de Araújo ter sido credor na capitania mineira do coronel Salvador Fernandes Furtado da quantia de 440\$400,¹⁹ cujo filho, o também coronel Bento Fernandes Furtado, não apenas fora o inventariante dos bens do sargento-mor João de Sousa Tavares, como lhe era credor de 73\$200. De resto, duas das moradas de casas e alguns serviços de roda de João de Sousa estavam em terras do coronel Salvador Fernandes.²⁰ Embora não tenha sido especificado o motivo do crédito de Antônio de Araújo Guimarães com Salvador Fernandes Furtado, este último era senhor de 53 escravos, sendo que apenas 13 deles (24,58%) eram crioulos. Seja como for, fica patente a atuação de indivíduos inseridos no circuito negreiro como credores de residentes na região de Minas Gerais e membros da elite pluri-ocupacional – notadamente no que concerne ao coronel Salvador Fernandes Furtado.

Quando o sargento-mor José Ferreira Soares ficou viúvo, deu-se prosseguimento à inventariação dos bens de Micaela Arcângela, esposa defunta de José. O arrolamento dos bens

¹⁷ ACSM, IPM. 1º of., cód. 58, auto 1321.

¹⁸ ACSM, LN. 58, EPB. 03/11/1746.

¹⁹ ACSM, IPM. 1º of., cód. 138, auto 2800.

²⁰ ACSM, IPM. 1º of., cód. 58, auto 1321.

computou uma fortuna avaliada, descontando as dívidas passivas, em 23:813\$300. Para sua composição concorreram ouro em pó, ouro lavrado, prata, utensílios variados e ferramentas, mobília, louça, roupas, armas, quinhentos alqueires de milho, duzentos de feijão, doze de arroz, dois mil barris de aguardente, uma vaca com crias, seis jumentos, três cavalos, vinte e sete porcos, dezesseis patos, um engenho moente e corrente, outro de farinha e de mandioca, capela, 54 escravos – sendo 12 (22,22%) crioulos – e seis dívidas ativas. Suas dívidas passivas perfaziam 37, totalizando 22:323\$900. Entre seus credores estavam Antônio Lemos Gomes e Felipe Antunes Lima, pela “compra de negros”.²¹

Embora não tenha sido homem de negócio, Antônio Lemos nomeou para seus procuradores na praça mercantil fluminense, dentre outros, dois homens de negócio e um traficante de escravos na região nordeste.²² Envolvido mais diretamente no trato mercantil esteve Felipe Antunes Lima, homem de negócio na região fluminense, localidade para na qual representou os interesses de quarenta outorgantes residentes na capitania de Minas Gerais.²³ O sargento-mor José Ferreira ainda possuía outras cinco dívidas por compra de cativos, totalizando cerca de quatro contos de réis, aproximadamente 18% do total das dívidas passivas. Malgrado a porcentagem não ser muito expressiva, vale notar que esse valor diz respeito ao resto de dívidas maiores com a compra dos escravos.²⁴

Em 07 de junho de 1736, foi aberto o inventário de Maria da Fonseca, figura natural da capitania do Rio de Janeiro, filha de Antônio Álvares Moreira e esposa do inventariante, o capitão José da Costa de Oliveira. Com um monte-mor de 12:772\$149, o capitão José da Costa era um grande proprietário de engenho, com um total de quarenta e oito escravos, oito cavalos, dezenove cabeças de gado, doze porcos além de duas cabras e um bode. Havia ainda quinhentos alqueires de milho, sessenta de feijão e três quartéis de cana plantados os quais renderiam mil e duzentos barris em um total de 1:440\$000. Porém, a maior parte dos bens acima arrolados pertencia à sociedade que mantinha com o capitão Manoel Pereira Ramos – senhor de engenho membro da nobreza da terra do Rio de Janeiro, um dos grandes agentes mercantis atuantes nas primeiras décadas em Minas Gerais e maior credor individual do termo de Vila do Carmo entre 1711 e 1730. Do monte-mor acima, tão somente 2:302\$200 concerniam ao capitão José da Costa, e estavam divididos entre: treze escravos, três cavalos,

²¹ ACSM, IPM. 2º of., cód. 18, auto 495.

²² ACSM, LN. 47, EPB. 29/07/1738.

²³ ACSM, LN. 49-77, EPB.

²⁴ ACSM, IPM. 2º of., cód. 18, auto 495.

algumas peças de roupa, um punhadinho de ouro, seis armas de fogo, estanho, louça da Índia e utensílio.²⁵

Uma análise das dívidas passivas presentes no inventário aprofunda ainda mais o nível da dependência de José da Costa para com Manoel Pereira. Das sete dívidas arroladas, quatro eram da sociedade e três de José da Costa. As dívidas da sociedade – duas com os Reais Dízimos, uma com um ferreiro e outra com “os cargueiros do engenho” de outro sujeito – somavam 441\$600, contra os 3:400\$000 referentes somente a José da Costa. O mais interessante é perceber o credor das três dívidas, ninguém menos do que o próprio capitão Manoel Pereira Ramos.²⁶ A ligação entre esses dois homens, aliás, vinha desde 1711, quando Manoel Pereira nomeou-o, entre outros, seu procurador na comarca de Vila Rica.²⁷

O capitão Manoel Pereira Ramos igualmente fora credor do senhor de engenho Salvador Álvares de Andrade no termo de Vila do Carmo. Ao falecer em 1721, Salvador Álvares detinha uma riqueza avaliada em 7:218\$000 já descontando suas várias dívidas passivas, as quais somam 5:835\$063. Seus bens eram compostos de prata, utensílios em geral, ferramentas, um cavalo, um engenho corrente e moente com roças, um serviço de água, duas capoeiras com cultivo de milho e cana e 22 escravos, três deles crioulos (13,63%). Não havia dívidas ativas. Do total de suas dívidas passivas, apenas Manoel Pereira Ramos respondia por 32,9% delas, sendo credor de 1:920\$000 dos 5:835\$063. Outras três dívidas tiveram como credores indivíduos residentes na capitania do Rio de Janeiro, quais sejam: José Rodrigues Aires (715\$863), Inácio de Sampaio (696\$000) e Manoel Álvares Pereira (157\$500) – este último filho de Salvador Álvares. Todos os quatro credores reunidos foram responsáveis por aproximadamente 60% das dívidas do inventariado.²⁸

José Duarte de Andrade esteve entre aqueles devedores de indivíduos vinculados ao circuito negreiro. Proprietário de engenho, minerador e agricultor, José Duarte de Andrade reuniu uma fortuna avaliada em 15:652\$600 distribuída entre utensílios e ferramentas, armas, roupas, três cavalos, vários porcos e gado, uma capoeira, uma roça, um terreno, um engenho “corrente e moente de fazer aguardente” com terras minerais e 56 escravos, sendo

²⁵ ACSM, IPM. 1º of., cód. 45, auto 1044.

²⁶ Idem.

²⁷ ACSM, LN. 01, EPB. 28/09/1711.

²⁸ ACSM, IPM. 2º of., cód. 124, auto 2509.

37 em sociedade com seu irmão Domingos Duarte de Andrade.²⁹ Das quatro dívidas passivas, três correspondiam à sociedade, e uma somente ao inventariado. Sobre as primeiras, as quais somavam 720\$000, a sociedade devia 450\$000 a Manoel da Cunha, “comboieiro de negros do caminho do Rio de Janeiro”. A única dívida pessoal de José Duarte era de 6:240\$000 e seu credor, o capitão Manoel Pereira Ramos.³⁰

Cerca de dezesseis dias antes de morrer, José Duarte, juntamente com Antônio Francisco de Barros e Antônio Lopes da Silva, comprou de Manoel Pereira um engenho “corrente e moente de fazer aguardente, açucares e melados” com nove escravos e todas as suas benfeitorias por 19:968\$000 a serem pagos em três anos.³¹ Infelizmente, não tenho como precisar se a dívida acima diz respeito à compra do engenho. Contudo, os dados apontam mais para uma resposta negativa do que positiva. Em primeiro lugar, o engenho comprado em 1716 estava localizado na freguesia de São Sebastião, já José Duarte era residente na freguesia de São Caetano. Em segundo lugar, na escritura de compra e venda, o engenho fazia fronteira com as propriedades de Manoel Pereira Machado e Bento Pereira Lemos, ao passo que o engenho arrolado no inventário era fronteiro às terras do sargento-mor André Gonçalves Chaves e de Frutuoso da Costa. Em terceiro, o engenho comprado em 1716 não possuía “terras de minerar”, como aquele presente no inventário de 1732. Por fim, o único sócio listado no inventário de José Duarte foi seu irmão, nada constando acerca de Antônio Francisco de Barros e Antônio Lopes da Silva. Evidentemente, nada impede que José Duarte tenha comprado os outros dois terços da propriedade e adicionado a elas demais terras, dentre as quais algumas de mineração, o que levaria a uma alteração das áreas de fronteira. É crível, no entanto, que os 6:240\$000 se referiam a outra dívida contraída entre José Duarte e Manoel Pereira, mesmo por que dezesseis anos é tempo mais do que suficiente para um minerador e proprietário de engenho ter pago a parte que lhe coube na compra do tal engenho. Seja como for, inquestionável é a transferência do ouro para a praça fluminense por via creditícia.

Em 17 de novembro de 1738 faleceu, na freguesia de Camargos, o sargento-mor Manoel Ferreira do Couto. Seu monte-mor revelou uma fortuna avaliada em 11:074\$481, assim distribuída: um moinho de moer milho, dois paióis de lavagem, uma lavra com onze

²⁹ É possível que o total do monte-mor fosse ainda maior em função de estarem faltando páginas relativas às dívidas ativas.

³⁰ ACSM, IPM. 1º of., cód. 98, auto 2060.

³¹ ACSM, LN. 04, ECV. 29/04/1716.

datas de terra, trinta e quatro escravos – dos quais vinte e dois em sociedade, assim como o moinho, os paióis e a lavra –, um sítio, um rancho, duas moradas de casas, metade de umas capoeiras – a outra parte pertencia ao alferes João Coelho Ferreira, nomeado cinco vezes procurador na capitania da Bahia³² –, uma vaca, um cavalo, ferramentas, armas, louça da Índia, roupas, madeiras, cobre, estanho, ferro, ouro lavrado e prata. Possuía doze dívidas ativas e trinta passivas. Dentre as passivas, três com Antônio Henriques. Uma referente a “jornais de escravos” e outra, no valor de 4:200\$000, atinente à compra da lavra acima, a qual fora avaliada em 9:000\$000.³³ Antônio Henriques era morador na cidade do Rio de Janeiro.

O inventário de Maria da Conceição, casada que foi com o comerciante João Rodrigues, demonstra que não apenas as fortunas com montes-mores mais consideráveis encontravam-se atreladas ao capital mercantil fluminense. Em 30 de outubro de 1734, deu-se a inventariação dos bens, que somaram 3:227\$234, com destaque para 1:058\$400 de ouro em pó, 775\$560 em mercadorias, 684\$000 de três escravos e 524\$940 em dívidas ativas. O casal possuía nove dívidas passivas, em um total de 2:595\$995, das quais três tinham por credores pessoas residentes no Rio de Janeiro. A maior dívida correspondia a 1:442\$395 e seu credor era João Álvares Andreinho, homem de negócio daquela praça. As duas outras dívidas cuja origem se encontrava na capitania fluminense tinham como credores Domingos Francisco Teixeira e Bernardo da Silva Sena.³⁴

De um extremo ao outro, Bernardo da Silva ainda seria credor da décima maior fortuna inventariada no termo de Vila do Carmo entre 1713 e 1756. Em 1741, o sargento-mor Manoel Fernandes Serra ficou viúvo com a morte de sua esposa, Mariana Barbosa da Silva, com que então teve vez a feitura dos bens da família. Além de ser militar, Manoel Fernandes estava às voltas com agricultura, pecuária, mineração e atividades de crédito. Para a composição de sua riqueza, estimada em 24:609\$983 já descontada suas sete dívidas passivas – que totalizavam 10:898\$400 –, concorreram os seguintes bens: ouro lavrado, prata, várias utensílios de cobre, latão e estanho, roupas, louças, mobílias de madeira, armas, ferramentas, quatro cavalos, oito cabras, trinta porcos, gado, um sítio com roça, metade de um serviço de água, roda de minerar,

³² ACSM, LN. 05-34, EPB. O alferes era filho de Manoel Jerônimo Leal. Em 27 de junho de 1730, Jerônimo Leal nomeou seis procuradores para a comarca de Vila Rica – sendo dois deles parentes seus –, três para a comarca de Rio das Velhas, três para a capitania da Bahia – dentre os quais seu filho João Coelho –, dois para a cidade do Rio de Janeiro – um deles homem de negócio – e sete para o reino. ACSM, LN. 34, EPB. 27/06/1730.

³³ Para a soma final do monte-mor a lavra, por ser em sociedade, entrou com o valor de 4:500\$000. Da mesma forma procedi com os demais bens arrolados em sociedade. ACSM, IPM. 2º of., cód. 78, auto 1675.

³⁴ ACSM, IPM. 2º of., cód. 39, auto 919.

51 dívidas ativas e 65 escravos, 17 deles crioulos (26,15%). Dois de seus credores merecem destaque.³⁵

O primeiro deles é o coronel Caetano Álvares Rodrigues, integrante da elite pluri-ocupacional de Minas Gerais e membro da rede política e econômica do governador d. Pedro de Almeida. O sargento-mor Manoel Fernandes devia ao coronel Caetano Álvares a quantia de 9:408\$000, 86,32% do total das dívidas passivas do inventário. Na documentação, Caetano Álvares é citado como “caixa do contrato dos direitos reais das entradas desta minas”. O segundo é o próprio Bernardo da Silva Sena, quem representou os interesses de dez indivíduos residentes na capitania de Minas Gerais entre 1737 e 1751.³⁶

O crédito proveniente das regiões americanas integrantes do espaço econômico do ouro poderia atuar de forma indireta nas fortunas inventariadas no termo de Vila do Carmo, como demonstra a análise do inventário do capitão-mor, proprietário de engenho e minerador Manoel Jorge Coelho, falecido em 21 de abril de 1733 e dono de uma riqueza avaliada em 25:618\$145, já subtraídas suas dívidas passivas. Detentor da oitava maior fortuna inventariada no termo de Vila do Carmo, os bens do capitão-mor eram compostos por: ouro lavrado, prata, utensílios de ferro, cobre, latão e estanho, roupas, mobília de madeira, armas, ferramentas, cinco cavalos, dezessete cabeças de gado, uma ovelha, três cordeiros, sete cabras, um bode, dezenove porcos, uma morada de casas, um engenho corrente e moente de fazer aguardente, uma roça, duas lavras, duas dívidas ativas e 68 escravos, 22 dos quais crioulos (32,35%). Dos 68 escravos, 11 estavam na comarca de Serro do Frio “entregues ao capitão João Machado e que andavam metidos em um serviço”.³⁷

O monte-bruto de sua fortuna – ou seja, a soma de todos os bens sem descontar as dívidas passivas – fora avaliado em 41:540\$659. Nesses termos, suas dívidas a pagar consumiram 38,32% dessa riqueza, 15:922\$514. Dentre seus 24 credores, sete haviam passado procurações para homens de negócio na capitania do Rio de Janeiro e traficantes de escravos na região nordeste, e dois eram residentes na região fluminense. Juntos, esses nove indivíduos responderam por 69,25% do total das dívidas do capitão-mor Manoel Coelho, o que correspondia por 26,54% de sua fortuna. Seguem os nomes de alguns de seus credores: o sargento-mor Antônio Correia Sardinha (integrante da rede comercial de d. Pedro de

³⁵ ACSM, IPM. 2º of., cód. 83, auto 1789.

³⁶ ACSM, LN. 46-71, EPB.

³⁷ ACSM, IPM. 2º of., cód. 15, auto 1733.

Almeida), o coronel Bento Ferraz Lima, o coronel Matias Barbosa da Silva – todos os três eram membros da elite pluri-ocupacional da capitania de Minas Gerais –, Manoel Cardoso de Almeida – cujo irmão, José Cardoso de Almeida, era homem de negócio na praça fluminense –, etc.

O endividamento de comerciantes mineiros com homens de negócio no Rio de Janeiro, Bahia e Portugal não é nenhuma novidade na historiografia, já tendo sido realçado, por exemplo, na obra de Júnia Furtado. Dentre os vários casos listados pela autora, um em particular me interessa. Trata-se de João Gonçalves Batista, negociante de Vila Rica com testamenteiros em várias partes de Minas, no Rio de Janeiro e em Portugal. Realizou negócios com Francisco de Castro Moraes, ex-governador do Rio de Janeiro. João Gonçalves ainda estava envolvido nos circuitos negreiros, buscando escravos na capitania da Bahia para revender em Minas, além de emprestar “dinheiro a juros a várias pessoas, igualmente no Rio de Janeiro”.³⁸ Estranhamente, esse João Gonçalves Batista não consta em nenhuma das mais de dez mil escrituras por mim arroladas. Seja como for, o destaque em questão é para a região mineira como credora da fluminense. Por mais que possa ter havido essa mão-dupla, o tráfico maior do crédito se dava no sentido inverso. A relação entre as dívidas ativas e passivas presentes nos inventários *post-mortem* dão conta desse movimento. De resto, a existência desse movimento de mão-dupla – mesmo que desproporcional – reforça ainda mais a complementaridade havia no interior do espaço econômico do ouro.

Do total das dívidas ativas em que pude identificar o local do crédito, 5,45% possuíam como devedora a capitania fluminense, perfazendo um total de 9:718\$050. Para as dívidas passivas, essa porcentagem aumenta e atinge os 13,98%, somando 25:588\$263; vale ressaltar que em duas dívidas passivas e uma ativa não me foi possível identificar o valor. Ou seja, no que concerne às suas relações com a capitania mineira, o Rio de Janeiro tinha mais a receber do que a pagar – a região fluminense era credora líquida da mineira. O mesmo ocorre entre Minas e Bahia. A porcentagem das dívidas ativas é de 0,58%, com um montante irrisório de 42\$000. As passivas marcaram 3,43% e 2:180\$553. Tal como a capitania fluminense, a baiana teve mais a receber do que a pagar. O que não ocorre, por exemplo, com a capitania paulista,

³⁸ FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 119-132 e, notadamente, capítulo IV, p. 245-246.

que devia mais do que tinha a receber.³⁹ Faz-se necessário ressaltar que em um sem número de casos não constou a localidade de morada do credor e do devedor, o que influenciou em tão pequenas porcentagens. Contudo, e conforme pude demonstrar através das análises de alguns inventários do termo de Vila do Carmo, a prática de indivíduos residentes nas regiões do Rio de Janeiro e do Nordeste, ou que mantinham homens de negócio e traficantes de escravos naquelas localidades, terem atuado como credores dos inventariados no termo de Vila do Carmo se mostrou bastante comum. Destarte, e mesmo que indiretamente, as cifras percentuais acima sem dúvida alguma não expressam a realidade do movimento geográfico do crédito ao atraí-lo para baixo.

Antônio Carlos Jucá de Sampaio demonstrou o papel de alguns homens de negócio da praça fluminense atuando como credores de residentes na capitania de Minas Gerais. Este foi o caso de Antônio José Silva, Francisco Pires Garcia e Gregório Pereira Farinha que, em 1748, eram credores em Vila do Carmo, Vila Rica e Serro do Frio de 17:000\$000. Tratava-se de “homens de negócio moradores no Rio de Janeiro e todos os três sócios há 14 anos”. Esses indivíduos ainda possuíam “umas partes de duas galeras, que andam para as ilhas e Angola”.⁴⁰ Em outras palavras, indivíduos envolvidos nos circuitos do tráfico atlântico de escravos desempenharam o papel de credores da capitania de Minas Gerais.

No mesmo ano de 1748, Antônio José da Silva teve uma escritura de crédito registrada no termo de Vila do Carmo através da qual emprestava 103\$200 a Antônio José Teixeira.⁴¹ Antônio José da Silva ainda fora nomeado procurador para a região fluminense por outorgantes residentes no termo de Vila do Carmo em duas ocasiões, 1746 e 1747.⁴² Já Francisco Pires Garcia representou os interesses de apenas um outorgante residente em Minas Gerais, Antônio Gomes Cardoso. Na mesma escritura em que nomeou Francisco Pires seu procurador, Antônio Gomes também fez de outros quatro homens de negócios seus representantes na capitania do Rio de Janeiro, além de Manoel Antunes Suzano, senhor de engenho e um dos maiores procuradores da praça fluminense na primeira metade do século XVIII.⁴³

³⁹ ACSM, IPM. 1º e 2º officos. Dentre as dívidas ativas, aquelas com o local dado correspondem a 23,65% do total. Nas passivas, a porcentagem é de 19,83%.

⁴⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império...*, op. cit., p. 246.

⁴¹ ACSM, LN. 58, EC. 04/1748.

⁴² ACSM, LN. 66, EPB. 04/09/1746 e LN. 58, EPB. 13/05/1747.

⁴³ ACSM, LN. 71, EPB. 25/09/1751.

O padrão revelado pela análise das escrituras de procuração bastante, de crédito e pelos inventários *post-mortem* reforça a ligação entre as regiões fluminense, nordestina e mineira delimitando o espaço econômico do ouro. Segundo Margarita Suárez, “o crédito foi o elemento que permitiu aos mercadores ampliar seus recursos e fortalecer suas posições dentro da economia vice-reinal no século XVII”.⁴⁴ Ampliando um pouco a dimensão da essência do trecho citado, o crédito foi um dos principais elementos que viabilizaram a integração das capitanias do Rio de Janeiro, da Bahia/Pernambuco e de Minas. O destaque maior permaneceu com a praça fluminense em função dos circuitos mercantis operantes no interior do espaço econômico e de seus atores sociais. Com isso, não pretendo mensurar a gravidade das três regiões entre si. Não cabe hierarquizar se o ouro fez de Minas a principal capitania do Império, se o mercado de abastecimento elevou a importância da cidade do Rio de Janeiro ou mesmo se o tráfico Atlântico permitiu à cidade da Bahia rivalizar com a praça fluminense.

Segundo Laurence Fontaine, as dívidas ativas circulavam tão intensamente nas sociedades de Antigo Regime por um lado devido à falta de numerário e, por outro, em função da estratégia dos devedores de multiplicar seus credores com o intuito de minimizar suas dependências para com os últimos sendo que, “no coração desse jogo, o acesso à informação era crucial”.⁴⁵ Vale sublinhar, a tendência geral do crédito na comarca de Vila Rica foi declinante na primeira metade do século XVIII. Tal movimento esteve relacionado fundamentalmente às próprias necessidades produtivas da capitania, ao processo de reiteração da sociedade escravista. Em outras palavras, a demanda por mão-de-obra escrava gerou o endividamento da região mineira com as duas outras constituintes do espaço econômico do ouro pelo viés do circuito negreiro. Tomando este espaço com um todo, e no que respeita à América lusa, não ocorreu necessariamente uma queda em Minas Gerais concomitante a um aumento na oferta do crédito no Rio de Janeiro. Tratou-se apenas do funcionar de um sistema econômico maior, cujo raio de ação não deve ser limitado por fronteiras jurídico-administrativas. Por outro lado, e conforme chamou atenção a micro história italiana, para melhor compreender o todo não se pode perder de vista as partes. Com

⁴⁴ SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlánticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Peru virreinal, 1600-1700*, Fondo de Cultura Económica, Peru, 2001, p. 21.

⁴⁵ FONTAINE, Laurence. “Espaces, usages et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVIIe-XVIIIe siècles)”. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 49, n. 6, 1994, p. 1356.

que então passo ao estudo do movimento social do crédito no interior da sociedade mineira na primeira metade do século XVIII.

Referências Bibliográficas

FONTAINE, Laurence. “*Espaces, usages et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVIIe- XVIIIe siècles)*”. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 49, n. 6, 1994, p. 1356.

FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 119-132 e, notadamente, capítulo IV, p. 245-246.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 99.

SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlánticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Peru virreinal, 1600-1700*, Fondo de Cultura Económica, Peru, 2001.

Os conselheiros do Imperador D. Pedro I: formação e afirmação de um grupo homogêneo

Eder da Silva Ribeiro

O Primeiro Reinado brasileiro foi reconhecidamente marcado por conflitos cujos resultados contribuíram de forma decisiva para a derrocada de D. Pedro I. Convém não esquecer, no entanto, que ao passo em que ia se aproximando a abdicação do monarca, ruía paralelamente o poderio de um grupo que logrou alcançar os mais altos postos da hierarquia estatal e que exerceu de modo efetivo o controle do campo político do período. Trata-se dos conselheiros de Estado, um grupo relativamente homogêneo que compartilhava uma trajetória e um passado comuns derivados de suas crescentes participações na administração do Estado joanino e de estratégias políticas que tinham suas bases nos relacionamentos diversos de cunho pessoal levadas a efeito a partir de suas localidades de origem ou de atuação.

Na realidade, a conformação desse segmento da classe dominante refletia a ocupação que esses indivíduos tinham no espaço social¹ e o modo como suas vidas se entrelaçaram no interior da mais influente instituição política do Primeiro Reinado – o Conselho de Estado. É válido esclarecer que a homogeneidade aqui pensada nada tem a ver com a formação de uma elite que se desenvolveu alheia aos conflitos e às relações presentes na sociedade², devendo ser encarada, por isso mesmo, sob a ótica de um compartilhamento de idéias e ações que forneciam a eles a sensação de serem inatingíveis de qualquer investida exterior. Foi exatamente isso, que podemos identificar como um *habitus*³ fornecido pela instituição, que foi colocando em lados opostos os conselheiros de Estado – e, por extensão, a Câmara dos senadores – e as lideranças políticas instaladas na Câmara dos deputados. No fundo, os conflitos que foram se desenvolvendo eram, em grande medida, frutos de disputas que envolviam diferentes redes políticas e sociais que disputavam o exercício do poder no nascente Estado independente.

Desta maneira, mapear as redes políticas e sociais nas quais os conselheiros de Estado estavam imersos pode ser revelador não só das estratégias utilizadas pelas classes sociais dominantes do Brasil imperial para se perpetuarem no poder, mas também identificar a

construção e afirmação desse grupo, que indubitavelmente determinava em grande parte as diretrizes que o governo deveria seguir e que buscou não admitir a entrada de novos setores nas mais altas esferas de decisões, procurando de todas as formas resistir ao alargamento do ápice das instituições que definiam as estratégias e os rumos da política estatal.

Os conselheiros de Estado vistos através de suas redes

Para que seja possível apreender as reais disputas que objetivavam transformar ou conservar as relações de poder durante o Primeiro Reinado, necessário se faz explorar os fundamentos que sedimentavam as diferenças e conferiam poder e distinção aos elementos que ocupavam as cadeiras do Conselho de Estado de D. Pedro I.

Deste modo, examinar as relações políticas cotidianas tecidas pelos conselheiros em suas localidades originárias ou então que vieram a construir ao longo de suas trajetórias sociais é um ponto fundamental, uma vez que somente assim torna-se possível assimilar de forma mais precisa como esse grupo de indivíduos ganhou destaque e ocupou as posições mais proeminentes no alto escalão do governo imperial. Nesse sentido, como observado por Maria Fernanda Martins⁴, chama atenção a persistência de poderosas e intrincadas redes relacionais com origens no passado colonial brasileiro, que envolviam uma gama variada de sujeitos que se ligavam àqueles indivíduos ocupantes dos principais cargos políticos e administrativos, e que se mantiveram vivas, com alguns ajustes e adaptações, até meados do século XIX.

Portanto, compreender o funcionamento dessas redes ajuda no entendimento da própria dinâmica da sociedade do período, uma vez que as trajetórias pessoais não podem ser corretamente percebidas sem serem confrontadas com as relações familiares e clientelares desenvolvidas em suas regiões de influência, visto que invariavelmente aqueles que desempenhavam as funções dirigentes representavam os interesses dos grupos que os alçaram ao poder. Desse modo, a potencialidade de ascensão aos principais cargos tinha uma íntima relação com a capacidade do candidato proporcionar vantagens e favores aos que faziam parte dos seus círculos de relacionamento, em um jogo no qual a coisa pública se confundia permanentemente com os interesses privados.

As ligações com as localidades ficam evidentes, por exemplo, nos casos dos representantes das províncias de Minas Gerais e Bahia, que emplacaram 9 dos 14

conselheiros que tomaram assento no Conselho de Estado, dando a essas regiões o predomínio na representação do órgão, o que não é novidade alguma, visto que ambas tiveram atuação destacada no fornecimento de quadros para a alta política do Primeiro Reinado, sobretudo os baianos, como já realçado pela historiografia⁵. É claro que isso não significa negar importância aos demais conselheiros e suas redes relacionais, até porque suas vidas se articulavam de alguma maneira no interior da instituição e na própria Corte, centro da vida política e lugar de grande dinamismo sócio-econômico, o que, de resto, atenua a sub-representação das outras regiões.

Por isso torna-se possível afirmar que as escolhas do Imperador não foram aleatórias. Todos eles pertenciam a importantes famílias, que para além de serem poderosíssimas em suas localidades estenderam seu prestígio em direção a outras que de igual modo exerciam grande influência, muitas vezes ultrapassando os limites geográficos de suas províncias, como é o caso dos Nogueira da Gama, à qual pertencia o Marquês de Baependi, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que, nas palavras de Justiniano José da Rocha, era “oriundo de antiga e distinta família de servidores do Estado”⁶.

A família de Baependi era originária da Ilha da Madeira. No Brasil, o genearca, Thomé Rodrigues Fernandes do Ó, viria a se estabelecer primeiramente em São Paulo e, posteriormente, em Minas Gerais. Ainda quando estava em São Paulo casou-se com Maria de Leme Prado, descendente das tradicionais famílias paulistas Leme e Prado. O filho de Thomé Rodrigues, o alferes Nicolau Antonio Nogueira, conseguiu firmar alianças com outras distintas famílias, como no Rio de Janeiro, onde seu filho, o marquês de Baependi, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, contraiu matrimônio com Francisca Mônica Carneiro da Costa, filha do abastado negociante de grosso trato Braz Carneiro Leão e de Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, Baronesa de S. Salvador de Campos de Goytacazes por D. João VI. Alguns descendentes dessa família se tornariam mais tarde grandes proprietários de terras na região do Vale do Paraíba Fluminense, além de realizarem uma aproximação com os Carneiro Leão e com a família Lima e Silva, do duque de Caxias.

Mas o acompanhamento da trajetória dos Nogueira da Gama é capaz de revelar ainda, que a ampliação das redes familiares não impunha o abandono dos vínculos com as regiões de origem de suas famílias, mas pelo contrário parece demonstrar uma diversificação de atividades e o desenvolvimento de estratégias para se manterem inseridos na burocracia governamental, seja nas localidades, seja no alto escalão do governo imperial. Tal não é outro

o motivo das ligações com os descendentes do guarda-mor das Minas de Vila Rica, Manuel José Monteiro de Barros, e com os Negreiros de Castro e com Manso da Costa Reis, alianças que sem sombra de dúvidas reforçaram a força política da família em Minas Gerais.

Também a história de um outro conselheiro de Estado de D. Pedro I, a do baiano Luis José de Carvalho e Mello, o Visconde da Cachoeira, se entrecruza nesse emaranhado complexo de ligações. Cachoeira foi casado com a terceira filha de Braz Carneiro Leão, Ana Vidal Carneiro da Costa, viscondessa da Cachoeira e dama honorária de S. Majestade a Imperatriz. Um dos filhos de Cachoeira, Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Melo, 3^o visconde da Cachoeira, contraiu casamento com sua parente Maria do Loreto Viana, filha do senhor da Estância de São Simão no Rio Grande do Sul, Paulo Fernandes Carneiro Vianna, 1^o conde de São Simão, e neta de Paulo Fernandes Vianna, que também fora casado com uma das filhas de Braz Carneiro Leão, Luiza Rosa Carneiro da Costa.

Minas Gerais seria também o palco de atuação de um outro poderoso núcleo familiar que, da mesma forma que muitas famílias de descobridores, afluiu de São Paulo para a capitania em busca do ouro. Carla Carvalho de Almeida mostra como se delineou uma das mais importantes e influentes redes familiares da Minas setecentista a partir de um dos membros do tronco da família Horta, que era, segundo a própria autora afirma, uma das principais famílias da nobreza da terra paulista⁷. Dentre as muitas estratégias desenvolvidas por Maximiliano de Oliveira Leite para manutenção e ampliação da influência política e do prestígio social da sua rede familiar estavam os enlances matrimoniais de suas filhas com genros portugueses e com indivíduos de outras poderosas famílias nobres da terra, além dos casamentos arranjados com membros da sua própria parentela. Dessas estratégias matrimoniais originariam nada menos que três futuros conselheiros de Estado do Primeiro Reinado: Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira Horta (marquês de Barbacena), José Egídio Álvares de Almeida (marquês de Santo Amaro) e João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz).

O marquês de Barbacena casou-se com Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha do coronel e rico proprietário Antonio Cardoso dos Santos, tornando-se senhor de engenho no recôncavo baiano. No Rio de Janeiro, Barbacena articulou o casamento de seu filho Pedro Caldeira Brant (conde de Iguaçú) com a dama do Paço D. Cecília Rosa de Araújo Vahia (1^a condessa de Iguaçú), se aliando assim ao tradicional ramo dos Vahia, dos condes de Sarapuí, Bento Antonio Vahia e Rita Clara de Araújo Vahia, pais de D. Cecília e proprietários de terras na região de São João de Meriti. Após o falecimento da 1^a condessa de Iguaçú, o conde

desposou a filha da marquesa de Santos com D. Pedro I, D. Maria Isabel de Alcântara Brasileira de Bragança (2^a condessa de Iguçu), ligando sua família tanto aos Castro Canto e Melo de São Paulo, do brigadeiro do exército João de Castro Canto e Melo, 1^o visconde de Castro, quanto à própria família imperial.

O complexo parental pensado por Barbacena ainda abarcaria diretamente um outro conselheiro de Estado do Primeiro Reinado, José Egídio Álvares de Almeida, um dos poucos “brasileiros natos” que receberam título de nobreza durante o governo de D. João, o de barão de Santo Amaro. Ciente do grande prestígio que tinha o Barão e, depois, marquês de Santo Amaro, tanto em sua província de nascimento, a Bahia, quanto junto ao Gabinete imperial joanino, Felisberto tratou logo de articular um outro enlace envolvendo uma das suas filhas, a dama do Paço Ana Constança Caldeira Brant, e o filho do segundo casamento de José Egídio Álvares de Almeida, José Carlos de Almeida, natural de Lisboa, que se tornariam mais tarde visconde e viscondessa de Santo Amaro.

Ainda faziam parte dessa grande rede os também futuros conselheiros de Estado João Gomes da Silveira Mendonça, marquês de Sabará, aparentado de Barbacena⁸, e João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz. João Severiano procurou aproximar-se dos Werneck, importante família de cafeicultores estabelecida na região de Paty do Alferes, Rio de Janeiro. Tal aproximação aconteceu por meio do matrimônio contraído pelo filho de Maciel da Costa, João Tavares Maciel da Costa, e Cândida Augusta de São José Werneck, que se tornariam no futuro visconde e viscondessa de Queluz. As núpcias de João Tavares e Cândida Werneck, para além de evidenciar a aproximação de duas influentes famílias do Brasil imperial, revela igualmente uma estratégia recorrente utilizada pela classe senhorial quando o assunto é o casamento de seus herdeiros. Não bastava riqueza material para alcançar posições de destaque na sociedade da época, embora ter posses certamente garantiria uma vida confortável e luxuosa. Mesmo que conhecendo progressivas modificações, desfrutar de um capital simbólico elevado continuava sendo a ambição daqueles que pretendiam se distinguir socialmente.

Os casamentos arranjados, bem como as alianças de amizade e parentesco, são capazes de denotar estratégias que, em última análise, objetivavam a perpetuação do patrimônio das Casas familiares envolvidas. Ademais, demonstram os propósitos de reprodução ou de dilatação dos laços políticos, econômicos e sociais articulados entre as famílias do Brasil

imperial, podendo, inclusive, dar origem a novos e poderosos núcleos, como ocorreu com os Maciel da Costa e os Werneck⁹.

Outros dois conselheiros tiveram a Bahia como o cenário de suas aproximações. As famílias do Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campo, e do Marquês de Nazareth, Clemente Ferreira França, iniciaram a união a partir do casamento entre Manuel Carneiro de Campos – deputado da Junta do Comércio, contador da Real Junta da Fazenda e proprietário da fazenda Bom Retiro em Niterói – e Maria Ignácia de Jesus Ferreira França, irmã do marquês de Nazareth. Um dos filhos e uma das famílias desse casal, o coronel Frederico Carneiro de Campos e Gabriela Elisa Carneiro de Campos, reforçaram os laços entre as famílias por meio de seus casamentos com Auta Ferreira França e com Cornélio Ferreira França, filho e filha do Dr. Antonio Ferreira França. Ainda integrariam essa grande trama os tradicionais Moraes Campilho e os Alves Branco, do 2º Visconde de Caravelas, Manuel Alves Branco, importante nome da política imperial do Segundo Reinado, quando ocupou, dentre outros, os cargos de senador, ministro da Justiça, do Estrangeiros, da Fazenda e do Império, além de ser um dos componentes do segundo Conselho de Estado¹⁰.

Um outro importante nome do cenário político-administrativo do Primeiro Reinado de origem baiana é o de Antonio Luis Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe de Cima, que, em seu terceiro casamento, desposou Maria Joaquina Gerlen da Rocha Dantas e Mendonça, filha do desembargador conselheiro e intendente geral da extração dos diamantes do Tejuco. Uma das filhas do marquês, Maria Pereira da Cunha, se tornaria marquesa de Jundiá por seu casamento com Joaquim José de Azevedo, que antes de se tornar marquês do mesmo título havia sido agraciado com os títulos de barão e visconde do Rio Seco por D. João. O casamento entre Joaquim e Maria Pereira deixam claras as intenções de reforço e expansão das alianças entre duas prestigiosas famílias. Quando do casamento, em 1832, ele estava com 71 e ela com 23 anos, mas a idade não importava, pois o que interessava eram os ganhos materiais e simbólicos que a associação era capaz de proporcionar aos dois lados envolvidos.

Na província fluminense, Joaquim Antonio Pereira da Cunha, um outro filho de Inhambupe, estenderia os interesses da família conquistando grande poder e influência na administração e na política local de Paraíba do Sul e arredores, região que integra o Vale do Paraíba fluminense. Influência que era reflexo, por um lado, de sua origem familiar, cujas articulações numa ampla e antiga rede de parentesco e compadrio conferiam uma posição destacada a seus representantes, e, por outro, devido à sua posição de proprietário da

“Fazenda do Governo”, alcançada por meio de seu casamento com D. Francisca Cândida, filha do capitão Antonio José da Costa Barbosa.

Não obstante essas gigantescas redes de compadrio, sociabilidade e parentesco – às quais se ligavam os conselheiros de Estado – tivessem ganhado vida e substância, sobretudo, em terras brasílicas, nem sempre os indivíduos que a elas se articularam, enquanto membros do próprio Conselho de Estado, tiveram suas origens neste lado do Atlântico. D. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João da Palma, e João Vieira de Carvalho, conde de Lajes, eram portugueses de nascimento, mas se inseriram de alguma forma na estrutura social brasileira do século XIX, que, como já mencionamos, tem origem bem mais remota.

D. Francisco de Assis Mascarenhas pertencia a uma importantíssima associação familiar da nobreza portuguesa e, ao chegar ao Brasil, tratou de se aliar a importantes e abastadas famílias que exerciam poder e influência em suas regiões e localidades, como os Monteiro de Barros de Minas Gerais e a família Reis do Rio de Janeiro. Seguindo a conhecida estratégia da classe dominante do Brasil Império de promover alianças que fossem capazes de perpetuar e ampliar as hierarquias sociais e o poderio das redes familiares envolvidas, José de Assis Mascarenhas, um dos filhos de São João da Palma, desposou Luiza da Fonseca, filha do conselheiro de Estado de D. Pedro I Mariano José Pereira da Fonseca, o marquês de Maricá. De acordo com o *Dicionário das famílias brasileiras*, Luiza fazia parte da importante família Fonseca Costa do Rio de Janeiro, cuja associação de parentes englobava os Lima e Silva, os Araújo Pereira e os Costa Barros¹¹.

Por sua vez, o Conde de Lajes, João Vieira de Carvalho, teve como uma de suas esposas uma representante da importante família Mota Leite, D. Isabel Leonor da Mota Leite e Araújo, com ascendência nos Azeredo Coutinho, primeiros povoadores do Rio de Janeiro. Os filhos do conde ampliaram ainda mais as alianças, tendo um deles, Alexandre Vieira de Carvalho, 2º conde de Lajes, se casado com Maria Caetana Endóxia de Almeida Torres, filha do segundo visconde de Macaé, José Carlos Pereira de Almeida Torres, personagem de grande relevo na política e na administração imperial de D. Pedro II. Já José Vieira de Carvalho viria a se unir à família Furtado de Mendonça do Rio de Janeiro através do matrimônio contraído com Maria Adelaide Pereira Pinto Furtado de Mendonça, filha de Francisco Samuel da Paz Furtado de Mendonça.

Não é difícil perceber que as gigantescas redes nas quais os conselheiros estavam imersos extrapolavam os limites físicos de onde eram originárias, se movimentando

cautelosamente e formando um grande novelo de relações intermináveis, nas quais arquitetar estratégias que fossem capazes de fortalecer as fibras desse novelo era garantia da própria reprodução do poder nas localidades em que ensaiaram seus primeiros passos. Ainda mais do que isso, para os setores dominantes o êxito nos planejamentos podia significar a extensão da influência e prestígio de todo o complexo para junto das altas esferas do governo central, consubstanciando assim um estilo de se fazer política que não podia prescindir dos grupos sociais originários que estavam na base de uma estrutura de poder muito vasta.

Como parte integrante dessa estrutura, a instituição Conselho de Estado era, mais do que qualquer outra, um espaço privilegiado onde essas teias de relações eram potencializadas e redimensionadas, dando a sensação de que formavam uma única rede dotada de uma enorme consistência, pelo menos aos olhos dos próprios membros da instituição, que, além disso, acreditavam que ela seria impermeável a qualquer tipo de investida externa.

Considerações Finais

Buscando reconstruir, ainda que não de forma exaustiva, as redes nas quais os integrantes do Conselho de Estado de D. Pedro I estavam envolvidos, procurou-se evidenciar que as práticas políticas levadas a efeito por esses indivíduos nas suas localidades de nascimento ou nas quais viriam a atuar ao longo de suas trajetórias, eram reforçadas por suas convivências no interior da instituição. Esse convívio, no entanto, acabou gerando um sentimento comum entre eles de que podiam, em razão da exata noção da importância que tinham no complexo administrativo do Estado, manter toda a organização política-administrativa fechada a qualquer tipo de mudança que pudesse lhes ameaçar diminuir o poder.

No fundo, ligados às redes de sociabilidade que lhes davam suporte, puderam ao longo de suas trajetórias acumular diferentes tipos de capital nos mais variados campos sociais, o que permitiu que reunissem um volume global de capital invejável no Primeiro Reinado, o qual era posto a prova a todo momento por exercerem a hegemonia do campo político e ocuparem a instituição mais importante e influente do período, de onde podiam, devido ao privilégio e lugar social estratégico que seus cargos ofereciam, reconverter, ampliar e perpetuar o emaranhado de teias sociais às quais estavam ligados. Só que por mais paradoxal que possa parecer, foi exatamente a ocupação das mais altas hierarquias do poder que explica, em grande medida, a

derrota desse que se constituiu no principal grupo que dava sustentação política ao Imperador D. Pedro I.

Notas

¹ Sobre a noção de espaço social cf. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

² Para José Murilo de Carvalho, a elite imperial brasileira era caracterizada, sobretudo, pela sua homogeneidade de treinamento e socialização, que se assentava muito mais nos círculos de formação escolar do que em sólidas bases sociais. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. pp. 377 e 363.

³ A definição de *habitus* aqui empregada se encontra em BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma Teoria da Prática”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1983, pp. 60 e 61

⁴ Cf. MARTINS, Maria Fernanda V. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; e MARTINS, Maria Fernanda. “Os tempos da mudança: elite, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ José Murilo de Carvalho demonstrou que a maior parte dos ministros de D. Pedro I eram oriundos da Bahia e de Minas Gerais, perfazendo um total de aproximadamente 34%. Pedro Octávio Carneiro da Cunha, fazendo referência a Varnhagem, também ressalta o predomínio de indivíduos provenientes da Bahia, que formavam uma “turma compacta” no ministério e no Conselho. Ver, respectivamente, CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 134; CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana, 1831-1840”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*: t. II: v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 86.

⁶ ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro, 1851, p. 07.

⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de oliveira Leite e seus aparentados” In: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁸ Em uma carta enviada ao filho Pedro Caldeira Brant, com data de 12/08/1837, o marquês de Barbacena escreve logo no início “O nosso parente Marquês de Sabará...”. Ver: BN. *Carta de Barbacena ao filho Pedro Caldeira Brant. 12/08/1837. I – 03, 06, 071*. Biblioteca Nacional.

⁹ MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008, p. 54 e 55.

¹⁰ Sobre a atuação de Manuel Alves Branco no segundo Conselho de Estado, ver MARTINS, Maria Fernanda V. *A Velha Arte...op. cit.*

¹¹ BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: IberoAmerica, 1999, vol. 1.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de oliveira Leite e seus aparentados” In: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: IberoAmerica, 1999, vol. 1.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. “Esboço de uma Teoria da Prática”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1983

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana, 1831-1840”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*: t. II: v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, Maria Fernanda V. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. “Os tempos da mudança: elite, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008

ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro, 1851.

Quando a deusa cega serve a dois senhores...
A magistratura brasileira entre o poder estatal e o poder local (1833-1871)

Elaine Leonara de Vargas Sodré

A Constituição brasileira de 1824, segundo Oliveira Torres, “de um golpe, liquidou a árvore secular da antiga justiça del-rei. O resto seria trabalho de reconstrução”.¹ Realmente, o arcabouço do poder judiciário foi apresentado no “título VI” da Carta Constitucional, porém a implementação do nova estrutura judiciária foi mais do que um trabalho de reconstrução. Num primeiro momento, na década de 1830, houve um processo de mudança que organizou a nova estrutura tendo por base a antiga, pois não havia como ignorar a ordem instalada e aquela seguia o modelo lusitano. Dessa forma, iniciou-se o processo de reorganização da justiça brasileira.

A primeira mudança que merece ser lembrada é a criação de juizados de paz. A lei de 15 de outubro de 1827 criou o cargo de juiz de paz, esse se assemelhava ao juiz ordinário colonial. Ambos eram leigos, eleitos e a conciliação era sua primeira e principal função, porém o juiz de paz acumulava também práticas administrativas, policiais e jurídicas. Houve um momento inicial de euforia, visto que constatava-se que “había mejorado la administración de la justicia, debido al alto porcentaje de conciliaciones logrados por los jueces de paz”.² Porém, os resultados promissores foram diminuindo e aumentando os problemas. A maioria dos juízes de paz continuava mantendo suas atividades produtivas. Assim, as atribuições judiciais, muitas vezes, tornavam-se secundárias, por esses motivos “o juiz de paz funcionava como um instrumento dos interesses privados, que acomodava as leis impostas deste o exterior às necessidades locais”.³ Logo, antes dos interesses das partes, da justiça ou do Estado, viriam os interesses pessoais e da localidade. O excesso de atribuições somado a investidura eletiva culminaram no fortalecimento dos poderes locais.

O instrumento que de fato promoveria a alteração da estrutura judiciária brasileira começou a ser elaborado em 1828 e concluído em 1832 através da lei de 29 de novembro que

¹ TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1964. p. 224.

² FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*. México: Fondo de cultura economica, 1986. p. 99.

³ RODYCZ, Wilson Carlos. O Juiz de Paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil Imperial. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: TJ-RS. Departamento de Artes Gráficas, v. 3, n. 5, 2003. p. 64.

apresentou o Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil. Esse documento tinha como principal objetivo organizar a justiça de primeira instância, não modificava as instâncias superiores, que continuavam respeitando a hierarquia vigente: o Supremo Tribunal manteve-se no topo e os Tribunais de Relação na segunda instância. A primeira parte do Código “Da Organização Judiciária”, determinava que a nova divisão seria em: comarcas, termos e distritos de paz; nesses, haveria um juiz de paz, um escrivão, um inspetor por quartirão e quantos oficiais de justiça fossem necessários. Os termos, seriam compostos por um Conselho de jurados, um juiz municipal, um promotor público, um escrivão e os oficiais de justiça necessários. Nas comarcas, no mínimo um e, no máximo três juízes de direito que seriam nomeados pelo governo imperial. Os outros cargos, juiz de paz, promotor e juiz municipal e de órfãos, seriam escolhidos pelas administrações locais ou pelo voto confirmando o modelo do “municipalismo judiciário”.

Somando-se a esse “municipalismo judiciário”, as novas atribuições dos juízes de paz e a inserção do Júri⁴ observa-se que houve o fortalecimento da justiça leiga e eletiva. Ao mesmo tempo percebe-se que a atuação da magistratura profissional ficou enfraquecida ou pelo menos limitada. O resultado foi a criação de uma instância judiciária, praticamente, desvinculada da administração central. Assim, esse conjunto de leis e códigos acabou por fortalecer a justiça independente, os poderes locais e os funcionários eleitos. Os resultados dessa descentralização tornaram-se evidentes, já na fase inicial, da implementação da nova legislação.

No Rio Grande do Sul, entre 1833 e 1841 havia quatorze termos, a ocupação deles com juízes municipais e de órfãos foi tarefa árdua. O principal problema era a falta de candidatos aptos. Exemplifica isso, a informação da Câmara Municipal de Triunfo dizendo que: “no município não existem cidadãos formados em Direito, nem advogados hábeis, dos quais deveria a Câmara propor três para a definitiva nomeação”.⁵ Em situações como essa, normalmente a maioria, os indicados eram os “homens bons” da localidade que, muitas vezes, já desempenhavam outras atividades administrativas na vila, como o caso de Manoel

⁴ Apesar de ser considerado uma das novidades do Código do Processo Criminal, o Júri “foi criado no Brasil pouco antes da Independência, em junho de 1822, como extensão da lei portuguesa. Restringia-se a julgar delitos de imprensa” FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 249. A partir de 1832, foi dotado de um caráter popular que não havia na versão de 1822.

⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo AMU-283. Correspondência enviada pela Câmara Municipal de Triunfo à presidência da província em 27 de julho de 1833.

Gonçalves da Silva Peixoto, segundo candidato a juiz municipal da vila de São José do Norte, dizia-se dele “casado, vive de negócio, e do rendimento de seus prédios, tem exercido os empregos de vereador, Juiz de Paz e antigamente de Juiz Ordinário, e atualmente exerce o de Coletor da Décima dos prédios urbanos”.⁶ A ausência de sua formação acadêmica, certamente não é um esquecimento, pois dificilmente ele a teria.

Outro problema era que entre os poucos formados em Direito ou advogados existentes na província alguns não desejam trabalhar no serviço público. Em Porto Alegre, em meados de 1839, procurava-se candidato ao cargo de juiz municipal da Capital. Inicialmente foram consultados para ocupar o lugar interinamente “64 cidadãos, nenhum houve que se prestasse a tal aceitação”.⁷ Quando foram convidados para assumir efetivamente o cargo, seguiram as negativas. Um dos candidatos negou-se “por achar-se comprometido no Foro, como Advogado, ao patrocínio de não pequeno número de causas, tanto cíveis, como criminais, de onde principalmente tira os meios de sua subsistência” e por já ser empregado público na função de “dirigir as escolas públicas de Instrução primária da província, não poderia bem preencher uns e outros deveres”. A justificativa para negativa de outro era que “como vereador atual da mesma Câmara, o legítimo impedimento de escusa, que tem para servir o dito emprego, não tanto pela sua idade de mais de 60 anos, quanto em razão das moléstias”. Um outro, ainda dizia, não ser “possível aceitar a nomeação, por não ter absolutamente nenhum dos quesitos, que se requerem para servir o emprego, além do mau estado de sua saúde”. Esse era o retrato da situação na capital da província, indício de que a situação no interior era ainda pior.

Ainda havia outro problema, os casos em que os candidatos nomeados ou eleitos deixavam os cargos acéfalos. Em 1834, a Câmara de Triunfo relatava que encontrava “em alguns cidadãos uma decidida negação em prestarem seus serviços nos cargos eletivos”⁸. A queixa referia-se aos juízes de paz, a eleição para tal cargo havia sido em 15 de abril de 1833, a maioria dos eleitos prestou juramento e entrou no exercício logo após a confirmação dos resultados eleitorais. Porém, outros “tem deixado até agora de o fazer com provados protestos principalmente dos eleitos pelo 7º distrito dos quais o mais votado tomou juramento a 13 do

⁶ AHRS. Fundo AMU-250. Correspondência enviada pela Câmara Municipal de São José do Norte à presidência da província em 15 de novembro de 1841.

⁷ AHRS. Fundo AMU-132. Correspondência enviada pela Câmara Municipal de Porto Alegre à presidência da província em 12 de outubro de 1839. Todas as citações do parágrafo referem-se a esse documento.

⁸ AHRS. Fundo AMU-283. Correspondência enviada pela Câmara Municipal de Triunfo à presidência da província em 29 de janeiro de 1834. Todas as citações do parágrafo referem-se a esse documento.

corrente, e o quarto votado em 27 do dito mês, estando até aquele dia o distrito privado do recurso da lei”, ou seja, houve ausência de juiz de paz no distrito por quase dez meses. Em linhas gerais, baseado nas correspondências enviadas pelas Câmaras Municipais temos alguns dados que servem para ilustrar como estava desenhada a magistratura leiga no Rio Grande do Sul entre 1833 e 1845. Para as vagas de juiz municipal, no que se refere à profissão 11% dos indicados eram bacharéis formados ou advogados. Exatamente metade do grupo era composta por “proprietários”, 8% funcionários públicos, 3% lavradores e outros 3% profissionais liberais. Ressalta-se que a maior parte desse período coincide com a Revolução Farroupilha, assim os dados apresentados representam apenas o que foi possível resgatar na documentação, provavelmente, os valores absolutos eram outros. Porém, esses percentuais servem para ilustrar que a magistratura era de fato leiga, sendo administrada por profissionais não habilitados. Essa situação não foi característica exclusiva do Rio Grande do Sul, pois o Ministério da Justiça identificava problemas semelhantes em praticamente todo o Império.

Em 1832, Diogo Feijó, então ministro da justiça, alertava ao fato de que as funções de polícia estavam quase que exclusivamente nas mãos dos juizados de paz e aqueles “nem sempre poderão entregar-se ao trabalho, que demandam circunstâncias extraordinárias, nem todos terão a inteligência, e circunspeção necessárias”.⁹ Em 1838, o Ministério da Justiça confirmava a ineficácia dos juizados de paz, bem como as previsões negativas de Feijó:

a nossa Polícia, atualmente entregue a Juizes de Paz ou inexperientes, ou menos cuidadosos; e a Juizes Municipais eleitos pelas Câmaras, com um Chefe, cuja autoridade é, para não dizer ridícula, nominal, e ilusória a vista porém das ajustadas, e acordes observações, que sobre essa matéria tem feito os meus antecessores, os quais tornaram palpável a insuficiência, e nulidade da nossa Polícia, limitar-me-ei a chamar novamente a vossa atenção sobre este importantíssimo ramo do serviço público. É, pois, urgente a necessidade de revestir as Autoridades policiais de jurisdição mais ampla, e de confiar ao Governo a sua nomeação, e escolha, a fim de que as importantes funções da Polícia possam ser exercidas por pessoas competentemente habilitadas.¹⁰

⁹ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça. Apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1832; pelo respectivo ministro e Secretário de Estado Diogo Antônio Feijó. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832. p. 5.

¹⁰ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça. Apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1838; pelo respectivo ministro e Secretário de Estado Bernardo Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838. p. 10-11.

O governo imperial percebia as dificuldades de administrar a justiça e de cumprir as determinações jurídicas essa situação prenunciava a necessidade de implementar mudanças. Esse processo foi acelerado pelo contexto político, pois entre as medidas adotadas pelo Regresso Conservador estava Reforma Judiciária. O grande objetivo da Reforma de 1841 era esvaziar o poder dos juízes leigos; visou essencialmente os cargos (juiz de paz, delegados, promotores públicos, juízes municipais e de órfãos) e as instituições (Júri e Polícia) que estavam desvinculados do controle do governo central e criou mecanismos de sujeição. As atribuições de polícia foram realocadas, a chefia passou para magistrados togados (desembargadores ou juízes de direito). Muitas atribuições policiais sob comando de juízes de paz foram transferidas para delegados e subdelegados. Por exemplo, a formação da culpa era organizada por juízes de paz que além disso, em alguns casos, também julgavam o processo. Com a nova lei, o processo ao ser finalizado pela polícia era encaminhado aos juízes municipais. Na prática, alcançou-se duplo objetivo, os juízes de paz, foram afastados das funções de polícia e perderam parte de sua competência de magistrados. Sem dúvida, era um passo importante para separar-se a polícia da justiça, o delegado investigava e o juiz ou o Júri julgavam. Esse aliás, era outro ponto caro aos reformadores. A Reforma de 1841 fez alterações parciais na organização do Conselho de Jurados, manteve a premissa do Código do Processo, os que eram aptos para serem eleitores, também o eram para serem Jurados (art. 23), apenas agregou-se o caráter censitário.

Os problemas da justiça brasileira iam além das instâncias eletivas, chegavam aos cargos de juízes municipais e de órfãos e promotores públicos. Nesse grupo havia dois problemas: nomeação e inaptidão, conforme constatava o próprio Ministério da Justiça quanto aos juízes municipais: “nem a maneira, porque são nomeados deixa ao Governo a necessária liberdade de escolher; nem a ausência de habilitações garante a suficiência dos Juízes”.¹¹ No caso dos promotores públicos a situação era pior, pois “as atribuições deste Funcionário, essencial no novo sistema, são pesadíssimas, e assaz odiosas para poderem ser

¹¹ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça. Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1840; pelo respectivo ministro e Secretário de Estado Francisco Ramiro d’Assis Coelho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1840. p. 15.

exercidas por um só indivíduo, e gratuitamente, nas grandes Povoações”.¹² A Reforma de 1841 na tentativa de abrandar os problemas daqueles dois cargos, de um lado, determinou que tanto juízes municipais, como promotores públicos passariam a ser nomeados pelo Imperador. De outro, para juízes municipais os escolhidos deveriam ser bacharéis formados em Direito com pelo menos um ano de prática forense, para promotores dar-se-ia preferência aos que fossem bacharéis formados e idôneos, também passariam a receber ordenado (lei n. 261). Um detalhe que não deve passar despercebido é que a Reforma criou a figura do suplente de juiz municipal. As Câmaras municipais organizavam listas com os nomes daqueles que estavam habilitados a ocupar interinamente o juizado municipal, a esses não exigia-se formação acadêmica. O conjunto de determinações proposto pela Reforma indica sua intenção em promover uma reestruturação da organização judiciária, bem como um esforço de prover os cargos leigos com bacharéis em Direito. Apesar das novas diretrizes legais, os efeitos da Reforma foram quase imperceptíveis na década de quarenta, esse foi um “período estático”, criavam-se lugares, nomeavam-se juízes, contudo na prática muitos cargos estavam vagos ou apenas nominalmente ocupados. Nas situações de excepcionalidade a justiça caía nas mãos de leigos, suplentes que, na maioria das vezes, pouco entendiam sobre o funcionamento da administração judiciária.

No Rio Grande do Sul, as primeiras determinações referentes à Reforma de 1841 foram tomadas em março de 1842. Apesar das mudanças legais, na prática pouca diferença se observou. Nos juzizados municipais, até 1846, cinco termos dos quatorze da província não tiveram nomeado nenhum bacharel. Naqueles lugares, as vagas eram ocupadas pelos suplentes. Exemplifica essa situação o caso de Triunfo, onde o juiz municipal, em 1846, “além de não ser bacharel o que serve naquele emprego, é um dos suplentes, que não tem efetividade em razão de ser comerciante”.¹³ O fato de ter um bacharel nomeado não era garantia de que ele estava efetivamente no cargo. É o caso de Rio Grande que, naquele ano, era a única comarca em que todos os lugares estavam preenchidos por bacharéis formados. Na comarca, havia três termos, o juiz municipal da sede estava “com licença na Corte há quase dois meses, e (...) ausente por 6 meses e meio da comarca por licença que obteve da

¹² Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça. Apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1834; pelo respectivo ministro e Secretário de Estado Aureliando de Souza e Oliveira Coutinho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834. p. 22.

¹³ Arquivo Nacional (AN). Ij1-849. Série Justiça e Gabinete do Ministro. Correspondência enviada ao Ministério da Justiça, pela presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 7 de agosto de 1846.

presidência”,¹⁴ para ocupar o lugar de deputado provincial. O juiz municipal de Pelotas: “tendo estado com licença se acha em exercício e desempenha com inteligência e probidade suas obrigações”,¹⁵ logo também ele estivera ausente. Essa realidade não foi rapidamente modificada.

Em 1859, dos onze lugares de promotor público da província apenas em quatro estavam atuando bacharéis formados, enquanto seis estavam sob a responsabilidade de interinos e um vago. Em 1860, a presidência da província contabilizava 26 lugares de juiz municipal que logo seria reduzido devido a algumas extinções. Considerando aqueles 26, sete estavam vagos e dezoito estavam ocupados por bacharel formado, provavelmente em um deles atuava um juiz leigo. Ao converter esses valores em percentuais constata-se que 36%, dos promotores públicos e 65% dos juízes municipais atuantes no Rio Grande do Sul eram bacharéis formados.¹⁶ Gradativa, mas lentamente, esses percentuais foram aumentando. Em fins da década de sessenta observava-se uma situação nova que é a permanência dos juízes municipais em suas varas; por um lado, porque os juízes de direito se ausentavam menos. Por outro, porque, cada vez mais, a passagem por aquele cargo representava um degrau para o ingresso na magistratura profissional. Por isso, os bacharéis ficavam dois e até mais quatriênios no mesmo lugar.

Se na década de quarenta, viu-se uma mobilização para melhorar o funcionamento dos empregados de polícia, juízes municipais e promotores públicos, já que esse era o objetivo central da Reforma de 1841, num segundo momento, a atenção voltou-se para os juízes de direito. Bastou uma década de funcionamento da administração judiciária “reformada” para o governo central perceber a necessidade de um “magistrado vigilante” nas comarcas. Nesse momento, voltava-se a atenção para os juízes de direito, pois deles: “absolutamente depende a boa administração da Justiça, em primeira instância, não só porque lhes compete o julgamento final dos processos em muitos casos, mas ainda pela ação imediata que lhes dá sobre as outras

¹⁴ Cópia do ofício enviado ao vice-presidente da província pelo juiz de direito da comarca de Rio Grande, Antônio Vieira Braga, em 18 de julho de 1846. AN. Ij1-849. Série Justiça e Gabinete do Ministro. Correspondência enviada ao Ministério da Justiça, pela presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 7 de agosto de 1846.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Esse percentual aproxima-se da realidade nacional. No Relatório do Ministério da Justiça referente ao ano de 1860 consta que havia no Império 509 termos, sendo 354 ocupados por bacharéis formados o que significa 69,5%. O Ministério não informa a quantidade promotores no país. Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p. 7.

autoridades”¹⁷ as novas competências dos juízes de direito, eram na sua maioria fiscalizadoras, dessa forma restabelecia-se o caráter de corregedor semelhante ao que havia nos tempos coloniais.

Havia ainda outros problemas envolvendo os juizados de direito. Em 1850, o ministro da justiça relatava: “Quando tive a honra de ser chamado para o ministério existiam 58 juízes de direito ausentes de suas comarcas. Ora sendo eles 147, segundo o mapa apresentado no Relatório de 1847 (sem constar as vagas) estavam dois quintos dos juízes fora de seus lugares”. Ainda completava “é forçoso acrescentar, que os outros, geralmente falando, não perdem ocasião de fugir à onerosa, mas importante atribuição de presidir às sessões do júri” e não estando as sessões do Júri presididas pelos juízes de direito eram “entregues a substitutos muitas vezes leigos e ignorantes”¹⁸! Essa narrativa demonstra mais um problema a ser solucionado.

Em 1850, o governo imperial editou um conjunto de medidas que visavam melhorar a administração judiciária e acelerar a profissionalização da magistratura. O objetivo era beneficiar os bons servidores, dando-lhes garantia ao longo da carreira. O decreto n. 557 introduziu o sistema de Antigüidade. Os juízes de direito sabiam que só concorreriam à instância superior quando estivessem entre os dez ou quinze mais antigos do país. Estava-se criando um ordenamento para os cargos, seria coerente fazer o mesmo para os lugares. O decreto n. 559 dividiu as comarcas em classes e determinou a forma de remoção dos juízes nesse sistema hierarquizado. O decreto n. 560 tratou de duas questões: remoção e finanças, especialmente, ordenados e gratificações.

O decreto n. 687 que estabelecia “regras sobre as nomeações, remoções, e vencimentos dos Juízes de Direito” enfatizava que a nomeação dos juízes de direito seria feita “pelo Imperador dentre os Bacharéis Formados, que tiverem servido com distinção os cargos de Juiz Municipal, de Órfãos, e Promotor Público ao menos por quatro anos completos” (art. 1º) e sempre para comarcas de primeira entrância, reforçando o estabelecido no decreto n. 557. Também tornava obrigatória a ascendência, ou seja, a nomeação deveria ser para a primeira entrância e as remoções seguindo a ordem crescente. Essa medida que tinha caráter

¹⁷ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura em 1847 pelo respectivo Ministro e secretário de José Joaquim Fernandes Torres, Rio de Janeiro, Tipografia do Mercantil, 1847. p. 3-4.

¹⁸ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura de 1850 pelo respectivo Ministro e secretário de Estado Euzébio Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1850. p. 28-29.

obrigatório solucionaria o antigo problema de que todos os bacharéis queriam “começar por comarcas boas” e aquelas de “posição menos favorável, não encontram dentre os que já se acham admitidos na classe, quem as queira ir preencher”.¹⁹ A partir da classificação das comarcas acabaram as escolhas aleatórias. Esse conjunto de medidas demonstra que o governo imperial estava fortalecendo o poder da autoridade judiciária de maior hierarquia nas províncias. Percebe-se a intenção de valer-se desses empregados para levar o braço do Estado a lugares que ele muitas vezes não alcançava. Ninguém mais apropriado para a tarefa que o juiz de direito, um funcionário capacitado com formação universitária e vínculo empregatício direto com a administração imperial; contudo, mais uma vez, na prática, poucas mudanças se observavam e elas ocorreram muito lentamente.

O processo de profissionalização da magistratura que havia sido intensificado a partir dos decretos de 1850 ganhou mais um dispositivo: a lei eleitoral de 1855. Na síntese do decreto n. 842 de 19 de setembro de 1855, se lia: “Altera a Lei de 19 de Agosto de 1846;” essa era lei n. 387, dita “Lei Regulamentar das eleições do Império do Brasil”. A legislação de 1855 ficou conhecida como “Lei dos Círculos” e dela aqui interessa o parágrafo vinte de seu artigo 1º referente aos empregados públicos que “não poderão ser votados para Membros das Assembléias Províncias, Deputados ou Senadores nos Colégios Eleitorais dos Distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição.”²⁰ Não se pode afirmar que a lei eleitoral impediu a candidatura de funcionários públicos em geral e magistrados especificamente. Visto que, o fator proibitivo referia-se à jurisdição, assim ao empregado que desejasse candidatar-se ainda restava a alternativa de fazê-lo por outro distrito eleitoral. Contudo, não resta dúvida que nesses casos, as dificuldades eram maiores, pois uma coisa era ter votos suficientes junto a seus correligionários, outra bem diferente era buscá-los longe dos domínios de poder social. O sucesso eleitoral ficava comprometido, mas não inviabilizado, pois aqueles que tinham influência política na província poderiam lograr êxito nas eleições.

No Rio Grande do Sul, a maioria dos juzizados de direito sempre estavam com magistrados nomeados, porém nem sempre eles de fato estavam em suas comarcas. Entre 1830 e 1840 percebe-se que praticamente todas as comarcas da província, estavam providas pelo mesmo juiz de direito. Ressalta-se que havia apenas cinco comarcas e seis juzizados de

¹⁹ Ibid. p. 30.

²⁰ Decreto n. 842 – de 19 de setembro de 1855. Art. 1º, § 20º. Coleção das Leis do Império do Brasil, Tomo 16, Parte 1ª, 1855, p. 52.

direito, a partir de 1842 a província passou a ter sete lugares de juiz de direito. Naquelas duas décadas, os juízes de direito permaneciam vários anos na mesma comarca e suas transferências, geralmente, ocorriam dentro da província. Em 1850, foram criadas duas novas comarcas (Alegrete e Caçapava) que só foram instaladas em 1853, pois antes não havia juiz de direito nomeado para elas. Legalmente a província passou a ter nove lugares de juiz de direito. Ao observar as nomeações feitas pelo Ministério da Justiça, percebe-se que oficialmente as comarcas estavam sempre providas dos respectivos juízes de direito. Contudo, ao analisar mais profundamente cada uma delas, observa-se que havia longos interregnos em que o juiz de direito não estava na comarca. Assim não há dúvida que existia uma grande distância entre a “oficialidade” e a realidade, sendo possível identificar duas situações.

A primeira denominamos de “juízes virtuais”, era o caso das comarcas para as quais o Ministério da Justiça havia nomeado o juiz de direito, mas o magistrado por motivos pessoais não assumia, ou seja, a presença era nominal, aparecia nos documentos, mas não na comarca. Depois há outro grupo composto por “comarcas virtualmente providas”, eram aquelas que tinham um juiz nomeado que aceitou e assumiu o cargo, mas que estava muito tempo ausente da comarca. Essas ausências não eram de alguns dias, ao contrário, o tempo delas poderia ser meses, às vezes, mais de ano. Esses afastamentos tinham dois motivos principais, de um lado, estavam as licenças legalmente concedidas pelo Ministério da Justiça ou pela presidência da província que juntas somavam longos períodos, por outro lado, até fins da década de cinquenta muitos magistrados deixavam suas comarcas para assumir cargos políticos. Esses eram os fatores comuns e gerais, mas havia inúmeras particularidades.

O conjunto de medidas aqui descrito foi ratificado na Reforma Judiciária de 1871, embora, o resultado delas já fosse visível na década de sessenta. Naquele momento, percebe-se a primeira diferença: aumentava a rotatividade dos magistrados. Entre 1858 e 1860 houve mudança de juízes de direito em praticamente todas as comarcas do Rio Grande do Sul. Contudo, ainda havia intervalos em que algumas permaneciam sem a presença efetiva dos magistrados. Ao longo da década de sessenta a magistratura confirma-se como uma profissão itinerante. No Rio Grande do Sul havia lugar para 29 magistrados desses apenas quatro transferem-se dentro da província. A maioria estava em circulação por todo o território nacional. Há na década de sessenta, sem dúvida, uma efetiva permanência de juízes de direito nas comarcas sul-riograndenses como nunca antes houvera. Porém, ainda não era uma condição satisfatória, fosse pela demora nas transferências, fosse pelas longas licenças,

algumas comarcas ficavam meses entregues aos substitutos – os juízes municipais. Para esse cargo houve um esforço administrativo na busca de bacharéis formados. Em 1863, o governo provincial avaliava que “remontando aos anos anteriores, vê-se que muito tem melhorado a administração da justiça, quanto ao provimento efetivo dos lugares de juízes e promotores por bacharéis formados”.²¹ Porém, o Ministério da Justiça não estava totalmente satisfeito: “O governo continua a sentir dificuldade para obter Bacharéis idôneos, que aceitem nomeação de Juízes Municipais. A causa é sabida: tais lugares não oferecem aos que servem meios para a modesta subsistência nem ao menos dão a perspectiva de certo e melhor futuro”.²² Ao iniciar a década de setenta observa-se que a administração judiciária estava em condições bem diferentes daquela dos tempos da implementação da Reforma de 1841. Em duas décadas o governo imperial através de negociações ou por decreto remodelou a magistratura. O esforço para consolidar o Poder Judiciário através de seu corpo funcional era visível.

Finalizamos com uma reflexão sobre o objetivo e o alcance das mudanças executadas pelo governo imperial. Não há dúvida de que houve um projeto estatal que objetivava centralizar e profissionalizar a magistratura e que logrou êxito. Na década de 1830, quando foi implementada a estrutura judiciária, o poder de Estado era facilmente sobreposto pelos interesses locais, já no final do Império, observa-se uma situação diferente. O alcance da presença estatal, através das instâncias de justiça, ampliou-se consideravelmente. A justiça atendia aos interesses do Estado, pois esse era seu “senhor”, as leis e as regras eram ditadas pela administração central. No entanto, essa não era uma relação de fidelidade absoluta. Ao longo do Império, mais explícito no início ou mais velado no final, houve a influência dos poderes locais nas decisões jurídicas, negar-se a atender aqueles interesses, ao menos parte deles, seria promover um conflito arriscado. Assim, parece mais correto dizer que a justiça “serviu a dois senhores”. Por um lado, executou as determinações do Estado; por outro, fez algumas concessões aos interesses locais. Exatamente essa capacidade de equilibrar interesses centrais (públicos) e poderes locais (privados) foi o que permitiu a manutenção do Estado Imperial. Dessa forma, defendemos que num aparente paradoxo, a capacidade da

²¹ Relatório apresentado pela presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléia provincial, Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863. p. 18

²² Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça. Apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 11ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863. p. 15

justiça de “servir a dois senhores” permitiu o fortalecimento e consolidação do Estado brasileiro.

Opinião pública e patrimônio cultural: as mudanças de perspectivas

Fabiana Aparecida de Almeida¹

Introdução

Segundo Norbert Elias, pode-se entender como opinião pública “a formação da opinião de um povo em relação à determinadas esferas da vida”.² No Brasil a preservação do patrimônio histórico e artístico foi se modificando ao longo de sua história para se adaptar às transformações que o país foi sofrendo. Já em relação ao patrimônio histórico, esse se constrói através de “ações humanas sócio-culturalmente situadas”. As narrativas em torno de um determinado bem se tornam um fato e isso acaba por definir “que tipo de posse é válida para se ter cultura e, por extensão, ter patrimônio”.³ A opinião pública em relação ao patrimônio cultural brasileiro começou a se modelar mais precisamente a partir da década de 1930, quando foi criado o órgão federal responsável por essa questão: o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – SPHAN. O papel dos modernistas foi fundamental nesse momento, uma vez que esses assumiram a tarefa de buscar uma identidade brasileira. Nascida com uma valorização do barroco, do imóvel e do elitista, essa concepção de patrimônio mudou na década de 1970, onde os reflexos da industrialização, da urbanização e da interiorização acabaram por obrigar uma mudança nas medidas de preservação. Percebe-se assim, que o patrimônio cultural é “algo articulado a diferentes matrizes culturais” e instrumentalizado por “diferentes projetos políticos de construção nacional”.⁴

1- A construção da opinião pública sobre o patrimônio cultural brasileiro

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca:

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² ELIAS, Norbert. **Habitus nacional e opinião pública**. p. 127.

³ SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **De Cine Teatro à alma da cidade**: Cine Teatro Central e a construção dos discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. p. 18-19.

⁴ Idem, p.20.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. (...) Esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.⁵

Dentro desta perspectiva, o patrimônio cultural é construído através de atribuições de valores, funções e significados, se tornando espaço de disputa e lutas, submetidos os mais diferentes interesses. Assim, a preservação acaba construindo também identidades culturais, uma vez que, os processos de preservação são sempre seletivos e sociais. A escolha do que será lembrado pode ocorrer também por um ato de poder, se tornando impossível separar preservação, memória e poder. O patrimônio cultural se constituiria então de “um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro tempo, ou de uma geração para outra geração”.⁶ Partindo de uma perspectiva de mudança do imaginário de uma nação com o passar do tempo, sabe-se que quando os discursos alcançam uma eficácia social e são compartilhados, formam-se as concepções coletivas.⁷ Nesse sentido, entendemos que quando essas concepções se tornam majoritárias, acabam por se transformar em opinião pública.

No contexto brasileiro, a política de preservação teve como primeiro objetivo a preservação da identidade nacional. “A perda das manifestações arquitetônicas e paisagísticas expressivas, (...) leva à perda justamente dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com sua cidade”.⁸ No entanto a identidade nacional que se buscou salvar da perda foi selecionada: era barroca, material e elitista. Para Lévi-Strauss, diversas circunstâncias determinam o que seria preservado ou destruído. Para que os monumentos fossem preservados, optou-se pelo tombamento, mas antes desse, era realizado uma triagem histórica sobre o imóvel e em seguida, uma nova abordagem, que retirava o imóvel tombado

⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política pública federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2005. p. 11.

⁶ CHAGAS, Carlos. Cultura, patrimônio e memória. **Revista Museus**. Artigos 18 de maio, 2010. p. 2-3.

⁷ CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção do imaginário cultural. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, n. 23, 1994. p. 98.

⁸ TOLEDO, Benedito Lima. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, n. 20, 1984. p. 29.

de seu conjunto original e o inseria em outro: o de imóveis tombados. O tombamento é um discurso para a sociedade que revela os pensamentos de um grupo que o classificou, inventou e inventariou aqueles bens. Nas sociedades modernas, são os especialistas que possuem a função de decidir o que será lembrado e esquecido. No Brasil, essa função ficou nas mãos dos modernistas que através do SPHAN, realizaram o processo de seleção e atribuição de valores dos bens.

A opinião pública, nos primeiros anos de política preservacionista no Brasil, não se manifestava claramente. A escolha do bem preservável ficava exclusivamente nas mãos dos intelectuais. Através de suas escolhas muito do que temos hoje do nosso passado está ligado às elites coloniais, principalmente através de bens materiais. Essa predominância em parte pode ser explicada pelo fato da investigação e preservação dos bens terem sido deixados a cargo de arquitetos e restauradores, ou seja, especialistas do passado.⁹ Segundo Silvana Rubino, o antropólogo Evans-Pritchard escreveu que a história se atrela mais aos lugares do que às pessoas, dessa forma, o patrimônio arquitetônico seria a possibilidade de permanência naquele lugar do grupo que o construiu. Não se preserva o passado, e sim, suas imagens e representações que nesse período no Brasil, seriam os bens arquitetônicos.¹⁰

2- Os primeiros passos para a preservação no Brasil: o caráter elitista e intelectual

Data de 1937 a implantação legal de um órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. O SHAN foi criado através do Decreto-lei número 25 de 30 de novembro do mesmo ano, elaborado principalmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade (primeiro diretor do órgão), mas que fora inspirado em um outro projeto: o de Mário de Andrade. A pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, o poeta modernista elaborou um anteprojeto que, nos dizeres de Sérgio Miceli, fora marcado por uma “generosidade etnográfica”, resultado de seu aprendizado na Sociedade de Etnografia e Folclore. “Seu anteprojeto do SPHAN é muito semelhante às instruções por ele redigidas para a seção do arquivo etnográfico, uma das principais atividades da Sociedade de Etnologia e

⁹ CANCLINI, op cit, p. 99.

¹⁰ RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936 – 1967. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 1992. 171.

Folclore”.¹¹ No entanto, o referido projeto não foi legitimado: “O ministro Capanema julgando, não obstante que seria prematuro e imprudente extrair-se do trabalho do Sr. Mário de Andrade um texto de lei, preferiu toma-lo como ponto de partida para o início de uma obra técnico administrativa”.¹² Joaquim Falcão cita dois motivos pela recusa do projeto de Mário: uma preferência cultural à Rodrigo Melo Franco de Andrade (em período ditatorial, a personalidade do líder conta muito), e a defesa do poeta ao patrimônio imaterial que não possuía o mesmo apoio político recebido pelos bens de pedra e cal. “Era proposta restrita a um grupo de intelectuais avançados no tempo (...). A preservação da lenda ou da dança indígena não tinha a mesma legitimidade social de um altar barroco resplandecendo de ouro”.¹³

Integrante da elite intelectual mineira, Rodrigo Melo Franco de Andrade colocou em seu projeto os ideais que defendia. Com a instalação do Estado Novo, era necessário buscar uma identidade brasileira. Essa foi dada pelos modernistas (grupo do qual Rodrigo pertencia) que, ganhando espaço na política nacional, após a nomeação de Gustavo Capanema, acabaram por eleger a arquitetura barroca, sobretudo a mineira, como a verdadeira representante da nação. Dessa forma, o discurso de Rodrigo se referia justamente a um privilégio desse estilo, classificando principalmente as igrejas e os casarões do século XVIII como patrimônio cultural do Brasil. Para exemplificar esse fato, citamos a primeira medida desse grupo do poder: o tombamento da cidade de Ouro Preto em 1933. Apesar de ter sido uma medida limitada, após essa, a cidade passou a receber obras de restauro através do Museu Nacional. Aqui, nota-se um discurso elitista, pois o que seria digno de preservação seriam apenas os bens da elite colonial. A escolha por esse estilo demarcou a busca que os modernistas fizeram pelo passado verdadeiro, movimento esse contrário a um passado indesejável, ligados aos modelos políticos e culturais da Velha República. A mudança seria fundamental para legitimar o novo regime e mobilizar a opinião pública na época. Além da cidade mineira, os primeiros bens tombados referem-se a fatos memoráveis ou a grandes personagens, ligados à elite: casas de Gregório de Matos, José Bonifácio, Marquesa de Santos, casa de banho de D. João VI, etc. Em 1938, a grande parte dos bens tombados (103 de um total de 215), eram do século XVIII, o

¹¹ MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, n. 22, 1987. p. 44.

¹² Texto atribuído à Rodrigo Melo Franco de Andrade, mas não assinado. Citado por RUBINO, op. cit. p. 98.

¹³ FALCÃO, Joaquim. Patrimônio imaterial: um sistema sustentável de proteção. **Revista Dacultura**, 2001. Ano I, n. 2, jul./dez. p. 28.

século do patrimônio.¹⁴ As manifestações populares não foram citadas. Nesse ponto, o decreto-lei 25 se difere significativamente do elaborado por Mário de Andrade, que, além de defender a preservação desse mesmo patrimônio elitista (Mário também via o barroco como representante do Brasil), citou também a importância de se preservar o popular: músicas, danças, folclore. Esse fato, se explica em parte pela indiferença da população à preservação de seu passado. Uma falta de formação patrimonial e de apego às manifestações passadas, faziam com que a população e a opinião pública não se manifestassem sobre esse assunto naquele momento, fazendo com que os intelectuais do SPHAN elegessem o patrimônio usando seus critérios. Nessa perspectiva, o povo seria a elite letrada, os outros grupos não eram nem citados. Podemos perceber também que, aonde já havia uma tradição de guardar tradições, o SPHAN se empenhou mais. Tombou-se o que já era considerado “de mérito” e muito do que já estava prefigurado nas discussões anteriores.¹⁵

O patrimônio brasileiro começou a ser preservado seguindo vários critérios de escolha. Sabe-se que a preferência no período seriam os bens coloniais, imóveis e ligados a elite. No entanto essa seleção foi também regional. Minas Gerais foi o estado que mais despertava atenção e atitudes por parte dos estudiosos do SPHAN. Para citar dois exemplos, Mário de Andrade visitou as cidades históricas de Minas em viagem com outros modernistas em 1924 e, como esses, ficou encantado com o que encontrara. Rodrigo Melo Franco de Andrade também era um fervoroso defensor do patrimônio mineiro. Sentimento esse explicado pelo fato desse ser mineiro e achar que o passado mineiro seria digno do mundo. Essas preferências regionais, fizeram com que o trabalho do SPHAN se desenvolvesse de forma desigual. Os estados com maior número de bens preservados foram as regiões ligadas à ciclos econômicos: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Havia também uma hierarquia ao bem preservado: predominava-se os bens imóveis, religiosos e urbano.¹⁶ Assim, nos primeiros 30 anos, o SPHAN privilegiou os monumentos de pedra e cal, enquanto que, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, o tombamento de bens populares, “só se justificaria quando possuem requisitos de valor plástico excepcional”.¹⁷ Ficaram de fora

¹⁴ RUBINO, op. cit, p. 119-120.

¹⁵ RUBINO, op. cit. p. 60.

¹⁶ RUBINO, op. cit, p. 128-135.

¹⁷ Frase de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Citado por MARIANE, Alayde. Memória popular e registro so patrimônio. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, n. 28, 1999. p. 163.

as atividades técnicas de preservação, conservação, a proteção dos bens móveis através de museus, a questão dos centros históricos e a apropriação que a sociedade faz desses bens.¹⁸

O que deve ficar claro é que com a instalação do Estado Novo, o governo buscou criar uma cultura nacional homogênea para que os cidadãos se identificassem com a nação. Esse papel foi dado aos modernistas que buscaram preservar aquilo que julgavam importante para o passado brasileiro. Os critérios adotados pelo SPHAN para preservar algo, não se embasavam em estudos, pouco acessíveis à opinião pública, mas na autoridade dos agentes da instituição responsáveis pelos tombamentos. As críticas ao órgão não recaíam sobre o tombamento em si, mas justamente no critério de seleção dos bens, deixando de fora os interesses da população. Na “Fase Heróica” a participação de agentes externos ao órgão só era aceita através de pedidos de tombamento.¹⁹ Por fim, podemos dizer que o estado getulista se interessava em manter um serviço aos moldes do SPHAN para ter a possibilidade de ter ao seu lado intelectuais de prestígio que possuíam repercussão junto a opinião pública. Segundo Daniel Pécault, “o estado não conhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais”.²⁰ Ter os intelectuais nomeados trabalhando para o governo dava a esse uma legitimação frente à população brasileira.

3- A mudança da opinião pública: o SPHAN pós Rodrigo

O valor atribuído a um determinado bem patrimonial está sempre ligado a uma categoria de pensamento, que por sua vez, é construído socialmente, seja através de grupos, agentes ou indivíduos. Com o tempo esses valores se transformam. Marilena Chauí destacou uma hierarquia de valores comuns no início do século XIX, que seriam respectivamente, valor cognitivo, econômico e cultural, sendo que o patrimônio foi usado, nesse momento, para reforçar a ideia de nação. Já no fim do mesmo século, privilegiou-se os valores de sensibilidade e os estéticos, isso, segundo a autora em decorrência do romantismo, da Revolução Industrial e das transformações no ambiente. Dentro da perspectiva da preservação no Brasil, essas mudanças de valores também ocorreram. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, a “Fase Heróica” do SPHAN, correspondente ao tempo que Rodrigo

¹⁸ FONSECA, op. cit. p. 22.

¹⁹ FONSECA, op. cit, p. 109, 113.

²⁰ Daniel Pécaut, citado por FONSECA, op. cit. p. 120.

dirigiu a instituição - 1936-1967 - foi sucedida por uma “Fase Moderna”, que se iniciou com a presidência de Aloísio Magalhães.²¹ Com essa nova fase, a preservação precisou se adaptar a todas as mudanças que o país vinha sofrendo: desenvolvimento, urbanização e mobilizações da sociedade brasileira em torno de debates quanto aos direitos civis, ao meio ambiente, as ciências, a cultura, etc. O IPHAN passou então a adotar uma postura que conciliasse preservação e desenvolvimento: mudou o corpo de funcionários, abrangendo profissionais das áreas de informática, educação, documentação, entre outros, modificou a forma de avaliar os bens, dando importância as manifestações populares e bens inseridos nas comunidades²², reorganizou as instituições devido ao crescimento populacional e também descentralizou suas ações com o desenvolvimento de instituições estaduais e municipais de preservação. “Nesse novo momento, partiu-se para a mobilização dos sujeitos sociais portadores das tradições e dos fazeres populares que, em sua diversidade, construíram a nação.”²³

Diferentemente do discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o de Aloísio Magalhães apresentava um país diverso e heterogêneo, onde a nação era vista como uma pluralidade de grupos sociais. Essas expressões resultariam no aumento no número de bens culturais. A opinião pública sobre o assunto foi mais presente nessa fase. Isso graças as mudanças sociais que o país sofreu e também uma maior participação da mídia sobre o tema. Na década de 1970, as organizações Roberto Marinho, iniciou dois programas na área do patrimônio: uma campanha nacional pela televisão a favor da preservação e um programa de restauração dos monumentos. A opinião pública muda de acordo com as circunstâncias e é resultante de uma sociabilidade, pois, a partir do contato com vários interesses e opiniões, a opinião própria vai de formando. Com a promoção do patrimônio através de um meio de comunicação em massa, pessoas que antes não tinham acesso as ações de preservação, por essas se ligarem a um meio letrado, passaram a tê-la presente no seu dia a dia. Nessa década, as manifestações populares começaram também a buscar uma representação da nação. Para Alayde Mariane, a reorientação da política do patrimônio pareceu se inspirar em uma corrente próxima a Gramsci que adotava o nacional-popular como forma de pensar a nação. Assim, há o reconhecimento dos chamados “bens culturais não consagrados”. “Nesse novo

²¹ FONSECA, op. cit., p. 20.

²² MANZATO, Maria Cristina Biazão. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: o tombamento e os critérios de reconhecimento dos valores culturais. In: <<http://www.aprodab.org.br>>, p. 12-13.

²³ MARIANE, op. cit., p. 166.

momento, partiu-se para a mobilização dos sujeitos sociais portadores das tradições e dos fazeres populares que, em sua diversidade, construiriam a nação”.²⁴

O alargamento do conceito de patrimônio ocorreu não só no Brasil, mas em diversos países, tudo em busca de uma adaptação aos novos fatos políticos, econômicos e sociais. Em 1985, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México relatava:

A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode ser privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto aos seus benefícios. Democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição.²⁵

A nova concepção de patrimônio qualificava o bem digno de preservação também de forma diferenciada. A Constituição de 1988 trás no seu artigo 216 uma nova forma de se lidar com o patrimônio: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.²⁶ Dessa forma, o valor “notável”, “excepcional” que o bem precisava ter para ser preservado, foi substituído pelo valor de inserção desse na comunidade. Para algo ser considerado um bem cultural, precisava ter um valor ligado à identidade do povo. Ligada apenas ao Estado na década de 1930, a preservação foi cada vez mais se incorporando com a sociedade. A noção de patrimônio foi ampliada, os direitos sociais foram ampliados e a sociedade surgiu como parceira na promoção e proteção do patrimônio, ao lado do Estado. O modelo implantado nas primeiras décadas do SPHAN foi se desgastando e “não se renovou: tecnificou-se”.²⁷

Em 1979, com a nomeação de Aloísio Magalhães como diretor do IPHAN, ocorreu a fusão deste com o PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, criado em 1973) e com o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural, que começou a funcionar em 1975), fazendo surgir uma nova estrutura: um órgão normativo – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo – Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM). Assim:

²⁴ MARIANE, op. cit, p. 165-166.

²⁵ Declaração do México, 1985. Citado por AZEVEDO, Nilo Lima de. **Democracia e patrimônio cultural: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora**. 2007. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Juiz de Fora. P. 115.

²⁶ BRASIL. **Constituição Federal**. 1988, art. 216.

²⁷ FONSECA, op. cit. p. 138-139.

A aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área de que o patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O patrimônio atuava de cima para baixo, e, de certo modo, com uma concepção elitista. A Igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto (...)²⁸

Nessa nova perspectiva de patrimônio, voltou-se a valorizar o que Mário de Andrade já destacava como elemento importante de preservação em seu anteprojeto da década de 1930: o patrimônio imaterial. A cultura brasileira deixou de estar ligada a manifestações elitistas e passou a ser constituída também de danças, músicas, formas de fazer e o folclore popular. Em 2000, com o decreto 3551, de 4 de agosto, determinou-se o que a Constituição de 1988 já havia levantado: o registro de bens culturais de natureza imaterial em quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. No entanto, além da legislação, a preservação do imaterial precisou, e ainda precisa do apoio da mídia, dos meios de comunicação de massa e de estratégias econômicas do governo para um mercado interno. Assim, poderá se consolidar na opinião pública tanto quanto o patrimônio material.

Na prática, como destacou Maria Cecília Londres Fonseca, os trabalhos de preservação e os critérios de seleção de bens para tombamento continuam com os mesmos critérios adotados pelo SPHAN nos seus primeiros anos: “a avaliação técnica dos pedidos de tombamento sendo feita pelos setores técnicos da administração central do órgão”. Logicamente a população teve mais acesso e participação nos pedidos de tombamento, além dos hábitos e costumes populares serem levados em conta para tombamento de algum bem, mas “os mecanismos de decisão continuaram restritos aos órgãos técnicos da administração central”. Em relação as justificativas para o tombamento, que costumavam se apoiar no decreto-lei 25, nos anos 1970-80, incorporaram novos valores, como “o potencial turístico do bem, seu valor afetivo para a comunidade, a falta de órgão local de preservação”²⁹, entre outros.

Conclusão

²⁸ Fala de Aloísio Magalhães, citado por FONSECA, op. cit, p. 154.

²⁹ FONSECA, op. cit. p. 212, 213, 215.

Ao contemplarmos um bem ou um conjunto de bens preservados, devemos estar cientes que esse sofreu um processo de classificação que foi remetida a uma narrativa social. “A classificação das coisas reproduz a classificação dos homens”.³⁰ De acordo com Mário Chagas, a preservação é justificada pela “iminência da perda”, mas esquecimento-memória e preservação-destruição, “sempre estão ao serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais.”³¹

Na história da preservação do patrimônio cultural brasileiro nos deparamos a todo o tempo com processos de construção da memória social. Nos anos de 1930, essa construção ficou a cargo dos modernistas que selecionaram para a preservação bens ligados a seus ideais artísticos, reduzindo “a consciência de nosso patrimônio antes mesmo dela começar a existir.”³² Nas décadas posteriores, o conceito de patrimônio se alargou, abrangendo o popular e o imaterial, passando a considerar “as múltiplas memórias coletivas a imprimir lembranças à fisionomia da nação, relativizando-se o caráter unificador da herança comum, preconizado pela memória”.³³ Nesse processo de mudança de paradigmas, a opinião pública também se modificou. Essas oscilações são normais, na visão de Norbert Elias:

Não é simplesmente uma sintonia da opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo, que oscila em movimentos pendulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas em nome da nação.³⁴

O presente trabalho buscou mostrar como essas oscilações na opinião pública aconteceram em relação ao patrimônio cultural brasileiro, bem como mostrou rapidamente como a visão desse foi se modificando e se adaptando com as transformações que o Brasil sofreu. Ocorreu uma mudança da ideia do monumento barroco e elitista representar a nação, difundida no Estado Novo, para um modelo de maior participação popular, ou ao menos de consideração do popular, ocorrida depois da redemocratização nos anos 1980.

O interesse pela preservação deixou, como o tempo, de ser desejo exclusivo dos funcionários do SPHAN. Assembléias Legislativas, prefeituras, representantes de grupos

³⁰ M. Mauss. Citado por SILVA, op. cit. p. 78.

³¹ CHAGAS, M. Memória e poder. Op. cit, p. 44.

³² FALCÃO, op. cit. p. 28.

³³ MARIANE, op. cit. p. 170.

³⁴ ELIAS, op. cit. p. 125.

locais, cidadãos e instituições culturais, encaminharam vários pedidos de tombamento ao órgão federal e também aos locais. Citando os dados de Maria Cecília Londres Fonseca, até 1969, dos 95 processos arquivados, a maioria foi aberta por representantes do SPHAN. Entre 1970 e 1990, dos 89 processos abertos, apenas 11 partiram do órgão federal.³⁵ Nesse processo a opinião pública foi muito importante, uma vez que ela também garante a legitimidade das ações do Estado. Quanto mais difundido pela mídia e quanto mais se liga aos bens populares, o patrimônio vai construindo uma opinião pública a seu respeito que hoje é comum debates sobre a preservação ou não preservação de determinado bem, debate esse que não está mais restrito ao meio intelectual, pois já se “popularizou”. Para concluir, gostaríamos de citar novamente Norbert Elias que resume muito bem a importância da opinião pública: “Dizer que não há opinião pública, mas apenas opiniões, é uma ilusão de ótica que só se pode manter na medida em que não se tem consciência das evidências de que, em cada país, a pluralidade das diferentes opiniões está sujeita a uma base comum.”³⁶

³⁵ FONSECA, op. cit. p. 210.

³⁶ ELIAS, op. cit. p. 113.

Movimento Separatista no Sul de Minas: As aspirações de um movimento insólito

Fábio Francisco de Almeida Castilho

1. Introdução:

Em 1892, um movimento separatista abalou a modorra vivida nas cidadezinhas do sul de Minas. O movimento foi liderado por Martiniano da Fonseca Reis Brandão, republicano histórico insatisfeito com o alijamento político advindo com o novo regime.

O movimento eclodiu na cidade de Campanha da Princesa e possuía um caráter radical e pretendia desmembrar parte do território mineiro e constituir-se em um novo estado, as *Minas do Sul*. Esse movimento surgiu, em grande parte, com a não concordância por membros da elite regional da indicação de Cesário Alvim, político da Zona da Mata, para a Presidência de Minas Gerais.

O movimento seria silenciado com a movimentação de tropas de Ouro Preto estacionadas próximo à Campanha.

Neste artigo investigaremos as representações do movimento separatista sul mineiro em dois periódicos, o primeiro, sediado em Campanha e editado pelo próprio grupo separatista, que se proclamou como órgão oficial do governo do novo estado. O segundo, sediado em Ouro Fino, editado por João Leite, que fez acirrada oposição ao movimento e a divisão de Minas, demonstrando que não houve unanimidade na região em relação a sua independência de Minas Gerais. A análise deste episódio revela o quão tumultuado esteve o quadro político brasileiro no momento pós-proclamação da República e como a organização do estado precisou lidar com diferentes insatisfações e projetos de governo até chegar a sua estabilização em 1898.

2. O Relatório Presidencial de 1892

De acordo com o relatório do presidente de estado de 1892, o sonho separatista de parte da elite política sul-mineira não alcançou qualquer relevância. Nas páginas do relatório

o movimento é descrito como “fraco” e “sem futuro”, ou sem “condição de realizar-se” e, ainda, sem qualquer “peso político”. No entanto, quem assina o documento é o vice-presidente, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, pois o presidente indicado, José Cesário de Faria Alvim Filho, não estava mais no cargo ao final do ano. Deposto pela pressão, acrescida, não se sabe em qual medida, do movimento separatista que contribui com a queda do presidente¹.

2.1. O Minas do Sul

A publicação do periódico Minas do Sul aconteceu em duas fases distintas, a primeira, com apenas duas edições, em 19 e 27 de fevereiro de 1892, ocorreu durante o movimento e a curta duração da separação sul-mineira. Neste período o periódico foi redatoriado por Júlio Bueno e gerenciado por J. B. de Mello, além de receber contribuições de José Luis Pompeu da Silva e Martiniano da Fonseca Reis Brandão, responsáveis pela eclosão do movimento e membros da Junta Governativa que se formaria em Campanha. Ao mesmo tempo em que se proclamava órgão oficial do novo estado também fazia propaganda do movimento, buscava e publicava o apoio recebido de outras cidades do sul de Minas e combatia os rivais políticos da idéia separatista.

No entanto, com o fracasso do movimento a folha deixou de circular por alguns meses, mas retornou a 04 de agosto de 1892 e continuou sua publicação por mais um ano. Nesta nova fase, sob a redação de José Luis Pompeu da Silva e com a colaboração de José Braz Cesarino e Tenente Jonas Olinto, o Minas do Sul tornara-se mais crítico e questionou constantemente a nova organização republicana, bem como a politicagem, a compra de votos, o sistema representativo, dentre outros vícios políticos do período. Tornara-se crítico e irônico em relação à República e denunciava seu continuísmo em relação às políticas do Império.

Analisaremos agora os pontos fundamentais da argumentação utilizada por esta folha para justificar a separação do sul de Minas, em especial no primeiro momento. Destacando sua opinião quanto a relação do sul de Minas com Ouro Preto, as finanças do estado e a administração de Cesário Alvim, antes será assinalada a criação e organização da Junta Governativa proclamada em Campanha, a 31 de Janeiro de 1892.

2.2. As causas do movimento separatista 31 de Janeiro

¹ Relatório do Presidente de Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, PP.4 e 5 1892

Para os manifestantes da Campanha o momento vivido no âmbito nacional, de conturbada adaptação ao novo regime republicano, constituía-se num momento ideal para o sul de Minas finalmente separar-se do restante do estado. No entanto, o verdadeiro motivo que levou a tentativa de separação é difícil de precisar, mais correto seria falar em motivos, cabendo a cada um deles menor ou maior relevância no episódio. Sendo assim, justificaram o movimento separatista sul-mineiro, dentre outras razões, a decepção dos republicanos com o governo geral, a difícil relação que a região mantinha com a distante capital Ouro Preto, as finanças do estado que faziam a região sentir-se tremendamente prejudicada, as lideranças políticas que ocupavam altos cargos no governo estadual desagradavam as lideranças locais, as modificações na legislatura do poder e ação das municipalidades não foram bem aceitas, assim como as eleições municipais em andamento no exato momento da eclosão do movimento e por último o próprio sonho de criar um estado mais organizado, mais justo, rico e mais fácil de governar².

2.3. A Junta Governativa

Proclamada a separação do sul de Minas, no dia 31 de Janeiro de 1892, constituiu-se uma Junta Governativa composta pelos seguintes líderes políticos: Martiniano do Fonseca Reis Brandão, José Luiz Pompeu da Silva, Manoel de Oliveira Andrade, Francisco Bressane de Azevedo e Joaquim de Oliveira, os primeiros da Campanha e os dois últimos de São Gonçalo do Sapucaí e Caxambu, respectivamente, cidades em que a separação também foi abraçada. A Junta Provisória proclamada em Campanha, na praça da Liberdade, “por mais de 500 pessoas, sem protesto das autoridades”. Informava que deflagrou de modo pacífico, sendo proclamada a separação, aclamada a Junta Governativa Provisória, e aceita a cidade de Campanha como sede da capital temporária. Seus membros eram “cidadãos respeitabilíssimos pelas suas luzes e patriotismo e pelos seus precedentes e serviços à causa da República”³.

A Junta Governativa comprometia-se a agir, forte, energicamente, disposta a manter a ordem, a tranquilidade pública, os direitos adquiridos. Comprometia-se a tomar sua parte de responsabilidade na dívida e nos compromissos do estado de Minas Gerais, a guardar fielmente a constituição federal e todas as garantias e direitos do cidadão, a não atacar nem

² Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Movimento Sul-Mineiro: Minas do Sul, p.2.

³ Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Proclamação, p.1.

ofender ninguém nem interesse algum. Também estava disposta a fazer-se obedecer, a defender-se até a morte, a repelir a força com a força⁴.

Definiu a Junta que a administração civil, policial e judiciária, continuaria inalterável até ulterior resolução, ficando, entretanto, sem nenhum efeito legal no novo Estado as eleições que estavam sendo efetuadas para vereadores e juízes de paz. A eleição municipal era um dos motivos da polêmica, pois todas as folhas separatistas diziam que a eleição não tivera validade e que foi enorme a abstenção, chegando a ausência de eleitores a casa dos dois terços e, portanto, sem validade. Enquanto telegramas, cartas de Cesário Alvim e membros do governo estadual, além das folhas contrárias ao separatismo, garantiam a validade da mesma, ocorrida com tranqüilidade e respeito à ordem⁵.

Assim como foi proclamada a Junta, também foi criado um “Batalhão Patriótico” em Campanha, com o fim de auxiliar o movimento separatista e que já contava com “muitas dezenas de voluntários”. O mesmo era composto por um “pessoal distinto, que está armado convenientemente e que se exercita de contínuo, esse batalhão vai constituir uma força respeitável e simpática”. Informava o periódico que o batalhão se encontrava completamente fardado, municiado, e que todos os dias nele se iam alistar moços distintos, cheios de patriotismo, almas feitas de aurora e de harmonia⁶.

Os grandes inimigos do Movimento 31 de Janeiro eram os políticos de outras regiões que não apoiavam a separação, mas principalmente os políticos locais contrários a causa. Neste último aspecto destacam-se os senadores. O de maior peso político era Silviano Brandão, que liderava a publicação de uma folha contrária ao movimento em Ouro Fino (que analisaremos a seguir). O segundo senador era Manoel Eustáquio que qualificara de ridículo o movimento. E o terceiro, e mais espezinhado nas folhas de O Minas do Sul foi o senador Gomes Valadão, pois o mesmo morava no município da Campanha e durante a década de 1880 levava a assembléia um projeto separatista, mas devido suas relações com Cesário Alvim não apoio o movimento de 1892 e fez oposição ao mesmo⁷.

⁴ Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Minas do Sul, p.1.

⁵ Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Proclamação, p.2.

⁶ Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Batalhão Patriótico, p.4.

⁷ Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Minas do Sul, p.1.

Gomes Valadão fora o político regional mais importante no final do Império, era chefe do partido conservador no sul de Minas e responsável pelo projeto da Estrada de Ferro Minas e Rio. Mas nas folhas de O Minas Sul é apresentado com politiqueteo interesseiro e egoísta:

“O sr. Valladão é que é um velho todo fantasista, para não termos a indelicadeza de chama-lo mentiroso. Ele sofisma, ele torce a verdade, ele rabuleja, ao sabor de mesquinhos interesses individuais, conforme as circunstâncias de momento. Ainda há pouco o Sr. Cesário Alvim não passava de um biltre, um verdadeiro sacripanta para Sr. Valladão, como se prova por um celebre manifesto, que temos cuidadosamente arquivado; hoje o Sr. Alvim é uma capacidade política e administrativa, é um grande mineiro etc coetera e tal. Ontem, quando pretendia para seu filho uma cadeira no parlamento, o Sr. Valladão, à míngua de um programa qualquer para se apresentar para os eleitores, acena-lhes com a divisão de Minas; hoje esta divisão é uma anarquia, uma mutilação, um esfacelamento. O Sr. Valladão há quase meio século que vive explorando esta terra, rendendo culto ao único deus que ele adora – o Egoísmo, e agora sai-nos a dizer que tem quase meio século de serviços prestados. Que ironia! O que parece é que durante quase meio século s.s. trabalhou valentemente, heroicamente em produzir na nossa terra uma noite tétrica de atraso e de miséria, onde unicamente s.s. com a respectiva família rutilassem⁸.

2.4. Ouro Preto e as finanças públicas

Também era por demais complicada a relação dos separatistas com a capital do estado, a histórica Ouro Preto, e as administrações lá estabelecidas, os editores de O Minas do Sul consideravam que a região sul-mineira era desprezada pela capital, e ao mesmo tempo, usurpada financeiramente devido a grande contribuição que fazia ao erário, mas, afirmavam, não recebia nenhuma obra ou melhoramento em troca⁹.

Questionavam-se os separatistas: “Qual a espécie de relações existiam até os dias atuais entre o sul e a capital de Minas, senão as de pura administração?” Se o seu comércio fazia-se todo com os portos do Rio de Janeiro e com o de Santos e até suas relações eclesiásticas eram realizadas com São Paulo¹⁰.

A administração de Ouro Preto só se lembraria do sul para auferir rendas que eram gastas em embelezamentos da capital e estradas para o centro, enquanto os sulistas não

⁸ Minas do Sul, 27 de fevereiro de 1892, O Sr. Valladão, p.1.

⁹ Minas do Sul, Manifesto aos mineiros d`aquém Rio Grande, p.2.

¹⁰ Minas do Sul, 27 de fevereiro de 1892, Minas e a sua divisão, pp. 3 e 4.

tinham “uma simples pinguela para atravessarem nos cursos d’água que encontram nas suas viagens”¹¹.

Apesar de todas estas queixas quanto à má administração de Ouro Preto e as críticas feitas aquela cidade, quando foi levantada a idéia de retirar a capital dali os separatistas de O Minas do Sul foram contrários a esta mudança.

Quanto as finanças estaduais os separatistas afirmavam o seguinte:

Minas Gerais, com três e meio milhões de habitantes, representando a 4^a parte dos brasileiros, rompe o equilíbrio da União; é um monstro político e administrativo, e Minas tem de extensão 19.000 léguas quadradas. É um país dentro do país. Já o estado Minas do Sul era o ideal, na democracia e na federação, pois:

O nosso território, com os limites naturais de leste e norte no Rio Grande e de oeste e sul nas divisas atuais com os estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, tem uma área de mais de 3.000 léguas quadradas (uma sexta parte do estado), uma população superior a 860.000 almas (uma quarta parte da população do Estado de Minas) e concorre para a administração de Ouro Preto com cerca de 38 por cento da renda total do Estado de Minas!!!¹²

De acordo com a argumentação dos editores, estes algarismos demonstram que uma pequena fração do território mineiro (uma sexta parte) tem em si condensada a quarta parte de toda a população do Estado, e que essa população de “enjeitados” das administrações de Ouro Preto concorreria para os cofres públicos com o equivalente a mais de uma terça parte da renda total do Estado de Minas.

“O sul concorre paras os cofres do estado com 38 por cento da totalidade das rendas; a mata concorre com 40 por cento e o centro e o norte com o restante que é 22 por cento. A mata, mais em contato com os governos estadual e federal que a tem felicitado com grande número de vias férreas, tem vida própria, o que evidencia pelo progresso de suas cidades; entretanto que o sul, cuja contribuição é quase igual a da mata, na lhe dão, nada lhe concede e sua contribuição é gasta pelo centro e pelo norte, que consideram a zona sul mineira mais como uma possessão tributária do que como uma região co-irmã”¹³.

¹¹ Minas do Sul, 27 de fevereiro de 1892, Minas e a sua divisão, pp. 3 e 4.

¹² Minas do Sul, 19 de fevereiro de 1892, Manifesto aos mineiros d`aquém Rio Grande, p.2.

¹³ Minas do Sul, 24 de agosto de 1892, A divisão do Estado de Minas Gerais, p.1.

2.5. Cesário Alvim

Os editores de O Minas do Sul não poupavam críticas ao governo mineiro e aos seus rivais, principalmente aos presidentes de estado Cesário Alvim e Gama Cerqueira, durante a duração do movimento cartas e telegramas foram publicados nas folhas do periódico trocando pesadas acusações¹⁴. Se por um lado os dois políticos menosprezavam o movimento de 31 de Janeiro taxando-o de ridículo e irrisório. Por outro, os editores faziam ver o real valor do movimento na política interna mineira do período. O que destacaremos aqui é uma enorme carta redigida por Cesário Alvim e publicada em O Minas do Sul, justificando sua saída do cargo de Presidente de Estado e os comentários dos editores do órgão separatista.

A carta inicia-se com a justificativa de Cesário Alvim de voltar ao assunto de sua renúncia para não permitir que adversários políticos não duvidassem de sua dignidade e patriotismo e também para agradecer o povo mineiro por tê-lo distinguido.

Por comunicações que comecei a receber de 20 do mês passado em diante, achava-me ao corrente do plano concertado na capital federal e no estado de S. Paulo de bi-partir este colosso que se chama Minas Gerais, onde não se sabe o que é mais admirável, se a grandeza de seu território, prodigamente dotado pela Providência, se o patriotismo e alma alevantada de seus filhos! No poder, me veria obrigado a empregar a força contra os perturbadores, que procurariam armar as simpatias populares, alegando que não o amor e dedicação que voto a uma região que concedeu-me o primeiro mandato legislativo no parlamento do império, mas o interesse de conservar íntegros os apanágios da administração, guiava meus passos, acendia o meu animo. Pois que! Quando todo pendor hoje das nações da mesma raça é para a aliança tão estreita e íntima que possam a vir constituir uma só família, é que devemos, os mineiros, permitir o enfraquecimento pela desagregação do nosso poderoso organismo?

Nesta passagem Cesário Alvim revela que o movimento fora orquestrado externamente, no Rio de Janeiro e São Paulo, com a participação de um único líder político local, o próprio Martiniano da Fonseca Reis Brandão. E assevera que não esteve disposto a levar a questão adiante, com o risco de iniciar um confronto armado. Esteve convicto que o

¹⁴ O periódico Minas do Sul também publicava as críticas e argumentações contrárias ao movimento separatista em sua totalidade, sem cortes ou omissões para depois tecer seus comentários

melhor para o Estado de Minas Gerais seria sua renúncia desde que permanecesse unida. Em seguida descreve as informações que recebera nos dias que antecederam ao movimento, transcrevendo cartas e telegramas que informaram-no do golpe que se armava contra o seu governo para dividir o estado.

Eu tinha motivos para acreditar na interferência, senão do governo da União a quem faço justiça, tanto mais insuspeita, quanto só careço hoje, como cidadão, dos seus serviços À pátria, ao menos de um dos membros do ministério¹⁵, talvez forçado pelo assédio em que o colocaram as paixões partidárias e pela imposição de um direito que reputa seu, qual o de intervir, como durante o império se fazia, no governo dos territórios que, quando províncias, constituíam o apanágio do imperador. O cidadão que a si próprio nomeou-se presidente da junta governativa do novo Estado que ia criar é parente próximo do ilustre ministro das relações exteriores. Esteve sempre na capital federal em contato íntimo com s. ex. e dali partiu com o seu programa de governo formulado e que foi distribuído em avulso por todos os pontos da zona sul-mineira. *O Jornal do Brasil* e *O Tempo* policiaram a partida na noite de 30 do passado (janeiro) de um contingente de forças federais em direção ao Cruzeiro, dizia o primeiro, a Três Corações, asseverava o segundo, para proteger embarques de gado destinado à capital federal, e Três Corações, como se sabe, fica à pequena distância de 18 quilômetros da cidade escolhida para sede do novo Estado onde ia operar a junta governativa. Fui muito depois informado de que a tal força seguiu, sem ciência do digno ministro e levava o encargo de proteger a estrada de Ferro Mina e Rio ameaçada pela dinamite da junta, se recusasse obediência às suas decisões soberanas, mas era muito natural que eu lobrigasse outros intuitos.

Em seguida reproduz a carta que recebeu informando a preparação do movimento, o nome do informante não é revelado:

Na noite de 1 para 2 de fevereiro recebi a seguinte carta escrita por um digníssimo chefe político, a qual fazia no invólucro a nota de urgentíssima: “Campanha, 29 de Janeiro de 1892, Exmo. Amigo Sr. Dr. Cesário Alvim. – Como verá do manifesto junto, teremos aqui a constituição do novo estado do Sul. O dr, Martiniano Brandão chegou ontem do Rio e, afirmando que essa idéia é bem acolhida pelo Marechal Floriano, a vai espalhando, e ao mesmo tempo favorecendo interesses materiais pela elevação dessa cidade à capital do novo Estado, ganha

¹⁵ O mencionado cidadão, membro do governo federal era o ex-Ministro do Exterior e atual Ministro da Justiça Fernando Lobo Leite Pereira, natural de Campanha e parente próximo do líder separatista Martiniano da Fonseca Reis Brandão.

algum terreno. A proclamação será feita a 31 deste. Cumpre que v. ex. tome providências e envie forças pela Oeste que virão até Lavras, dali há apenas 15 léguas a esta cidade, recomendando à autoridade toda a prudência.

O informante desconhecido, importante político de acordo com os comentários de Alvim, estava bem informado do movimento, conhecia suas lideranças e ações e também a geografia sul-mineira, inclusive sugerindo formas de ação ao presidente, acreditamos que a identidade do delator seja o senador Gomes Valadão. Mas Alvim ainda recebeu mais correspondências, desta vez do irmão do Ministro Fernando Lobo, Joaquim Lobo. Por último, Alvim se coloca como mártir para impedir a horrenda e nefasta separação do sul de Minas, mesmo pondo em risco sua honradez e carreira política.

Interessante notar que a carta foi publicada em sua completude no periódico separatista. A mesma traz os acontecimentos de acordo com o p'risma de Cesário Alvim, vítima de um golpe tentado contra seu governo e mostra o mesmo personagem como "herói" ao sacrificar-se em nome da integridade do Estado. Mas opinião dos editores da folha:

Destaca-se também que embora os órgãos oficiais esforçaram-se em transmitir uma idéia de tranqüilidade e ausência de grandes riscos ou chance de êxito do Movimento Separatista, é justamente a carta do ex-presidente que revela os bastidores do episódio, e que o mesmo não foi tão tranqüilo assim, a ameaça de confronto de tropas, o medo da participação federal pró-separação, sem contar o peso político dos acontecimentos fizeram com que Alvim abandonasse o cargo, pondo em risco sua carreira política.

Após a publicação da carta, que engrandecia os atos de Cesário Alvim, como corajosos, e principalmente, patrióticos, a estratégia dos editores foi desnudar este fato, demonstrando o outro lado da administração Alvim:

Tem patriotismo, um governo que monta uma política especiosa, que em plena república repele os elementos são e filiados à idéia da democracia e refossila influencias decaidas dos partidos que causaram o desaparecimento da monarquia? O que fez o Sr. Alvim do Estado de Minas? Transformou-o em sua propriedade. Dele fez uma feitoria, e só sua vontade histérica e de uma nervose insuportável, dominava este grande povo, que era digno de melhor sorte, porque elevou muito ao Sr. Alvim, o qual provou sua ingratidão aos favores que outrora recebeu de gregos e troianos.

Quanto ao movimento separatista, que fora taxado de ridículo, os editores creditavam maior importância ao fato na conjuntura política mineira:

É ridículo um movimento revolucionário, que obriga ao presidente do Estado a abandonar apressado o governo? É ridícula uma revolução contra a qual expede-se um contingente de forças estaduais de mais de 200 homens, bem armados e equipados, com ambulância e todos petecos bélicos; contingente que não quis seguir a marcha sem vir escoltado por um reforço de soldados federais e um parque de artilharia?

Em trechos de sua carta Alvim insinuara, e o periódico O Bom Sucesso afirmara, que o governo federal era a favor do movimento separatista, devido as boas relações que seu líder, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, possuía com o Ministro Fernando Lobo e com o próprio presidente Floriano Peixoto, mas este boato foi desmentido categoricamente:

Nenhuma intervenção por parte do governo federal, foi operada em favor do movimento. O que é verdade inconcussa, é que o governo federal sando da atitude neutra que se meteu, veio afinal intervir, mas em favor do governo do Estado. E se não fora essa intervenção das forças federais com que jamais se bateriam os revolucionários, porque seria o mesmo que baterem-se contra a República; estaria constituído o Estado de Minas do Sul: porque tinham os revolucionários elementos de sobejo, para aniquilarem toda e qualquer força, que contra eles fosse enviada da metrópole.¹⁶

2.6. Os fatos do dia 20

Informava em seu último número O Minas do Sul:

De fato, a primeira movimentação de tropas anunciada no periódico não ocorreu, mas, na semana seguinte, o periódico deixara de circular, pois fora silenciado o movimento separatista. A cidade de Campanha fora cercada, mas não apenas por tropas estaduais, pois estas os separatistas se diziam dispostos a enfrentar, mas também tropas federais enviadas para garantir a ordem, contra as quais o batalhão separatista não estava disposto a bater-se.

Com o desaparecimento do periódico muitas questões ficaram suspensas, pois até sua última publicação, em data, a separação do território sul-mineiro era mantida e sua Junta Governativa funcionava. As causas de sua queda e o fim do movimento ficaram sem resposta,

¹⁶ Minas do Sul, 28 de outubro de 1892, Minas do Sul, p.1.

não só no periódico que deixou de existir, como nas folhas rivais que pouco ou nada comentaram depois de encerrado o “conflito”. Algumas das questões que ficaram suspensas só seriam respondidas seis meses mais tarde, com o retorno de O Minas do Sul as ruas, mas antes analisaremos a principal folha adversária, A Gazeta de Ouro Fino, e suas publicações no período pulsante dos acontecimentos.

3. A Gazeta de Ouro Fino

A Gazeta de Ouro Fino também acompanhou com grande interesse as questões referentes a divisão de Minas, no entanto, seus redatores tinham opinião diversa aos separatistas da Campanha, e a Gazeta constitui-se no principal órgão contrário a separação da região. Analisaremos agora sua posição, quem eram seus redatores e a argumentação contrária à separação publicada na folha.

A Gazeta de Ouro Fino era editada por fulano e contava com a colaboração de beltrano, grupo político fortemente ligado a Silviano Brandão, senador e principal chefe político sul-mineiro do período em análise. A influência do grupo de Silviano pode ser observada claramente nas folhas da Gazeta, inclusive com a participação de inúmeros familiares do político, embora o periódico se defina como órgão não político e avesso à mesma, o teor de seus artigos não esconde seu profundo interesse na política estadual. E sua constante afirmação de se colocar como desinteressado e apolítico, não passava de estratégia para conseguir maior liberdade para expressar suas opiniões e posicionar-se politicamente, convencendo o maior número de leitores possível.

3.1. Críticas ao movimento separatista

Os editores do periódico acreditavam que o movimento separatista da Campanha organizara-se em má hora, devido ao período conturbado que o país atravessava, ajustando-se com dificuldade ao regime republicano¹⁷.

De acordo com os editores, a administração do Estado enfrentava perturbações profundas e os separatistas eram apontados como agitadores que tentavam, sistematicamente, enredar a ordem pública. Estas pessoas, os separatistas, “cevavam

¹⁷ Gazeta de Ouro Fino, 21 de fevereiro de 1892, A Integridade de Minas. p.1.

maquinações antipatrióticas” incompatíveis com a paz interna vivida em Minas Gerais. Tratava-se de uma política “da instabilidade governamental” e do “partidarismo faccioso” de algumas personalidades. Tudo isso provocava apreensões justificadas, que prejudicavam as classes produtoras, comerciais e industriais. A idéia separatista poderia, inclusive, trazer problemas para a União no cenário latino-americano e internacional.

Um dos colaboradores do periódico manifestou-se da seguinte forma, sintetizando a opinião da folha quanto ao movimento separatista da Campanha:

A divisão do Estado tem sido a alma dos que a desejam anarquizar e talvez ensangüentar o território mineiro. A política tem entrado em um campo estéril e perigoso. Dividir Minas! Mas isto não é sério, não é patriótico, não é honesto, mesmo porque não se sacrifica a paz de um Estado, que vive à sombra da lei, para dar-se expansão a sentimentos pessoais de uma política sem ideal. O Sul de Minas é o ponto de apoio das nossas liberdades e da nossa civilização. Querer dominá-lo pela politicagem é um crime, uma audácia ou uma estultícia.¹⁸

Outro argumento contrário ao separatismo foi o bom momento político-econômico e a boa administração que estava trabalhando para o progresso de Minas. Os editores afirmavam que o momento nacional não era bom política e economicamente, excetuando-se Minas, talvez o único em condições “um tanto lisonjeiras e prometedoras”¹⁹.

Na visão do periódico a administração de Minas ia sendo uma administração inteligente e honesta, o governo era forte, seguro do seu poder, com apoio na vontade quase unanime do povo mineiro. A economia e o bom emprego das rendas públicas elevava as finanças do estado. A constituição recentemente voltada era a mais liberal e a mais bem trabalhada dentre todas as dos outros estados, guardada pelos mineiros como um “tesouro sagrado de seus direitos e de suas liberdades”.

A reforma judiciária e demais leis da assembléia mineira eram outros tantos motivos de contentamento e de orgulho para Minas. Sua população se entregava pacificamente e satisfeita a lavoura e as indústrias.

Por último, e mais importante, enfatiza a necessidade de Minas Gerais permanecer unida para ser um estado forte, com condições de direção política na disputa com os demais estados da federação.

¹⁸ Gazeta de Ouro Fino, 21 de fevereiro de 1892, p.2 e 3 (Sem título)

¹⁹ Gazeta de Ouro Fino, 21 de fevereiro de 1892, Pela Pátria, p.3.

“Se indagarmos, porém, a causa primordial e única, a fonte generosa de tanta tranqüilidade e de tanta prosperidade, se apresentarmos o motivo por que não temos embaraços na organização do Estado, (...), fácil nos será determinar essa causa providencial, esse motivo salvador: - é que o estado de Minas é grande e vasto e tem 3 milhões de habitantes! A sua vontade é portanto respeitável.” Ora, se assim é, claro está que devemos levar à conta de antipatriótico todo o esforço no sentido de divisão do Estado de Minas, e de antipatriótico e criminoso taxamos, conseqüentemente, o pronunciamento da Campanha, que, no momento atual, quando mais precisamos ser unidos e fortes, nos vem convidar ao próprio aniquilamento reduzindo-nos a um Estado pequeno, pobre e de 600 mil habitantes! Não! Ass.: José Ribeiro Jr.²⁰.

Na república federal, o estado de Minas, “grande, rico e populoso, exerceria imensa preponderância senão a hegemonia nos Estados Unidos do Brasil”, ao passo que o estado de Minas do Sul, pequeno e fraco, teria a sorte dos “pedintes importunos”²¹.

Afirmavam que “antes ser-se absolvido pelos fortes, do que fazer-se parte de uma confraria de pedintes, e mais que isso, sujeita a oscilações e caprichos do primeiro oligarca desconhecido que quisesse apoderar do governo”. Assinalava que, os maiores estados, uma vez organizados sob bases e leis liberais, são os mais felizes e respeitados. Chama a atenção a consciência precoce da necessidade de manter Minas grande e unida, portanto, com maior representatividade política do país, para organizá-la e obter ganhos políticos com possível domínio numérico, como aconteceria mais nitidamente a partir de 1898, com a organização do PRM e a construção da hegemonia sul-mineira²². O grupo da Gazeta de Ouro Fino, orquestrado por Silviano Brandão, recusou-se a obter ganhos no presente apostando em algo maior no futuro, com a organização e domínio.

3.2. A Comissão Popular

Para combater a pressão exercida pela Junta Governativa instalada em Campanha, que contava com a assinatura de políticos de peso da época, que lhe conferia maior idéia de organização e legitimidade. As autoridades de Ouro Fino e região, contrárias à separação reuniram-se em Pouso Alegre e publicaram uma carta contrária ao movimento separatista, mas o principal argumento da mesma era o peso político das personalidades que assinavam o

²⁰ Gazeta de Ouro Fino, 21 de fevereiro de 1892, Pela Pátria, p.3.

²¹ Gazeta de Ouro Fino, 06 de março de 1892, Minas do Sul. p.2.

²² Ver: VISCARDI, Cláudia M. R. “Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República”. *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

documento: doutor Francisco Silviano de Almeida Brandão, doutor Adalberto Dias Ferraz da Luz, doutor Josino Alcântara de Araújo, Joaquim Vieira de Carvalho, coronel Saturnino Vilhena de Alcântara, Honório Ferreira dos Santos e capitão Cândido Antônio de Barros. Para fazer frente à Junta Governativa da Campanha e para ter um nome imponente, proclamaram-se A Comissão Popular²³.

O conteúdo da carta traz idéias já divulgadas na Gazeta, questionando a separação e argumentando que a força de Minas estava no seu tamanho, população e união. A grande novidade era a ameaça de ir as armas se necessário fosse.

Informava que achava-se constituída uma caixa e já formado um batalhão popular, sendo neste pensamento solidárias todas as autoridades e mais funcionários municipais, com os mesmos elementos de resistência se organizando nos municípios vizinhos. No mesmo documento determinava ao povo do município de Pouso Alegre e região que não deveriam reconhecer absolutamente os poderes arrogados pela Junta Governativa sediada em Campanha, e, portanto, não obedecer, no terreno legal, aos seus atos e repelindo com a força, se preciso fosse, a qualquer “comédia de deposição” que por ventura aparecesse. Defendem que toda a resistência seria legal e legítima, opondo-se a malfadada idéia da divisão do território mineiro.

4. Conclusão

Depois de ocupar por mais de um mês as mentes e as primeiras páginas do periódico da região, o movimento separatista foi encerrado sem muito alarde, se a folha que o propagandeava não publicou a explicação do seu término e desapareceu simplesmente por determinado período. A Gazeta de Ouro Fino, contrária ao movimento, também não deu maiores explicações, como se pode observar no trecho abaixo:

O contingente de forças enviado de Ouro Preto à cidade de Campanha, segundo telegramas dos jornais da capital federal, conseguiu sufocar o movimento separatista, abandonando a junta o seu posto de honra. Restabelecida assim a calma na alma popular, reguzijamo-nos com povo sul mineiro pela correção e civismo que manifestou em questão de tão subida importância, da qual espíritos desorientados procuravam tirar

²³ Gazeta de Ouro Fino, Comissão Popular, p.

proveito, concitando esta pacífica e prospera população a um pronunciamento armado que seria a negativa de sua civilização²⁴.

²⁴ Gazeta de Ouro Fino, 13 de março de 1892, p.1.

Redes de poder: alianças e governabilidade no processo de implantação do poder régio nas Minas, c. 1711 – c. 1750

Fernanda Fioravante¹

Por via de regra, os indivíduos, visando o enobrecimento e a consolidação/reafirmação da legitimidade social, empregavam seus recursos financeiros e humanos (escravos armados e outros membros de sua rede) em prol da satisfação dos interesses da coroa. Tal medida era convertida em mercês que reforçavam sua posição social cimeira e o poder de mando frente aos demais na sociedade. Não obstante, e por razões que por vezes escapam aos registros documentais, alguns indivíduos optaram por caminhos que contrariavam a vontade do rei, causando prejuízo à República e distúrbios nos domínios régios.

Nesse sentido, vale destacar a revolta de 1720, a qual teve como motivação inicial a implantação da Casa de Moeda e Fundição, mas por detrás da conturbação dos povos, estavam os interesses de alguns dos mais importantes membros da elite local. Assim, à frente do movimento destacam-se as lideranças do ex-governador da Colônia de Sacramento e desejoso do governo da capitania de Minas Sebastião da Veiga Cabral, do ex-ouvidor da comarca de Vila Rica e insatisfeito pela perda do referido posto Manoel Mosqueira da Rosa e Pascoal da Silva Guimarães, juiz ordinário da câmara de Vila Rica em 1719.²

Dentre os motivos para o envolvimento de Pascoal da Silva no motim, Maria Verônica Campos aponta que o juiz ordinário, assim como Sebastião da Veiga Cabral, se via às voltas com “vultosas dívidas”, e a implementação das Casas de Fundição teria levado a que os credores – temerosos com a nova medida –, corressem a reaver seu dinheiro. De acordo com a autora, Pascoal da Silva era devedor de mais de trinta arrobas de ouro e temia ser citado pelo ouvidor, uma vez que não podia mais contar com seu aliado Manoel Mosqueira da Rosa, que já não ocupava o cargo.³

¹ Doutoranda em História pelo PPGHIS/UFRJ. Bolsista CAPES.

² Para maiores detalhes acerca da Revolta de 1720, conferir ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, pp. 45-60; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. (Tese de doutorado), passim; KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado), passim.

³ CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., pp. 233-234.

Após a supressão da revolta, os principais envolvidos foram presos. Pascoal da Silva fora enviado a ferros para Portugal, aonde veio a falecer na prisão.⁴ Para além, o morro de sua propriedade, que recebia seu nome, foi incendiado e seus demais bens confiscados.⁵

Certamente, Pascoal da Silva e os demais participantes da revolta sabiam dos riscos que a participação no motim implicava. Contudo, os líderes da sublevação encabeçavam uma ampla rede de homens poderosos que viram na tentativa de implantação das Casas de Fundição a oportunidade de sublevar os povos, de retirar o governador do poder e de instaurar um quadro que poderia satisfazer amplamente seus interesses de consolidação de poder nas Minas.⁶ Assim como Pascoal, outros homens que estiveram às voltas com a administração da câmara, órgão que preconizava a manutenção da ordem local e da implementação da vontade régia, empenharam seus esforços, fazendas e escravos com o intento de atender a seus próprios interesses, contrariando a imagem que deviam figurar perante o rei de fiéis vassalos.

Não obstante a identificação de muitos dos membros que integravam a rede encabeçada por Pascoal da Silva Guimarães, a confirmação dos nomes que lhe deram efetivo suporte na Revolta de 1720 esbarra nas dificuldades impostas pela documentação disponível. Afora a falta de fontes que confirmem a atuação de alguns indivíduos como revoltosos, ocorrem ainda casos em que há divergências nas informações sobre a participação de muitos indivíduos que ora são citados como favoráveis ao partido régio no motim – prestando auxílio ao conde de Assumar na contenção da revolta –, ora são apontados como revoltosos – sendo responsáveis pela desestabilização do governo das Minas. Não obstante as dificuldades em apontar os homens envolvidos com o motim, cruzando os nomes dos oficiais camarários com aqueles arrolados por Carlos Kelmer Mathias, encontrei os nomes de cinco camaristas, para além de Pascoal da Silva Guimarães envolvidos com a sublevação e constando como revoltosos. São eles o já citados Antônio Martins Lessa – que além de integrante da rede de Pascoal foi procurador do povo na revolta –, João da Silva Guimarães – filho de Pascoal da Silva Guimarães –, Rafael da Silva e Sousa, Matias Barbosa da Silva e Pedro da Rocha Gandavo.⁷

⁴ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 195.

⁵ CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., p. 253-254.

⁶ A esse respeito conferir CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., passim e KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit., passim.

⁷ Idem, passim.

A folha de serviços de Rafael da Silva e Sousa é extensa. No que respeita à câmara, foi juiz ordinário em Vila do Carmo em cinco ocasiões: 1715, 1722, 1724, 1727 e 1730. Também atuou como juiz de órfãos por cerca de cinco anos na mesma vila.⁸ Obteve vários outros postos militares e administrativos fruto de suas ações em prol do serviço régio. Conforme d. Lourenço de Almeida, Rafael da Silva e Sousa combateu os paulistas na Guerra dos Emboabas “evitando com a sua prudência muitas destruições”.⁹ Ademais, na ocasião em que d. Antônio de Albuquerque convocou as principais pessoas para deliberar acerca da melhor forma da arrecadação dos quintos assim que chegou às Minas para governá-las, Rafael da Silva foi o primeiro a votar favoravelmente pelo pagamento de 10 oitavas por bateia de ouro.¹⁰ Também acompanhou o dito governador no socorro ao Rio de Janeiro para expulsar os invasores franceses à custa de suas fazendas. Retornando às Minas, foi encarregado pelo governador da regência do distrito de Vila do Carmo.¹¹

Em carta patente de 1711, Rafael foi agraciado com posto de sargento-mor do terço dos auxiliares,¹² sendo que no ano seguinte consta que Rafael já contava com o posto de capitão de infantaria das ordenanças de Vila do Carmo há mais de dois anos, quando foi provido novamente no posto de sargento-mor do terço dos auxiliares da mesma localidade.¹³ Em 1713, foi provido no encargo de sargento-mor do terço dos auxiliares.¹⁴ No ano seguinte, recebeu a patente de coronel dos privilegiados reformados e mais nobreza das Minas das mãos de d. Brás Baltazar, que deu conta do zelo com que Rafael e seus escravos armados forneceram proteção ao capitão da infantaria do Rio de Janeiro, José de Sousa Fragoso, quando este veio às Minas para conduzir os quintos reais. O governador informou também

⁸ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 09, doc. 70. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor de Vila do Carmo, solicitando o ofício de juiz dos órfãos da referida vila. 14/11/A726; APM, SC, 28, fl. 43. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 27/03/1726; APM, SC, 28, fl. 112-112v. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 04/06/1727; APM, SC, 31, fl. 36v. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 10/11/1728 e APM, SC, 31, fl. 136. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 14/08/1730.

⁹ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 17, doc. 32. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila do Ribeirão do Carmo, solicitando ao Rei a mercê de o confirmar no referido cargo, no qual fora reconduzido pelo governador. 27/10/A730 e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., p. 406.

¹⁰ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 17, doc. 32, doc. cit.

¹¹ Idem e AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 06, doc. 16. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor na Vila do Carmo, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. 28/02/A725 e APM, SC, 09, fl. 136v. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 18/07/1714.

¹² APM, SC, 07, fl. 116v. CARTA patente passada ao sargento-mor Rafael da Silva e Sousa. Vila do Ribeirão do Carmo, 06/07/1711.

¹³ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 01, doc. 31. CARTA patente de Rafael da Silva e Sousa, provisão no posto de sargento-mor auxiliar da Ordenança do distrito de Ribeirão do Carmo. Lisboa, 19/03/1712.

¹⁴ APM, SC, 08, fl. 34v. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa. Rio de Janeiro, 03/06/1713.

que sendo Rafael encarregado da cobrança de um “subsídio voluntário” o fez “com grande cuidado”.¹⁵

Em 1718, d. Pedro de Almeida primeiro o nomeou provedor dos quintos do distrito de Gama, termo de Vila do Carmo.¹⁶ Logo depois, Rafael da Silva recebeu confirmação da patente de coronel do privilegiados, acrescida da informação relativa à presteza com que Rafael executou a cobrança dos quintos, tendo agido “com muita satisfação descobrindo negros sonegados à custa de muita diligência, trabalho e despesa”.¹⁷ Recebeu confirmação de outras patentes ao longo dos anos: capitão, em 1723¹⁸ e de capitão-mor, em 1725,¹⁹ em 1730,²⁰ 1732²¹ e 1739.²² Foi novamente nomeado provedor dos quintos em 1718.²³ Por volta de 1730 serviu como regente de Vila do Carmo, na ausência de d. Lourenço de Almeida²⁴ além de atuar como procurador da Fazenda Real, em 1730, por esta mesma época.²⁵

Rafael da Silva e Sousa, contudo, teve seu nome atrelado à participação na Revolta de 1720 tanto na qualidade de contentor do motim, como na de revoltoso. Conforme o “Discurso Histórico e Político”, cuja autoria é atribuída ao governador d. Pedro Miguel de Almeida,²⁶ Sebastião da Veiga Cabral, um dos cabeças do levante, encontrava-se na câmara de Vila do Carmo juntamente com Rafael da Silva e Sousa, onde proclamou um inflamado discurso, oferecendo-se a desempenhar a função de procurador dos povos perante o governador: “Filhos, não quereis casa de quintos, nem de moeda? Quereis que vá o ouvidor com todos os diabos? Quereis-me a mim? Aqui estou, tudo se fará, que eu hei de ser vosso procurador”.²⁷ Conforme Diogo de Vasconcelos, o conde de Assumar mandou que se apresentassem os

¹⁵ APM, SC, 09, fl. 136v, doc. cit.

¹⁶ APM, SC, 12, fl. 40. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 18/03/1718.

¹⁷ APM, SC, 12, fl. 41v. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa, Vila de Nossa Senhora do Carmo, 05/04/1718.

¹⁸ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 06, doc. 16, doc. cit.

¹⁹ APM, SC, 17, fl. 76v.-77v. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa. Lisboa, 23/03/1725.

²⁰ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 17, doc. 32, doc. cit. e APM, SC, 30, fl. 89v.-90v. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa. Lisboa, 20/11/1730

²¹ APM, SC, 15, fl. 94v.-97. CARTA patente passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 11/10/1732.

²² AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 43, doc. 10. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, solicitando sua confirmação no posto de capitão-mor das Ordenanças da Vila do Carmo. 20/01/A743.

²³ APM, SC, 12, fl. 40. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 18/03/1718.

²⁴ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 17, doc. 32, doc. cit.

²⁵ APM, SC, 31, fl. 106v. PROVISÃO passada a Rafael da Silva e Sousa. Vila Rica, 15/02/1730.

²⁶ Conferir estudo feito por Laura de Mello e Souza em SOUZA, Laura de Melo e. “Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas”. In: DISCURSO Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 e SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999., pp. 30-42.

²⁷ DISCURSO Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve..., op. cit., p. 105.

procuradores dos revoltosos para negociar os termos para pôr fim à revolta, e por sugestão e Rafael da Silva e Sousa, Sebastião da Veiga se apresentou como procurador. Ambos se apresentaram como procuradores além de estarem entre aqueles que assinaram o documento favorável às concessões reivindicadas pelos revoltosos.²⁸

Apesar da suspeita ligação de Rafael da Silva com Sebastião da Veiga na Revolta, os governadores das Minas, incluindo o próprio conde de Assumar, relataram a ação de Rafael no sentido de conter o motim. Em 1721, d. Pedro Miguel emitiu um parecer que Rafael o assistiu com escravos armados à custa de suas fazendas animando outros a seguir seu exemplo.²⁹ A atuação de Rafael da Silva e Sousa favoravelmente ao partido régio foi corroborada anos mais tarde por d. Lourenço de Almeida³⁰ e André de Melo e castro, o conde das Galveias.³¹

Assim como Rafael da Silva e Sousa, vários outros indivíduos ligados aos líderes do motim e com participação suspeita no levante tiveram mais tarde seus nomes associados àqueles que ajudaram a conter a revolta. Isso certamente se deveu ao fato de muitas vezes se tratarem de homens muito poderosos que já tinham prestado, por várias ocasiões, o apoio à manutenção da governabilidade régia. Assim, uma vez desmantelada a rede de poderosos indivíduos que se voltou contra o governo das Minas, o castigo exemplar foi aplicado apenas em algumas poucas pessoas, dentre elas o próprio Pascoal da Silva Guimarães.³²

A suspeita de participação na revolta também recaí sobre Matias Barbosa da Silva, juiz ordinário da câmara de Vila do Carmo em 1723. À semelhança de Rafael da Silva e Sousa, prestou valorosos serviços em várias ocasiões e, em razão disso, foi recompensado diversas vezes com mercês. Anos antes de ser um dos poderosos potentados em Minas, o português Matias Barbosa serviu com soldado infante no Rio de Janeiro por três anos e dois meses. Depois, foi enviado à Colônia do Sacramento “em socorro da gente e víveres”, sendo o que mais se distinguiu nesta empresa. Retornando para o Rio, serviu por mais cinco anos, três meses e sete dias na praça de soldado “dando inteira satisfação a várias diligências”. Posteriormente foi para São Paulo, onde recebeu provisão do posto de ajudante dos auxiliares que se havia criado, no qual serviu por dois anos. Por ordem de Artur de Sá conduziu dois

²⁸ VASCONCELOS, Diogo. *História média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, pp. 363 e 395.

²⁹ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 02. doc. 119. CARTA de d. Pedro de Almeida, ex-governador das Minas e Rio de Janeiro, ao rei, dando cumprimento a ordem régia de enviar seu parecer sobre Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila do Carmo, que tinha pedido prorrogação do seu exercício no cargo. Vila do Carmo, 01/08/1721.

³⁰ AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 17, doc. 32, doc. cit.

³¹ APM, SC, 15, fl. 94v.-97, doc. cit.

³² Conferir CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., passim e KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, passim.

facínoras ao Rio de Janeiro levando cavalos e o necessário para o transporte às suas custas. Na ocasião da primeira invasão francesa, foi com seus escravos a bordo de uma embarcação “de onde conduziu para a fortaleza seis peças de pequeno calibre com as quais rebateu os inimigos que vinham avançá-la”, tendo de abandonar a empreitada após a morte de alguns soldados e um oficial. Passando às Minas em companhia do governador d. Fernando Martins Mascarenhas na ocasião da guerra dos Emboabas, serviu com cavalos, armas e escravos e “vindo os paulistas invadir estas Minas com cinco mil homens, [foi] dos primeiros que lhe fizeram cara, indo com quarenta escravos seus armados a atalhar-lhes o passo”.³³

De acordo com Francisco Carvalho Franco, em 1732 Matias executou ordem do governador de fazer uma expedição com o fim de “bater os botocudos” que foram até Furquim, conduzindo-os às Escadinhas da Natividade, em Goiás. Nesta mesma ocasião, fundou o presídio de Abre Campo. No decorrer dos anos de 1733 e 1734, continuou na região explorando as ditas terras.³⁴ Para além de ser dos primeiros povoadores das Minas, Matias Barbosa era homem de muita riqueza, estando envolvido com a arrematação do contrato dos direitos dos caminhos do Rio de Janeiro e do Sertão da Bahia na ordem de 302:284\$800.³⁵

O conjunto das ações feitas por Matias Barbosa em benefício da governabilidade régia lhe rendeu, afora as mercês já citadas, as patentes de capitão das ordenanças,³⁶ de mestre de campo e de coronel das ordenanças de Vila Rica.³⁷ Matias foi agraciado ainda com sesmarias: uma no Arraial da Barra Longa, onde enriquecera com extração de ouro;³⁸ uma no Furquim, que havia adquirido por título de compra³⁹ e outra no Gualacho do Norte, onde havia fundado uma fazenda.⁴⁰ As duas primeiras foram concedidas em 1716 e a terceira em 1736.

Apesar de todos os serviços prestados e mercês recebidas, o nome de Matias Barbosa se vê às voltas com aqueles envolvidos com a revolta de 1720. Dois anos antes da eclosão do motim, por ocasião da desordem promovida em Catas Altas por Manoel Nunes Viana e seu

³³ AHU, Cons. Ultra. - Brasil/MG, cx. 35, doc. 81. REQUERIMENTO de Matias Barbosa da Silva, pedindo sua confirmação no posto de coronel do Regimento da Cavalaria de Ordenança de Vila Rica e seu termo. 02/06/A738.

³⁴ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., p. 385.

³⁵ AHU, Cons. Ultram. - Brasil/MG, cx. 38, doc. 09. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a petição de Matias Barbosa da Silva e de José Álvares de Mira, contratadores das Passagens das Minas Gerais, solicitando a cobrança dos direitos dos novos descobrimentos do distrito de Carlos Marinhos. Lisboa, 17/09/1739.

³⁶ APM, SC, 15, fl. 70v.-72. CARTA patente passada a Matias Barbosa da Silva. Vila Rica, 09/02/1733.

³⁷ Quanto ao posto de mestre de campo não há especificação a que regimento pertencia. AHU, Cons. Ultra. - Brasil/MG, cx. 35, doc. 81, doc. cit.

³⁸ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., p. 385.

³⁹ APM, SC, 09, fl. 215v. CARTA de sesmaria passada a Matias Barbosa da Silva. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 17/12/1716.

⁴⁰ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., p. 385.

primo Manoel Rodrigues Soares – desafetos do governador em razão dos contínuos descumprimentos da ordem régia em relação ao comércio ilegal que Manoel Nunes praticava nos Sertões –, d. Pedro Miguel de Almeida nomeou o brigadeiro João Lobo de Macedo e Matias Barbosa para efetuarem a prisão de Manoel Rodrigues Soares, ambos aliados de Manoel Nunes Viana. Conforme Maria Verônica, tal medida foi uma tentativa – sem sucesso – de cooptar João Lobo e Matias Barbosa. Conforme Carlos Kelmer Mathias, dois dias após a nomeação para efetivarem a prisão do potentado, o governador deu conta ao ouvidor da comarca de Rio das Velhas de que Matias Barbosa não era homem confiável para a tarefa,⁴¹ possivelmente se dando conta da fragilidade de sua estratégia de afastar Matias Barbosa da rede de Manoel Nunes Viana.

Maria Verônica Campos em sua investigação destaca Matias Barbosa como um dos líderes da Revolta de 1720.⁴² De fato, Carlos Kelmer Mathias aponta as ligações estabelecidas entre Matias Barbosa e Sebastião da Veiga Cabral, um dos cabeças da revolta.⁴³ Ademais, o nome de Matias Barbosa figura entre aqueles que votaram em prol da concessão das exigências feitas pelos revoltosos.⁴⁴

Por fim, Pedro da Rocha Gandavo, figura que ocupou os cargos da câmara de Vila Rica em duas ocasiões: em 1713, como vereador e em 1715, como juiz ordinário. Por volta de 1718, atuou também como almotacé.⁴⁵ Antes de ser eleito para os cargos na administração municipal, Pedro da Rocha demonstrara seu valor através de serviços régios combatendo os paulistas na invasão que fizeram na comarca do Rio das Mortes com doze escravos armados ao longo da Guerra dos Emboabas. Participou junto ao governador d. Antônio de Albuquerque na diligência que rumou para o Rio de Janeiro para expulsão dos invasores franceses. Em 1712, direcionou-se à Vila do Carmo em auxílio ao ouvidor Manoel da Costa Amorim que se viu ameaçado em razão de uma contenda envolvendo repartição de terras.⁴⁶ Em 1718 ficou encarregado da arrecadação dos quintos da Freguesia de Itatiaia.⁴⁷

⁴¹ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit. p. 155.

⁴² CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., p. 279.

⁴³ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit., passim.

⁴⁴ VASCONCELOS, Diogo, op. cit., p. 395.

⁴⁵ APM, SC, 12, fl. 42-42v. CARTA patente passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a Pedro da Rocha Gandavo. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 12/04/1718.

⁴⁶ APM, SC, 09, fl. 196 e 266v. CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 18/02/1716 e APM, SC, 12, fl. 42-42v, doc. cit.

⁴⁷ APM, SC, 12, fl. 40. PROVISÃO passada a Pedro da Rocha Gandavo. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 22/03/1718 e APM, SC, 12, fl. 43v. PROVISÃO passada por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal a João Correia de que é provedor Pedro da Rocha Gandavo. 30/04/1718.

Em 1714, Pedro da Rocha foi agraciado com a patente de capitão das ordenanças do distrito de Vila Rica.⁴⁸ No ano seguinte, tornou-se sargento-mor da cavalaria das ordenanças.⁴⁹ Em 1716, foi promovido no posto de coronel da cavalaria de ordenanças de Vila do Carmo,⁵⁰ vindo a receber confirmação do mesmo em 1718, das mãos de d. Pedro de Almeida.⁵¹ Em 1722, ocupou o posto de capitão-mor das ordenanças de Pitangui.⁵² Consta ainda que Pedro da Rocha foi agraciado com uma sesmaria em 1711, onde pretendia fazer roças.⁵³

Diferentemente do que se passa com Rafael da Silva e Sousa e Matias Barbosa da Silva, os motivos de Pedro da Rocha Gandavo são mais claros e vão além da consolidação do poder de uma dada rede social. Conforme o “Discurso Histórico e Político” – cuja autoria, como já apontado, recai nas mãos do conde de Assumar –, Martinho Vieira, ouvidor da comarca de Vila Rica, havia acionado alguns dos potentados das Minas por dívidas. Dentre eles os já mencionados cabeças do motim, Pascoal da Silva Guimarães e Sebastião da Veiga Cabral, Pedro da Rocha Gandavo e seu sogro e igualmente revoltoso, Sebastião Carlos Leitão. Referindo-se a Pedro da Rocha Gandavo e seu sogro, o texto do “Discurso Histórico e Político” deu conta que os dois eram “homens sumamente soberbos e altivos, e que nunca pagaram a pessoa alguma o que lhe deviam, de cuja diligência assim se escandalizaram, que já, sem recato dos ameaços (sic) particulares, passavam a prometer publicamente vinganças”. O governador destacou ainda que não obstante o abalo que as dívidas causaram nas finanças desses revoltosos, “todos conservavam muita pompa, autoridade, e respeito adquirido com a violência dos motins que noutro tempo fizeram nestas Minas”.⁵⁴

Desmantelada a rede encabeçada por Pascoal da Silva Guimarães, os delitos da maior parte dos revoltosos entre os principais da terra foram esquecidos, recebendo o perdão do governador. Nesse processo, dois movimentos estratégicos ocorreram. De um lado, a coroa não poderia abrir mão de homens que em várias circunstâncias tinham empregado seus escravos, armas e fazendas na manutenção da governabilidade e na proteção dos domínios

⁴⁸ APM, SC, 09, fl. 79v. CARTA patente passada por D. Braz Baltazar da Silveira a Pedro da Rocha Gandavo. 12/01/1714.

⁴⁹ APM, SC, 09, fl. 168. CARTA patente passada por D. Braz Baltazar da Silveira a Pedro da Rocha Gandavo. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 20/01/1715.

⁵⁰ APM, SC, 09, fl. 196 e 266v, doc. cit.

⁵¹ APM, SC, 12, fl. 42-42v, doc. cit.

⁵² APM, SC, 21, fl. 82v.-83 CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. Vila Real do Sabará, 02/07/1722.

⁵³ APM, SC, 07, fl., 103. Carta de sesmaria passada por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a Pedro da Rocha Gandavo. 23/05/1711.

⁵⁴ DISCURSO histórico e político..., op. cit., pp. 75 e 80.

régios. Assim, da mesma forma como ocorreu com Rafael da Silva e Sousa e Matias Barbosa da Silva, Pedro da Rocha Gandavo, pouco tempo após sua participação no motim, foi agraciado com o posto de capitão-mor de ordenança de Pitangui pelas mãos de d. Lourenço de Almeida, segundo quem Pedro da Rocha havia prestado auxílio ao conde de Assumar na sublevação de 1720.⁵⁵ De outro, com o fim da rede de Pascoal e o desfecho insatisfatório do motim para os revoltosos, aqueles que se puseram contra o partido régio tiveram de rever suas posições e lançar mão de outras estratégias para estarem novamente nas boas graças do rei e de seus representantes naquelas partes, os governadores.⁵⁶

Os casos acima relatados são de suma importância para a compreensão do processo de implantação de poder régio nas Minas uma vez que destacam o fato de que embora fosse obrigação dos oficiais camarários zelar pela governabilidade régia e bem comum dos povos, os indivíduos que ocupavam as diferentes esferas de poder, dentre elas as câmaras e as milícias, ponderavam suas ações de acordo com seus interesses, chances de satisfação dos mesmos e riscos a serem corridos. Mais do que pela vontade régia, o processo de instauração do poder da coroa se deu por meio de uma intrincada negociação e relações de poderes próprios de uma sociedade corporativa, em que as ações e os interesses dos indivíduos integrantes da mesma não podiam ser perdidos de vista.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. (Tese de doutorado).

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Laura de Melo e. “Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas”. In: DISCURSO Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

⁵⁵ APM, SC, 21, fl. 82v.-83, doc. cit.

⁵⁶ Sobre as mudanças de estratégias dos potentados conforme as mudanças de governo nas Minas, conferir KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit., passim.

____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VASCONCELOS, Diogo. *História média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Pantaleone Arcuri e os italianos na cidade de Juiz de Fora

Filipe Queiroz de Campos

Para falarmos do italiano Pantaleone Arcuri na cidade de Juiz de Fora, devemos entender em que contexto o italiano chega na cidade. Pantaleone se insere na chamada Manchester Mineira a partir de 1890, em um turbilhão de modificações tanto na estrutura quanto nas tradições e costumes dos indivíduos juizforanos. Passemos uma olhadela em uma breve linha de história que precedeu Pantaleone para adentrarmos com mais clareza no contexto que a cidade vivia quando recebeu Arcuri e outros italianos.

A Zona da Mata mineira era praticamente despovoada até o início do século XIX, fato que se liga às velhas medidas administrativas portuguesas que tentavam dificultar o acesso aos invasores estrangeiros. Porém com a medida suspensa em 1805, houve a construção do “Caminho Novo” facilitando o fluxo de ouro. Assim, a cidade de Juiz de Fora, desenvolve-se a partir do século XVIII, com a abertura de uma picada por Garcia Rodrigues Pais em 1703 denominada Caminho Novo. Ao longo deste Caminho foram distribuídas sesmarias para desenvolver povoamento que dera origem a várias fazendas. Uma delas chamando-se “Fazenda do Juiz de Fora, ou “Fazenda Velha”. Apesar de que a historiografia local ainda não tenha chegado a nenhuma conclusão determinada sob porque o nome tenha acabado se tornando Juiz de Fora, o fato é que toda a região passaria a ter o nome do cargo português. Em 1850 eleva-se à categoria de vila, denominando-se Vila de Santo Antonio do Paraibuna. Em 1856, passa a ser chamada Cidade do Paraibuna e por fim, em 1865 a chamar-se cidade do Juiz de Fora.

Com o surto do café em 1830 um maior impulso econômico atinge Juiz de Fora.

Juiz de Fora se encontrava no lento processo de transformação agrário-exportador para o modelo urbano e industrial, chegando ao auge industrial em 1920, segundo Mônica Ribeiro ¹. Ao mesmo tempo acontecia em todo o país o processo de adaptação econômica de mão de obra com a proibição do tráfico negreiro. A cidade assim, como muitos municípios que se desenvolviam no Brasil oitocentista, era marcada pela dicotomia entre a sacralidade e a secularização. Dois modos de ver o mundo que não necessariamente acabavam se excluindo,

¹OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-192)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1991.

mas, formatando diferentes perspectivas no XIX. José Antonio da Silva Pinto, conhecido como o Barão da Bertioga, fundador de um núcleo populacional a partir da construção de uma capela para nossa senhora dos Passos, por exemplo, era um dos homens que via a organização social como rede permeada pela vontade de Deus. Este mesmo homem seria um dos pioneiros da primeira fase de desenvolvimento da cidade. Outro homem seria Henrique Guilherme Halfed, diplomado em engenharia, vindo para Juiz de Fora em 1825 com projetos de construir um centro populacional na região de várzea pantanosa que daria então origem à cidade de Juiz de Fora. Na “primeira fase” de desenvolvimento, impulsionado por Halfed e Silva Pinto, a cidade ganha suporte para as necessidades mais urgentes. Foram organizadas estradas ligando a região ao Rio de Janeiro, canalização de água, fundação de um cemitério, cadeia, além de capelas e pequenos postos médicos. Nesta primeira fase também investe Mariano Procópio com a estrada união indústria. Esta primeira fase se finda na década de 70 com a morte de Mariano Procópio, Halfed e Silva Pinto, dando início a uma nova leva de investimentos em fins da década de 80 que farão de Juiz de Fora um ponto atrativo para indústrias, investidores e imigrantes com interesse na área urbana. Nesta nova fase serão implantadas uma moderna companhia têxtil por Bernardo Mascarenhas, “Companhia mineira de eletricidade”, participação na fundação do Banco de crédito Real, participação na sociedade promotora de imigração e construção da primeira usina hidrelétrica da América do Sul. Nas duas fases, houve a intensa necessidade de grandes investimentos para que fossem vencidas as barreiras naturais, controle do rio que passa pela cidade, o rio Paraibuna, e muitos problemas com o controle sanitário e conseqüentemente doenças que causavam estagnações nos investimentos ou realocações de empresas.²

Para se ter idéia da precariedade presente com intensidade principalmente na “primeira fase”, até 1855, não havia notícias de instalações sanitárias nem esgotos nas casas. Porém, entre as décadas de 60 e 70, Juiz de Fora recebe muitos melhoramentos das ruas, iluminação à querosene pontes e obras para conter o Paraibuna. E já em 1889, o sonho de Bernardo Mascarenhas se concretizava iluminando pela primeira vez na América do Sul, uma cidade com luz elétrica a partir da força de um rio. Em 1889, esta mesma energia movimentava as máquinas de tecelagem Mascarenhas e construtora dos italianos Pantaleone Arcuri e Timponi. 26.

²FERENZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”: Devoção e conflito Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. p.24

Pouco a pouco eram feitas melhorias em relação à saúde, apensar de permanecer sendo um dos mais graves problemas do município. As medidas quanto à higiene eram normalmente a expulsão dos pobres do centro da cidade para as periferias e controlar na medida do possível, as instalações de mendigos e imigrantes como nos informa Maraliz de Castro Vieira Christo.³

Assim, podemos notar na Juiz de Fora de 1890, muitas melhorias urbanas e um grande esforço das medidas administrativas que se formavam para articular os membros da nova cidade. Deste modo, ocorreram drenagens de pântanos, pavimentação de várias ruas, criação de pontes, abastecimento de água e saneamento do morro da gratidão aonde ocorriam bastantes epidemias.

Destarte, até aqui focamos em apresentar o desenvolvimento da industrializante Juiz de Fora para que se entenda em que conjunturas ocorreram as análises que aqui serão realizadas com o intuito de mostrar episódios da participação italiana na urbe que se desenvolvia. Analisamos até 1890, já que é esta a data de chegada do italiano pedreiro e empreendedor Pantaleone Arcuri que se desenvolverá como construtor civil e bem sucedido empresário, contribuindo significativamente para o desenvolvimento industrial e arquitetônico da cidade.

Antes de passarmos nossa análise exatamente para o caso de Pantalene Arcuri, ainda nos deteremos no contexto de imigração na cidade do Juiz de Fora, para salientarmos em que conjuntura vinham os imigrantes italianos.

O primeiro fluxo migratório em Juiz de Fora ocorrera em 1857 com os alemães.

De acordo com Mônica Ribeiro, a introdução do imigrante significava os primeiros passos de Juiz de Fora em direção às relações capitalistas de produção e no país, a lenta transformação dos fazendeiros em empresários capitalistas. Porém segundo a mesma historiadora, a vinda dos imigrantes alemães e sua relação com a industrialização fora potencializada de certa forma, a exemplo de Juiz de Fora. Criou-se um mito a respeito do empreendedorismo imigrante, no qual os alemães e os italiano (estes últimos em menos escala), teriam sido essenciais para o processo de industrialização, pois a imigração teria trazido mão de obra especializada, adaptada à perspectiva européia ou ainda que os

³CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho esquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: Célia Maia (org). *Solidariedade e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2000. p.28

trabalhadores locais eram mais preguiçosos que imigrantes. O mito colocava o avanço das cidades sempre relacionado à presença dos imigrantes. Porém Mônica salienta que apesar de definitivamente terem sido muito importantes para a composição da mão de obra da época, dar louros de verdadeiros heróis do progresso juizforano é um exagero que vem sendo inclusive apoiado por alguns historiadores. De acordo Mônica Ribeiro, a questão do mito do empreendedorismo fora fomentada pelos próprios historiadores de Juiz de Fora, como por exemplo, José Luiz Stheling, nome importante da historiografia clássica de Juiz de Fora que reproduzira o mito estampado no álbum do Município de Albino Esteves de 1915, colocando a União Indústria de Mariano Procópio juntamente com os imigrantes como fundadores legítimos da industrialização juizforana, *“reproduzindo o velho discurso dominante baseado em heróis, mitos e beneméritos”*.⁴

É importante lembrar que no final do século XIX o Brasil passava por grave crise de mão de obra culminando na abolição da escravatura. O país mudava sua política de imigrantes reforçando medidas para melhorar a má fama externa que tinha para com o trato dos imigrantes. Neste clima, Juiz de Fora recebe um enorme levante de imigrantes como o principal centro urbano da Zona da Mata e importante cidade de entroncamentos ferroviários com outras regiões do Brasil que facilitava o escoamento dos estrangeiros. Porém nos alerta Mônica em sua tese que, a historiografia local incorre algumas vezes no erro de colocar italianos e alemães em um mesmo contexto de imigração. Diferente da mão de obra alemã que chagara ao país incentivada por interesses de empreendedores particulares como na colônia D. Pedro II, os italianos já teriam vindo para o Brasil com outra perspectiva, a de substituição da mão de obra escrava. Não realizavam imigração por causa do capitalismo e sua cruel instalação como muito associou. A imigração por causa da implementação do capitalismo não ocorreu nesta época como na Inglaterra. Por problemas climáticos, crises demográficas e miséria intensa os italianos imigravam enxergando oportunidades no Brasil, que de fato necessitava de uma mão de obra substitutiva para os braços escravos. Assim podemos entender com mais clareza o porque da imigração italiana compor 92% por cento da imigração para o país.

A respeito dos motivos da vinda do imigrante italiano, a discussão perpassa pelo debate historiográfico enfatizado por Mônica entre Zuleika Alvim em *“Brava Gente”*, que

⁴OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., p.77.

afirma que o imigrante viera como forma de protesto e fuga do capitalismo explorador que se consolidava, e Luciano Cabagna, cuja posição historiográfica nos apoiamos, de que na verdade, no contexto da imigração italiana para o Brasil, a Itália não vivia ainda uma industrialização do campo nem um processo legítimo da transição para o capitalismo. Seu processo de formação industrial e capitalista fora tardio assim como sua unificação. O capitalismo aprece com mais força no país apenas com a primeira Guerra mundial. Destarte, a intensa pobreza e a esperança de melhores condições para a nobreza feudal se manter foram as principais causas da fuga dos imigrantes é que seria um dos motivos mais verossímeis para a causa da imigração no caso italiano.

Entre 1886 e 1897 90% dos entrados no Brasil eram italianos. A região que circundava juiz de Fora recebeu no período de 1896 e 1906, 1253 imigrantes. A cidade ainda se fazia importante como alojamento para os imigrantes que permaneceriam ou não, tendo como suporte a hospedaria Horta Barbosa, situada na região que corresponde hoje ao bairro Santa Terezinha, em um terreno da fazenda da Tapera, doado pelo proprietário coronel Custódio Silveira Tristão. A hospedaria possuía péssimas condições de higiene com vários surtos de varíola e sarampo. Como nos informa Valeria Ferenzini, os mortos italianos de uma epidemia de cólera entre 1894 e 1895, foram destinados a um só túmulo e ainda foram amontoados os restos mortais de 94 italianos.⁵

Ainda para a historiadora Mônica Ribeiro, referenciada aqui, a imigração em Juiz de Fora, apesar do exagero do mito empreendedor e da tentativa de desmistificação deste, os imigrantes contribuíram duplamente. Juiz de Fora possuiu um processo de transição para o capitalismo muito próprio não possuindo uma relação direta de investimentos do café no setor industrial mas indiretamente era favorecida pela economia cafeeira como pólo urbano importante para transportes e escoamento. Neste sentido, a imigração serviu tanto para prolongar a produção cafeeira como para desenvolver a zona urbana.

Na verdade o empreendimento imigrante se concentrara muito mais na produção manufatureira que na industrial, com algumas exceções como a de Pantaleone Arcuri que veremos adiante, ou a tecelagem de Antônio Meurer, da qual apesar de não termos dado ênfase neste trabalho, chegava de fato a nível industrial.

⁵FERENZINI, Valéria Leão, op. cit., p.81.

Os imigrantes que se instalaram em Juiz de Fora não foram qualquer tipo, mas, aqueles que não estavam diretamente ligados á lavoura e ou que possuíam algum tipo de experiência técnica, um fato que contribui com uma replica do mito do empreendedorismo alemão em menor escala com os italianos, contradizendo o próprio mito alemão. Estes italianos se instalavam nas áreas de comercio ou criavam seu próprio negócio com cooperação familiar ou pequenas sociedades o que no início dos anos vinte gerou de fato maior participação italiana nos empreendimentos da cidade por parte dos imigrantes. Após inseridos no contexto da cidade é visível o desenvolver dos italianos no setor industrial por exemplo, em 1893 com três industrias italianas declaradas na cidade, em 1895 haviam cinco delas e já em 1921, haviam 12 industrias italianas. Havia na cidade também uma produção cultural italiana que se organizava em grupos como que para proteger e propagar uma identidade própria, com apresentações líricas, teatrais e companhias ilusionistas italianas que apareciam em propagandas de jornais.⁶

Um dos mais interessantes exemplos de empreendedorismo italiano na cidade está presente na figura de Pantaleone Arcuri, que pode ser considerado quase uma exceção dentro do desenvolver italiano em Juiz de Fora. Pantaleone por seu sucesso acabou gerando uma espécie de generalização historiográfica associando o caso Arcuri e sua característica fama empreendedora ao imigrante italiano em geral, os italianos na Juiz de Fora industrial, como verdadeiros e natos empreendedores. A questão é que Pantaleone fora um caso especial e não deve ser maximizado para os italianos em Juiz de Fora como um todo, assim como nenhum dos casos isolados de italianos bem sucedidos ou mal sucedidos devem ser vistos como verdadeiros representantes de um suposto espírito de “italinidade”. É importante lembrarmos que quando Pantaleone sai de Itália, o país ainda lutava bastante para articular suas mais variadas identidades. Não existia de fato ainda um sentimento de italianidade. A verdadeira anexação e unificação do território total que hoje conhecemos apenas se deu com o tratado de Latrão de 1929.

Não devemos esquecer que a identidade italiana era muito mais forjada e construída aqui do que viera com os italianos. Na verdade a identidade que havia não era propriamente italiana, mas, Calabrezes, genovezes, venezianos, napolitanos, sicilianos. Homens que saiam da Europa sem o consentimento de um espírito nacional e por serem aqui englobados e

⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., p.119.

generalizados como italianos acabavam assumindo uma identidade de fato mais unificada. Uma figura italiana era construída na cidade do Juiz de Fora, tendo como motores a língua, a Igreja a imprensa as associações e escolas.

A respeito de um imigrante é sempre importante lembrar que ele sofre processos peculiares a principio imperceptíveis, mas que são vitais na vivência e enraizamento na nova terra. Como o imigrante se comportará dependerá muito de sua desenvoltura, pois chega a um mundo que sua rede de referencias anterior não se adapta perfeitamente. Seu mundo referencial simplesmente inexistente. (...) *Podemos tomar a imigração como um novo nascimento (...)*⁷ é o que afirma Magdalena M. Ramos, psicóloga e professora da PUC de São Paulo. O imigrante é marcado por uma sensação de deslocamento permanente, torna se mais sensível às coisas e pessoas e tende a maximizar os problemas comuns da vida, segundo o psicólogo Constantino Ianni.⁸

Para preservar identidade e cultura, os italianos no Brasil tinham o costume de realizar uniões endogâmicas acumulando na família o potencial de trabalho e criando um reduto de comunicação e preservação identitária, de certa forma, italianizando parcela da população brasileira. A família era um verdadeiro *locus* de preservação da identidade italiana.⁹ Em Juiz de Fora, os italianos se articularam por meio de várias corporações e associações, como a sociedade beneficiária Umberto Primo para ajuda pecuniária e funerária, com Francesco Antonio Bandi e Constantino Paletta, empresário e primeiro consular italiano em Juiz de Fora e advogado brasileiro filho de farmacêutico respectivamente. Suas associações articulavam com os principais setores elitistas burguesas da cidade e difundiam pouco a pouco música e identidade, principalmente a partir dos anos 30 do século XX com o espírito de unificação homenageando os principais nomes da *italianità*. Em Juiz de Fora o ápice deste espírito de italianidade se dera com a construção da Casa d' Itália de arquitetura fascista fomentada por Mussolini. A construção da casa fora feita pelo filho de Pantaleone Arcuri, Rafael Arcuri, que dera grande prosseguimento ao nome Arcuri no município.

Entendo assim, o contexto em que Pantaleone chegara em Juiz de Fora e as prováveis dificuldades que o calabrês Arcuri enfrentara, veremos agora como ele se enraizara na cidade

⁷ FERENZINI, Valéria Leão. Op. cit. p. 80

⁸ Idem, p. 81.

⁹ Idem, p. 83

mas mantivera seus contatos com a terra natal, como formara uma rede de associações na cidade para manter se e fomentar sua sede empreendedora.

Pantaleone viera par ao Brasil em 1890, nascido na Itália em 1867, aos vinte anos atuava como pedreiro. Em Juiz de Fora se associou a italianos e em 1905 se tornou um grande empresário introduzindo em Juiz de Fora um pioneirismo industrial e arquitetônico único contribuindo intensamente ao trazer o espírito de industrialização e modernidade tão presente no exterior como o espírito presente nas grandes exposições industriais de Paris e Turim, das quais participava e angariava vários prêmios e títulos para a sua construtora. Era natural de Sant'Ágata d'Esaro província de Cosenza situada na Calábria. Em Juiz de Fora casa se com a igualmente italiana Christina Spinelli (um dos primeiros casamento civis da cidade) com padrinhos Luiz Perry e Antero Lage Barbosa, o primeiro empresário e o segundo advogado e fazendeiro. Estas relações de Pantaleone servem para nos mostrar um fenômeno comum que acontecia com a maioria dos italianos imigrantes, que era o casamento entre conterrâneos fechando um circulo de compatriotas, uma ação fundamental para suas organizações sociais e ao mesmo tempo a possibilidade de se inserirem com maior significância no meio social nativo. Arcuri se cercava de italianos e de mão de obra especializada e trazia mais italianos de sua terra natal, como Salvatore Antonio Francesco Notaroberto ou Domenico Sirimarco de 15 anos, mestre de obras, trazido depois da lua de mel de Pantaleone na Itália.

Ao chegar em Juiz de Fora Pantaleone arrumou emprego com o empreiteiro Camilo Gomes e ao se estabelece minimamente na cidade, recorreu se às instituições italianas de ajuda mutua que já se articulavam antes de sua chegada. Estas associações não tinham apenas a intenção de ganhar força para a inserção social, mas muito além na intenção de articulação da própria identidade italiana, no sentido de proteção de uma memória coletiva. Prova deste sentimento é a formação da união italiana Benzo de Carvour com formação da sede em 1870, sob um prisma “republicano abolicionista” como nos informa a historiadora Maraliz de Castro Vieira Christo.¹⁰ A formação da associação maçônica nos remete a uma importante constatação a respeito dos motivos da associabilidade, como explica Maraliz “*Uma das razões apontadas para a criação de uma loja maçônica exclusiva para os italianos refere se à possibilidade de comunicação apenas em língua italiana*”¹¹. Pantaleão, como era chamado

¹⁰ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, op. cit., p. 154.

¹¹ Idem, p. 154.

pelos brasileiros de Juiz de Fora, se associara e acompanhara os primeiros passos do órgão maçônico de Juiz de Fora. Composta inicialmente apenas por italianos. Nesta associação Pantaleone já garantia importantes redes de sociabilidade com outros italianos que se destacariam como advogados, médicos engenheiros ou no meio político. Na maçonaria podemos ressaltar relações de Pantaleone com nomes como Tibério Ciampi, Salvatore Notarroberto, Paolo Simoni, Giuseppe Grippi ou Luigi Pery se associando à loja fidelidade mineira e posteriormente em 1902 à Loja Benso di Cavour.

Em Juiz de Fora uma das primeiras sociedades de mutua ajuda de que temos notícia é que nos informa Jair Lessa, formada na cidade em primeiro de Dezembro de 1878, *a Società Operaria de Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione* a partir de um grupo de italianos que se reuniam *nel salone anesso all hotel dos Petiscos*.¹² Após esta associação, fora criada uma mais promissora, a chamada Sociedade de Beneficência Ítalo Brasileira “Umberto I” da qual faziam parte como primeiros membros e fundadores, Guisepe Antônio Picorelli, Vincenzo Picorelli, Luigi Pery, estes com íntima ligação com nosso personagem principal, Pantaleone Arcuri. No caso de Pery, Pantaleone o escolhera para ser seu padrinho de casamento, lembrando também que Luigi fora além de um dos fundadores da sociedade, o fundador do primeiro mercado municipal de Juiz de Fora.

Destarte, o empreendedor se associou ao seu concunhado Pedro Timpone em 1895 formando a firma Pantaleone Arcuri e Timponi. Grande parte dos funcionários da crescente empresa eram como dissemos, contratados da própria Itália por contatos que o calabrés mantinha com o país. A empreiteira construiu um conjunto habitacional, que foi utilizado por muitos de suas funcionários e declarado em jornais juntamente com o complexo industrial que se formava sob a marca de Arcuri, *“um dos orgulhos da paisagem urbana”*¹³ como nos informa Marcos Olender.

A empresa de Pantaleão era suportada substancialmente por clientes, pelo menos inicialmente, da própria família e extensa rede de italianos e associações que o calabrés formava. Como a construção de um prédio para o senhor Basílio Dottore.

Em 1889 mais um italiano em Juiz de Fora entrava para a companhia de Pantaleone, o barbeiro José Spinelli.

¹² OLENDER, Marcos. *Ornamento: Ponto e Nó: da urdidura pantaleônica às trmas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2007. p. 98.

¹³ Idem, p.54

As construções de Pantaleone eram marcadas nitidamente pelo seu inseparável diálogo com o mundo italiano, em estilo neorenascentista. Posteriormente o nome Arcuri será muito lembrado pelo seu filho já citado Rafael Arcuri, com estilos *art nouveau* e *art déco* que apesar de importantes para se entender as articulações de Pantaleone não abordaremos nestas linhas por não competir exatamente ao tema, a para não nos alongarmos muito. Porém, ainda a respeito das empreitadas modernas de Pantaleone não podemos deixar de citar.

O italiano tinha um bom tato para as inovações da modernidade. Na verdade, era um homem bem inserido em seu tempo. Bastante permeado pelas características mais fortes do XIX como as inovações científicas, que também se afinava com a sede de progresso constante que Juiz de Fora desenvolvia. O empreendedorismo e associativismo levaram a companhia a rápido desenvolvimento ¹⁴. Em 1900 e arredores. A Cia. Pantaleoni e Timponi possuía uma Serraria, oficina e um armazém e em 1905 já detinha o maior estabelecimento de construção do Estado e inaugurava a grande fábrica de ladrilhos hidráulicos. A empresa de Arcuri desenvolvera o projeto do parque Halfed, o Cine Teatro Central, a Igreja do Rosário e outros mais variadas e importantes trabalhos como a sede do Banco do Brasil e o monumento ao Cristo Redentor. Desenvolvia suas obras com os mais pioneiros materiais como o cimento e amianto formando o famoso material impermeabilizador e os famosos ladrilhos hidráulicos aplicados, por exemplo, na Igreja do Rosário, material de tecnologia para a época pioneira a nível nacional.

As associações de Pantaleone de fato não se limitavam apenas aos italianos. Estabelecido na cidade, o nome da empresa constantemente constava nos Jornais do município. A companhia era muito bem reconhecida. Pantaleone alcançava fama internacional. Imbuído pelo espírito oitocentista pelo cientificismo e inovação, o italiano inscrevia suas telhas de cimento amianto e seus ousados projetos, assim como os pisos de ladrilhos hidráulicos nas famosas exposições universais da Europa. Participava constantemente de mostras regionais, nacionais e internacionais. Na exposição Geral de Turim em 1899, os chamados por "*Gli italiani nel Brasile*" pelos críticos da exposição, a companhia ganhava uma menção honrosa. A cada título que a firma ganhava, ou pelo menos os mais renomados, Pantaleone inseria a nova titulação em logotipo, utilizado nos documentos de projetos ou para propaganda. A questão é que o calabrés ganhara na cidade um posto

¹⁴ Idem, p. 144.

reconhecidíssimo. O nome do italiano costumava a aparecer associado à elite burguesa juizforana, fato que contribuiu significativamente para a sua inserção na intrincada rede de relações sociais locais. Como dissemos Pantaleone tinha escolhido para um de seus padrinhos, o italiano fundador do mercado municipal de Juiz de Fora, mas escolhera para também padrinho, Antero José Lage Barbosa, membro da elite política da cidade. Associara-se também a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, vereador, membro do conselho fiscal da empresa de Pantaleone e posteriormente governador de Minas Gerais, ou ainda o médico e político João Nogueira Penido Filho, também cafeicultor e fundador juntamente com Antonio Carlos Ribeira Andrada do “Diário Mercantil”. Pantaleone estendeu uma rede de associabilidade intensamente articulada que lhe rendeu facilidade para construir um verdadeiro império arquitetônico e industrial na cidade. Apesar de tentarmos aqui clarificar alguns passos do italiano, a rede social de Arcuri se fez muito mais extensa e complexa do que obviamente a que apresentamos. Tentamos porém, mostrar nestas poucas linhas um pouco dos mecanismos sociais que se articulavam entre os italianos do XIX, uma época em que a cidade de Juiz de Fora engendrava sua identidade e defrontava-se com a dicotomia religião versus ciência, modernidade e indústria, uma figura forte de projetos determinantes como a de Pantaleone não poderia deixar de influir. Nas palavras de seu biógrafo e clássico narrador dos episódios passados de Juiz de Fora, Paulino de Oliveira, Pantaleão Arcuri era um verdadeiro “*um homem de sociedade*”¹⁵

¹⁵ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. Juiz de Fora: s. ed., 1959, p. 40

Memórias Estudantis: O movimento estudantil juizforano durante a transição democrática (1974 – 1984)

Gislene Edwiges de Lacerda¹

Introdução

Esta comunicação tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado concluído pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, que busca analisar a história do Movimento Estudantil no município de Juiz de Fora – MG, no período de 1974 a 1984, em especial, através da memória dos militantes estudantis do período. Partindo da ideia da existência uma forte ligação entre as ações locais e as lutas nacionais deste sujeito neste período de grande efervescência social no Brasil. Sendo assim, buscou-se contribuir, a partir deste estudo de caso, para a compreensão acerca do papel do Movimento Estudantil (ME) no processo de transição democrática brasileira.

Com este intuito, percebeu-se a influência do ME nos âmbitos social e político, destacando a dinâmica das tendências internas do Movimento Estudantil, de diferentes bases ideológicas de Esquerda, muitas vezes causadora de conflitos no cerne do próprio movimento. De modo mais específico, indaga-se acerca da atuação dos militantes das diferentes correntes presentes no movimento e as disputas entre elas, buscando compreender em que medida essas tendências foram protagonistas de uma luta em prol de um mesmo objetivo: a democracia.

O espaço geográfico desta pesquisa é a cidade de Juiz de Fora - MG. A escolha da mesma justifica-se por esta se constituir em um pólo universitário da Mata Mineira, possuindo um número expressivo de estudantes e apresenta especificidades significativas dentro do contexto estudado, conforme será abordado neste trabalho. O recorte temporal definido foi 1974 a 1984. O ano de 1974 foi o momento em que teve início o Governo do General Ernesto Geisel e com ele o processo de abertura política caracterizado pelo próprio governo como uma distensão “lenta, gradual e segura”. O ano de 1984 marcou simbolicamente o “fim” da Ditadura e o início de um processo de democratização da sociedade brasileira.

¹ Mestre em História pela UFJF. gislene.lacerda@gmail.com

A ação estudantil: o ME em tempos de abertura política (1974 a 1984)

O Movimento Estudantil na década de 1970 desempenhou um importante papel na luta contra o regime militar e em prol das liberdades democráticas. Ele foi o primeiro a retornar com as mobilizações e manifestações de rua, entre outras ações, mostrando-se como resistência na luta contra o regime, após anos de silenciamento gerados pela repressão da Ditadura (ARAÚJO, 2004: 167).

Assim, o movimento estudantil, como os demais movimentos, apresentava uma pauta dupla de lutas que tinham a mesma motivação: por um lado lutava pelas liberdades democráticas no país, seguindo orientações de grupos de esquerda que nele atuavam; por outro, lutava pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa, que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de seu último presidente, em 1973.

Vale ressaltar que os militares tinham clara sua postura junto aos estudantes desde o princípio do governo ditatorial. No início do governo de Castelo Branco, a repressão sobre o Movimento Estudantil foi sentida mais nitidamente. Em 11 de novembro de 1964, a lei 4.464, conhecida como a Lei Suplicy Lacerda que buscava acabar com a autonomia das entidades estudantis. Entretanto, em todo o país explodiram protestos em repúdio à lei, que foi identificada como “principal instrumento político da ditadura contra o movimento universitário” e inimigo principal do ME.

Além disto, outros atos foram realizados pelos militares para regular o Movimento Estudantil. Em fevereiro de 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477 que se constituía como um dispositivo legal usado pelo regime, que levava o AI-5 para dentro das instituições de ensino do país, fossem públicas ou privadas. Assim, o ME foi desmantelado e silenciado devido às medidas de dura repressão dos militares principalmente após 1968.

No contexto da abertura política, com o intuito de reorganizar o movimento estudantil, retomar sua autonomia e restabelecer a UNE, foram realizados vários Encontros Nacionais de Estudantes (ENE's) que sempre sofreram repressão do regime. Em 1977, realizaram três versões do III ENE: uma em Belo Horizonte – MG e duas em São Paulo, na USP e na PUC. Em junho de 1977, os universitários tentaram realizar a primeira versão do III ENE, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eram estudantes de todo o país, seguindo em direção à capital mineira. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso

a todas as escolas superiores de BH; o reitor da UFMG, além de proibir o evento, decretou recesso letivo e administrativo nos dias 3 e 4 de junho. As tropas policiais impediram o acesso à cidade, de caravanas que vinham de outros estados. O exército cercou o Diretório Acadêmico de Medicina, local onde se realizaria o encontro. Assim, quem estava dentro não podia sair e aqueles que conseguiram chegar até o local não podiam entrar, se aglomerando em frente ao DA. Em determinado momento a polícia investiu contra eles. Como resultado, o encontro não foi realizado e mais de quatrocentas pessoas foram presas. José Pimenta, presidente do DCE da UFJF nesta ocasião, lembra que foi um dos presos pela polícia no III ENE em BH.

Outro encontro foi em Belo Horizonte. O Aureliano era governador, fazia declaração na televisão. Porque aí o movimento tava acendendo, e eles fazendo declaração na televisão, quem fosse a Belo Horizonte ia ser preso. Eu lembro até hoje do papai, fui sair, despedir do papai, ele olhou pra mim e falou assim: “nós já sabemos o que vai acontecer”. Eu falei: “que isso pai, não vai dar tanto problema assim não”. Ele falou: “sabemos ou não sabemos?”. Eu falei: “ah, sabemos”, ele falou “então pode ir, você vai ser preso, vai se *estrumbicar* lá, mas tá sabendo”. Aí eu falei que tava, e ele deu o apoio. Aí a gente foi, lá em Belo Horizonte, e eu fui preso, (...). Aí o Romão, organizou um grupo de professores, pegou o apoio do reitor, mesmo contra a vontade dele e foi pra Belo Horizonte pra soltar a gente, assim como os professores da UFMG, os professores todos. Em muitos lugares tiveram uma pressão enorme pra soltar a gente, que fomos fazer o encontro na faculdade de Medicina em Belo Horizonte e foi todo mundo preso. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

No III ENE, realizado na USP, após a repressão à tentativa de realizá-lo em Belo Horizonte, a opção por uma nova tática dava indícios de uma nova estratégia utilizada pelo ME. Ao tentar burlar a ditadura e utilizar meios legais, eles conseguiram vincular a imagem do Regime militar à violência, principalmente em um período em que a luta armada havia sido derrotada. Reginaldo Arcuri, entrevistado para esta pesquisa, tem em sua memória a presença de um ME atuante em um momento “novo” na política brasileira, em que “novas” táticas eram necessárias, utilizando instrumentos legais para vencer a ditadura militar.

Entre 1973 e 1975, (...), saímos de uma fase da ditadura em que houve o Golpe, depois o AI-5, aí veio a coisa da luta armada, tortura, não sei o que e tal. Mas nesse período de 1973 pra frente você já começa a ter um outro tipo de articulação contra a ditadura, porque a luta armada foi derrotada, eu me lembro que nós fomos em praticamente todos os julgamentos aqui na auditoria, acompanhar, enfim, não se podia fazer mais nada além de ir lá fisicamente (...). E foi um período em que a opção (...) foi muito de usar

as formas legais da época pra você tentar avançar no sentido de derrubar os instrumentos mais críticos da ditadura, que era o AI-5 e os decretos 477 e 228. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Para Ignacio Delgado, o ano de 1977, através das ações realizadas em São Paulo, iniciou um grande ciclo de manifestações que atingiriam todo o Brasil e que foram protagonizadas pelo Movimento Estudantil. Esse foi o responsável por abrir espaço para os outros movimentos que surgiam e/ou ressurgiam, permanecendo até 1978 como protagonista, até a ascensão do movimento operário.

O grande marco nessa época foi o ano de 1977.- a mobilização de São Paulo, que abre um ciclo de grandes mobilizações, até o início dos anos 80. Quando o Movimento operário surgiu mais intensamente, esse protagonismo do Movimento Estudantil foi refluindo. Havia um filme que rolava pelos DCE's do Brasil inteiro entre 1977 e 1978 que chamava "o apito da panela de pressão", retratando essas primeiras mobilizações de 77 e 78. A gente dizia o seguinte que o ME era isso, o apito da panela de pressão. (...) De 1977 a 1979, todavia, especialmente nos dois primeiros anos, o ME foi o Xodó da galera. Com as greves do ABC isso foi se tornando cada vez menos expressivo e, na década de 1980, o movimento foi perdendo muito dessa visibilidade. Não é que perdeu combatividade. Muitas lutas ocorreram, o Movimento Estudantil foi fundamental na luta pelas diretas, foi fundamental na luta contra o Collor, em todas estas lutas na sociedade ele esteve presente. Todavia, em dois anos pelo menos, - 1977 e 1978 - ele foi dos movimentos sociais o de maior visibilidade, porque os outros estavam adormecidos ou contidos pela repressão. (...) Falávamos muito a palavra espaço, a expressão espaço político, como quem se sente como os que vão na frente durante a guerra dizendo: "pode vir, pode vir". Só que na hora em que o grosso do exército entra, a infantaria deixa de ter o sentido que teve. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Desta forma, percebe-se que o Movimento Estudantil atuou como protagonista na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, tendo papel fundamental por iniciar um cenário de mobilização social e assim, impulsionando outros movimentos a se unirem na luta. Este papel de protagonista também pode ser percebido através da expressão que o mesmo possuía na imprensa, no caso juizforano, podendo assim ser considerado como o responsável por abrir às portas para a luta democrática e de oposição aos militares. Até 1978, não aparecem nas paginas dos jornais outro movimento articulado e atuante, evidenciando sua importância e destaque em detrimento de outros. O movimento docente aparece nas paginas dos jornais da cidade a partir de 1979 ganhando o cenário e atuando também pelas liberdades democráticas,

contudo, foi o movimento sindical que assumiu a liderança das lutas após a visibilidade que adquiriu a partir das greves de 1978.

Há uma memória compartilhada por vários entrevistados, que indica para o fato de que, ao encaminharem suas ações no período, dentro do Movimento Estudantil, já havia uma idéia de que estavam marcando a história. Os entrevistados compartilham de um pensamento em que se caracterizam como uma geração combativa e responsável por abrir espaço na luta política para os demais sujeitos sociais, reforçando a imagem de que a geração de 1968, salvo todos os seus méritos, não obteve o êxito esperado e foi abafada pela repressão. Contudo, a geração de 1970 contribuiu efetivamente para o retorno das liberdades democráticas no Brasil, tornando-se assim, vitoriosa.

(...) que essa geração de 1977 foi pouco valorizada. Pouco valorizada. A geração de 68 é muito valorizada, com razão, mas a nossa ajudou a dar um *empurrãozão* na ditadura. Esta sensação eu tenho. Desde o começo em São Paulo, a gente deu trabalho pra ditadura. (...) apesar da passeata lá dos cem mil², nós não tivemos um ou dois, nos tivemos vários movimentos com muita gente, depois murchou, deu uma murchada, ali em 1979 – 1980, deu uma murchada, mas ali em 1977 – 1978 foi de lascar o negócio (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, entendo o Movimento Estudantil como um movimento de grande importância no processo de abertura política brasileira, pioneiro na ação organizada contra a Ditadura durante os anos 70, e que permaneceu atuante durante todo o processo de transição democrática.

Na cidade de Juiz de Fora/MG, também se formaram Comitês pela anistia que congregava pessoas de diferentes grupos políticos, unidos pela aprovação da lei pela anistia política. Beatriz Domingues relembra o envolvimento de alguns membros da Igreja Católica, dos vários movimentos sociais e do movimento de mulheres, em especial, que participavam do comitê pela anistia. Contudo, recorda que muitas outras pessoas, independentes de grupos políticos, envolviam-se no comitê por se comoverem com a causa.

Tinha um comitê pela anistia que na Igreja da Glória, tinha até um padre, que era professor lá, o padre Dalton e nesse comitê eu participava com as pessoas das mais diferentes tendências, era uma coisa suprapartidária lá na Igreja da Glória, eu lembro perfeitamente os padres da igreja da Glória que davam suporte, porque tinham pessoas

² A Passeata dos Cem Mil ocorreu no RJ, no ano de 1968.

da sociedade que não estavam envolvidas com tendência nenhuma, nem com movimento nenhum e que estavam ali. Tinham mulheres simpatizantes das mães da Plaza de Maio lá na Argentina, as que tinham perdido os filhos, desaparecidos na ditadura. (Beatriz Domingues).

Apesar de não ser conforme objetivavam, a Lei da Anistia foi vista como uma vitória pela esquerda brasileira, ainda que parcial. Ela representava uma importante conquista democrática, que congregou e unificou a Esquerda em prol de uma mobilização nacional. Assim, grande parte da população viu a lei como uma vitória importante rumo à democracia e compareceu aos aeroportos para receber com grande festa os exilados que retornavam ao país. Era a principal luta travada pela frente democrática, que enfrentou o regime militar nos anos 70 e foi vitoriosa.

Após a anistia o país entrou efetivamente no caminho de construção das liberdades democráticas. Os estudantes ainda em 1979 empenharam-se em reconstruir a UNE. Assim, após a realização do III ENE, em que foi criada a Comissão nacional Pró-UNE, o passo seguinte do movimento estudantil consistiu em organizar um congresso para, efetivamente, reconstruir a entidade nacional representativa dos estudantes. O congresso de Reconstrução foi realizado em maio de 1979, em Salvador; era o XXXI Congresso da entidade.

As dificuldades de chegada na cidade de Salvador foram recorrentes na recordação dos ex-militantes. Ônibus com os pneus furados ao longo da estrada que dava acesso à cidade, marcaram as memórias se apresentando com uma tentativa da ditadura de impedir a realização do congresso ao dificultar o acesso a Salvador. Flávio Cheker atribui ao exército, a iniciativa de provocar danos aos veículos que transportavam os estudantes.

Aquela viagem foi memorável, primeiro porque a gente saiu de JF, foram dois ônibus, e a viagem foi muito tumultuada, me lembro que o exército jogou na estrada aqueles grampos que são usados em manobras de guerra, e o pneu do ônibus furava com frequência, eu tenho inclusive um grampo desse guardado comigo, que eu guardo de lembrança, grampo como se fosse um tripé que de qualquer jeito que ele cai ele caiu com uma ponta pra cima, e aí o ônibus parava varias vezes, eram muitas barreira policiais, e todo um zum zum, uma noticia de bastidor que dava conta que eles invadiriam o congresso. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Cheker guarda consigo, como objeto de memória, um dos grampos usados para furar os pneus dos ônibus que levavam os estudantes para Salvador, tentando conter sua chegada. Era

o símbolo da repressão do regime que tentava impedir que a luta pela reconstrução da UNE fosse vitoriosa. Os grampos na estrada, porém, geravam a preocupação de que poderia haver uma tentativa de invasão por parte dos militares no congresso, o que causava instabilidade entre os estudantes.

José Pimenta lembra que a delegação da cidade era constituída de quarenta e quatro pessoas, representantes dos diferentes cursos, e da intensa disputa, para enviar delegados, entre tendências do ME em Juiz de Fora.

Eu lembro que nós levamos dois ônibus aqui de Juiz de Fora, (...). Então a gente tinha, parece que quarenta e quatro delegados da federal de Juiz de Fora. Aí a gente foi no mesmo ônibus. O Guilhermão, (...), a Raquel que participava de tudo, claro, tava com a gente no DCE, era a nossa secretária de agitação. E o Jorge, o Ignacio³ tava nessa mesma delegação. Bom, tivemos um processo de alta discussão aqui em Juiz de Fora, as assembléias eram enormes, todos os cursos tiveram disputa na eleição de delegado. E a disputa era basicamente esses formadores do PT e um agrupamento que não era, não fazia parte da formação do PT, mas não necessariamente tinha vínculo com o PMDB, vamos dizer assim, que era aquilo na época (...) era a área de influência, vamos dizer, da AP. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, percebemos que, apesar da unidade entre as tendências de Juiz de Fora para reorganizar a UNE, e de viajarem juntos, os membros formadores da delegação juizforana divergiam, debatiam e disputavam a eleição de delegados para o congresso da UNE em Salvador, o que marcava esta relação.

Durante o congresso, um atentado deixou o salão do Centro de Convenções às escuras. Foram lançadas bombas de pó químico e a energia elétrica foi cortada. Flávio Cheker recorda-se dos momentos de tensão vividos durante o atentado e da emoção que os envolvia ao repetir em coro as palavras da mesa diretora, o que simbolizava um momento de intensa unidade entre os estudantes.

O congresso foi realizado onde hoje é o centro de convenções de Salvador, então hoje é tudo urbanizado, mas na época tinha um esqueleto de um prédio era numa praia muito afastada e o congresso foi sendo realizado, entrou noite adentro, e lá pelas tantas, apagaram a luz, então deu aquele black-out como era um lugar afastado, era de madrugada, baixou aquele pânico a gente naquela expectativa de que

³ Refere-se a Ignacio Delgado que foi entrevistado nesta pesquisa e Jorge Pantera.

haveria uma repressão policial, todo mundo achou, então é agora, e como era uma multidão eram milhares de estudantes, a mesa improvisou um coro que foi uma coisa emocionante, ou seja, alguém da mesa falava e um coro composto por uns cinquenta – sessenta estudantes repetiam aquilo em coro e então potencializava a voz e todo mundo ouvia, e ai foi dando então aquele sentimento de unidade, todo mundo se manteve e outro episódio interessante é que jogaram parece que vidro moído e ventava muito e aquilo entrava no olho das pessoas, mas felizmente não houve nada, além disso. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Em 29 de maio de 1979, através de uma votação formal durante o Congresso de Salvador, a UNE foi reconstruída. No congresso, decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da entidade. Foi eleita uma diretoria provisória com o objetivo de organizar a nova votação. Em outubro foram realizadas as eleições por voto direto em todo o país. Ruy César, candidato à presidência da entidade pela coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B, foi vitorioso e se tornou o primeiro presidente da UNE após a sua reconstrução. Na mesma coligação de tendências estava José Pimenta, indicado pela AP como representante do interior de Minas Gerais.

Eu entrei na UNE na primeira diretoria por influência da AP, a AP que propôs duas pessoas em Minas Gerais, um deles foi o Juca, que era da AP de Belo Horizonte e do interior fui eu. Nós fizemos uma assembléia enorme lá, e fizemos na nossa chapa, que era uma chapa composta pela AP, MR-8, PC do B. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, o movimento estudantil juizforano esteve presente, atuando de forma efetiva, no congresso de reconstrução da UNE, unindo-se a estudantes do Brasil inteiro e lutando pela liberdade democrática para ter de volta sua entidade representativa em nível nacional.

Em Juiz de Fora, os estudantes se uniram à campanha das Diretas participando de comícios, realizando passeatas e produzindo materiais gráficos para a distribuição à população. Aconteceu na cidade, um comício na Praça da Estação, com a presença de Tancredo Neves, poucos dias antes da votação no congresso. Nesse evento, o então presidente do DCE da UFJF, Rafael Pimenta, teve discurso reservado a Tancredo, revelando a importância política que a entidade possuía no referido período. O momento do comício coincidiu com uma greve de estudantes pela melhoria do Restaurante Universitário da UFJF, o que oportunizou a realização de críticas à reitoria, através do discurso e da distribuição de panfletos.

Todo o material gráfico do comício, os cartazes, foi tudo rodado na gráfica do DCE (...). No comício das Diretas eu falei pelo DCE, falei logo antes, foi na Praça da Estação. Foi logo antes do Tancredo falar (...). Acho que ele já tava em cima do palanque, tava lotado de políticos, autoridades, deputados federais, deputados estaduais de tudo que é lugar, e o presidente do DCE falou no comício das Diretas. A gente tava em plena greve do bandeirão. Distribuímos muito papel no comício denunciando a postura da reitoria, não exatamente a reitoria, porque ela obedecia a ordens. Era em última análise ao governo federal e do ministério da Educação. A gente tava fazendo campanha pelas Diretas e pelo Tancredo, ao mesmo tempo dando cacetada no governo, pra ajudar e tal; tal era a importância que o DCE tinha em Juiz de Fora, pra você ter uma idéia (...). A gente fazia passeata, a gente descia a pé da Universidade até o centro. Os comícios das Diretas foram muitos, foram crescendo. Esse que teve o Tancredo foi o de fechamento. Três, quatro, cinco dias, não sei dizer, antes da votação, que Juiz de Fora sempre foi uma cidade politicamente importante no Brasil (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Sendo assim, o processo de abertura política desencadeou-se a partir do interior do próprio regime, no início do governo Geisel. Contudo, a ação dos movimentos sociais acelerou tal processo, por força da pressão que exerceram sobre o regime no sentido de sua distensão.

A dinâmica da Esquerda também marcou a cidade. Os grupos que tiveram presença mais expressiva no Movimento Estudantil como nacional e em especial no juizforano eram pertencentes ao bloco *liberdades democráticas*. Desta forma, a influência do MR-8, PC do B, PCB, APML e os grupos trotskistas tiveram presença marcante ao longo da história da esquerda estudantil na década de 1970 e 1980 em Juiz de Fora. Estas apresentavam divergências de orientação conforme e com isto configuraram as principais posturas políticas defendidas por cada grupo e que afetava as ações do ME composto por esta variedade de grupos. Devido à isto, esta análise e apresentação feita neste capítulo torna-se importante por colaborar na compreensão da trajetória do ME na cidade de Juiz de Fora.

Considerações finais

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa maior no qual não é possível apresentá-la em sua totalidade. Contudo, quero ressaltar, apesar de não ter apresentado muitos outros dados e memórias relevantes do Movimento Estudantil em Juiz de Fora devido ao espaço que possuo neste artigo, as considerações finais desta pesquisa.

Através dos estudos percebi, que o Movimento Estudantil desempenhou um papel de destaque na luta pela democracia no Brasil. Apesar da abertura política surgir de dentro do seio do governo militar, a pressão desempenhada pelos movimentos sociais foi peça fundamental para o processo de retorno à democracia. O ME foi o primeiro movimento social a se reorganizar em âmbito nacional e a puxar a luta pela democracia. No período de 1974 até 1977, o Movimento ainda era tímido. Contudo, essa expressão nacional intensificada a partir de 1977, atingiu diretamente os estudantes de Juiz de Fora, que, impulsionados pelas lutas em outros estados, inserem efetivamente o ME juizforano como um sujeito atuante dentro da sociedade civil pelo fim da ditadura e retorno das liberdades democráticas. Este protagonismo dos estudantes também foi percebido através da repercussão que o mesmo possuía na imprensa local, onde verificamos que até 1979, o ME era o único movimento social a ganhar grande destaque nas páginas dos jornais. Não são apresentadas notícias referentes aos demais movimentos que só vão ganhar projeção na imprensa após 1979, em especial o movimento docente, o sindical e, posteriormente, os partidos políticos que se formaram.

No entanto, o Movimento Estudantil não permaneceu como protagonista ao longo de todo o período de transição democrática. Assinalo três momentos específicos. O primeiro, conforme dito acima, no qual o ME inicia de forma ainda tímida sua luta. Um segundo momento, onde o movimento estudantil começa uma luta pelas liberdades democráticas, impulsionando outros movimentos da sociedade a se organizar e unir na luta contra os militares; e um terceiro momento caracterizado por um protagonismo do Movimento Sindical, a partir de 1980, marcado pela força que possuía em níveis de organização e impacto, que após as greves do ABC paulista em 1978 e 1979, assumiram a direção da luta dos movimentos sociais.

A mudança, porém, não ocorreu apenas por conta deste deslocamento de posições nas lutas pelas liberdades democráticas. Com esta pesquisa, pode-se afirmar que houve também uma mudança geracional e uma mudança de contexto político que afetou as lideranças do ME na passagem das décadas de 1970 para 1980. O fim do AI-5, a anistia política, o ressurgimento dos partidos políticos, a reconstrução da UNE, entre outras coisas, modificam o cenário trazendo à tona novos atores e nova conjuntura que leva os estudantes a uma nova postura. A mudança de postura das lideranças estudantis é perceptível no tocante à forma de encaminhamento de suas ações após 1980. Neste período, o ME assumiu uma característica de voltar-se para suas questões específicas, buscando envolver os estudantes que passavam

por um momento de desmobilização. Esta desmobilização caracteriza uma diminuição da participação dos estudantes nas ações propostas pelo ME que muitas vezes ficaram esvaziadas.

A reconstrução da UNE, que até 1979 era pauta central do Movimento Estudantil, ao lado da luta pelas liberdades democráticas, passou a incidir sobre o movimento influenciando sua dinâmica e acirrando a rivalidade entre as tendências internas que até 1979 apesar da diversidade os pontos de intercessão eram mais facilmente identificados. Após esta data, as posições divergentes passaram a ser reafirmadas a cada oportunidade, seja em disputas eleitorais ou manifestações.

A busca por questões que afetavam mais diretamente a vida do estudante conseguiu, de certa forma, envolver o grupo e contar com a participação estudantil em lutas específicas, diferenciando-se das pautas de luta da década de 1970, que, por mais que se abordassem questões específicas a luta evidente era pelas liberdades democráticas. Assim, pode-se dizer que até 1979 a pauta tinha características mais políticas, ao passo que a partir daí, a ênfase recaí sobre demandas mais específicas, que dizem respeito exclusivamente aos interesses dos estudantes. Esse processo se reflete em Juiz de Fora, que repete a tendência verificada no plano nacional.

A dinâmica das esquerdas marcou profundamente as ações desse movimento. Com diferentes ideologias, as tendências internas do Movimento Estudantil, por mais que se unificassem na luta em prol da democracia, divergiam na forma de conduzir a luta e no seu objetivo com a própria democracia. Para muitas correntes, a democracia era um passo necessário para um posterior estabelecimento do socialismo no país, para outras era seu objetivo central.

Sendo assim, pautados nas bases de esquerda, o ME seguiu mantendo constante mobilização e luta. Em Juiz de Fora percebemos a presença de grupos de origens diversas dentre os quais citamos os trotskistas: LIBELU e Estratégia; e outro campo que unificava PC do B e MR-8, em especial. Estes grupos, com exceção da LIBELU que devido à sua pequena expressão quanto ao número de participantes não chegou à direção do DCE, e revezavam na diretoria da entidade representativa dos estudantes. As eleições eram de disputas intensas, contudo, independente do vencedor, nas lutas mais gerais, com limites para esta unidade, todos os grupos se uniam em manifestações, assembleias, entre outras ações.

A mudança no panorama sociopolítico, com o ressurgimento dos partidos políticos, que se configuravam em uma nova forma de agregação dos grupos, sujeitos e movimentos antes envolvidos na luta democrática, também influenciou na atuação do Movimento Estudantil, que passou a expressar, dentro de sua dinâmica interna, os partidos presentes na política fora da universidade. As tendências se aproximaram dos partidos e as disputas eleitorais passam a se configurar sempre identificando cada uma delas com algum partido atuante. Este fato não quer dizer que o Movimento Estudantil tenha se partidariado, mas demonstra que o mesmo não estava alheio à realidade política fora muros da universidade e revelava uma aproximação com os novos partidos atuantes na sociedade.

Em Juiz de Fora, o DCE da UFJF foi dirigido entre 1974 e 1976 por um grupo conhecido genericamente por Marxistas, que nas eleições de 1976 perderam para o grupo da Direita que há muitos anos não chegava à direção da entidade. A gestão do grupo mais à Direita coincide com um momento auge de rearticulação nacional do ME e que se reflete na cidade através dos DAs e CAs que mantinham orientação de Esquerda e que, juntos, iniciam na cidade um movimento que foi capaz de envolver toda a universidade. Como reflexo deste movimento e provando sua própria impopularidade, o grupo de Direita perde credibilidade e a direção do DCE, que volta para as mãos das Esquerdas, agora ramificadas e diversificadas em tendências. Estas tendências conduziram o Movimento Estudantil durante os anos seguintes e, mesmo realizando manifestações de cunho político, abordavam mais enfaticamente a questão do transporte e Restaurante Universitário, sempre recorrentes ao longo dos dez anos estudados. Tais questões eram abordadas anteriormente, mas estavam de certa forma subordinadas à luta maior pelas liberdades democráticas.

Percebe-se também que a cultura foi um importante artefato político. O Movimento Estudantil esteve inteiramente vinculado ao movimento cultural que ganhava proporções significativas no final da década de 1970. A idéia de que promover cultura também era lutar politicamente permeou o ME, que investiu em apresentações culturais das mais variadas formas. Estes momentos, além da ação cultural em si, servia como uma alternativa para realizar discursos políticos, envolvendo os estudantes nas lutas políticas. A cultura também foi utilizada como forma de mobilização em meio a greves estudantis, o que vinculava ainda mais o movimento estudantil ao movimento cultural em Juiz de Fora.

Na política local, o ME também teve grande expressão. Suas lutas nem sempre eram diretamente na universidade. Muitas de suas pautas eram ligadas à prefeitura como a questão

do transporte para o *campus*, o que levava os estudantes a agitar a política local, sempre com grande expressão nos jornais da cidade, envolvendo a população em apoio aos estudantes. Muitos também se envolveram na política eleitoral e se tornaram vereadores com grande expressão em votação na cidade.

Sendo assim, o Movimento Estudantil, sujeito desta pesquisa, no final da década de 1970 e início de 1980, desempenhou um papel importante no processo de luta pela democracia. Agregando lutas específicas dos estudantes sempre ao ideal da luta pela liberdade democrática, os estudantes, através do ME, foram sujeitos de transformação social. Apesar da democracia em si só ter sido concretizada no final da década de 1980 efetivamente no Brasil, todo o processo vivido e aqui narrado foi elemento essencial para a construção da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Maria Paula N.. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007a.
- ARAÚJO, Maria Paula N. Lutas democráticas contra a ditadura. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- BOOBIO, Nobert. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª Ed., Vol. 2, 2007.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil, 1964-1980*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª Ed. São Paulo: editora Ática, 1990.
- LOPES, Rosalba. *Luzes à esquerda: Partidos e organizações marxistas brasileiros e a democracia na década de 1970*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política da FAFICH / UFMG, 2001.
- MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercícios de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora UNESP, 1993.
- SADER, Emir (org.). *Movimentos Sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007

JELIN, Elizabeth: *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Buenos Aires: Siglo Veinteuno de Argentina editores, 1998.

Golpista antes de ensaiar o golpe? Considerações sobre a polêmica da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República

Jefferson José Queler¹

“Lloyd Warner, na primeira parte de seu livro, *The Living and the Dead*, conta-nos a criação de um personagem (...) Biggy Muldoon, um político da Yankee City, que se transformou numa figura nacional em virtude de sua oposição pitoresca à aristocracia de Hill Street, teve uma imagem pública demagógica construída pela imprensa e pelo rádio. Ele era apresentado como um cruzado do povo, atacando a riqueza usurpadora. Mais tarde, quando o público se cansou dessa imagem, Biggy foi condescendentemente transformado pelos *mass media* num vilão, um político corrupto que explorava em seu próprio benefício a miséria pública. Warner assinala que o verdadeiro Biggy diferia consideravelmente de qualquer das duas imagens, mas que era forçado a modificar o seu estilo de ação a fim de amoldar-se a uma das imagens e combater a outra.”²

Nesta comunicação, gostaria de examinar aspectos da conjuntura que precedeu a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, com o intuito de aprofundar a hipótese de que tal ato se relacionava a uma tentativa de golpe de Estado. Para tanto, partirei das acusações de inimigos e adversários dele que apontavam a existência de uma conspiração golpista desde o início do mandato. Longe de descartar esses posicionamentos como simplesmente fantasiosos, indicarei como eles, ao atacarem o presidente como sendo um perigo à ordem constitucional, constrangiam-no a sair das vias institucionais. Em seguida, acrescentarei evidências à interpretação de que havia uma trama para fechar o Congresso entre o presidente e setores do governo, sugerindo que ela se formou poucos meses antes da renúncia.

1- Fechando as vias de negociação

¹ Pós-doutorando em História pela Unicamp. Contato: jeffqueler@hotmail.com

² GREELEY, Andrew. “Myths, Symbols and Rituals in the Modern World”, *The Critic*, vol. XX, nº 3 (dezembro de 1961, Janeiro de 1962), p. 19. apud: ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002, p. 159-160.

Jânio Quadros foi eleito presidente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), em 1960, com o apoio de outras legendas, em especial com o da União Democrática Nacional (UDN)³. Durante a campanha, fez severas críticas ao modo como o governo Kubitschek conduzia o país, em meio a escândalos de corrupção e de um intenso surto inflacionário. Reconhecia que o desenvolvimento era importante, desde que servisse à população em geral, e por isso propunha colocar o homem no centro de suas preocupações caso fosse eleito. Essa posição o punha afinado com as propostas da democracia cristã e seus propósitos de “humanizar o capitalismo”, com a elevação do padrão de vida dos trabalhadores e a tentativa de impedir o surgimento de conflitos sociais. Com essa orientação, conquistou apoio entre os mais diversos segmentos da sociedade: empresários, camadas médias e trabalhadores⁴. União que se mostraria precária ao longo de seu mandato presidencial.

Logo que assumiu o cargo, procurou implementar uma política econômica conservadora para a contenção da inflação⁵. Isso se traduziu em medidas destinadas a restringir o crédito e os gastos públicos, bem como a corrigir o desequilíbrio orçamentário e o déficit no balanço de pagamentos. Por outro lado, centrou-se em implantar uma política externa progressista (a chamada Política Externa Independente ou PEI). Por meio dela, defendia a aproximação comercial do Brasil com países do bloco comunista e do Terceiro Mundo, com o propósito de acumular recursos para o país. Um dos destaques dessa orientação era a defesa do princípio de autodeterminação dos povos. Ademais, abriu uma série de sindicâncias em órgãos públicos para apurar a existência de irregularidades. Tal combinação de políticas públicas, porém, não foi capaz de manter unidos os grupos sociais que o apoiaram na campanha eleitoral, pois cada qual vinha cobrar seu quinhão no governo, muitas vezes com interesses divergentes uns dos outros. O não atendimento de suas demandas, não raro, implicava na acusação de que Jânio pretendia se tornar um ditador.

Ele próprio, no início de sua gestão, tinha consciência de que poderia sofrer esse tipo de ataque. Em seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1961, por exemplo, disse:

“Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da Nação e obstando o caminho aos mais capazes. (...) O grau de dissolução a que chegamos derivou, em parte, da crise de autoridade e

³ A análise que se segue foi desenvolvida em minha tese de doutorado, financiada pela FAPESP e orientada pela Profa. Dra. Vavy Pacheco Borges: QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Campinas: Unicamp/ IFCH, 2008.

⁴ *Ibid.*, p. 66-84.

⁵ *Ibid.*, p. 252-298. (grifos meus)

de austeridade do Poder (...) O meu governo, entretanto, representa um paradeiro a isso (...) Nos países cujas instituições foram derrubadas em consequência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artífice no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar de distribuição da terra, a sua estatização (...) Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as.”⁶

Com isso, deixava implícito que a PEI não tinha nada a ver com simpatia pelo comunismo, e que empreenderia uma centralização de poderes dentro do âmbito constitucional; provavelmente em antecipação a acusações de que estaria planejando governar de forma ditatorial. E elas não tardaram.

As caracterizações de Jânio como ditador em potencial, penso, podem ser entendidas como estratégias para a construção do inimigo político⁷. Murray Edelman apresenta distinção interessante entre adversário e inimigo. Ao passo que o primeiro é admitido no jogo político, o segundo é delineado para ser eliminado dele. Por isso, a figura do inimigo é construída como intrinsecamente má, o que justifica sua extirpação. Segundo o autor, trata-se de um artifício lingüístico. De modo que, ao invés de tomar a rotulação da pessoa assim definida como o real pronto e acabado, seria necessário observarmos a situação social e a auto-caracterização do observador que o faz.

Veja-se, por exemplo, o aparte do deputado petebista Ari Pitombo ao discurso do deputado Almino Affonso, em ocasião em que este condenava a menção ao vice-presidente João Goulart nas sindicâncias:

“ex-companheiro nosso Clemente Medrado acusado pela Comissão de Inquérito do IBGE, faleceu (...) vítima de traumatismo moral. *No entanto, seu filho encontrou o documento, em nome da Comissão, devolveu os 500 mil cruzeiros ao IBGE.* Estamos sentindo, portanto, que o Sr. Jânio Quadros através das comissões de inquérito está procurando atingir o Congresso Nacional pra desmoralizá-lo perante a opinião pública brasileira, pois o seu tipo ditatorial não lhe permite outra coisa.”⁸

⁶ Citado em VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965, p. 82-83.

⁷ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 68.

⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 22. 05. 61, p. 452 (grifos meus).

O deputado não questiona a existência da irregularidade; ao contrário, confirma-a ao indicar a reparação dela pelo filho do envolvido: sinal de que as sindicâncias, em algum grau, estavam cumprindo o papel para o qual tinham sido criadas. Nota-se, pois, que o tratamento de Jânio como “tipo ditatorial” parte de alguém que defendia interesses corporativos no Congresso, de colegas envolvidos em esquemas de corrupção. Porém, nenhum indício de golpe é apresentado.

O caso do jornalista Pompeu de Sousa, que escrevia paródias dos bilhetinhos de Jânio no jornal *Diário Carioca*, também é interessante. Em artigo publicado no periódico, em 15 de março de 1961, ele posicionou-se contra a política econômica do governo, alegando que ela encarecia os gêneros de primeira necessidade e voltava-se contra o desenvolvimento da “indústria nacional”⁹. Alinhado aos interesses desta última, ele se manifestou contra a reforma cambial anunciada por Jânio no mês seguinte, em ocasião em que este recorreu à televisão para explicar à população o caráter das medidas a serem adotadas. Em coluna de 5 de abril de 1961, fez os seguintes comentários sobre o pronunciamento do presidente:

"Quase duas horas de gritos e surdinas alternados, de gestos, ademanes, arrancos e sobretudo pausas imensas, de imensos e angustiosos vazios (...) nesse bilhete apressadíssimo, queremos apenas destacar um aspecto marginal de seu discurso (...) Este: o de que não se estava assistindo, na tela da televisão, um discurso seu, isto é, um discurso de um brasileiro, de um brasileiro eleito por brasileiros para governar o Brasil. O que se via e ouvia era um pesadelo: era Adolf Hitler renascido nas telas dos jornais cinematográficos (...) Claro que, olhando bem, era mais uma caricatura de Hitler, mais um Chaplin no papel de Hitler do que outra coisa"¹⁰

Novamente, interesses de um grupo social que se vê prejudicado pelas políticas do governo, no caso o empresariado nacional, subjazem na configuração da imagem de Jânio como um possível ditador, através de sua equiparação a Hitler. A paródia chaplinesca deste último, ademais, é mobilizada pelo jornalista para caracterizá-lo como uma ameaça ainda maior ao regime em razão do suposto descontrole dele, verdadeiro comportamento de um bufão: versão que encontrará ampla aceitação após a renúncia de Jânio meses depois. De qualquer modo, nem sinal de trama conspirativa.

⁹ Tais artigos foram reunidos no seguinte livro: SOUSA, Pompeu. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Cegraf, 1987. A citação acima encontra-se na página 67.

¹⁰ *Ibid.*, p. 99-100.

Os grupos ligados ao capital estrangeiro, por sua vez, tampouco estavam satisfeitos com algumas das políticas adotadas pelo governo, especialmente no que diz respeito à PEI. Principalmente por meio de jornais como *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, conduziram acirrada campanha contra a aplicação de tal projeto. Exemplo significativo desse movimento pode ser verificado em editorial publicado em *O Estado de São Paulo* com o título de “Guinada para a esquerda”, em 19 de maio de 1961, no qual o tradicional periódico paulista critica a PEI de modo geral e mais especificamente o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos Melo Franco, por tê-la defendido em público dois dias antes. Esse texto é tanto mais importante por ter circulado amplamente em vários órgãos de imprensa, tendo sido reproduzido em vários deles. Eis um trecho:

“O Sr. Jânio Quadros foi sempre um adversário irreduzível do princípio que vê na constituição orgânica dos partidos a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. O seu personalismo hipertrofiado demonstrou, em todos os instantes, a sua visceral incompatibilidade com a divisão de poderes, assim como com a disciplina e as limitações que essa divisão impõe a todos quantos constituem, em seu conjunto, o Estado. E uma vez chegado à Presidência da República, não sossegou enquanto não transpôs para o terreno da política exterior a sua ojeriza a tudo que é sistemático e orgânico. Daí o investir contra todos os tratados e obrigações contraídas pelo Brasil no curso da sua história contemporânea. E assim, por temperamento e vocação, S. Excelência tinha forçosamente de ser levado a demonstrar irrefreável aversão por homens como o primeiro-ministro inglês, sr. Macmillan, o chefe de governo da Alemanha Ocidental, sr. Adenauer, o presidente da grande República do Norte, sr. Kennedy, ou, ainda, o representante dos EUA na ONU, sr. Stevenson, e a entrar irresistivelmente na órbita em que gravitam o ditador Tito da Iugoslávia, o homem forte do Egito e Fidel Castro, de Cuba. *Era uma fatalidade a que o arrastavam as suas tendências caudilhescas*. E é, no fim de contas, o que deixou claramente demonstrado anteontem, na Câmara dos Deputados, o seu preposto no Itamarati, sr. Afonso Arinos de Melo Franco.”¹¹

Como se vê, não apenas a política exterior do governo é descaracterizada como projeto, como também a própria personalidade de Jânio é representada como responsável por esvaziar as instituições democráticas do país. Desse modo, as “tendências caudilhescas” do presidente são delineadas por grupos vinculados ao capital estrangeiro. Seria duvidoso afirmar que o golpe de Estado era uma “fatalidade”, como deixa entrever o texto, mas, quando

¹¹ Citado em VICTOR, Mário. op. cit., p. 248.

se coteja essa afirmação com outros documentos referentes aos últimos meses de Jânio no cargo, pode-se sugerir, como veremos, que articulações para o fechamento do Congresso estavam em curso.

Meu objetivo, evidentemente, não é desqualificar essas fontes, tratando-os como simples produtoras de mitos por serem despidas de evidências sobre a articulação golpista que denunciavam. Pelo contrário, afirmo que seu valor depende do modo pelo qual são interrogadas. Isto é, penso que elas assumem outro valor quando as mensagens que veiculam subliminarmente são investigadas. Ao tratarem Jânio como um ditador em potencial, respaldadas por interesses de grupos sociais que se sentiam lesados pelas orientações do governo, enviavam-lhe, sem o querer, a seguinte mensagem: a melhor maneira de ele prosseguir com seus projetos, sem ceder de um lado nem de outro, encontrava-se na derrubada das instituições democráticas, em sua transformação num ditador. Dessa forma, tais posições, ao se recusarem a negociar e a retirar o presidente do âmbito da política, acabavam por criar constrangimentos para que ele optasse pela via extrainstitucional. Evidentemente, na condição de chefe de Estado, Jânio possuía margem de manobra mais ampla do que aquela de pessoas situadas mais abaixo na hierarquia social, ou seja, suas escolhas contavam com um grau maior de liberdade. Se optou por seguir tal caminho, como suponho ser o caso, isso se deve não apenas à pressão de grupos sociais, mas também a suas preferências enquanto indivíduo.

2-Vestindo a máscara de ditador?

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que pistas de que Jânio articulava um golpe, provindas de fontes ligadas a seu governo, referem-se a, no máximo, três meses antes da renúncia. Carlos Castello Branco, Secretário de Imprensa da Presidência no governo de Jânio, conta-nos em seu relato sobre aquele período, tecido logo após a saída deste último do cargo, que o próprio secretário particular do presidente, José Aparecido de Oliveira, começara a suspeitar da organização de uma trama golpista a certa altura¹². No começo de junho, estudantes da Universidade de Recife, após ocuparem a Faculdade de Direito e a sede da

¹² BRANCO, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. Revan: 1996, p. 77.

Universidade Rural, foram duramente reprimidos pelo governo, que recorreu ao auxílio dos militares para tanto. Segundo Carlos Castello Branco:

“Parecia-lhe haver contradição e incoerência entre o presidente que lhe permitia abrir contatos com as esquerdas, ajudar o Congresso da União Nacional dos Estudantes e admitir seu avanço na direção do PTB e dos grupos de deputados que fugiam às ortodoxias partidárias do centro – e a repressão espetacular de um movimento de estudantes, estimulado embora por entidades sindicais que se articulavam à retaguarda. O claro que havia aparentemente entre uma atitude e outra, Aparecido preenchia-o com a suspeita, que de resto brotou naqueles dias na cabeça de muita gente.”¹³

Naquela ocasião, o governo servira-se de seu aparato militar para desarticular um movimento grevista que, pouco antes, recebera as visitas de personalidades como Célia Guevara, filha de Che Guevara, e Francisco Julião, destacada liderança das Ligas Camponesas, o que alimentou as suspeitas ou os ataques de grupos mais conservadores sobre as filiações comunistas da mobilização. E é exatamente isso que o secretário particular da Presidência teria vislumbrado como contradição nos atos de um presidente que estimulava a abertura de contatos com os setores mais à esquerda no cenário político. Em outras palavras, a desconfiança de José Aparecido parece ter tomado forma a partir da suposição de que o presidente teria prestigiado as Forças Armadas com o combate a um movimento supostamente comunista, com o objetivo de conseguir seu apoio para futuras ações extraconstitucionais.

E há elementos para reforçar esta hipótese, dado que outras ações similares junto às Forças Armadas foram tomadas pelo governo. No depoimento de Carlos Lacerda, produzido em meados da década de 1970, em menção a uma de suas conversas com o general Cordeiro de Farias, há a alusão deste último acerca de um plano do governo brasileiro para invadir as Guianas com o fito de combater uma suposta infiltração comunista¹⁴. Na fala de Lacerda, aparece a hipótese de que Jânio procurava envolver os militares em manobras golpistas com tal atitude. É claro que se deve levar em conta que esta suposição é, em larga medida, feita com o intuito de conferir credibilidade a suas denúncias acerca da articulação de um golpe no seio do governo, às vésperas da renúncia.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 259.

Porém, é digno de nota que a proposta de invasão das Guianas existiu, conforme atesta memorando secreto do Gabinete da Presidência, encontrado entre a documentação pessoal do então Subchefe da Marinha Floriano Peixoto Faria Lima e enviado ao Ministério da Justiça e a todas as pastas militares com o carimbo de urgência. Assinado por Jânio e datado de 31 de julho de 1961, contém as seguintes orientações:

“1) Desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para o problema das três Guianas, submetidas a intenso trabalho autonomista ou de emancipação nacional, com a presença de fortes correntes de esquerda, algumas, reconhecidamente comunistas;

2) Cumpra traçar, com urgência, planos em relação às mesmas, e executá-los.

Haverá, ainda, a possibilidade da nossa penetração nesses três Estados e, eventualmente, a da integração respectiva, no todo ou em parte, a nosso País?

3) Determino a Vossas Excelências, no prazo de trinta (30) dias, virem a meu Gabinete, com as sugestões julgadas convenientes.”¹⁵ (grifos do autor)

Ademais, em 23 de agosto, dois dias antes de renunciar, outro memorando sigiloso assinado por Jânio foi enviado a todas as pastas militares, em tom alarmista, a propósito do que seria a iminência da instalação de comunistas no âmbito da administração das Guianas:

“1) Com as recentes eleições da Guiana Britânica instalar-se-á, sem dúvida, ao norte do Brasil, um país de estrutura soviética (...) 2) Solicito de Vossas Excelências, nas respectivas Pastas e no Conselho de Segurança, a máxima vigilância à infiltração no que respeita à infiltração comunista nas Fôrças Armadas e nos setores fatais da economia e do trabalho da Nação”¹⁶

Dessa forma, há elementos que indicam o propósito do presidente em convencer os militares de suas intenções em combater o comunismo. Algo que reforça a hipótese de que pretendia obter o apoio deles para o fortalecimento de seus poderes na Presidência.

Mesmo alguém que contraria essa interpretação em suas memórias, como o ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco, fornece subsídios para tal hipótese, quando cotejamos seu depoimento com os referidos memorandos. Ele conta que, em fins de julho, foi chamado às pressas por Jânio durante a visita do presidente do Peru, Manuel Prado, em ocasião em que o presidente:

¹⁵ Arquivo pessoal Faria Lima – CPDOC-FGV, FL sm 1961. 07. 31, doc. 1.

¹⁶ Arquivo pessoal Faria Lima – CPDOC-FGV, FL sm 1961. 07. 31, doc. 3.

“começou a criticar o Congresso brasileiro, mostrando-lhe as falhas que todo mundo reconhece, a mediocridade da representação, a disputa de vantagens, a dificuldade de se organizar trabalho produtivo. (...) Então o Presidente aludiu a uma luz vermelha que, segundo me contou, se conservava acesa à noite, sôbre o Palácio do Parlamento, em Londres. Cada cidadão inglês, dizia o Presidente, pegaria em armas para evitar que aquela luz simbólica se apagasse; era a luz da liberdade do povo; o sinal de sua participação no govêrno do Estado. De chôfre, perguntou-me: ‘Ministro, V. Ex.^a. pegaria em armas para defender êste Congresso que aí está?’ (...)”

‘Senhor Presidente (...) durante a longa ditadura, que coincidiu com grande parte da minha mocidade, eu defendi o Parlamento, não êste ou aquêle, mas o Parlamento como instituição (...)’

Começamos a falar sobre outros assuntos, até que começaram a chegar os convidados.”¹⁷

É digno de nota também a menção de Afonso Arinos de que contou o teor dessa conversa para os deputados Pedro Aleixo, Ernani Sátiro e Herbert Levy¹⁸. Assim, mesmo que estes tenham guardado consigo as confidências, é provável que tais informações tenham contribuído para conferir maior credibilidade, no interior do Congresso, às constantes alusões de que Jânio estaria tramando um golpe.

A versão que mais desperta controvérsias sobre as pretensões do presidente, naquelas circunstâncias, talvez seja a de Carlos Lacerda. Após visita deste ao primeiro em meados de agosto, o então governador da Guanabara afirmou ter sido convidado para participar de um golpe de Estado, expondo seu relato pela televisão no dia 24 de agosto¹⁹. Disse que o Ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, pediu-lhe apoio para “uma reforma institucional” no Congresso, o que seria uma espécie de eufemismo para fechá-lo. Diante disso, é muito curioso como Lacerda justifica sua não adesão à conspiração:

“Observei-lhe, então, que, se em qualquer caso isto era impossível, muito mais impossível seria no momento em que o Presidente da República parecia acenar para os lados da Rússia; pois ninguém de bom senso e patriotismo neste país daria um cheque em branco a nenhum governante (...) no momento em que êle parecia levar o Brasil para campos em que o Brasil não quer entrar.”²⁰

¹⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 162.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Transcrição de seu discurso pode ser encontrada em: LACERDA, Carlos. “*A crise de agosto*”. In: LACERDA, Carlos. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

²⁰ *Ibid.*

Ele não justifica sua suposta atitude através de um argumento legalista, tal como fez Afonso Arinos. Isso não parece casual, dado que, em outras circunstâncias (governos de Vargas e Kubitschek), manifestou apoio à supressão da ordem constitucional e ao estabelecimento de um “Estado de exceção”, temeroso em relação ao aumento da participação popular no cenário político. Ele simplesmente declara não ter se engajado no ato em razão de algumas orientações políticas do governo, explicitamente a PEI. Não queria dar um “cheque em branco” a uma administração que conduzia tal projeto. A meu ver, tal versão parece verossímil, bastando lembrar da acirrada oposição de Lacerda à implementação da PEI, o que ficou particularmente patente após o episódio em que Jânio condecorou Che Guevara, fato apontado pelo primeiro como mostra de simpatia do presidente pelo comunismo. Lacerda conta ainda que o Ministro da Justiça lhe pedira para convencer o Brigadeiro Grüm Moss a embarcar nos planos, único ministro das Forças Armadas que faltaria ser convencido²¹. A não adesão dos militares, como veremos, parece ter sido uma das principais razões para a não concretização da provável tentativa de rompimento da ordem institucional.

Ao que tudo indica, com a renúncia, Jânio procurou precipitar a adesão das Forças Armadas para a concretização de seus planos. É muito conhecida a interpretação de que ele esperava que isso acontecesse em função de que os militares não aceitariam a ascensão de Goulart como presidente, tido como demasiadamente inclinado à esquerda. Ainda mais quando ele se encontrava em viagem na China comunista. O fato é que nem os militares apoiaram tais intentos, nem manifestações populares recolocaram-no no poder, como ele esperava. É o que fica sugerido em trecho do relato de Carlos Castello Branco, ao tratar de atitude de Jânio logo após a renúncia:

“Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil, no momento, precisa de três coisas. E, enumerando com os dedos, no gesto que a televisão tornara tão conhecido: - Autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos. Pode ser que o processo demore mais do que o previsível, um ano até, dois. Mas é inevitável. Depois de uma pausa: - Se tal não ocorrer, a renúncia se completa em si mesma. Pelo menos legarei o gesto. Num país em que ninguém renuncia, eu renunciei a quatro anos e meio de Presidência da República”²²

²¹ *Ibid.*, p. 251.

²² BRANCO, Carlos Castello. op. cit., p. 28-29.

Conclusão:

O que se perde de vista, frequentemente, é que Jânio foi eleito com a apresentação de propostas e projetos políticos e, uma vez na Presidência, procurou levá-los a cabo promovendo uma tentativa de aplacar ou até mesmo conter os conflitos sociais em voga no país, bem ao modo das proposições da democracia cristã. Depois de procurar implementar e defender publicamente suas políticas, e tendo a resposta de que seu projeto de política externa era inegociável para determinados grupos sociais, parece ter se convencido de que a única forma de dar continuidade a suas diretrizes era por meio de um arranjo extrainstitucional, bem ao modo das acusações constantes de seus inimigos que o acusavam de ditador em potencial ou de planejar um golpe. Ao que tudo indica, esta saída tomou forma nos últimos meses de governo, pelo menos até onde pude apurar. Afinal, simplesmente adotar a imagem de ditador que é projetada sobre Jânio antes de sua renúncia, como se ele articulasse um golpe de Estado desde que ingressou na vereança de São Paulo, além de incorrer numa interpretação teleológica, equivale a presumir que não havia nem propostas nem possibilidades de negociação no âmbito do regime democrático.

O trabalho de Argelina Cheibub Figueiredo é, nesse sentido, muito rico para a problematização da ideia de que os episódios e acontecimentos, na conjuntura anterior ao golpe civil-militar em 1964, prenunciavam, de forma inevitável, a implantação de um Estado autoritário no país²³. Tal perspectiva, segundo ela, nega a existência de cursos alternativos para a história, bem como a possibilidade da ocorrência de compromissos políticos por meio de alianças e coalizões. Num de seus exemplos, a autora menciona a própria tentativa de golpe dos ministros militares de Jânio, ensaiada após a renúncia deste último, quando, ao descumprirem a Constituição, preferiram empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em detrimento do vice-presidente João Goulart. Neste caso, a solução parlamentarista, forjada num embate de forças políticas heterogêneas, serviu para baldar a tentativa de rompimento da ordem institucional, da mesma forma que colocou obstáculos para o programa reformista de Goulart na presidência²⁴.

²³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 27.

²⁴ *Ibid.*, p. 51.

Acho fundamental essa perspectiva e procuro, mediante as conclusões apresentadas n, estender o alcance de suas proposições Nesse sentido, como tentamos demonstrar, Jânio procurou por diversas vezes negociar a concretização de seus projetos políticos apresentando-os como a melhor forma de conciliar os interesses das coalizões de grupos sociais em confronto no país e, provavelmente, partiu para uma saída autoritária quando se deu conta de que não poderia implementá-los de forma conjunta sem a oposição acirrada de ambas as partes desses blocos, o que significaria a diminuição considerável de sua margem de manobra. Em outras palavras, essa saída deve muito a uma escolha pessoal dele próprio, que, na condição de presidente, tinha possibilidades de escolha e campo de ação mais amplos do aquelas de indivíduos comuns.

Reflexos de uma disputa nacional: a repercussão da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida nos periódicos de Juiz de Fora.

José Leandro Peters¹

Introdução

12 de outubro de 1995, o pastor Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, agrediu por meio de chutes e palavras a imagem da padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em rede nacional. Embora o atentado tenha sido feito na madrugada, ganhou ampla repercussão na imprensa brasileira. A Rede Globo de Televisão que vinha até então disputando audiência com a Rede Record que recentemente havia sido adquirida pelo pastor Edir Macedo, reprisou o atentado no Jornal Nacional, o que levou a maior parcela da população a tomar consciência do fato. Nos dias que se seguiram à agressão o país se viu envolto por manifestações contrárias à Igreja Universal e por manifestações dos próprios representantes das duas instituições religiosas envolvidas tentando contornar o ocorrido. Cogitou-se até a possibilidade de uma guerra santa no Brasil naquele momento.

Na cidade de Juiz de Fora não foi diferente, surgiram nos jornais cartas da população, em sua maioria, para não dizer na totalidade, criticando a ação do pastor da Igreja Universal e algumas em tom de panfletos convocando a população brasileira a lutar nessa guerra religiosa.

O Contexto no cenário nacional

1995;

“Esse ano, um fato inédito, como uma bomba, viria a estilhaçar essa piedosa imagem, e os ecos do escândalo por ele suscitados se estenderiam por meses a fio, surpreendendo a opinião pública e obrigando os especialistas a repensar a configuração do campo religioso brasileiro às vésperas do terceiro milênio”²

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

²NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Vol. 04. P.65

No dia 12 de outubro, enquanto os católicos festejavam de formas diversas o dia da padroeira do Brasil em um dos corações do catolicismo brasileiro, a cidade de Aparecida do Norte no interior do estado de São Paulo, ocorreu um episódio protagonizado pelo pastor Sérgio Von Helder da Igreja Universal do Reino de Deus que ficou conhecido como “chute na santa”, e ofendeu a maioria dos brasileiros, não só os católicos.

Em cadeia nacional da TV aberta do Brasil, por meio da Rede Record de Televisão, o pastor da Igreja Universal agrediu a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida por meio de chutes e palavras, visando externar o seu horror aos descaminhos idólatras da fé católica em sua “adoração a uma imagem de barro”³ e afirmando que o poder do sagrado se encontrava em outra parte.

Esse fato foi reprisado em diversos momentos, inclusive em horário nobre, pela Rede Globo de Televisão;

“Reportagens sobre os métodos de recrutamento dos pastores e da clientela da Igreja Universal seriam a seguir exibidas pela Globo, além de uma série de vídeos exibidas por um ex-pastor dissidente da Igreja, Carlos Magno de Miranda, em que se divulgavam cenas da intimidade do bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal, em situações domésticas e em momentos de lazer, em meio às quais frases inescrupulosos sobre como ‘arrancar dinheiro’ dos fiéis, ditas em tom jocoso, eram claramente audíveis.”⁴

Na verdade o ataque à imagem trouxe para a mídia somente um dos episódios de uma verdadeira “guerra de imagens” entre a Rede Globo e a Rede Record. Outra batalha desta “guerra” havia sido travada meses antes, em meados de 1995, quando uma polêmica minissérie da TV Globo retratou um pastor evangélico “cujo fervor messiânico ao pregar a salvação espiritual só se equiparava à ganância apaixonada com que se dedicava às conquistas dos bens deste mundo”⁵

Existiu ainda uma série de questionamentos a respeito da compra por parte de Igreja Universal da Rede Record de Televisão, ocorrida quatro anos antes do atentado, mas que frente ao ocorrido em 1995, ganhou um novo fôlego na mídia;

“as alegações envolviam desde conluios escusos com o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello e o tesoureiro de sua campanha eleitoral,

³Palavras proferidas pelo bispo no momento da agressão à imagem católica. IN: NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Vol. 04. P.65.

⁴*Ibidem*. P. 66.

⁵*Ibidem*. P. 67

Paulo César Farias, até ligações com o narcotráfico colombiano, que teria financiado parte da dívida do bispo Edir Macedo. Mais tarde, o envolvimento com políticos malufistas também viria à tona, ao lado de negociações de favores com o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta. A tudo isso se seguiu um inquérito da Polícia Federal”.

O ataque à imagem por parte do pastor da Igreja Universal gerou uma série de manifestações ao longo do país, principalmente na região sudeste e recebeu atenção tanto por parte da Igreja Católica, quanto por parte da Igreja Universal. Porém, a série de ataques à Igreja Universal promovidas pela imprensa levou a uma organização dos fiéis em passeatas por toda parte do país, contrariando as críticas sofridas, sendo que as passeatas do Rio de Janeiro e São Paulo chegaram a reunir cerca de um milhão de pessoas. Todo esse fervor levou a população a acreditar que estariam vivenciando uma “guerra santa” no Brasil.

As repercussões do ataque na cidade de Juiz de Fora

Esse trabalho foi escrito com base em artigos de um dos periódicos de maior circulação na cidade de Juiz de Fora, o *Jornal Tribuna de Minas*. Nele busquei levantar não só as reportagens que falavam sobre o ataque a imagem, mas principalmente as cartas dos leitores, que me permitiram ver como o fato foi interpretado por uma parcela da população juizforana. Neste artigo priorizei por analisar como o fato foi abordado e lembrado no jornal durante o mês que se seguiu ao ataque (de 12 de outubro de 1995 a 12 de novembro de 1995).

No ano de 1995, o dia de comemoração da padroeira brasileira coincidiu com uma quinta-feira, promovendo um feriado prolongado. Tendo em vista essa peculiaridade as reportagens dos jornais da cidade colocam em evidência o movimento nas estradas da região, bem como no terminal rodoviário da cidade. As menções ao feriado são feitas lembrando o dia das crianças e não o dia de comemoração da padroeira do país, destacando como foi o movimento no comércio que antecedeu ao feriado, bem como as ações sociais voltadas para as crianças na cidade. As referências à padroeira no dia 12 ficam por conta de uma carta do leitor, exaltando a importância da imagem no cenário nacional.⁶

⁶*Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 12 de outubro de 1995.

No dia 13 a manchete da capa do jornal Tribuna de Minas é: “Bispos atacam seita evangélica em Aparecida”, e mais uma vez a questão da festa da padroeira brasileira divide espaço com as questões referentes ao dia da criança, que visam relembrar ações de solidariedade, bem como a questão da adolescência no país. Na reportagem que aborda o ataque dos católicos aos evangélicos é mencionado parte do sermão de D. Aloísio Lorscheider quando disse a 128 mil fiéis que o bispo Edir Macedo estava transformando a seita evangélica num “supermercado da fé”⁷.

Em uma entrevista o arcebispo emérito de Aparecida do Norte, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, expõe que “a proliferação de seitas no Brasil hoje é culpa, em parte, dos próprios católicos, que não foram persuasivos em suas vidas e virtudes. Porém ele acredita que esse quadro tende a mudar com o fim de muitas dessas religiões e até mesmo com a volta de muitos fiéis para a igreja católica”.⁸ Aqui percebo que o ataque à imagem de Aparecida não é um fato isolado é resultado de uma disputa mais extensa, que envolve ataques de ambos os lados e disputa por poder no mercado do sagrado.

No dia 14 quase meia página do jornal é dedicada a uma crônica que apresenta o apice da disputa entre catolicismo e Igreja Universal, destacando os ataques de ambos os lados no dia 12 de outubro como possíveis desencadeadores de uma “guerra santa” dentro do país. Destaca que a Igreja Católica buscou atacar os evangélicos devido à constante evasão de fiéis que vem sofrendo. Nessa crônica a ação do bispo Von Helder é descrita como um abuso em meio a esta disputa religiosa, pois fere um símbolo não só católico, mas “*um símbolo que os brasileiros, mesmo os não católicos, já incutiram em sua cultura. Ser contra é um direito do Pastor, mas cometer esse ato de vandalismo contraria até mesmo os pensamentos de sua Igreja que abomina a violência*”⁹ Nesta mesma edição do jornal aparece uma carta de um leitor que relembra toda a narrativa mítica do encontro da imagem no Rio Paraíba e de seus sucessivos milagres, a apontando como a Santa Mãe negra dos escravos e oprimidos.

Nos jornais referentes aos dias 15 e 16 de outubro já aparecem reportagens a respeito do atentado à imagem na cidade de Aparecida, destacando que o dia anterior foi tenso no centro sagrado brasileiro, mas sem protestos. Na coluna opinião do jornal aparece a seguinte charge que resume toda a disputa entre as duas seitas religiosas:

⁷Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 13 de outubro de 1995, p. 7

⁸Ibidem.

⁹Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 14 de outubro de 1995, p. 02.



Figura 1: Charge do Jornal Tribuna de Minas, 15 e 16 de outubro de 1995.

A imagem mostra Cristo sendo disputado de um lado pela Igreja Católica e de outro pela Igreja Universal e no meio dos dois um microfone resume o envolvimento dos meios de telecomunicação no assunto, de um lado a Rede Record e de outro a Rede Globo. Na página nove do mesmo jornal ganha destaque a repercussão do atentado dentro da cidade de Aparecida, relatando que as rádios locais evitaram tratar do assunto com receio de que isto viesse a induzir possíveis ações dos fiéis contra os evangélicos.

A matéria destaca ainda que enquanto a assessoria oficial da Igreja Católica se pautou por se calar sobre o assunto, os evangélicos voltaram ao ataque e um pastor, Ronaldo Didini, em cadeia nacional, no programa “25ª Hora”, apoiou as ações de Von Helder, a exemplo do que já havia feito o bispo Carlos Alberto Rodrigues, coordenador político segundo na hierarquia da Igreja Universal. *“Se estivesse no lugar dele teria feito da mesmíssima maneira. Talvez tivesse quebrado a imagem”* ¹⁰ disse Didini. Nessa reportagem é colocado ainda o pedido de cassação da concessão da TV Record, pelas agressões à Santa, feito pelo deputado do PFL Atanásio Jazadi ao Ministério das Comunicações. O deputado baseou a sua petição no fato de que o pastor estaria incitando uma guerra religiosa no país e lembrou o fato de que o Pastor Demilson Carvalho, da Igreja Evangélica Luz para o Mundo, foi condenado a 50 dias de prisão por ter vilipendiado uma imagem de culto religioso.

¹⁰ *Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 15 e 16 de outubro de 1995, p. 09

Na mesma página existe uma nota lembrando quais podem ser os crimes pelos quais o pastor da Universal pode ser condenado, e uma matéria com a seguinte manchete “Faltam educação e sensibilidade” onde representantes de diversas religiões condenam a atitude do pastor Helder. O Reverendo da Igreja Luterana no Brasil, Gilvan de Azevedo, relembrou a época das Reformas Religiosas do século XVI e o embate que havia entre Luteranismo e Catolicismo, hoje já superado segundo o capelão. Mais abaixo outro artigo fala sobre a reunião de 60 congregações marianas do Rio de Janeiro destinadas a cobrar atitudes sobre o fato ocorrido.

No dia 17, na página dois, na coluna “Opinião” do jornal, o Padre Nicolau Caetano utiliza o próprio Evangelho para desqualificar a ação do pastor, mostrando como é posta a imagem de Maria dentro do Evangelho. Na página nove desse mesmo dia ganha espaço uma notícia a respeito do ataque a um templo evangélico. A manchete é a seguinte: *“Ataque a templo evangélico gera três prisões: a guerra entre os católicos e os protestantes ganha, a cada dia, nova face de violência”*. O ataque foi feito a uma Igreja Universal em Olaria, Zona Norte do Rio de Janeiro: de um lado estavam os três indivíduos que buscavam apedrejar o santuário evangélico e insuflar a população ao redor para invadir o mesmo; e de outro um pastor da Igreja Universal e um policial militar armado com uma escopeta que tentavam impedir a invasão.¹¹

No dia 18 de outubro surgem notícias, em destaque na capa, de uma ameaça de explosão da Igreja Universal de Juiz de Fora. Está aí estampada a carta anônima que diz: *“Igreja Universal, Aguardem: em breve um bumm!!”*. Na página aparece uma carta de um cidadão juiz-forano que condena a ação de Helder como nazista e afirma que a ação do pastor contra a imagem se deu por motivos financeiros, porque a imagem arranca da Igreja Universal possíveis grandes fontes de renda. Na página 5 o padre Althemeir, assessor da Igreja metropolitana de São Paulo nega uma ofensiva católica contra a Igreja Universal e diz que a Igreja Católica tem outras questões com as quais se preocupar, como a fome e a marginalização infantil. A página dez desse jornal é dedicada a discutir a repercussão do acontecimento na cidade de Juiz de Fora e a ameaça ao Templo Universal por meio de uma carta anônima. Além da carta houve um telefonema para a Polícia Militar, denunciando que três bombas estavam prestes a explodir dentro de um santuário da Universal em Juiz de Fora.

¹¹Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 17 de outubro de 1995, p. 02 e 09

Ao lado desta reportagem aparece outra falando a respeito da posição do clero juiz-forano frente à atitude do pastor da Universal e principalmente sua posição frente ao pedido de desculpas do bispo Edir Macedo. Os religiosos juiz-foranos afirmam que a Igreja Católica deve aceitar o pedido de perdão do bispo evangélico evitando assim travar uma guerra religiosa no país.¹²

No dia 19, novamente na coluna opinião, é publicada uma crônica destinada a conscientizar o leitor do que vem acontecendo em todo o país e procura fazê-lo perceber que o caminho encontrado pelos fiéis da Igreja Católica para responder à atitude do Pastor Helder se equipara às suas ações. O artigo lembra ainda que as disputas religiosas são marcas da história e que vêm fazendo milhares de vítimas fatais ao longo dos séculos. Recorda que existem caminhos legais para resolver o impasse. Mais abaixo a sessão de cartas do leitor traz uma oração em homenagem a Nossa Senhora proferida por um leitor de Belo Horizonte. Ao lado desta carta aparece outra, cujo título é: “Macedo, pastor da vergonha nacional”, redigida por um advogado. Esta carta tem um tom de panfleto e conclama o povo brasileiro, principalmente a intelectualidade, a lutar contra essa “arrasadora máquina compressor”. Embora a citação seja longa, ela se faz necessária para compreender qual era o sentimento desta guerra religiosa que o país vivia;

“Muitos se omitem. Por ignorância religiosa, por escrúpulos ou por medo mesmo, quando o assunto do momento são os ataques histéricos de um pobretão que se tornou milionário, graças à fome, à falta de habitação, desemprego e ignorância do povo. Refiro-me ao início de uma guerra santa que está por acontecer em nosso país. (...) Precisamos, minha gente, acabar com esses focos de corrupção nacional, com esse cancro que adoece a nossa economia e nossos costumes. Será fácil acabar com ele. Já tiraram do Palácio presidencial um presidente eleito por voto direto do povo e por que temer que esse desgraçado, com suas ameaças, faça o povo calar e doar, enquanto os legisladores, homens de cultura, processualistas, etc., durmam embalados pelos ataques, num medo incontido de serem pegos, massacrados e despojados de bens, como ameaça o pastor da vergonha nacional. Abramos fogo contra ele, amigos, enfrentemo-lo com coragem e o coloquemos no lugar certo; cadeia ou sepultura. Não seremos covardes para com quem o é com Cristo, verdadeiro senhor de nossos destinos. Tenhamos fibra, para combater esse perigo nacional iminente, se não o fizermos calar para sempre e agora. Usemos nossas leis e instituições de Direito para o colocarmos, até o final de sua vida, confiscando-lhe os bens adquiridos, pelas ameaças ao povinho na

¹²Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 18 de outubro de 1995.

prática ilegal do curandeirismo. (...) Não nos acovardemos diante da pseudopoderosa TV Record que joga para o Brasil todo, essas imagens ridículas de intolerância e de desrespeito aos outros credos defesos na própria Constituição. (...) Deveríamos apertar os cintos e ajudarmos a construir uma grande nação e não um império de uma fé duvidosa, nojenta, exacerbante e ignóbil. Eles matam, praguejam, em nome de um Cristo que só distribuiu vida e amor. Não tenhamos medo. Conclamamos a todos os intelectuais brasileiros a lutar contra Edir Macedo, o Bispo da peste de um final de milênio. Que ele vá pregar em outros lugares, menos em nosso território nacional. Coragem, minha gente.”¹³

No dia 20, uma reportagem de capa diz que a imagem da Santa em Aparecida ganhou reforço. *“As guardas patrimoniais mantêm vigília em pontos estratégicos do templo, como nos altares central e secundário. Um dos vigias foi destacado especialmente para ficar em frente ao oratório onde se encontra a imagem original”* ¹⁴. Ainda na página cinco do mesmo jornal é destacada uma passeata feita no Recife.

“Segundo o vigário-geral, a caminhada foi determinada pelo arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, em atendimento à comunidade católica. ‘Dom José recebeu muitos telefonemas pedindo um ato público para mostrar que reverenciamos Nossa Senhora’, explicou” ¹⁵.

Há também uma carta do advogado Roberto Groia, criticando ferrenhamente a atuação da Igreja Universal no país; na segunda parte de seu texto encontramos o seguinte:

“Alguém duvida que o tal bispo Helder não esteja consciente do que fazia? O homem, um dos mais cobras criadas da seita, é um mestre do teatro, fala o que querem ouvir, gesticula o que querem ver. E ferir como feriu os católicos é parte do grande jogo que jogam. É o jogo do vale tudo, impune inclusive, sem ação judicial que consiga vitória, eis que pratica o livre pensamento religioso. Se a seita prega a não adoração de imagens, (assim como outras evangélicas) como poderia escapar à Igreja Universal tão propenso instantâneo, para chutar e desmoralizar a santa de louça justo em seu momento mais glorioso? O grotesco e execrável gesto fez eco positivo nos meios, tenham certeza disso. Isso é marketing. De outro, como a Igreja em questão nunca teve os escrúpulos que Constitucionalmente deveria de ter, o respeito foi o que menos interessou, pois que atingiu o seu sujo objetivo, no pobre papel teatral. A celeuma é triste, mas atacá-la é dar lingüiça a cachorro.

¹³Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 19 de outubro de 1995, p.2.

¹⁴Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 20 de outubro de 1995. Capa.

¹⁵Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: 20 de outubro de 1995, p. 5.

Não é agora que deixaram esta seita progredir tanto, que vão salvar a omissão, relapsa até que por conveniência, quiçá por demoníaco oportunismo eleitoral. Onde buscar agora remédio para tão insólito mal? Vê-se, portanto, a bem da verdade, que neste mundo dos homens, o diabo dita as normas. Quando os “fiéis” da Universal entenderem isto, talvez aí a propalada “guerra santa” perca o seu sentido. Resta uma pergunta: será que a cúpula desta seita irá se preocupar com seus “fiéis” neste dia ainda tão remoto? Lembre-se de que este pessoal não brinca, jogam pesado e não é atoa que tem Universal no nome. Atenção Japão! Chegará o dia, esperem só, que quando o interesse for pelas bandas orientais, haverá um pastor que, em dado momento oportuno, passará a mão na bunda do Buda e dirá, com os olhinhos quase fechados que Deus não fez uma coisa gorducha “asi nó”! Isso só não acontecerá se a constituição japonesa não for tão “ingênua” e “ecclética” quanto a nossa, ou se o Diabo se compadecer dos incautos e, anjo caído, se torne Deus, o todo poderoso. Até então, o inferno é aqui!”¹⁶

No dia 21, Nara Salomão de Campos Coelho, da Comunidade Espírita a Casa do Caminho, faz um relato mostrando que as guerras santas só se distanciam da palavra de Jesus e trazem desastres para a população. Na mesma página outra carta de um leitor busca mostrar qual é o verdadeiro culto por trás das imagens dizendo que a Igreja Católica não prega a veneração das imagens em si, mas as considera como um meio para se atingir a Deus; *“A Igreja ensina que a verdadeira arte sacra estimula o homem à oração e à adoração”*¹⁷

No dia 25 o colaborador do jornal, Luiz Bizzotti, chama a Igreja Universal de Teologia do medo e alerta os “fiéis” para a intenção que os pastores têm de solapar o seu dinheiro. Em outro relato, Geraldo Lima Coimbra diz que o que está havendo na sociedade não é uma guerra santa como a imprensa vem noticiando, mas uma disputa entre órgãos de imprensa. Para ele, ver a imagem de Nossa Senhora sendo pisoteada pelo pastor Helder é o mesmo que ver o retrato de sua mãe ou seu pai sendo pisoteados por um “imbecil”, e é nesse sentido que o ataque à imagem ganhou destaque e feriu a população brasileira.¹⁸

No dia 26 o conflito mais uma vez ganha espaço na capa do jornal, quando a Igreja Universal de Juiz de Fora recebeu novas ameaças. Segundo o jornal:

“As mensagens das cartas parecem seguir uma evolução. A primeira recebida no dia 16 dizia: ‘Igreja Universal aguarde em breve um Bumm!’. No dia 19 chegou a segunda carta como o desenho de uma arma e com a ameaça: ‘Está chegando o dia seus demônios’. A terceira foi entregue no dia 20 e além de

¹⁶ *Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 20 de outubro de 1995, p. 2

¹⁷ *Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 21 de outubro de 1995, p.2 Carta de Luís Eugênio Sanábio de Souza

¹⁸ *Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 25 de outubro de 1995, p. 2

uma foto da Igreja Universal dizia: ‘Sua última chance. Vamos explodir uma bomba na sua Igreja. Enforcamos pastor’, e estava assinada ‘Guerrilha Urbana- Movimento Sem Preconceito’. A quarta carta-ameaça não foi mostrada à imprensa, mas as informações é de que ela também foi confeccionada com recortes de jornais e é mais detalhada”.¹⁹

Na coluna opinião está estampada a charge a seguir que apresenta dois gladiadores escondidos por traz de escudos. Os escudos trazem a representação dos símbolos da Rede Globo e da Rede Record e são emblemáticos por representar a verdadeira guerra em questão, uma guerra de imagens e não uma guerra santa, onde as duas emissoras de TV disputam espaço no mercado;



Figura 2: Charge do Jornal Tribuna de Minas. 26 de outubro de 1995.

Na mesma coluna o jornal traz uma carta do médico e escritor Sagrado Amir David dizendo que acredita ser o ecumenismo a forma que os indivíduos devem usar para atingir Deus. Portanto, as diversas seitas religiosas devem buscar a interação e não a ofensa, como fez o bispo católico. O autor relembra Calvino e sua predisposição ao enriquecimento do fiel. Aparece pela primeira vez uma carta contrária aos ataques dos jornais à Igreja Universal, ataques esses que precedem ao atentado à imagem católica, dizendo que não se pode chamar de evangélicos a Igreja Universal, pois existem outras seitas que também são evangélicas. Afirma ainda que o dízimo é um prática presente na Bíblia. E diz que quem explora a fé do povo brasileiro é a Igreja Católica: *“Explorar a fé do povo humilde é sair pelas ruas da cidade*

¹⁹ *Jornal Tribuna de Minas*. Juiz de Fora: 26 de outubro de 1995, p.

com uma estátua em cima do carro do Corpo de Bombeiros (pago com dinheiro público), e dizer que aquilo é capaz de resolver os problemas do Brasil". Mas mais abaixo o mesmo autor diz: "Não concordamos com as práticas que vem surgindo nos últimos anos no meio evangélico, mas defendemos o direito de existirem. Frequentem-nas quem quiser." ²⁰

A partir do dia 25 de outubro as citações referentes aos ataques à imagem feitos pelo pastor se tornam esparsas, surgindo apenas orações na coluna Opinião do jornal destinadas à imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Palavras-finais

Acredito que nesta disputa por poderes que envolve uma imagem em outubro de 1995, o que está em questão não é somente a disputa de poder entre duas redes de TV, nem tão pouco somente a disputa de espaço entre duas instituições religiosas. Essa querela é, por certo, o resultado de um conjunto que envolve as duas questões anteriores, mas tem ao centro um dos problemas que o catolicismo enfrenta desde a época colonial: a idolatria de imagens. Se na época colonial eram os católicos que condenavam as religiões ditas pagãs por idolatria, no final do século XX, foi justamente o catolicismo o condenado por essa prática. Ao apresentar a população brasileira uma imagem que acabou por se tornar um centro de culminância religiosa de todo o país, a Igreja Católica cometeu o pecado que tanto condenou na época colonial, incitou a idolatria e acabou recebendo um golpe que a feriu bruscamente.

A identidade do povo brasileiro com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, é tamanha que levantou indignações de todas as partes, levando o país a temer o vivenciar de uma guerra santa, inclusive com panfletos convocando a população à luta.

Enfim acredito que os novos meios de domínio do sagrado contribuíram para dar fôlego à disputa aqui exposta e mostrar que num país dito laico o respeito à liberdade do culto religioso é algo que ainda desconhecido.

²⁰ *Ibidem*. P. 02. Carta escrita por André Heringer Lisboa

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1998. 398 p.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra de Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 348 p.

Jornal Tribuna de Minas. Juiz de Fora: outubro e novembro de 1995.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Vol. 04.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **A Identidade Posta no Altar: devoção à Nossa Senhora da Conceição Aparecida e questão Nacional**. (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996. 263 p.

Francisco Curt Lange e o modernismo musical no Brasil (1930-1946): Identidade nacional, política e diálogos musicais sobre a nação

Loque Arcanjo¹

Introdução: Nação, modernidade e historiografia

É consenso entre os historiadores de hoje que a história deve ser constantemente reescrita, pois, como nos ensinou Marc Bloch, o objeto de estudo da História são os homens e as diferentes sociedades humanas no tempo. Além disso, a história deve ser reescrita, seus temas sempre revisitados, seus interpretes sempre questionados, pois o próprio conhecimento histórico muda na sucessão temporal. A cada época, novos métodos, novos objetos, novos olhares, novas questões, novos campos, novas tipologias de fontes, novas experiências. Na concepção de Koselleck², a cada presente, a história atualiza a relação entre futuro/passado. Seria exatamente no entendimento desta complexa relação que se encontraria a concepção de tempo histórico. Portanto, temas que podem não tomar muito sentido em outras épocas, abordagens que foram desconsideradas por outros historiadores, fontes que não eram visitadas anteriormente podem ser foco privilegiado da história hoje. Frente a estas questões podemos nos indagar: quais “histórias” estamos escrevendo nos dias atuais? O que é objeto do historiador atualmente? Como o interesse por certos temas do passado expressam nossa preocupação com o agora?

Estas não são questões para as quais conseguimos respostas rápidas e satisfatórias, mas o fato é que nitidamente observamos a multiplicação dos campos da pesquisa histórica nos últimos anos, bem como o reaquecimento de debates sobre temas específicos outrora menos privilegiados pela historiografia. O nacionalismo é uma destas temáticas que tem ocupado um bom número de páginas das revistas, teses e dissertações especializadas em história tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Para Hobsbawm, “a partir da década de 1980 o debate acadêmico a respeito da natureza e da história das nações e do

¹ Professor de Teoria e Metodologia e de Historiografia Brasileira do UNIBH e da UNA, doutorando em História Social da Cultura pela UFMG. E-mail: loquearcanjo@yahoo.com.br

² KOSELLECK *apud* REIS, J. C. *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Annales e Koselleck: uma articulação possível*. Revista Síntese, Vol. 23, número 73, 1996, p. 229-252.

nacionalismo tem sido contínuo”.³ Quais seriam os motivos para esta preponderância dos estudos sobre o nacional? Para este autor esta presença marcante é fruto de uma era de instabilidade internacional iniciada em 1989 que segundo suas convicções não se pode prever o fim. O fato é que esta era de instabilidade nos mostra que vivemos uma crise das identidades nacionais.

De acordo com o Hobsbawn, a Guerra Fria era uma força estabilizadora do nacionalismo. As grandes potências que não são mais detentoras do monopólio bélico mundial deixaram de ser o centro, provocando um processo de globalização da violência armada a partir de uma nova articulação entre local e global que rearmou pequenos grupos militares pelo mundo e provocou ainda mais a instabilidade pelos quatro cantos do planeta. Governos centrais testemunharam o esfacelamento de seus territórios em dois, três ou mais Estados, como é o caso da Iugoslávia. A Europa que “inventou” o nacionalismo no século XIX, pátria original das nações modernas, assiste a desconstrução da sua maior invenção: a nação. Esta desintegração do poder central em alguns países do globo é um termômetro da relação entre nacionalismo e identidade cultural no mundo pós-moderno.

Para Jenkins, assim como para outros teóricos como Lyotard e Jameson, o pós-moderno é algo difícil de se definir, pois os apologistas do pós-modernismo defendem a idéia de que nada é sólido ou fixo neste mundo. Na definição de Lyotard, o contexto pós-moderno pode ser caracterizado pela “morte dos centros”, “incredulidade ante as metanarrativas”, “anglocentrismos”, “eurocentrismos”, “etnocentrismos”, “logocentrismos”, “sexismos” que já não são considerados legítimos, naturais, reais, mas sim, construções temporais, ficcionais que são úteis para formular interesses que não são universais. A crise da idéia de um projeto iluminista, de emancipação do homem expressas por meio do humanismo, do marxismo e do liberalismo é resultado da descrença nas metanarrativas que estabeleceram um sentido para a humanidade, fundado na noção de progresso e de civilização.⁴

Retomando o tema levantado no início deste texto, sobre a necessidade de reescrita da história, visitar o nacionalismo como tema frente a este contexto dito pós-moderno é uma exigência. De acordo Reis, a questão da nacionalidade pode ser encarada a partir de dois pólos destacados por Stuart Hall: essencialismo e não-essencialismo. Hoje, a visão essencialista do

³ HOBBSAWN, E. *Nações e Nacionalismo no novo século*. In: HOBBSAWN, E. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 86-97

⁴ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

nacionalismo cede lugar às análises construcionistas, frutos deste presente descrente na existência de um “ser nacional.”⁵ Descrença esta conectada à pós-modernidade e ao cenário descrito por Hobsbawn. A utopia de “uma” identidade nacional foi colocada à prova por um contexto globalizado que trouxe outra problemática levantada por Canclini: globalizar-se ou defender a identidade? Jenkins não oferece opções aos historiadores e pondera: o que a história deve fazer para não negar, mas trabalhar e conviver com o pós-moderno? Quais os impactos para a natureza da história e para o trabalho do historiador?

A historiografia brasileira sofre diretamente o impacto deste cenário pós-nacionalista que se redesenha a todo instante, a predominância do regionalismo nos temas das pesquisas é um exemplo disso. Da mesma forma, diversos estudos se concentram em temas que espelham o aparecimento de identidades fragmentadas pelo processo descrito acima. Ecologistas, militantes homossexuais, minorias étnicas, artísticas, religiosas, sociais constroem estratégias de resistência ao processo de globalização e são, ao mesmo tempo, fruto desta.

Esta fragmentação identitária redesenhou de forma marcante o mapa da produção historiográfica brasileira e do mundo, tornou os temas mais pontuais e fez desaparecer as grandes interpretações do Brasil. A nação não é mais vista como uma unidade totalizante. Nasce nos textos de História um Brasil diversificado. Na verdade, nascem a cada dissertação e a cada tese, novos brasis atualizados com o presente também fragmentado pelo encurtamento das distâncias e, fundamentalmente pelas reações a ela.

No caso dos estudos sobre o nacionalismo, este presente pós-moderno, no qual a nação apresenta-se não mais como uma realidade absoluta, os diferentes projetos identitários para a cultura brasileira são objetos constantemente revisitados. Segundo Koselleck, “ao constatarmos que ao refletir sobre os fatos estamos relacionando com conceitos, (...) tornou-se impossível, embora ainda se tente com frequência, tratar a história sem que se tenha uma idéia precisa das categorias pelas quais ela se expressa”.⁶ É na distancia temporal que se percebe a historicidade das diferentes concepções do conceito de nação defendidos no Brasil. Debate que se mostrou e ainda se mostra tão caro a nossos pensadores, seja no campo da historiografia, da literatura e da pouco explorada musicologia.

⁵ HALL, Stuart apud REIS, J. Carlos. *Identidades do Brasil 2 de Calmon a Bonfim. A Favor do Brasil: direita ou esquerda*. RJ: FGV Editora, 2006.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. IN: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RIO, 2006, p. 305-327.

Como fazer uma história da nação? Isto tem sentido hoje? Se para muitos, um projeto de construção de uma história nacional não tem sentido nos dias atuais, é evidente o interesse pelo estudo destes projetos no passado, como é o caso da música brasileira, por exemplo, aquela produzida nos anos 1930 e 1940.

A nacionalidade não é mais encarada como essência, diferentemente do contexto a ser analisado. Esta nova percepção do conceito de nacionalismo, fruto de todas estas transformações atuais, demonstra a necessidade de se repensar as subjetividades presentes nos diferentes projetos de construção da identidade nacional.

No Brasil, entre os anos 1930 e 1940, as diferentes produções musicais, tanto do ponto de vista composicional, bem como instrumento educacional e político pode ser encarada como discursos com significados próprios e que expressam as diferentes posições de seus produtores e receptores. Este é o argumento deste texto que tem como objeto de pesquisa o diálogo entre músicos e musicólogos que possuíam, por um lado, a utópica busca por um som nacional; por outro, músicos que sob um olhar estrangeiro não viam com bons olhos a busca por uma identidade nacional única e original.

Pode-se afirmar que entre os anos de 1930 e 1950 temos o período mais fértil no que diz respeito à produção musicológica brasileira até aquele momento do século XX. Para muitos, Mário de Andrade pode ser interpretado como o fundador da musicologia brasileira, juntamente com nomes como Renato Almeida, Andrade Muricy e Vasco Mariz. É consenso entre os estudiosos da música que o nacionalismo musical representado pelos nomes acima foi por muitos anos o porta-voz de uma história da música no Brasil. Neste mesmo contexto, é significativo o papel do Grupo Música Viva, representado pelo músico alemão Joaquin Koellreutter, e que contou com a participação de músicos brasileiros como Cláudio Santoro e Guerra-Peixe.

De acordo com Ana Cláudia Assis⁷, já em fins da década de 1940, o nacionalismo musical que tinha como figura central a musicologia de Mário de Andrade e a música de Villa-Lobos começava a sofrer a concorrência das propostas atualizadas e inovadoras do Grupo Música Viva que contava com uma proposta estético-musical mais ousada frente aquele contexto caracterizado pelo desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação. Sob

⁷ ASSIS, Ana Cláudia. *Os Doze sons e a cor nacional: conciliações estéticas e culturais na produção musical de César Guerra-Peixe (1944-1954)*. (Tese de doutoramento apresentada ao PPGHIS/FAFICH) Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

a égide do dodecafonismo, o Música Viva foi o espelho deste novo contexto ao propor uma música que rompia, em certa medida, com a outra leitura nacionalista considerada ultrapassada.

Poucos trabalhos se debruçaram sobre o Música Viva e seu papel na musicologia brasileira. Após os textos clássicos de Neves (1981) e Kater (2001), Assis propôs uma renovação ao lançar mão da linguagem musical, destacando o papel do dodecafonismo, em especial da obra de Guerra Peixe em suas respectivas “fases”, para a atualização da música brasileira. Segundo a autora, o nacionalismo musical representado pela figura de Villa-Lobos expressava um “retrocesso estético” em especial seu “modernismo neoclássico” dos anos 1930 representado, sobretudo, pelas Bachianas Brasileiras (1930-1945) e por sua ligação com o Estado Novo.

Acredita-se aqui, como no texto de Assis que a utilização da linguagem musical deve ser um dos nortes para o estudo do historiador. Esta metodologia trouxe a possibilidade de Assis perceber a modernidade musical presente no dodecafonismo em detrimento ao tradicionalismo do nacionalismo musical presente na obra dos modernistas como Villa-Lobos. O objetivo deste texto é trazer uma complexidade a este tema promovendo uma aproximação entre a musicologia e a história da história ou história dos conceitos. A proposta consiste em analisar estas perspectivas musicológicas à luz de uma abordagem que considera a historiografia como um campo autônomo de pesquisa e que permite assim pensar o debate musicológico como produção de uma história da música e, por conseguinte, passível de uma análise historiográfica. Além disso, propõe-se uma história dos intelectuais em consonância com uma história social da cultura, na busca pelos significados ocultos implícitos nos diferentes posicionamentos dos sujeitos envolvidos. Este último, ponto central deste texto.

Neste cenário destaca-se a figura de Francisco Curt Lange, musicólogo alemão que se apresenta aqui como um mediador deste debate. Este importante musicólogo alemão que se estabeleceu no Uruguai, a partir de 1930, desenvolveu trajetória musicológica que o colocou em contato com outros interlocutores do cenário musical brasileiro. Por isso, demonstra-se aqui um personagem central na montagem de uma rede social muito rica para o estudo do modernismo musical brasileiro entre os anos 1930 e 1940.

Qual a concepção de tempo histórico presente na leitura musical e musicológica do Brasil proposta por estes dois grupos: o nacionalismo musical e o música viva, tendo em vista que ambos produziram uma discursividade sobre o passado musical brasileiro? Quais seriam

as possíveis noções de tempo histórico expressas nas entrelinhas dos discursos musicológicos e musicais destes dois Grupos? Estes realmente expressavam projetos opostos? Em quais pontos seus projetos eram convergentes? A partir de uma história dos conceitos, e da constatação da busca de uma leitura do “Brasil musical”, como avaliar a idéia de “nação” e de “moderno” presente em ambos os discursos? Se o nacionalismo musical representava um “retrocesso estético” (tal como insiste em afirmar a historiografia), na perspectiva de “tempo histórico,” construída por uma história da história ou de uma história os conceitos, como classificar esta produção?

1 - Francisco Curt Lange e os modernismos musicais no Brasil: a construção de redes de sociabilidades

Franz Curt Lange, musicólogo nascido em Eilenburg, Alemanha, em 1903, morreu em Montevideo em 1997, graduou-se em arquitetura na Universidade de Munique em 1927, e doutorou-se em Bonn em 1929, com uma tese sobre a polifonia nos Países Baixos. Estudou regência com Arthur Nikish (1885-1922), um dos maiores nomes da regência e responsável em grande parte pelas reputações das orquestras de Leipzig (Gewandhaus) e Berlim (Filarmônica) cargos que acumulou até a morte. Além de estudar regência e piano, Curt Lange foi discípulo dos mais eminentes musicólogos alemães: Adolf Sandberger (1864-1943), Ernst Bücken (1884-1949), Erich Hornbostel (1877-1935), Curt Sachs (1881-1959) e do belga Charles van den Borren (1874-1966).⁸

Desenvolveu uma trajetória muito importante na América Latina. Estabeleceu-se em Montevideu em 1930, a convite do governo uruguaio, dirigindo a seção musical do *Instituto de Estudos Superiores* do Uruguai. Criador do chamado *Americanismo musical* e do *Boletim Latino-americano de Música* (1935-1946) e autor de diversos ensaios que tratam da música colonial latino americana.

Com o auxílio financeiro de duas instituições privadas, o Arquivo Curt Lange que foi integrado à Universidade Federal de Minas Gerais em 1995 (quando surgiu a denominação Acervo Curt Lange - ACL-UFMG) oferece no acervo registros da vida musical latino-americana ao longo de praticamente todo o século vinte e, desta forma, oferece uma documentação

⁸ SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de Música: edição concisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

preciosa para a pesquisa musical, bem como para o estudo da musicologia na América Latina.⁹ Além dos registros audiovisuais, das partituras e dos programas de concerto e periódicos, tal como o *Música Viva*, estão concentradas no Arquivo cerca de 70.000 cartas enviadas e recebidas pelo musicólogo alemão nas quais encontramos interlocutores importantes do cenário musical e musicológico dos anos 1930 e 1940, como Villa-Lobos, Hans Joachim Koellreutter, Cláudio Santoro, Mário de Andrade, Andrade Muricy.

As cartas são fontes privilegiadas que oferecem uma gama de possibilidades para a pesquisa histórica. Estas expressam diversas imagens que os correspondentes fazem de si e do destinatário e também ocultam muito destas imagens. Criam um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta deixa explícito e por muitas vezes implícito o desejo de resposta.¹⁰

As cartas expressam a presença de redes de comunicação entre indivíduos e grupos, sendo a partir destas, necessário pensar a construção de redes de sociabilidade por meio das quais os correspondentes constroem implícita ou explicitamente aproximações, distanciamentos, rupturas, pactos, tensões e afetos.

Como no caso do arquivo pessoal de Curt Lange, “a conservação de séries inteiras por escritores, políticos, artistas e outros nos faz pensar em um ato de memória consciente e sondar sua possível interferência sobre a espontaneidade dos escritos.”¹¹ O mapeamento desta tipologia de fonte consiste na identificação do volume de cartas endereçadas a cada um dos correspondentes e sua distribuição temporal, sua periodicidade e regularidade das trocas, cujos resultados que podem ser expressos em gráficos permitirão visualizar a rede em pleno funcionamento.¹²

De acordo com Malatian, por meio das cartas pode-se identificar

as intrincadas redes de relações sociais que reúnem seus autores. Isto é importante, particularmente para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, onde ocorrem trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares. (...) Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum. (...) O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da

⁹ COTTA, André Guerra (org.). *Guia Curt Lange*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

¹⁰ MALATIAN, Teresa. *Cartas: narrador, registro e arquivo*. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-223.

¹¹ MALATIAN, 2009, p. 195.

¹² MALATIAN, 2009, p. 196.

personalidade de um determinado autor, da construção da sua obra, da recepção das suas idéias.¹³

A tarefa consiste em problematizar a inserção social de Lange e de seus interlocutores no universo cultural/musical modernista nacional entre os anos 1933 e 1946. Dentro destes fragmentos de diálogos codificados, a busca pelos significados destes códigos aponta para relações entre Curt Lange e o modernismo musical brasileiro representado nos discursos de outros intelectuais: Villa-Lobos, Mário de Andrade, Cláudio Santoro.

Apesar de não ordenados, hierarquizados ou necessariamente explícitos, os temas que transitam nas cartas tecem redes de sociabilidades que demonstram ou ocultam preocupações comuns que envolvem a cultura política¹⁴ nacionalista dos anos 1930 e 1940: o nacionalismo musical, o dodecafonismo, a institucionalização da educação musical no Brasil, a criação de periódicos especializados em música e de órgãos oficiais para a circulação e difusão musical.

Os temas que ecoam nas cartas demonstram diferentes posicionamentos frente à natureza da nacionalidade musical brasileira. Um intenso debate em torno da construção de uma suposta musicalidade “originalmente” nacional dominou a cena musical entre os anos 1920 e 1940. Resultado deste debate estético, *O Música Viva* foi um importante periódico fundado por J. Koerreutter, músico alemão que chegou ao Brasil em 1937 e fundou, também, um importante movimento musical homônimo à revista aqui citada. *O Grupo Música Viva* era formado por compositores como Cláudio Santoro e Guerra-Peixe, diferenciava-se, em vários aspectos, do nacionalismo musical de Mário de Andrade e Villa-Lobos. Porém,

o grupo Música Viva não se tornou a vanguarda anti-nacionalista, como costuma ser visto, mas defendeu um novo nacionalismo – um nacionalismo de vanguarda. Os textos de Guerra Peixe e Santoro analisados, demonstram que o nacionalismo musical continuava sendo uma referência importante para o grupo, mas a necessidade de diferenciação em relação aos compositores consagrados levava os dois jovens a criticar sua forma de nacionalismo propondo uma reelaboração. Ao invés de um nacionalismo baseado em citações de canções folclóricas e construído com uma técnica composicional neoclássica, como vinha sendo praticado durante a década de 1930, o

¹³ MALATIAN, 2009, p. 197.

¹⁴ Sobre as relações entre a história dos intelectuais, a história política e social da cultura Sirinelli afirma que “a história dos intelectuais tornou-se (...), em poucos anos, um campo autônomo que longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento da história política, social e cultural.” SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 231-262.

Grupo Música Viva defendia uma pesquisa das características técnicas do folclore musical que deveriam ser associadas às técnicas modernas de composição.¹⁵

Como é perceptível nas cartas dos seus representantes, desde o momento de sua fundação em 1939, o Grupo Música Viva provocou um conflito entre seus integrantes e a geração nacionalista representada por Villa-Lobos, Mário de Andrade, Renato Almeida, dentre outros. Os jovens compositores, representados por Koellreuter, Cláudio Santoro, Guerra Peixe, dentre outros, defendiam um novo nacionalismo calcado na revalorização da música popular, inclusive a música urbana, até então deixada em segundo plano pelo discurso nacionalista de outros teóricos tais como Mário de Andrade¹⁶. Estes modernistas utilizaram o dodecafonismo e, por isso foram bastante criticados por nomes como Villa-Lobos e Renato Almeida.¹⁷

Acredita-se aqui que uma história dos conceitos, tal como propõe R. Koselleck (2006) consiste numa metodologia importante. O que está em jogo nesta disputa pelo som deve ser percebido a partir das diferenças entre os conceitos de “moderno” e “nacional” implícitos nas duas vertentes musicais e musicológicas. Em outras palavras, a história dos conceitos busca o tempo histórico implícito na linguagem das fontes. No caso desta pesquisa, buscamos a relação entre futuro/passado construída pela produção musical e pela musicologia. Qual o significado de “moderno” e “nacional” presente nos textos musicológicos e na produção musical de ambos os grupos?

Foram muitos os problemas encontrados pelo grupo de Koellreuter para se inserir naquele contexto nacionalista. A luta pela difusão da produção musical bem como as tensões advindas das idéias musicais conflitantes envolvia a publicação do periódico *Musica Viva* com a política nacionalista do governo Vargas. Assim, estes embates travados no campo da música não podem ser dissociados das tensões políticas sob as quais se assentava as questões mais específicas que ecoam na documentação.

¹⁵ EGG, André. O Grupo Música Viva e o Nacionalismo Musical. *ANAIS III FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE Escola de Música e Belas Artes do Paraná*. Curitiba, 2005.

¹⁶ Sobre este tema: NAVES, Santuza. NAVES, Santuza. *Bachianas Brasileiras N° 7 de Heitor Villa-Lobos para Gustavo Capanema*. In: BOMENY, Helena. (org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 183-200.

¹⁷ EGG, André. *O debate no campo do nacionalismo musical no Brasil dos anos 1940 e 1950: o compositor Guerra Peixe*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2005.

Em carta enviada a Curt Lange em fevereiro de 1942¹⁸, Koellreutter expressava sua intenção em publicar o *Música Viva* em três idiomas: inglês, português e espanhol. Pouco tempo depois, em outra carta de julho de 1942, Koellreutter dizia que

“Acabo de voltar do Departamento Estadual de Imprensa e propaganda onde fui recebido hoje. (...) O resultado é o seguinte: como a revista é impressa no Brasil temos que requerer no DIP do Rio de Janeiro (...) Porém, nos disseram que conforme o novo decreto da nacionalização da imprensa, “Música Viva” não pode sair em língua castelhana ou inglesa (...) Eu não entendo isso em vista da política de boa vizinhança e de pan-americanismo.”¹⁹

Nas entrelinhas desta carta estão implícitas alguns elementos que envolviam a produção musical e musicológica e aquele contexto político. Deduz-se aqui a presença de uma relação de força: por um lado, a tentativa nacionalista oficial que tinha como objetivo o controle da construção de uma identidade brasileira que fosse pautada num nacionalismo centralizador e homogêneo, por outro, a tentativa de músicos com tradições musicais e culturais diferenciadas que buscavam uma unidade pautada no denominado Americanismo Musical que buscava uma integração maior entre os diferentes projetos nacionais da América Latina. Como vemos, esta última tendência encontrou resistência num terreno político nada fértil, politicamente, para a difusão de novas idéias que iam de encontro com as propostas nacionalistas representadas, por exemplo, pela figura dominante de Villa-Lobos.

2 - O Boletim Latino Americano de Musicologia: nacionalismo musical, difusão da música, e cultura política

Desenvolvido entre os anos de 1935 e 1946, um dos projetos mais importantes da carreira musicológica de Curt Lange, foi a edição dos Boletins Latino-Americanos de Musicologia. Num total de seis volumes, cada um foi dedicado a um país. O formato da publicação era dividido em duas partes: a primeira consistia em estudos musicológicos, sob a forma de artigos, resenhas, traduções; a segunda parte, *Suplemento Musical*, era formada por partituras de músicas escritas por compositores do país ao qual era dedicado volume. O governo do país tratado no volume era responsável pela escolha dos textos e das obras que

¹⁸ Carta de Koellreutter a Curt Lange, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1942. ACL 2.2.S15.0949.

¹⁹ Carta de Koellreutter a Curt Lange, Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1942. ACL 2.2.S15.0949.

deveriam ser publicadas. A partir dos contatos realizados por Curt Lange com os órgãos oficiais de diversos países da América Latina, o musicólogo conseguia angariar fundos e apoio político para o seu projeto.

O debate acerca da organização e da publicação do volume VI do Boletim, inteiramente dedicado ao Brasil, é uma temática recorrente na correspondência entre Curt Lange e os modernistas brasileiros entre os anos de 1943 e 1946. Este debate expressa em suas entrelinhas as relações entre a música, sua produção e difusão e aquele contexto político, bem como o papel desempenhado pelos personagens envolvidos.

Villa-Lobos tornou-se o principal correspondente de Curt Lange no governo brasileiro. O compositor dificultou ao máximo o projeto de publicação do Boletim dedicado ao Brasil. Lange mudou-se temporariamente para o Rio de Janeiro e permaneceu entre os anos de 1944 e 1945 na tentativa de concretizar a publicação, mas o Boletim foi publicado somente em 1946.

Em tese de doutorado defendida em 2005, ao analisar a correspondência entre Guerra-Peixe e Curt Lange, Ana Claudia Assis, apesar de focar brevemente desta temática, apontou um caminho para análise: relacionar a polêmica publicação do Boletim com a política nacionalista do governo Vargas. De acordo com Assis, o projeto de Lange, intitulado Americanismo Musical era, em diversos aspectos, contraditório em relação ao nacionalismo musical proposto por Villa-Lobos e por outros nacionalistas como Renato Almeida e o próprio Mário de Andrade.

Mário de Andrade, em resposta a carta de Lange por meio da qual este reclamava da morosidade com a qual Villa-lobos tratava a publicação do Boletim, afirmava em junho de 1944: "(...) Quanto ao Vila, eu não sei o que dizer. Em todo caso, se houver briga definitiva e se não fizer o boletim, me avise imediatamente para eu retirar meu trabalho que está com o Renato Almeida."²⁰

Em 1938, Mário de Andrade já demonstrava, em carta enviada a Lange, sua preocupação com a influência das mudanças políticas nas propostas de difusão da música por meio de publicações como o Boletim:

As coisas aqui se transformaram completamente com a mudança política. Nada mais posso prometer ou garantir, pois subiu gente do partido oposto e estamos sendo ferozmente combatidos. Não vale a pena levantar o problema da publicação agora. Meu destino não é político,

²⁰ Carta de Mário de Andrade a Curt Lange, São Paulo, 27 de junho de 1944: ACL/2.2S15.026

mas cultural (...) Por enquanto não passo de um funcionário subalterno.²¹

É significativo perceber, portanto, que esta polêmica envolvendo a publicação do Boletim ecoa nas cartas enviadas por Lange a outros interlocutores já citados e os debates sobre sua publicação, bem como sobre seu conteúdo distribuídos pelas suas 606 páginas, trazem implícitas e explícitas diversas visões do modernismo musical brasileiro em suas relações com a política nacionalista entre os anos 1930 e 1940, caracterizadas pela busca de um significado para a música nacional. Este debate em torno da publicação do Boletim deve ser vista como uma luta pela divulgação da idéias musicológicas bem como pela difusão da produção musical que pode ser observada também nos programas de concerto e nos programas de rádio daquele momento.

Ainda dentro da problemática do número do Boletim dedicado ao Brasil, Mário de Andrade afirmava numa carta em 28 de fevereiro de 1942 sua percepção sobre a produção musicológica no Brasil: *“É certo que a produção musicológica brasileira é muito pobre ainda e tenho medo que o Boletim seja obrigado a aceitar elaborações muito fracas ou dispersivas.”*²²

Como Curt Lange necessitava de contatos com pesquisadores para compor a escrita do Boletim, ninguém melhor que Mário de Andrade para indicar possíveis escritores para publicação de artigos, resenhas e produções musicais sobre o Brasil. Desta forma, o musicólogo brasileiro afirmou:

“Além de certos escritores novos, da Escola Nacional de Música, que não conheço bem por enquanto, poucos nomes tenho a sugerir (...) um nome que eu poderia sugerir é Almir de Andrade, do DIP, por uma reformulação de um artigo de Gilberto Freyre, sei que está estudando a Evolução da Música Brasileira, sob o ponto de vista sociológico. Trata-se de uma pessoa muito inteligente, mas com uma péssima orientação sociológico-política, pois é atual diretor da Cultura Política, a revista de propaganda de Getúlio Vargas. Mas, creio indispensável convidá-lo. (...) Renato Almeida acaba de publicar uma História da Música no Brasil.”²³

Observa-se nesta carta que as redes de sociabilidade podem ser percebidas por meio de escolhas que envolvem as preferências estéticas, mas que tomam sentido político cultural se analisarmos o significado de cada indivíduo dentro da rede. Neste contexto, a indicação de

²¹ Carta de Mário de Andrade a Curt Lange, São Paulo, 31 de maio de 1938: ACL/2.2S15.027

²² Carta de Mário de Andrade a Curt Lange, São Paulo, 28 de fevereiro de 1942: ACL/2.2S15.027

²³ Carta de Mário de Andrade a Curt Lange, São Paulo, 28 de fevereiro de 1942: ACL/2.2S15.027

Mário de Andrade de obras como a História da Música no Brasil toma um significado particular. O conteúdo da obra bem como os instrumentos de difusão expressa, juntamente com seu lugar nas cartas seu significado histórico complexo.

A análise das tensões entre duas vertentes da historiografia musical Música Viva (koellreuter, Santoro) e Nacionalismo (Villa, Mário, Muricy, Almeida) está intimamente ligada a uma escrita sobre o passado e o presente musical brasileiro naquele momento. Para isso, análise das obras musicológicas, manifestos, em especial de Renato Almeida e de Mário de Andrade, além dos manifestos do Grupo Música Viva são fundamentais.

Conclusão

As relações entre a música e a pesquisa histórica são muito complexas. No que diz respeito à tipologia das fontes, o pesquisador se depara com obstáculos às vezes intrasponíveis: a partitura musical apresenta-se como uma cifra aos olhos do historiador que não possui nenhuma iniciação técnico-musical ou até mesmo (variando de acordo com o grau de complexidade da obra) para aqueles iniciados em teoria musical. Por outro lado, música não pode ser reduzida à sua escrita gráfica, ao pentagrama ou pauta. Ela não está apenas “no papel”. Suas diferentes dimensões podem ser observadas, por exemplo, nas diversas gravações ou execuções de uma única peça. Estas gravações adquirem sentidos particulares em temporalidades também particulares e demonstram que o som não consiste em algo tão palpável.

No Brasil, a partir nas décadas de 1980 e 1990, nota-se uma renovação nas publicações sobre a música brasileira como objeto de pesquisa histórica. Esta inovação foi fundada por José M. Wisnik (1982) e pelas pesquisas de Arnaldo Contier (1992; 1998) em textos que problematizam as relações entre a música e a sociedade a partir dos novos instrumentos teóricos oferecidos pelas ciências sociais e pela História.

Alem da questão formal, o processo de recepção e o caráter representacional da música são, também, fundamentais para a pesquisa histórica. É necessário ir além de uma análise que enfoque compassos, tonalidades, intensidades, grafia musical, dentre outros aspectos formais. As possibilidades de trabalho do historiador ampliam-se a partir do mapeamento das escutas históricas: crítica, públicos e os próprios artistas que são também ouvintes e dão sentido histórico às obras musicais. É sobre este ponto que se assenta a importância da rede de

sociabilidade que pode ser observada por meio da troca de cartas entre os interlocutores do modernismo musical brasileiro.

Neste contexto, dos anos 1930 aos 1940, de descobrimento do Brasil (nome que dá título a uma obra sinfônica de Villa-Lobos escrita em 1937, a pedido de Humberto Mauro para trilha sonora de uma produção cinematográfica) ou de (re)descobrimto, as escolhas estéticas podem revelar a historicidade destes músicos e musicólogos, bem como de suas produções artísticas, pois, colocadas face a face com outras tipologias de fontes, oferecem os dados necessários para a identificação de produções intelectuais que dizem respeito à posição do Brasil no cenário cultural internacional, dentre outros temas.

É importante observar que o embate representado pelo grupo que se formou em torno de Mário de Andrade e o Musica Viva não se tratava de uma luta entre nacionalismo musical e anti-nacionalismo. Ambos os grupos, como destacou André Egg (2005), estavam engajados na busca por um som nacional. O ponto central a ser desenvolvido consiste no entendimento da inserção de diferentes perspectivas musicais em suas relações com a política nacionalista de Vargas. Estas relações envolviam diferentes questões que aparecem implícitas nas cartas pesquisadas, tais como publicação de obras musicais e musicológicas. A compreensão desta intrincada rede de sociabilidade entre estes atores torna-se assim muito significativa.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Ana Cláudia. *Os Doze sons e a cor nacional: conciliações estéticas e culturais na produção musical de César Guerra-Peixe (1944-1954)*. (Tese de doutoramento apresentada no PPGHIS/FAFICH) Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 2a edição, 1942.*

ARCANJO, Loque. *O Ritmo da mistura e o compasso da História: o modernismo musical nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. São Paulo: Zahar, 2002.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANCLINI, N. G. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CONTIER, Arnaldo Dayara. *Modernismos e Brasilidade: música, utopia e tradição* In: NOVAES, Adauto. (org.) *Tempo e História*. SP: Companhia das Letras, 1992.

COTTA, André Guerra (org.). *Guia Curt Lange*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

EGG, André. *O Grupo Música Viva e o nacionalismo musical*. In: Anais do 3º Fórum de pesquisa científica em arte. Escola Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- HOBBSAWN, E. *Nações e Nacionalismo no novo século*. In: HOBBSAWN, E. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 86-97.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas*. IN: KOSELLECK, R. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RIO, 2006, p. 305-327.
- KATER, C. *Música Viva e H. J. Koellreuter: movimentos em direção à modernidade*. São Paulo: Ed. Musa, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. *Fontes áudio-visuais: a História depois do papel*. In: PINSKY, Sandra B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- NEVES, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999.
- REIS, J. C. *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Annales e Koselleck: uma articulação possível*. Revista Síntese, Vol. 23, número 73, 1996, p. 229-252.
- REIS, J. Carlos. *Identidades do Brasil 2 de Calmon a Bonfim. A Favor do Brasil: direita ou esquerda*. RJ: FGV Editora, 2006.
- MALATIAN, Teresa. *Cartas: narrador, registro e arquivo*. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-223.
- RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996
- SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de Música: edição concisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- WISNIK, J. M. *"Getúlio da Paixão Cearense": Villa-Lobos e o Estado Novo*. In: SQUEFF, E. WISNIK, J. M. *Música: O Nacional e o Popular na cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Negócios, irmandade e vizinhança: as sociabilidades dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga (1753-1801)

Luiz Fernando R. Lopes

Nosso trabalho propõe estudar um grupo de homens pertencentes à elite local da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, na capitania de Minas Gerais do século XVIII, tendo como ponto de partida a patente de Familiar do Santo Ofício. A representatividade que o título de agente inquisitorial oferecia para a realidade de uma freguesia de menos de 6 mil almas no interior da colônia, pode ser percebida quando buscamos entender as formas de distinção social na sociedade do Antigo Regime nos confins da região mais valorosa da coroa portuguesa nos setecentos.

Em um cenário de economia híbrida e em plena fase de transição da mineração para os ganhos agropastoris, viveram dez familiares do Santo Ofício. Todos oriundos do norte de Portugal, chegaram nas Minas em busca de ascensão e riqueza, como inúmeros outros lusos vindos do reino desde a descoberta do ouro. Homens de negócios, comerciantes, mineradores, traficantes de escravos, senhores de engenho, desempenharam diversificadas atividades, enquadrando-se na pluralidade econômica do lugar. Pertencentes à elite local, galgavam o topo da hierarquia social, e para tanto, ambicionavam a comprovação de “pureza de sangue”, diferenciador social no *Anciën Regime*, condição esta que a patente de Familiar do Santo Ofício contemplava. Outrossim, erigiram uma rede de relacionamentos sócio-econômicos inter e intra-familiares, por vezes de âmbito matrimonial, acerca de partilha e herança de posses, como estratégias sociais diante de um cenário de incertezas no mundo colonial.

Objetivamos entender como se deram as sociabilidades deste grupo delimitado, bem como compreender o *aspecto multifacetado* da vida e da experiência concreta dos familiares do Santo Ofício de Guarapiranga, destacando os aspectos da vivência social destes agentes, seus conjuntos de tentativas, de escolhas e de tomadas de posição. Vislumbramos perceber quais as estratégias e artimanhas empregadas para se inserirem e também permanecerem na elite local, tendo como horizonte o entendimento da representatividade que a patente de Familiar do Santo Ofício tinha para esses sujeitos na realidade em que viviam.

Para cumprir tais objetivos, nosso trabalho segue na esteira da perspectiva proposta pelos estudos das *sociabilidades*, sistematizada na década de 70 por Maurice Agulhon¹, influenciado pelas Ciências Sociais americanas. Partimos da reflexão instigada por Agulhon, no que diz respeito às práticas sociais conscientes de um grupo de indivíduos, e o espaço de relações nem sempre conscientes desse mesmo grupo; práticas estas que compõe os conceitos de sociabilidades e de rede, respectivamente.

Apesar da crescente difusão do uso das sociabilidades como categoria, sua definição é cara para a historiografia. Para Agulhon, qualquer quer tipo de relação entre as pessoas, designa uma forma de sociabilidade.

“Es indudable que la sociedad supone la existência de **reglas y valores compartidos**. [...] En efecto, la nocion de sociabilidad como principio de las relaciones entre las personas o aptitud de los hombres para vivir em sociedad, designa agulhon, qualquer relacion humana”².

Assim, brutalidade, na mesma medida que a afabilidade, é uma forma de sociabilidade. Seu entendimento parte do pressuposto da sociabilidade ser uma forma de agregação social.

Ao nosso ver, o viés que o estudo das sociabilidades como categoria analítica permite, corrobora com nossas ambições no que diz respeito a busca da compreensão dos valores partilhados por um grupo específico, situados em recortes temporal e espacial por nós delimitados. Outrossim, entendemos que o objeto do historiador não é a sociedade, mas as *formas de relação* entre os indivíduos. Portanto, perceber as escolhas feitas pelos sujeitos históricos em momentos de tomadas de decisão, partindo das relações de sol³idariade e cooperação seletiva estão em nosso horizonte.

Contudo, Agulhon aponta as dificuldades que historiador tem de mensurar o elemento que determina uma escolha ou ação de um sujeito histórico. Será possível definir razão que guiou uma decisão tomada? Certamente a complexidade das práticas comportamentais, tendo como principio a inovação que a psicanálise e o estudo do subconsciente trouxeram às ciências humanas no século XX, sabemos que este território é por demais vago. Evitemos, portanto, cair na armadilha do que motiva as ações. Nosso intuito é perceber como o conjunto

¹ AGULHON, Maurice. *El Circulo Burguês: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2009. p. 9-44; p.163-186.

² BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar Gonzáles. La Sociabilidad y la história politica. In: PEIRE, Jaime (comp). *Actores, Representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra*. Caseros: Eduntref, 2007. p.70.

das escolhas se dá no contexto vivenciado pelos agentes históricos seja em suas trajetórias particulares, seja para o grupo.

Agulhon propõe, a fim de diminuir esse risco, o estudo da sociabilidade formal/institucional. Com isso, em sua perspectiva, os partidos, organizações, clubes, são espaços privilegiados para os estudos das sociabilidades. Contudo, como nos aponta o historiador Rafael Aldeguer, a historiografia italiana que se debruça sobre o recorte temporal dos *ochocientos* incorpora aos estudos de sociabilidades espaços não formalizados, como cenário também fecundo para este tipo de abordagem. Festas populares e o teatro foram objetos de estudo da historiografia da península itálica, analisando a sociabilidades de elites e de grupos populares⁴.

Assim como os pesquisadores desta referida tradição historiográfica, acreditamos que mesmo em lugares não institucionalizados é possível, sem cair logro da motivação, lançar luz sobre as sociabilidades de grupos estabelecidos que partilham de valores e comportamentos em comum. Debruçar-se sobre um microcosmo de uma elite local, por meio de variados perfis documentais, arrolando suas estratégias e artimanhas para atingirem e permanecerem num patamar social de destaque, perceber seu *modus vivendi*, suas diversas relações (comerciais, inter-familiares, de classe, de conterraneidade) e as escolhas feitas num cenário de incerteza, podem sim ser objeto privilegiado para um estudo de sociabilidades.

Como método, buscamos uma aproximação com as balizas metodológicas propostas pelos estudos da *micro-história*. O caráter experimental desta prática historiográfica nos permite compor *trajetórias individuais*, visando, sobretudo, a complexificação do aspecto social a partir das relações e comportamentos dos diferentes atores com - ou para além de - sua realidade normativa. Para tanto, durante a pesquisa, elaboramos um banco de dados contendo o maior número possível de informações tiradas dos diversos e diferentes documentos, agregando, assim, dados heterogêneos e principalmente qualitativos sobre os sujeitos por nós pesquisados.

Seguindo nesta esteira, buscamos, portanto, erigir nosso trabalho amparado por construções de biografias, um assunto já muito discutido na historiografia e responsável por trazer uma série de renovações ao debate acerca do fazer história. Depois de passar longos anos do século XX relegada á importância secundária, a biografia histórica ressurgue

⁴ ALDEGUER, Rafael Zurita. La sociabilidad en la historia política del ochocientos: un recorrido por la historiografía italiana. **Passado y Memória**: Revista de história contemporânea. n. 4, 2005.

paulatinamente como modelo historiográfico de grande relevância, abandonando a idéia de narrativa linear e descritiva, para incorporar e difundir um modelo de *narrativa-problema*. As propostas trazidas pela micro-história são diretamente responsáveis por esta renovação.

A proposta da micro-história ganha força e uso no debate epistemológico entre os historiadores justamente no momento da crise dos paradigmas e das estruturas sociais, levando a *ação do sujeito histórico* ao pró-cênico da História, e não mais os modelos explicativos e/ou as grandes estruturas. O recurso da microanálise permite perceber conjecturas e tramas por vezes relegadas pela perspectiva macro, da mesma forma que a perspectiva macro permite vislumbrar o todo e não apenas partes descontínuas do objeto do historiador. É, portanto, o *princípio da variação da escala* que conta, e não a escolha de uma escala em particular.

Embora seja capaz de oferecer boas respostas às indagações que o historiador faz para conhecer seu objeto, a composição de trajetórias e biografias é um terreno delicado, que merece atenção e esmero. Como bem atentou Pierre Bourdieu, ao mostrar que a “ilusão biográfica⁵” se dá muitas vezes pelo excesso de coerência das trajetórias, uma racionalidade excessiva que na prática, as escolhas dos agentes não tem. Simona Cerutti também delinea suas observações sob a mesma questão, ao dissertar sobre a *noção de interesse*, que sugere uma falsa constância de comportamento dos sujeitos históricos⁶. Essa previsibilidade dos atores é uma armadilha que o historiador deve evitar.

O uso do *paradigma indiciário*, modelo de investigação que encontra suas raízes no século XIX e reconstituído por Carlo Ginzburg⁷, torna-se uma escolha coerente, uma vez que se propõe a investigar o particular, baseando-se na observação dos detalhes para se efetuar a análise. A formulação de suas conclusões recai sobre a análise de situações, casos, documentos individuais e de caráter serial, condições estas que vão de encontro à abordagem que propomos.

Domingos Coelho, Bento Gomes Ramos e Antonio Gomes Sande: suas trajetórias e rede de relações na capitania do ouro

⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁶ CERUTTI, Simona. IN: REVEL, Jaques (org). *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

⁷ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[...] Aos vinte e dous de julho de mil e sete centus e quinze annos, naceo Antonio Carvalho da Motta, filho de Manuel Carvalho da Motta e Anna Alvres, de lugar da Motta e foi baptizado no mesmo dia [...].⁸

O dito sujeito viera ao mundo no oitavo ano do reinado absolutista de D. João V, O Rei-Sol Português, na Freguesia de Salvador da Ferverença, região de Braga, ao norte do território português, em um momento histórico de extrema relevância para a história de Portugal na Era Moderna: a recém descoberta do ouro nos domínios lusos na América.

*“Com vinte annos pouco mais ou menos”*⁹ Antonio Carvalho da Motta seria mais um português a tentar a sorte na capitania do ouro. Filho e neto de lavradores, migrara para o Brasil por volta do ano de 1735, segundo consta nos depoimentos de seus conhecidos. Ainda jovem, se estabelecera na freguesia de Guarapiranga, e passara a ganhar a vida extraíndo ouro das lavras, e também com engenhos de aguardente, muito comuns na região.

Ao que tudo indica, Bento Gomes Ramos, nascido na segunda metade da década de 1720, na Freguesia de São Nicolau de Sandim, conselho da cabeceira do Basto, na comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, chegou às terras brasílicas com quinze anos de idade pouco mais ou menos¹⁰, e fora recebido por seu tio, já residente em Guarapiranga. O fato de ter algum parente próximo residindo na colônia foi motivador para muitos dos portugueses que aqui chegaram, pois tal situação implicava facilidades como moradia e até mesmo ocupação profissional encaminhada. Esse foi o caso de Bento, que tinha no referido tio morador nas Minas, um forte amparo que lhe valeu uma grande colaboração profissional por toda a vida. Filho de agricultores do norte de Portugal, Bento tornou-se homem de negócios assim como o tio, era comboieiro de escravos, vivendo de *“ir ao Rio de Janeiro buscar negros para vender nas Minas”*¹¹, e administrando suas lavras. A relação entre sobrinho e tio tornara-se forte, uma vez que Bento cuidava dos negócios do tio, e este demonstra em seu testamento, um grande apreço pelo filho de seu irmão, como veremos.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Officio, Antonio, mç 136, DOC. 255. A partir daqui, será citado de forma abreviada.

⁹ ANTT, HSO, Antonio, mç 136, doc. 255.

¹⁰ ANTT, HSO, Bento, mç 15, doc. 216.

¹¹ *Ibidem*.

Nascido na freguesia de Santa Maria do Moreira do Castelo Celorico de Basto, na Comarca de Guimarães, na região do Arcebispado de Braga, Domingos Coelho passou a infância no lugarejo, sempre visitando os avós maternos na freguesia vizinha, Pousada de São Miguel, também ao norte de Portugal. Aos treze anos foi mandado para o Brasil, onde tinha um irmão padre, chamado João Coelho¹². Desembarcou no porto do Rio de Janeiro e nesta cidade não se deteve nem por quinze dias. O rapazote tomaria os rumos das Minas Gerais.

Vivera o resto de sua vida na freguesia de Guarapiranga, onde ascendera socialmente e ganharia a vida desenvolvendo diversas atividades, como extração de ouro, produção de aguardente, além de “usar de cirurgia”¹³. Na década de 1770 se autodenominaria como “homem de negócios”.

Em vinte e quatro de outubro de 1755, como apontam os registros da Inquisição de Lisboa, Antonio Carvalho da Mota, residente em Guarapiranga, e já com *quarenta anos pouco mais ou menos*, entrara com o pedido de habilitação de Familiar do Santo Ofício. Queria servir a Deus e ao Santo Tribunal:

Diz Antonio Carvalho da Mota, morador na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Guarapiranga, comarca de Villa Rica nas Minas Geraes do Ouro Preto, Bispado de Mariana, que lhe deseja servir ao Santo Tribunal e a N. V. M. no ministério de Familiar para cujo emprego se acha com-os requisitos necessários¹⁴.

Após o requerimento da patente por parte do candidato, inúmeros procedimentos eram tomados pelo Santo Ofício a fim de se investigar se habilitando cumpria os pré-requisitos ao cargo. Segundo Aldair Carlos Rodrigues, a petição enviada deveria declarar sua naturalidade, residência e ocupação. “Neste documento, deveria mencionar os nomes e as respectivas naturalidades de seus pais e dos quatro avós. Caso fosse casado, declararia os mesmos dados da esposa e de sua respectiva ascendência. Se tivesse filhos, ilegítimos ou não, deveria proceder da mesma forma. E ainda, caso tivesse algum parente Familiar do Santo Ofício, deveria citá-lo.”¹⁵ A investigação passava também por pedido de *nada consta* dos três tribunais do reino: Lisboa, Coimbra e Évora. “Após verificar o repertório de condenados, o

¹² ANNT, HSO, Domingos, mç163,doc. 2555.

¹³ *Idem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: Os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: 2007. Dissertação de mestrado. FFLCH. USP p. 84.

notário de cada Tribunal deveria passar uma certidão da existência ou não de culpa referente ao habilitando e aos seus ascendentes”¹⁶.

Então, passados cinco anos do pedido de habilitação, o Tribunal comprova a capacidade do candidato de servir ao Santo Ofício, e os quatro responsáveis pelo juízo, em dezembro de 1759 concluem: *Sou do mesmo parecer e assim o julgo e aprovo*¹⁷.

Antonio Carvalho da Motta fora então aprovado em todos os quesitos necessários e recebe o título de Familiar do Santo Ofício em vinte e três de janeiro de 1760 e presta juramento a um comissário em Mariana em dezembro do mesmo ano. Já tinha *quarenta e cinco anos de idade*. O Familiar recebera a patente na época em que o pico de expedição de Familiatura em Minas e no Brasil colonial atingiu seu ápice: décadas de 50 e 60 do século XVIII¹⁸.

Já o processo de habilitação de Bento Gomes Ramos duraria aproximadamente quatro anos, uma vez que em 1767 foram iniciadas as diligências em Guarapiranga. Em dezembro de 1770 a patente já fora reconhecida¹⁹. O interesse pelo título de Familiar do Santo Ofício certamente foi motivado pelo fato de seu tio, Manuel Gomes Sande, com quem morava em Guarapiranga, já ser habilitado com a mesma patente.

As inquirições sobre os antecedentes de Bento que ocorreram na freguesia mineira foram feitas pelo Comissário Ignácio Correia de Sá, clérigo da freguesia, e nos apontam informações relevantes. Todas as cinco pessoas entrevistadas afirmam o candidato ser solteiro, e ter entre quarenta e quarenta e cinco anos a idade. Três delas relatam como atividades do candidato *“viver de minerar, de engenho e de comércio de negros”*. Outrossim, em um dos depoimentos aparece a informação de *“que ele vive com hum seo tio chamado Manuel Gomes Sande e administra-lhe lavras”*. Os relatos apontam ainda para o cabedal estimado de Bento: entre sete mil e nove mil cruzados²⁰.

Contudo, há de se ressaltar um importante detalhe presente nas inquirições a respeito da vida e comportamento de Bento Gomes Ramos: o depoimento de Domingos Coelho, outro Familiar do Santo Ofício da localidade. Coelho afirma que Bento: *“Vive de mineirar e de ir ao*

¹⁶ *Ibidem*. p. 85.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op. Cit.* p. 130.

¹⁹ ANTT, HSO, Bento. mç 15, doc. 216.

²⁰ *Idem*.

Rio de Janeiro buscar negros para vender e para sua fábrica (...) e de com ele passar e ser seu vizinho.”²¹

Diante de tal situação, percebemos que estes dois familiares tinham relações estabelecidas, seja pelo ofício de negociantes, seja pela vizinhança. A patente de Familiar do Santo Ofício parece ter enrijecido os laços. Atentamos ainda ao fato do representante inquisitorial a cumprir as diligências ter procurado Domingos Coelho para depor, uma vez que sabidamente este era um sujeito prestigiado na freguesia e certamente conhecido na localidade por ser Familiar, condição que legitimava ainda mais seu depoimento acerca de um habilitando.

Destacamos ainda, outro indício que nos aponta a existência de uma sociabilidade entre os sujeitos históricos em questão: O Códice Costa Matoso - a famosa coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América, com relatos do Ouvidor Geral de Ouro Preto, o Doutor Caetano da Costa Matoso – no que remete à “informação sobre as antiguidades da freguesia de Guarapiranga”, datado em 10 de dezembro de 1950. No referido documento, ao descrever os limites de fronteira e características do território em questão, o relator aponta:

“passa-se este [o rio Piranga] por uma ponte de 220 palmos que o povo mandou fazer a sua custa. Acima desta esta o engenho de bois do reverendo Félix Simões de Paiva [comissário do Santo Ofício]; acima, **a fazenda de Domingos Coelho e Antonio Carvalho [ambos familiares do Santo Ofício], que consta de engenho de água e pilões, moinho, nobres casas, ponte de 192 palmos, feita por quem lhe vendeu a fazenda, com girau em cima de sessenta palmos de altura para passar água para roda e lavra. Nela se mete um ribeirão povoado, três léguas de roça.**²²”

Percebemos portanto, que antes mesmo de tornarem-se agentes inquisitoriais, Domingos Coelho e Antonio Carvalho da Mota já possuíam relações comerciais em comum. A fazenda com engenho de posse de ambos nos aponta o indício de uma relação estabelecida antes mesmo da familiatura.

Os primeiros registros de uma patente de Familiar do Santo Ofício na Câmara de Mariana aparecem em sete de agosto de 1776, justamente a dos Familiares de Guarapiranga, Bento Gomes Ramos, Domingos Coelho e Antonio Carvalho da Mota. Curiosamente, apenas os registros das patentes destes três agentes aparecem assinados por Bento Gomes Ramos,

²¹ *Idem.*

²² Códice Costa Matoso: “informação sobre as antiguidades da freguesia de Guarapiranga”. Grifos nossos.

juntamente ao lado da assinatura do escrivão da Câmara²³. Tal ensejo nos parece ser um indício de uma relação de confiança deste com os demais agentes da mesma freguesia. Acreditamos que para não ser necessária a locomoção de todos da freguesia de Guarapiranga até Mariana, Bento fora o responsável por ser o “representante” e levar a documentação dos colegas até a Câmara para efetuar o registro. Portanto, certamente uma relação de parceria e colaboração entre estes homens se estabeleceu, pelo menos até este instante.

Os desfechos

No casamento com Feliciano Maria de Oliveira, Coelho tivera dez filhos e uma vida abastada, com diversas propriedades e mais de uma centena de escravos²⁴. Certamente o enlace matrimonial com a filha de um dos principais nomes da elite local foi determinante para a ampliação da riqueza do referido Familiar. Esta estratégia social de manutenção e ampliação de posses aparece como uma prática usual às elites locais, e foi bem executada por este Familiar. Posteriormente, Domingos Coelho casara sua a primogênita, Francisca Clara Umbelina, com o Capitão Antonio *Gomes Sande*, sobrinho do Familiar Bento Gomes Ramos e um dos homens mais abastados da localidade, já em fins do século XVIII. Com este casamento, a manutenção do patrimônio de Coelho se assegura, e a união de duas famílias hegemônicas de Guarapiranga acontece. Em 1806, a fazenda da Pirapetinga, onde residia Manuel e Bento, aparece como residência de Antonio Gomes Sande, e na ocasião de seu falecimento fica como herança para sua esposa, Francisca Umbelina²⁵. Em 1833, na ocasião do falecimento desta, percebemos que a fazenda manteve-se como residência da família, e encontra-se entre os bens inventariados²⁶.

Não podemos precisar o ano da morte de Domingos Coelho, mas certamente podemos afirmar que muito profícua foi sua trajetória como homem de negócios, chegando ao fim de

²³AHCMM, Registro de Patentes e Provisões, Códices 573 (1770-1779) e 660 (1770).

²⁴ Ver LOPES, L. F. R. ; LEMOS, Gusthavo. *Distinguir e enraizar nas Minas setecentistas: As estratégias sociais da elite local da freguesia de Guarapiranga (1750-1850)*. In: Micro História e os caminhos da história social, anais do II COLÓQUIO DO LAHES. Juiz de Fora, 2008. Gusthavo Lemos faz um exaustivo levantamento documental acerca dos bens da família e nos aponta as dificuldades do complicado processo de partilha deste enlace matrimonial.

²⁵ Inventário de Antonio Gomes Sande, disponível no AHCSM. Cedido gentilmente por Gusthavo Lemos e Carolina Zamperlini.

²⁶ Inventário de Francisca Clara Umbelina, disponível no AHCSM. Também cedido por Gusthavo Lemos e Carolina Zamperlini.

sua vida com numerosas possessões e estimado cabedal. Suas artimanhas na execução de estratégias sociais de enraizamento obtiveram sucesso.

Em dezoito de abril de 1782, falece o tio de Bento Manuel Gomes Sande, na fazenda da Pirapetinga. Fizera seu testamento três anos antes, deixando suas posses para seu sobrinho com quem vivera por quase a vida toda na colônia. Afirma: *“Herdeiro que faço meu sobrinho he por me ter sido grato tratando de todas minhas dependências e minha pessoa e bens a mais de trinta anos em lizura e verdade.”*²⁷

Deixa como bens, *“hum roça donde assisto nesta pirapetinga e huma sesmaria a mesma terra com águas minerais e bastantes escravos que mais me pertencer.”* Observemos a listagem mais detalhada de seus bens:

Trinta e quatro escravos;
três cavalos de carga;
um carro;
uma fazenda na Pirapetinga com casas e tela e paiol²⁸.

Poucos tempo depois da morte do tio, Bento Gomes Ramos falece, em 1784. Em seu inventário, nenhum dos bens herdados com a morte de Manuel aparece, apenas uma pequena quantia 227.355 contos de réis, a serem subtraídos as dívidas que deixara e o montante final divididos entre seus irmãos, nomeados herdeiros. Em poucos anos, Bento desfaz da pequena fortuna deixada pelo tio e morre pobre.

Em oito de janeiro de 1798, Carvalho da Motta, já *octogenário*, faz seu testamento, explicitando sua situação e declarando quais seriam suas últimas vontades:

[...]estando eu Antonio Carvalho da Mota de pé e de saúde porem se [?] da morte por ser certa, e dezejando salvar minha Alma faço este meu testamento na forma seguinte Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade [...]e Rogo tão bem a Bem aventurada sempre Virgem Maria e Nossa Senhora ao Glorioso Patriarcha Senhor São Jose ao Anjo de minha guarda, ao bem aventurado Padre Santo Antonio, e a todos os Anjos e Santos, e Santas da Corte do Ceo queirão interceder por mim e Deos porque como verdadeiro Christão protesto viver, e morrer na Santa fé Catholica nella salvar minha alma pelos merecimentos do Divino²⁹[...].

²⁷ AHCSM. Testamento de Manuel Gomes Sande. Cod.199, a.3811, 1º of.

²⁸ Idem.

²⁹ AHCSM. Testamento de Antonio Carvalho da Motta.Cod.12, auto 416, 1ºof.

O Familiar *chega ao fim da vida solteiro e sem filhos* ou herdeiros consangüíneos. Declara como único herdeiro de seus bens e testamentário, o homem rico e influente na região, sobrinho de Bento Gomes Ramos: o Capitão Antonio Gomes Sande. Vejamos:

Declaro que sou natural e baptizado / na freguesia de São Salvador de Forem/ça e termo de Basto Comarca de [?/] Arcebispado de Braga filho lêm/gitimo de Manoel Carvalho da Mota / e de sua mulher Anna Alves ambos / já defuntos e [?] nem todo de [?] / sem herdeiros forçados [...] constituo por [medida?] herdeiro são **Capitão Antonio Gomes Sande**, e na falta deste a sua mulher Dona Francisca que por sobrenome não [?] e na desta a meu afilhado o Alfes Antonio Dias dos Anjos todos desta freguesia de Guarapiranga [...]aos quaes [?] mesma Ordem constituo tão bem por meus bastantes procuradores [...].

Como já apontamos, Antonio Gomes Sande era homem de inúmeras posses e bem quisto na localidade. Para Carvalho da Motta, fazer uso de tal estratégia parecia conveniente, pois ter alguém influente para cuidar e resolver as pendências burocráticas tinha uma boa significância devido às facilidades que isso possibilitava.

Como já destacamos anteriormente, era pré-requisito para se alcançar o título de Familiar do Santo Ofício, ser abastado e possuir posses. Segundo Aldair Carlos Rodrigues, havia uma tendência de os Familiares estarem mais ricos no final da vida³⁰. Este não é o caso de Antônio Carvalho da Motta. Vejamos a descrição de seus bens:

Declarou elle Inventariante, que por falecimento de seu testador não fica ouro algum em pó, ou em barra, ou em pecas do mesmo, e prata, e somente os bens seguintes.

Huma caixa de arame com o peso de três libras e foi visto e avaliado pelos ditos Louvados na quantia de seis centos e setenta e cinco reis com o que se sahe

Item huma candeia de ferro e foi vista e avaliada pelos ditos Louvados na quantia de dusetos e vinte e cinco reis sahe

Item huma pedra de navalha e foi vista e avaliada pelos ditos Louvados na quantia de tresentos e setenta e cinco reis

Item três mil quatro centos e oitenta e sete reis e meio que deve João Vieira Carapina com que a margem sahe Item [...] ³¹

Percebemos pela referida descrição que o agente inquisitorial *morre pobre*, sem posses de valor e muitas contas a serem pagas. Seu inventário não deixa dúvidas a respeito do insucesso financeiro no fim da vida. Percebemos ainda que o habilitado *não possuía mais a*

³⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. Op. Cit. p. 179.

³¹ Idem.

medalha de Familiar do Santo Ofício, insígnia legitimadora a ação do agente e que por vezes foi alvo até mesmo de falsificação por aqueles que ansiavam pelo poder e prestígio que o cargo oferecia.

Ao declarar suas vontades a serem cumpridas depois de morto, o próprio Familiar Antonio Carvalho da Motta afirma no testamento: *[...]acompanhado pelo reverendo Parocho e Sacerdotes que allegar meu testamenteiro **pois me acho pobre** e por isso quero que todo meu funeral, e sufragios sejam feitos a sua eleição[...]*³²

No dia dezoito de junho de 1801, falece aos oitenta e sete anos Antônio Carvalho da Motta, não deixando herdeiros consangüíneos nem objetos de valor.

Considerações finais

Por meio deste exercício de pesquisa, foi possível perceber o quanto o uso da perspectiva das sociabilidades aliada à prática método de variação de escala de observação pode trazer resultados vindouros à nossa pesquisa, principalmente no que diz respeito à composição de trajetórias dos sujeitos históricos em questão. Desta forma, entender a relação entre os agentes do Santo Ofício, apontando suas estratégias de manutenção de riqueza, distinção social e enraizamento na sociedade local, torna-se enriquecedor por meio destes usos teórico-metodológicos que o historiador pode optar. Em nosso trabalho, o uso destas perspectivas nos permite recuperar o cotidiano, erigir as árvores genealógicas, e principalmente vislumbrar o cenário de incertezas que os personagens por nós investigados tinham à sua volta.

³² Idem.

As Forças Armadas e a projeção do poder político brasileiro além de nossas fronteiras: um estudo comparativo entre a Segunda Guerra Mundial e as Missões de Paz da ONU

Marcos Antônio Tavares da Costa¹

Introdução

Desde 2004, pouco mais de 1000 militares brasileiros compõe, com um rodízio a cada seis meses, a maior força militar estrangeira dentro de um dos maiores contingentes da Organização das Nações Unidas no pequeno, mas problemático, país caribenho, o Haiti.

Trata-se, também, do maior efetivo brasileiro atuando como força armada fora de nosso território desde os combates bélicos da 2ª Guerra Mundial. Naquela oportunidade, 25000 homens e mulheres pegaram em armas para lutarem contra o poderoso exército alemão, por acreditarem na defesa da paz e da democracia e pela defesa da soberania do Brasil, atingido anos antes por diversos ataques submarinos aos navios mercantes.

No Haiti, os brasileiros participam não de conflitos bélicos declarados, como foi o caso da Guerra Mundial. A Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944, embarcou rumo ao continente europeu para ajudar a aniquilar o inimigo, usando a força como braço destrutivo de uma ampla rede de estratégias militares que visavam a paz, sem dúvidas, mas por meio de um gama incomensurável de armas de grande poder de destruição, como os modernos aviões, blindados, canhões, minas e navios. No presente, a busca pela paz pelas tropas brasileiras assumiu um caráter mais defensivo e dentro de normas rígidas de preservação da vida e dos direitos humanos regidos pela ONU, apesar do uso de algumas das mesmas armas de poder destrutivo, como metralhadoras e blindados.

A diplomacia brasileira durante o período após a Independência, seguiu caminhos que às vezes trilhavam pelo conservadorismo no alinhamento com aliados tradicionais, às vezes mostrava que buscava um caminho de política independente e até inovador. Nos dois modelos, mostrou quase sempre preparo dos seus diplomatas, respeito às convenções e a busca pela conciliação.

¹ Mestre em História (UFJF).

Este trabalho tem por finalidade realizar uma análise dos objetivos que levaram a política exterior do Brasil a utilizar suas Forças Armadas em dois eventos de importância na História: a 2ª Guerra Mundial e as Missões de Paz da ONU.

2. Os caminhos da Diplomacia Brasileira

A política externa brasileira, segundo Almeida, tem suas origens já após a vinda da família real ao Brasil, em 1808, apesar de estar ainda vinculada aos ditames da diplomacia portuguesa. Somente com a independência é que surge lentamente a afirmação de uma política nacional, caracterizada segundo a sua condição de fornecedor de produtos agrícolas, dando ênfase, portanto, a uma política voltada para o campo econômico².

Com o fim do Império, os ditames da diplomacia mudam somente quanto ao advento da idéia do panamericanismo, já que o Brasil monárquico havia estabelecido certo isolamento das nações do seu subcontinente. A economia, no entanto, permanecia como ponto primordial nas preocupações diplomáticas, com a continuidade da chamada “vocação agrícola” e da defesa da economia cafeeira, na qual se baseia a maior parte das divisas.

O Barão do Rio Branco atuou como Ministro das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, e com ele, foram fundadas as bases para a política exterior do Brasil dos próximos anos. As participações brasileiras nas conferências de paz em Haia e as negociações para as delimitações das fronteiras foram marcantes para essa nova fase. A economia não perdeu a sua importância e o café continuou a ser o ponto de destaque nas negociações com outros países.

A partir de 1912, o Brasil procurou seu espaço do “Concerto das Nações”, com a finalidade de obter maior voz perante as nações mais desenvolvidas economicamente e militarmente. Segundo ALMEIDA, a visão bacharelesca dos diplomatas brasileiros não foi suficiente para elevar o país de uma posição discriminada de país colonizado³.

A política de alianças que resultou na 1ª Guerra Mundial atingiu o país com os afundamentos de navios, levando à declaração de guerra à Alemanha e o envio de uma flotilha

² ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: uma perspectiva histórica. In: **Atas do simpósio Brasil, 500 anos depois**. 2002, p. 255.

³ Ibidem, p. 256.

que foi arrasada pela gripe espanhola antes mesmo de chegar à Europa⁴. Esse evento, no entanto, pode ser visto como uma atitude mais incisiva da diplomacia brasileira em relação a um país europeu.

Mesmo assim, a busca por um reconhecimento permaneceu até a grande crise dos anos 1930. Nessa época, a grave crise econômica mundial levou a uma mudança no comportamento das forças dominantes e dominadas, além do fato de que no Brasil, a Revolução de 30 alçou um governo com maior capacidade decisória do que os anteriormente existentes. Nesse novo mundo é que o país aproveita a oportunidade de sair de sua postura passiva no cenário político internacional para uma atitude mais positiva, procurando um espaço mais importante.

Esse período é marcado pelo início de rivalidades de ideologias antagônicas, principalmente o comunismo, impulsionado pela vitória na Revolução de 1917, e o fascismo, presente em diversos países, inclusive no Brasil, que viveu as tentativas de insurgência em 1935, pelos seguidores de Luis Carlos Prestes, e 1938, com os integralistas. O choque entre essas e outras ideologias culminou com a 2ª Guerra Mundial, onde o Governo Vargas adotou uma postura dúbia entre a democracia e o fascismo até se alinhar com os norte-americanos, cedendo bases e enviando uma tropa com 25 mil homens para os combates na Itália.

Esse alinhamento e política conservadores permaneceram até o Governo João Goulart, que adotou pela primeira vez uma postura independente, deixando o tradicional alinhamento com os EUA, procurando romper com paradigmas de submissão às políticas de acordos econômicos com países desenvolvidos e com a idéia de posicionamento imprescindível entre países ou do chamado Leste ou do Oeste, capitalistas ou comunistas, próprio da Guerra Fria, mas sim entre aqueles que seriam do sul ou do norte, os primeiros subdesenvolvidos, e os outros desenvolvidos. Com a queda do governo pelos militares, a doutrina política voltou à fase de conservadorismo, com a aliança aos EUA.

Logo após a institucionalização dos governos militares, a diplomacia brasileira voltou a procurar uma identidade, evitando ao alinhamento incondicional com a política norte-americana. Com isso, durante o fim da década de 1960 e durante os anos 1970, várias nomenclaturas foram sendo designadas por estudiosos da diplomacia, como por exemplo, a “diplomacia da prosperidade” do governo Costa e Silva ou o “Brasil Grande Potencia”, na

⁴ COSTA, Marcos Antonio Tavares da. **A Força Expedicionária Brasileira: Memórias de um conflito**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2010. p. 80.

gestão Médici. Todas tinham por pressuposto a busca pelo desenvolvimento econômico e tecnológico do país, que parecia ser um objetivo alcançável, até que a crise mundial do petróleo e os problemas gerados pela alta dívida externa, apontando a fragilidade da nossa economia, derrubaram essas propostas e promoveram a redefinição de rumos com o fim dos governos militares.

A partir da chamada redemocratização, o Brasil passa a apontar a importância das relações regionais, deixando de lado a diplomacia bilateral e adotando um conceito de relações multilaterais. Postura que se tornou mais definida, com as rápidas mudanças na geopolítica mundial ao fim da década de 1980, com o fim do comunismo. No início dos anos 2000, a importância capital dos grandes blocos econômicos regionais estava consolidada, tendo o Brasil a consciência de sua liderança participativa junto ao MERCOSUL e com ligações a outros blocos como o que congrega os países andinos e os europeus. Anos depois, surge como um dos BRICS, forma de se referir ao Brasil, Índia, China e Rússia, como as futuras potências mundiais, ao se avaliar a firmeza da economia e as potencialidades econômicas e geográficas.

É nessa fase que há o retorno do Brasil às missões de paz promovidas pela ONU, como em Moçambique (1992), Angola (1995-96), Timor Leste (2000-03) e Haiti (2004- hoje), produtos da diplomacia multilateral, apoiada pela participação direta dos Presidentes da República, que entenderam que essas atividades, além do caráter humanitário próprio, poderiam ser uma forma de projeção das potencialidades do país, seja militarmente, economicamente, de seu material humano e da nossa política exterior. Isso tudo em busca de objetivos mais profundos dentro do cenário político mundial.

3. Vargas e as Forças Armadas na Segunda Guerra Mundial

Em 15 de janeiro de 1942, o navio mercante brasileiro *Baependi* navegava tranquilamente pela costa nordestina, entre a Bahia e Alagoas, quando durante a noite foi atingido por torpedos lançados por um dos muitos submarinos alemães da classe *U-boats* que infestavam o oceano Atlântico, realizando patrulhamentos em busca de alvos militares e civis

de países inimigos declarados ou que não se alinharam ao Estado Nazista, mas sim aos norte-americanos ou ingleses⁵.

As quase três centenas de mortes causadas se somariam as 131 que ainda ocorreriam naquele mesmo dia com o afundamento do Araraquara, também vítima dos submarinos alemães, eventos que seriam o ápice de uma situação insustentável de agressões e ameaças contra o Brasil, feitas pela Itália e Alemanha, ressentidos pelo alinhamento brasileiro com os EUA e a conseqüente perda por parte dessas nações européias, de um importante ex-parceiro comercial, antigo fornecedor de materiais de interesse dos alemães, como borracha e algodão, e mais ainda, pelo fato de que o Brasil possuía uma destacada posição estratégica, principalmente em seu saliente nordestino, próximo às bases aéreas da Europa e da África, facilitando o fluxo logístico e as atividades ofensivas ao continente africano.

Getúlio Vargas governava sob o chamado Estado Novo, com a supressão de partidos políticos e de alguns direitos individuais, censura e perseguições a inimigos políticos. Seu regime apresentou-se, quanto às relações externas, de maneira pendular, às vezes em apoio aos EUA, às vezes em apoio aos países totalitários do Eixo: Itália e Alemanha. Hábil negociador, Vargas viu nesse apoio uma forma de tirar vantagens para impulsionar a economia brasileira, principalmente em sua indústria de base com a criação da siderurgia, com a modernização das Forças Armadas e com a afirmação do protagonismo do país no continente sul-americano.

As influências e interferências dos seus parceiros antagônicos geravam desconfianças no Presidente e em seus assessores mais diretos, mas também eram motivos de admiração e preferências que ajudariam a definir pelos norte-americanos, que pregavam a união das Américas em prol da defesa do continente, em contraponto à intenção alemã por uma permanência como parceiro comercial e uma neutralidade brasileira, o que poderia ocasionar no abandono ao apoio militar e comercial dado aos EUA.

O Brasil estava a algum tempo inundado pela propaganda cultural promovida pelos americanos, por meio de seus filmes de Hollywood, pelas músicas e pelos incessantes produtos *made in USA* que diariamente chegavam ao fácil domínio dos brasileiros, ilustres ou não. A *Política da Boa Vizinhança*⁵ como foi chamada, não deu atenção apenas ao Brasil, mas a toda a América Latina, receio que toda essa porção poderia ser tentada pelo charme totalitário

⁵ Ibidem, p. 22.

e eficiente dos alemães. Estes, que até 1941 demonstraram grande poder de recuperação econômica e vitórias nos campos de batalha, o que levava a crer que seu modelo era o ideal para promover uma “virada” na triste história do continente. Além do mais, as grandes levas de imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, que aportaram no cone sul-americano, preocupavam os líderes aliados pelas possibilidades claras de um alinhamento ao Eixo.

A atuação do político e diplomata gaúcho, Osvaldo Aranha, em prol do apoio aos americanos foi importante para que a tentação pelo caminho dos regimes totalitários fosse abandonada. Apesar de trabalhar para um governo com características ditatoriais, Aranha, que fora embaixador nos EUA, conhecia o poderio e a importância da democracia norte-americana, e como ministro das relações exteriores trabalhou pelo alinhamento definitivo e união de todos os países latinos em favor dos interesses dos aliados. Para isso, quatro conferências entre esses países foram realizadas. Na 3ª delas foi onde o Brasil colocou-se a favor dos EUA, com a cessão de bases no Nordeste, quando a guerra na África ainda exercia uma capital importância para a definição da 2ª Guerra. Com o ataque japonês à Pearl Harbor, a 4ª conferência definiu pelo afastamento das relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália.

Foi a partir desse ponto que os afundamentos dos navios mercantes tornaram-se um estorvo e ameaça para o Brasil, que só depois de muita relutância, mortes e certa pressão da opinião pública, definiu pela declaração de guerra contra a Alemanha e Itália, países que cujos submarinos atacaram os navios brasileiros.

A declaração de guerra não evitou novos ataques nem significou a participação, naquele momento, de uma tropa armada para combates diretos contra o Eixo. Do ponto visto militar, resultou em um primeiro momento, um afluxo ainda maior de tropas norte-americanas para a operacionalização das bases e com o treinamento de militares brasileiros no Nordeste, inclusive com o recebimento de materiais bélicos condizentes com a necessidade de defesa da região e mais modernos do que havia disponível no Brasil.

Do ponto de vista político, a decisão de Vargas trouxe um grande apoio da população, principalmente de parcela significativa de estudantes, liderados pela União Nacional dos Estudantes, que seguia as orientações de cunho socialista, claramente contrários ao nazi-fascismo. Externamente, o Brasil ficou fortalecido por sair da quase letargia em que se encontrava ao permanecer, até aquele momento, entre dois mundos antagônicos que se digladiavam por três anos e já arrastara dezenas de países aos combates, causando prejuízos

materiais e humanos e, ainda, parecia longe do fim. A neutralidade brasileira, talvez coerente com a tradição de nossa diplomacia, não encontrava mais uma base sustentável quando ambos os contendores se interessavam pelo que o país tinha a oferecer, e que poderia fazer pender a balança da vitória para um dos lados. O país, agora, assumia uma liderança no seu continente e importância para todo o conflito.

Os aliados ingleses, até então, devido a essa postura do Brasil, viam o governo Vargas com desconfiança e não tiveram uma diplomacia mais paciente, ao contrário dos americanos, que mantiveram um esforço até fazer valer antigas idéias de união dos países americanos. A Grã-Bretanha, por sua vez, deixou claro sua indisposição contra ao Brasil, ao aprisionar um importante carregamento de armas alemãs, comprado antes da guerra, e quando houve a intenção em levar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o conflito, ter sido incisivamente contra.

A FEB foi criada um ano depois da declaração de guerra e teve objetivos mais profundos do que a nobreza em defender a paz e a democracia, ou ainda, em recuperar os brios da Nação, feridos pelos ataques dos submarinos nazistas. Tudo isso são elementos importantes e reais para enviar tantos homens para a guerra, mas Vargas viu a possibilidade de dotar o Brasil com uma maior força diplomática e política com o advento do período pós-guerra.

Não havia dúvidas, inclusive para Aranha e o Exército, da pouca necessidade de enviar uma força armada para um teatro de operações contra um inimigo mais adestrado e experiente⁶. A guerra ainda estava longe do fim, mas os aliados já mantinham grandes efetivos na Europa e na Ásia, os combates na África tinham se encerrado, então mais homens seriam até bem vindos, contanto que o país fosse responsável pelo treinamento e preparação material de seu efetivo, como fizeram os australianos. Mas o Brasil conseguiu dos EUA, o apoio necessário para enviar os 25000 homens para Itália, com a principal intenção de figurar entre os possíveis vencedores do conflito e sentar-se com mais vantagens à mesa de negociações e, também, assumir uma posição de destaque na organização que iria dar lugar à fracassada Liga das Nações.

Internamente, Vargas acreditava que mantendo os militares com uma missão tão importante, os afastaria do poder e poderia conquistar mais apoio para se manter no poder.

Em um conflito que, após seu encerramento, já se sabia que definiria os rumos de um novo Mundo, estar em condições de atuar efetivamente no terreno, expondo seus filhos à

morte e o país aos ataques e à vingança dos inimigos, era um ponto de partida importante para garantir uma posição mais destacada, mas outras seriam também necessárias. A Rússia despejava milhões de homens e mulheres para deter os alemães no Leste, a custo de milhares de mortos a cada dia. Os franceses sacrificaram seu território e agiam de todas as formas para expulsá-los da França. Os Britânicos agüentaram durante dois anos praticamente sozinhos e ainda lutavam em várias frentes. Os americanos, mesmo entrando depois, colocaram todo o povo em favor da luta. Fora outros países de menor importância política, mas que contribuíram de forma decisiva para a Guerra, como os poloneses, os australianos, os belgas, canadenses, iugoslavos, entre outros.

Ao final do conflito, a contribuição brasileira para a vitória dos aliados foi importante, como foram as dos países acima citados. Politicamente, o Brasil saiu fortalecido por fazer parte do grupo vencedor, mas suas aspirações foram além do que realmente foi acordado entre as três grandes potências da guerra: EUA, Inglaterra e Rússia. Na divisão dos louros, a França foi a escolhida para ser mais uma voz no Conselho de Segurança recém instalado. Os americanos perderam parte do interesse com os rumos e potencialidades da América Latina, voltando suas atenções para a Ásia e Europa. A FEB foi dissolvida mesmo antes de pisar no Brasil, com os principais chefes do Exército ainda mais preocupados com a política interna. Com isso, a aposta de Vargas para se manter no poder não se concretizou, foi deposto, e, depois, foi eleito o ex-ministro da guerra Eurico Dutra.

O uso da FEB como uma ferramenta política para projetar internacional o país, em busca de maiores e melhores poderes, não surtiu o efeito que sonhavam Vargas e Aranha. O Brasil ficou ou continuou sendo tratado como uma potência menor, um aliado estratégico, mas ainda um fornecedor de matérias primas, com uma incipiente indústria e com diferenças regionais capazes de segurar seu desenvolvimento. O Brasil seria, ainda, incapaz de liderar rumos políticos, senão em seu subcontinente, com um quadro de responsabilidade política bem menor.

Levaria muitos anos para que as Forças Armadas tivessem a incumbência de levar a cabo uma missão fora de seu território. O seu uso como instrumento diplomático e político nunca foi abandonado, principalmente como elemento de persuasão, mas atuar como tropa seria necessário um novo estabelecimento de metas da política externa e uma nova conjuntura mundial que favorecessem. Isto viria a acontecer com o fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU).

4. A ONU, as Missões de Paz e o Brasil

Ao final da 2ª Guerra Mundial, um dos principais pontos de convergência de interesses das potências vencedoras foi a criação de um órgão que substituísse a fracassada Liga das Nações. A ONU foi idealizada antes mesmo do fim dos combates e adotou como missão facilitar a cooperação entre seus países-membros, de modo que se estabeleçam objetivos comuns em matéria de direito internacional, progresso econômico e social, segurança, direitos humanos e, primordialmente, a paz mundial⁶.

Para realizar de forma satisfatória a finalidade para qual foi criada, ela possui a seguinte organização: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, o Tribunal de Justiça e o Secretariado.⁷

Alguns órgãos foram sendo criados ao longo dos tempos para atender às novas necessidades que eram impostas por um mundo cada vez mais dinâmico e globalizado. São eles, como mais conhecidos: Organização Mundial de Saúde (OMS); Programa Alimentar Mundial (PAM); e o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF).

Em relação ao nosso assunto, o Conselho de Segurança (CS) é o responsável por manter a paz mundial. É composto por 15 membros, sendo cinco permanentes, EUA, França, Rússia, Inglaterra e China. O Brasil exerce atualmente uma cadeira rotativa, como representante da América do Sul.

O objetivo do CS é simples de entender, mas agudo em matéria de se por em prática, por causa de diversas questões que envolvem a política interna dos países, as questões culturais, sociais, econômicas e religiosas. Sua prerrogativa como órgão da ONU, vem da possibilidade de tomar decisões com o poder do uso da força e de outras medidas enérgicas contra Estados ou contra situações que provoquem danos à paz ou que desrespeitem um de seus fundamentos e preceitos, como a observância da carta das Nações Unidas ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ligado ao CS vem o Departamento de Missões e Operações de Paz (DPKO – sigla em inglês), que trata especificamente das missões de paz. Quando autorizado pelo CS, a DPKO

⁶ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Cia das letras, 2000.

⁷ www.onu.org acesso em 15 de novembro de 2010.

envia tropas de força de paz para, de acordo com as normas previstas no tratado entre o país solicitante ou, na falta de governo, das normas definidas pelo Conselho, em impor a paz ou fazer a sua estabilização, como garantia da normalidade institucional e da garantia dos direitos universais do homem.

A ONU já coordenou sessenta e seis missões de paz, em todos os continentes do mundo, inclusive atuando em guerras declaradas, como foi o caso da Coreia (1953). A maioria das vezes trabalha com tropas armadas, outras apenas com observadores ou agências avançadas. A maior parte das missões foi no continente africano e desse total, dezesseis ainda estão em andamento. Já aconteceram situações de fracasso como foi o evento em Ruanda (1995), no conflito árabe-israelense, até hoje em aberto, na situação atual em Darfur e no massacre em Srebrenica (1995). Mas em comparação com os conflitos com a intervenção da superpotência, EUA, a ONU para cada três missões de paz, duas tem tido sucesso, enquanto os americanos, apenas metade é resolvida por suas ações.

O Brasil faz parte de maneira significativa em boa parte das missões de paz ao longo da criação da ONU. Principalmente com o envio de diversas delegações de observadores militares que tem por missão, serem os fiscalizadores do cumprimento dos acordos de paz firmados entre os contendores. Nos últimos anos, o país tem participado ativamente de missões com tropas formadas, que vão do efetivo de um pelotão (50 homens no caso do Timor Leste) até dois batalhões de infantaria com uma companhia de Engenharia (no caso mais de 2000 homens hoje no Haiti).

A primeira participação com tropa foi na questão envolvendo egípcios e israelenses no canal de Suez. O Brasil enviou em torno de seiscentos homens que se revezaram durante dez anos entre 1957 e 1967, até que a situação fosse definida em favor do Egito, após acordo definitivo com Israel.

A segunda vez foi para manter o acordo de cessar fogo entre as partes que desenvolviam um conflito interno na República Dominicana, nos anos de 1965-66. A missão foi autorizada pela ONU, apesar de ser conduzida sob a autoridade da OEA (Organização dos Estados Americanos). O interessante é que o vizinho Haiti vivia sob o domínio do ditador Duvalier, o “papa doc”, mas com estabilidade econômica e social que perderia anos depois.

A terceira participação com essa característica só ocorria 28 anos depois com o envio de 170 militares para Moçambique, na África. A missão contava também uma delegação de

quase 100 observadores, entre militares, policiais e observadores civis eleitorais, para garantir as eleições presidenciais no país. Para a tropa, o evento durou apenas seis meses.

Depois, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil participou da 3ª missão de estabilização em Angola (UNAVEM III), com tropas em efetivo de 1000 homens, de Infantaria e Engenharia, durante dois anos, de 1995 a 1997, em missão que procurou garantir os acordos entre a UNITA (União Nacional para Libertação Total de Angola) e o MPLA (Movimento para Libertação de Angola), que já travavam uma guerra há uma década, e a reconstrução de estradas e da infra-estrutura do país. A participação brasileira foi muito elogiada, apesar do retorno da guerra anos mais tarde.

O Brasil naquela época atingiu a marca de 4º maior contribuinte em tropas para as missões de paz da ONU. Nesse período, também, o Governo já manifestava sua intenção em pleitear uma vaga em um hipotético aumento no número de cadeiras permanentes no Conselho de Segurança

Em 2000, foi a vez da estabilização no Timor Leste, que contou com um pequeno grupo de 50 militares, em sua maioria especializados em segurança de autoridades, responsáveis pela segurança pessoal do Presidente da jovem República. A participação brasileira foi considerada tímida, já que em acordo com a ONU o Brasil poderia enviar até um batalhão para a missão, mas por problemas econômicos, o evento teve que ser reduzido. Mesmo assim foi considerado de alto nível pelo CS. A missão permanece até hoje, mas somente com observadores brasileiros.

Em 2004, já no Governo Lula, o Brasil recebeu sua maior carga de responsabilidade ao assumir a missão do componente militar com o envio de um batalhão e mais uma companhia de engenharia e com a chefia de todas as tropas da ONU no Haiti, que se encontrava em colapso após a fuga do presidente Aristide. Não era a primeira vez que o país caribenho se encontrava nessa situação, inclusive com missão de paz em seu território, mas desta vez era mais grave, devido ao fim das forças armadas ocorrida anos antes e que jogou na marginalidade e na criminalidade boa parte dos militares que levaram suas armas para utilizarem em crimes como tráfico de drogas e roubos.

O presidente do Brasil seguia política anterior de melhorar as relações com os países dos continentes africanos e periféricos das Américas, procurando se firmar como uma liderança política, econômica e militar. Para isso, além de acordos econômicos, que

procuravam estreitar laços nessa área, procurou-se até encontrar ligações culturais antigas, como foi o caso das relações com os países africanos.

A procura por essa liderança não poupou nem visitas e acordos com países autoritários, regidos por ditadores que oprimiam seus povos e não respeitavam as normas mais elementares das nações unidas. De qualquer forma, foi uma questão de confiança dada ao Brasil para impor a paz em uma região problemática desde sua criação, com a revolução escrava que libertou o território em 1804, única na história a ter sucesso, e que eliminou grande parcela da minoria branca que dominava os escravos.

País com poucos recursos naturais, dividindo a ilha Hispanhiola, primeiro local em que aportou Cristovão Colombo, em 1492, com uma grande população de 9 milhões de pessoas, a maioria desempregada, sem acesso a educação, saúde e condições básicas de condições de vida, inclusive alimentação.

Sua história é contada pelas revoluções e deposições de líderes políticos, o que só aumenta mais a aura de dificuldades em estabelecer qualquer estabilidade no país. Com o decorrer da missão, a região foi sendo pacificada a muito custo de combates nas favelas da região da capital Porto Príncipe, onde está a maioria das tropas da Missão para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Com o sucesso da missão, o governo brasileiro foi ampliando sua propaganda de que era necessária uma nova configuração do Conselho de Segurança, com a ampliação do número dos membros permanentes. A sua política de estreitamento de relações continuou com países tradicionais como a França, que apoiou o Brasil em sua intenção de entrar no grupo restrito de países do CS, e mesmo com nações mais refratárias aos direitos humanos, aos acordos de não proliferação de armas atômicas e ao desrespeito às muitas normas da ONU, como o Irã, a Venezuela, China (que é um dos membros permanentes) e Cuba. Mas dessa forma, o governo entende que angaria mais força para uma futura mudança. É necessário, ainda, convencer os outros países permanentes que tem poder de veto, como a Rússia, que já demonstrou ser contrária a qualquer alteração.

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 provocou uma ampliação do efetivo brasileiro, que sentia a necessidade de provar sua capacidade de comando e de reforçar sua posição como maior país dentro da MINUSTAH. O envio, em pouco mais de 1 mês após a calamidade, de mais mil homens foi uma prova de poder e de vontade política em contribuir com a ONU em uma missão que já fracassara em outras oportunidades e tendia a uma nova derrocada

com a volta à estaca zero da situação de estabilidade do país, que perdeu mais de 230 mil pessoas, a maior parte de sua já fraca infraestrutura física, de sua capacidade humana, com a morte da maioria dos universitários, de policiais, médicos, engenheiros de Porto Príncipe, entre outros profissionais. Além de ter jogado mais de 1 milhão de pessoas em acampamentos improvisados sem perspectivas de melhoria, até o momento, da situação.

CONCLUSÃO

O período entre os eventos de participação da FEB na 2ª Guerra Mundial e com os efetivos brasileiros nas missões de paz, principalmente a partir do início dos anos 1990, quando a política exterior do país se voltou para garantir uma liderança mais positiva entre os países periféricos asiáticos e africanos e do subcontinente americano, vai além do longo espaço de tempo entre eles e da mudança de perfil dos países que hoje congregam a ONU.

Os objetivos óbvios das duas missões, uma em busca da paz por meio da guerra, as outras em manter a paz em países que conviviam com a guerra, foram orientadas em promover a evolução das forças armadas do Brasil que ansiavam por maior destaque com a experiência de seus quadros, com a aquisição de novos materiais, e, ainda, com a afirmação de sua força dentro da América do Sul. No caso atual, devido à modernização das tropas do Chile e da Venezuela. Para os militares, ainda nas duas oportunidades, viram uma maneira de integra-se com os militares de países diversos, trocar experiências e ensinamentos, mostrar a própria capacidade e tomar conhecimento do poder de cada exército.

É no campo de política exterior, no entanto, que encontramos a semelhança entre os dois acontecimentos. O uso das tropas brasileiras em ambos os períodos envolve a necessidade de projeção do país como nação capaz de persuadir pela força, liderar pelo exemplo, pela capacidade humana e econômica e ajustar-se aos acordos e tratados universais da ONU, e pela qual o país foi um dos seus fundadores. Isso se encerra na intenção já manifestada pelo Brasil em ser mais um membro permanente do Conselho de Segurança. Intenção que também foi um dos elementos motivadores na Grande Guerra. Posição que lhe dará destaque no campo político e também em outras áreas do jogo diplomático, pois incluirá o poder de voz em assuntos de toda a ordem dentro da geopolítica.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: uma perspectiva histórica In: **Atas do simpósio Brasil, 500 anos depois**. 2002.

COSTA, Marcos Antonio Tavares da. **A Força Expedicionária Brasileira: Memórias de um conflito**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2010.

MACCAN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos – 1937-1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 1995.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das letras, 2000.

Apontamentos sobre a elite sanjoanense (1808-1822)

Maria Elisa Ribeiro Delfim

Como definir a elite?

Este artigo tem o objetivo de apresentar a atuação no espaço social de membros da Câmara Municipal de São João del Rei no período de 1808 – 1822, além de algumas questões que nos levaram a reavaliar a definição clássica do termo elite, e a revogar o uso do mesmo como sinônimo de aristocracia

No Brasil colonial, os ocupantes do topo na hierarquia social era a chamada “nobreza da terra”¹, que podemos considerar como os indivíduos que vieram para a colônia como verdadeiros funcionários da Coroa, e eram

“como o punhado de famílias que comandaram a conquista da América para a monarquia portuguesa e, entre outros, agentes, foram os responsáveis pela organização da sua base produtiva e do governo econômico da res publica.”²

A nobreza nos trópicos não pode ser analisada como a européia, muito embora ela tenha mantido condições que a classificavam como fidalguia, e a faziam obter reconhecimento pelos demais habitantes da colônia americana. Seus costumes criados para ser reconhecidos como tal os faziam diferentes das demais camadas sociais. Distintos da aristocracia do Antigo Regime, a nobreza colonial algumas vezes exercia atividade mercantil, ocupação que em alguns casos pode ser considerada como ofício mecânico, não indicado para um nobre, mas que neste caso, não os impediam de ocupar cargos considerados de nobreza, como os camarários.³

A historiografia já confirmou as redes de aliança traçadas pela “nobreza da terra” fluminense no intuito de se manter no poder, ou apenas como forma de acumulação de poder,

¹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. ““Elites econômicas” em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América-lusa. Notas de uma pesquisa*”. In: JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 19

² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “Cena do Antigo Regime nos trópicos”. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá(orgs). *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 19

³ Sobre as características de um nobre ver: MOURA, Denise Aparecida Soares de. “Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1750-1822)”. In: *História*. São Paulo, 2005, v.24, n. p. 261-290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a11v24n2.pdf>> Acesso em: 06 Jun. 2009.

como bem afirmou Jucá, “(...) a plasticidade da sociedade da América portuguesa contribuía para a ascensão à elite de indivíduos oriundos dos mais diversos extratos sociais.” Lembrando que para que as redes sociais ocorressem teria de haver interesse das duas partes.⁴

Para a classe mercantil era importante pertencer à fidalguia, pois lhe permitiria adentrar e ocupar postos da Coroa monopolizados pela “nobreza da terra”, não que o grupo houvesse recebido privilégios para ocupar determinados cargos, mas a própria camada social se via como privilegiada e apta a exercer tais postos. João Fragoso delimitou bem o funcionamento do Antigo Regime e como sua aristocracia se comportava:

“A chamada nobreza principal da terra não recebeu da monarquia um conjunto de privilégios estamentais, em sentido estrito, que garantissem um modo de vida por meio do qual fosse identificada sua posição de mando na hierarquia social”... “a nobreza principal da terra se via como um grupo com privilégio de exercer mando sobre a república, entre eles o monopólio dos cargos camaristas, e isto não simplesmente como resultado de um delírio de poder.”⁵

Neste aspecto mesmo sabendo de todos os trâmites para a inserção na política por indivíduos que não pertenciam ao topo da hierarquia social, podemos considerar a “nobreza da terra” como a minoria que detinha o poder político durante o período colonial, mesmo não ocupando toda a porcentagem dos cargos administrativos. Pois quando um indivíduo não considerado apto passava a fazer parte da administração local, rapidamente cuidavam para fazer deste um nobre, através de alianças entre famílias e até mesmo compra de títulos.⁶

A partir de 1808, houve uma modificação, pode-se continuar a considerar a elite como sendo aqueles detentores de poder político, no entanto, não podemos atribuir o título exclusivamente aos pertencentes à nobreza, pois a proximidade com a Família Real, e a facilidade de se unir através de redes, fez com que outras camadas ganhassem um maior espaço na esfera política. Neste momento, a própria “nobreza da terra” enxerga a necessidade de se aliar a classe mercantil, que se encontra em ascensão com a alta produção de bens alimentício.⁷

⁴ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.” In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, e GOUVEA, Maria de Fátima, (orgs). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

⁵ FRAGOSO. Op. Cit. 2007. p.47 e 81

⁶ Este assunto é trabalhado por João Luis Ribeiro Fragoso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Carla Maria Carvalho de Almeida para a região do Rio de Janeiro, todas obras citadas.

⁷ FRAGOSO. Op.Cit., 2005.

Neste trabalho houve cuidado no momento da definição e utilização do termo elite. Trabalhar com o sentido que podemos chamar de clássico, como aqueles que ocupavam o topo da hierarquia social, tornou-se delicado após tantas leituras e releituras que utilizam o mesmo termo. No entanto há que se concordar que pensando desta forma buscamos pesquisar e compreender as idiossincrasias das elites coloniais brasileiras, que não são formadas exclusivamente por um tipo de indivíduo.

Precisamente acreditamos que o sentido ideal para definir nossa elite seria a transmitida por Maria Fernanda Vieira Martins que faz uso do sentido clássico:

“A minoria dispendo, em uma sociedade determinada, em um dado momento de privilégios decorrentes de qualidade naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação) quanto os indivíduos que o compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua proeminência. No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade. Tanto no singular quanto no plural, a palavra designa o contrário da massa, compreendida como multidão de pessoas, como povo na sua integridade ou como maioria dos cidadãos pertencendo às camadas populares ou inferiores da hierarquia social.”⁸

A proposta deste trabalho se foca em investigar a atuação na Câmara Municipal de determinados indivíduos, o que nos permitiu delimitar os indivíduos como elite política. Pois estaríamos generalizando se chamássemos os detentores de um poder político de elite local.

Consideramos como elite política sanjoanense os indivíduos que obtiveram cargos político-administrativos, especificamente aqueles que ocuparam cargos na Câmara Municipal de São João del Rei. Mesmo tendo certeza que a participação no espaço político vai além da ocupação de um cargo, no período estudado não possuímos fontes que nos indiquem qualquer outra participação na esfera política por parte da sociedade. Até a criação do periódico *O Astro de Minas*, em 1827, por Batista Caetano de Almeida, não havia outro meio de imprensa que

⁸ BUSINO, Giovanni Busino. *Elites et elitisme*. Citado por HEINZ, Flávio M.. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Logos*, v. 11, nº1, maio de 1998, p. 41-52. APUD. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

retratasse especificamente São João del Rei, e pudesse nos informar sobre outras atuações no campo político por parte da sociedade.

Comerciantes locais e sua ascensão política

Entendemos a atuação política de alguns camarários sanjoanenses entre os anos de 1808 e 1822, como uma forma de acumulação de poder, uma vez que observamos que os mesmos eram homens de destaque econômico, assim como tomavam parte nos principais eventos sociais, como no caso dos eventos religiosos, procissões etc, além de seu, já mencionado, poder no espaço político. Assim como suas redes de sociabilidade, verificadas através dos batismos e casamentos, analisadas também como estratégias de ampliação de poder.

Muito embora as ordenações exigissem “homens bons” para a ocupação dos cargos na Câmara Municipal, que segundo Denise Aparecida de Moura deveriam

“(…)manter um estilo de vida nobre, como não exercer ofícios mecânicos, servir-se com criado, andar a cavalo, portar armas de fogo ou ponta, estampar patente militar ou formas de tratamento específicas – Dom, Senhorio, Excelência, etc -, usufruir de graça ou mercê concedida pela vontade do rei”,⁹

na vila de São João del Rei a ocupação dos cargos políticos a partir de 1808 ocorreu de maneira distinta ao que propunha as Provisões Régias: ao invés de ocuparem os cargos as pessoas caracterizadas como nobres de fato, eram os indivíduos que durante o período estudado majoritariamente tinham a ocupação de comerciantes, que exerciam atividades consideradas mecânicas.¹⁰ A vila de São João del Rei não se caracterizava de forma diferente de outras regiões, só confirmava uma realidade existente desde do século XVIII em lugares como o Rio de Janeiro, em que a “nobreza da terra”, através de redes de aliança cooperava para que a classe mercantil ocupasse cargos administrativos.¹¹

Vale ressaltar que os comerciantes sanjoanenses não podem ser comparados aos negociantes de *grosso-trato* do Rio de Janeiro, por não manterem uma ligação com o mercado

⁹ MOURA. Op. Cit. p.266.

¹⁰ Provisão de 08 de Maio de 1705. APUD. SALGADO, Graça. *et al.* (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 70.

¹¹ FRAGOSO. Op. Cit., 2005.

do tráfico negreiro. Por outro lado, também não podemos considerá-los apenas como comerciantes de vendas e lojas, pois eram eles que compunham a elite política local.¹²

Considerando vendedores de lojas, boticários e agricultores como comerciantes, encontramos como negociantes 31 dos 57 indivíduos estudados, alguns deles puderam ser assim identificados pela localidade de suas residências e pelos bens deixados nos inventários *post-mortem* e testamentos.¹³ Dentre os 24 indivíduos restantes, localizamos 2 escrivães, 1 advogado e a respeito dos demais não houve como obter informações fidedignas, seja por existirem homônimos ou por não terem sido localizados seus inventários *post-mortem* ou testamentos.¹⁴

Segundo Maria Beatriz Nizza, as Câmaras Municipais de Minas Gerais eram ocupadas muito mais por pessoas abastadas financeiramente do que por nobres, pois constituía uma região de instabilidade de fortunas, onde se conseguia obter e perder riquezas rapidamente¹⁵, de tal forma que é provável que os homens aproveitassem o momento de riqueza para comprar títulos, ou hábitos religiosos, que acarretavam na elevação de seu reconhecimento como nobres.

Segundo Caio Boschi, as Santas Casas de Misericórdia e as Ordens Terceiras eram ocupadas pelas classes dominantes, participação que podemos confirmar em 26 dos camaristas de 1808 até 1822, e, dentre estes, um dos principais benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei, João Batista Machado e um dos primeiros membros da Ordem de São Francisco de São João del Rei, Manoel da Costa Vilas Boas e Gama¹⁶. Cabe mencionar que as Santa Casas de Misericórdia, “*possibilitava não só ‘status’ e prestígio social, como também acesso a bons negócios e a utilização desses recursos em proveito social*”,¹⁷ ou seja, acrescentaria ao membro destaque em outras esferas além da social. Ser um irmão de

¹² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *O Comércio e a cidade mineira oitocentista de São João del Rei*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: Cortes, Cidades, Memórias - Trânsitos e Transformações na Modernidade. UFMG, 2007.

¹³ Os documentos encontram-se no Arquivo do IPHAN, escritório Técnico 2, São João del Rei 13ª SR, são possíveis a consulta de suas bases de dados e fontes cartoriais de outras regiões da Comarca do Rio das Mortes na página www.documenta.ufsj.edu.br, organizada pelo Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental, instalado na UFSJ.

¹⁴ Dados retirados das documentações cartoriais consultadas, das efemérides e das listas nominativas de 1832.

¹⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁶ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986. Dados sobre os membros encontrados em: CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982.

¹⁷ BOSCHI. Op. Cit. p. 66

alguma Ordem, Irmandade ou Confraria, mais do que garantir um sepultamento descente ao indivíduo e seu compromisso religioso,

“(…) significava ter acesso ao interior da nata sociedade e trânsito facilitado nela. Significava status; Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências. Significava estar mais próximo do poder e ter sua proteção.”¹⁸

Em Minas Gerais, sabe-se que as Ordens Terceiras de São Francisco foram ocupadas, em sua maioria, por comerciantes, funcionários graduados, militares e intelectuais, que os enquadraria na elite local, concedendo-lhes o direito de ocupar cargos políticos.¹⁹ O que evidenciamos através de nossa pesquisas foi a ocorrência de 11 entre 31 comerciantes de São João del Rei identificados como sendo membros da Ordem Terceira de São Francisco, informação encontrada através da leitura de seus inventários *post-mortem* como devedores da Ordem Terceira, enterrados em seu cemitério, ou em eventos relatados nas efemérides.

Para Maria Beatriz Nizza, seria justamente este posicionamento dentro da hierarquia social, obtido através de honrarias de Irmandades, Ordens e Confrarias que levava os comerciantes a conseguirem seus títulos de nobreza, bem como seu posicionamento e destaque no espaço social. Os comerciantes e agricultores, como trabalhadores apenas, só fariam parte da nobreza quando inserissem no mercado um produto antes não cultivável ou comercializável, e os boticários não eram considerados nobres porque exerciam atividades inferiores aos médicos, portanto considerados oficiais mecânicos. A autora ainda acrescenta como diferenciação de ofícios mecânicos os caixeiros das lojas e seus donos, que em tese não sujavam suas mãos com mercadorias.²⁰

O estudo de Maria Beatriz Nizza é focalizado no período colonial e os dados referem-se principalmente ao século XVIII. Acreditamos que a configuração política tenha se modificado gradualmente após a vinda da Corte, justamente com as novas possibilidades de inserção no espaço político e nas concessões de títulos de nobreza. Entretanto, entendendo o período joanino como sendo a transição de colônia para império, torna-se indispensável avaliar como se dava o funcionamento da sociedade no período anterior.

Uma das honrarias religiosas e título de nobreza que nos chama a atenção é o Hábito da Ordem de Cristo, concedidos a apenas 6 dos camarários: Francisco José Alves Santiago, José Joaquim Correa, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Francisco Joaquim de Araújo, Francisco

¹⁸ Idem. p. 20

¹⁹ Idem. p. 25.

²⁰ SILVA. Op. Cit.

Izidoro Batista da Silva e Antônio Balbino Negreiros de Carvalho, bem como para o filho de Francisco José Alves Santiago. No século XVIII, ser Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo era privilégio para poucos, e conferido a homens que ocupavam postos militares, ou como incentivo à mineração. Os mineradores deveriam retirar uma determinada quantidade de arrobas de ouro para serem aptos a receber tal honraria, mas ainda assim existia a possibilidade de comprar o hábito. ²¹ O pertencimento a Ordem de Cristo acrescenta aos 6 camaristas o título de nobreza, mas não há como confirmar se o hábito foi entregue antes de sua ocupação na Câmara, o que não configura o fato como definidor de seu pertencimento a nobreza antes de 1808.

Conseguimos observar que a elite sanjoanense do início do século XIX detentora dos cargos da Câmara entre os anos de 1808 e 1822 possuía características suficientes para não ser considerada uma nobreza nos termos do Antigo Regime, mas os dados nos confirmam, que, de alguma forma, seja através de sua atuação frente a religião, ou a hierarquia ocupada no espaço estrutural da vila, faziam parte de uma “nobreza” local, aptos a serem considerados como elite política de São João del Rei.

As redes de aliança

A vinda da família real acarretou entre todas as modificações, um intenso dinamismo no que condiz a formação de redes de sociabilidade, e pudemos identificar a formação das mesmas no interior da elite política analisada nesta pesquisa. As alianças eram tecidas na intenção de busca ou manutenção de poder, e funcionavam como trocas de favores entre os indivíduos, eram laços que ultrapassavam a “afetividade”, eram uniões entre pessoas com interesses em comum.

Até o presente momento podemos avaliar como redes de sociabilidades os casamentos existentes entre os familiares dos camarários sanjoanenses. As uniões através desses laços certamente eram interesses das duas famílias envolvidas, e em um caso específico nos levou a perceber que uma mesma família foi detentora de vários cargos na Câmara, mas só

²¹ SILVA. Op. Cit.

poderemos ter ideia do objetivo das gerações como ocupantes destes cargos através da análise das Atas da Câmara de São João del Rei.²²

A família mencionada, os Magalhães, trata-se da importante e já estudada família de Batista Caetano de Almeida e com certeza foi a que ocupou um número maior de cargos na Câmara de São João del Rei.²³ Batista Caetano de Almeida foi uma importante figura da história sanjoanense, defensor da causa liberal, esteve presente nas eleições de Juiz de paz, fundador da primeira Biblioteca Pública de Minas Gerais, além de fundador do primeiro jornal local, “Astro de Minas” e, posteriormente, deputado pela província de Minas Gerais.²⁴ Entende-se a atuação de Batista Caetano como efetivamente política, com interesses em administrar um cargo cumprindo sua verdadeira função, pois conhecemos sua atuação na causa liberal. Batista Caetano foi casado com Mariana Alexandrina T. Leite, filha de Francisco José Teixeira, que pode ser o mesmo indivíduo que ocupou cargos na Câmara no anos de 1811 e 1819.(ver tabela 1)

Seu tio Pedro de Alcântara ocupou a vereança no ano de 1793 e teve entre os seus filho, Francisco de Paula Almeida Magalhães e Aureliano de Almeida Magalhães, que também serviram como vereadores na Câmara nos anos de 1822 e 1817 sucessivamente. Ambos eram primos de Luiz Alves Magalhães. Luiz Alves Magalhães era neto do grande proprietário escravista Bento Pinto Magalhães e de Dona Maria do Rosário Acioli Albuquerque, pais de Francisco Pinto Magalhães e Francisco Antônio da Cunha Magalhães, ambos camarários no período estudado.(ver tabela 2).

Francisco de Paula Almeida Magalhães casou com Mariana Carolina Magalhães, filha de Francisco Pinto Magalhães. Casamentos endogâmicos eram comuns em famílias abastadas, por não existirem outras famílias de mesmo poder na região, escolhia -se manter relações entre a mesma.²⁵ Francisco Pinto de Magalhães, como já dito, era filho de Bento Pinto, casado com Maria do Rosário, irmã de outro camarário, Joaquim do Rego Barros. (ver tabela 3)

²² Todas as informações mencionadas neste tópico são resultado de cruzamento de dados retirados dos inventários *post-mortem*, testamentos e efemérides.

²³ GRAÇA FILHO. Op. Cit. 2002; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX*. Rio de Janeiro: EDUSC, 2004.

²⁴ CINTRA. Op. Cit; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

²⁵ BRÜGGER . Op. Cit.

Não foram encontradas informações suficientes para saber quem era o pai de Luiz Alves, mas sabe-se que Francisco Pinto Magalhães era seu tio. Não há como neste momento da pesquisa afirmar a influência da família, e principalmente de Pedro de Alcântara, o patriarca, na ocupação dos cargos por seus familiares, mas sabe-se que Batista Caetano, Aureliano e Francisco de Paula, mantinham uma Sociedade Comercial até 1828, demonstrando a união existente entre os familiares. Isso além de Aureliano ter uma sociedade comercial com seu irmão João Batista Pinto de Almeida no Rio de Janeiro, sendo portanto uma família de grande influência econômica e social local e na Corte, fato que podemos evidenciar em casamentos ocorridos na família e que demonstram possíveis alianças com finalidades atreladas a outros espaços além do familiar.

Outra rede encontrada foi de José Lourenço Dias, que casou sua filha com Francisco Coelho Durains de Faria, que, por sua vez, casou sua filha com Jerônimo José Martins. Francisco Coelho Durains de Faria também mantém relação de crédito com Joaquim do Rego Barros e com Gomes da Silva Pereira, através de sua esposa que foi inventariante de Francisco.²⁶

Camarários casaram seus filhos com outros camarários, ou com os filhos deles. As evidências se explicam de várias formas: manutenção de poder preferindo alianças com famílias de mesmo *status*, ou como já foi constatado em outros estudos “*consolidação de teias que viabilizavam projetos políticos e econômicos*”.²⁷

Além das famílias já apresentadas podemos verificar a presença de pai e filho como membros da Câmara em duas ocasiões, com Francisco de Paula Almeida Vilas Boas e seu pai Manoel da Costa Vilas Boas da Gama e com João Pereira Pimentel, filho de Alexandre Pereira Pimentel, e há possibilidade de Antônio Ribeiro de Carvalho ser pai de Antônio Balbino Negreiros de Carvalho. Nos três casos acreditamos numa continuidade de acumulação de poder por parte da família, embora até o presente momento da pesquisa não foi encontrado nenhum dado que nos permita afirmar a acreditar na influência familiar nas conquistas dos cargos camarários.

Entre as práticas realizadas pelos camaristas uma nos chamou a atenção: Manoel Rodrigues Viana, português, que ocupou cargo na Câmara em 1800, 1804 e 1808, vendeu sua loja à Francisco José Alves Santiago, episódio declarada em seu inventário *post-mortem*: “*Pelo*

²⁶ Inventários *post-mortem* e testamentos do Arquivo do IPHAN, escritório técnico 2, São João del Rei. 13^a SR.

²⁷ BRÜGGER. Op. Cit. P. 287.

*qual requeria licença para mandar a fazenda seca inventariada para eu ter (ilegível) que sobre ela pode recobrir em (ilegível) dos órfãos o da herança visto que Francisco José Alves Santiago a comprara a vista com cem mil réis sobre os seus valores (...)*²⁸. O episódio nos apresenta mais uma ligação entre dois membros da elite em outra esfera além da política, o que nos leva a acreditar que os mesmos possuíam características e interesses semelhantes.

Pôde-se constatar muitas informações que nos levam a acreditar na existência de redes de aliança tecidas na intenção de fortalecimento político, seja na busca pela ocupação na Câmara, ou como aliança “partidária”. Devemos tomar cuidado com as generalizações e evitarmos entender qualquer relação social entre os camaristas como ligadas a algum interesse além do “afetivo”, mas acreditamos que algumas alianças deverão ser analisadas após a leitura das Atas da Câmara, o que nos indicará como as alianças se apresentaram no funcionamento da Câmara Municipal de São João del Rei.

²⁸Inventário *post-mortem* de Manoel Rodrigues Viana, 1814, caixa 283. In: Arquivo do IPHAN, escritório técnico 2, São João del Rei. 13^a SR.

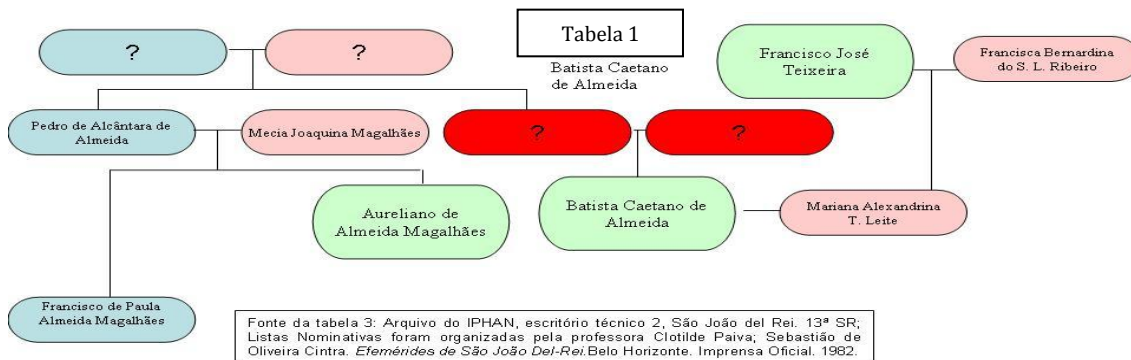


Tabela 2
Família Magalhães

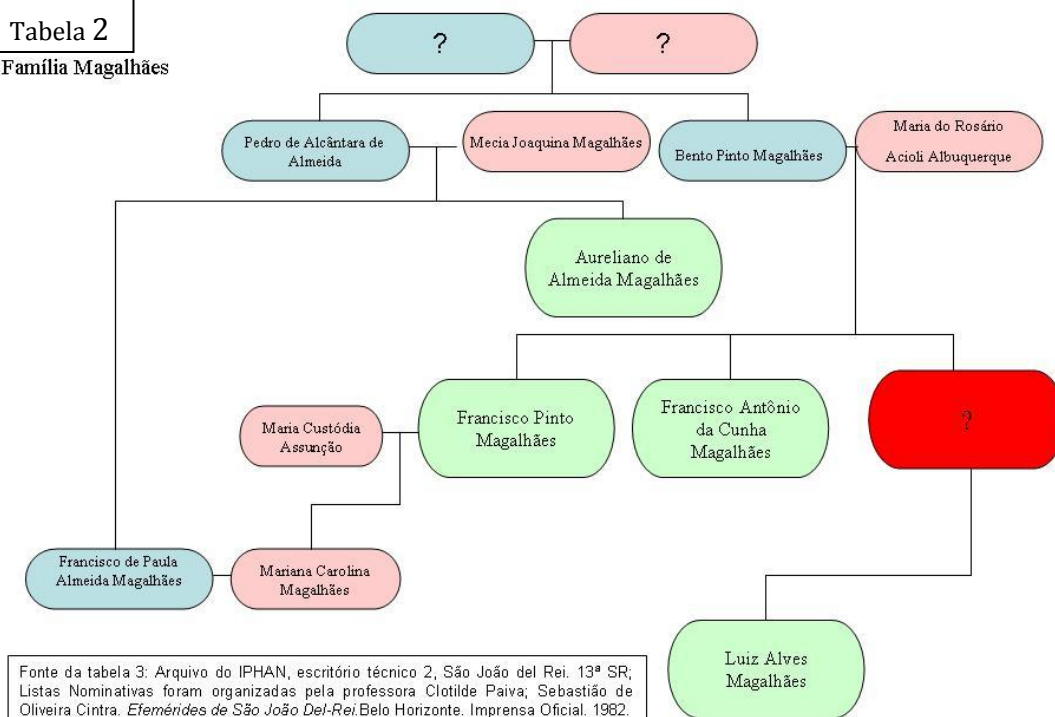
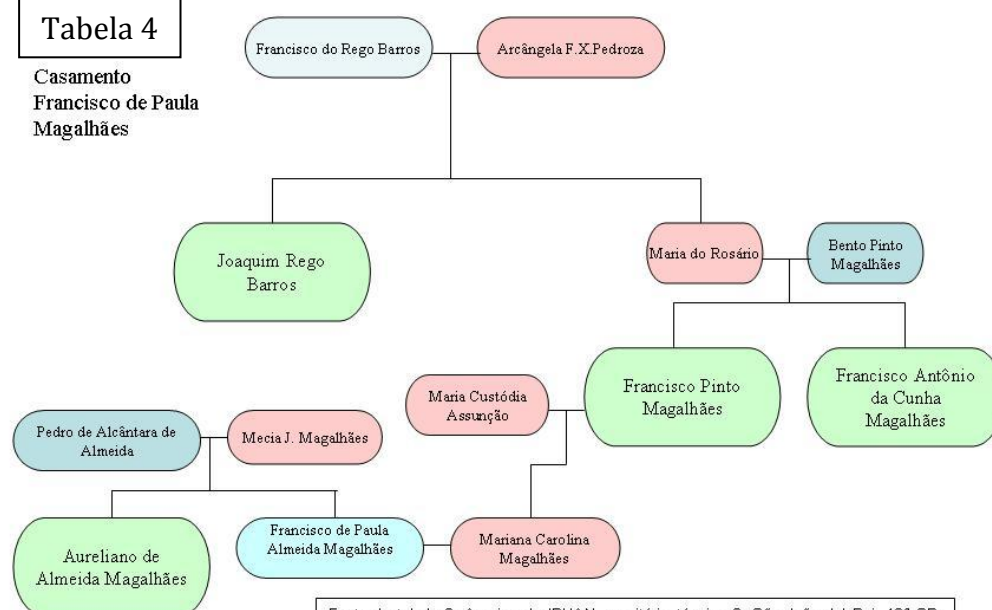


Tabela 4

Casamento
Francisco de Paula
Magalhães



Fonte da tabela 3: Arquivo do IPHAN, escritório técnico 2, São João del Rei. 13ª SR; Listas Nominativas foram organizadas pela professora Clotilde Paiva; Sebastião de Oliveira Cintra. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982.

Referência bibliográfica

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. ““Elites econômicas” em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América-lusa. Notas de uma pesquisa*”. In: JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

____. “Cena do Antigo Regime nos trópicos”. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs). *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *O Comércio e a cidade mineira oitocentista de São João del Rei*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: Cortes, Cidades, Memórias - Trânsitos e Transformações na Modernidade. UFMG, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. "Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1750-1822)". In: *História*. São Paulo, 2005, v.24, n. p. 261-290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a11v24n2.pdf>> Acesso em: 06 Jun. 2009.

SALGADO, Graça. *et al.* (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990,

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII." In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, e GOUVEA, Maria de Fátima,(orgs). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX*. Rio de Janeiro: EDUSC, 2004.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

A contribuição do conceito de Cultura Política ao debate sobre a construção da imagem do imigrante ideal

Mariana Eliane Teixeira

I. Introdução

No final do século XIX e início do século XX o Brasil vivenciou o período de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado como parte de um processo mais amplo de constituição do capitalismo no país. Diante disso, as elites dominantes viam-se envoltas da necessidade de reajustar a mentalidade da época para as transformações sociais e econômicas que estavam acontecendo.

Dentro deste quadro de grandes mudanças do final do Oitocentos, o conceito de Trabalho precisava adquirir um caráter positivo, tendo em vista que os longos anos de escravidão haviam conferido uma imagem negativa a esse conceito. A entrada de imigrantes europeus no Brasil, como garantia de uma transição da mão-de-obra servil para assalariada sem maiores danos à lavoura de exportação também foi pensada dentro desta lógica de positivação do conceito de Trabalho. Os imigrantes eram vistos pela elite política como sendo indivíduos que estimassem o labor e o desenvolvimento, características nobres para o incipiente capitalismo brasileiro.

Trabalhando com o conceito de Cultura Política buscamos entender como se forja a idéia do imigrante como sendo o homem do progresso e da modernidade, dentro deste contexto de positivação da idéia do Trabalho no Brasil e com que meios esta idéia se propagou pelo interior brasileiro, mais especificamente na cidade de São João del-Rei em Minas Gerais.

Numa primeira parte procuraremos sistematizar as discussões existentes dentro da História Política sobre o conceito de Cultura Política mostrando como o uso deste conceito poderá nos ajudar a alcançar os objetivos traçados acima. Em seguida, mostraremos alguns meios com os quais estas culturas políticas contaram para fazer parte da idéia das pessoas, principalmente fazendeiros, orientando suas atitudes quanto às possibilidades de mão-de-obra.

II. O conceito de Culturas Políticas

A proposta de uma História Total, pautada no estudo das grandes estruturas, onde o econômico e o social ocupavam um lugar de destaque sacrificou os objetos de estudo da História Política. Segundo René Remond, um dos expoentes da historiografia política atual, a preocupação em compreender os fenômenos coletivos ia contra o estudo dos acidentes e ações individuais priorizados pela História Política, considerada assim, incapaz de pensar a longa duração.¹ Com o passar do tempo, este quadro de reclusão da História Política dentro da historiografia começou a reverter-se. Com as constantes crises das economias liberais, abrindo espaço para uma maior intervenção do Estado sobre a forma de políticas públicas, como nos lembrou Marieta de Moraes Ferreira, os estudos voltados para o âmbito político readquiriram seu espaço dentro das pesquisas em História, porém com algumas novidades.²

A Nova História Política (NHP) aproximou-se de outras áreas, e com isso ampliou seu campo de estudo. A interação com a Ciência Política trouxe à nova História Política um leque maior de objetos de estudos, incorporando temas como eleitores, mídia, opinião pública etc. Segundo Ângela de Castro Gomes, a NHP adquiriu a visão de que “as relações de poder excedem ao campo Estatal e que as relações políticas excedem o campo político institucional” fazendo com que a categoria política alargasse suas fronteiras.³ O conceito de Cultura Política é originário desta aproximação da História com a Ciência Política.

Dentro da Ciência Política, o termo Cultura Política surgiu com Gabriel Almond e Sidney Verba na década de 1960, numa tentativa de entender o comportamento político nas democracias participativas. Para eles, Cultura Política referia-se às atitudes e orientações dos cidadãos diante dos assuntos políticos.⁴ Quando anos mais tarde este conceito foi apropriado pela Historiografia Política, ele adquiriu outros significados.

De acordo com o francês Serge Berstein, “a cultura política se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma,

¹ RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Edição 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 18.

² FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Resenha de René Rémond (org). *Pour une histoire politique*. Paris: Sevil, 1988. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol 5, n 10, p. 265 – 271, 1992.

³GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 30.

⁴ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v13, n.24, 1999, p. 4.

do seu passado e do seu futuro”.⁵ Para esse historiador, o termo está restrito aos fenômenos políticos e deve ser entendido no plural, para assim abarcar as tensões existentes na sociedade. Deste modo, Berstein nos mostra que numa mesma sociedade coexistem várias culturas políticas, ou seja, várias formas de pensar e representar uma dada experiência de vida. Outra contribuição importante dada pelos estudos deste autor ao presente conceito é sua dimensão histórica. De acordo com Berstein, as culturas políticas são respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua História, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessarem as gerações.⁶

Com a crise das macro-análises e a proposta de uma diminuição da escala de observação para melhor compreender os fenômenos históricos, outro francês, Daniel Cefai, também trouxe consideráveis aportes para o entendimento das culturas políticas. Para esse sociólogo, cultura política não pode ser confundida com mentalidades e nem mesmo definida como sendo um sistema simbólico que paira sobre os atores. A discussão em torno deste termo deve levar em consideração os aspectos temporais e espaciais que dão respaldo à ação humana. Além disso, para Cefai, esta nova proposta de uma redução da escala de observação dos fenômenos históricos amplia a abrangência do conceito de Cultura Política, pois na medida em que reduzimos a escala de observação, percebemos melhor os fenômenos particulares e as tramas sociais. Assim, as culturas políticas vão ganhando expressão e aspectos antes não percebidos ganham dimensão na pesquisa histórica.⁷

Baseados nesta bibliografia, conceituamos cultura política como sendo um conjunto, nem sempre coerente de mitos, valores, símbolos, princípios etc, que orientam a ação de um determinado grupo de indivíduos ao longo de gerações. Existem incontáveis culturas políticas numa única sociedade, umas mais fortes, outras mais fracas, mas todas elas, ao aproximar os indivíduos acerca de sua visão de mundo, são fundamentais para criar identidades entre esses mesmos e orientar suas ações ao longo do tempo. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes, as culturas políticas redimensionam “o acontecimento político para além da curta duração”.⁸

⁵ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean- Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 353.

⁶ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean- Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 355.

⁷ CEFAL, Daniel (dir). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

⁸ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 31.

III. Plantando o amor ao Trabalho

A transição do sistema escravista para o sistema de trabalho assalariado não foi um processo tão simples. A mudança das relações senhorial-escravista para relações burguês-capitalista levaram tempo e despenderam inúmeros mecanismos para surgir o trabalhador assalariado, e juntamente com isso a idéia de que o trabalho era um bem para a sociedade.

Sidney Chalhoub, ao trabalhar por meio de processos criminais os conflitos cotidianos dos trabalhadores cariocas na primeira década do século XX nos mostra que, o pós-abolição trouxe às classes dominantes uma grande inquietação diante da necessidade de reajustar e adequar a mentalidade da época às transformações sociais e econômicas que estavam em andamento. Segundo o autor, o conceito de trabalho “precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador, característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-o fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil”.⁹ Em linhas gerais era necessário surgir uma cultura de que o trabalho era algo bom para o homem e conseqüentemente para a sociedade.

Marta Abreu, pesquisando a questão da criminalidade sexual no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, defende que, o próprio aparelho judiciário tornou-se um veículo para contribuir na formação do novo trabalhador que fosse ideal para a visão de trabalho burguesa. Segundo a autora, ao combater as relações conjugais ilícitas ou a imoralidade, a Justiça estava contribuindo para a formação de cidadãos ordeiros e trabalhadores impedindo que atitudes e comportamentos “imorais” colocassem em xeque as bases de uma nação que dava seus primeiros passos dentro da ordem econômica capitalista.¹⁰

A princípio pode parecer estranho nos apropriarmos de um conceito bastante utilizado pela Nova História Política para explicar como se delineou a opção pelos imigrantes europeus no interior do Brasil no contexto de formação do mercado de trabalho livre. Todavia, as idéias de valorização do trabalhador branco europeu em detrimento do trabalhador nacional de ascendência africana, pautadas no racismo científico do século XIX, contribuíram para definir ações políticas pelo interior brasileiro. Todas as políticas para atrair imigrantes no final do século XIX foram baseadas nestas culturas políticas de valorização do imigrante europeu

⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Segunda Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 65.

¹⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

como sendo a melhor opção de trabalhador neste momento de declínio do escravismo. Como toda cultura política conta com meios para se tornar efetiva no imaginário de determinado grupo social e atravesse com êxito algumas gerações, as discussões em torno dos benefícios que os imigrantes trariam ao Brasil não podiam ficar circunscritas às elites políticas. Para isso foram necessários alguns mecanismos para se justificar a necessidade do imigrante para além das assembleias legislativas.

Amparados pelas discussões de Daniel Cefai, acreditamos que o estudo de caso é fundamental para a compreensão das culturas políticas. Como já afirmamos, as culturas políticas ganham expressão de acordo com o recorte que o historiador faz. Ou seja, ao mudar a escala de observação, outros agentes ganham expressão na pesquisa histórica. A seguir, elucidaremos alguns pontos sobre as culturas políticas em torno do trabalhador imigrante para São João Del Rei, cidade localizada na região das Vertentes, no interior de Minas Gerais.

IV. Imigrantes como moléculas do progresso

Ao contrário de outras províncias do Brasil, somente às vésperas da abolição a província de Minas Gerais aderiu às políticas de Imigração do Império brasileiro vendo entrar em seu território um grande contingente de estrangeiros de várias nações européias, principalmente italianos. Por ser a província com o maior número de escravos durante o século XIX, segundo Roberto Martins ¹¹, Minas não sentiu tão urgentemente a falta de mão-de-obra como as demais províncias brasileiras, justificando seu atraso para a adesão às políticas imigratórias. Tal atraso fez com que a mão-de-obra nacional fosse uma alternativa recorrente para algumas regiões mineiras depois da abolição, como nos mostrou Ana Lúcia Lanna ¹² para a região da Zona da Mata.

Porém, mesmo contando com o trabalhador nacional, Minas Gerais viu-se diante da necessidade de efetivar a incorporação da mão-de-obra imigrante ao seu quadro de trabalhadores. Se observarmos atentamente os relatórios provinciais mineiros da década de 1870 e 1880 percebe-se que a questão da transição para o trabalho livre é discutida ao longo de todos os anos, como neste trecho do ano de 1871.

¹¹ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1980.

¹² LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da :Mata Mineira – 1870 – 1920*. 2 ed. Campinas: editora UNICAMP, 1989.

Vendo o que está se passando em São Paulo, a transformação que opera no seu comércio e lavoura, e considerando as vantagens que se tem a colher a província com a introdução da imigração em grande escala, dirigi às câmaras municipais, juizes de direito, párocos e juizes municipais a circular de 16 do mês passado, afim de que, à imitação do que se está principiando em outras províncias, e se praticou nos Estados Unidos da América, se promovam associações particulares, que se incubam da distribuição dos colonos contratados, ou de mandar diretamente contratá-los na Europa para o serviço das fazendas e das fábricas, substituir desde já, quanto possível, os escravos e preencher os vácuos deixados pela invalidez, manumissões, fugas, crimes, e a morte. (...) Confio na iniciativa particular. (Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871, p. 45 – grifo nosso).

Como podemos notar, desde esta época a introdução de imigrantes era considerada como algo vantajoso pelos políticos mineiros. Contudo, mesmo pensando dessa forma, somente às vésperas da abolição a província mineira tomou medidas para receber trabalhadores estrangeiros, como a criação de diversos núcleos coloniais às margens das principais estradas de ferro da província e também a criação, em Juiz de Fora, de uma hospedaria com filiais em Rio Verde, Mar de Espanha, São João Del Rei e São João Nepomuceno.

Ao chegar a Minas, os imigrantes iam para as hospedarias e lá os fazendeiros contratavam os seus serviços. Todavia, era necessário convencer os fazendeiros da importância de se contratar os estrangeiros. As discussões sobre os benefícios que a imigração traria ao Brasil não podiam ficar circunscritas à elite política mineira, principalmente diante do fato da mão-de-obra nacional ser uma alternativa corrente entre os fazendeiros. Era necessário então divulgar a idéia de que os imigrantes constituíam-se num bem para a agricultura e desenvolvimento da Província.

Segundo Ângela de Castro Gomes *as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais freqüentemente (...). Têm igualmente algumas instituições-chave – como família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas etc. -, fundamentais para sua*

transmissão e recepção. ¹³ No nosso caso, os meios de comunicação, tais como panfletos e periódicos constituíram-se numa alternativa preciosa para a construção da cultura política que relacionava o imigrante ao trabalho. No periódico *Gazeta de Minas*, jornal da cidade de Oliveira, bastante próxima a São João del Rei encontramos uma série de matérias que mostram o imigrante europeu como sendo uma boa alternativa de trabalho. É bom que fique claro, que essa cidade não teve nenhuma hospedaria e nenhum núcleo colonial que garantisse a presença imigrante em suas imediações.

(...) é muito natural que paire sobre essa parte da Província muita dúvida, muita hesitação na adoção de imigrantes os quais por sua vez não se quererão sujeitar a tão poucos rendimentos. Isto quer dizer que com o atual sistema de lavoura e com a nova espécie de trabalho a decadência, já sensível do campo, se tornará cada vez mais preexistente. É mister, portanto, abandonar a rotina antiga, abrir novos horizontes, adotar novos processos para a rotação dos terrenos e procurar outros meios que não os atuais, o aproveitamento de um solo digno de figurar entre os mais abastados. Mas como chegar a esse desideratum senão admitindo-se trabalhadores estrangeiros, inteligentes e industriais, que modificam completamente os nossos costumes, ensinam-nos os sistemas a que estão habituados? Sem dúvida alguma a colonização estrangeira é aquela que tem de representar o papel mais importante naquilo que ainda havemos de ser; dela depende talvez o futuro do país; mas como o progresso de uma nação qualquer não se realiza de um dia para o outro: porque é lei natural que a natureza não anda aos saltos; o que se segue é que entre esse período de progresso que antevemos para a lavoura de Minas e o período atual tem de decorrer-se um certo intervalo de tempo durante o qual os libertos continuando a prestar os mesmos serviços que até aqui prestavam como escravos irão aprendendo com alguns estrangeiros; que o governo providencial se encarregue de disseminar em núcleos coloniais por toda a Província, tudo quanto for aproveitável, capaz de fazer progredir o país e de enriquecer aqueles que se entregam aos árduos labores da lavoura. Durante este período também os lavradores ir-se-ão habituando ao novo estado de coisas e insensivelmente, sem que seja mesmo preciso fazer-se grandes propagandas a metamorfose ir-se-á operando até que tudo entre nos eixos. (*Gazeta de Minas*, 25 de março de 1888, p. 1 e 2 - grifo nosso).

¹³ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 32.

Como bem afirma esse jornal, a colonização estrangeira é parte de um processo de metamorfose na maneira de se pensar o Trabalho no Brasil. Diante de uma latente economia capitalista, incorporar *trabalhadores estrangeiros, inteligentes e industriais* é uma ótima alternativa, tendo em vista que eles nos ensinariam seus sistemas de trabalho, contribuindo para o progresso da lavoura de Minas.

No mês de outubro deste mesmo ano de 1888, encontramos outra matéria na Gazeta de Minas, desta vez parabenizando a cidade de Bom Sucesso pela iniciativa ao trazer colonos.

Colonização: Estamos bem informados que em nossa vizinha cidade de Bom Sucesso, já se acham perfeitamente localizados trezentos colonos, divididos em famílias, trazendo deste modo para aquele município a prosperidade já tão vantajosamente conhecida em seus resultados práticos em outras povoações do Império. É de lamentar-se bastante que no município de Oliveira, tão rico pecuniariamente considerado também pela uberdade de seu solo, ainda não tivessem os lavradores e proprietários, a idéia mais do que vantajosa, sem arriscar seus capitais, nesta ocasião em que o governo favorece, de unidos mandarem vir para suas fazendas o braço colonial, quando se clama geralmente que os novos cidadãos se acham entregues às doçuras da lei que lhes concedeu a liberdade. (...) Representando a nossa missão, fazemos um apelo a classe agrícola deste município para que não se esqueça de quanto antes fazer vir para suas fazendas e lavouras os colonos agora tão fáceis de serem obtidos; para que mais tarde não se queixem de si mesmos. Com a colonização é que podemos contar agora e não com os libertos com aquele sistema rotineiro, à salário, trabalhando quando bem lhes parece. (Gazeta de Minas, 18 de novembro de 1888, Edição 64, p. 2 - grifo nosso.)

Neste trecho é interessante percebermos que o saudosismo em relação à colonização estrangeira se dá em detrimento à imagem trabalhador liberto: “Com a colonização é que podemos contar agora e não com os libertos com aquele sistema rotineiro, a salário, trabalhando quando bem lhes parece”. Essa desvalorização do trabalhador liberto, em prol de uma valorização do imigrante é reproduzida nos testemunhos de processos criminais quando temos como envolvidos imigrantes europeus e indivíduos de ascendência negra, como poderemos conferir mais tarde.

Para a cidade de São João Del Rei, que teve uma hospedaria filial à de Juiz de Fora, os jornais demonstram grande euforia ao noticiarem a chegada de imigrantes italianos.

Os imigrantes: Ainda ontem chegaram homens robustos, mulheres coradas, de cujas faces parecia quererem brotar gotas de sangue. Era belo o espetáculo que se desenhava aos olhos de nós outros, acostumados ao meio quase inerte de uma estagnação com aparência de movimento. Parece que em cada imigrante víamos uma molécula do progresso a desprender-se do grande corpo de futuro. Aquela massa enorme de estrangeiros afigurava-nos o regaço de uma Cornélia a criar batalhadores do porvir esplendoroso de nossa pátria. Em seus rostos alegres lia-se a esperança que lhes alentava a alma e para essa natureza esplêndida olhavam, como que se casasse com suas lisonjeiras aspirações. Quantos sonhos de ventura não se lhes despertavam no cérebro, em meio às noites mal dormidas nos porões do navio que os expatriava! (...) (Periódico A Pátria Mineira 04 de dezembro de 1888 n° 27, Ano XII – grifo nosso)

Moléculas do progresso é uma expressão perfeita para compor o imaginário acerca do imigrante trabalhador nessa época. A chegada dos italianos a São João Del Rei no final de 1888 parou toda a cidade e é relatada pelos jornais como sendo um grande espetáculo. Além de portarem o progresso em suas almas, a chegada dos colonos a São João Del Rei também seria muito importante para reascender a agricultura na cidade, decadente desde a segunda metade do século XIX.

No próximo trecho escolhido, temos uma espécie de folhetim distribuído pela hospedaria de São João Del Rei escrito pelo diretor da mesma, Severiano Nunes de Cardoso Rezende. Este folhetim foi encontrado em meio aos pertences de um grande fazendeiro da região, o senhor Geraldo José Rodrigues.

São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888

Prezado amigo e senhor

O governo provincial procurando atender aos interesses desta zona, para aqui encaminhou a corrente da imigração.

Fez mais, solicito em disseminar de pronto os colonos por estes municípios, criou uma hospedaria nesta cidade, onde com facilidade possa o fazendeiro sem despesas e viagem a outros pontos mais distantes contratar a seu gosto auxiliares para a sua lavoura.

Já se acham na hospedaria de São João Del Rei grande número de famílias escolhidas do que há de melhor na gente chegada da Europa.

São famílias do Norte da Itália, tiradas do meio da lavoura e cuja índole, atividade e costumes já tem a experiência demonstrado serem irrepreensíveis.

A imigração européia, os italianos do Norte, constitui a solução da lavoura, como ela está constituída, até que se dê a salutar e necessária transformação. Todos proclamarão a verdade, como o importante fazendeiro Sr. Joaquim Dias Ferraz. Eis o que refere, neste ponto, o Liberal Mineiro:

“Vimos ontem uma carta do nosso amigo senhor Joaquim Dias Ferraz, fazendeiro em Angustura, termo de Leopoldina, da qual extraímos os seguintes tópicos: “Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda 24 imigrantes do norte da Itália, os quais trabalham de modo admirável e satisfatório. Estou contentíssimo com eles. São homens que trabalham por três dos nossos. Julguei que teria dificuldade em satisfazê-los na alimentação. Felizmente não são exigentes, e a esse respeito também não se pode dizer deles senão que se contentam com pouco. E tal o meu entusiasmo pelo serviço desses homens, que ainda desejo mais cem deles!! Os nossos colegas da lavoura façam aquisição de tais trabalhadores, e assim terão experimentalmente a prova do que afirmo”. Ora, em vista de quanto venho expor, se conclui que o espírito lúcido e refletido de V.V.S. sugerirá, avolumando as vantagens, que advirão aos agricultores com a aquisição de imigrantes, venho pedir-lhe que interponha o prestígio de que merecidamente goza entre seus colegas da lavoura, afim de que concorram a visitar a hospedaria desta cidade, sob minha direção e contratar as famílias que lhes convier e com as cláusulas que a cada qual pareça melhor e mais razoável. Aproveito a oportunidade para retirar a V. S. os protestos de amizade, estima e consideração com que sou de V. S. Severiano Nunes Cardoso de Rezende. (Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues).

As culturas políticas só podem ser entendidas dentro da longa duração, pois elas demandam tempo para compor o imaginário social. O exercício a que nos propomos fazer com este artigo foi de entender como se propagou a cultura política que definia o imigrante como sendo um elemento essencial para a prosperidade e desenvolvimento do Brasil no contexto de fim do escravismo. Ao lermos todos estes trechos podemos perceber como se forjou em Minas Gerais essa imagem do trabalhador estrangeiro como sendo aquele que, pela boa índole e disposição no trabalho, traria benefícios à agricultura brasileira.

Nos relatórios de província observamos que a discussão sobre questões referentes à transição da mão-de-obra e os benefícios da imigração estrangeira para a lavoura estava presente bem antes da abolição do sistema escravista. Porém, este discurso que valoriza o trabalhador estrangeiro não podia ficar circunscrito às discussões políticas, sendo necessário convencer os fazendeiros de que o braço estrangeiro era a melhor opção no trato com a lavoura. Sendo assim, os periódicos foram uma excelente forma para disseminar essa idéia.

Em São João Del Rei, a chegada dos imigrantes italianos no final do ano de 1888 causou euforia na cidade. Segundo o jornal *A Pátria Mineira*, em cada imigrante que chegava via-se uma *molécula do progresso*. Pode parecer exagero do jornal, mas era necessário convencer a todos da importância da imigração, até mesmo às pessoas comuns. A carta encontrada em meio aos pertences do fazendeiro Geraldo José Rodrigues, escrita pelo diretor da hospedaria de São João Del Rei, Severiano Nunes também foi uma forma de divulgar as facilidades no contrato de trabalhadores e dos benefícios que eles traziam.

Não bastava apenas que estas culturas orientassem as decisões das elites políticas para efetivar a vinda dos estrangeiros. Também era preciso que as demais pessoas entendessem esta realidade, afinal, um grupo de indivíduos de país, língua e cultura diferentes necessitaria de certa hospitalidade ao chegarem a um país desconhecido. Se a sociedade local não entendesse a necessidade de tais grupos imigrantes, poderia haver um grande caos ao nível das relações sociais estabelecidas entre *insiders e outsiders*. Enfim, mais que preparar o terreno para a chegada dos imigrantes, as culturas políticas acima mencionadas foram importantes para engendrar as mais diversas representações que cada grupo construía a seu respeito neste contexto.

V. Fontes Primárias

- Relatórios de Província do Estado de Minas Gerais disponibilizados no site: www.crl.edu/content/brazil/mina.htm.
- Jornais de Oliveira disponibilizados no site: www.gazetademinas.com.br
- Jornais “Arauto de Minas” e “A Pátria Mineira”: disponibilizados em micro-filmes na biblioteca da Universidade Federal de São João Del Rei.
- Acervo particular do senhor **Geraldo José Rodrigues**.

VI. Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean- Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

CEFAI, Daniel (dir). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Resenha de René Rémond (org). Pour une histoire politique. Paris: Sevil, 1988. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol 5, n 10, p. 265 – 271, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v13, n.24, 1999.

LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870 – 1920*. 2 ed. Campinas, editora UNICAMP: 1989.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar / UFMG. Belo Horizonte: 1980.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Edição 2. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2003.

Propostas para extinguir a escravidão: uma análise das obras de Benjamin Fontana e Maria Josephina

Mateus da Rocha Reis¹

A presente comunicação pretende analisar as propostas para extinguir a escravidão no Brasil analisando fontes primárias das obras de Benjamin Fontana e Maria Josephina Durocher. A pesquisa propõe expor alguns pontos levantados durante o trabalho ainda em andamento como: quem são os autores, a linguagem utilizada, para quem a obra é dedicada e o contexto no qual foram publicados.

Analisando as obras

A primeira obra a ser analisada é a de Benjamin Fontana, publicada em 1865 sob o título de *Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil: salvar a propriedade e educar os libertos afim de serem cidadãos úteis*. Escrito nas horas de descanso e contendo 16 páginas dedicadas ao povo santista e aos brasileiros em geral, Fontana propõem o fim da escravidão de maneira gradual ao criar Irmandades em todo o Império brasileiro no qual qualquer indivíduo contribuiria com uma taxa sendo os mais ricos com uma quantia maior. Recebido esse dinheiro, a Irmandade compraria o escravo escolhido pelo valor estipulado na venda e o escravo ao ser comprado se tornaria empregado da instituição recebendo salário pelos serviços prestados até repassar o dinheiro pago pela Irmandade para ganhar a tão sonhada liberdade. A exceção fica para os filhos nascidos dos escravos nas Irmandades, pois estes se tornam livres.

Benjamin apresenta suas explicações com dados, quantias e regulamentos que as Irmandades teriam, sendo governadas por Assembléia Geral residida na Corte eleitas por representantes das províncias. O objetivo dessa instituição é garantir que alcance uma educação, bons costumes para se tornar cidadão liberto, pois estes não estavam ainda preparados para conviver em sociedade uma vez que poderiam cair no crime, no ócio e na

¹ Graduando em História pela UFJF e Estagiário do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.
e-mail: mateus.bleach@bol.com.br

miséria. Cabe destacar que as Irmandades poderiam aplicar castigos àqueles escravos que não se adaptassem as ordens impostas tendo como justificativa a justiça moral para torná-lo bom:

Quanto aos castigos corporaes, a Irmandade, terá um pequeno código apropriado ás faltas domesticas, segundo o qual os castigos applicados com justiça e proveito, acompanhados sempre de uma exhortação benevola e moral, afim de que o escravo conheça que é castigado com justiça e por suas proprias faltas, e que ganhará mais sendo homem de bem e tornando-se bem por especulação².

Os benefícios desse projeto trariam a sociedade um desenvolvimento, um progresso dentro da lavoura e do comércio que caso fosse extinta a escravidão imediata teriam prejuízos:

Extinguir-se-há a escravidão, mas de maneira que se concilie a justiça para com todos. Extinguir de repente a escravidão, importaria um chãos de desgraças tanto para os senhores como para os escravos. Estes pela maior parte brutos, sem precisões e sem intelligencia desfrutarão a liberdade no ocio, na miseria e no crime, e assim faltando a actividade em uma parte da machina da sociedade brasileira, todos os seus membros se resentirão do terrivel choque³.

No entanto, caso o escravo não conseguisse viver em sociedade, a Irmandade repassaria o escravo a um proprietário que deveria recebê-lo como uma pessoa livre, cabendo a Irmandade receber o valor que o escravo ganhar.

A outra proposta é a de Maria Josephina Durocher, francesa naturalizada brasileira publicou sua obra no ano de 1871 com o título de *Ideias por coordenar à respeito da emancipação*. Obra que contém 25 páginas propõe o término da escravidão de maneira gradual, além de indicar também maneiras de melhorar a estrutura do corpo administrativo como, por exemplo, o ministério.

Mostrando ter conhecimento da independência do Brasil e fazendo uma análise objetiva do episódio, Durocher atribui à escravidão um mal da herança portuguesa:

Desgraçadamente a influencia da educação portugueza por consequencia, seus prejuízos nos quaes figura em alta escala a vaidade e a ganança do ganho, imperava ainda muito na nossa sociedade.

² FONTANA, Benjamin. *Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil*. Santos: Typographia Commercial, 1865, p. 12-13.

³ Idem, p. 08.

Habitados a considerar o escravo como cousa desde a infância, não é muito de estranhar que no momento em que quebrarão os grilhões coloniais não lhes ocorresse á lembrança a infeliz sorte de seus patricios, victimas do defeituoso systema da colonisação portugueza⁴.

Por ser um mal que deve ser combatido, Durocher pretende a substituição dos termos escravo e senhor pelo nome “subordinado” e “superior”, respectivamente. Ao discutir essa ideia, a autora pretende desde início uma mudança nos costumes dos vocábulos:

Nos empenhamos pelos titulos de superior e subordinados, porque já é dar um pequeno passo para a dignidade do homem e para desaparecer o quanto tem de odioso o vocabulo senhor e escravo⁵.

Assim como Benjamin Fontana, a escravidão não poderia ser extinta de imediato porque causaria problemas à sociedade:

(...) uma vez liberto, preguiçoso ou ladrão, ebrio, assassino; traduz liberdade por licença, executar sua vontade é seu fim, sem educação moral, que uso poderá fazer o emancipado de sua liberdade, a não ser descatos e offensas continuas á sociedade?⁶

Seus meios para emancipação estão baseados em cinco ideias que além da substituição dos termos temos, portanto, um decreto que mais uma vez relacionado a taxas no qual todo indivíduo livre obrigatoriamente pagaria um imposto que seria revertido para “resgatar todos os annos no dia 7 de Setembro um ou mais subordinados conforme a quantia existente em caixa⁷”, a data refere-se ao momento da independência mostrando que ao ser “resgatado” o escravo se tornaria livre assim como o Brasil. Para que não tenha fraude nesse sistema de imposto, seria criada uma tabela para controlar os preços. E por último, um código tanto para os escravos quanto para os senhores subordinados a legislação do Império em que escravos estariam encarregados de uma série de atividades, normas de vestuário, tipo de comida a ser consumida e a quantidade, horas de lazer, etc. Nessa última proposta, está incluída a liberdade dos filhos de escravos nascidos no Brasil, cabendo lembrar que o ano de publicação é de 1871, período em que foi aprovada a Lei do Ventre Livre:

⁴ DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 06.

⁵ Idem, p. 11.

⁶ Idem, p. 05.

⁷ Idem, p. 11.

Declara de condição livre os filhos de mulhere escrava, que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos⁸.

Durocher elabora todo um programa de maneira que os filhos de mulheres escravas tenham uma educação garantindo um futuro melhor:

Entre os deveres impostos ao tutor não deve ser esquecida a educação; os menores irão ás escolas mutuas ou terão horas destinadas á seus estudos nas fazendas, a educação deve constar pelo menos do seguinte: doutrina christã, portuguez, arithmetica, historia patria, e noções sobre geographia, isto é os rudimentos indispensaveis para ter uma idéa do que é esta machina chamada mundo⁹.

Ambos os autores, acreditam que a educação é o melhor meio para “salvar” o escravo que ainda é associado ao estado de barbaridade, não podendo ainda conviver com outros indivíduos da sociedade. O negro ainda é visto de forma preconceituosa e relacionado com o desenvolvimento do país que só poderia atingir o progresso na lavoura e no comércio abolindo a escravidão. É o que podemos perceber nas linguagens utilizadas comparando o negro a “preguiça”, “ignorância” e “barbaridade”. A presença de castigos também nos textos é constante e com a justificativa de ser “bom” para o escravo, tornando-os homens de boa conduta.

Segundo a historiadora, Célia Maria Marinho Azevedo, esse discurso anti-escravista, está construído na ideia do progresso aliado como dito anteriormente ao desenvolvimento não só industrial, mas também das leis e da ordem que governam o Estado. Discurso influenciado principalmente pelos conceitos iluministas e da doutrina católica no qual a sociedade atingira um estágio de equilíbrio social¹⁰. Como exemplo, o discurso de ambos os autores:

(...) os Brasileiros, filhos dos valentes Lusitanos, descendentes dos Romanos, o Povo-rei, serão os fundadores da *Irmandade Evangelica*

⁸ Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 *Sobre o Estado Servil e Decretos*. Regulando a sua execução: São Paulo: Typographia Americana, 1872, p. 03.

⁹ DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 14.

¹⁰ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

Patriótica Nacional que terá por fim a extinção da escravidão, obra digna d' um povo livre, d' um povo verdadeiramente christão¹¹.

Nós e outras nações somos subordinados á religião Catholica, e toda a gente civilisada ou não é subordinada e é obrigada a obedecer ás leis que regem o seu paiz¹².

Esse discurso está presente em grande parte dos abolicionistas brasileiros que expressavam sua insatisfação através de panfletos, manifestos, jornais, e outros meios de comunicação como forma de desabafo pela realidade em que estavam vivendo, as torturas provocadas pelos senhores seja dentro de cativeiros, seja em via pública. O sistema escravista chegou num certo momento em que já não se podia mais sustentar não só pelas atrocidades que esses indivíduos presenciavam como também o medo de uma revolta escravista que pudesse afetar a sociedade. Vimos nos relatos anteriormente que havia uma preocupação da sociedade em ser instalado um caos após a emancipação imediata, do ódio presente no escravo:

“O abolicionismo brasileiro expressa-se num tom bem distinto. É uma voz de dentro; é como ouvir alguém falar de uma realidade tão desanimadora quanto envolvente. Aqui não só vemos, mas sentimos o espetáculo diário da escravidão, os escravos sendo vitimados pelos senhores, os quais, por culpa de sua própria imprevidência, terminam sendo as maiores vítimas. Os pobres escravos, as vítimas, têm também o poder de contaminar e destruir a sociedade como um todo¹³.

É, portanto um medo das elites brasileiras, preocupadas em evitar que uma revolta como a que aconteceu no Haiti pudesse inspirar os escravos após serem libertados. Para isso ser evitado, é preciso de um projeto abolicionista de maneira gradual e não imediata, como propõem os autores Benjamin Fontana e Maria Durocher.

Contexto

¹¹ FONTANA, Benjamin. *Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil*. Santos: Typographia Commercial, 1865, p. 16.

¹² DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 11.

¹³ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 51.

Essas propostas apresentadas e os discursos utilizados estão inseridos num contexto dos anos de 1860 e 1870, período em que a uma grande pressão internacional, sobretudo da Grã-Bretanha para acabar com a escravidão tendo o Brasil como alvo da crítica estrangeira. Essa pressão da Inglaterra começou a se intensificar devido aos tratados não cumpridos pelo Brasil.

Tratados esses afirmados com a Inglaterra ainda na chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, assinando em 1810, o chamado Tratado de Aliança e Amizade o qual ficou estabelecido o tráfico de escravos apenas em concessões portuguesas. Nos anos posteriores foram assinados mais tratados que segundo os abolicionistas “a Independência do Brasil interrompeu a marcha progressiva das negociações¹⁴” como é o caso dos tratados de 1815, 1817, 1826 e o de 23 de maio de 1831, que abolia a escravidão, mas que permaneceu morta, pois não vigorou¹⁵. Para a Inglaterra, o Brasil não cumpria com os seus compromissos utilizando de todos os recursos para ganhar as simpatias do governo inglês que exigia o fim da escravidão tornando conhecida a expressão “para inglês ver”:

Só o Brazil está ainda exposto aos ataques dos abolicionistas do mundo, que nem sangue nem ouro pouparáo para alcançar os seus fins – o desaparecimento da escravidão do mundo¹⁶.

Internamente, o Brasil sofria com as críticas dos abolicionistas que se empenhavam na luta contra a escravidão:

Durante as décadas de 1860 e 1870, os futuros abolicionistas brasileiros criaram sociedades literárias e jornais para expressar seu descontentamento com o estado geral da sociedade e da política e filiarem a grupos profissionais emergentes, fundaram sociedades educacionais e culturais, debateram sobre os méritos relativos de uma república e de uma monarquia constitucional, fizeram campanhas diversas pela reforma eleitoral, separação da Igreja e do Estado, pela educação pública. Além disso prestaram apoio aos planos estatais ou

¹⁴ *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883, p. 05.

¹⁵ A respeito dos tratados internacionais ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, cap. 03. Ver também: *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883.

¹⁶ FONTANA, Benjamin. *Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil*. Santos: Typographia Commercial, 1865, p. 14.

particulares de imigração européia, desejosos de progresso econômico e social combinado com um embranquecimento geral da população¹⁷.

Dentro desse contexto, temos ainda os debates travados pelos parlamentares a respeito da condição do escravo, principalmente após a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) no qual se discutiu a respeito da libertação dos escravos após a sua participação na Guerra. Porém, o medo dos escravos se rebelarem contra os proprietários fez com que as discussões fossem prolongadas¹⁸. No ano de 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre que considerava os filhos livres de escravas no Brasil nascidas a partir daquela data. Esta lei foi muito criticada pelos abolicionistas por respeitar os interesses dos proprietários de escravos:

A lei de 28 de setembro porém foi uma lei conservadora, que respeitou o interesse dos senhores supersticiosamente; que lhes garantiu a propriedade dos seus escravos até a completa extinção do último; que não modificou o que é praticamente o direito de vida e morte do senhor; que vinculando as gerações presentes a um captivo só limitado pela morte, sujeitou as futuras durante vinte e um anos a um domínio também irresponsável e a um embrutecimento sistemático, dando assim à escravidão um período legal de três quartos de século para desaparecer no meio das mais terríveis complicações¹⁹.

Portanto, é esse o contexto que os dois autores, Benjamin Fontana e Maria Josephina Durocher estão presenciando, ou seja, uma série de transformações nos anos de 1860 e 1870.

Considerações Finais

Cabe aqui destacar a vida dos autores Benjamin Fontana e Maria Josephina Durocher, ambos são indivíduos pertencentes a uma elite letrada, educada com as doutrinas cristãs. Benjamin Fontana nasceu na Itália e se estabeleceu na cidade de Santos, proprietário de um

¹⁷ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 42.

¹⁸ A respeito da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e da condição dos escravos. Ver: *Atas do Terceiro Conselho de Estado (1865 – 1867)*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp

¹⁹ Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1880, p. 05.

hotel dedicou sua obra ao povo santista que nas horas de lazer resolveu escrever o pequeno trabalho de 16 páginas²⁰.

Já Maria Josephina Mathilde Durocher foi “parteira pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, parteira da casa imperial, membro honorário da academia imperial de medicina” nasceu em Paris, naturalizou-se brasileira, escreveu algumas obras a respeito de partos, higiene, etc. Conhecida por ter realizado o parto da imperatriz, dedicou sua obra ao seu amigo, o Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), senador do Império, fez aprovar a Lei dos Sexagenários no ano de 1885²¹.

Por terem uma educação e pertencerem a uma elite como é o caso de ambos, percebemos que eram pessoas que já não conseguiam mais conviver com a presença de barbaridades naquele contexto. Educados e com influências religiosas esses autores desejavam aquilo que consideravam um “câncer” na sociedade daquele período fruto da colonização portuguesa que já se prolongava por longos séculos. Não seria diferente que os autores contribuíssem de alguma maneira para propor o fim da escravidão para o Brasil.

Propostas que analisadas detalhadamente são impossíveis de serem concretizadas, e caso fossem, não passaria de uma escravidão velada no qual os grandes proprietários teriam ainda domínio sobre os escravos. Uma vez que esses meios propostos pelos autores seriam concretizados pelos governos que em sua maioria eram compostos por indivíduos da elite escravocrata.

No entanto, mesmo que seus meios para emancipação fossem reprovados, os autores se achavam num dever patriótico e cristão tendo por isso que emitir suas ideias e ao mesmo tempo desabafar. É certo que o período de 1860 e 1870 influenciou em suas obras, uma vez que há um descontentamento geral por parte da sociedade e pelas críticas e propostas feitas pelos abolicionistas do período em questão.

Referências bibliográficas

²⁰ SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923, p. 370.

²¹ Sobre Maria Josephina Durocher. Ver: MILLAN, Luiz Roberto. *Vocação médica: um estudo de gênero*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 72. Sobre biografia de Barão de Cotegipe. Ver: http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroii022.asp

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da carapinha*. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

CASTRO, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

FONTANA, Benjamin. *Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil*. Santos: Typographia Commercial, 1865.

Lei N° 2.040 de 28 de setembro de 1871 sobre o estado servil e decretos regulando a sua execução. São Paulo: Typ. Americana, 1872.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Ed.USP, 1994.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de1871*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

PINTO, Zélia Alves. *Histórias e Personagens*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava -Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LEIS



Lei N° 2.040 de 28 de setembro de 1871 sobre o estado servil e decretos regulando a sua execução. São Paulo: Typ. Americana, 1872.

ANAIS PARLAMENTARES – disponível em: www.camara.gov.br e www.senado.gov.br

Atas do Terceiro Conselho de Estado 1857 – 1864; 1865 – 1867; 1867 – 1868; 1868 – 1873

A participação dos médicos na política de saúde brasileira: considerações sobre a participação desses profissionais no sistema suplementar de saúde brasileiro

Nittina Anna A. B. Botaro¹

Introdução

Os primeiros esforços para a regulamentação da saúde suplementar brasileira datam de 1988. Foi na Constituição da década de 80, no artigo 119 da Sessão II, que o exercício da medicina liberal e o mercado de planos privados como complementar ao sistema de saúde público foram legalizados.²

Em termos gerais, a legislação dos planos privados foi criada após dez anos da Carta, no ano de 1998. A lei 9.656 foi avaliada como um importante instrumento para coibir os abusos das operadoras de planos de saúde contra os consumidores.³

Até a promulgação da referida lei, as operadoras de assistência à saúde estavam sujeitas exclusivamente à estrutura regulatória do Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Por sua vez, no ano de 1998, foi criado o CSS, órgão do CNSP, responsável por regulamentar as atividades das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, a partir da participação de representantes de diferentes segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor.

No ano de 2000, através da promulgação da Lei nº 9.961/00, foi criada a Agência Nacional de Saúde (ANS) com o papel de regulamentar a saúde suplementar, como também a Diretoria Colegiada da ANS, responsável por promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde.⁴

Ademais, foi no ano 1990 que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) alcançou o patamar de órgão colegiado com representação de diversos setores da sociedade, e poder deliberativo

¹ Mestranda do PPG de História da UFJF. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde, a partir das coalizões formadas dentro da Agência Nacional de Saúde. Email: nittina.bianchi@hotmail.com. Endereço: Rua Luis Sansão n80/405. Bairro Santa Helena. Juiz de fora. CEP:36015290. Tel: 3299361712

² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988

³ BRASIL. *Lei nº 9.656*. 3 de junho de 1998.

⁴ BRASIL *Lei 9.961/00*, de 5 de Janeiro de 2000

na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, definido pela Lei Federal 8.142/90, em seu segundo parágrafo.⁵

Neste artigo, pretende-se analisar a participação dos médicos no desenvolvimento da política de saúde brasileira a partir da participação desses profissionais no Conselho Nacional de Saúde (CNS) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Associação Brasileira Médica (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM). De forma que, com o objetivo de identificar as principais estratégias desses atores em momentos decisivos para o sistema brasileiro de saúde, será necessário perpassar pela trajetória do CNS, da ANS, responsáveis por regular o sistema de saúde brasileiro. Ademais, faz parte de nosso interesse perceber como a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em 2000, refletiu e foi percebida pelos membros do CNS. Para tanto, usaremos as leis 8.142/90 – que garantiu ao CNS seu caráter deliberativo; 9.656 /98 – responsável pelos planos de saúde e a lei 9.961/00 – que trata da criação da ANS. Além das conclusões feitas a partir da leitura das atas da Câmara de Saúde Suplementar, ligada a ANS; das atas do CNS, e também da leitura do Jornal da AMB e de algumas resoluções do CFM.

Conselho Nacional de Saúde

O Conselho Nacional de Saúde foi instituído pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937⁶, para cumprir a função de um órgão consultivo do Ministério da Educação e Saúde Pública, cujos membros eram indicados pelo Ministro de Estado e debatia apenas questões internas. Com a separação do Ministério da Saúde e da Educação, o CNS foi regulamentado pelo Decreto 34.347, de 8 de abril de 1954⁷, com a função de assistir ao Ministro de Estado na determinação das bases gerais dos programas de proteção à saúde.

⁵ BRASIL *Lei 8.142/90*, de 28 de dezembro de 1990

⁶ A Lei 378 de 1937 foi responsável por reformular o Ministério da Educação e Saúde Pública. A era Vargas, dedicou-se a uma ampla reforma da política de saúde no Brasil. Além da criação, em 1934, do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), instituiu a divisão das atividades da saúde entre o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e o MESP. Coube, assim, ao MTIC cuidar da assistência médica destinada aos inseridos no mercado de trabalho, enquanto ficou a cargo do MESP a prestação de serviço aos trabalhadores rurais, informais e desempregados (LIMA, Nísia Trindade, FONSECA, Cristina M.O. e HOCHMAN, Gilberto. “A saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica”. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) *Saúde e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005)

⁷ BRASIL, *Decreto 34347* de 8 de abril de 1954.

Nos anos 60, o Conselho tinha a finalidade de assistir o Ministro de Estado da Saúde, com ele cooperando no estudo de assuntos pertinentes a sua pasta.⁸ Sob a efervescência dos anos de 1970, sobretudo devido ao movimento sanitário, o Conselho Nacional da Saúde conquistou a tarefa de realizar a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como opinar sobre matéria que, por força de lei, tenha que ser submetida à sua apreciação.

A partir da década de 1990, o Conselho atingiu o patamar de órgão colegiado com representação de diversos setores da sociedade, e poder deliberativo na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, definido pela segunda Lei Orgânica da Saúde 8.142/90, em seu segundo parágrafo.⁹

A partir da criação, especificamente, da segunda Lei Orgânica da Saúde, a participação da população na política de saúde brasileira foi reconhecida como um importante recurso para o sucesso desse serviço público e foi até mesmo incentivada por parte do Estado. Além disso, as duas L.O.S.s estabeleceram os parâmetros políticos, sociais e econômicos do novo modelo de assistência médica e hospitalar brasileiro.

Diante dessa nova legislação disponível, as principais obrigações do CNS mudam. A partir de 1990, o Conselho Nacional de Saúde assume a obrigação de analisar e deliberar sobre assuntos de saúde pública via resoluções, que devem ser adotadas pelo Ministério da Saúde, a partir de reuniões feitas entre os membros do Conselho. E ainda, vários segmentos da sociedade são introduzidos ao colegiado do CNS, iniciando um diálogo entre pessoas comuns - representantes dos mais diferentes atores - e especialistas em saúde pública.¹⁰

Pretendemos analisar os trabalhos do CNS na trajetória do sistema brasileiro de saúde a partir das atas das reuniões do Conselho Nacional de Saúde, do ano de 1992 à 2009, sobretudo, no que diz respeito a participação dos médicos nesta arena e a criação da Agência

⁸ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, *História do CNS*. Disponível em www.conselho.saude.gov.br/apresentacao/historia. Acessado em abril de 2010.

⁹ Com objetivos de detalhar a nova formulação da política de saúde no Brasil, são criadas duas Leis Orgânicas da Saúde, LOS 8.080 e LOS 8.142. Coube a primeira LOS dispor sobre o processo de descentralizada da política de saúde, e a segunda regulamentar a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, a qual previa entre outros deveres, que os municípios e estados deveriam contar com Conselho de Saúde, Fundo de Saúde e Planos de saúde para a obtenção dos recursos a esse serviço.

¹⁰ Representantes da CUT, Força Sindical, Associações de bairro, profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas), como também especialistas da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva e Centro Brasileiro de Estudos de Saúde fazem parte do corpo de membros do Conselho Nacional de Saúde.

Nacional de Saúde Suplementar e suas respectivas conseqüências para o Conselho;¹¹ uma vez que entendemos o CNS como uma arena regulatória da saúde.

Para tanto, a utilização do conceito de arena, na pesquisa, refere-se àquele construído por Theodoro Lewi, a partir das suas reflexões sobre o caso norte-americano. Na ocasião, Lewi propôs a teoria da Arena do Poder, fundamentado na idéia de que cada tipo de política pública – nos termos de Lowi as políticas seriam basicamente distributivas, redistributivas ou regulatórias - determina um tipo singular de relação (ou discussão) política, ou seja, uma arena¹².

No caso específico da saúde pública, o CNS pode ser definido como arena regulatória, visto que a política de saúde se constrói a partir do conflito entre coalizões políticas de interesses claros e opostos, que geram claramente uma distinção entre favorecidos e desfavorecidos, através de coalizões fortes, porém efêmeras ¹³

Contudo, importa assinalar, que tais arenas não esgotam o processo decisório relativo às políticas de saúde. Como pretendemos abordar neste artigo que com freqüência *médicos* buscam contornar dificuldades encontradas em arenas que compartilham com outros atores através do contato direto com dirigentes de agências executivas, como o Ministério da Saúde, eventualmente menos permeável a pressões de usuários e outros profissionais que se fazem representar nas arenas indicadas a cima. Ou acabam por tratar temáticas de interesse amplo em associações próprias de profissionais de saúde.

Além disto, como verificamos no estudo do Conselho Nacional de Saúde, o alheamento de representantes do executivo e dos prestadores de serviço e dos *médicos* pode ser utilizado como tática para esvaziar uma arena decisória (saída), embora esta, formalmente seja responsável pelo setor de saúde¹⁴

Segundo John Kingdon, políticas públicas são constituídas por quatro dinâmicos processos: afirmação de uma agenda; considerações sobre as alternativas para a formulação

¹¹ A escolha pelo ano de 1992 se justifica por dois motivos. Primeiramente, procuramos nesta pesquisa investigar o trabalho do Conselho já como órgão deliberativo. Ademais, temos disponível para o acesso via internet apenas as atas do ano de 1992 até o ano atual.

¹² LOWI, Theodore J. *American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory*. World Politics, vol. XVI, 1964.

¹³ SOUZA, Celina. “Estado de Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In: HOCHMAN, Gilberto (org) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

¹⁴ DELGADO, Ignacio, BOTARO, Nittina. “Conselho Nacional de Saúde: uma das faces da política de saúde no Brasil” *Revista Eletrônica Principia – Caminhos da Iniciação Científica*. UFJF, jan 2009. Disponível em www.ufjf.br/principia

das políticas públicas; a escolha de umas das alternativas possíveis; e por fim, a implantação da decisão. O pesquisador, no entanto, preocupou-se mais intensamente pelos dois primeiros momentos da política pública, quando desenvolveu seu modelo de *Múltiplos Fluxos*, com intuito de analisar as políticas públicas nas áreas de saúde e transporte do governo estadunidense. Conforme, Ana Claudia N. Capella, Kington, tentou responder no trabalho *Agendas, Alternativas e Políticas Públicas*¹⁵, “por que alguns problemas se tornam importante para um governo”¹⁶.

Para John Kington, idéias/problemas atingem o patamar de agenda quando há uma convergência entre três fluxos, são eles, problemas, soluções ou alternativas e política.¹⁷

Em poucas linhas, o primeiro fluxo aborda que uma questão torna-se um problema, no momento que os atores acreditam que devam fazer algo a respeito. No segundo fluxo, o pesquisador defende que alternativas e problemas não são geradas em pares, na verdade existem soluções prontas a espera de problemas¹⁸. Contudo, apenas idéias que se mostrem viáveis do ponto de vista técnico, com baixo custo, e que simule valores compartilhados podem adquirir conotação de solução. Por fim, o terceiro fluxo, *político*, exerce seu poder sobre a agenda a partir de três elementos, o humor nacional, forças políticas e mudanças de pessoas no próprio governo.¹⁹

No limite, quando os três fluxos de convergem a janela de oportunidade se abre e mudanças nas agendas governamentais acontecem. No entanto, a participação dos empreendedores de política é fundamental para a concretização das mudanças, uma vez que são eles os responsáveis por investir recursos nessas idéias e concretizar a convergência dos três fluxos. Esses atores podem ser representantes do legislativo, do Executivo, de grupos de interesse, da comunidade acadêmica ou da mídia.²⁰

Ademais, conforme o modelo conferido por Albert Hirschman para a análise de fenômenos sociais, organizacionais, econômicos e políticos; indivíduos reagem a mudanças ou deterioração do desempenho de firmas, organizações e até mesmo do próprio Estado, por

¹⁵ KINGTON, J. *Agendas, alternatives, and Public Policies*. 3 ed., New York: Harper Colins, 2003.

¹⁶ CAPELLA, Ana Claudia N. “Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas”. In: HOCHMAN, Gilberto (org) *op cit*.

¹⁷ KINGTON, J. *op cit* & CAPELLA, Ana Claudia N. *op cit*

¹⁸ Uma abordagem mais clara sobre o assunto encontra-se nas formulações da Teoria da Lata de Lixo, (SOUZA, Celina. “Estado de Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In: HOCHMAN, Gilberto (org) *op cit*.

¹⁹ KINGTON, J. *op cit* & CAPELLA, Ana Claudia N. *op cit*

²⁰ Idem.

meio de três diferentes comportamentos, quais sejam, da economia (*saída*) e da política (*voz e lealdade*).²¹

Saída é um mecanismo por excelência da economia; uma opção típica de mercado. Contudo, ela não se restringe a relações de consumo, sendo utilizada em todos os domínios das relações sociais, por exemplo, a ausência dos atores em reuniões é um comportamento da saída desses indivíduos.²²

De forma que, ao analisarmos as atas do CNS verificamos a postura de *saída* por boa parte dos *médicos*. Percebemos esse comportamento, pela ausência propriamente dita desses personagens nas atas do CNS e pelas recorrentes reclamações dos membros do Conselho pela ausência dos representantes da AMB e CFM nas reuniões. Ademais, acreditamos que como um *grupo de interesse*, os médicos utilizaram-se de seus recursos para frear ou estimular certas agendas.

Assim, em situações favoráveis aos médicos, seus representantes os fizeram presente nas reuniões. Por exemplo, quando se discutiu a remuneração dos prestadores de serviços e profissionais de saúde do setor público e do setor privado, o senhor Edson de Oliveira Andrade, representante do Conselho Federal de Medicina²³, participou da reunião do Conselho Nacional de Saúde e apresentou aos demais participantes da reunião do CNS a situação dos médicos brasileiros bem como dificuldades enfrentadas por esses profissionais e ainda listou *propostas* para área médica.²⁴

Ademais, o debate proposto pelo Conselho sobre a posposta de lei de Senado número 25 que define o ato médico também contou com a participação de representantes da categoria médica. Naquela situação, o Conselheiro Francisco Monteiro, representante do Conselho

²¹ HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations and states*. Cambridge: Harvard 1970.

²² Idem

²³ É importante que se diferencie as tarefas e deveres entre o CFM, a AMB e a FENAM. Criado em 1951 o Conselho Federal de Medicina possui atribuições constitucionais de regular, orientar e fiscalizar a atividade médica, sendo o órgão hierarquicamente superior aos demais conselhos de medicina, responsável por produzir resoluções e julgar em último grau recurso, procedimentos éticos e administrativos. Além de atuar na **defesa da saúde e dos interesses da classe médica**. Enquanto que as associações – no caso Associação Médica Brasileira – são sociedade de cunho científico. Criadas com o objetivo de auxiliar profissionais e estudantes para que agreguem valor aos seus currículos, como palestras, congressos e demais eventos científicos. Por fim, a Federação Nacional de médicos reúne os sindicatos médicos no Brasil e tem maior interesse em questões legislativas que interfiram diretamente no bem estar do exercício da medicina, não extrapolando o interesse para a política de saúde em geral. Por tudo que foi dito, o CFM tem em sua essência a responsabilidade de representar a categoria médica em debates que envolva o sistema de saúde como todo.

²⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Conselho Nacional da Saúde*, ata da reunião realizada sete e oito de agosto de 2002.p 7

Federal de Medicina, no CNS ficou responsável por redigir uma proposta de campanha para a comissão do CNS sobre a temática.²⁵

Outro momento que os médicos estiveram presentes nas reuniões foi quando se discutiu no Conselho, o Projeto de lei 3.258, de 1992, que dispõe sobre o exercício da Medicina a organização e atuação dos Conselhos da categoria, proposto pelo Deputado Sergio Arouca. O Conselho Federal de Medicina, representado pelo senhor Edson de Oliveira Andrade apoiou o projeto original do Deputado Sérgio Arouca sem nenhuma alteração.²⁶

No entanto, em momentos não favoráveis aos médicos, notamos o esvaziamento desses atores das reuniões do Conselho Nacional de Saúde. Embora os representantes da categoria médica, de início participaram do debate do Projeto de Lei 4425/94, que dispõe sobre a normatização dos planos de saúde, com o amadurecimento do projeto de Lei, e a negativa do Conselho sobre suas propostas²⁷, esse profissionais preferiram se deslocar para ambientes que pudessem exercer maior pressão.

Nesta ocasião como em boa parte dos debates que teve a temática de regulamentação dos seguros e planos de saúde, os representantes médicos optaram por se ausentar das reuniões. E se deslocaram para o Congresso Nacional, reivindicando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os abusos praticados pelas operadoras e seguros de saúde. A grande preocupação desses profissionais, neste momento, foi a ausência nesta lei de garantias para o exercício digno da medicina e a manutenção do laço entre médico e paciente.²⁸ Ademais, uma campanha nacional foi criada pela Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, Federação Médica Brasileira e Confederação Médica Brasileira para alertar a população dos abusos cometidos pelas operadoras e seguros de saúde contra os médicos e usuários.²⁹

²⁵Ibidem. Aos onze e doze dias do mês de dezembro de dois mil e dois. p 17

²⁶ Ibidem. nov e dez de maio de um mil novecentos e noventa e cinco. p 7 e 8.

²⁷ O deputado Iberê Ferreira, responsável pela formulação do projeto, ponderou que o “seguro global como o defendido pelo Conselho Federal de Medicina não é viável em nenhum lugar do mundo, acrescentando que há necessidade de haver adequação às condições locais”

²⁸ “A AMB, em seu empenho por manter a tradição da natureza liberal da profissão médica, opunha-se a (...) ao “convenio-empresa”, estigmatizado como uma forma de “mercantilização” da saúde (...) “traficavam-se” não apenas com a Saúde, mas, pior, com a força de trabalho médica, descaracterizando sua natureza autônoma, não assalariada” (ALM, Cláudio. “Introdução”, in Lígia Bahia, Ludmila Antunes, Thereza Cristina Cunha e William Martins (orgs.), *Planos de saúde no Brasil: origens e trajetórias*. Rio de Janeiro, Leps/Ministério da Saúde. 2005, p11.)

²⁹ Jornal AMB, jan-fev 2000 p 9

A parceira entre a AMB, CFM, FENAM e CMB - foi/é uma prática comum entre os médicos com intuito de unir forças para emplacar agendas na política de saúde brasileira. Vários movimentos em prol do exercício médico foram liderados por essas quatro entidades, como na campanha em prol do exercício liberal da medicina, e assim, a liberdade de escolha do paciente para com seus médicos³⁰, como também na construção da *Carta dos Médicos aos candidatos* nas eleições de 2002³¹, que trazia as principais reivindicações desses profissionais aos presidentiáveis. Além da campanha em favorecimento a aprovação da Portaria do Ministério da Saúde número 1188 do ano de 2002, que reajustou valores nas consultas do SUS, nesta ocasião, os médicos se uniram a sindicatos, federações, e também de uma Frente Parlamentar.

Outra questão debatida no CNS foi a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar; e constitui-se como um problema para os membros do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a introdução de uma nova arena para a saúde, primeiramente desprestigiava a relevância e os trabalhos do Conselho, até então órgão responsável por debater e deliberar sobre as questões relativas à saúde. Ademais, poderia acarretar um esvaziamento de atores da arena do Conselho Nacional de Saúde para a nova Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O tema foi demasiadamente debatido nas reuniões, alguns conselheiros demonstraram apreensão com a tradicional incapacidade do Estado brasileiro em regular as atividades do setor privado na área de saúde.

A conselheira Elizabete Vieira Matheus da Silva, representante da Central Única de Trabalhadores (CUT) no CNS, registrou em ata de número 66, do ano de 1997, “o seu protesto e indignação pela forma como o MS está tratando o CNS”. Em tom bastante parecido, em mesma ata, o conselheiro Oswaldo Lourenço, membro da Confederação Brasileira de *Aposentados* e Pensionistas, apontou as medidas aprovadas pelo Executivo como privatistas e um golpe para o CNS, e protestou contra o descaso com que as autoridades federais vêm tratando o CNS.

Agência Nacional de Saúde Suplementar

³⁰ Ibidem, abr-mai 2002, p 7.

³¹ Ibidem, jun-jul 2002, p.5

A criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar foi amplamente estimulada pelos anseios de investimento do mercado internacional na saúde brasileira. A ANS foi responsável por estabelecer um padrão de disputa, procedimento e transação para o exercício das operadoras e seguros de saúde. Permitindo a criação, se de um lado, um regimento próprio para o investimento do capital estrangeiro neste serviço; por outro lado, um nivelamento dos atendimentos, preços e procedimentos oferecidos pelos seguros e operadoras aos pacientes.

32

A Agência firmou-se, pois, como um recurso para frear o investimento externo neste serviço, e neutralizar organizações que tendiam a criar monopólios no mercado brasileiro, além de favorecer a fiscalização da evasão fiscal, proveniente do status filantrópico. Como também, homogeneizar os contratos de planos e seguros de saúde e ampliar a cobertura de assistência.³³

Entretanto, uma vez que a ANS não detém de recursos normativos para intervir sob às relações estabelecidas *entre as operadoras e prestadoras de serviços*, as tentativas de estabelecer padrões para a regulação destas relações são redirecionadas para as agendas das entidades profissionais, de outras empresas prestadoras de serviço e até mesmo do Congresso Nacional; inviabilizando um debate dessas temáticas na ANS.

Na leitura das atas da Câmara de Saúde Suplementar, responsável por reunir representantes de diferentes setores em caráter consultivo, verificamos na maioria das reuniões a ausência de médicos. Ademais, percebemos a quase inexistência de debates sobre o exercício liberal da medicina ou o próprio sistema suplementar de saúde. As questões mais polêmicas entre o médico e o paciente, operadoras e prestadores não foram privilegiadas por esse fórum. Por fim, um volume alto de normativos, a pouca utilização de consultas públicas e a falta de um marco regulatório dificulta o entendimento, pelos atores que participam da CSS, de seus direitos e de suas obrigações; fazendo-os creditar a Câmara de Saúde Suplementar um papel meramente de disseminador e homogenizador de discursos de grupos passível de influenciar decisões em outros setores.³⁴

³² Gama, Anete Maria; Reis, Carlos Otávio Ocke; Santos, Isabela Soares; Bahia, Ligia. "O espaço da regulamentação dos planos e seguros de saúde no Brasil: notas sobre a ação de instituições governamentais e da sociedade civil". *Saúde debate*; 26(60):71-81, jan.-abr. 2002.

³³ Ibidem

³⁴ Neil Patrick Mascarenhas. *Análise de um Processo em Construção: a regulação da saúde suplementar no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Medicina (Medicina Preventiva)) - Universidade de São Paulo. p.204

No caso específico dos médicos, resoluções são formuladas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e frequentemente implantadas e adotadas sem serem analisadas e/ou debatidas pela ANS ou CNS. Como por exemplo, a resolução 1614 publicadas pelo CFM no ano de 2001, a qual procura assegurar a autonomia do médico assistente, diante dos médicos auditores, representantes das seguradoras e operadoras de saúde.³⁵

Esse comportamento dos médicos não é particular ao ano 2000. No final da década de 1980, quando o setor privado de assistência à saúde brasileira já estava consideravelmente forte, a Associação Médica Brasileira (AMB) assumiu, naquela ocasião, o papel de reguladora dos preços dos serviços médicos, tendo sua tabela dos honorários médicos acatada pelo próprio Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). E ao sinal de qualquer controle administrativo ou orçamentário por parte do Estado, a AMB promovia resistência e pregava a livre escolha do profissional.³⁶

Mais uma vez percebemos a mesma conduta dos médicos nas reuniões da ANS³⁷ tal como foi verificado nos encontros do Conselho Nacional de Saúde, qual seja, os médicos optaram por participar de reuniões que abarcassem temas dos quais eles tivessem maior poder decisório, como no debate para a revisão do rol de pagamentos médicos³⁸ e no momento de se decidir os contratos entre médicos e operadoras de saúde³⁹.

Contudo, quando houve uma divergência entre a AMB e o Estado, quanto ao texto da Emenda Constitucional 29, a Associação Médica Brasileira optou por impetrar uma ação cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a interpretação do Ministério da Fazenda e da Advocacia Geral da União⁴⁰. Ademais, insatisfeitos com os planos e seguros privados de saúde, a classe médica decidiu no ano de 2002, organizar uma Mobilização Nacional, com atos públicos, divulgação de pesquisas sobre os piores planos, e a realização de abaixo-assinado para a mobilização do Congresso Nacional.⁴¹

³⁵ *idem*

³⁶ MENUCCUCCI, Telma Maria Gonçalves. *Público e Provado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p125-126

³⁷ A ausência injustificada nas reuniões da CSS de um representante por três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano acarreta a perda do mandato deste membro. Cada representante tem um mandato de dois anos. (www.ans.org.br/histórico)

³⁸ Jornal AMB. Abril-mai 2001. p.7

³⁹ *Ibidem*, jun-jul 2004, p5.

⁴⁰ *Ibidem*, dez 2002, p 8.

⁴¹ *Ibidem*, abril-maio 2002, p 6.

O “poder da profissão” é, também, utilizado como categoria explicativa do curso dos sistemas de saúde. Ao exercerem o monopólio da profissão, os médicos dispõem de uma condição especial para a avaliação dos programas de saúde e para sua operacionalização, pois programa algum pode subsistir sem sua cooperação. No limite, seriam capazes até de bloquear a implementação de qualquer iniciativa contrária aos seus interesses.⁴²

Ellen Immergut chamou a atenção para os limites de tais explicações, observando que em países onde, sob quaisquer critérios, o “poder das profissão” dos médicos é equivalente, o resultado no processo de implantação de políticas públicas de saúde é diverso. Analisando os casos da Suécia, da França e da Suíça, conclui, pois, que o êxito na implementação das políticas de saúde depende das características do sistema decisório. Assim, quando há maior concentração de poder no Executivo, maiores são as chances de sucesso na implementação de políticas abrangentes, ao passo que processos decisórios descentralizados, marcados pela presença de múltiplos “pontos de veto”, tendem a favorecer a obstrução de atores contrários à sua efetivação.⁴³

A análise das políticas sociais como resultado das coalizões firmadas por diferentes atores sociais foi efetuada por Abraham de Swaan num trabalho clássico, em que focaliza o papel desempenhado por empresários, trabalhadores, pequenos proprietários e o Estado na determinação das diferentes configurações em que se estruturou o Estado de Bem Estar Social. Neste mesmo trabalho, Swaan assinala que a saúde contou, ainda, com um componente especial, qual seja a forma como o Estado circunscreveu o trabalho dos médicos nos momentos iniciais de afirmação da categoria e de definição do monopólio desta sobre os serviços de saúde, com a expansão do conhecimento científico sobre as doenças e sua cura. Assim, quando o Estado absorveu o trabalho médico nas instituições públicas, deixando espaço limitado para a medicina liberal, prosperaram os sistemas públicos, com apoio, o inclusive dos médicos.⁴⁴

Considerações Finais

⁴² CAPARA, Andrea; RODRIGUES, Josiane. “A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico”. *Ciênc. saúde coletiva* vol.9 no.1 Rio de Janeiro,2004. E MACHADO, Maria Helena. *Os médicos e sua prática profissional: as metamorfoses de uma profissão*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

⁴³ IMMERGUT, E.M. “As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (11) 1996.

⁴⁴ SWAAN . A. *In Care of the State*. Cambridge. Polity Press, 1988.

De forma que entendemos o comportamento dos médicos como um dos protagonistas na trajetória do Sistema Brasileiro de Saúde. Uma vez que esses profissionais utilizaram dos recursos próprios a esta categoria - como salienta Swaan, os formuladores do conceito “poder da profissão”⁴⁵ e Kington, se considerarmos os médicos como um *grupo de interesse* -, de suas associações, como também deficiências da própria legislação da ANS para debater e impor normas, que foram adotadas pelos médicos sem muita resistência e de importante alcance no panorama da saúde brasileira.

No limite, temos a formação de no mínimo dois cenários; os médicos freqüentam reuniões se convencidos que o “poder desta profissão” produzira certa pressão sobre as agendas. Por outro lado, conscientes que determinadas reuniões ou arenas, a força de seus conhecimentos/argumentos não exercera pressão sobre as resoluções ou normas, a estratégia utilizada é a ausência (*saída*) nas reuniões, como forma de evitar pontos de vetos para suas demandas, recorrendo a outros ambientes que exercerão maior pressão.

Importa salientar que esse comportamento, por vezes, também foi seguido por representantes de hospitais e operadoras e seguros de saúde, contudo, essa análise não foi privilegiada neste estudo. Mas um bom indicativo dessa postura é a própria ausência desses atores nas reuniões do CNS e da ANS. Ademais, lócus paralelos foram criados a partir do ano de 2000, como a Associação Nacional de Hospitais Privados em 2002. E ainda, em 2000, a UNIMED lança dois periódicos mensais pela Central Nacional: o Boletim Central, destinado às Cooperativas Unimed, e o Unimed & Você, para as empresas contratantes.

Ademais, se for um lado, notamos o descontentamento dos membros do Conselho Nacional de Saúde com a criação de um nova Agência para o debate e sobre a saúde suplementar brasileira, e, um possível esvaziamento ainda maior de *médicos*, Estado, hospitais e operadoras privadas no CNS; por outro lado também se verificou a pouca participação na Câmara de Saúde Suplementar de representantes importantes para o dialogo e a construção de medidas para o sistema de saúde brasileiro.

⁴⁵ Estamos fazendo referencia aqui ao monopólio do conhecimento e do serviço que esta categoria detém sobre os pacientes e demais setores da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ALM, Cláudio. "Introdução". In Lígia Bahia, Ludmila Antunes, Thereza Cristina Cunha e William Martins (orgs.), *Planos de saúde no Brasil: origens e trajetórias*. Rio de Janeiro, Leps/Ministério da Saúde. 2005.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- BRASIL, *Decreto 34347* de 8 de abril de 1954.
- BRASIL. *Lei nº 9.656*. 3 de junho de 1998.
- BRASIL *Lei 9.961/00*, de 5 de Janeiro de 2000.
- BRASIL *Lei 8.142/90*, de 28 de dezembro de 1990.
- CAPARA, Andrea; RODRIGUES, Josiane. "A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico". *Ciênc. saúde coletiva* vol.9 no.1 Rio de Janeiro,2004.
- CAPELLA, Ana Claudia N. "Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas". In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, *História do CNS*. Disponível em www.conselho.saude.gov.br/apresentação/historia. Acessado em abril de 2010.
- DELGADO, Ignacio, BOTARO, Nittina. "Conselho Nacional de Saúde: uma das faces da política de saúde no Brasil" *Revista Eletrônica Principia – Caminhos da Iniciação Científica*. UFJF, jan 2009. Disponível em www.ufjf.br/principia.
- GAMA, Anete Maria; REIS, Carlos Otávio Ocke; SANTOS, Isabela Soares; BAHIA, Ligia. "O espaço da regulamentação dos planos e seguros de saúde no Brasil: notas sobre a ação de instituições governamentais e da sociedade civil". *Saúde debate*; 26(60):71-81, jan.-abr. 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations and states*. Cambridge: Harvard 1970.
- IMMERGUT, E.M. "As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (11) 1996.
- KINGTON, J. *Agendas, alternatives, and Public Policies*. 3 ed., New York: Harper Colins, 2003.
- LIMA, Nísia Trindade, FONSECA, Cristina M.O. e HOCHMAN, Gilberto. "A saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica". In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) *Saúde e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005.
- LOWI, Theodore J. *American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory*. World Politics, vol. XVI, 1964.
- MACHADO, Maria Helena. *Os médicos e sua pratica profissional: as metamorfoses de uma profissão*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.
- MASCARENHAS, Neil Patrick. *Análise de um Processo em Construção: a regulação da saúde suplementar no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Medicina (Medicina Preventiva)) - Universidade de São Paulo.
- MENUCUCCI, Telma Maria Gonçalves. *Público e Provado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Conselho Nacional da Saúde*, ata da reunião realizada sete e oito de agosto de 2002.

SOUZA, Celina. “Estado de Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. *In*: HOCHMAN, Gilberto (org). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SWAAN . A. *In Care of the State*. Cambridge. Polity Press, 1988.

Manifestações ilustradas no Rio de Janeiro dos vice-reis: As agremiações científico-literárias

Pablo Rodrigues Marques*

Introdução

O propósito do presente trabalho consiste em apresentar, ainda que de maneira preliminar, algumas discussões na historiografia, dentro da grande temática da ilustração luso-brasileira, e mais particularmente sobre as agremiações científico-literárias, que nos permitam refletir acerca da discussão mais ampla que concerne às relações entre saber e poder, e o papel desempenhado por esse tipo de agremiação, de feição ilustrada, no contexto das últimas décadas do século XVIII, com especial atenção para aquelas que surgiram no Rio de Janeiro, capital da colônia: a Academia Médica Cirúrgica Farmacêutica e a Sociedade Literária.

Para tal, entendeu-se necessário recuar a análise até os primeiros indícios de influência dos saberes luminosos em Portugal, com a elaboração da “temática da decadência”, a sua repercussão na política Pombalina, os reflexos desta na formação da elite letrada colonial e as possíveis conseqüências na maneira para o entendimento de sua inserção no Império Português.

Em seguida é apresentada uma breve trajetória das agremiações em questão e algumas interpretações da historiografia sobre o caráter desse relacionamento entre homens de saber e o aparelho do Estado Português. Ora são vistos como potencialmente (ou concretamente) rebeldes, ora como subservientes, dependentes das liberalidades régias. Dada a relativa variedade de respostas, entendemos como de grande utilidade apresentá-las lado a lado para facilitar as análises posteriores.

Dos primeiros diagnósticos ao projeto Pombalino:

Depois da vanguarda nos descobrimentos e da conquista de vários territórios ultramarinos, tendo já passado pelo trauma do domínio espanhol, o reino de Portugal inicia o século XVIII na periferia dos avanços culturais e econômicos que ocorreram em outros países,

principalmente Inglaterra e França. Entretanto, o afluxo massivo de ouro das Gerais garantiu força e esplendor ao reinado de D. João V, sem, contudo, fomentar um desenvolvimento econômico real, nem trazer grandes modificações à tradicional mentalidade barroca.

Segundo José Sebastião da Silva Dias, ainda que timidamente, já em fins do século XVII pode-se perceber a penetração, em Portugal, de idéias de feição cartesiana, gassendista e galaico-newtoniana¹. Porém, é nas primeiras décadas dos setecentos que identificamos os primeiros indícios do pensamento ilustrado em terras lusas, com o grupo liderado pelo Conde de Ericeira, ainda que as discussões ocorressem no âmbito dos métodos peripatéticos. Por esse motivo, Guilherme Pereira das Neves, qualifica estas primeiras manifestações não como um incipiente movimento ilustrado, mas sim, como reflexo de uma “crise mental” que assolara o reino.²

Contudo, devemos destacar o papel dos intelectuais estadistas cujas experiências de “estrangeiramento” foram essenciais para a gestação de um pensamento crítico em relação à sociedade portuguesa, perspectivando a situação do reino no confronto estabelecido entre a realidade nacional e os diversos contextos da ilustração europeia. Tomando por base estágios econômicos alcançados por outros países, não tardaram a qualificar o “velho reino” como o que de mais obsoleto havia na Europa. A historiografia, inclusive, identificará estes estrangeirados como a própria essência do fenômeno ilustrado luso³. Para Ana Rosa Clochet da Silva, os nomes de D. Luís da Cunha, Luís Antônio Verney e Antônio Nunes Ribeiro Sanches se justificam por terem sido os que mais direta e proximamente influíram nas questões perseguidas por aquele que seria o grande nome da ilustração portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Conde de Oeiras e Marquês de Pombal⁴.

Devemos ressaltar, que não por acaso, a carreira pública de Pombal inicia-se com um longo período fora do país, quando em 1738, D. João V o envia em missão diplomática a Londres e em 1745, à Viena. Destas experiências resultaram sua orientação político-econômica, a filiação à maçonaria e conseqüentemente, suas tendências anticlericais, identificadas no seu regalismo, doutrina que visava submeter o poder eclesiástico ao poder temporal, pois considerava a influência da Igreja nas questões estratégicas do Estado, como sendo danoso ao desenvolvimento de economia nacional⁵. Portanto, da mesma forma que como outros intelectuais, o contato com teorias e práticas distintas daquelas operadas em Portugal permitiu a Pombal apontar os vícios da administração, bem como a grande influência da companhia de Jesus não só no reino e nas colônias, mas também sobre a pessoa do Rei ⁶.

Segundo Kenneth Maxwell, é na conjuntura dos imensos estragos causados pelo terremoto de 1755 que Carvalho e Melo, pouco tempo antes de ser agraciado com o título de Conde de Oeiras, recebe do novo rei D. José I, uma “autoridade virtualmente completa”, com a qual deveria realizar as obras de reconstrução de Lisboa⁷. É nesse período que é publicado o texto intitulado - *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do Terramoto de 1º de novembro de 1755* – que, para Cloctet da Silva, corresponde a uma síntese do pensamento do já Secretário de Negócios do Reino. Por muito tempo se pensou que fora o próprio Pombal o autor do texto, mas como se comprovou posteriormente, o discurso fora redigido em Haia por Auge Goudar, em 1756, por encomenda de Carvalho e Melo. As temáticas centrais partem das noções de atraso cultural e decadência econômica, como era de se esperar. Porém, tal condição está, em grande medida, associada aos prejuízos causados pelas relações anglo-lusitanas, sobretudo, através da realização de diversos tratados comerciais - como o de Methuen - que teriam arruinado o comércio do Reino e colocado os Portugueses na condição de testemunhas do “grande comércio”, além do fato de não haver vantagem real em ser dono de tantas riquezas, se essas passam tão rapidamente pelas mãos lusas e vão para “os povos industriosos que as fazem valer”⁸.

Vale mencionar ainda que o mais importante não está na proposição de questões que, como vimos, outros autores já haviam exposto, e sim, na visão articulada, sistêmica, que Pombal tem dos principais problemas internos e externos do país. Em seu discurso, o político, o econômico e o cultural se encontram perfeitamente imbricados, conferindo especial ênfase ao desenvolvimento das ciências, das artes liberais. A conexão destes fatores concorreria para o engrandecimento da nação. E no que dizia respeito à Portugal, esse desenvolvimento científico só ocorreria por meio de reformas pedagógicas que fizessem o reino superar a hegemonia eclesiástica e a tradição escolástica vigente⁹.

Nesse ponto já conseguimos concluir um dos objetivos essenciais do programa pombalino. A formação de homens de saber e de ação, capazes tecnicamente de prover os avanços e a reestruturação de que, na opinião de todos que refletiram sobre esta problemática, carecia o pequeno reino de Portugal¹⁰. Porém, algumas vozes na historiografia foram especialmente duras para denunciar o sentido desse reformismo ilustrado.

Segundo Francisco Calazans Falcón, a ilustração luso-brasileira tem uma face conservadora que vale a pena mencionarmos. Se as luzes eram potencialmente perigosas, pelas concepções políticas que traziam em seu bojo, e que Koselleck identificou como a crítica

que acelerou a crise¹¹, por outro lado, esse radicalismo teria passado muito ao largo das reformas pombalinas. Ao desviar a atenção da discussão das formas de governo para a capacidade técnica do Estado, auxiliado pela ciência e pela burocracia, de prover o bem estar geral e a riqueza da nação, transformava a questão em meramente administrativa¹².

Já para Ronald Raminelli essa associação entre conhecimento científico e Estado ainda pode ser vista por um outro viés. Se para o projeto pombalino era tão importante reformar os programas curriculares da Universidade de Coimbra, para prover de ilustrados os quadros administrativos do Império, fossem como cientistas, magistrados ou outras atividades; por outro lado, para estes próprios homens de ciência, o que vigia era o hábito multissecular de se utilizar dos serviços prestados para solicitação de mercês, na forma de cargos, títulos honoríficos e pensões. Em suma, na ilustração luso-brasileira o saber seria moeda de troca para a ascensão social, fortalecendo as malhas da centralidade estatal e disponibilizando subsídios para o governo à distância¹³.

Do programa pombalino às agremiações de letrados

Como vimos, a política pombalina visava, sobretudo, a modernização do aparelho administrativo do Estado, para que Portugal se recuperasse economicamente, saísse da órbita britânica e fizesse parte do concerto europeu. Entre as medidas tomadas, apoiou iniciativas que objetivassem esse incremento econômico tão desejado, através da elaboração de novas técnicas de cultivo e da diversificação da produção agrícola colonial. O papel que as ciências naturais desempenham nessa perspectiva pode ser simbolizado pela indicação, por Pombal, do afamado naturalista italiano e doutor da Universidade de Pádua, Domenico Agostino Vandelli, para a então aristotélica Universidade de Coimbra (1764). A chegada de Vandelli sinaliza as reformas curriculares de 1772, que prometiam trazer a ciência portuguesa, definitivamente, para o século das luzes. Podemos admitir que Vandelli teve grande influência sobre a elite colonial, pois que se sabe que entre o ano em que os primeiros currículos reformados passaram a vigir e 1785, mais de trezentos brasileiros se matricularam em Coimbra¹⁴, e destes, certamente dezenas tiveram formação em história natural. Definitivamente não é sem importância o fato de que vários destes cientistas brasileiros viriam a desempenhar um papel muito importante nos anos que se seguiriam¹⁵.

Todavia, nos domínios portugueses, nem todos aqueles que lidavam com botânica ou zoologia eram egressos das disciplinas de filosofia natural de Coimbra, nem eram membros do Real Museu de História Natural, do Jardim Botânico da ajuda, nem mesmo Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Como lembra Maria Odila da Silva Dias, os primeiros resultados da nova política foram memórias e experiências práticas de comerciantes e lavradores “ilustrados”¹⁶. O próprio Vandelli, além de se comunicar com as mais renomadas autoridades da ciência europeia, como Lineu e Joseph Banks, também se correspondia com as mais variadas pessoas em todos os pontos do império. Literatos, juízes de fora, soldados, todos enviavam espécimes e redigiam memórias por conta própria, esperando que seu esforço para a grandeza de Portugal fosse recompensado com cargos na burocracia estatal.

Estas iniciativas ilustradas também assumiram a forma de agremiações ou clubes de letrados. No Brasil, a primeira destas ocorre ainda antes de Pombal, a partir da terceira década do Setecentos, com a Academia dos Esquecidos, fundada em Salvador, seguindo o exemplo da Academia Real de História Portuguesa, fundada por D. João V, em 1720, exemplo esse que ainda reverberaria na criação de outras academias, como a dos Renascidos, em 1759. Porém, agremiações de letrados são observadas em Portugal já a partir de meados do século XVII, mas nesse momento, ainda tinham caráter privado e cortesão. Com a academia Real de História, o rei punha sob sua tutela o programa oficial de construção coletiva da História nacional, favorecendo a socialização e integração das elites leigas e eclesiásticas, cujo intuito era a transferência paulatina dessas atribuições e informações da esfera religiosa para a secular¹⁷.

Para Íris Kantor, que estudou pormenorizadamente as academias brasílicas dos esquecidos e dos renascidos, de vida breve, o movimento academicista no início do século XVIII ajudou a desencadear uma nova percepção sobre o estatuto político do território colonial, estimulando a reflexão sobre a inserção dos colonos no império português e sobre a natureza dos laços que os prendiam a esse império. Isto é, estes acadêmicos começam a ter melhor noção de sua singularidade, como se fossem folhas no galho de uma árvore que com o passar dos anos se afastariam cada vez mais do tronco, sem com isso se desligar do mesmo¹⁸. Ainda que em seu discurso estivesse a imbricação das técnicas eruditas ilustradas e as especulações teológico-políticas da história, estes acadêmicos estariam, na opinião de Kantor,

claramente no processo de tomada de consciência, pelo qual as bases da dominação colonial viriam a ser contestadas.

Berenice Cavalcante, por sua vez, chama a atenção para o clima de opinião reinante nestas agremiações, que seria uma forma peculiar de usar a inteligência, um tipo de lógica. No século XVIII esse clima de opinião pode ser identificado às luzes pelo privilégio concedido à filosofia, considerada a porta de entrada ao mundo do conhecimento, expressa em um vocabulário cujas expressões imprescindíveis seriam, natureza, lei natural, razão, humanidade e perfectibilidade, entre outras¹⁹. É preciso notar que esse clima de opinião expressa um estilo e uma forma de sociabilidade, derivada da delimitação dos espaços público e privado, no processo que constituiu as monarquias do antigo regime. Segundo Koselleck, o iluminismo forçou um deslocamento do limite da competência que os estados absolutos haviam traçado entre foro íntimo moral e a política. Se em Hobbes o lugar da consciência era o indivíduo, Locke por sua vez, ao definir a lei moral dirá que esta é tácita e secreta, mas possui a mesma força de uma lei oficial. O portador desta lei moral secreta agora são as associações, que constituem por sua vez, uma forma indireta de se fazer política²⁰. Por certo, essa visão das agremiações está mais próxima daquilo que Falcón denominou ilustração política²¹, do que o que Raminelli identificou no reformismo ilustrado luso-brasileiro, que reforçava a intervenção estatal, em detrimento da legislação própria da crítica²².

A Academia Científica e a Sociedade Literária

Fundada em 1772, sob os auspícios do Vice-rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, a então Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Farmacêutica, era composta à época de sua fundação - segundo o próprio nome - basicamente por Médicos, Cirurgiões e farmacêuticos. Na sessão inaugural, o farmacêutico Antônio Ribeiro de Paiva frisara os propósitos práticos a que a Academia poderia se prestar. Entre as suas iniciativas está uma memória econômica sobre a cochonilha, um tratado de História Natural, química, agricultura, artes e medicina²³. Interrompe os trabalhos em 1779 ao fim da administração de Lavradio. Retorna em 1786, já sob a proteção do novo vice-rei, Luís de Vasconcelos e Sousa, agora com a denominação de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sendo o poeta árcade e professor régio de retórica, Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, seu membro mais representativo.

Em 1794, suspeitas da elaboração de um plano sedicioso recaíram sobre os participantes da Sociedade Literária, fato que provocou a fúria anti-iluminista do novo vice-rei, o Conde de Resende, fazendo com que fosse aberta uma devassa, por conta da qual lhes fora decretada uma prisão que se estenderia por três anos, e cujo resultado foi a impossibilidade de provar as acusações. Durante a sua defesa, os associados apelaram para o caráter utilitarista de suas pesquisas, indicando as culturas comerciais, técnicas agrícolas e outros produtos introduzidos graças aos seus trabalhos. Ou seja, muito longe de um plano de sedição, os associados declaravam estar em perfeita sintonia com as iniciativas governamentais²⁴. Entretanto, não devemos ser acríticos no que diz respeito a depoimentos tomados em situações de inquérito. Destaca-se o papel desempenhado pela influência política do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o grande incentivador das ciências no período pós-pombalino, no tocante à libertação dos acadêmicos. Se para Resende eles eram rebeldes, a ação de D. Rodrigo nos lembra da importância de homens de saber para realização de seu projeto imperial luso-brasileiro, reforçando os laços do governo à distância²⁵.

Homens de razão, inconfidentes e fiéis vassalos

De início, é possível destacar que, de modo geral, a historiografia sobre a ilustração luso-brasileira é assente sobre o caráter pragmático que o fenômeno assumira, com a atenção voltada para propostas que resultassem em ações concretas. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira, um dos expoentes da ciência luso-brasileira, certa vez escreveu: “*O grau de aplicação de uma ciência, mede-se por sua utilidade*”²⁵. Maria Odila Silva Dias entende que esse pragmatismo está diretamente ligado a um “espírito de realização” próprio do período, e que esse espírito, manifesto, sobretudo, nas atividades de pesquisa e exploração científicas, constitui um interesse mais específico para o estudo das origens de uma cultura brasileira (ou seja, um traço de identificação) do que as manifestações propriamente políticas (que seriam reflexo da ideologia da independência dos modelos revolucionários); ou mesmo artísticas, sobejamente influenciados pelo arcadismo italiano e pelo classicismo francês.

Nessa mesma linha, podemos citar um trabalho de Lorelai Kury e Oswaldo Munteal filho, que qualificam as agremiações intelectuais como “pólos de atração e difusão cultural”, “um campo de dinamismo e transformação científica”, a despeito da realização ou não-realização dos melhoramentos propostos. Por essa razão, a Sociedade Literária do Rio de

Janeiro pode ser reconhecida como um exemplo significativo dessa concepção de natureza, onde o espírito pragmático e as ferramentas da história natural co-atuam na direção de progressos materiais que auxiliem superação do, tão profundamente sentido, atraso. Concepção, aliás, que ressoará por todo o século XIX²⁷.

Por outro lado, como foi visto, Ronald Raminelli identifica nas iniciativas de caráter científico do século XVIII, uma abissal permanência de um tipo de relação com a esfera do poder que, sem traços de descontinuidade, remonta aos primórdios da colonização ou mesmo à luta com os mouros. Nos remotos períodos, a nobreza guerreira era recompensada por seus feitos heróicos com terras e títulos. Na época das conquistas ultramarinas e mesmo depois, serviços de toda sorte, militares ou técnicos, eram instrumento para a aquisição de monopólios, privilégios e cargos administrativos. No século XVIII, por sua vez, a ciência, completamente dependente do Estado, passou a significar um canal de suma importância, através do qual os súditos poderiam ingressar nos quadros da administração metropolitana ou colonial e também, em contrapartida, por onde se tornava mais palpável a idéia de Império. As iniciativas pombalinas para a formação de homens de Estado, e, posteriormente, os esforços de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para construção de um Império Luso-brasileiro de não teriam feito outra coisa senão reforçar essa dependência ao poder central, contribuindo para a perenidade dessa dupla dominação, física e simbólica²⁸.

Por fim, vale apontar a interpretação de Kenneth Maxwell, que confere destaque à geração de 1790, no desenrolar das radicais mudanças que viriam em poucos anos. Para este autor, mais do que a face de uma prática tradicional no relacionamento com o poder, a solução de compromisso com a idéia Imperial luso-brasileira pela elite colonial, é gestada no decurso dos acontecimentos que tiveram lugar nesse último quartel de século²⁹.

A revolução americana, os escritos de Raynal e Mably, os estudos em Coimbra e Montpellier, tudo isso teria se somado para que, segundo Maxwell, a crítica anti-colonialista e o espírito ilustrado e republicano se manifestassem nos inconfindentes das Minas Gerais. Entretanto, o pavor de possíveis reflexos das revoluções francesa e haitiana foram cruciais para o clima de suspeição que fez com que o secretário Martinho de Melo e Castro advertisse os governadores e ao Vice-Rei, Conde de Resende, contra *“o pernicioso e perverso intento em que os clubes estabelecidos em França procuraram propagar os abomináveis princípios da liberdade”*³⁰. Certamente não seria difícil imaginar o resultado que uma denúncia por tentativa

de sedição faria aos integrantes da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que, aliás, eram também leitores do abade Raynal.

Tal medo viria a ser, de certa forma, justificado, com uma revolta de artesãos mulatos em Salvador, no ano de 1798. Maxwell afirma que, não demorou a que os letrados da sociedade baiana atentassem para o fato de que, numa população esmagadoramente negra e mulata, concepções de liberdade, igualdade e fraternidade seriam inevitavelmente interpretadas em termos raciais. E isso sem contar que o movimento denotara uma grande politização de setores da sociedade que mal tomaram conhecimento dos acontecimentos em Minas Gerais³¹.

Desta forma, segundo a interpretação de Kenneth Maxwell, depois de 1792, as elites escravistas do litoral e das Minas gerais passaram a ter consciência de um colapso social iminente, caso as, outrora, celebradas, idéias de democracia e república seduzissem o conjunto da população escrava. Por essas razões, o projeto Imperial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi uma solução assaz satisfatória para muitos, que assim haveriam de conseguir as, tão estimadas, reformas políticas, todavia, longe do fantasma de São Domingos³².

Conclusão

Como análise preliminar, consideramos que, para a compreensão das relações entre o poder do Estado português e os homens de saber na sociedade colonial de fins do século XVIII, deve-se abranger, necessariamente, um escrutínio sobre as suas concepções acerca da ciência e da política. Seu contexto, suas motivações e suas manifestações. Eis a razão de sua complexidade. Contudo, nos servindo das análises de outros historiadores e contrapondo as várias interpretações, poderemos lograr em estabelecer uma problemática que tenda a ficar cada vez mais clara à medida que a pesquisa documental avance. Daí então, poderemos passar com mais segurança ao âmbito das respostas.

Notamos, por fim, que oscilação na historiografia sobre a ilustração luso-brasileira acaba gerando mais perguntas diante de tantas respostas. Outras vezes, a questão da verdadeira importância destas pequenas agremiações é apenas tangenciada. Ora, uma tomada de consciência por parte das elites coloniais, apontando para o processo que levaria à emancipação política; ora estão comprometidos com o projeto imperial, ou por força dos

acontecimentos, ou agindo através de um canal de relacionamento tradicional. Contudo, até onde é possível emitir nossa opinião, a questão jaz em aberto.

Notas

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. DIAS, J.S. da Silva. “O ecletismo em Portugal no século XVIII. Gênese e destino de uma atitude filosófica”. *Revista Portuguesa de pedagogia*, ano VI, 1972, p.5. *apud.* SILVA, Ana Rosa Clochet da silva. *Inventando a nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC:FAPESP, 2006. p.36.
2. NEVES, Guilherme Pereira das. “Repercussão no Brasil das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda”. *Separata da RIHGB*, ano 159, número 401, 1998. p.1714.
3. FALCÓN, Francisco J. C. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo. Atica, 1982. pp.118-20
4. SILVA, Ana Rosa Clochet da. *op.cit.* p.37.
5. *Idem.* p.43
6. *Ibidem.* P.45
7. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, o paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996. p.4
8. SILVA, Ana Rosa Clochet da silva. *Op.cit.* p.46
9. *Ibidem.* p.48
10. *Ibidem.* p.49
11. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição a patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj:Contraponto, 1999. p.19.
12. FALCÓN, Francisco J. C. *op.cit.* p.132.
13. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo. Alameda, 2008. p.137
14. MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia de Império luso-brasileiro”. In: *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e terra, 1999. p.158
15. DEAN, Warren. “A ciência descobre a a floresta”. In: *A Ferro e fogo: a história de devastação da mata atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p135

16. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: __. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p.51.
17. KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p.30
18. KANTOR, Íris. Op.cit. p. 248.
19. CAVALVANTE, Berenice. “Os letrados da sociedade colonial: As academias e a cultura do iluminismo no final doséculo XVIII”. In: *Acervo* v.8, n 01/02: Leituras e Leitores. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995. p 54.
20. KOSELLECK, Reinhart. Op.cit. p.51.
21. FALCÓN, Francisco J. C. “ Da ilustração à revolução – percursos ao longo do espaço-tempo setecentista”. In: *Acervo* v.4, n.1. Rio de Janeiro. Arquivo Naconal. Jan-jun 1989. p.57.
22. RAMINELLI, Ronald. Op.cit. p.136
23. VARNHAGEN, Francisco. A. de. *História Geral do Brasil*. 5ª ed. V.4. São Paulo. Melhoramentos, 1965.p.265. *Apud* Dias, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo. Alameda, 2005. p.52
24. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. Cit. 59
25. RAMINELLI, Ronald. Op.cit. p.137.
26. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. Cit. 43
27. KURY, Lorelai Brilhante e MUNTEAL Filho, Oswaldo. “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: Um estudo acerca da sociedade literária do Rio de Janeiro”. In: *Acervo* v.8, n. 01/02: leituras e leitores. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1995. p.106.
28. RAMINELLI, Ronald. Op.cit. p.21.
29. MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790...” p.158
30. Idem. p.165.
31. Ibidem. p.167
32. Ibidem. p188.

As relações de poder na Companhia Petropolitana de Tecidos (1873-1946)

Pedro Paulo Aiello Mesquita¹

Introdução



Companhia Petropolitana, prédio novo construído em 1886²

No ano de 1873 o cubano Bernardo Caymari fundou a Companhia Petropolitana de Tecidos no Quarteirão Westifália, onde posteriormente passou a se chamar Cascatinha, distante em oito quilômetros do centro imperial da cidade. Aquela região era bem favorável à instalação de um empreendimento fabril, o relevo plano e as quedas d'água do rio Piabanha favoreciam para que se tivesse ali uma indústria. Tais condições geográficas foram vistas em especial pelo engenheiro Eduardo de Bonjean, amigo de Caymari, que aconselhou o cubano a levar a cabo a execução de uma fábrica de tecidos em detrimento de uma possível atividade agrícola que Caymari estaria disposto a por em prática na região.³

A realidade em si de Petrópolis como um todo se mostrava inadequada para o trabalho agrícola estando mais favorável à instalação de empreendimentos industriais. A proximidade com o Rio de Janeiro é apontada por inúmeros pesquisadores como fator de extrema

¹ Mestrando em História - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² MUSEU IMPERIAL/ IBRAM/ MINISTÉRIO DA CULTURA

³ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. "Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália". *Instituto Histórico de Petrópolis*. Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>. Acesso em 01 de outubro de 2010

importância para a cidade, visto que eram cariocas os capitais empregados na consolidação das primeiras fábricas, inclusive a Petropolitana⁴. Ademais, a Geografia do município ao ser caracterizada por um relevo inviável para as plantações e por clima e solo pouco afeitos à agricultura, acabou colaborando para uma ampla vocação industrial na cidade de Petrópolis no final do século XIX e início do século XX⁵.

A região de Westifália se mostrou amplamente favorável para a instalação da indústria. As águas em queda do Rio Piabanha foram usadas para produzir energia hidráulica e também produziam umidade no ar, o que evitava a formação de nós na superfície dos tecidos. O terreno era amplo e ao seu redor havia a possibilidade de se montar a vila operária para atender aos trabalhadores. Em virtude de uma dessas quedas d'água, a região passou a ser conhecida como Cascatinha, obscurecendo o nome vindo da colonização germânica e que não se sustentou após a ocupação operária na região.

Os primeiros operários contratados para o trabalho na Companhia foram ingleses; W. Foster, Waring e Thomas Robisson – e um tintureiro daquele mesmo país – Paul Hermann⁶. Na verdade, eram mestres operários, responsáveis por organizar o início da produção de tecidos. Logo, foram contratados brasileiros, italianos e até mesmo austríacos para o trabalho na fábrica. O que chama a atenção nesse início da formação operária da Companhia é uma espécie de paternalismo que desde então se manifesta na responsabilidade a qual o diretor fundador Bernardo Caymari foi incumbido em Assembleia de fornecer roupas, lençóis, mesas e bancos para os primeiros operários, como também na casa que foi construída para os ingleses nas cercanias da fábrica. A vila operária ganhava suas primeiras casas e em 1875, com um número aproximado de cem operários, iniciou seu processo produtivo.⁷

A gestão de Bernardo Caymari prolongou-se até 1884, quando após algumas crises econômicas enfrentadas na fábrica, passou o controle da mesma para outro grupo. Na nova

⁴ MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis*. Petrópolis: Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis: 1978. P. 14. Outros pesquisadores como Cezar de Magalhães em CEZAR DE MAGALHÃES. "A Função Industrial de Petrópolis". *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, vol., 1 ano 18 p., 20-55., Janeiro-março de 1966 e Philippe Arbos em: ARBOS, P. "Petrópolis. Esboço de Geografia Urbana". *Trabalhos de Comissão*. Volume VI. Petrópolis. Prefeitura Municipal de Petrópolis: 1943, p. 217. A esse respeito, segundo Tinoco a sede da Companhia Petropolitana se localizava na Rua 1º de Março nº 97, Corte. Ver: ALMEIDA, J. N. T. "Petrópolis – Guia de Viagem". Typographia de L. Winter. Rio de Janeiro, 1885. *Cidade de Petrópolis, reedição de quatro obras raras*. MEC/Museu Imperial, Petrópolis: 1957, p. 132.

⁵ CEZAR DE MAGALHÃES. "A Função Industrial de Petrópolis". *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, vol., 1 ano 18 p., 20-55., Janeiro-março de 1966.

⁶ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. "Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália". *Instituto Histórico de Petrópolis*. Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>. Acesso em 01 de outubro de 2010.

⁷ CAMPINHO, Inês. "Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança". *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis. 1992.

gestão, liderada inicialmente pelo barão Joaquim de Matos Vieira, foi construído o imponente prédio novo da Companhia, apresentado na imagem acima, em 1886. Era marca do crescimento da companhia que era acompanhado de um amplo crescimento operário. A marca da industrialização que representou a Petrópolis e a origem de sua classe operária são assim escritos por Áurea de Freitas:

No final do século XIX, com a chegada até nós da chamada "Revolução Industrial" que proporcionou o desenvolvimento de grandes fábricas de tecidos, Petrópolis tornou-se conhecido no mundo inteiro pela sua produção têxtil, desenvolvendo-se sobremaneira no setor econômico e também na sua população, pois suas indústrias atraíam, não só operários oriundos de outros estados brasileiros, sobretudo Minas Gerais, como também de outros países como foi o caso da COMPANHIA PETROPOLITANA, em Cascatinha, em que a quase totalidade da mão de obra veio da Itália trazendo, por conseguinte, outros costumes, outras tendências e, mesmo, outras formas de encarar o trabalho com diferente perspectiva⁸

Dessa forma, vivia-se uma forma de "revolução industrial" na cidade na qual a Petrópolis era a instituição que liderava esse processo visto seu tamanho e a quantidade de operários que nela iam trabalhar. Aqueles atores sociais vinham de outras partes do Brasil, como Minas Gerais e da Baixada Fluminense, assim como vinham estrangeiros italianos, formando em seu interior uma lógica social específica a ser vivida naquele campo social nas relações de trabalho.

1 - A lógica do poder na Companhia Petrópolis (1886-1930)

Em 1896 a Vila Operária da Companhia Petrópolis já possuía 200 casas. Muitas delas eram chamadas de "sobrado", eram casas de dois andares onde ficavam os italianos, inclusive muitos deles sequer trabalhavam na Petrópolis, eram operários da Companhia Cometa, situada em outro bairro, mas que na incapacidade da vila operária em acomodar todos os operários, muitos ficavam na parte da vila operária da Petrópolis alugada pela Cometa⁹. Havia outras residências chamadas de "casa", "quarto para solteiro" e "gueto". Este último era destinado aos operários com maior conhecimento ou simplesmente privilegiados

⁸ CARVALHO, Áurea. M. de Freitas. "Petrópolis: Novo Ano, Novo Século, Novo Milênio e Novas Perspectivas". Instituto Histórico de Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/> Acessado em 01 de outubro de 2010

⁹ CUSATIS, José. *Os Italianos em Petrópolis*. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993.

pela diretoria. A partir da formação da vila operária ocorreu a formação do bairro de Cascatinha, que atualmente compõem o segundo distrito de Petrópolis, onde se localiza a maior parte da população do município.

O crescimento do operariado levou à formação de uma lógica social no interior da Companhia no final do Segundo Reinado e que prosseguiu pela República Velha. Tal lógica era baseada em uma série de oferecimentos por parte da diretoria em troca de uma postura comedida e não reivindicatória por parte da classe operária. A Petropolitana oferecia aos seus operários assistência médica, creche, enfermaria para aqueles que necessitassem de internação, farmácia, sala de música e escola. Todos esses serviços demandavam apenas 3% do salário dos operários. Em troca desses favores, bem raros dentre as indústrias brasileiras no período da República Velha, se demandava por parte dos operários uma postura que é apontada por Campinho como “submissa”¹⁰. Os operários que porventura ferissem a lógica paternalista do interior da fábrica com reivindicações eram despedidos, como mostra esse trecho do relatório da diretoria da Cia Petropolitana para o ano de 1888: “Neste ano vários tecelões estrangeiros, contratados da Europa, tornaram-se muito exigentes e turbulentos, pelo que foram sumariamente despedidos e obrigados a se afastarem de Cascatinha.”¹¹

O empresariado concedia a moradia a preços módicos para o operariado, atendia a vários interesses furtivos como a construção de um campo de futebol e interesses imediatos, numa clara percepção assistencialista por parte daqueles diretores, como fica claro no relatório referente ao ano de 1887:

Foram criados os serviços médicos com o primeiro médico residente Dr. José Thomaz de Porciúncula. Nessa época, alguns filhos de operários mordidos por cão hidrófobo foram levados à Paris acompanhados pelo Dr. Alberto Sabóia de Medeiros, para internamento e tratamento no instituto Pasteur, voltando três meses depois curados e correndo todas as despesas por conta da fábrica¹²

Forja-se assim uma teia social baseada em uma dupla estratégia por parte dos agentes que interagem na Companhia. O empresariado buscava nessas relações obter o lucro, para tanto, lança mão das benevolências para manter o operariado pouco combativo e apto ao trabalho. O que acontece é que a inoperância desses operários antes de ser uma característica

¹⁰ CAMPINHO, Inês. “Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança”. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis. 1992

¹¹ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria*. 1888. Petrópolis: s/d; p.V

¹² HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria*. 1887. Petrópolis: s/d; p IV e V

era uma condição combinada. Isso significa que ao se quebrar a lógica concessiva por parte dos diretores da fábrica, o operariado passava da inoperância à ação. Um exemplo da situação acima mencionada pode ser vista no caso a seguir, de 1891:

Os salários iniciais desses operários tornaram-se elevados (...) pelo que resolveu a direção da Cia. reduzi-los a partir de 1 de maio, o que provocou uma greve dos tecelões, durante três dias, com a prisão dos causadores e normalização do trabalho. Esse incidente prejudicou a produção, impedindo seu aumento como era previsto.¹³

Esse episódio de greve é considerado por muitos como a primeira greve operária na América Latina. O que ocorre é a cessão por parte do empresariado de sua lógica concessiva e a mudança na postura política do operariado. Ora, diminuir os salários em nada pode contribuir para manter o operariado comedido e paciente. Muito pelo contrário, tal postura quebrou o contrato social estabelecido no interior da fábrica, gerando o protesto, que como fica evidente, foi reprimido nos moldes de um caso de polícia, sendo presos os causadores do movimento.

Após a “prisão” dos responsáveis a direção da Cia. Petropolitana forneceu uma série de regalias nos meses subseqüentes à greve a fim de restabelecer seu poderio local. Uma dessas benevolências foi a ampla assistência na construção da Capela de Santana e São Joaquim, de um campo de futebol, ranchos, bandas de música, entre outras medidas para além do campo do trabalho e que extravasavam para o campo social a lógica de dominação por meio da concessão. É claro que tais concessões sempre observavam o lucro da empresa. O trecho a seguir, de 1919, indica que:

foi adotado o dia de oito horas de trabalho [carga horária menor que nas outras companhias] ficando portanto a produção reduzida e seu respectivo custo aumentado. Para *remediar* uma tal situação foram instaladas quatro máquinas de fição (...) compraram-se vinte cardas e mais oito máquinas de fição, destinadas a melhorar as condições da produção¹⁴.

Somente medidas “remediáveis” eram tomadas. Neste caso a concessão foi economicamente coberta por um incremento da força produtiva da empresa. Assim, tem-se às claras a lógica estratégica da dominação do empresariado: as concessões eram dadas levando-se em conta o lucro da empresa e visavam angariar a inoperância do operariado. A igreja de

¹³ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1891. Petrópolis: s/d; p VI

¹⁴ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1919. Petrópolis: s/d; p. X grifo meu.

Cascatinha foi, portanto, construída para atender à demanda do operariado católico em 1898. A construção do templo conjugou somas provenientes dos diretores da fábrica e do próprio operariado. O empresariado afirma que: “Apressou-se a conclusão das obras da Capela sem maiores onus para a Companhia, promovendo-se festa em honra à Padroeira (...)”¹⁵ Novamente a indicação que as medidas tomadas pelo empresariado observavam o lucro do empreendimento e não poderiam sobrepor-se à necessidade trivial de rentabilizar.

Nesse contexto, pode-se argumentar a respeito de uma cultura política operária voltada à inoperância como estratégia social. A aceitação era uma prioridade do operariado a fim de galgar vantagens e receber benevolências, tal como o tratamento em Paris dos filhos dos operários mordidos por cães hidrófobos e a oferta de casas na vila operária a preços módicos.

Astrogildo Pereira escreve que:

Todo aquele período de 1917-1920 caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massa, que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Já antes mesmo, em junho de 1917, tinha havido a greve geral em São Paulo, paralisando completamente, durante alguns dias, a vida da cidade. Em 1918, 1919, 1920, no Rio, de novo em São Paulo, em Santos, em Porto Alegre, na Bahia, em Pernambuco, em Juiz de Fora, em Petrópolis, em Niterói e outras muitas cidades de norte a sul do país, as greves operárias se alastravam com ímpeto avassalador. Eram movimentos por aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, mas uma coisa se mostrava evidente – a influência da Revolução de Outubro como estímulo à combatividade da classe operária¹⁶.

Dessa forma, pode-se perceber que a cultura política operária na Cia.Petropolitana diferenciava-se da cultura política operária geral do período em virtude de sua lógica social específica. Isso, pois não há qualquer ocorrência de greve no período acima exposto – 1917 a 1920. Em Petrópolis, a Companhia Cometa sim entrara em greve, mas a Petropolitana não. A greve da Cometa foi causada pois “os trabalhadores se recusavam a aceitar a demissão de 14 companheiros, revelando um grande senso de solidariedade. Além disso, reivindicavam aumento nos salários e protestavam contra a indicação do chefe das caldeiras¹⁷”. Assim, fica claro como a cultura política de uma empresa pode possuir contornos específicos, mesmo

¹⁵ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1919. Petrópolis: s/d; p. X grifo meu

¹⁶ PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1962.p.30

¹⁷ MACHADO, Paulo. *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*. A Luta antifascista em Petrópolis em 1935. Rio de Janeiro UFRJ 2005 p.32

compartilhando a lógica social do período em escalas mais amplas tais como a Revolução de Outubro na Europa Oriental e a maior difusão dos ideais socialistas e a crise econômica em âmbito nacional que influenciava no preço do algodão e mais especificamente a epidemia de gripe espanhola que assolava Petrópolis naquela época. Assim mesmo, os operários adotavam estratégias distintas; a greve na Cia. Cometa e a inoperância na Cia. Petropolitana.

Mas não se pode dar aos operários da Petropolitana qualquer adjetivo relacionado a tal postura visto que já nos anos 20 protagonizaram uma grande greve. Ao que indica o relatório anual da diretoria, a crise no mercado de algodão e novos encargos salariais que surgiam já em 1923, em um processo que vai estourar depois de 30, criaram dificuldades para a classe dirigente, que foi obrigada a diminuir os salários e assim, ocasionou a greve.

2 - A lógica do poder na Companhia Petropolitana (1930-1940)

O governo Vargas iniciado em 1930 teve enorme repercussão na história do trabalho no Brasil. Em linhas gerais, o governo normatizou as relações de trabalho, criou amplas bases legais que regulavam as posturas e concessões a serem respeitadas entre patrões e empregados, da mesma forma que difundiu os sindicatos. O sindicato da Companhia Petropolitana foi criado em 1931, refletindo a tendência geral do governo que se implantava. Argumenta-se aqui que a legislação trabalhista que foi se formando criou no operariado uma postura mais combativa, até mesmo em razão dos direitos que passaram a ter em lei. A combatividade ficava por conta do sindicato, que seria o canal de ligação entre as leis criadas pelo estado e as relações práticas de trabalho que se travava.

Por certo que tal combatividade será sentida no operariado na Petropolitana e de Petrópolis como um todo, mas não é esse um modelo que se aplica de forma instantânea. Ou seja, nos primeiros anos da década 30, as reuniões do sindicato eram pouquíssimo freqüentadas pelos operários da Petropolitana¹⁸. A empresa continuava a ceder benevolências, mesmo com os novos encargos trabalhistas em lei, e isso mantinha a inoperância de boa parte dos operários. Mesmo existindo as reuniões de gênero, poucos se prestavam a ir, talvez poucos se prestassem a querer alterar uma ordem que vinha atendendo aos anseios mais imediatos.

¹⁸ GUAPPO, Teresa. "Petrópolis também tem seus heróis operários." *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis: 1993

Mas esse modelo foi se alterando no decorrer da década de 30. Prova disso se dá no ano de 1935 quando, logo no começo do ano, os operários da Petropolitana organizaram uma grande greve.

Os operários da Companhia Petropolitana declaram-se em greve no dia 7! Declarando-se contrários a um aviso que foi afixado na parede antes do carnaval, dizendo não trabalhar esse importante estabelecimento fabril na quarta-feira de cinzas, em compensação, porém, deveriam os operários trabalhar uma hora a mais nos primeiros oito dias subsequentes, até desferrar o dia perdido, os trabalhadores de uma seção, em número aproximado de 400, fizeram uma greve de protesto, logo após o almoço, na quinta-feira, estendendo-se a outras seções, tendo às 4 hora (uma hora antes) paralisado outras seções como protesto também¹⁹

Certamente os empresários quebraram a lógica concessiva, o que explicaria a greve mesmo nos anos anteriores. Entretanto, percebe-se que a mobilização dos operários ocorreu de forma mais organizada por meio do sindicato, bem como não resultou na prisão de ninguém, que se tenha conhecimento. A questão social não vinha sendo tratada como caso de polícia, portanto.

No momento em que ocorre a instauração do governo Vargas e o Estado passa a interferir nos lócus específicos de poder ao determinar concessões ao operariado, tal como férias, horas extras, entre outros, a classe dirigente dentro da Companhia Petropolitana perde o controle da busca do lucro que tinha anteriormente, quando concedia “benevolências” em um limite que não lhe comprometesse os ganhos e apaziguasse o operariado. Agora tinha de ceder em medidas decretadas em lei. Nesse ponto, vale a reflexão com Jhon D. French, que trata do compromisso com as leis trabalhistas pós 30 nos seguintes termos:

Claro que seria o cúmulo da ingenuidade tentar tirar conclusões apenas a partir da leitura de um texto jurídico. De fato, não é necessário muito para se perceber que o aparente conteúdo da lei poderia ser facilmente enfraquecido pelo seu não cumprimento e por interpretações jurídicas ou administrativas equivocadas²⁰.

O autor busca em sua obra mostrar que na vivência social nas fábricas no pós 30 não houve uma revolução nas formas de trabalho em virtude das novas leis trabalhistas. Nesse

¹⁹ “OPERARIOS DA PETROPOLITANA declaram-se em greve”. *Jornal de Cascatinha*. Petrópolis: 1935

²⁰ FRENCH, John. *Afogados em Lei. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2001.,p. 15

sentido, ele argumenta a ingenuidade de pensar que o proposto em lei era exatamente feito na prática. O que parece exagerado é generalizar esse modelo a todas as fábricas, ainda que sem dúvida fosse verificado em inúmeros estabelecimentos do Brasil no período. Conforme fica patente nas atas da diretoria da Companhia Petropolitana, as leis trabalhistas vinham de fato sendo cumpridas na prática, às duras expensas dos dirigentes, ainda que lamentassem ter de obedecer às novas leis: “Pelo decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931 foi criada a lei de férias o que *obrigou-nos* ao pagamento sôbre apenas 191 dias trabalhados com evidente *prejuízo* para a empresa²¹.” Referente ao ano de 1932 a turbulência continuou, “Surgiram mais decretos em elaboração sobre parturientes e aposentados com mais encargos para a indústria”²². A turbulência era sentida em várias outras empresas do Brasil na época e explica a violação das leis trabalhistas, conforme argumenta French. Porém, não se pode totalizar tal situação, pois no estudo de caso da Cia Petropolitana as medidas eram obedecidas, ainda que com dificuldades.

As dificuldades impostas à classe dirigente em razão da legislação trabalhista não fez com que a estratégia da concessão de benevolências acabasse, mas sem dúvida foi dificultada. Ainda assim, a estratégia concessiva permanecia. Dessa forma, a partir dos anos 30 ocorre uma gradativa conscientização operária ao mesmo tempo em que a estratégia de concessão do empresariado passa a ter de conviver com os encargos trabalhistas legais. A esse respeito, cita-se a ampla reforma da vila operária e construção de inúmeras casas na mesma feita pelo empresariado em 1941, os inúmeros serviços médicos, educacionais e de assistência que eram livremente postos pelo empresariado, como no exemplo de 1944:

Foram fichados todos os operários pelo Serviço Nacional de Tuberculose, tiradas 1500 abreugrafias e positivados apenas dois casos de tuberculose contagiante, com o afastamento imediato dos doentes para tratamento, com vencimentos integrais pagos pela Cia²³.

A relação dos gastos “legais” e dos gastos “estratégicos” feitos pelo empresariado frente ao corpo operário tem-se como exemplo o ano de 1941:

No cumprimento integral das leis trabalhistas dispendemos Rs.417:398\$300. Com auxílios à operários inabilitados e doentes gastamos a importância de Rs. 31:206\$720 e com os serviços médicos,

²¹HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1931. Petrópolis. s/d., p.XII e XIII

²²HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1932. Petrópolis. s/d p. XV

²³HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria* 1941. Petrópolis. s/d; p; VIII

educacionais e subsídios para assistência religiosa e recreativa o total de Rs. 37:592\$750²⁴

Percebe-se assim que os gastos “legais” eram extremamente mais elevados que os gastos para angariar prestígio. O mesmo se verifica no ano de 1943: “No cumprimento integral das leis trabalhistas dispendemos durante o ano a importância total de Cr\$ 526.588,75 e mais a quantia de Cr\$ 202.522,10 em auxílios diversos e contribuições voluntárias”²⁵

Dessa forma é que havia por parte do empresariado a tentativa de diminuir o enorme gasto que tinha com os direitos trabalhistas:

Com a criação do SESI por Decreto-lei n. 9.403, de 25 de junho de 1946, encaminhamos um memorial requerimento ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria, pedindo redução de nossa contribuição obrigatória, já que dispendíamos três vezes mais do que determinava a lei²⁶.

A classe dirigente conviveu angariando seu prestígio junto às medidas determinadas em lei. O operariado, nesse sentido, buscava no sindicato um código burocratizado que justificasse a ação frente qualquer anormalidade das relações trabalhistas. O que se percebe é que anteriormente aos anos 30, era um código moral permeado no contrato social da benevolência do empresariado que angariava a inoperância política dos operários. Após a fundação do sindicato, em 1931, esse código moral permanece, mas junto dele passa a existir um sindicato que norteia os direitos do operariado e que uma vez infringidos levariam à mobilização operária por meio do sindicato.

Conclusão

Por meio da análise das relações sociais estabelecidas no interior da Companhia Petropolitana no período estudado pretende-se ter mostrado como o poder e a política podem assumir feições locais, podem ser vistos na relação entre atores sociais em um recorte específico no mundo do trabalho. Por certo, as formas de poder levam à criação de uma política interna no lócus social em análise, de forma que o poder passa a ser visto como

²⁴ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria*. 1942. Petrópolis s/d p; VIII

²⁵ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria*. 1942. Petrópolis s/d

²⁶ HISTÓRIA da Companhia Petropolitana. *Relatórios da Diretoria*. 1946. Petrópolis. s/d p. X

produto de uma negociação social, forjado no interior de um grupo que o compartilha a vivência.

O caso específico da Companhia Petropolitana de Tecidos mostra que o poder era negociado no interior de uma lógica concessiva por parte de seus detentores; a diretoria. Esse propósito é explicado da seguinte forma por Robert Castel:

O benfeitor é um modelo de sociabilização. Por sua mediação, o bem se derrama sobre o beneficiário. Este, por sua vez, responde com sua gratidão: o contrato está estabelecido entre as pessoas de bem e os miseráveis. Um elo positivo é reconstituído aí onde só havia indiferença e, às vezes, hostilidade e antagonismo de classe. A relação de tutela instaura uma comunidade na e pela dependência. O benfeitor e seu obrigado formam uma sociedade, o vínculo moral é um vínculo social²⁷

O que parece se verificar após 1930 é que o “vínculo moral” descrito por Castel passa a conviver com um contrato burocrático entre as partes determinado pelo Estado. Assim mesmo, a classe dirigente mantém-se na concessão de benevolências paralelas às obrigações impostas pelo poder governamental. Isso se deve à necessidade de manter uma estratégia que lhe auferia prestígio e mantinha o “vínculo moral” de sociabilidade, o que garantia ao empresariado a manutenção da força produtiva no trabalho e aos operários garantia uma condição digna de vida e trabalho.

²⁷ CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: vozes, 1998. P.320

O sentimento pátrio e as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)

Priscila da Costa Pinheiro¹

Introdução

Características da segunda metade dos oitocentos, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a instalação de uma rede ferroviária no país e as tentativas de industrialização foram, aos poucos, introduzindo modificações na estrutura econômica e social até então conhecidas no Brasil, estimulando, entre outros, o processo de urbanização². Porta de entrada do país, centro político e econômico, a cidade do Rio de Janeiro constituiu-se em um pólo de atração dos migrantes nacionais e estrangeiros. A busca por uma vida melhor funcionou como um dos fatores responsáveis pelo deslocamento de grandes levas de imigrantes para a capital brasileira.

O término do tráfico de escravos abriu inúmeras possibilidades para a chegada de homens que possuíam apenas a força de trabalho para o começo de uma nova vida. Não obstante a importância do recurso à imigração na substituição do trabalho escravo na lavoura, também a imigração urbana foi observada desde o início do movimento migratório. Com o intuito de coibir o contrabando, de atender à lavoura necessitada e de repensar o espaço urbano, o processo de extinção do tráfico foi acompanhado “*de propostas a afastar o escravo da cidade*”³. O fim do tráfico negreiro, aliado ao discurso do progresso e da modernidade, levou o Rio de Janeiro a experimentar a ampliação do mercado livre de trabalho em virtude da expansão urbana e do deslocamento do escravo citadino para as zonas rurais privadas do fluxo constante de africanos. Daí a explicação para a existência de contratos firmados na Europa que visavam à obtenção de mão-de-obra para a cidade.

O imigrante passava a estar cada vez mais presente nos estabelecimentos comerciais, nas oficinas, nos setores de transporte e de obras públicas do Rio de Janeiro e mesmo nos serviços domésticos. Prova disso é que no ano de 1838, dos 137 078 indivíduos que compunham a população da cidade, 9 530, ou seja, 6,9% do total, eram estrangeiros, cifra

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

³ MENEZES, Lená Medeiros de A. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996, p. 64.

elevada consideravelmente em 34 anos, visto que em 1872 eles somavam 73 310 indivíduos numa população total de 152 723 nacionais livres e 48 939 escravos. Este crescimento apontava para “*um processo de mudança em marcha que tinha na constituição de um mercado livre de trabalho seu aspecto de maior relevo*”⁴.

Dentre os imigrantes residentes na capital, destacaram-se os indivíduos de nacionalidade portuguesa. Em 1872, os portugueses representaram 76,3% do percentual da população estrangeira do Rio de Janeiro, totalizando 55 933 sujeitos. As dificuldades vivenciadas na terra natal transformavam a emigração numa possível solução. Nem mesmo o conhecimento do fracasso de inúmeros emigrantes colocava-se como obstáculo à busca de uma nova vida além-mar. Vale ressaltar que entre 1860 e meados da década de 1880, a única grande corrente imigratória observada no Brasil foi a portuguesa, uma vez que a tardia abolição da escravatura, a legislação referente à contratação do estrangeiro e a ausência de liberdade religiosa funcionaram como obstáculos à emigração européia⁵.

A língua comum e a crença na existência de uma civilização idêntica apareciam como elementos facilitadores da integração dos emigrantes portugueses à sociedade brasileira. A alteração do estatuto social do português, que deixava de pertencer ao estrato privilegiado de uma sociedade colonial, não desmotivou a emigração em direção ao Brasil que, entre os anos de 1855 e 1865, recebeu 87% dos emigrantes daquela nacionalidade. A presença significativa desses indivíduos na cidade do Rio de Janeiro pode ser constatada quando nos atentamos para parte de um conjunto documental do fundo Conselho de Estado, localizado no Arquivo Nacional. Das associações beneficentes de imigrantes organizadas na Corte entre os anos de 1860-1882, cerca de 40% eram portuguesas⁶. A fim de melhor compreendermos a organização e o funcionamento destas sociedades, bem como a presença portuguesa no Rio de Janeiro, voltaremos nossos olhares à clientela e aos objetivos destas organizações, tomando por base os estatutos dessas agremiações.

⁴ *Idem*, p. 62.

⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, São Paulo: Edusc, Portugal: Instituto Camões, 2002, p. 28.

⁶ Vale destacar que o recorte temporal inicial foi escolhido em função das disposições da lei n. 1.083, de agosto de 1860, e do decreto n. 2.711, de dezembro de 1860 - os quais previam que as atas das sessões fundadoras e os estatutos das associações deveriam ser enviados ao Conselho do Estado, responsável pela análise do material e pela emissão de um parecer sobre o mesmo - e de sua revogação no ano de 1882, data em que nova lei era promulgada para regular o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas: em seu primeiro artigo, a lei n. 3.150 afirmava estarem “dispensadas de autorização do governo as companhias e sociedades anônimas de objeto comercial ou civil”.

1. Portugueses de notória moralidade

O fundo Conselho de Estado contém o registro de 25 sociedades de imigrantes organizadas na Corte entre os anos de 1860 e 1882. Deste total, 10 foram organizadas com o intuito de atender e agregar a população imigrante de nacionalidade portuguesa residente no Rio de Janeiro⁷. São elas:

QUADRO I

SOCIEDADES DE IMIGRANTES PORTUGUESES (1860 - 1882)

1	1861	Sociedade Portuguesa de Beneficência
2	1861	Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente
3	1861	Sociedade Portuguesa 16 de Setembro
4	1862	Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro
5	1863	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros D. Pedro V
6	1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia
7	1871	Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V
8	1871	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
9	1881	Sociedade Fraternidade Açoriana
10	1882	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões

Tais agremiações não chegaram a limitar o número de membros: algumas, como a Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses, afirmavam em seus estatutos que agregariam indeterminado número de membros daquela nacionalidade; outras deixavam tal idéia implícita, nada dizendo a respeito.

O sucesso da associação em muito dependia da entrada de novos membros, do pagamento de suas jóias e de suas mensalidades. Para participar da organização, os sócios deveriam ser propostos por indivíduos já associados e terem suas propostas aceitas após análise. Para isso, era preciso possuir uma ocupação honesta, ter moralidade, crédito e bom comportamento. De acordo com os estatutos da Sociedade Fraternidade Açoriana, para que um indivíduo se tornasse um associado era fundamental *“gozar o conceito de homem trabalhador, não ter o vício da embriaguez, hábitos desordeiros, nem [ter] sofrido pena de*

⁷ De acordo com a lei n. 1083 e o decreto n. 2711, os pedidos de reforma dos estatutos deveriam também ser enviadas ao Conselho de Estado. Logo, o fundo em questão contém o registro de 51 processos relativos às sociedades de imigrantes. Deste total, 24 são tangentes às associações portuguesas.

*condenação infamante*⁸. Estas exigências, ligadas à valorização do imigrante e do trabalho, eram fundamentais para a construção e a manutenção de uma imagem positiva da agremiação e de seus componentes.

A idade foi um fator raramente mencionado nos estatutos. Exceção à afirmativa anterior é encontrada nos estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões e da Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses. A primeira afirmava que *“pessoa alguma será admitida para esta Associação sem que tenha os requisitos seguintes: ser português e ter meios de vida honestos; não ser menor de 14 anos nem maior de cinqüenta”*⁹. A segunda estabelecia faixa etária idêntica, porém com uma ressalva:

Art. 3º Para ser admitido sócio da associação é preciso ser português, estar de perfeita saúde, empregado, ser honesto em todos os seus atos e estar livre de toda e qualquer pronúncia, não ser menor de 14 anos, nem maior de 50. *Salvo se estes quiserem entrar remidos com uma jóia de 200\$000*¹⁰ (grifo meu).

Embora pouco mencionada, tomando como ponto de partida os fragmentos selecionados e os estudos sobre o mutualismo na transição do século XIX para o século XX, acreditamos que a faixa etária dos membros das sociedades girava entre os 14 e os 50 anos, visto que este intervalo correspondia ao tempo de vida ativa daqueles inseridos no mundo do trabalho. Além disso, as pessoas de maior idade poderiam gerar mais despesas do que fazer contribuições. A preocupação com a contenção dos gastos exigia ainda que o indivíduo gozasse de perfeita saúde.

No que tange ao gênero dos associados, mais uma vez encontramos poucas instituições que fazem menção a tal. A Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro destacava que os sócios efetivos seriam os *“portugueses dos dois sexos, de boa conduta, admitidos pela diretoria sob proposta dum sócio, na qual se declara o nome, residência, estado e emprego do proposto”*¹¹. No entanto, mesmo admitida, a participação feminina era restrita. A Sociedade Portuguesa de Beneficência admitia as esposas e viúvas dos sócios e suas filhas maiores que pagassem mensalidades na classe de sócios privilegiados. No entanto, a administração da associação

⁸ AN – Conselho de Estado, caixa 558, pacote 3, documento 29.

⁹AN – Conselho de Estado, caixa 559, pacote 1, documento 1.

¹⁰ AN – Conselho de Estado, caixa 553, pacote 2, documento 4.

¹¹ AN – Conselho de Estado, caixa 531, pacote 3, documento 34.

ficaria exclusivamente a cargo dos sócios ativos – portugueses honestos legalmente admitidos.

Em relação ao local de moradia, apesar de associações como a Sociedade Fraternidade Açoriana estabelecer que os sócios deveriam ter residência no Império do Brasil, o funcionamento das agremiações acabava por limitar o espaço territorial atendido pelas mesmas. Tanto a cobrança de mensalidades como a distribuição de socorros exigiam certa proximidade entre a sede da associação e a residência dos sócios. Assim, algumas organizações estabeleciam limites geográficos em seus estatutos. A comissão da Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses, por exemplo, levaria beneficências aos associados enfermos até Pedregulho, Caju, Laranjeiras, Botafogo e Niterói; caso os sócios estivessem além destes limites, a associação pagaria os socorros da forma como julgasse mais conveniente e de acordo com seus interesses. Na década de 1880, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões determinava como incumbência da comissão de sindicância *“sindicar os candidatos a sócios que residirem dentro dos limites percorridos atualmente pelos carros denominados “bondes”, na Corte e na cidade de Niterói, e pela estrada de ferro D. Pedro II, até a estação das oficinas”*¹². O desenvolvimento e o melhoramento dos meios de transporte colaboravam para a ampliação dos limites territoriais cobertos pelas associações. Existiam sociedades que determinavam a nomeação de sócios honorários ou auxiliares para trabalharem fora do município neutro.

Em resumo, as sociedades portuguesas visavam formar sua clientela junto a indivíduos dessa nacionalidade, honestos, trabalhadores, que gozassem *“de perfeita saúde, não [tendo] defeito físico que para o futuro o [alegasse] como moléstia que o [impossibilitasse] de trabalhar”*¹³. Estrangeiros eram aceitos somente como membros honorários, no caso de contribuírem significativamente com a associação, através de donativos valiosos ou serviços relevantes.

2. Modalidades de socorros: o sentimento pátrio e o mundo do trabalho

A análise dos estatutos das associações revela não somente o perfil daqueles que elas desejavam como membros, mas evidencia também quais eram os objetivos destas

¹² AN – Conselho de Estado, caixa 559, pacote 1, documento 1.

¹³ AN – Conselho de Estado, caixa 559, pacote 1, documento 1.

agregações, ou seja, para quais os fins elas haviam sido criadas. Destarte, as sociedades portuguesas destacavam como objetivos o auxílio para enfermos ou impossibilitados de trabalhar; auxílio para realização de funeral ou pagamento de todo o enterro, caso o sócio falecesse na miséria; pensões para velhos, inválidos, viúvas ou órfãos; entre outros. Não obstante a presença de tais coberturas nos estatutos, observamos que as sociedades organizadas em torno de uma dada nacionalidade possuíam características inerentes a esta forma de organização: não tinham o mundo do trabalho como referência primeira para a adesão de novos membros.

Tal como observado por Tânia Regina de Luca acerca das mutuais de imigrantes das cidades de São Paulo e Santos no final do século XIX e início do XX, também os estatutos analisados mostram que as sociedades portuguesas criadas no Rio de Janeiro, na segunda metade dos oitocentos, possuíam “*um conjunto variado de práticas destinadas a manter vivos os laços com a terra distante*” – práticas estas reunidas por Luca sob a ampla designação de sentimento pátrio¹⁴. De acordo com a autora, uma primeira manifestação desse sentimento residiria no próprio nome da entidade. Voltando ao Quadro I, podemos constatar tal manifestação também nas sociedades estudadas: algumas homenageavam reis, outras faziam menção a datas importantes em seu país de origem ou louvavam compatriotas célebres.

As sociedades portuguesas revelavam-se como espaços criados e organizados de forma a manterem vivas as lembranças da terra natal. Mais do que isso, esse mundo de convivência íntima tornava esta terra “*passível de ser moldada segundo o desejo e as necessidades de cada um*”¹⁵. Logo, o anseio de construção e de perpetuação de uma imagem positiva de Portugal ia aos poucos se revelando nos estatutos: exaltava-se o rei e as figuras importantes do país, suas instituições, seus feitos históricos e as virtudes dos imigrantes portugueses. Ecos dessa exaltação eram observados nos estatutos da Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia:

É expressamente em demonstração às virtudes que tanto distinguem o seu augusto soberano, que a sociedade soleniza aquele dia de tão jubiloso acontecimento [aniversário natalício de D. Luiz]. É a dívida que os portugueses ausentes do pátrio lar pagam ao seu excelso rei, a quem consideram o *sustentáculo das instituições pátrias, da dignidade, independência e felicidade da Nação Portuguesa*¹⁶ (grifo meu).

¹⁴ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990, pp. 140-141.

¹⁵ *Idem*, p. 141.

¹⁶ AN – Conselho de Estado, caixa 543, pacote 2, documento 26.

Neste sentido, tornava-se compreensível o fato de que parte significativa das agremiações tivesse como um dos principais fins a comemoração de datas nacionais. Assim, a Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente afirmava ter sido “*instituída para solenizar nesta Corte o dia 16 de setembro, aniversário do natalício e da aclamação de S. M. F. o senhor D. Pedro V*”. A Sociedade Portuguesa Dezesesseis de Setembro objetivava “*celebrar no dia 11 de novembro o passamento de D. Pedro V*”, com ofícios fúnebres em sufrágio de sua alma. Rememorar o primeiro de dezembro, “*aniversário da gloriosa restauração de Portugal em 1640*”, era o objetivo principal da sociedade que carregava no nome esta data. A Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia buscava solenizar todos os anos o aniversário natalício de S. M. F. o senhor D. Luiz, rei de Portugal. A Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V previa espetáculos anuais. O primeiro ocorreria no dia 16 de setembro, aniversário de sua instalação. Embora os estatutos não estabeleçam explicitamente tal relação, partindo do nome da associação, podemos supor que o dia fora escolhido pela importância que tinha para Portugal, já que, como acima dito, era a data do aniversário natalício e da aclamação de D. Pedro V. Por fim, a Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses estabelecia como um fim

festejar o aniversário natalício de S. M. F. o rei de Portugal, por meio de um espetáculo obrigado a todos os sócios, como marca o parágrafo 6º do artigo 8º cujo produto reverterá em favor dos mesmos associados, em comemoração a prematura e sentidíssima morte do senhor D. Pedro V pela forma determinada nos artigos 36 e 37¹⁷.

A partir das últimas décadas do século XIX, muitos imigrantes europeus dirigiram-se para o Brasil movidos por uma “*expectativa de superar a condição de miséria a que foram progressivamente reduzidos com o fortalecimento no campo das relações capitalistas de produção*”¹⁸. A idealização da vida que teriam no país de destino era uma constante, levando esses indivíduos a deixarem sua terra natal movidos pelo desejo de fazer fortuna aqui. Entretanto, a vida no Brasil apresentava ao estrangeiro outras dificuldades, pois ele via-se diante de novos referenciais culturais que deveriam ser, ao menos em parte, apreendidos. Tânia Regina de Luca afirma que a necessidade de dominar as regras e os modelos próprios do grupo receptor acabava redimensionando a identidade do imigrante. Assim, ao lidar com

¹⁷AN – Conselho de Estado, caixa 553, pacote 2, documento 4. Os artigos 36 e 37 tratam da missa que seria rezada no dia 11 de novembro.

¹⁸LUCA, Tânia Regina. *Op. Cit.*, p. 132.

novos referenciais, o estrangeiro passava a ter a “*percepção de uma auto-imagem desvalorizada*”. A adesão aos referenciais culturais do país hospedeiro não garantia ao estrangeiro uma aceitação plena por parte da população brasileira e não “*implicava uma negação radical de suas tradições*”. Destarte, a criação por parte dos imigrantes do que Luca denomina “comunidades de apoio”, tinha como um dos principais objetivos, se não o principal, a busca pela manutenção de laços com a pátria distante. Embora documentos formais, formulados com base em preceitos legais, os estatutos revelavam as sociedades como “*locus de preservação da solidariedade étnica*”¹⁹.

Outro tipo de manifestação do sentimento pátrio, a fomentação da solidariedade entre os indivíduos de nacionalidade portuguesa era constantemente expressa nas leis sociais. Por entre as denominações e as comemorações das datas nacionais, a busca de relações solidárias entre os compatriotas fazia-se recorrente nos estatutos das agremiações portuguesas. Assim, a Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro estabelecia como um princípio a promoção “*entre os seus associados e os portugueses residentes no Brasil, quantitativos com o fim de animar, socorrer ou auxiliar qualquer instituição útil de Portugal, especialmente de caridade; e também com o fim de minorar as provações que afligirem o país*”. Mais do que buscar uma convivência harmônica entre os associados, a agremiação visava a união da colônia portuguesa residente no Brasil, bem como a relação fraterna desta com o país de origem²⁰.

A leitura dos estatutos mostra que ao elencarem os socorros, parte das sociedades estudadas não limitava a distribuição dos auxílios aos sócios, fossem estes extremamente necessitados ou não. A busca de relações solidárias entre compatriotas podia ser percebida nos socorros despendidos com indivíduos de origem portuguesa que não eram membros das

¹⁹ *Idem*, p. 133.

²⁰ AN – Conselho de Estado, caixa 529, pacote 3, documento 48. Não obstante a construção de um discurso que “*exortava a solidariedade nata entre os compatriotas*”, este mesmo discurso “*cumpria uma função obscurecedora do real*”, já que “*a colônia não era algo uno*”, pois em seu interior era possível encontrar grupos com condições econômicas diversas. A condição de português, “*só no nível da aparência*”, poderia atuar como um instrumento na união de grupos sociais diversos e, por vezes, antagônicos. Ao longo da exposição dos artigos, os estatutos deixavam entrever que as agremiações contavam com a participação de trabalhadores, para os quais a filiação constituía-se em uma necessidade “*de fazer frente a condições adversas de existência, aliada à solidariedade*”, e de indivíduos possuidores de um status social mais elevado (LUCA, Tânia Regina de. *Op. Cit.*, pp. 142-143). Além disso, como já assinalado, as sociedades portuguesas visavam oferecer auxílio aos compatriotas indigentes e abandonados pela sorte. Assim, ao tornar-se membro de uma associação, o trabalhador português possuidor de condição para tal conquistava não apenas o direito de ser socorrido, mas colaborava para os auxílios destinados àqueles que se encontravam em situação de penúria e, por isso, impedidos economicamente de entrarem para alguma sociedade. Tornava-se perceptível a diferenciação existente dentro do grupo menos abastado, à medida que aquele que colaborava com as associações através do pagamento das mensalidades conquistava um status superior ao compatriota que não possuía condição para tal. Estes fatos revelavam as sociedades portuguesas como organizações compostas por grupos sociais distintos.

associações. A preocupação com a sorte dos portugueses residentes no Brasil fazia-se presente nos estatutos: a chegada ao país hospedeiro colocava o estrangeiro frente às agruras do cotidiano. Muitos imigrantes experimentavam o fracasso. Diante desta realidade, várias das associações portuguesas visavam minorar a infelicidade de seus compatriotas, mesmo quando não associados.

A manutenção de laços com a pátria distante pressupunha também a relação das sociedades com o governo de Portugal através de representantes deste. Neste sentido, é possível que as sociedades portuguesas da segunda metade dos oitocentos tivessem por objetivo o que foi destacado por Vitor Fonseca ao analisar o associativismo no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 e 1916. O autor ressalta que muitas pessoas eram convidadas a participarem da diretoria não para efetivamente trabalharem, *“mas para, por sua presença, e eventual conselho, abrilhantarem a associação e funcionarem como elementos facilitadores do trânsito de seus interesses junto a esferas às quais as associações teriam maior dificuldade de acesso”*. Ao preverem a participação de indivíduos notáveis, seja na diretoria, no conselho, nas festividades ou como membro honorífico, as associações deixavam entrever a importância deste contato como mecanismo facilitador das ações da agremiação. Além do mais, tais indivíduos eram capazes de atuar como elementos transmissores da confiabilidade da sociedade: a afirmação da qualidade dos membros de uma associação *“servia para ressaltar a associação e, por extensão, aqueles que, não dispondo de [...] títulos, os tinham como consócios”*.²¹

A análise dos vinte e quatro processos depositados no Fundo Conselho de Estado, referente às dez associações portuguesas organizadas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, e que tiveram seus estatutos registrados, aponta para a dificuldade da quantificação dos socorros oferecidos. Assim, elencaremos em ordem decrescente os objetivos mais recorrentes nas leis sociais:

QUADRO II

OBJETIVOS DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS

Modalidade

Cultivar o sentimento pátrio
Prestar socorros e praticar a caridade

²¹ FONSECA, Vitor M. M. *No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Faperj, Arquivo Nacional e Muiraquitã, 2008, pp. 131-132.

Auxílio aos enfermos e/ou impossibilitados de trabalhar
Auxílio para viagens em caso de moléstia ou comiseração
Auxílio para realização do funeral
Auxílio aos inválidos e velhos
Auxílio moral e financeiro às viúvas e órfãos
Dar espetáculos em benefício dos cofres sociais
Assistência jurídica
Procurar ocupação e trabalho aos que não tiverem
Prestar alimentos aos indigentes que não puderem trabalhar
Facilitar o ensino
Construir estabelecimentos de ensino e bibliotecas
Construir hospital e asilo
Distribuir socorros pecuniários aos necessitados
Consulta e tratamento médico
Auxílio a presos
Auxílio moral

Uma rápida análise do quadro, aliada ao que foi inicialmente discutido neste tópico, deixa claro que a manifestação do sentimento pátrio esteve presente em todas as agremiações estudadas. Como parte integrante deste sentimento, podemos apontar a prática da caridade, destinada primeiramente aos compatriotas - embora tenham existido agremiações que não excluíram de suas leis sociais a possibilidade de ajudar indivíduos de outras nacionalidades.

Os estatutos das sociedades portuguesas indicavam que, em maior ou menor medida, essas agremiações faziam constantes alusões à terra natal dos indivíduos que as compunham. Entretanto, o quadro revela também que em momento algum as associações deixaram de ter como referência o mundo do trabalho: a expressão “auxiliar os enfermos e os impossibilitados de trabalhar”, recorrente nos documentos, revelava problemas intrínsecos à realidade cotidiana daqueles que viviam no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e, mais do que isso, mostrava a necessidade que estes sujeitos tinham em elaborar soluções concretas, as quais acabavam por se constituir numa estratégia viável para a sobrevivência daquelas pessoas.

Assim, os socorros destinados aos enfermos e/ou impossibilitados de trabalhar e o auxílio para viagens em caso de moléstia ou comiseração apareciam como os mais oferecidos. As precárias condições de vida e a dificuldade em obter-se atendimento médico faziam as doenças comuns entre os trabalhadores. O indivíduo podia facilmente perder seu emprego durante um período de enfermidade, aspecto que tornava mais do que necessário os auxílios em casos que impossibilitassem o sujeito a trabalhar. Daí tal socorro constar em parte

considerável dos estatutos analisados. A oferta de auxílios destinados ao tratamento de saúde seria imprescindível numa cidade que carecia de medidas concretas para garantir aos seus habitantes melhores condições de higiene e trabalho. Por sua vez, metade das associações estudadas instituía como fim a contribuição para a realização de viagens para fora da capital ou do Império em caso de doença, mediante atestado médico, ou exclusivamente para a terra natal, diante da extrema penúria.

Os socorros em relação à morte eram oferecidos por parte significativa das associações, as quais pagavam uma quantia determinada a fim de custear o enterro do sócio no todo ou em parte. Vitor Fonseca ressalta que o fato de a associação assumir a realização do funeral quando inexistisse uma família, devia funcionar como um *“atrativo interessante numa cidade com uma população tão desenraizada”*²². Os socorros oferecidos mediante o falecimento afastavam a possibilidade do enterramento como indigente. Assim, além de constituir-se em um sinal de dignidade, a realização do funeral pela associação tornava público o fato de que o indivíduo pertencera a um grupo. Visando solucionar o problema do desamparo das famílias ocasionado pela morte, algumas associações ofereciam auxílio moral e financeiro às viúvas e órfãos dos associados. Das agremiações estudadas, apenas três previam a oferta de socorros aos familiares do sócio falecido. Provavelmente, este auxílio era pouco oferecido devido ao custo que representava para os cofres.

Dar espetáculos em benefícios dos cofres sociais também figurava entre os objetivos de parte das sociedades estudadas. Tais atividades representavam uma importante fonte de renda para as agremiações. Assim, a Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V empenhava-se em organizar *“espetáculos dramáticos em benefício de seus cofres a fim de poder oportunamente socorrer a seus associados”*²³.

Ao observar o quadro, nota-se ainda entre os fins das sociedades portuguesas a prestação de alimentos aos indigentes que não pudessem trabalhar e a busca de ocupação aos que não tivessem. Mais uma vez, a valorização do trabalho era preconizada.

Poucos foram os estatutos que trataram da instrução: enquanto a Sociedade Fraternidade Açoriana previa a fundação de um gabinete de leitura para instrução e recreio, a Sociedade Portuguesa de Beneficência tinha como um dos seus objetivos facilitar o ensino. A previsão da organização de oficinas industriais surgia como uma possível solução para um

²² *Idem*, p. 124.

²³ AN – Conselho de Estado, caixa 550, pacote 3, documento 44.

problema concreto, já que a formação do trabalhador era voltada preferencialmente à aprendizagem de ofícios, os quais ofereciam alguma garantia de futuro. Assim, as oficinas figuravam entre os estabelecimentos indispensáveis ou úteis aos fins que justificavam a criação e o funcionamento de uma associação beneficente que visava possibilitar melhores condições de vida aos seus filiados, juntamente com outros tais como os asilos e os hospitais.

A Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro foi a única agremiação a tratar da organização de um hospital. A aquisição de um prédio e a montagem de um hospital seria indispensável a uma sociedade que, como beneficente, afirmava ser seu dever “*amparar os portugueses enfermos; recolhê-los ao hospital, ou a casas de saúde e tratá-los convenientemente, [...] devendo preferir os recém-chegados, que por moléstia e reconhecida penúria, não tenham podido entrar para alguma associação de beneficência*”²⁴.

A assistência jurídica figurava entre os objetivos de algumas associações, as quais prestavam auxílios àqueles que não estivessem envolvidos em crimes infamantes, conceito que, como alerta Vitor Fonseca, nunca é explicado, embora o contexto permitisse entrever que incluía crimes contra a honra e contra o patrimônio, assassinato fora dos casos de legítima defesa e envolvimento em corrupção. Essa cobertura, embora cara, fator que provavelmente limitou a oferta do socorro pelas associações, tornava-se muitas vezes necessária ao português que imigrara sozinho e que, de outra forma, permaneceria esquecido nas celas de detenção caso nelas caíssem.

Em suma, tomando por base a análise relativa aos estatutos das associações portuguesas organizadas na cidade do Rio de Janeiro durante a segunda metade dos oitocentos, percebemos que estas agremiações tinham como objetivos primeiros a difusão do sentimento pátrio sob múltiplas formas, incluindo-se aí a prática da caridade, concedendo beneficências e dando proteção “*a qualquer cidadão português residente no império que por infelicidade provada*”²⁵ fosse obrigado a elas recorrer. Entretanto, também a prestação de diferentes modalidades de socorros, e que tinha como pano de fundo o mundo do trabalho, percorria toda a lei social das agremiações estudadas, não somente inseridas num cenário em transformação, mas igualmente indicadoras das mudanças que vinham se processando na sociedade brasileira.

²⁴.AN – Conselho de Estado, caixa 529, pacote 3, documento 48.

²⁵ AN – Conselho de Estado, caixa 559, pacote 1, documento 1.

Considerações Finais

As associações organizadas por portugueses visavam como membros indivíduos honestos e trabalhadores, características ressaltadas em todos os documentos. Assim como ocorria nas agremiações organizadas por demais estrangeiros, a necessidade da construção de uma imagem positiva do imigrante foi expressa pelas sociedades portuguesas de diferentes maneiras, seja ressaltando as características necessárias aos sócios, afastando da associação aqueles que se desviassem da boa conduta, ou contribuindo para amenizar a infelicidade de seus compatriotas.

Os objetivos destas associações evidenciam os laços mantidos pelos portugueses residentes no Brasil com a terra natal. Como observa Tânia Regina de Luca, se é certo que as associações de imigrantes

tentavam minorar as conseqüências da super-exploração da força de trabalho prestando aos seus membros os tradicionais serviços de caráter previdenciário comuns a todas as sociedades de ajuda- mútua, não era menos fundamental o seu papel enquanto lócus de preservação de solidariedade étnica²⁶,

cultivada de formas diversas.

²⁶ LUCA, Tânia R. de. *Op. Cit.*, p. 133.

A influência da Escola de Engenharia de Porto Alegre na trajetória política de Yêddo Fiúza

Priscila Musquim Alcântara*

Introdução

O presente trabalho faz parte da pesquisa da dissertação de mestrado intitulada “A trajetória política de Yêddo Fiúza (1930-1947), que está em desenvolvimento. Yêddo Fiúza foi prefeito do município de Petrópolis nos anos 1930 e candidato a presidente da República pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1945.

São raros os estudos que fornecem informações acerca de Yêddo Fiúza e sua trajetória política e é para o preenchimento de parte dessa lacuna que esta pesquisa se propõe a contribuir.

O estudo de trajetórias individuais só pode contribuir de forma satisfatória para o conhecimento dentro do campo da História se conseguir ir além do estudo do sujeito. O indivíduo não deve ser analisado de forma atomizada, desvinculada da rede social a qual pertence. Essa idéia vem de encontro com a perspectiva do individualismo metodológico, modelo de análise sociológica criado por Joseph Schumpeter em 1954, e que considera que a sociologia tem sua origem nas ações dos indivíduos distintos, de um ou de vários indivíduos. Por conta disso, para compreender um fenômeno social, é imprescindível analisar as razões que levam os atores sociais a agir. O individualismo metodológico analisa a sociedade de forma interacionista, onde os atores se movem dentro de um contexto social, interagindo com outros atores¹.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar a Escola de Engenharia de Porto Alegre, instituição em que Yêddo Fiúza formou-se engenheiro. Compreendendo a dinâmica dessa escola, filiações políticas e intelectuais de seus fundadores e docentes, bem como trajetórias de outros egressos, é possível compreender melhor as forças que influenciaram a trajetória individual de Yêddo Fiúza, suas escolhas, a rede social a qual pertenceu e a dinâmica de seus atores.

* Mestranda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora – Linha: Poder, Mercado e Trabalho

¹ BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. P. 33.

1 – A Escola de Engenharia de Porto Alegre

A proclamação da República pode ser interpretada como um momento inicial de uma mudança a respeito da administração pública no Brasil. Segundo José Luciano Mattos Dias, o movimento contou com a participação de intelectuais positivistas e militares, o que poderia ter modificado o quadro de baixa participação de ministros de Estado com origem em profissões técnicas, como por exemplo, de engenheiros².

Dessa forma, foi-se constituindo uma dicotomia entre políticos e técnicos, que foi bastante expressiva na primeira metade do século XX.

No Brasil desenvolveu-se uma forte tradição que, não reconhecendo relações complementares políticos são identificados como “profissionais da política”, avessos à realidade nacional, quer por falta de preparo, quer por falta de caráter. Em oposição a eles, constrói-se a figura do “técnico”, do “administrador”, quer por sua formação específica de alto nível, por seu “isolamento” da política e por sua “neutralidade”, é capaz de romper com o “atraso” e criar riqueza. Ou seja, se nosso mal é político, sua solução reside, com freqüência, na criação de uma administração que resolva problemas basicamente sócio-econômicos, o que requer um “saber técnico” definido ao mesmo tempo e de forma interativa com um saber especializado e despolitizado³.

Uma das instituições que se destacou no cenário nacional no processo de formação de membros dessa elite técnica foi a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Muitos egressos trabalharam posteriormente em órgãos da administração pública do estado do Rio Grande do Sul, em especial, a Secretaria de Obras Públicas. Posteriormente, pertenceram aos órgãos e agências federais criados com o movimento de 1930 e com o Estado Novo⁴.

A instituição foi fundada em agosto 1896, por iniciativa de um grupo de engenheiros atuantes na capital, militares, pessoas que tinham estudado na Escola Militar ou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esses indivíduos tinham em comum o fato de serem adeptos ou simpatizantes da doutrina positivista. De acordo com Flávio Heinz, a Escola de Engenharia de

² WAZLAWOSKI, Monia Franciele. HEINZ, Flávio Madureira. Prosopografia dos egressos da Escola de Engenharia de Porto Alegre: carreira, política e formação de uma elite técnica no Sul do Brasil, 1896-1945. *XI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PUCRS. 09 a 12 de agosto de 2010. P. 1480*

³ GOMES, Angela de Castro. (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p.2

⁴ WAZLAWOSKI, Monia Franciele. HEINZ, Flávio Madureira. Op. Cit. P. 1480-1481

Porto Alegre funcionou como um *locus* privilegiado de constituição de uma elite ‘técnica’ estatal⁵.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre teve como precursora a Escola de Agrimensura, fundada por iniciativa de engenheiros militares, docentes da Escola Militar de Porto Alegre, que se identificavam com o pensamento de Benjamin Constant. Esse grupo de engenheiros articulou-se com o governo do estado com o objetivo de fundar uma escola de Engenharia. A princípio, o curso funcionou em salas pertencentes ao governo estadual. Segundo Leonice Alves, os fundadores da Escola de Engenharia de Porto Alegre tinham como objetivo proporcionar uma moderna e eficiente educação técnico-profissional, que se daria desde a educação primária até cursos superiores. Esse modelo tinha inspiração em escolas anglo-saxônicas e alemãs, estas últimas identificadas como universidades técnicas⁶.

Leonice ressalta também que todos os fundadores da escola eram filiados ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁷. O PRR nasceu em fevereiro de 1882, fundado por políticos gaúchos com intuito de fomentar o ideário republicano no estado do Rio Grande do Sul. O PRR foi influenciado pela doutrina positivista de Augusto Comte, em especial, pela racionalidade e a idéia da “regeneração” da sociedade. Para colocar esse ideal em prática, postulava que o aparato estatal deveria estar acima das classes sociais para gerenciar os conflitos inerentes do desenvolvimento capitalista⁸.

Segundo Flávio Heinz, a ligação da Escola de Engenharia com o governo gaúcho deu-se em três níveis:

1º: na identidade comum assegurada pelo positivismo e pelo vínculo com o PRR;

2º: pela percepção estratégica da Escola "como agente de fomento do desenvolvimento econômico e tecnológico" no estado;

3º: pela ajuda financeira concedida pelo estado à instituição⁹.

⁵ Idem.

⁶ ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. *Estado, educação e modernização agrária: o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930)*. São Leopoldo: 2008. Tese de Doutorado em História. Universidade do Vale dos Sinos. p. 250.

⁷ Ibidem. P.254

⁸ Conforme explica Rafael Augustus Segar, abordando a discussão feita por Mozart Soares. SEGAR, Rafael Augustus. Getúlio Vargas e o Partido Republicano Rio-Grandense. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 18, p. 195-210, jul./dez. 2008. P.197

⁹ HEINZ, Flávio. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Rev. Bras. Hist.* vol.29 no.58 São Paulo Dec. 2009.

A escola também formou pessoas que tiveram suas trajetórias políticas ligadas ao governo Vargas no executivo nacional. Leonice Alves destaca a trajetória de João Simplício Alves de Carvalho, deputado estadual entre 1901 e 1929, secretário da Fazenda do governo estadual de Vargas, em 1930 e posteriormente, deputado nacional constituinte em 1933-1934. João Simplício participou da direção da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre 1915 e 1922¹⁰. Flávio Heinz aponta o exemplo de João Lüderitz, primeiro presidente do Departamento Nacional do Senai, por indicação de Vargas. Lüderitz foi aluno e professor da Escola¹¹.

Nessa perspectiva, a trajetória de Yêddo Fiúza encontra pontos em comum com os exemplos apresentados. Fiúza formou-se na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Com o movimento de 1930, o governo provisório instituiu o Sistema de Interventorias, instrumento que viabilizava a interferência direta do poder central no poder local. Vargas passou a nomear interventores para governar os estados¹² e também alguns municípios considerados estratégicos. Foi o caso de Petrópolis (RJ), pólo têxtil fluminense no período, que teve o engenheiro Yêddo Fiúza indicado por Vargas para ser o interventor municipal. Posteriormente, Fiúza também integrou a diretoria do Departamento de Estradas de Rodagem (DNER) e do Departamento de Águas, nas duas situações durante a gestão de Getúlio Vargas.

Pesquisadores como Alfredo Bosi defendem a ideia de que a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi um importante agente no processo da matriz positivista sulina, modelo presente na administração pública nacional com Getúlio Vargas. Flávio Heinz pondera e aponta a comprovação da tese requer uma detalhada gama de pesquisas que façam uma combinação entre uma genealogia das agências federais, incluindo e a prosopografia de seus agentes, e dos primeiros quinze anos de governo de Vargas, analisando a gênese das políticas públicas desenvolvidas no período. Heinz afirma que no sul do País, no período entre a proclamação da república e 1930, já havia sinais que apontavam para uma *“conformação social e ideológica de uma elite de funcionários e de homens públicos, ligados às questões do*

¹⁰ ALVES, Leonice. Op. Cit. p. 263.

¹¹ HEINZ, Flávio. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Rev. Bras. Hist.* vol.29 no.58 São Paulo Dec. 2009. p. 277

¹² PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 2. p.18

*Estado e tendo em comum certo distanciamento do mundo da elite liberal e de seus quadros mentais*¹³.

Nem mais ou mais bem preparados para interpretar necessidades e indicadores de mudança da sociedade brasileira do que outros grupos regionais nacionais, os indivíduos dessa elite em formação souberam, isto sim, aproveitar-se das circunstâncias históricas em que se viram envolvidos, como a possibilidade de relativa autonomia da vida política local e do espaço institucional da Escola em face do poder social das elites proprietárias; o compartilhamento de experiências com outra instituição fortemente 'autônoma', a militar; a convergência de propósitos com um poder executivo forte e centralizador e o acesso direto a seus recursos; por fim, a experiência cultural comum do positivismo e a defesa do primado da técnica – e das virtudes da transformação pela técnica – sobre a tradição 'literária' brasileira¹⁴.

2 – O interventor Fiúza

Fiúza assumiu a Prefeitura tendo à frente uma série de problemas financeiros a serem solucionados. A dívida flutuante da Prefeitura já atingia a cifra de 600 contos de réis. Os problemas se agravaram ainda mais nas suas primeiras semanas de gestão. Em janeiro de 1931, o governo estadual incorporou o imposto de 20% cobrado das indústrias e comércio da cidade, antes destinado à receita do município. A justificativa foi a necessidade de recursos para quitar o alto montante em que chegara a dívida flutuante do estado. Para Petrópolis, o corte significou uma perda de mais de 70 contos de réis¹⁵.

Nas fábricas, houve redução da jornada de trabalho e demissão de operários. No fim de janeiro de 1931, o Banco de Petrópolis anunciou seu fechamento, deixando apreensivos os seus depositantes, a maioria, operários. Segundo a direção do Banco, o fechamento foi consequência do desequilíbrio entre a entrada e a saída de numerário. Enquanto devedores deixavam de quitar suas dívidas, depositantes faziam grandes retiradas¹⁶.

Diante desse quadro, Fiúza optou por uma política de redução de gastos. Manteve os salários da prefeitura, mas dispensou 28 funcionários, economizando um conto e duzentos mil réis só com vencimentos. Segundo Fiúza, ao assumir a Prefeitura causou-lhe surpresa "(...) a

¹³ HEINZ. Op. Cit p. 279.

¹⁴ Idem.

¹⁵ *Tribuna de Petrópolis*, 3 de janeiro de 1931.

¹⁶ *Tribuna de Petrópolis*, 30 de janeiro de 1931.

distribuição desconexa dos funcionários, em alguns departamentos excessivos, noutros, falhos, em todos, porém, mal remunerados, em alguns mesmo ridiculamente pagos”. Fechou escolas que, segundo ele, se tratavam de “escolas subvencionadas, vizinhas das municipais e, portanto, inúteis e (...) outras, sem professores, estas finadas, sem que o antigo governo fosse disso sabedor, continuando ele a pagar os alugueis dessas casas, entregues a outros misteres”.¹⁷

No primeiro ano de governo, Fiúza conseguiu amortizar boa parte da dívida flutuante. Contornou a situação sem aumentar tributos, nem criar novos impostos. Além disso, equiparou os vencimentos dos funcionários municipais, segundo suas funções, o que permitiu que os salários dos servidores municipais de Petrópolis não ficassem abaixo dos salários de outros municípios fluminenses, como era até então.

Fiúza solicitou ainda instauração de inquérito para apurar uma suposta dívida da Prefeitura com o Banco do Brasil, no valor de 436 contos de réis, que teria sido deixada pela gestão anterior. Segundo a administração anterior, o dinheiro vinha do governo para a Prefeitura, com instruções de como seria aplicado. Mas quando foi depositada a última parcela, o Banco do Brasil se manifestou, alegando que os depósitos estavam sendo feitos por equívoco. Barbosa alegou ter resolvido a situação, justificando-se junto à direção do Banco, que então cancelou a conta. Foi aberta uma Comissão de Sindicância para apurar o caso, que não encontrou nenhuma irregularidade nas contas de 1930¹⁸.

A postura de Fiúza não tardou gerar opositores políticos, que utilizavam como argumento para seus ataques a demissão de funcionários da prefeitura, o fechamento de escolas e o pouco investimento da prefeitura no embelezamento da cidade, sem levarem em conta os problemas orçamentários enfrentados pelo município.

Mas as críticas perdiam espaço nas colunas dos jornais, que publicavam em sua maioria, artigos favoráveis à sua gestão. Além desses artigos, cada vez foram se tornando mais comuns as notícias de homenagens feitas ao prefeito, que partiam das mais diferentes entidades. Essas homenagens tiveram início após o primeiro ano de seu governo. Em 24 de janeiro de 1932, a *Tribuna de Petrópolis* noticiava que “elementos da elite social” fizeram uma homenagem ao prefeito, no Tênis Clube¹⁹. Em março, membros do Rotary Club promoveram

¹⁷ *Tribuna de Petrópolis*, edições de 03 de janeiro e 12 de fevereiro de 1931.

¹⁸ *Tribuna de Petrópolis*, edições de 15 e 27 de janeiro e 29 de abril de 1931.

¹⁹ *Tribuna de Petrópolis*, 24 de janeiro de 1932.

um jantar para Fiúza, no Hotel Central. Os rotarianos entregaram ao prefeito um álbum com fotos do município. No álbum constava a dedicatória

Um dia, o acidente de uma revolução vos colocou no governo deste Município de Petrópolis e vós vindes, há um ano, arrecadando e aplicando honestamente os dinheiros públicos; vós não fazeis essa nefasta política, tão nociva ao nosso progresso; vós, sobretudo, deixas patentemente demonstrado que, em poucos anos e com a própria renda, o Município poderá resplandecer pelas ruas e calçadas, pelos jardins floridos, pelas estradas abauladas, pelos prédios escolares construídos, pela higiene organizada. (...) ²⁰

Aos poucos, as indústrias iam voltando ao ritmo normal. Os efeitos da Grande Depressão (1929-1930) nas indústrias de transformação do Brasil tiveram uma duração curta, em especial, por conta de políticas governamentais, a exemplo das restrições às importações, bem como aumento das taxas para importação, favorecendo ao mercado interno. Apesar dessa última medida afetar a importação de maquinário, setores como o de papel e celulose, algodão e o têxtil não foram afetados ²¹.

Em meados de 1931, as fábricas de tecido de algodão começaram a voltar à normalidade e a restrição à importação de seda estrangeira favoreceu as Fábricas Santa Helena e Santa Margarida ²².

Fiúza interveio junto ao governo do Estado, solicitando o fim do imposto de exportação (ver 3.2.1) que atravancava a produção industrial em Petrópolis. O governo estadual concordou em conceder isenção do imposto às fábricas de tecido de lã e de seda instaladas em Petrópolis. O prefeito, por meio de decreto municipal, isentou os estabelecimentos fabris de todos os tributos municipais por cinco anos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas em 1931, a gestão de Fiúza investiu ainda naquele ano 280 contos na reconstrução de ruas, 84 em construção e reforma de pontes, 24 contos em meio-fios e paredões. Também construiu bueiros, reformou jardins e praças, totalizando 650 contos em investimentos ²³.

²⁰ *Tribuna de Petrópolis*, 17 de março de 1932.

²¹ Suzigan. Op. cit. p.88-91.

²² *Tribuna de Petrópolis*, edições de 25 de março de 1931 e 17 de janeiro de 1932

²³ *Tribuna de Petrópolis*, 1º de janeiro de 1935.

Fiúza reviu contratos e entre os anos de 1932 e 1934, tentou rescindir o contrato com a empresa fornecedora de luz e água para o município. Segundo o governo Fiúza, o serviço prestado pela empresa era deficiente, e a Prefeitura tinha que fazer o abastecimento de várias localidades com carros pipa e o serviço de luz também deixava a desejar.

O questionamento dos contratos firmados pelas gestões anteriores acabou por custar-lhe o executivo do município. Com a dinâmica das mudanças na interventoria fluminense, o então interventor estadual Ary Parreiras afastou Fiúza do executivo de Petrópolis.

A saída de Fiúza causou comoção em todas as esferas sociais do município de Petrópolis. Ao tomar conhecimento do fato, no dia 31 de dezembro de 1934, centenas de pessoas tomaram as ruas da cidade, depredaram bondes e só se dispersou após a intervenção do exército, quando os relógios já anunciavam a chegada no ano de 1935.

Houve rejeição ao prefeito nomeado pelo interventor Parreiras. Stefan Vannier nem ao menos conseguiu ser empossado. Depois de quatro dias, a população aceita a nomeação de José Carvalho Júnior, que residia na cidade. Porém, os protestos em prol de Fiúza não cessam. Empresários e população se unem, confeccionam placas e mudam o nome da rua principal da cidade, que deixa de ser Quinze de Novembro para ser a “Avenida Yêddo Fiúza”, e assim permanece por cerca de dois meses.

Em junho de 1935, eclode em Petrópolis uma greve geral dos trabalhadores, depois de um choque entre Integralistas e membros da Aliança Nacional Libertadora e que culmina com a morte de um operário.

Uma comissão de operários de Petrópolis procurou Fiúza, solicitando sua mediação no conflito. Fiúza prontificou-se a atender a solicitação dos trabalhadores. Reuniu-se com os operários em greve na sede do sindicato da categoria, onde mais de 500 tecelões o aguardavam. Posteriormente, reuniu-se com industriais.

Fiúza contou com o auxílio de Luiz Mazavilla e Júlio Muller, ambos do Ministério do Trabalho. As negociações tiveram êxito, e nove dias depois do início da greve, os trabalhadores voltaram às atividades²⁴.

A hipótese é que a gestão de Fiúza como interventor de Petrópolis, e, principalmente, sua atuação como mediador do conflito foram pontos fundamentais de sua trajetória política e que consolidaram a ideia da eficiência de gestões encabeçadas pela elite política dos técnicos.

²⁴ Essas informações foram levantadas por meio de análise dos periódicos *Tribuna de Petrópolis* e *Jornal de Petrópolis* dos meses de junho a agosto de 1935.

Fiúza teve aprovação tanto das camadas populares, representadas pelo operariado, que foi as ruas protestando contra o seu afastamento do cargo de prefeito e meses depois, solicitou seu auxílio nas negociações greve geral, quanto pela camada do empresariado, que o homenageou várias vezes durante sua gestão como interventor e aceitou sua mediação no conflito de 1935. No ano seguinte, Fiúza voltou a prefeitura de Petrópolis, dessa vez, eleito pela população.

4 – O candidato civil do PCB

Em 1944, o cenário político do Brasil já mostrava sinais de mudança. O avanço das tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial, então em curso, apontava que a derrota do nazifascismo europeu seria inevitável, gerando assim um questionamento aos regimes autoritários. O Estado Novo dava sinais de esgotamento político. Vargas perdia as bases de sustentação de seu poder, sem poder contar com o apoio das Forças Armadas, enfrentou forte pressão de setores que exigiam a realização de eleições livres. Apesar do forte apoio do movimento de massa que defendia a sua permanência, os chamados “queremistas”, Vargas deixa o poder e são realizadas as eleições em 1945²⁵.

A *Tribuna Popular*, órgão do Partido Comunista, anunciava em 3 de novembro de 1945, ou seja, a menos de um mês da eleição, que ocorreria em 2 de dezembro, que lançaria dentro de poucos dias o nome do candidato à presidência pelo partido²⁶. E o nome lançado foi o do engenheiro Yêddo Fiúza. A partir de então, Luiz Carlos Prestes, liderança histórica do PCB, acompanha Fiúza em comícios até o fim da campanha.

Em discurso realizado em 26 de novembro de 1945, no Recife, Prestes defende assim candidatura do engenheiro:

O povo, as forças democráticas, não podiam participar da eleição de 2 de dezembro sem indicar candidato. Quiseram colocar o nosso povo frente a um dilema terrível — entre o ruim e o pior, o dilema que o povo não aceitou porque as forças democráticas, inclusive o Partido Comunista, apesar da premência de tempo, procuraram o candidato na altura de executar um programa mínimo de União Nacional. O

²⁵ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3. p. 16

²⁶²⁶ *Tribuna Popular*, 6 de dezembro de 1945. In: CARONE, Edgard. **O PCB** – 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982. p.63.

administrador provado, o democrata e o antifascista, e ainda mais, um civil também, porque ficou provado, na prática, o perigo dessas candidaturas militares.

(...)

Retomamos as gloriosas tradições civilistas do nosso povo e as forças democráticas apontam ao sufrágio da Nação o nome do engenheiro Yêddo Fiúza certas de que o povo, se compreender a significação histórica dessa candidatura memorável (...) o povo poderá vencer mais uma vez, elevando à suprema magistratura da Nação o candidato civil, o administrador, o técnico e o democrata, engenheiro Yêddo Fiúza²⁷.

Novamente, o caráter da formação “técnica” de Fiúza é ressaltado como uma qualidade para o candidato, bem como o fato de se tratar de um civil, ou seja, uma oposição a idéia do “político profissional”.

O PCB apresentou o engenheiro como uma “solução unificadora”, como representante das forças que queriam romper com as condições de atraso econômico, mas com ordem e com tranqüilidade. Os militantes do PCB garantiam que se eleito presidente, Fiúza se empenharia pela união da população e pela solução de seus problemas. Ressaltava-se a condição de civil, em contraponto as candidaturas de Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra. Os comunistas insistiam ainda no argumento de que Fiúza satisfazia tanto aos membros e simpatizantes do PCB quanto aos que não eram comunistas, pois representava o caminho da democracia, da unidade e do progresso. Ressaltavam ainda que Fiúza não assumiu nenhum compromisso ideológico com o PCB²⁸.

Fiúza recebe 10% do total de votos válidos. Nessa eleição, o vencedor foi o general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD) com 55% dos votos. Em segundo lugar, ficou o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN) com 35 % dos votos. Em Porto Alegre, sua cidade natal, onde foi criado e se formou na Escola de Engenharia, Fiúza fica em segundo lugar no pleito, com 30% dos votos, perdendo apenas para Dutra, que obteve 48%²⁹. O total de votos obtido por Fiúza causou surpresa no cenário político do

²⁷ PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*: Editorial Vitória, 1947. Disponível em <http://www2.cddc.vt.edu/marxists/portugues/prestes/1947/democracia/index.htm>. Acesso em 13/10/2010

²⁸ MARTINS, Marisângela T. A. *De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia. (1945-1947)*. Porto Alegre: 2007. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P.105-113.

²⁹ *Ibidem*. p. 115

período, pois o engenheiro, que nem tinha uma trajetória política junto ao PCB, foi indicado candidato pouco tempo antes do pleito³⁰.

Considerações Finais

Por meio dos dois pontos apresentados na trajetória política de Yêd do Fiúza, portanto, o exercício do executivo municipal, em Petrópolis e a candidatura à presidência pelo PCB é possível observar como a sua formação acadêmica como engenheiro, como um “técnico” foi utilizada a seu favor pelos grupos que o apoiavam nesses diferentes momentos.

Sua gestão em Petrópolis foi apresentada aqui como a chave para compreender as conexões futuras de sua trajetória, inclusive sua aproximação com os quadros do PCB e sua escolha para representar o partido na presidência. Petrópolis destacou-se como um núcleo da ANL importante. A greve geral foi articulada por operários vinculados a aliança. Posteriormente, quadros que integravam o movimento estavam articulados em 1945 no período de legalidade do PCB, logo, sinaliza-se assim uma hipótese para compreensão da ligação entre o engenheiro e o partido.

È preciso ressaltar também que a atuação de Fiúza incluiu também quadros da administração pública, o que se assemelha às breves trajetórias aqui apresentadas de dois indivíduos também ligados a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Nesse sentido, é possível observar que o estudo da trajetória política do engenheiro não esgota-se no mero relato de seus passos. Permite a compreensão de outras instituições e atores a ele relacionados, bem como suas dinâmicas na sociedade.

³⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo. 1930-1964*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.90.

A Cultura Política no Oitocentos no Vale do Paraíba Fluminense- O Caso de Manoel Antonio Esteves em Valença

Raimundo César de Oliveira Mattos¹

O contexto histórico do Vale do Paraíba Fluminense no período do oitocentos enquadra-se naquilo que Serge Berstein chama de cultura política na medida em que esta realidade manifestava-se por determinados padrões de conduta que, apesar de não homogêneos ou determinantes, na acepção direta da palavra, pressupõem uma certa identidade que levava a elite agrária e outros grupos a criar a noção de “boa sociedade” e a adotar uma série de comportamentos e estratégias de sociabilidade. Nessa realidade destacou-se a figura de Manoel Antônio Esteves que deixou importante acervo documental, notadamente sua correspondência, mantida em sua antiga propriedade, a Fazenda Santo Antônio do Paiol em Valença. Ao fazermos uso da idéia de cultura política de Berstein, entendemos o que o autor apresenta a favor de sua importância:

“...passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isso, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual”.²

Os grupos organizados à volta de uma cultura de que nos fala Berstein, no caso em foco, são exatamente as famílias de cafeicultores com todas as suas redes sociais e políticas e que, via de regra, organizavam uma leitura de mundo, uma forma de ver o mundo, de se ver no mundo, refletindo-se na sociedade e criando regras comportamentais que melhor exprimissem o seu poder e a sua influência. Manoel Antônio Esteves é uma figura através da

¹ E-mail: raimundomattos@bol.com.br. Rua Domingos Cosati, 485, Centro – Valença – RJ – 27600-000. Tel: (24) 2452-5459)

² BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 362-363.

qual será discutida uma sociedade, uma maneira de ver o mundo e de se enxergar nele, uma cultura política que se desenvolveu na região e que também é comentada por Rémond como sendo capaz, comungando do mesmo ponto de vista de Berstein a respeito, de explicar e preencher um vazio no estudo do fenômeno político:

“Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração. Assim, no que diz respeito ao tempo, a história política não o cede à história de qualquer outro aspecto da realidade”.³

Complementando o seu pensamento, Berstein ainda expõe:

“Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma respostas mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas”.⁴

Pertencer a tal sociedade passava, inicialmente, por pertencer a uma boa família. O tema da família já foi tratado pela historiografia de diferentes formas, mas um ponto é praticamente certo: sua importância na formação da sociedade brasileira desde os tempos da colônia. Mas foi somente na década de 1970 que tal tema foi retomado e incorporado de forma efetiva como objeto da História. As historiadoras Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff destacaram, partindo da perspectiva da História Social, as análises da economia doméstica a partir da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se de uma perspectiva até então praticada.⁵ Sheila Faria, em outra obra, destaca ainda este papel da família na História do país:

“A família teve um grande peso nas relações econômicas, políticas e sociais no Brasil. Mais do que o dote e o acesso à herança (esta última sem data marcada, obviamente), o mais comum para a constituição de uma unidade doméstica era contar com a solidariedade familiar, que se multiplicava, principalmente entre os membros da família nuclear, em

³ RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, pp. 17-18.

⁴ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 349.

⁵ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *História da família e demografia histórica*. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 253.

particular nos grupos menos enriquecidos da região. Este dado era fundamental”.⁶

Se destacamos até aqui o papel da família no contexto histórico brasileiro é porque o caso de Manoel Antônio Esteves circula em torno de um núcleo familiar ao qual ele passa a fazer parte mediante o casamento e é a partir daí, em especial, que são organizadas as suas estratégias de sociabilidade e poder. Os arranjos familiares eram comuns no período, não apenas na região enfocada. Da vizinha Província de Minas Gerais de onde, aliás, migraram muitos elementos para o Rio de Janeiro com o declínio da mineração em fins do século XVIII, indo alguns para Valença, Mônica Oliveira traça um perfil característico:

“A abundância de arranjos matrimoniais revelara o esforço da consolidação de novas alianças políticas e econômicas, objetivando a estruturação de uma rede familiar complementar. Para Carlos Bacelar a seleção de cônjuges fazia parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando à estruturação de uma rede de relações familiares, complementares às relações de cunho comercial. Quanto mais amplas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso sócio-econômico da família”.⁷

Isso gerou todo um processo de formação de redes, contribuindo para a diversificação dos negócios familiares, o aumento e a preservação do patrimônio familiar e a criação de sistemas clientelares, chegando mesmo a provocar uma influência direta do modelo político-administrativo que se construía no país, segundo afirma Maria Fernanda Martins⁸. Quanto maior a rede em que o indivíduo estivesse envolvido, maiores seriam as suas chances de sucesso naquilo a que se propunha. E ainda segundo a autora, a existência dessas redes no poder não significava uma imobilidade, mas encontrava-se baseada em um processo de mudança, por “sua própria dinâmica interna, na capacidade de se perceber as novas oportunidades de negócios, (...) de reagir às conjunturas desfavoráveis buscando novas alianças estratégicas...”⁹ O caso de Manoel Esteves representa bem esse aspecto, uma vez que

⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 384.

⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: EDUSC, 2005, p. 171.

⁸ Cf. MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 422.

⁹ *Ibid.*, p. 431.

ele foi um indivíduo com grande capacidade de perceber e mesmo conceber novas oportunidades de negócios, buscando e construindo novas alianças estratégicas, alicerçando seu poder, inserido que estava na boa sociedade oitocentista, expressão essa que, segundo Lúcia Bastos, “... procura designar a reduzida elite econômica, política e cultural do Império, que partilhava códigos de valores e comportamento modelados na concepção européia de *civilização*”.¹⁰

Neste cenário compreende-se a importância de ser possuidor de terras e escravos, inclusive para se alcançar os direitos de cidadania, o que levava não poucos, como Manoel Esteves, a buscarem alianças tão importantes quanto lucrativas para seus empreendimentos e objetivos. Isso fez com que o Império procurasse “compartilhar da civilização da imagem e de hábitos aburguesados sem se despojar de um modelo escravista e agroexportador”¹¹, no que concorda com o pensamento de Lúcia Bastos, do qual a cidade de Valença acabou por se tornar um protótipo, com sua economia, política e vida social no oitocentos todas voltadas para esse modelo. O caso de Manoel Esteves foi marcado, do princípio ao fim, pelo emaranhado de redes de sociabilidades, temática crescente no campo historiográfico como alude Alexandre Barata:

“Por outro lado, constata-se também nas últimas décadas um crescente interesse da historiografia pela temática das sociabilidades. Criticada pela sua imprecisão conceitual e por isso mesmo usada muitas vezes de forma abusiva, a noção de sociabilidade tornou-se uma categoria operacional e fecunda para a pesquisa histórica a partir, sobretudo, dos trabalhos do historiador francês Maurice Agulhon (...)”.¹²

Segundo ainda José Murilo de Carvalho¹³, a sociabilidade é uma dimensão importante, por sua relevância para a vida política. É a partir dela que Manoel Esteves se firmou na sociedade cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Ele era português nascido a 27 de setembro de 1813. Não é conhecida com exatidão a data em que veio para o Brasil e nem os motivos que o trouxeram para cá. Porém, a partir da análise de sua correspondência, sendo

¹⁰ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Verbete boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário de Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 95.

¹¹ Cf. MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa*. Família e Poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 205.

¹² BARATA, Alexandre Mansur. *Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)*. In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 51.

¹³ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Introdução*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

que as primeiras cartas datam de 1845, podemos constatar que neste ano ele já se encontrava estabelecido no Brasil, mais especificamente na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras, onde possuía uma casa comercial.

Típico da construção da auto-imagem já referida era a própria fazenda de café, em especial a moradia do proprietário. Das primeiras sedes extremamente simples de Valença descritas por Saint-Hilaire que, em 1822, atravessou o Vale do Paraíba Paulista, as moradias passam por uma transformação radical chegando mesmo a apresentar ares palacianos. “A casa de morada da fazenda imperial, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX no Vale do Paraíba, era edificação grandiosa...”¹⁴ A casa de morada da Fazenda Santo Antônio do Paiol pode ser descrita como uma propriedade relativamente modesta comparando-se com outras fazendas da região. No entanto, antes de se mudar para a fazenda, Manoel Esteves reconstruiu-a, dotando-a de um mínimo de conforto e praticidade, com dimensões amplas, apropriadas para uma família numerosa como foi a sua. E isso constituía um forma de demonstração do poder do proprietário, tendo se transformado em patrimônio histórico e alvo de interesse dos estudiosos durante muito tempo, enquanto as demais construções só recentemente passariam a ocupar os estudiosos.

“Dito isso, a casa de morada cafeeira no Sudeste foi construção que ao longo do tempo se requintou e até se apalacetou, fosse na proporção do plantel de escravos que o proprietário dispunha, fosse como ícone de seu poder socioeconômico e político, observado, sobretudo, a partir de meados do século XIX”.¹⁵

De comerciante a proprietário de terras e escravos através do casamento, Manoel Esteves foi construindo e fortalecendo alianças, sociabilidades, tornando-se cada vez mais uma figura de prestígio na região. A necessidade de tais alianças entre proprietários rurais e comerciantes, facilitadores do crédito e mesmo, no caso em questão, intermediadores entre a família e comissários de café, torna-se evidente quando analisamos a sua correspondência com comissários no Rio de Janeiro. Antes mesmo de passar a residir em sua propriedade em Valença, já era ele responsável pelas finanças do sogro, chegando mesmo a administrar sua conta corrente com o comissário de café na Corte e assinar as ordens dadas a ele. Pela carta¹⁶

¹⁴ MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 147.

¹⁵ *Ibid.*, p. 147.

¹⁶ Na transcrição da correspondência de Manoel Esteves será respeitada a grafia da época.

recebida do comissário Visconde de Condeixa¹⁷, em abril de 1853, podemos constatar o que foi referido:

“Meu amigo e Sr^o

Incluso remeto aberta huma carta para seu digno sogro o Sr^o Francisco Martins Pimentel, de quem sem nenhuma ordens nem authorização fis descontar em bilhetes do Thesouro o saldo que o mesmo Sr^o aqui tinha em 31 do mês findo, afim de lhe hir vendendo algumas cousas, cumprindo assim com nosso dever, procurando meios de dar algum interesse a quem também me ajuda.

Como pode acontecer que o Sr^o Pimentel não esteja ao facto do que são bilhetes do Thesouro, pesso a V. S^a que lhe explique severando-lhe que nenhum obstáculo pode haver em saccar quando queira, porque com os mesmo bilhetes se cumprirá as ordens com o mesmo desconto pelo tempo que faltar, e sempre fica o premio pelo tempo que lhe terá decorrido.

Negociante doe-lhe o coração vendo dinheiro parado, e por isso fis esta operação tomando a mim a responsabilidade por não ter nenhuma.

Queira apresentar-me com muitos respeitos à sua Ilma. Sr^a e responda a minha vontade por ser com muita estima.

De V. S^a

Amigo

Visconde de Condeixa”¹⁸

Esta carta deixa claro que Francisco Pimentel, sogro de Esteves, pouco entendia de negociações comerciais e financeiras e que Manoel Esteves, apesar de não ser ainda um fazendeiro efetivo, usava de seus conhecimentos comerciais para administrar os negócios do sogro. Neste mesmo ano Manoel Esteves retira-se para sua fazenda. No entanto, decorridos dez anos, Esteves continuava controlando de perto os negócios da família de sua esposa, fato este que se comprova através de cartas enviadas por outro comissário: Netto dos Reys¹⁹ em 1863:

¹⁷ João Maria Colaço de Magalhães Velasques Sarmento (1806-1871), também português, foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real, par do Reino, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Torre e Espada, comendador da Ordem da Rosa, do Brasil, administrador do vínculo dos Colaços no campo de Coimbra, negociante de grosso trato na praça do Rio de Janeiro, capitalista e grande proprietário em Portugal.

¹⁸ Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 03, caixa 01, 1853.

¹⁹ Membro de importante família, dos Barões de Carapebus, que tinha grande influência na política local na região de Campos dos Goitacazes. A família era ligada por parentesco aos Nogueira da Gama, do Marquês de Baependi, que também possuía representantes em Valença, como os filhos: o segundo Conde de Baependy, o Barão de Juparanã e o Barão de Santa Mônica. Cf. MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa: séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 427.

“(…) Relativamente à conta da Sr^a sua sogra, mandamos a copia que V. S^a pode: quanto porém ao aceite e assinatura da letra pelo saldo da conta da mesma Sr^a não pode ser feito por seu actual marido o Sr^o José Martins do Valle, por causa das clausulas especiais do contrato do seu casamento. Consultando o advogado a este respeito, elle nos disse que o único meio seria o de passar a Sr^a D. Clara uma procuração ao Sr^o José Miz, por meio da qual lhe desse authorização para aceitar em nome della as letras que por saldo das contas correntes lhe apresentássemos (...).

Desejamos concordar com V. S^a no melhor meio de conciliar as cousas a este respeito, mas sem prescindir do que for indispensável para legalidade de qualquer acto, no que bem sabemos que V. S^a está de perfeito acordo”.

Aqui vemos que o comissário envia a Manoel Esteves uma cópia da carta que já havia sido enviada para sua sogra, solicitando ainda como “favor especial” que Esteves conseguisse conciliar a questão da mesma com seu novo marido e o convencesse a tomar as melhores medidas legais e comerciais, deixando claro que fazia questão que Esteves estivesse de perfeito acordo na resolução de tais problemas.

As duas primeiras redes de sociabilidade traçadas por Esteves são claras até este ponto. Inicialmente, ele se estabelece como comerciante. Depois, ele próprio se torna um proprietário mediante o casamento. A partir daí, organiza outra rede com diversos comissários de café chegando, por fim, a dispensar boa parte da intermediação destes, uma vez que estabelece a própria firma comissária, Esteves & Filhos, embora não se desligue totalmente da atuação de comissários. Estes desempenhavam um papel essencial no escoamento da produção cafeeira. Não haviam limites claros entre negócios particulares, de famílias, políticos tratados entre fazendeiros e comissários de café. Isso pode ser comprovado através de várias cartas recebidas por Esteves de seus comissários, destacando-se as que tratam de seus dois filhos mais velhos, Francisco e Lúcio, que estudavam no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Antônio. Em uma delas lemos:

“Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1864

Il^{mo} Sr^o Manoel Antônio Esteves

“Valença”

Meu bom amigo e Sr^o

Confirmo a minha última em 28 do passado e accuso o recebimento de sua ordem da mesma dacta, que sacco sobre mim o favor de Poyares Lacerda e C^a, da quantia de 2.600\$000, que me foi apresentada em 5 do corrente e nessa dacta cumpro como verá do recibo junto, que lhe fica debitado em conta.

Como lhe havia dito em minha última de 28 do passado, fui no dia 1º do corrente ao Collegio, buscar os seus dous caros filhos para mandar-lhes faser as duas mudas de roupa preta, e os trouxe para esta sua casa aonde passarão os 2 dias, por serem dias santificados, e no dia 3 levei ao Collegio aonde ficarão plenamente saptisfeitos e durante o tempo que aqui passarão muito contentes e estão bem nutridos e declaro, que os achei com muito adiantamento tanto um como o outro; mas especialmente o Chico é um talento raro e pela carta junta por elle escripta a seu caro Pai, verá o meu amigo que elle tem sabido aproveitar bem o tempo e por tanto acceite os meus parabéns e da minha parte os queira apresentar a sua cara Sr^a por ter tão bom filhinhos.

Como sempre fico ao seu dispor, sendo com toda a estima.

De V. S^a

Amigo

Manoel Joaquim Alves Machado”²⁰

Manoel Joaquim Alves Machado era outro comissário que fazia negócios com Esteves, cuja firma estava estabelecida na Rua do Hospício, nº 26. Em sua correspondência, além da costumeira prestação de contas em relação a saques e débitos, Machado dá detalhes sobre os favores familiares que fazia ao amigo e cliente: buscou seus dois filhos no colégio, mandou fazer para eles duas mudas de roupas e, em seguida, levou-as para sua casa comissária, onde passaram dois dias santos. Após o feriado, levou-os novamente ao colégio e faz vários elogios sobre os progressos escolares de ambos. Todos estes detalhes deixam transparecer que o comissário era muito mais do que um simples representante comercial, era um amigo e parceiro e sua relação com seu cliente era muito familiar, o que evidencia uma correlação entre as relações familiares e econômicas na sociedade cafeeira.²¹ Mais um exemplo retirado das cartas de Esteves deixa claro esta familiaridade entre parceiros comerciais:

“Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr^o Commendador Antônio Coelho Netto dos Reys
Tenho a satisfação de communicar a V. Ex^a que os Sr^{os} Francisco e Lúcio Martins Esteves, continuam a gosar n’este Collegio perfeita saúde, e que a par de bom comportamento, vão progredindo satisfactoriamente em seus estudos.
Fico sendo com muita consideração
Francisco Pereira de Souza
Collegio de Santo Antônio
Em 1 de outubro de 1865”²²

²⁰ Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 40, caixa 01, 1864.

²¹ Cf. PAIVA, Fernanda Gonçalves de. *Família Esteves: um estudo das relações familiares e econômicas de uma família fluminense no século XIX*. Valença: monografia de conclusão de curso apresentada ao CESVA, 2004.

²² Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 08, caixa 01, 1865.

Francisco Pereira de Souza era o cônego responsável pelo Colégio Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Nesta carta, o cônego dá notícias sobre os estudos dos dois filhos de Esteves que estavam sob sua responsabilidade, mas faz esta prestação ao comissário de Esteves, Netto dos Reys, e não diretamente ao pai dos alunos. Este fato revela a importância familiar do comissário na vida do fazendeiro de café, que confiava plenamente a ele assuntos comerciais e íntimos.

Instituições que uniam membros da boa sociedade também eram pontos de referência e locais onde as sociabilidades eram executadas. José Murilo de Carvalho cita como exemplo da vida associativa do século XIX²³ as irmandades religiosas, as associações filantrópicas assistenciais e profissionais. Manoel Esteves foi membro e provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença e da Irmandade do Santíssimo Sacramento e acabou estendendo suas redes de sociabilidade até seu país de origem, uma vez que também se tornou membro da Irmandade da Misericórdia de Villa Nova de Famelicão em 1876. Esta é outra das redes de sociabilidade que ele estabeleceu e, mesmo que não tenha participado diretamente da vida política do município, estabeleceu ligações que lhe granjearam prestígio político. Outra forma de sociabilidade, neste sentido, é a participação no corpo de jurados, como também destaca José Murilo de Carvalho²⁴. O jornal “O Alagôas”, publicado em Valença no século XIX traz, em várias de suas edições, listagens de pessoas convocadas para participar do júri, encontrando-se, em diversas delas, o nome de Manoel Esteves. Tal atividade, ainda segundo Carvalho, era um tipo de envolvimento dos cidadãos com o Estado, constituindo-se a mais importante delas, apesar de o alcance ser menor, uma vez que exigia alfabetização. Era, no entanto, a mais intensa, “de vez que havia duas sessões do júri por ano, cada uma de 15 dias”.²⁵ Quem participava do corpo de jurados acabava se aproximando do próprio exercício do poder e adquiria, assim, alguma noção do papel da lei. Desta forma, ainda que Manoel Esteves não estivesse ligado às disputas partidárias nem tenha sido encontrada alguma referência de que tenha se filiado a algum grupo político, a participação no júri acabava constituindo uma ligação bem estreita com o poder e mais uma rede de sociabilidade exercida por ele que também buscou alianças e amizades na Corte. Ilustrativo disso é a amizade que

²³ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Introdução*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

²⁴ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 37.

²⁵ *Ibid.*, p. 37.

nutriu com o Conselheiro Zacarias Góis e Vasconcellos²⁶, cuja filha chega a se casar com o filho mais velho de Esteves. São indícios que podem levar à reconstrução de uma cultura política que buscava sua identidade e, conseqüentemente, a cidadania de seus componentes. Em carta recebida em 1872, do dito conselheiro, podemos verificar a estima e posição de que gozava:

“Rio, 18 de j^o de 1872

Il^{mo}. Sr. Com^{dor}. Manoel Antonio Esteves

Escrevo á V.S. Esta carta de que é portador o Sr. Vicente Antonio Paulino, que vai a essa ci^{de}. tratar de um negocio seu, cujo bom êxito será seguro se V.S. toma lo sob sua proteção.

Rogo-lhe, pois que o proteja.

Seu

Amigo

Z de Góes e Vasconcellos”²⁷

Em um pequeno texto Zacarias demonstra total confiança no amigo e acredita que sua proteção será suficiente para o bom êxito do negócio de outra pessoa. Em outra carta, de julho de 1873, o mesmo Zacarias recomenda a Manoel Esteves um outro amigo, Francisco Manuel Grijó Quintanilha, “nomeado Juiz Municipal do Termo dessa cidade”, desejando que Esteves “o trate como se fora eu”.²⁸ Tal confiança vem comprovar que Manoel Esteves realmente havia alcançado as condições necessárias para ser considerado um “prestimoso cidadão”, conforme noticiou o jornal “O Alagôas”. Além disso, outra característica sua precisa ser mencionada: a de pai preocupado com o futuro dos filhos a fim de que os mesmos alcancem posições mais importantes, A este respeito, José Murilo de Carvalho expõe os meios utilizados pela elite “a caminho do clube”:

“O mais difficil era entrar. Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição sine qua non para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira”.²⁹

²⁶ Zacarias Góis e Vasconcellos era advogado da Casa Comissária de Manuel Soares da Rocha, com quem Manoel Esteves mantinha relações comerciais e de amizade e foi através deste comissário que ele travou amizade com o conselheiro.

²⁷ Correspondência Manoel Antônio Esteves. Caixa 01, 1872.

²⁸ Correspondência Manoel Antônio Esteves. Caixa 01, 1873.

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 125.

Como mencionado, o filho mais velho de Manoel Esteves, Francisco, casou-se com a filha de Zacarias Góis e Vasconcellos, com quem já mantinha boas relações, citadas inclusive em sua correspondência com o pai. Em 1873, por exemplo, partindo para Pernambuco, Francisco envia uma carta aos pais informando sobre a viagem e as cartas de recomendação que levava. Entre os comentários ele diz: “Estive também hoje à tarde em casa do Conselheiro Zacarias. (...) O Conselheiro ainda está muito nosso amigo. Prometeu-me mandar cartas de recomendação para Pernambuco”.³⁰ Francisco e Lúcio, segundo filho de Esteves, estudavam no Rio de Janeiro e recebiam constantes cartas do pai, as quais demonstram a preocupação com a formação dos dois. Todas essas ligações familiares, sociais, a preocupação com o futuro dos filhos, são significativas na construção de redes de sociabilidade no Brasil oitocentista e visavam a construção de uma posição determinada no contexto histórico do período imperial. Francisco Martins Esteves demonstra a mesma preocupação que o pai em relação aos estudos como meio de se pertencer à boa sociedade. Em carta enviada à em resposta às preocupações desta em relação ao filho mais novo, ele diz:

“Minha querida Mãe

(...)

O Lucio está bem continuando da m^{ma} maneira os seus estudos, assim como eu que sempre choro este tempo de ausência que longe de vós passo, ao m^{mo} tempo refletindo que se não fora assim, algum dia jamais pertencerei a sociedade, e por isso na ha outro recurso senão estudar e sempre avançar e com todas as forças, que a minha intelligencia permite”.³¹

E Manoel Esteves, em outra carta enviada ao filho, revela o que realmente lhe interessa: “... do coração como Pai, eu nada preciso, só sim os seus adiantamentos nos seus estudos, e pagar o que devo como ja diçe para todos ficarem arranjados;...”³² Francisco acabou se formando pela Faculdade de Direito do Recife, uma das mais conceituadas do Brasil Império e substituiu o pai, após sua morte, na administração de suas propriedades, tendo sido também nomeado tutor dos irmãos menores.

Ao morrer em 1879, aos 66 anos de idade, Manoel Esteves deixou onze filhos, sendo oito ainda menores de idade. De acordo com seu testamento, elaborado em 10 de maio de

³⁰ Correspondência de Manoel Antônio Esteves. Caixa 01, 1873.

³¹ Correspondência de Manoel Antônio Esteves. Caixa 01, 1869.

³² Correspondência de Manoel Antônio Esteves. Caixa 01, 1871.

1879, ele deixou a quantia de 4 contos de réis à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença³³, em um gesto típico dos afortunados do século XIX, e todo o restante de sua herança deixava como capital de giro para a sociedade Manoel Esteves & Filhos, ficando seus sócios obrigados a dividirem semestralmente os lucros, em partes iguais, a todos os seus filhos, enquanto estes vivessem, e depois aos filhos destes. Declara, entre seus haveres, terras, plantações, estabelecimentos rurais, escravos, títulos de dívidas, ações de companhias, propriedades em Valença, a estação de Esteves na Estrada de Ferro União Valenciana e a dita sociedade comercial. Deixou, portanto, um rico patrimônio para os filhos. Foi um dos raros casos na região em que isto aconteceu, revelando profundo senso administrativo.

Enfim, a partir da redescoberta de fontes como as referentes a Manoel Esteves é que pode se tornar possível uma releitura do Brasil oitocentista, partindo-se do pressuposto de que a mentalidade de um indivíduo histórico é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo. Ou seja, é o estudo desse caso particular que pode revelar as crenças e atitudes comuns à sociedade da época, levando-se em conta as particularidades dos diferentes grupos sociais e suas relações entre si, na construção desta vasta rede de sociabilidade.

Referências Bibliográficas

BARATA, Alexandre Mansur. *Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)*. In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Introdução*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³³ Quando assumiu a provedoria da Irmandade, neste mesmo ano de 1879, Manoel Esteves encontrou um déficit de 2:408\$685, tendo arcado com tal despesa.

- _____ *História da família e demografia histórica*. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa. Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Verbete boa sociedade*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário de Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- PAIVA, Fernanda Gonçalves de. *Família Esteves: um estudo das relações familiares e econômicas de uma família fluminense no século XIX*. Valença: monografia de conclusão de curso apresentada ao CESVA, 2004.
- RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

À Leitora: o papel da mulher nas Crônicas de França Júnior

Raquel Barroso Silva¹

“Mme. De Sevigné, autora daquelas célebres cartas, que são uma das glórias do teu sexo, querida leitora, não deixou o seu nome inscrito tão somente no grande livro d’ouro da república das letras. A ilustre marquesa consagrou também parte de sua preciosa atividade ao governo da casa.

Foi uma mãe de família modelo.

[...]

Eis aí como eu desejaria que fossem todas as representantes do belo sexo, que escrevem livros, que pintam quadros, que compõe mimosos trechos de música, que se dedicam em suma às artes e às letras.

A mulher foi criada para a felicidade do homem.

O seu domínio é o lar.

[...]

Deus me livre da mulher [...] que mal sabe ler, escrever, contar, como aquelas que certos velhos emperrados [...] exigiam para modelo de esposa. [...]

Mas é preciso que essa instrução não preocupe o espírito da mulher ao ponto de fazê-la esquecer os mais mezinhos deveres conjugais.

[...]

A felicidade de teu companheiro será completa quando à tarde, alquebrado pelas fadigas do labor diurno sentar-se ao teu lado para partilhar contigo as riquezas deste tesouro.

[...]

Cultiva a poesia, empunha a palheta, escreve livros, mas não esqueças de que tens um lugar de honra a cabeceira da mesa para servir a sopa; que esta quando mal temperada, é causa de dispepsias, e que as dispepsias são por seu turno causa de muita desgraça que por aí vai.”

*(FRANÇA JUNIOR. “À Leitora”. *O Paiz*, 31/out. 1887.)*

O gênero feminino ou o belo sexo, como França Júnior costumava galantemente chamar, teve uma presença muito marcante em sua obra². Nota-se em seus textos uma preocupação frequente em definir o papel da mulher na sociedade do final do século XIX. Nesse período as mulheres brasileiras estavam, pouco a pouco, conquistando espaços antes reservados exclusivamente ao sexo masculino. Na cidade, o comércio de tecidos e armarinhos, aquecido pelo consumo da moda francesa bem como pela vida social da Corte com seus bailes

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Mota Barbosa. Agência Financiadora: FAPEMIG.

² Devido à amplitude de sua produção para os jornais e o teatro, enfocarei, nos limites deste artigo, somente os folhetins escritos para a coluna *Echos Fluminenses* do jornal carioca *O Paiz*. Dessa maneira, a comédia *As Doutoradas*, apesar de sua suma importância no que concerne à observação do papel da mulher na obra de França Júnior será somente citada. Uma análise pormenorizada desta comédia será objeto de um artigo futuro.

e teatros dava às mulheres o pretexto e o meio para ocuparem o espaço público. Já no mundo das letras percussoras como Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) e Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) abriram caminho para muitas outras “literatas”, jornalistas e escritoras que ganharam reconhecimento ao longo daquele século.³

Para o jornal republicano *O Paiz*, chefiado por Quintino Bocaiúva, colaboraram ilustres homens de letras. Grandes jornalistas, políticos e abolicionistas brasileiros como, Rui Barbosa, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte e Joaquim Nabuco, assinaram suas colunas. Joaquim José da França Junior⁴, nem tão ilustre, deu a este jornal, aproximadamente três centenas de folhetins, ou crônicas, entre outubro de 1884 até junho de 1890. Mas entre os colaboradores da folha também encontramos algumas importantes “mulheres de letras”. Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1911), Júlia de Almeida Lopes (1862-1934) e Maria Benedita Bormann (1853-1896), mais conhecida pelo pseudônimo, Délia⁵ foram algumas delas.

Escritora de romances em folhetim Délia escreveu diversos deles ao jornal. Foram dezenove entre 1886 e 1892, entre os quais o sucesso *Angelina* (1886)⁶. Júlia de Almeida, uma das mais conhecidas escritoras daquele século contribuiu durante trinta anos com a coluna *Dois dedos de Prosa* e a erudita escritora portuguesa Maria Amália escrevia as *Conversas Lisbonenses*.

Escrevendo folhetins n’*O Paiz*, França Junior não só dividia espaço em suas colunas com escritoras, como dialogava, através deles, com as pertencentes ao “sexo adorado”. Pediu-lhes desculpas quando principiou algum assunto que não fosse do interesse das leitoras, imaginou reações, fez-lhes elogios e também muitas recomendações. Além disso, referiu-se a supostas cartas ou comentários enviados por elas e por vezes publicou-as integralmente. As mulheres representavam, de fato, uma parte considerável dos consumidores de literatura no

³ A primeira foi autora de livros como: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832); *Conselhos a Minha Filha* (1842); *Opúsculo Humanitário* (1853); *A Mulher* (1859). Já Joana Manso de Noronha foi editora do *Jornal das Senhoras*, criado em 1852. Ver: DUARTE, Constância. “Feminismo e Literatura no Brasil”. *Estudos Avançados*. Vol.17, p151-172, 2003.

⁴ Dramaturgo, folhetinista e pintor de paisagens carioca. Produziu do início dos anos de 1860 até o ano de sua morte, 1890. Sua produção figurou nos principais jornais, teatros e galerias de arte da Corte. Atualmente é conhecido no meio teatral, devido as suas comédias escritas na década de 1880: *Como se fazia um Deputado*, *Caiu o Ministério* e *As Doutoradas*.

⁵Sobre a presença feminina na imprensa do século XIX ver: ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas Femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

⁶ DÉLIA, “Angelina”, *O Paiz*. Publicado diariamente entre os dias 18 set. a 30 nov. 1886, p. 01 ou 02.

período, e, em especial, da parte literária dos jornais. Esse público feminino foi, em grande parte, responsável pela prosperidade do romance-folhetim no Brasil⁷, para o aumento das tiragens e, conseqüentemente, do faturamento dos periódicos que traziam estas histórias contadas de maneira fragmentada, dia a dia, em seus rodapés.

O tipo de folhetim a que França Junior se dedicou a escrever não foi o das histórias fragmentadas. Mais parecido com a crônica, seu texto não deixava, contudo, de constar como a parte de entretenimento do jornal, aquela que era lida, também e principalmente, pelas mulheres.

A imprensa feita por ou para as mulheres durante o oitocentos diferenciou-se entre duas vertentes, uma mais tradicionalista e outra progressista. Considera-se como representantes da primeira vertente aqueles periódicos que relegaram a mulher assuntos como entretenimento, serviços, receitas culinárias e modas reforçando a figura de esposa-mãe-rainha do lar. Um exemplo é *O Correio das Moças - RJ* (1839-1841), que em 1843 reaparece como *O Espelho Fluminense*. As revistas *A Semana Illustrada*, de 1860 e a *Revista Illustrada*, de 1876, apesar de não serem destinadas exclusivamente ao público feminino, dedicavam parte de suas páginas a ele e podem também ser tomadas como exemplos desta vertente mais tradicional da imprensa feminina.⁸

Representando a ala mais progressista temos aqueles jornais que, indo além da moda e das receitas culinárias contribuíram, mesmo que as vezes timidamente, para a divulgação de ideais igualitários e emancipacionistas. Esse foi o caso do *Jornal das Senhoras* de Joana Paulo Manso de Noronha (1852) e d'*O Sexo Feminino* de Francisca Senhorinha da Mota Diniz (1875-1877; 1887-1889). Cabe lembrar que, mesmo entre os progressistas, na maioria das vezes os direitos da mulher eram almejados conjugadamente aos deveres primordiais de mãe e esposa.⁹

É ciente desta sincronia entre direitos e deveres femininos neste período que Constância Lima Duarte¹⁰ identifica quatro ondas do feminismo brasileiro, respectivamente

⁷ Nascido na imprensa francesa, o folhetim apareceu pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1836, sendo denominado como tal dois anos depois quando ganha os rodapés do *Jornal do Comércio*. Seu surgimento esteve ligado a difusão do hábito da leitura numa pretensa sociedade moderna, através de um texto que visava o entretenimento. Como ressaltou Marlyse Meyer, mesmo numa sociedade de maioria analfabeta as leituras em voz alta despertavam aos poucos e em um público crescente o gosto pela literatura. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸ BUITONI, Dulcília Schoeder. *Imprensa Feminina*. 2 a ed. São Paulo: Ática, 1990.

⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰ DUARTE, Constância. . "Feminismo e Literatura no Brasil". *Estudos Avançados*. Vol.17, p151-172, 2003.

nas décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970.¹¹ Situando as duas primeiras ondas ainda no século XIX, ou seja, anteriormente ao surgimento do movimento feminista propriamente dito, a autora concorda com Zahidé Muzart quando esta última afirma que:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente¹²

Ainda de acordo com Zahidé Muzart:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de freqüentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto.¹³

Através destas três principais frentes de luta, educação, profissão e voto, a presença feminina no mundo das letras, acenava a ocorrência de um remodelamento do papel da mulher na sociedade oitocentista. Firmavam-se a partir de então como diretoras, redatoras, e também como notícia. Em 22 de outubro de 1884, *O Paiz* noticiava que as mulheres lutavam por seus direitos nos Estados Unidos da América, o mesmo se dava em países como a Inglaterra e a França. No Brasil, a luta contra o fim do preconceito intelectual, o ingresso nas faculdades, e pelo direito ao voto foram ações já vivenciadas, mesmo que isoladamente, antes do surgimento de um movimento de mulheres amplo e articulado em prol de seus direitos, o que só ocorreu no século XX.

Houve, assim, uma preocupação por parte França Junior em definir o que era aceitável ou não nesta nova mulher. As mudanças sociais e culturais que o progresso tecnológico

¹¹ Utilizo o termo feminismo de acordo com o que a autora propõe em seu artigo “Feminismo e Literatura no Brasil”. Para Constância, “feminismo” não é só o “movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras” é mais abrangente do que isso, é “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.” DUARTE, Constância. op cit.

¹² MUZART, Zahidé Lupinacci. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). *História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.p. 267, apud DUARTE, Constância Lima. Op cit.

¹³ MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Femininos*. Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 26 Out. 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2003000100013.

encorajava interferiu na organização da família e nas relações entre seus membros. Uma definição ou redefinição do papel da mulher se fazia necessária pela inegável importância desta dentro do recinto doméstico, essa célula social. Diferentes literatos, intelectuais e jornalistas de ambos os sexos buscaram divulgar seu próprio modelo comportamental para a mulher moderna. Diferenciava-os o posicionamento das fronteiras entre os direitos e os deveres reservados a mulher. Vejamos onde França Junior buscou estabelecê-las.

Em dezembro de 1884 o cronista escreveu para *O Paiz* uma dupla de crônicas intituladas *O Dono de Casa* e *A Dona de Casa*. A primeira delas tem início ressaltando a importância fundamental da mulher no lar, onde ela “reina, governa e administra”¹⁴, bem em consonância com pensamento tradicionalista imperante. O autor ressalta que para que a mulher exercesse satisfatoriamente seu papel de rainha absoluta não deveria haver intervenção, por parte do marido, nos assuntos privados. O homem deveria tratar somente da política geral, “extra muros”, ou seja, do mundo da rua e do trabalho. Existiriam limites de jurisdição e o homem que interferisse nos assuntos “da porta para dentro” prejudicaria a organização do lar na medida em que anularia “a força moral da mulher perante os filhos, os fâmulos e as visitas”. Ao reivindicar a soberania feminina no lar, o autor prevê uma repressão por parte dos leitores e apoio por parte das leitoras. Em atitude sempre amigável e avessa a polêmicas, o que é marca de sua postura neste jornal, o autor pondera que se trata apenas de delinear os espaços reservados a cada sexo. Por isso se, num primeiro momento, criticou o marido que ultrapassa a fronteira “da porta para dentro” no artigo seguinte, que deu seqüência a este, advertiu sobre os perigos do caminho oposto, o desleixo com as prendas domésticas e criação dos filhos por parte daquelas que deixam os armários cheios e os lares desertos.

Nesta crônica, ao traçar o perfil-modelo do comportamento feminino França Junior relaciona ao cotidiano das atarefadas (porém felizes) mães de família: supervisão do trabalho dos escravos, preocupação com o jantar, com a roupa bem engomada e o poder de portar o molho de chaves da dispensa. Dois anos depois, o autor ocupou-se de enumerar esses mesmos pontos do cotidiano feminino numa abordagem comparativa entre a dona de casa de “hoje” e de “outrora”. Remetia tais pontos, então, à dona de casa do passado. “O governo de casa entre

¹⁴ FRANÇA JUNIOR. “O Dono de Casa”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 15 dez. p.2, 1884.

nós, tem passado, como a política, por grandes transformações [...] O tipo antigo de dona de casa vai pouco a pouco desaparecendo.”¹⁵

Voltando as crônicas de dezembro de 1884, no artigo da semana seguinte, *A dona de casa*¹⁶, o autor trata justamente do desaparecimento dela, principiando-o com o mesmo tipo de comparação entre o passado e o presente. Em um tempo remoto, o namoro, por exemplo, não existia. Moços e moças não se encontravam “em um salão de baile, no recinto dos teatros ou junto à rótula, quando a rua está silenciosa. A loja do barbeiro, o armarinho, o bilhar em frente a casa do dentista e a oficina da costureira eram ainda desconhecidos como pontos estratégicos”. A união entre dois entes era fruto exclusivo da vontade de seus pais. “Felizmente, para as leitoras, esses tempos desapareceram. As mulheres de hoje vivem ao ar livre como as flores. Pensa, sente e locomove-se em plena liberdade.” Se outrora “a mulher conhecia a fundo o lar doméstico, desde a sala de visitas até a cozinha. Acordava cedo. Empunhava o molho de chaves, que era símbolo da sua autoridade”, o que o cronista observava em seu tempo era que: “A dona de casa acorda tarde. E levanta-se já convenientemente vestida e pronta para embarcar no primeiro *bond* e ir fazer as suas comissões. Não tem tempo de saber o que vai pela sala de visitas, pela de jantar e pela cozinha.”

Em conseqüência deste comportamento a casa fica abandonada aos cuidados de criados, considerados mercenários e atrevidos em relação aos passivos escravos domésticos que, naquele tempo iam sendo substituídos. O marido trabalha cada vez mais para cobrir os gastos crescentes e os filhos são educados em pensionatos ou por professoras particulares que lhe ensinam tudo, “menos português”. De acordo com a descrição que faz dos “tempos de hoje” essa conquista feminina da liberdade ocorreu em prejuízo da casa, do marido e dos filhos. Assim, a moral a ser inferida desta dupla de crônicas era a de que se mulher não aprovava a interferência masculina em seu espaço, não deveria, por sua vez invadir as esferas reservadas ao sexo masculino, aquela “extra muros”.

Mas a mulher não conquistava a rua somente andando de bonde e freqüentando os armarinhos da Rua do Ouvidor, mas também pelo trabalho. A delimitação do espaço físico destinado a cada sexo, no que se refere à ocupação do mundo do trabalho, foi abordada em *O*

¹⁵ FRANÇA JUNIOR. “Outrora e Hoje”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 21 dez. p.2, 1886.

¹⁶ FRANÇA JUNIOR. “A Dona de Casa”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 22 dez. p.2, 1884.

*Futuro da Mulher*¹⁷. No artigo, a inferência de certo grau de promiscuidade à mulher que tem uma profissão é usada como forma de argumentar contra esse acontecimento social.¹⁸

O folhetim começa com a transcrição de um diálogo que o autor ouvira em um “bondinho de tostão”. Um homem grisalho e D. Mariquinhas, mulher de 39 anos, conversavam a respeito da liberdade do homem e da mulher. D. Mariquinhas dizia-se desejosa de ter nascido homem, pois invejava a liberdade que estes possuíam de viverem como queriam sem serem cobrados pela sociedade como são as mulheres. Seu interlocutor tenta convencer-lhe de que o homem não é um ser livre como ela pensa, pois, por sua vez estão subjugados ao trabalho e a outros compromissos. Renitente, a senhora argumenta que, as possibilidades de trabalho para o homem são muito maiores, e que, à mulher, em caso de ausência do marido, só lhe resta a costura para fora como meio de adquirir recursos financeiros para viver e criar dignamente os filhos. O diálogo interrompeu-se pela chegada do bonde à estação onde desceria um dos interlocutores, mas o autor nesse momento considera-se inspirado pela conversa para “dizer alguma coisa acerca do passado do presente e do futuro da mulher no Brasil.”

De acordo com França Junior, no passado, a mulher só possuía duas alternativas para o suprimento do lar na falta do chefe de família, a costura ou a venda de doces. A mulher moderna possui, além dessas alternativas “o vasto campo do magistério”. Mas o que ocorria, segundo ele, é que muitos homens vem tomando o lugar dessas mães de família trabalhando como alfaiates, ou ampliando a concorrência com suas confeitarias. Já nas escolas há mais “mestres do que mestras”. Diante disso, dá a leitora um conselho: “Já que os homens procuram, por todos os meios, invadir a vossa esfera de atividade, invadi também, por vosso turno a deles”. A partir desta sugestão o autor passa a uma irônica previsão de como seriam as relações entre profissionais, vendedores e clientes, caso essa invasão ocorresse, revelando seu sarcasmo ao sugerir algo tão ousado.

¹⁷ FRANÇA JUNIOR. “O Futuro da Mulher”. In: FRANÇA JUNIOR. *Folhetins*. Prefácio e Coordenação de Alfredo Mariano de Oliveira. 4.ed. Jacinto Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 1926. p. 583.

¹⁸ A vinculação do trabalho feminino à liberação sexual ocorreu em outros momentos de sua produção, como na comédia *As Doutoradas* (1889), onde a personagem Dr.^a Luísa Praxedes apalpa o fígado de seu paciente levando-o às gargalhadas, ou no sainete *Trabalho para Mulheres*, no qual a personagem principal demonstra preocupação com a sua concorrente dizendo: “Olha que a sirigaita da Marianinha anda a fazer tudo, tudo que é humanamente possível para apanhar-me o lugar. Não sai da casa do ministro...”. FRANÇA JUNIOR. “As Doutoradas”. In: *Teatro de França Junior*: Tomo II, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980. pp.223-291; FRANÇA JUNIOR. “Trabalho para Mulheres”. *O Paiz*, 11 jan. 1886.p.2.

A mulher que trabalha é representada como uma charmosa caixeira ou barbeira que, graças a dotes de sedução, arregimentam clientes do “sexo feio” que encheriam os armarinhos e não mais fariam suas barbas em casa. A vinculação do trabalho fora de casa à liberação sexual feminina é patente. O cliente chegaria à loja de aviamentos dizendo:

_ Adeus Sinhá; como está? Tem fita batida?
_ De que cor?
_ Da cor de seus olhos.
_ O’ gentes de que cor são meus olhos?
Negros, como a noite.
_ Vou ver; mas tenha paciência, espere um bocadinho, enquanto atendo aquele freguês, que chegou primeiro que o senhor.¹⁹

A mulher, uma vez fora de casa estaria exposta aos flertes e investidas masculinas. Na barbearia, a cena se daria em uma ambiente de ainda maior proximidade entre os sexos.

Si a moda pegar não haverá por certo ninguém que faça a barba em casa.
Todos irão às barbeiras.
Que delícias!
Ouvir uma voz doce, melíflua, perfumada, perguntar-nos:
_ A navalha machuca-lhe?
E a gente responder sorrindo:
_ Não senhora, antes pelo contrário. Ser escanhado por uma mulher!
Em vez da mão calosa e cheirando a cigarro, os dedos setinosos [sic] de uma deidade a fazer-nos cócegas pela face, pelo nariz e a puxar-nos o beijo, para rapar-nos a mosca!²⁰

Esta mulher que França Junior prevê em um futuro breve trabalhando fora de casa não são suas leitoras, pertencentes aos grupos mais favorecidos e que não precisariam sujeitar-se ao trabalho fora do recinto doméstico. Pelo menos não ao tipo de trabalho a que se refere neste folhetim, como a de soldadas, barbeiras ou caixeiras. Suas finas leitoras foram representadas dentro de casa, em crises de ciúmes devido às freqüentes idas de seus maridos aos armarinhos e barbearias.

Entre dezembro de 1885 e início de 1886 discutia-se nos jornais um ato do Ministro da Agricultura que ordenava o ensaio da admissão de mulheres na repartição do correio. O ato suscitou a publicação de quatro artigos anônimos publicados n’*O Paiz*, intitulados *Trabalho para Mulheres*. Discutiam o grau de moralidade dessa tentativa de amenizar o grande

¹⁹ FRANÇA JUNIOR. “O Futuro da Mulher”. In: FRANÇA JUNIOR op.cit.

²⁰ Idem, ibidem.

problema do desprovimento financeiro de viúvas e órfãs. Na edição seguinte ao último artigo da série, França Junior publica um sainete homônimo no qual a personagem central, Euphrasia, trabalha na repartição dos telégrafos. Suas preocupações estão voltadas somente ao trabalho, a casa e os filhos ficam abandonados nas mãos de criadas e cozinheiros, que por sua vez são administrados pelo submisso e infeliz marido. À noite, à mesa do jantar discute-se política. Luiz, marido de Euphrasia é partidário dos conservadores, ela é republicana enquanto sua irmã, Ignez, diz-se “liberal de quatro costados”. Apesar da nítida insatisfação do marido e dos filhos é a rotina extenuante que leva Euphrasia a ponderar sobre seu papel:

Luiz: *(levantando-se da mesa)*- Estou tão aborrecido.

Euphrasia – Estou tão cansada.

Ignez – Que diferença entre a família de outr’ora e a de hoje.

Euphrasia – As mulheres daquele tempo eram bem felizes.

Ignez – Felizes?! Uns trambolhos sem préstimo, que apenas serviam para amamentar os filhos e educá-los.

Euphrasia – Não trabalhavam.

Ignez – Viviam à custa dos maridos. A mulher atualmente é uma verdadeira companheira do homem. Ele ganha, ela ganha, a sociedade ganha, todos ganham. O que pensas da família de hoje, Luiz?

Luiz *(bocejando)* – É um Paraíso!

(Cai o Pano)

A vontade da mulher de ser homem, ou de poder gozar dos mesmos direitos que eles, como demonstrou a personagem D. Mariquinhas de *O Futuro da Mulher* em sua conversa no bonde, motivou outro texto, publicado em dezembro de 1886 no qual o autor aponta a diferença entre os sexos no momento da infância ressaltando as vantagens em ser mulher e revelando não entender o porquê de sempre ouvir entre as conversas femininas a frase “Ai! Ai! Quem me dera ser homem”. Para ele “A mulher deseja ser homem toda vez que se vê tolhida da mais insignificante parcela de liberdade.”²¹

Uma dessas insignificantes parcelas de liberdade das quais as mulheres se viram tolhidas até 1879 foi o direito de frequentarem faculdades. Maria Augusta Generoso Estrela certamente foi uma dessas que desejaram ter nascido homem quando teve sua matrícula recusada na faculdade de Medicina e se viu obrigada a cursar o ensino superior nos Estados Unidos. Concluiu seus estudos em 1879 após receber ajuda financeira do próprio imperador, sensibilizado ante as dificuldades da família para mantê-la no exterior. Somente neste ano,

²¹ FRANÇA JUNIOR. “A Mulher”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 06 dez., p.2, 1886.

através da lei Leôncio de Carvalho, se torna vigente o decreto que autorizava às mulheres a cursarem faculdades.²²

Contudo, mais temeroso que o exercício feminino da medicina seria que as mulheres se ocupassem do poder jurídico, por isso a conquista do direito ao exercício da magistratura foi um processo mais lento e conflituoso que a aceitação de médicas, que muitas vezes desempenhavam o papel de parteiras e de clínica infantil. Em 1887, um ano antes das primeiras mulheres se formarem em direito pela Faculdade de Direito de Pernambuco, França Junior dedicou sua coluna à descrição de um suposto diálogo que ouvira no bonde que o levava “de Botafogo à cidade”. Apesar da aparente dialogia entre o defensor e o opositor das “bacharelas” o texto é indiscutivelmente uma ridicularização do fato suscitado. “Ai dos homens! As leis iriam pouco a pouco se reformando, e dentro em breve não haveria uma só que nos protegesse.”²³

Apesar de tanta ênfase nos aspectos negativos da mulher moderna, França Junior acreditava que os que pretendem “colocar a mulher no mesmo nível do homem, reivindicando para ela os direitos, as obrigações e até o prosaísmo das múltiplas atividades, a que nós, os desgraçados que vestimos calças somos forçados a exercer”²⁴, são, na verdade, “um pequeno grupo da humanidade atual.” Este grupo, contudo, remeteu críticas a este escritor que não economizou sarcasmo ao pintar as transformações comportamentais femininas.

Foi pensando em suas leitoras que publicou semanalmente a série *Hygiene*²⁵. Nestes artigos, deu espaço à divulgação das idéias em voga sobre o assunto, suscitado pelo crescimento urbano e problemas sanitários decorrentes do mesmo. No terceiro artigo da série definiu explicitamente qual público leitor pretendia atingir: “Foi pensando em ti, leitora, que passou pelo fundo negro de meu cérebro [...] a idéia de esboçar esta série de escritos”²⁶. Mas, aproveita a oportunidade para dizer, também, o que pensa a respeito deste público. Maneira de contestar as idéias daquele “pequeno grupo da humanidade atual” que reivindicava direitos iguais para os sexos. Referindo-se à leitora escreve:

²² Sobre Maria Augusta Generoso Estrela ver: ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.223 p.; FRANCO, Talita; SANTOS, Elizabeth Gomes dos. “Mulheres e Cirurgiãs”. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. Rio de Janeiro: vol.37. nº1. Jan/Fev 2010.

²³ FRANÇA JUNIOR. “De Botafogo à cidade”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 19 dez., p.2, 1887.

²⁴ FRANÇA JUNIOR. “O Lenço da Mulher”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 06 mai., p.2.1889.

²⁵ FRANÇA JUNIOR. “Hygiene”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: Publicado entre 24 de dez. 1889 e 17 jun., p.1, 1890.

²⁶ FRANÇA JUNIOR. “Hygiene”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 07 jan., p.1, 1890.

Mais de uma vez nessas colunas, e ultimamente no teatro, tenho expendido o que penso a teu respeito com a franqueza que me caracteriza, franqueza de que me tem resultado alguns inimigos, embora eu procure sempre [...] evitar o escolho das questões pessoais.²⁷

Ao criticar os anseios da mulher moderna, França Junior revelava ter ganhado alguns inimigos entre seus pares. Nos últimos meses, sua comédia *As Doutoradas* havia se revelado um grande sucesso de público no Teatro Recreio Dramático. O enredo, que trazia o tema do trabalho feminino como causa da infelicidade conjugal suscitou a ira daqueles, e principalmente daquelas, que estavam então, lutando, e obtendo, pequenas vitórias em relação aos preconceitos sociais que sofriam.

Para clarificar ainda mais seu pensamento a respeito do papel da mulher na sociedade, o autor enumera, um a um, o que chamou de engodos que poetas, folhetinistas e outros sonhadores de utopias, sibilam, como a serpente do Éden, no ouvido das inocentes mulheres. Frases que as leitoras nunca ouviriam daquele folhetinista (“se eu te dissesse isso, envergonhar-me-ia perante a mim próprio.”):

Conquista palmo a palmo todas as posições sociais do homem. O teu talento é superior ou pelo menos igual ao dele. As letras, as artes, as ciências, a política, o comércio, o campo de batalha abrem os braços a tua atividade até aqui atrofiada. Reivindica os teus direitos. Troca pela beca do magistrado e do médico, pela farda do guerreiro, pela batina do padre e pela blusa do industrial, esses vestidos que te cercam de uma falsa consideração, inventada pelo egoísmo dos homens. Deixa o amor: a urna eleitoral reclama o teu voto. Tu tens um cérebro; ouve-lhe as suas vozes e serás feliz.²⁸

Ao escrever que se envergonharia caso, algum dia, proferisse tais palavras, o autor colocava-se contra, não só a liberdade profissional das mulheres como também ao direito de darem continuidade aos seus estudos e à participação política. A mulher, representada como uma espécie de santa tem seu lugar somente no “singelo templo onde és adorada sob a tríplice auréola de esposa, mãe e filha”. A felicidade só será encontrada no lar doméstico. “Não saias do lar para ouvir-lhes as vozes. A tua soberania está nele, só nele”. Apropriando-se dos principais argumentos emancipacionistas da época, a busca pela liberdade e pela felicidade, o autor indica que a verdadeira felicidade da mulher só pode ser alcançada dentro do lar e que

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

se estas anseiam direitos iguais aos dos homens em busca da liberdade enganam-se, pois os homens, escravos do trabalho e de seus compromissos, são tão cerceados em sua liberdade quanto elas.

Dessa maneira a formação superior tornava-se inútil uma vez que não era adequado às mulheres o exercício de uma profissão. Para França Junior, e outros diversos literatos que compartilhavam deste discurso, incluindo aqui algumas “literatas”, bastaria que a mulher soubesse ler, escrever, contar e, talvez, desenvolver alguma habilidade artística com o fim exclusivo de dividir tais tesouros do espírito com o marido, em seu retorno ao lar, após um extenuante dia de trabalho. Maria Amália Vaz de Carvalho, foi uma dessas “mulheres de letras” que, apesar de mostrar habilidade que ia além do ler-escrever-contar, muitas vezes fez eco ao companheiro da coluna ao lado. A negação moral dos direitos que, por lei, as mulheres já haviam conquistado era justificada por uma missão superior que Deus destinara ao sexo feminino. Conforme consta na epígrafe deste artigo: “A mulher foi criada para a felicidade do homem.” Por isso, a modernização do papel feminino é relacionada à “desgraça que por aí vai” (“não esqueças de que tens um lugar de honra a cabeceira da mesa para servir a sopa; que esta quando mal temperada, é causa de dispepsias, e que as dispepsias são por seu turno causa de muita desgraça que por aí vai.”)

Temas ainda mais polêmicos como o divórcio e a participação política, França Junior, não discutiu nas colunas d’*O Paiz* apesar de estarem presentes em *As Doutoradas*. O que não significa que o assunto não fazia já naquele momento, parte da pauta de reivindicações das solitárias feministas brasileiras. Josefina Álvares de Azevedo, “mulher de letras” que se destacou principalmente pelo tom combativo em prol da emancipação feminina teve encenada, em 1878, sua peça *O Voto Feminino*, depois publicada em livro. Surpreende-nos descobrir que, uma década depois, *As Doutoradas*, comédia que desconstruía através do riso todos os argumentos emancipacionistas e que culminava em um final extremamente moralizador, causava noites de enchentes Recreio. Obtendo um sucesso quase unânime de crítica e de público. Quase. Mas isso será matéria de outras reflexões.

Referências Bibliográfica

- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas Femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Inez Sabino e Délia*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- BUITONI, Dulcília Schoeder. *Imprensa Feminina*. 2 a ed. São Paulo: Ática, 1990.
- DÉLIA, “Angelina”, *O Paiz*. Publicado diariamente entre os dias 18 set. a 30 nov. 1886, p. 01 ou 02.
- DUARTE, Constância. . “Feminismo e Literatura no Brasil”. *Estudos Avançados*. Vol.17, p151-172, 2003.
- FRANÇA JUNIOR. *Folhetins*. Prefácio e Coordenação de Alfredo Mariano de Oliveira. 4.ed. Jacinto Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 1926.
- _____. “As Doutoradas”. In: *Teatro de França Junior: Tomo II*, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980. 1980.
- _____. “O Dono de Casa”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 15 dez. p.2, 1884.
- _____. “Outrora e Hoje”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 21 dez. p.2, 1886.
- _____. “Trabalho para Mulheres”. *O Paiz*, 11 jan. 1886.
- _____. “A Mulher”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 06 dez., p.2, 1886.
- _____. “De Botafogo à cidade”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 19 dez., p.2, 1887.
- _____. “O Lenço da Mulher”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 06 mai., p.2. 1889.
- _____. *O Paiz*. . Rio de Janeiro: Publicado entre 24 de dez. 1889 e 17 jun., p.1, 1890.
- FRANCO, Talita; SANTOS, Elizabeth Gomes dos. “Mulheres e Cirurgiãs”. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. Rio de Janeiro: vol.37. nº1. Jan/Fev 2010.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Femininos*. Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 26 Out. 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2003000100013.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

Culturas políticas: desafios e potencialidades

Renato João de Souza¹

Introdução

Ao longo do século XX a historiografia mundial passou por varias transformações. Com a História política não foi diferente. Tida como uma História factual e limitada foi relegada a um segundo plano pela historiografia dos Annales, que buscava novos objetos, novos atores e uma história que fugisse ao tradicionalismo do século XIX. Assim embora não se possa falar de um desaparecimento da dita História Política com certeza houve um descrédito e um questionamento muito grande de suas potencialidades.

No entanto a partir da década de 1980 em meio às crises pela qual passou as Ciências humanas incluindo a História, que segundo Chartier se encontravam a beira da falésia, tendo seu estatos de ciência e seus métodos duramente criticados, terá início um processo de renovação. Aqui nos interessa a renovação da História política, marco deste momento é o artigo de Julliard “A política” escrita na década de 1980 apresentava as críticas feitas à História Política anterior e chamava a atenção para suas virtudes e para o caminho, ou os caminhos que deveria seguir para daí em diante².

Para ele a História Política deve ir além do evento, da curta duração, mas percebê-la em um espaço de tempo maior, entendendo suas mudanças e permanência. Sua obra privilegia ainda a ligação com a Ciência Política, que vinha apresentando segundo o autor resultados consideráveis nos últimos anos. Para Julliard a nova história política teria como objeto central o poder, poder dos Estados, mas também o poder disperso nas relações com as instituições e o povo. Sendo exatamente para entender esta disputa pelo poder que a História Política seria indispensável.

Seguindo esta discussão Rosanvallon³ vai afirmar que a política não é um campo isolado das outras áreas de estudo da história, pelo contrário, segundo ele a política é o lugar onde se articula a sociedade, onde a trama social se organiza se projeta e elabora as

¹ Mestrando em História pela UFJF.

² JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J., NORA, P. (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

³ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

representações sobre ela mesma. E é preciso trabalhar com estas representações. Sendo necessário realizar uma história conceitual do político. Na medida em que as pessoas agem não só no campo prático, mas também no campo representativo. Assim os conceitos-chaves para se entender a política seriam igualdade, soberania e a própria representação. Isto permitiria entender a política não de forma separada de seu contexto, mas pelo contrário, pois é no social que ela ganha sentido.

Em análises semelhante segue Remond⁴, para quem a política é uma das mais importantes áreas se não a mais importante dentro da historiografia, pois segundo ele suas ações interferem diretamente sobre toda sociedade. Seu trabalho busca ainda estabelecer agendas de estudo dentro da política como: os partidos políticos, as eleições e as variadas instituições da sociedade.

Nesta defesa da História Política talvez uma das mais enfáticas seja a historiadora portuguesa Maria de Fátima. Seu trabalho “Apologia da História Política”, que como o próprio nome anuncia fará um amplo elogio as potencialidades da História Política e em defesa de uma História narrativa. Seu texto bastante instigante e talvez em alguns pontos polêmico, traz uma profunda crítica a Historiografia do século XX segundo a qual esta não só buscou deixar de lado a história política, mas devida a sua grande proximidade com outras áreas do conhecimento acabou quase que por desaparecer.

Segundo a autora a história sempre se configurou e sempre deve se conformar na forma de uma narrativa de uma trama de acontecimento que dá ao leitor a capacidade de conhecer aquele período. O elemento principal desta trama seria a política, pois esta articularia os nós da sociedade, ou seja, enquanto a sociedade for diversa e houver conflitos haverá História Política, pois esta possibilita a compreensão de tais relações.

Para ela o poder emanaria sempre do Estado se dispersando pela sociedade e a história seria feita no estudo deste poder e daqueles organismos que a ele se vinculassem. Assim grupos civis poderiam fazer parte desta História Política, mas somente se estivessem organizados em algum grupo. Este ponto entre tantos outros talvez seja um dos mais polêmicos do seu trabalho, pois acaba deixando de fora desta história grande parcela da população.

⁴ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

Como podemos perceber são vários historiadores deste período pensando como tratar a questão da política, num processo também de pensar a própria escrita da história, pois cada vez mais se mostrava insuficiente os modelos estruturalistas e novas perspectivas de análise ganhavam força como os estudos de Micro História e principalmente ocorre a revalorização da História Cultural.

Segundo Motta é neste momento que ocorrerá uma mudança nos modelos explicativos do passado, pois se até então o que havia fornecido o viés interpretativo da humanidade havia sido a política e a economia. A partir daí, para grande parcela dos historiadores a cultura tornou-se um modelo elucidativo preferencial nas análises históricas.

A força de atração exercida por cultura política em anos recentes deve-se, principalmente, a hegemonia do paradigma culturalista. Em outros momentos a política, a economia ou fatores sociológicos assumiram o papel de explicação última para os processos históricos, mas hoje a cultura ocupa esse lugar. Nos dias atuais é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para se compreender a dinâmica da História.⁵.

É precisamente esta ligação entre política e cultura que mais nos interessa neste momento, pois procuramos entender esta importante vertente no campo da escrita da História, os estudos de Cultura Política, pois acreditamos que através dele poderemos compreender melhor as representações que os jornais “Estado de Minas” e “Binômio”, fizeram das disputas políticas e sociais do início dos anos 1960 em Minas Gerais, pois ali, política, cultura e representação se encontram e acreditamos que pensando estas representações nesta encruzilhada entre a cultura e a política obteremos melhores resultados.

Considerações sobre Cultura Política:

Partindo destas abordagens historiográficas iremos analisar as questões que tratam dos estudos da “Cultura Política”, modelo que visa examinar a política a partir de uma perspectiva cultural. Este conceito não é novo, no entanto seus significados e mais ainda sua aplicabilidade vem mudando ao longo do tempo. Como mostra Kuschnir e Carneiro, a expressão foi criada por Almod e Verba na década de 1960. Partindo da contribuição de

⁵ MOTA, Rodrigo Patto Sá. Culturas Políticas na História: Novos Estudos. In MOTA, Rodrigo Patto Sá. Culturas Políticas na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13, 14.

diversas áreas do conhecimento como: Sociologia, Antropologia e Psicologia com o objetivo de explicar algumas questões políticas. Sendo seu principal objetivo discutir a importância da Cultura Política nos regimes democráticos. Para estes autores Cultura Política seriam as expressões políticas de uma sociedade entendendo suas avaliações, sentimentos e percepções.

Posteriormente vários trabalhos foram realizados sobre esta perspectiva principalmente no campo da Ciência Política, a partir da década de 1980 também alguns historiadores desenvolveram trabalhos bastante conhecidos como a obra de Lynn Hunt ⁶, que trata da cultura política revolucionária na França entre 1879 a 1790. Esta obra é de grande importância para a historiografia, pois foi uma das primeiras a utilizar esta abordagem no campo historiográfico e gerou uma importante obra acerca da revolução Francesa. Um das virtudes desse trabalho está em apresentar a revolução não focando suas causas ou efeitos, mas sim a revolução em meio a seu fazer e refazer cotidiano e como uma cultura política revolucionária foi sendo feita e refeita ao longo dos anos e quão importante é a cultura neste processo de definição política e o quanto podem dialogar entre si.

Data Também deste período o texto de Bersten⁷ fruto de um grupo de pesquisadores liderados por Remond na França, que visavam pensar alternativas para o estudo da política pela história dentro das novas perspectivas que o tema exigia. Este texto acena com as várias possibilidades para o uso da cultura política, apontando seus desafios e potencialidades. É um trabalho muito significativo, pois inserindo-se dentro deste quadro de renovação da História Política buscou dar um mínimo de inteligibilidade ao conceito e em certa medida possibilitando a ampliação de seu uso pelos historiadores.

Segundo Gomes⁸, esta categoria chegou ao Brasil num contexto de grande renovação tanto nas perspectivas de análise quanto na introdução de novas categorias como gênero, etnia, negociação. Em um momento também de rejeição dos antigos modelos explicativos já questionados no período. Entre eles a recusa de uma linearidades e previsibilidade, em função de matrizes estruturalistas nas relações sociais, sejam estas marcadas pelo economismo marxista ou pelo instrumentalismo da ciência política e da sociologia “o que se estava recusando eram explicações que se construía fundamentalmente em variáveis externas aos

⁶ HUNT, Lynn. Política, cultura e classe na Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma historia cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

⁸ GOMES, Ângela de Castro. Historia, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de historia cultural, historia política e ensaio de historia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005 p 25.

próprios processos históricos isto é, recorriam a fatores definidos a priori e de fora dos casos concretos”⁹.

Isto visava devolver para os atores o protagonismo da história. A possibilidade de se trabalhar com as experiências dos momentos estudados e não engessá-los em modelos pré-estabelecidos, onde o sujeito tinha pouca ou nenhuma mobilidade. Isso permitiu rever também as relações de dominados e dominadores e como pode haver negociação e não uma imposição total de dominantes sobre dominados. E ainda permite perceber a dissolução do poder na sociedade.

Em meio a estas novas possibilidades o conceito de Cultura Política ganhou forma e embora sobre ele pesassem várias críticas especialmente no tocante a forma como fora trabalhado pela ciência política que buscava identificar e classificar culturas políticas fechadas e classificáveis, ela ganhou força na historiografia, graças ao advento da nova história cultural e aos pilares da busca de uma história vista de dentro e a partir de seus atores.

Neste momento mais precisamente a partir da década de 1990, vários trabalhos foram publicados, apresentando uma idéia de Cultura Política, baseada nas leituras de passado comum e também nos objetivos comuns projetados no futuro. Isto engloba todo um conjunto de símbolos, mitos, sentimentos, tradições e fazeres que identifiquem certos grupos humanos que partilham entre si tais peculiaridades.

As Culturas Políticas se formam no médio e longo prazo e vão congregando elementos aglutinadores como visões de mundo, idéias semelhantes, perspectivas de futuro e um vocabulário pelo qual verbaliza todo este arcabouço cultural. Para tal desenvolvimento faz se necessário pensar-mos no conceito de sociabilidade apresentado pela primeira vez por Agullhon ¹⁰. Este conceito diz das várias relações sociais que envolvem o indivíduo e que vão desde a família, a escola, os grupos religiosos e as organizações partidárias. Este conceito é de fundamental importância dentro da cultura política, pois é a partida destas sociabilidades que a cultura política de um grupo vai sendo forjada¹¹.

⁹ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005 p 23

¹⁰ AGULLHON, Maurice. El círculo burgués: la sociabilidad en Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 9-44; p. 136-186.

¹¹ GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Assim a família, a escola, as amizades, os partidos políticos, as igrejas, o trabalho enfim todos os espaços de relacionamento social são ao mesmo tempo formadores e divulgadores de uma determinada cultura política, pois são nestas relações, que esta se consolida e é transmitida a outros indivíduos que podem ou não a ela aderir.

Tendo em vista estas definições procuramos pensa-las enquanto chave de análise para compreender-mos dois jornais que circulavam em Minas Gerais no início da década de 1960, “Binômio” e “Estado de Minas”, a nosso ver estes periódicos foram espaços de sociabilidade e ao mesmo tempo formação e divulgação das várias culturas políticas presentes no Estado naquela época. Se tomarmos como certa a afirmação de Gomes para quem o vocabulário é uma constituinte importante da cultura política, estes jornais foram expressões desta cultura, ao manifestarem leituras comuns de um presente e um passado além de perspectivas de futuro comuns.

Leituras às vezes semelhantes, às vezes opostas, marcadas por embates, contradições e diferentes olhares sobre os principais acontecimentos da época. Neste sentido é primordial ao pensar a Cultura Política perceber que tal conceito deve ser trabalhado no plural, pois toda sociedade comporta em seu seio várias culturas políticas que dialogam ou se opõem, mas que acabam por coexistir em vários momentos históricos. Neste período não foi diferente, pois diversos projetos de Brasil, diferentes leituras de passado e de presente conviviam em Minas no início da década de 1960. E os jornais como portadores do vocabulário destes diferentes grupos representaram em suas páginas estas disputas pela consolidação de determinadas idéias, determinadas leituras. Sendo assim seria um erro bastante grosseiro enquadrar esta ou qualquer sociedade dentro de um modelo fechado de uma única Cultura Política. Isso faria com que talvez a sua maior virtude que se concentra em devolver aos atores o protagonismo histórico se perca.

Nesta perspectiva acreditamos que este conceito nos ajuda a compreender esses jornais e as representações que estamparam em suas páginas em meio às tensões e divisões ocorridas na sociedade mineira nos anos de 1963 e 1964, momento marcada por movimentos culturais e políticos intensos em todo país, assim como em Minas Gerais, pois se a esquerda buscou se organizar e defender seus interesses, os grupos conservadores agiram de forma rápida e eficaz reunindo os principais grupos do estado em torno de um movimento contrário

a Jango e as reformas nacionais defendidas entre outros por trabalhadores, estudantes e jornalistas.

Isto foi feita tanto à custa de ações repressivas e violentas como à repressão de greves e de outras manifestações populares, quanto com a implementação de uma rede de propaganda que ia desde a confecção de panfletos até anúncios em grandes jornais do Estado. Tendo por objetivo tanto a desmobilização popular quanto a legitimação do movimento golpista.

Estas medidas adotadas no campo simbólico tinham por objetivo movimentar a sociedade contra Goulart e o grupo reformista. Ligando seu nome ao comunismo e mostrando-o como incapaz de resolver a crise pela qual passava o país. Tais idéias foram vinculadas em diversos meios de comunicação, especialmente em importantes jornais da imprensa escrita como o Jornal “Estado de Minas”. Através de editoriais propagandistas do movimento e posteriormente do golpe e a manipulação de matérias políticas tornaram alguns desses jornais imprescindíveis meios de divulgação das idéias dos grupos detentores do poder que buscavam manter o controle no Estado, impondo seu modo de ver e fazer política. Utilizando inclusive da força para silenciar jornais de oposição como o “Binômio” fechado e destruído logo após o golpe. Por ter tentado representar nos últimos anos uma oposição que ganhava as ruas, desencadeava greves e buscava se engajar nas lutas nacionais.

A história desse jornal sempre foi muito conturbada, chegando ao ponto de ser depredado por militares em 1961. Desde sua fundação se propôs a uma análise crítica da sociedade. Fez história enfrentando o empresariado e políticos importantes da época. Enquanto jornais conservadores se colocaram contra Goulart e sua plataforma reformista este jornal conseguiu ser uma voz contrária a este projeto. Denunciando arbitrariedades cometidas pelo alto escalão de exército e desde 1963 alertando para a ameaça golpista. Acreditamos que estes dois jornais, “Estado de Minas” e “Binômio”, representaram em boa medida as várias culturas e modos e idéias políticas presentes no Estado àquela época.

Assim os embates sociais e políticos do período que movimentaram a sociedade geraram uma disputa também no campo simbólico, pois também no campo das representações há disputa de poder, que dizem das diferentes visões de mundo presente em uma sociedade. Aqui estamos considerando representação como o ato de apresentar a realidade de forma simbólica, ou seja, tornar visível o que não se vê como no caso dos pensamentos e das intenções, através da compreensão da cultura e do momento histórico

analisado. Ao materializar as idéias posicionamentos e até sentimentos presentes em uma sociedade ou mesmo em um grupo, os jornais, nosso objeto de estudo acabam por divulgar e interiorizar uma idéia, um posicionamento que acaba por se apresentar uma visão de sociedade como pensamento coletivo, mesmo sendo apenas o olhar de um determinado grupo.

Em Minas no final de 1963 e início de 1964 assim como em boa parte do Brasil, ocorreu a tentativa de se ampliar os espaços de participação popular, e cresceu a consciência de que o povo deveria atuar de modo mais ativo nos espaços sociais e políticos do Brasil. No entanto, a pressão de uma Cultura Política conservadora, manifesta em vários discursos disseminados nos mais diversos meios culturais e informativos, juntamente com ações políticas fizeram com que este processo fosse subjugado e que mais uma vez a resposta dada a estes movimentos foi arbitrária e violenta.

Quanto a estes jornais ainda precisamos avançar nas pesquisas, mas sabemos que o “Estado de Minas” com suas relações com o IPES e com os vários setores conservadores da época acabaram por apresentar e representar os setores conservadores engajados nas disputas por reformas como comunista e mais criando e difundindo um imaginário no qual o país sobre a liderança de Jango marchava para o socialismo ateu e degenerado.

Quanto ao “Binômio”, embora se possa encontrar alguns traços conservadores, principalmente em setores ligados a igreja este parece ter desafiado os grandes meios de comunicação da época e realizando importantes denúncias sociais como: a venda de imigrantes, a denúncia de empresários e ainda atuava no campo político, denunciando políticos corruptos e incapazes e atentando para a eminência de um golpe desde meados de 1963.

Acreditamos que estes jornais nos ajudam a compreender melhor os elementos simbólicos que permearam os embates do período, pois parecem ter representado os mais diversos discursos presentes na sociedade da época.

Conclusão

Entender estas mudanças pela qual a História passou ao longo da segunda metade do século XX nos ajuda a perceber os desafios e potencialidades de novas abordagens históricas. Novos temas, novos atores e, sobretudo novos olhares sobre passado. No que tange as

transformações no campo da História Política, campo ao qual nos dedicamos neste artigo é importante perceber que esta foi se tornando cada vez mais complexa e tenta dar conta da complexidade das questões feitas nos estudos de história política atual.

Estes estudos nos ajudam a pensar a complexidade das disputas políticas em uma sociedade. Especificamente em nosso caso nos ajuda a perceber que as disputas não ocorrem somente no campo da prática, mas também no campo da representação como afirma Rosanvallon e que essas dizem das diferentes Culturas Políticas presentes em uma mesma sociedade. Assim ao propormos o estudo dos Jornais em Minas nos controversos anos de 1963 e 1964 percebemos que estes jornais acabaram sendo vocabulário destas disputas. Disputas até mesmo internas, pois não acredito em homogeneidade dentro destas redações. Assim O “Binômio” comporta em seus quadros de funcionários e mesmo nas matérias elementos de uma cultura política conservadora. E quanto ao “Estado de Minas” estes conflitos talvez sejam ainda mais intensos, pois ao contrário do “Binômio” este já se constituía um veículo da grande imprensa nacional com muitos funcionários e colaboradores. É difícil que todos os repórteres, redatores, cronistas, colunistas e tantos outros profissionais pensassem a mesma coisa, embora apareça a predominância de um determinado olhar de um determinado posicionamento destes jornais.

Estas concepções nos ajudam principalmente a perceber que a Cultura Política guarda grandes desafios para o historiador e até mesmo armadilhas, no entanto pode nos ajudar a entender de forma mais complexa estes jornais conforme já discutimos. Outro ponto importante vem dos estudos de Agulhon, pois ao trazer-nos o conceito de sociabilidade nos ajuda a pensar, nos grupos políticos nos partidos, associações e instituições que acabam por formar a cultura política de um grupo. E que em nosso caso deve ser bem analisado, pois o próprio jornal se torna um espaço de sociabilidade, de encontro, de formação.

Entender essa rede, pensando quem são estes sujeitos que compõe estes jornais, sua ligações com a sociedade com o mundo político, nos ajudará a entendê-los e as representações que nos deixaram daqueles anos.

Sob os conselhos do Estado: uma análise dos pareceres do Conselho de Estado sobre os estatutos de associações científicas, literárias e de instrução erigidas na capital do Império brasileiro (1860-1882)¹

Sérgio Augusto Vicente²

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX ficou marcada pela efervescência do processo de institucionalização dos diversos ramos do saber no Brasil e pela intensa difusão de idéias enaltecidas do papel “civilizador” das ciências e das letras no desenvolvimento e progresso do país.

Sobretudo a partir da década de 1870, a sociedade brasileira vivenciou um significativo recrudescimento de discussões que colocavam em pauta formas balizadoras para nortear a organização do país. Para caracterizar este movimento de idéias, Roque Spencer Maciel de Barros utilizou a expressão “Ilustração Brasileira”, configurada com base na “crença absoluta no poder das idéias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país”.³

São identificados neste momento diversos estatutos de associações da Corte que tinham como ponto precípua entre seus objetivos a interação dos sócios no desenvolvimento das ciências, das letras em geral e da instrução pública, arrogando para si a missão de difundir as luzes, a civilização e o progresso numa nação em incipiente processo de construção.

Associações deste tipo não tinham como características específicas o recolhimento de fundos destinados à proteção e ao socorro mútuo, nem a concessão de benesses aos necessitados. Embora não se possa excluir a coexistência dessas funções, o que os contemporâneos apresentavam como suas peculiaridades era a preocupação com a discussão

¹ Artigo apresentado ao *III Seminário Dimensões da Política na História: Culturas Políticas, Redes Sociais, Relações de Poder*, realizado entre os dias 30/11/2010 e 02/12/2010 e organizado pelo Núcleo de Estudos em História Social da Política, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF). Endereço residencial: Av. Independência, 575/203 - Centro - Juiz de Fora - MG - CEP: 36010020.

³ BARROS, Roque Spencer M. de. *A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, EDUSP, 1989, p. 9.

de temas ligados às letras e às ciências, bem como a constituição de recursos (bibliotecas, laboratórios) que servissem de subsídio coletivo tanto à pesquisa e ao debate entre grupos de profissionais (médicos, farmacêuticos, engenheiros, etc) reunidos em sessões periódicas, quanto à promoção de instrução pública.

Conquanto o associativismo seja uma forma de sociabilidade muitas vezes difícil de ser dividida em tipologias rigidamente definidas – tendo em vista a multifuncionalidade de muitas das associações –, acreditamos na possibilidade de identificação de duas manifestações bastante visíveis: as de tipo informal e as de tipo formal.

Este trabalho se dedica a analisar associações que, voltadas para a institucionalização da ciência, das letras e da instrução, eram dotadas de cunho formal. Voluntariamente construídas por grupos letrados, interessados em questões de escopo coletivo, as associações sobre as quais nos debruçamos possuíam “caráter normativo”, no sentido definido por Vicenzo Cesareo, ao conceituar o “associacionismo voluntário” como uma “entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados”.⁴

Assim, as associações analisadas possuíam uma posição comum, qual seja: a busca de registro junto ao Estado, visando a obtenção daquilo que Vitor Fonseca denomina como “personalidade jurídica”.⁵ No ano de 1860, passaram a vigorar na legislação do Estado Imperial as disposições da lei 1083 e o decreto 2711, que exigiam das associações a elaboração de atas das sessões fundadoras e de estatutos, de modo que estes documentos fossem enviados ao Conselho de Estado, órgão que ficava responsável pela avaliação e análise dos mesmos, cabendo aos conselheiros a decisão de aprová-los ou não. No âmbito desse processo de avaliação, eram gerados pareceres que, na maioria das vezes, enunciavam sugestões de alterações dos artigos que versavam sobre a organização interna da instituição, examinando se o fim da associação era lícito e de utilidade pública.⁶

⁴ CESAREO, Vicenzo. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 64.

⁵ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008, p. 15.

⁶ JESUS, Ronaldo P. de. **História e historiografia do fenômeno associativo do Brasil Monárquico (1860-1887)**. In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de Oliveira (orgs.). Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 285-286. Assim, ficava determinado pelo Estado Imperial que até mesmo aquelas associações existentes previamente à data da lei tinham que submeter seus estatutos à apreciação dos conselheiros de Estado.

Os pareceres dos conselheiros são profícuos para a averiguação da forma como o Estado Imperial via tais associações, bem como dos critérios e dos argumentos utilizados para a aprovação ou indeferimento dos estatutos.

Não obstante o caráter oficial destas fontes, as mesmas são capazes de evidenciar preciosas informações encobertas pelo aparente formalismo da linguagem jurídica. Por detrás de um discurso padronizado e, aparentemente, em total coerência com a organicidade do sistema jurídico, é possível descobrir também incoerências, contradições e inconsistências.

ENTRE A “TUTELA” E A “LIBERDADE”⁷

Em estudos sobre associações mútuas e filantrópicas deste mesmo contexto, na Corte, Cláudia Viscardi vem revelando as dubiedades destas sociedades na relação com o Estado Imperial. As pesquisas vêm apontando que esta relação dúbia se deve, sobretudo, ao fato de que as associações, ao mesmo tempo em que eram organizações de direito privado, exerciam funções públicas reconhecidamente estatais, gerando uma relação de contradição com o Estado.⁸

Nas associações científicas, literárias e de instrução analisadas nesta pesquisa, verifica-se também a existência de um caráter dúbio muito similar ao apontado por Viscardi.⁹ Pelo que se pode perceber, esta dubiedade era um fator que interferia no posicionamento do Estado em relação a estas instituições. Ao reconhecer que as associações exerciam ou poderiam exercer forte papel social e utilidade pública, o Estado Imperial se via no direito e no dever de se preocupar com a sua regulamentação frente ao aparato jurídico estatal.

A lei 1083 e o decreto 2711, de 1860, compunham um arcabouço legal dentro do qual as associações tinham reduzido campo de manobra. Pelo menos no momento de sua instalação, as fontes revelam significativa intervenção do Conselho de Estado, que, em certos casos, tomava algumas decisões à revelia das deliberações dos sócios. Neste sentido, não era suficiente que as assembleias se reunissem e deliberassem. O Conselho se colocava no direito

⁷ FONSECA, Vitor, op. cit., p. 66.

⁸ VISCARDI, Cláudia. **Experiência da Prática Associativa no Brasil (1860-1880)**. Revista Topoi – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Janeiro - Junho de 2008, Volume 09.

⁹ A associação “Sociedade de Engenheiros” (1875) recebeu dos conselheiros de Estado o seguinte comentário acerca da sua utilidade pública: “A associação é de grande necessidade e pode prestar serviços relevantes ao Estado”. Ver: Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 553, caixa 2, documento 23.

de indeferir as escolhas dos associados, respaldando-se na ilustre missão de protetor da ciência, das leis e das letras.

No âmbito da avaliação dos estatutos, as exigências do Conselho de Estado recaíam sobre a necessidade de os sócios demonstrarem a “utilidade pública” da associação, principalmente no que concerne à promoção do progresso da ciência e das letras. Aos olhos dos conselheiros, esta era uma forma de se prestar relevantes serviços ao Estado e à sociedade.¹⁰

Entretanto, não obstante a importância atribuída a este quesito, nem sempre a demonstração da utilidade pública garantia a aprovação imediata dos estatutos, principalmente quando algumas lacunas e problemas neles encontrados eram apontados como fatores que poderiam suscitar confusões, desordens e obstáculos à harmonia do progresso e das relações sociais. Destarte, não era suficiente que as associações apresentassem objetivos e compromissos considerados de utilidade pública, se estes não estivessem, por exemplo, em conformidade com a disponibilidade de condições sociais e financeiras suficientes para o cumprimento de suas funções.

Assim, o Conselho de Estado atuava como guardião do cumprimento da lei e do funcionamento da sociedade, exigindo a presença de condições consideradas indispensáveis à manutenção da ordem e da harmonia social, de modo que as associações, no exercício de suas atividades, fossem favoráveis aos interesses de um projeto de nação em processo de construção. Dessa forma, os juristas que integravam este órgão público se auto-atribuíam o papel de proteger e contribuir com o aprimoramento dos estatutos de acordo com determinados pressupostos considerados ideais, buscando legitimar seu caráter interventor por meio da obrigatoriedade da regulamentação oficial das associações.

É possível perceber as marcas deixadas pelo caráter centralizador do Estado nas observações dos conselheiros, que exigiam a quase todas as associações, independente da reconhecida distinção e importância de seus membros e de seus propósitos, o acréscimo dos seguintes termos nos estatutos: “qualquer alteração nos estatutos somente pode ser colocada em prática com a prévia autorização do Governo Imperial”. Até mesmo o “Instituto Polytechnico Brasileiro” (1862), por exemplo, que tinha como ilustre sócio o Conde D’ Eu, não deixou de receber do Conselho de Estado esta exigência.¹¹

¹⁰ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 553, pacote 2, documento 23.

¹¹ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 28.

Soma-se a esta centralização uma postura um tanto quanto paternalista e protecionista dos conselheiros, principalmente em relação a alguns projetos de criação de associações compostas por estudantes da Corte. Neste sentido, os casos da “Sociedade Acadêmica Atheneo Central” (1865) e do “Atheneo Medico-Acadêmico” (1864) são bem elucidativos.

Após requerer autorização para o funcionamento de suas sessões e a aprovação de seus estatutos, a diretoria da “Sociedade Acadêmica Atheneo Central” recebeu do Conselho de Estado um parecer datado de 10 de junho de 1865. Nesta consulta, os conselheiros Bernardo de Souza Franco, Marquês de Sapucahy e Manoel Felizardo de Souza e Mello constatam que, sendo esta sociedade composta de alunos da Escola Militar e da Escola Central, não poderiam autorizar seu funcionamento, sem que antes se certificassem de que o comparecimento dos estudantes às sessões não os prejudicasse e os “distráisse” dos estudos e trabalhos escolares. Dessa forma, o Conselho de Estado sentiu necessidade de solicitar e obter do Ministério da Guerra uma declaração a respeito, a qual foi recebida e não considerava inconveniente que os alunos das escolas militares fizessem parte da Sociedade. Pelo contrário, foi reconhecida a importância da associação para a formação dos alunos, uma vez que a mesma tinha como finalidade promover o desenvolvimento intelectual de seus membros, por meio de discussões de trabalhos escritos sobre diversos ramos do conhecimento. Após a afirmação favorável do ministro da guerra, a Seção não colocou nenhuma objeção à autorização de funcionamento da associação, nem mesmo à aprovação dos estatutos.¹²

O “Atheneo Médico-Acadêmico” representa um caso muito similar a este, embora não tivesse obtido a aprovação e autorização do Conselho de Estado. Este caso ajuda a corroborar a idéia de que, embora a utilidade pública das associações de homens letrados fosse reconhecida como um eminente traço de distinção, o Conselho de Estado discordava de alguns pontos que levaram ao indeferimento do pedido. Neste caso, a razão apontada é aquela de cunho paternalista, preocupada com a inadequação da instituição em relação ao perfil de seus integrantes, que eram estudantes de medicina em sua maioria.

O “Atheneo Médico-Acadêmico” se definia como uma associação de médicos e estudantes das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia¹³, a qual tinha como

¹² Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 19.

¹³ Segundo Schwarcz, estas eram as duas principais instituições acadêmicas dedicadas à formação médica no século XIX.

objetivo o estudo de questões relativas à Medicina, por meio de discussões e trabalhos escritos. Embora tivessem afirmado com veemência que as associações de caráter científico, como esta, eram importantes para o “desenvolvimento e maior civilização do país”¹⁴, os pareceristas fizeram fortes objeções à aprovação dos estatutos do Ateneu. Alegaram que, sendo a sociedade também composta de estudantes, esta não poderia submetê-los a obrigações e compromissos que comprometeriam o aproveitamento dos estudos acadêmicos. Assim, exigiram que seria “indispensável limitar os trabalhos societários de sorte a não prejudicar os do ensino”.¹⁵

Dessa forma, a associação não obteve resposta favorável ao pedido, chegando a Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado a afirmar que “nenhuma associação composta exclusivamente de estudantes tem sido até hoje aprovada pelo Governo”.¹⁶

No entanto, estabelecendo uma comparação com o primeiro caso apresentado, é possível perceber a existência de uma notável contradição na avaliação dos conselheiros de Estado. Vê-se que, em ambos os casos, estes apresentaram uma postura centralizadora, interferindo nas disposições dos estatutos e assumindo os papéis de defensores da ordem e da disciplina intelectual. O reconhecimento da inegável utilidade e importância das duas associações para o progresso da ciência foi pensado a partir de uma lógica na qual o envolvimento dos estudantes em práticas associativas não poderia influenciar negativamente no processo de formação acadêmica e escolar. Contudo, a primeira teve seus estatutos aprovados, ao passo que a segunda não alcançou o mesmo êxito. Além disso, se no tratamento do caso da “Sociedade Médico-Acadêmica” foi empregada a determinação de que o Governo não poderia aprovar nenhuma associação composta exclusivamente de estudantes, o mesmo não aconteceu com a “Sociedade Acadêmica Atheneo Central”, que recebeu a aprovação dos conselheiros, após o favorável argumento de autoridade do ministro da guerra.

É possível identificar várias contradições cometidas pelo Conselho de Estado no decorrer do cumprimento de suas atribuições. Vale salientar que seu próprio caráter regulador, centralizador e interventor estava assentado sobre bases eminentemente contraditórias. A nível do discurso, tal postura não era assim reconhecida pelos conselheiros, mas escamoteada por uma retórica de cunho liberal e democrático, defensora da equidade de

¹⁴ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 21.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

direitos no tratamento das diferentes associações. Assim, mesmo que na prática algumas decisões da Seção acontecessem à revelia destes princípios, os conselheiros se colocavam como guardiões dos princípios democráticos que deveriam reger as disposições dos estatutos enviados pelas associações, de modo que as decisões administrativas e as deliberações internas destes espaços acontecessem por meio da participação coletiva dos sócios, concebendo de forma negativa a demasiada concentração de poder nas mãos do presidente e a prescrição de normas eleitorais que não estivessem em consonância com práticas consideradas fundamentais à isonomia.

Neste sentido, são comuns as sugestões de alteração dos estatutos em artigos referentes às eleições, que deveriam ser realizadas dentro das normas legais, consideradas ideais pelo Estado. Um dos requisitos imprescindíveis era a realização de eleições por meio de escrutínio secreto. No próprio parecer referente ao estatuto do “Atheneo Médico-Acadêmico”, fica evidente o repúdio dos conselheiros em relação a um ponto específico deste documento, que prescrevia a leitura das cédulas de votação pelo secretário, no decorrer do processo eleitoral, ficando assim justificada a objeção do parecer: “A redação do artigo 75 presta-se a que o Secretário possa ir lendo as cédulas que lhe forem entregues; e a votação que se quer secreta se tornaria pública (...)”.¹⁷

Outro ponto a que os conselheiros se opunham era a decisão pela sorte nas eleições. O estatuto do “Instituto Homeopathico do Brazil” (1865), por exemplo, fruto da sociabilidade de doutores das faculdades de medicina do Império, foi considerado pelos conselheiros de Estado como não merecedor de aprovação, sem que fosse feita a correção do artigo referente à nomeação do Presidente da sociedade, o qual não deveria ser designado pela sorte nas reuniões.¹⁸ Por outro lado, o Estado considerava legítimo se utilizar da sorte como critério de desempate, não discordando deste quesito em vários estatutos em que o mesmo aparecia, a exemplo da “Academia Pedagógica” (1861). A propósito, no caso da “Sociedade Médica do Rio de Janeiro” (1878), os próprios conselheiros sugeriram que esta deveria determinar que, em caso de empate, a decisão deveria ficar a encargo da sorte, afirmando ser este o modo como geralmente se procedia em todas as associações. O mais importante de ser salientado é que o Estado defendia este procedimento como uma forma de não dar ao Presidente o direito de

¹⁷ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 40.

¹⁸ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

decidir, “pois que já ele exerceu seu direito de voto no ato da eleição”.¹⁹ Como se pode ver, este é mais um argumento dos ilustres juristas em defesa da isonomia entre os sócios.

Por conseguinte, o discurso liberal se manifestava nos pareceres dos conselheiros de forma bastante contundente, ainda que convivesse com uma série de contradições oriundas das vicissitudes da realidade nacional. Presente de modo implícito nos argumentos formulados nas avaliações, a postura liberal constituía uma perspectiva que, muitas vezes, legitimava as decisões dos conselheiros, como mostra o parecer de Bernardo de Souza Franco, Visconde de Sapucahy e Manoel Felizardo de Souza a respeito da “Sociedade Médico-Pharmaceutico”, em 1865. Na análise destes juristas, os estatutos da associação não foram aprovados. Dentre as várias lacunas apresentadas, foram identificados alguns pontos que, segundo eles, poderiam resultar no “embaraço do desenvolvimento da ciência, enrolando a manifestação do pensamento”.²⁰

A referida associação científica apresentava uma finalidade bastante insólita em relação ao conjunto de fontes analisado, uma vez que possuía também a função de “polícia médica”, propondo-se a fiscalizar práticas de charlatanismo na medicina e na farmácia, defendendo a regularização de direitos considerados oficiais e legítimos de ambas as profissões.²¹

A despeito de sua reconhecida utilidade pública, duas propostas de atuação foram prontamente atacadas pelo Conselho de Estado, despertando sua explícita desconfiança e divergência. A primeira compreendia a proibição de anúncios de descobertas médicas em jornais leigos. A segunda colocava como criminoso aquele que se recomendasse como autor de curas maravilhosas, sendo que o mesmo deixaria de sê-lo a partir do momento em que esta recomendação estivesse inserida em algum jornal de medicina.²²

Além de considerarem demasiadamente vago o conceito de ciência médica adotado nos estatutos, alegando que qualquer sistema médico poderia ser tomado como ciência, os pareceristas consideraram um “absurdo” a proibição de anúncios de “descobertas úteis” em medicina. Além disso, constataram que tal proibição não possuía nenhum embasamento jurídico, uma vez que, ao contrário dos remédios secretos vendidos sem observância das

¹⁹ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 4.

²⁰ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 21.

²¹ Idem.

²² Idem.

regras prescritas, não havia “nenhuma lei que regulasse esta questão em relação a anúncios”.²³

Os conselheiros evocaram a liberdade de manifestação do pensamento como uma prática fundamental à ciência, contrapondo-se ao que consideraram como caráter cerceador da associação, que tentava restringir a comunicação de descobertas médicas a círculos profissionais especializados. Destarte, sua credibilidade científica foi questionada pelos avaliadores com base em argumentos de cunho liberal e jurídico, mostrando que os limites entre práticas científicas e não-científicas não poderiam ser estritamente demarcados pela lógica do “privilégio” de poucos, impedindo que a livre manifestação de pensamento, de descobertas e de anúncios contribuísse para o desenvolvimento da ciência.²⁴

A evocação da liberdade de pensamento por este órgão estatal não se limitava apenas a este caso analisado, mas se estendia também ao campo do ensino. Em 1875, no parecer da “Academia Brasileira de Ciências Físicas”, os juristas José Pedro Dias de Carvalho, Visconde do Bom Retiro e Paulino José Soares de Souza se posicionaram em defesa desta sociedade, divergindo da avaliação da 2ª Diretoria da Secretaria do Império. Em contraposição àquela Diretoria, os conselheiros consideraram que a liberdade de ensino não deveria ser negada à associação.

Dentro do conjunto documental abordado nesta pesquisa, esta é uma das raras situações em que a participação de um outro órgão do Estado se interpôs no processo avaliativo, suscitando divergências na avaliação dos membros da Seção e demonstrando que as avaliações nem sempre se baseavam no consenso.

Além das divergências internas existentes no processo avaliativo, há casos em que os próprios sócios questionavam os pareceres, como aconteceu, por exemplo, com a não aceitação das alterações propostas pelos conselheiros em relação a um artigo que versava sobre as eleições da diretoria de uma associação, a qual solicitou uma nova avaliação do estatuto. Era a “Associação Promotora da Instrução dos meninos” (1874), que dizia ser o referido artigo idêntico ao da “Associação Promotora das Meninas”. Porém, como nenhuma exigência de alteração havia sido feita a esta última, pareceu aos sócios que o artigo em questão não deveria ser alterado, de modo que houvesse “harmonia de disposições nas duas

²³ Idem.

²⁴ Idem.

associações”²⁵ e que não fossem quebradas as regras que garantiam a equidade no tratamento jurídico. Assim, as relações entre o Conselho de Estado e as sociedades não eram unívocas.

Mesmo sabendo da existência de contradições por parte do Conselho de Estado, que coadunava um perfil liberal com o centralismo e o intervencionismo, a relação deste com as instâncias de organização social representadas pelas associações científicas e literárias não é pensada aqui de modo meramente mecanicista. Longe de uma relação pautada no domínio absoluto do poder de um Estado onipotente, a postura deste em relação às associações, assim como a postura destas em relação ao Estado, compreende um universo de significativa complexidade, cuja compreensão plena está longe de ser esgotada. Poder-se-ia dizer que ambos estabelecem relações recíprocas de experiências, escolhas e propostas iluminadas pelas vicissitudes do contexto em que se inserem.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA E O “CAPITAL SOCIAL”

A aprovação dos estatutos e a autorização de funcionamento concedida pelo Estado não possuíam apenas um caráter burocrático. Pode-se dizer que, muitas vezes, este processo também constituía um sentido simbólico importante. Significava, entre outras coisas, o reconhecimento formal da identidade social e da “nobre” missão dos sócios de discutir questões relativas às letras e às ciências, bem como à instrução.

A figura simbólica do imperador, enquanto “mecenas da ciência”, era constantemente exaltada nos requerimentos em que os sócios pediam a autorização de funcionamento da associação e a aprovação dos estatutos. Os sócios do “Club Polytechnico” (1872), por exemplo, assim expressaram seus elogios ao Imperador: “Considerando-se Vossa Majestade Imperial o eminente, o ilustrado e o mais dedicado protetor das ciências e das artes, pede-se deferimento”.²⁶

Ademais, no requerimento do “Instituto Homeopathico do Brazil” (1865), a exaltação da figura do imperador fora evocada não apenas no contexto do pedido de autorização de funcionamento. Os sócios também solicitaram ao “ilustre monarca” a concessão do título de Imperial à associação. No documento, fica expressa a seguinte justificativa: “[...] que sob este

²⁵ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 29.

²⁶ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

honroso auspício adquirirá maior grau de veneração e estima, devido à prestigiosa influência de tão apreciável distinção”.²⁷

De fato, não dá para negar a influência que a figura simbólica do Imperador exercia sobre estes espaços de sociabilidade. Além da proximidade geográfica em relação à esfera político-administrativa do Império, proporcionada pela localização das sociedades na Corte, muitos sócios que integravam as diversas associações de medicina, farmácia, engenharia e letras pertenciam ou mantinham relações com as elites políticas do contexto.

Preocupados em avaliar a idoneidade das propostas de cumprimento do papel “público” das associações, os conselheiros não se restringiam às informações registradas na documentação apresentada pelo grupo. A busca de informações sobre o perfil social dos associados constituía um procedimento importante de averiguação da sua credibilidade e da associação como um todo.

No parecer da “Sociedade de Ciências Médicas” (1866), os conselheiros logo afirmaram que esta era uma sociedade fundada por “35 médicos dos mais distintos desta Corte”.²⁸ Na avaliação, foi feita apenas uma pequena observação quanto à obrigatoriedade de não colocar em execução qualquer alteração dos estatutos, antes da aprovação do Governo Imperial. Porém, nenhuma objeção foi feita às disposições do documento, sendo o mesmo considerado “nas circunstâncias de ser aprovado, porque não se opõe às leis, nem aos bons costumes”.²⁹

A participação de pessoas “públicas” e “ilustres” era um fator de grande peso na elevação do “capital social”³⁰ das associações. A exemplo do modelo institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – integrado por personalidades da ciência, das letras e do poder público³¹ –, o “Instituto Polytechnico Brasileiro” (1872), por exemplo, tinha como Presidente Honorário o Conde D’Eu.³²

A noção de “capital social”, entendida a partir das reflexões de Robert Putnam, é útil para pensar as associações, tanto a nível das relações entre os sócios quanto a nível da

²⁷ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

²⁸ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 49. Obs.: Um dos sócios desta associação era o médico Bezerra de Menezes.

²⁹ Idem.

³⁰ Para o conceito de “capital social”, ver: PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 105.

³² Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 28.

relação com o Estado. No âmbito da organização interna, o conceito ajuda a entender a cooperação espontânea entre os sócios, bem como os mecanismos de admissão. Embora as associações científicas e literárias fossem de natureza distinta das associações de mútuo socorro, nestas sociedades, o sócio também precisava despertar a confiabilidade e a credibilidade do grupo, o que era conquistado a partir da sua “boa imagem”, do seu “comportamento moral” e da sua “reputação” nas relações sociais. Assim, a participação com compromisso pode ser entendida como uma forma de investir em capital social.³³

Ao mesmo tempo, o Estado exigia das associações um certo nível de capital social, considerando necessário que as práticas associativas no campo da ciência, das letras e da instrução demonstrassem sua utilidade pública por meio de princípios que não privilegiassem o lucro e a lógica econômica, em detrimento das contribuições no campo das discussões intelectual e científica.

Se, por um lado, a necessidade de uma receita compatível com os custos das atividades planejadas pelos sócios fosse considerada pelos conselheiros como um dos requisitos importantes para a aprovação dos estatutos, por outro, os juristas não viam com “bons olhos” o enaltecimento do lucro, voltado para o benefício particular. Para estas associações, o investimento financeiro deveria ser importante na medida em que contribuísse para a realização dos fins a que as associações se propunham a realizar, como a publicação de periódicos, compra de livros para instalação de biblioteca, equipamentos para laboratório, fornecimento de aulas, etc. Enfim, tudo que pudesse ser revertido sob a forma de elevação do “capital social” dos grupos.

Um caso profícuo de ser apresentado é o do projeto da “Associação Educadora Brasileira” (1878), a única do conjunto analisado que manifestou, segundo a análise dos pareceristas, o seguinte problema: o interesse pelo lucro privado, envolto num discurso em prol da difusão das luzes.³⁴

Posicionando-se como protetor das leis, das letras e da ciência, o Conselho de Estado lançou mão de sua postura centralizadora e interventora para analisar o projeto de estatuto da referida associação. De acordo com o parecer dos juristas, a autorização não foi possível, devido à explícita desconfiança suscitada em relação aos meios de existência da associação,

³³ PUTNAM, Robert, op. cit, p. 178.

³⁴ Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 10.

que julgaram desconhecidos. Alegaram que a proposta da mesma era muito vasta, demandando muitos capitais, o que a inviabiliza financeiramente.³⁵

Considerando o projeto da associação um “abuso”, os pareceristas questionaram a aparente utilidade pública do projeto, pelo fato de se tratar de uma tentativa de escamoteamento do interesse meramente privado por um discurso aparentemente defensor da nobre missão de difundir as luzes.³⁶

CONCLUSÃO

Longe da configuração de um quadro simples, marcado pela linearidade da relação dos interesses estatais com as associações, o que se vê é a coexistência de vários aspectos ambíguos e contraditórios na relação do Estado com as associações. Como se pôde ver, os conselheiros de Estado se colocavam como portadores de um discurso liberal, mas que se esvaía no caráter centralizador e interventor de suas decisões. Esta contradição, porém, parecia ser escamoteada pelo discurso de proteção das letras, das leis e da ciência.

Dessa forma, a postura do Conselho de Estado se ancorava em um caráter ambíguo. Por um lado, seu discurso liberal reconhecia como legítima a prática associativa. Por outro, temia as possíveis “desordens” que estes espaços de sociabilidade poderiam suscitar. Este talvez possa ser um fator plausível para explicar a identificação dos conselheiros com uma opinião pública consensual, unânime, pautada numa espécie de missão civilizatória.

Esta lógica da relação com o Estado pode ser pensada como uma necessidade do poder público da segunda metade do século XIX de tentar integrar as associações em torno de interesses e culturas políticas que atuassem em consonância com o projeto de manutenção da unidade nacional, indispensável a um contexto no qual um ideal de nação estava em franco processo de consolidação.³⁷

Segundo Ilmar Rohloff, o Segundo Reinado ficou fortemente caracterizado pela crença na eficácia e utilidade de um poder forte, centralizado, concebido como o único que “poderia tanto oferecer suficientes garantias à ordem pública e a bem entendida liberdade”.³⁸

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. A Teia de Penélope. In: _____. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990, p. 194.

³⁸ MATTOS, I. R., op. cit, p. 194.

Condicionava-se, portanto, o ideal de liberdade à ausência de desordem e descentralização político-administrativa. A associação entre poder forte e centralização tornava explícita a concepção de que qualquer ordem social não ocorria espontaneamente, mas resultava da ação política coordenada, impondo a expansão da capacidade regulatória por parte do Estado.³⁹

Assim, com o comprometimento da sua autonomia em relação ao Estado, muitas organizações manifestavam a “aparência de ser uma esfera neutra em relação ao poder”.⁴⁰ Isso fica evidente em algumas associações da Corte, que faziam questão de afirmar nos estatutos que suas discussões não contemplariam questões políticas e religiosas, mas apenas os “fundamentos científicos”.⁴¹

No entanto, é preciso tomar cuidado para que esta consideração não resulte em um olhar demasiadamente simplificador sobre as fontes. É possível que, paralelamente às suas “funções manifestas”, as associações apresentassem “funções latentes”⁴² – voltadas até mesmo para discussões políticas –, que talvez não chegassem ao conhecimento do poder público. Robert Putnam afirma que, embora muitas associações européias do século XIX se declarassem formalmente como apolíticas, elas possuíam importantes funções políticas latentes.⁴³

³⁹ Idem, p. 195.

⁴⁰ Idem, p. 172.

⁴¹ Ver também a “Sociedade da Propaganda do Magnetismo e do Jury Magnético” (1862). Arquivo Nacional – Conselho de Estado: caixa 531, pacote 3, documento 41.

⁴² CESAREO, Vincenzo. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 64.

⁴³ PUTNAM, Robert, op. cit, p. 151.

Boatos e Murmurações nas Minas da segunda metade do século XVIII: opinião pública e inconfidências

Tarcísio de Souza Gaspar

Em 1740, a história das Minas setecentistas alcançava seu ponto de equilíbrio, espécie de linha divisória, ainda não rompida por completo, mas que começava a se devassar. Até 1720, os distritos do ouro haviam conhecido a ordem privada dos potentados, estabelecida através da concorrência da mineração, que fazia concentrar recursos materiais e simbólicos nas mãos de poucos indivíduos. A criação de vilas e a expansão urbana, se, de fato, nunca estancaram o nomadismo da população, ao menos no diminuíram consideravelmente. E as instituições administrativas irão fixar-se no ambiente citadino, estendendo braços até o campo e as regiões mais remotas. Durante os anos 20 e 30, sente-se um delineamento mais claro da sociedade mineradora, naquilo que viria a ser uma de suas características peculiares, a lhe conferir diferença quanto às demais localidades da América portuguesa: a dinâmica de suas relações sociais e o caráter compósito de seu ambiente cultural e econômico. O “cunho democrático” (mais agudo nas primeiras décadas, mas coexistente em toda a centúria), a “mobilidade da hierarquia”, o “descrédito dos formalismos”, o “meio aluvial”, a constituição de uma “aristocracia de ociosos e letrados”, termos de que fala Sérgio Buarque de Holanda, fornecem conceitos-chaves para compreender as Minas da segunda metade do século XVIII.¹

E, no entanto, este equilíbrio será instável e passageiro. Se compararmos entre si dois momentos, aquém e além 1750, as mudanças surgirão consideráveis. Em 1733, a festividade que marcou o traslado do Santíssimo Sacramento para a Matriz do Pilar, em Vila Rica, pontuou a riqueza esplendorosa, até ali alcançada e que também ali se auto-reconhecia, perante a sociedade de Minas Gerais.² Nesta ocasião, “o que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera”, que, através da cerimônia portentosa, escondia as contradições latentes em seu meio. No êxtase da opulência barroca, tornava-se possível acreditar que “o ouro estivesse ao alcance de todos”.³ Cinquenta anos depois, a situação não era mais a mesma. Em

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e Pedras Preciosas”. In: ___ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 2, p. 289-345.

² MACHADO, Simão Ferreira. “Triunpho eucharistico”. *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, v. 6, 1901, p. 985-1016.

³ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no Setecentos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal,

1789, Tiradentes percorria ruas, prostíbulos e caminhos a vociferar sobre o estado miserável dos povos, que viam suas riquezas se esvaírem pelos dedos gatunos de governadores e de funcionários.

Entre um e outro momento, as diferenças não se explicam apenas (se é que se explicam) pela míngua do ouro, metal que a terra ofereceu mãe para retirar tirana. A partir de 1740 e pelas próximas cinco décadas, muitas transformações sacudirão a capitania. A sociedade sedimentou-se, apoiada nas bases materiais da mineração, do comércio, da agricultura, da pecuária e do mais complexo mercado interno da colônia, que redundou num amplo setor de serviços. Os grupos superiores, cada vez mais próximos das benesses oriundas do Estado português (como cargos e privilégios), fixaram seu estilo de vida com base em estratégias que procuravam manter e aprofundar as hierarquias sociais, símbolo de seu status, cuidando também na transmissão e reprodução futura de suas posições sobranceiras. Neste sentido, a tendência para diversificação econômica, que desde o início caracterizara Minas, permitiu que a elite local passasse ilesa pela crise da mineração, invertendo ou reorientando seus capitais para outras atividades produtivas.⁴

Se os grupos dominantes acalmam sua animosidade política, o povo miúdo, ao contrário, está imerso num sem-número de violências cotidianas, injúrias pessoais e conflitos de toda espécie. A frequência da criminalidade entre a gente pobre, envolvendo vadios, escravos, forros e brancos, atingiu níveis insuportáveis, provavelmente recordes na América portuguesa.⁵ Em alguns casos, as brutalidades populares refletiam as disputas entre poderosos, que, assim como antes, armavam seus escravos e agregados, para deflagrar, contra bandos opositores, vinganças ou rinhas pessoais, na busca ou manutenção de “territórios de mando”. Valores privados como honra, valentia, bravura e desafio desembocavam no emprego da força e da violência, principalmente no campo e nas lonjuras do sertão.⁶

Foi, afinal, entre a gente miúda que, a partir de 1740, configurou-se uma das vertentes da opinião pública mineira. Ao chegarmos à metade do século, o ambiente político adquiria novos ares. Potentados e poderosos, antes insubmissos, mas agora cooptados e seduzidos pelos cargos e títulos da monarquia, raramente expunham-se rebeldes, silenciando ou

1986, p. 21.

⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói, UFF/PPGH, 2001 Tese de Doutorado.

⁵ SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do...* p. 143-168.

⁶ SILVA, Célia Nonata da. “Homens Valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas”. *Vária História*, n. 24, 2001, p. 75-89

resguardando para si as suas vozes de crítica. Todavia, na base da sociedade, a situação era bastante diversa. Conforme percebeu Laura de Mello e Souza, as tensões políticas tornavam-se, àquela altura, disseminadas no cotidiano da capitania, embora restritas e “surdas”.⁷ Se isto é verdade, será na língua das tumultuadas classes humildes e cativas que os sussurros irão ressoar.

Em 1750, já sob o reinado de D. José I, o método do quinto é, enfim, modificado, pela lei de 3 de dezembro, reeditando-se as Casas de Fundição e o mínimo de 100 arrobas anuais.⁸ Imediatamente, as elites da capitania se mobilizam e, através das câmaras municipais, procuram reagir à nova conjuntura. No *Código Costa Matoso*, existem 6 documentos produzidos pelos senados da Cidade Mariana, Vila Rica, Sabará, São João, São José e Vila Nova da Rainha, além de uma representação ao rei, redigida pela câmara da capital. Juntas, estas fontes dão idéia do conflito político que, aberto naquele momento, estender-se-ia até os eventos conspiratórios de 1789.⁹

São três os pontos de maior polêmica e discórdia, em torno dos quais os grupos superiores de Minas fecham questão, pedindo reparos à “novíssima” lei dos quintos. Os camaristas rejeitam o fixo de 100 arrobas anuais; pedem a manutenção do ouro sob a quota de 1.500 réis a oitava; e qualificam a derrama como extorsiva e vexatória. A noção de “decadência” é articulada de forma seqüencial. Ao contrário do que ocorria em 1734, quando as Minas encontravam-se no auge, outro momento se fazia sentir em 1750. Depois de 16 anos de capitação, a capitania já não possuía a mesma pujança e, por isto, não se podia exigir dela o respeito às cem arrobas. Por outro lado, a nova lei das fundições, obrigando diminuir em 20% a alíquota do ouro, de 1.500 para 1.200 réis a oitava, causaria perdas irreparáveis, acarretando desequilíbrio nas relações creditícias e no montante das dívidas ativas. Como ápice das negativas, estipulava-se a cobrança da derrama, para suprir os déficits do quinto.

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”. *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 83-110; p. 90.

⁸ “Lei de 3 de Dezembro de 1750”. SILVA, Antônio Delgado da, *Collecção de Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa, Typ. Maignense, 1830, p. 21-28.

⁹ CARTA do Senado da Câmara de Mariana sobre representação contra a lei novíssima das Casas de Fundição. VOTO do Senado da Câmara de Sabará para eleição de procuradores para representação contra a Lei Novíssima das Casas de Fundição. INFORMAÇÃO de homens bons acerca da Lei Novíssima das Casas de Fundição. CARTA do Senado da Câmara da vila de São José sobre representação contra a Lei Novíssima das Casas de Fundição. REPRESENTAÇÃO da câmara de Vila Rica contra a Lei Novíssima das Casas de Fundição; CARTA do Senado da Câmara de Vila Nova da Rainha sobre representação contra a Lei Novíssima das Casas de Fundição. CARTA do Senado da Câmara de São João Del-Rei sobre representação contra a Lei Novíssima das Casas de Fundição. *Código Costa Matoso*.... p. 505- 528.

Esta dívida suplementar, aliás, tinha para os camaristas um significado terrível. A derrama cobraria duplamente os vassallos honestos. Pois o mineiro que, de forma correta, levasse todo o seu ouro a quintar, ainda assim, caso não atingida a quota nas fundições, seria levado a suportar o ônus da derrama, débito ocasionado por contrabandistas e sonegadores. Portanto, o súdito reto pagaria em lugar do criminoso.

Mas, de fato, o maior receio dos camaristas quanto à derrama residia na cláusula normativa, que estipulava a maneira como a dívida deveria ser cobrada. Ao final do primeiro capítulo da lei de 1750 lia-se que o lançamento havia de obedecer à gradação de riquezas entre os vassallos. A derrama se faria “à proporção dos bens”, decantando fatias maiores e menores conforme as posses individuais de cada habitante. Frente a isto, os homens bons de Vila Rica inferiam que só aos mineradores principais caberia pagar a maior parte da dívida, haja vista serem os únicos com “grande número de escravos, que são os bens das Minas”. Argumentaram ser difícil, impossível mesmo, distinguir entre abastados e miseráveis, “parecendo no exterior rico o que na realidade é pobre e vivendo como pobres muitos que na realidade são ricos”. Em vista disto, “só anjos poderão acertar no equilíbrio e igualdade da derrama”.¹⁰

Os representantes ainda enfatizaram o perigo de que conchavos pessoais e clientelísticos, práticas comuns ao governo de Minas, pudessem causar injustiças na divisão da derrama. Como os homens de mando variavam de ano a ano, e “estes todos têm amigos, parentes, ódios e paixões”, tornava-se impraticável uma averiguação econômica correta e lisa. Concluía, por fim, recorrendo a argumento muito significativo:

todos os que têm melhor experiência no país assentam que a derrama há de causar maior estrago e vexame que a própria capitação, *por ser raio que com maior violência cai sobre os ricos, e onde não há estes não podem viver os pobres*.¹¹

Conjuntamente, as câmaras mineiras rechaçam os critérios da lei, e propõem reforma no método. Defendem que o melhor sistema de recolhimento do quinto dar-se-ia através da imposição de taxas sobre o giro de mercadorias e de gêneros. Estimavam que, se triplicados os direitos de entrada (àquele momento, valorados em 35 arrobas por ano) atingir-se-ia o montante de 105 arrobas anuais, suficiente para o pagamento do quinto. Desta forma, mais

¹⁰ REPRESENTAÇÃO da câmara de Vila Rica contra a Lei Novíssima das Casas de Fundação. *Códice Costa Matoso...* p. 518-525; p. 520.

¹¹ REPRESENTAÇÃO da câmara... *Códice Costa Matoso...* p. 525. Grifo meu.

suave se faria o levantamento da quota, além de manter-se respeito ao critério de igualdade, quando os pobres consumiriam menor quantidade de produtos e, portanto, pagariam menos; ao passo que os ricos, mais aparamentados, contribuiriam com a maior parte.

Novamente, retomava-se o problema histórico que sempre marcara as diversas metodologias do quinto. Sobressaía o dilema: qual grupo ou fatia da sociedade devia suportar o direito real? Homens ligados à mineração tendiam a reivindicar partilha do ônus entre os demais grupos sócio-econômicos da capitania, particularmente comerciantes, agricultores e trabalhadores urbanos. Quando a capitação foi aprovada, em 1735, murmurou-se que o comércio havia sido “muito aliviado”. Em 1751, esta questão tornou à ordem do dia. O fato de as câmaras de Minas, em uníssonos, pleitearem mescla do quinto às taxas alfandegárias do comércio é um indício de que a elite mineradora compunha, naquele momento, o grupo hegemônico da governança local – coisa que, possivelmente, não se verificara em 1735, na aprovação do sistema de capitação e maneio.¹² A proposta das câmaras era bastante clara: todos os moradores, e não só os mineiros, precisavam contribuir para o quinto.¹³

A lei de 1750 tinha outras peculiaridades. O fixo de 100 arrobas anuais e, principalmente, a derrama eram normas fiscais inéditas.¹⁴ Demarcavam o território fazendário desbravado pela coroa, que não desejava regredir em suas ambições de recolhimento. Durante a vigência da capitação, a média anual dos quintos atingira contínuo sempre superior a uma centena de arrobas. Junto a isto, D. José I também ratificou a maneira de encaminhamento político do quinto. Até 1735, todas as mudanças de método haviam sido discutidas em junta local de procuradores e homens bons, instância que podia rejeitar ou alterar as disposições da vontade real. Com a capitação, contudo, o trâmite legal se modifica. A

¹² Posicionamento típico de defesa dos interesses mineradores é evidente nos documentos de Vila Rica, localidade que, pela condição de cabeça da capitania, liderou o envio das representações contra a lei de 1750. É possível, no entanto, divisar certas distinções regionais. Por exemplo, as câmaras de Mariana, Vila Rica, São José e São João, situadas nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, pedem pela abertura de casa de moeda; já a câmara de Vila Nova da Rainha, na comarca do Rio das Velhas, opina contra a medida. O senado de Sabará não se declara sobre o assunto. *Códice Costa Matoso...* p. 505- 528.

¹³ Maria Efigênia Lage de Resende e Carla Anastasia analisaram estes documentos tratados acima, destacando seus argumentos e suas temáticas. Não chamaram a atenção, entretanto, nem para o problema político que opunha diferentes noções sociais sobre o quinto, nem para o dilema da derrama enquanto imposto que recairia sobre os grupos superiores de Minas. Veja-se ANASTASIA, Carla. “Entre Cila e Caribde: as desventuras tributárias dos vassallos de Sua Majestade”, *Varia História*, n. 21, 1999, p. 237-246; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Negociações sobre formas de executar com mais suavidade a ‘Novíssima’ Lei das Casas de Fundação”, *Varia História*, n. 21, 1999, p. 259-273.

¹⁴ Uma quota mínima de cem arrobas, acrescida do que as casas de fundição recolhessem, havia sido garantida pelos povos em junta no governo do Conde das Galveias. Porém, este acordo perdurou por pouco mais de um ano apenas, sendo substituído pela capitação. Quanto à derrama, a coroa nunca aventara cobrança suplementar baseada em quota fixa.

partir daí, as câmaras perdem o direito de decisão, ficando limitadas ao recurso de representar queixas e arrazoados. Quando a lei das fundições apareceu, já não houve a existência de junta decisória, mas tão só o intercurso de representações. Transformava-se a tipologia da negociação entre a elite colonial e a governo metropolitano, com vantagem para este. Nem a retórica da decadência, articulada pelos camaristas de Minas, nem os pareceres contrários, redigidos pelos membros do Conselho Ultramarino, foram capazes de sensibilizar a decisão do monarca, que ratificou o regimento proposto pelos procuradores da Coroa e da Fazenda do Ultramar.¹⁵ Decretou-se o alvará das fundições, a despeito das críticas coloniais.

Desde então e até fins do século XVIII, a derrama configurou-se tópico latente das murmurações. As cláusulas econômicas do tributo, isto é, a sua incidência sobre aqueles de maior patrimônio e riqueza, suscitavam periculosidade considerável. Os grupos superiores de Minas, alvejados pelo método, não se calariam perante o ônus de suas posses. Nas três circunstâncias em que a derrama foi aventada, existiram pressões políticas extremas, emanadas da cúpula social. A resultante destas pressões acabou por fazer com que o lançamento da derrama, de fato, nunca se efetivasse. Sua ameaça mais séria, em 1789, culminou na extraordinária sequência de vozes, ponto alto da opinião pública mineira, e prenúncio da Inconfidência.¹⁶

Em fins da década de 50, alguns episódios refletiram o novo contexto. Entre 1758 e 59, a malograda tentativa de regicídio, no caso Távora-Aveiro, seguida do suplício dos nobres envolvidos, e também a expulsão dos jesuítas avivaram murmurações em Minas. Nos primeiros meses de 1760, nos arraiais de Curvelo e de Papagaio, localizados na comarca do Rio das Velhas, circularam sátiras ao monarca português, que o acusavam de praticar tiranias maiores que as de Nero ou Diocleciano. Um religioso franciscano, Antão de Jesus Maria, e outro ermitão, de nome Lourenço Félix de Jesus Cristo, foram responsabilizados pela difusão do papel sedicioso, que se dizia ser cópia de um “breve papal”, no qual o Sumo Pontífice criticava os atos de D. José I, reprovando a execução dos nobres e a expulsão dos jesuítas. Simulando as palavras do papa, os dois ascetas falavam da

¹⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o decreto de 3 de dezembro de 1750 que lhe havia mandado formar a minuta do regimento das casas da fundição e a resolução que Sua Majestade tomou em 4 de março de 1751. CONSULTA do mesmo Conselho sobre a advertência que Sua Majestade lhe fez. AVISO do secretário de Estado para o marquês de Penalva, presidente do Conselho, que baixou com esta consulta. *Códice Costa Matoso...* p. 581- 595. Alguns conselheiros defenderam a abertura de contrato sobre o quinto, como já se fazia com as entradas e os dízimos.

¹⁶ GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2008. Dissertação de Mestrado.

crueledade com que Vossa Majestade castigou a esses pobres fidalgos, cuja barbaridade só se viu nesta cidade de Roma no tempo de Nero e Diocleciano e em Rei católico tal não se viu; porém se Vossa Majestade teve ou não razão, no Tribunal Divino se averiguará; e no que respeita aos padres da Companhia [de Jesus], Vossa Majestade nos remeta logo com as suas culpas para eu os castigar a meu arbítrio como Juiz competente.¹⁷

Antão e Lourenço Felix haviam percorrido diversas localidades do norte mineiro, comunicando, textualmente ou por via oral, o sobredito discurso, palavras sacrílegas, que, não obstante, eram imputadas à língua do Santo Padre. O poderoso e influente vigário de Curvelo, padre Carlos José de Lima, também participara do falatório, mas, através de artimanhas judiciárias que ele próprio forjou, conseguiu, naquele momento, esconder sua culpa. Contudo, 16 anos depois, este mesmo vigário envolver-se-ia em outro caso de inconfidência, também motivado por sátiras à conduta real.¹⁸

Durante o período pombalino, mais três episódios blasfematórios se sucederam na capitania mineira. O primeiro, de menor porte, envolveu o vigário capitular e governador interino do bispado de Mariana, Ignácio Correa de Sá, que, em 1769, teria proferido injúrias ao rei. O vigário foi acusado pelos cônegos do cabido de Mariana, desafetos de sua pessoa por conta de disputas jurisdicionais. Correa de Sá acabou preso, mas obteve liberdade, depois da “viradeira”. Não são conhecidas as palavras de seu crime.¹⁹

Outro caso, mais grave e complexo, teve lugar na Vila de Sabará, comarca do Rio das Mortes, em 1775, e envolveu diversas pessoas poderosas da região. O conflito nasceu da rivalidade entre duas facções da elite de Sabará, que disputavam cargos públicos, postos

¹⁷ AUTOS de seqüestro feito nos bens de Manuel Francisco José, João Peres de Sousa Soto e de outros, a que mandou proceder José Antônio Barbosa do Lago, ouvidor-geral da Comarca do Sabará. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 110, documento 52, fl. 31-32. Esta ementa está equivocada quanto ao conteúdo efetivo do documento.

¹⁸ Veja-se CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. Tese de Doutorado, p. 244-281. Catão descobriu que a documentação desta devassa está congregada à de outro episódio inconfidente, ocorrido no Curvelo em 1776. As fontes de ambos os casos podem ser consultadas no Projeto Resgate, na cota anteriormente citada. AUTOS de seqüestro feito nos bens... AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 110, documento 52. E também: AUTO de devassa de inconfidência, a que se procedeu contra o reverendo Carlos José de Lima. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 110, documento 29.

¹⁹ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 283-84. CARTA do conde de Valadares, D. José Luís de Meneses, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a devassa que apresentou o conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, contra o capitular pe. Inácio Correia de Sá, do bispado de Mariana, em observância da ordem régia de 1767, março, 24. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 96, documento 55.

comerciais e o mercado ilegal dos contrabandos. O grupo hegemônico orbitava em torno do ouvidor da comarca, José de Góes Ribeiro, e do vigário-geral, José Correa da Silva, que, juntos, interferiam na distribuição de regalias, na eleição das câmaras e no tráfico de ouro e diamantes. A segunda facção era constituída por outros potentados, que vinham sendo aliados das oportunidades monopolizadas pela “gente” do ouvidor e do vigário.²⁰ A 2 de fevereiro de 1775, Manuel de Figueiredo de Sá e Silva, homem bom e antigo assecla do grupo do ministro, que se desentendera com o bando, escreve denúncia sobre os dois cabeças, por crime de inconfidência. Além de praticarem inúmeras irregularidades (como prisões de desafetos, falcaturas contrabandistas, alocação de clientelas na administração pública, entre outras), José de Góes e José Correa da Silva foram acusados de blasfemar contra a pessoa plenipotenciária da monarquia, o Marquês de Pombal. O ouvidor era amigo de José de Seabra da Silva, secretário de Estado que, em 1774, fora banido do reino por Carvalho e Melo. Reprovando a atitude do poderoso ministro, José de Góes começara a “blasfemar não só contra o dito Senhor [D. José I], pela injustiça e paixão do predito Seabra, mas também contra o Ilmo. e Exmo. Senhor Marquês de Pombal”. Para o ouvidor, Seabra ia “fazendo sombra” no ministério pombalino; e teria caído na antipatia de Carvalho e Melo porque dissera ao rei que seu braço direito “já estava pateta e incapaz de governar”.²¹

O vigário de Sabará, José Correa da Silva, também teria desferido críticas à atuação de Pombal, afirmando que

o ministério estava herético, e estava conduzindo o reino à total heresia, em causa de que S. Majestade *não tinha poder de mandar anular a Bula da Ceia*, porque esta fora estabelecida por Decretos Pontifícios em benefício da fé católica, e que S. Majestade só tinha poder quanto ao temporal, e quanto ao espiritual só o Pontífice [...].²²

O religioso queixou-se ainda da perseguição que Pombal fizera sobre os membros da

²⁰ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 284-85

²¹ CARTA de Pedro Antônio da Gama e Freitas, dando conta a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, das providências que tem tomado no sentido de se informar sobre os delitos praticados por Manuel de Figueiredo de Sá e Silva, preso na cadeia de Sabará. Vila Rica, 2 de fevereiro de 1775. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 108, documento 6, fl. 5.

²² A 31 de março de 1768, Quinta Feira Santa, o papa Clemente XIII realizara cerimônia de leitura da bula *In coena Domini*, (a Bula da Ceia) na qual afirmava a soberania universal do pontífice, em relação ao poder temporal dos reinos cristãos. A 2 de abril do mesmo ano, o monarca lusitano respondera à provocação, declarando crime de traição a impressão da bula *In coena Domini*. Informações retiradas da internet. Endereço eletrônico: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/barroco/bar1765.html>. Acesso 23/01/2008. CARTA de Pedro Antônio da Gama e Freitas... AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 108, documento 6, fl. 6. Grifo meu.

Companhia de Jesus, chegando, inclusive, a censurar o livro *Advogado dos Pecadores*, cujo autor era um “Santo da Ordem Jesuítica”. Na opinião do vigário, a Mesa Censória do reino não possuía prerrogativas para “denegrir a autoridade do dito livro e a proteção do santo”.²³ José Correa da Silva aproximava-se das teorias corporativas de poder, que defendiam a superioridade incontestada do Papa sobre os reis, principalmente em assuntos de âmbito espiritual ou votivo.²⁴

O imbróglio resultou na abertura de duas devassas, uma mandada executar pelo governador interino de Minas, Pedro Antônio da Gama Freitas, e a outra, pelo próprio ouvidor de Sabará, que intentava reverter o pólo das acusações. Porém, com a chegada de dom Antônio de Noronha, novo general, em abril de 1775, a situação do ministro e do religioso se complicou. Em julho, Noronha solicitava a nomeação de outro ouvidor para a comarca do Sabará, em substituição “daquele louco que lá está”.²⁵ O ex-funcionário e o vigário são presos, seqüestrados e enviados para Lisboa. Toda a disputa resumiu-se, afinal, às rinhadas internas da elite sabarense, imiscuída em redes clientelares concorrentes e ramificadas.²⁶

Em 1776, o arraial de Curvelo torna a ser palco de outro crime de inconfidência. O vigário Carlos José de Lima, o mesmo que, em 1760, responsabilizara-se pela devassa das blasfêmias pró-jesuíticas, supostamente proferidas por dois religiosos, agora ocupava a posição inversa. De juiz, passou à condição de réu, acusado de crime idêntico àquele cometido na década anterior. Novamente, a rivalidade entre membros da elite local esteve por detrás dos fatos. O padre Lima foi acusado de pronunciar repetida e continuamente, por mais de dez anos, blasfêmias contra o soberano e o Marquês de Pombal, condenando-os pela expulsão

²³ CARTA de Pedro Antônio da Gama e Freitas... AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 108, documento 6, fl.7.

²⁴ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 303-04.

²⁵ CARTA de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, sobre a nomeação de um ajudante de ordens, assim como do desejo que tem de ver nomeado o bacharel Felipe José no lugar de ouvidor do Sabará. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais caixa 108, documento 49.

²⁶ “Estava em disputa o controle de cargos públicos, que era a porta de entrada para se aferir vantagens lícitas e ilícitas. Por detrás das coxias, estiveram em jogo os interesses das oligarquias locais, muitas vezes, conflitantes. (...) As blasfêmias contra o rei sempre eram denunciadas por um grupo de régulos locais interessados em atacar um grupo oponente. Como foi observado na Inconfidência de Sabará de 1775, denunciar os crimes de inconfidência de José de Góes Ribeiro Lara e do padre José Correa da Silva foi o caminho encontrado pelos poderosos no intento de ter seus interesses locais preservados. Era possível identificar as redes clientelares que, em muitos casos, extrapolavam os limites da América portuguesa, atingindo o reino, e que muitas vezes acabavam por infringir as leis do império. Foi o caso da relação entre o ouvidor inconfidente e José de Seabra da Silva. Essas inconfidências reforçam a idéia de que não é possível interpretar os movimentos de contestação políticas, tão comuns naquele contexto, sem levar em consideração a lógica e o movimento intrínsecos à própria dinâmica interna da colônia.” CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 317.

dos jesuítas. Muitas pessoas da região de Curvelo e de Papagaio, e até mesmo de Sabará, conheciam as palavras sediciosas do clérigo.²⁷

A peculiaridade desta inconfidência residiu nos cuidados que despertou junto ao governador de Minas, dom Antônio de Noronha. Depois de duas devassas locais, constatada a culpa do padre Lima e a cumplicidade de outras pessoas, o general se mostrava receoso quanto ao perigo político das maledicências, que giravam a respeito do rei e do ministro. Embora tivesse mandato e jurisdição para julgar os réus, Noronha declinou da tarefa. Em comunicado ao Marquês de Pombal, justificou sua atitude, dizendo que:

me horrorizaram tanto as *sacrílegas blasfêmias e sediciosas palavras* que temerariamente proferiu o primeiro réu clérigo [padre Carlos José de Lima] [...] que me não animo a convocar os ministros desta capitania para uma Junta, onde as mesmas sediciosas palavras *se não de fazer públicas* nos termos do processo e da defesa que se deve dar aos réus.²⁸

O governador remeteu os dois réus clérigos, os padres Lima e João Gaspar Barreto, para o Rio de Janeiro, onde permanecem presos na Fortaleza da Ilha das Cobras. Em 1777, os religiosos foram enviados para o reino, juntamente com o processo de devassa, que ficou, assim, desprovido de julgamento. Os implicados civis estiveram retidos em Vila Rica, até alcançarem soltura, depois da morte de D. José I.²⁹

O crime blasfematório fora, desta maneira, olvidado. Suas palavras sacrílegas e sediciosas terminaram silenciadas. Arguto e sensível, dom Antônio de Noronha percebera a periculosidade política das murmurações e, por isto, tomara a resolução de abafar o caso. Treze anos depois, o Visconde de Barbacena tentou repetir a tática de seu antecessor, mas não obteve sucesso. As vozes de 1789 fugiram ao controle governamental, para ganhar línguas e prosélitos. Ao contrário do que ocorreu na inconfidência do Curvelo, a conjuração de Tiradentes expandir-se-ia pela opinião pública colonial, despertando debate indevido e polêmico. Nada disto se verificou em 1776, para o bem da monarquia.

As inconfidências do Curvelo (1760-76), de Mariana (1769) e de Sabará (1775) revelaram novos conteúdos políticos. Decerto, os ataques diretos à pessoa do rei, comum aos

²⁷ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 318-356.

²⁸ AUTOS de seqüestro feito nos bens de Manuel Francisco José, João Peres de Sousa Soto e de outros, a que mandou proceder José Antônio Barbosa do Lago, ouvidor-geral da Comarca do Sabará. AHU, Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, caixa 110, documento 52, fl. 2. Grifo meu.

²⁹ Além dos dois clérigos, mais 16 pessoas foram considerados culpadas, pelo fato conhecerem, há muito, as palavras do padre Lima e não as delatarem em tempo. CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras...* p. 354-55.

episódios, configuram tópico rebelde inédito na história de Minas. Em todas as sublevações ocorridas durante a primeira metade do século XVIII, nunca as palavras foram ofensivas ao soberano. Até então, o horizonte teórico dos protestos havia mantido respeito para com o monarca, reconhecendo-o enquanto depositário e símbolo de justiça, mantenedor do bem-comum. Porém, os sucessos do período pombalino demonstram que isto, de fato, estava mudando. Uma nova *sensibilidade* política parece se manifestar, violando a imagem do rei imaculado, infenso à crítica. O príncipe torna-se, agora, alvo de vozes, tema para os murmúrios, ainda que acanhados.

Entretanto, um segundo tópico retórico não foi menos importante: a maledicência sobre o Marquês de Pombal. Como se viu, avaliar negativamente a conduta de funcionários constituía ação corriqueira nas Minas. Todavia, os murmúrios, neste caso, referiam-se especificamente aos agentes ultramarinos, homens que, ocupando postos da governança, da administração ou da justiça nos domínios do império, serviam ao rei, representando-o no nível local, para ali exercerem o seu poder. Falava-se mal dos governadores, dos ouvidores, dos párcos, de interinos, de intendentos e ou guardas-mores, de burocratas das mais diversas ocupações coloniais; mas não se avaliavam os funcionários metropolitanos, que, de Lisboa, prestavam auxílio, conselho ou execução às ordens do príncipe. Neste sentido, as críticas ao ministério pombalino inseriam uma variação política original, em relação à linguagem de julgamento das autoridades.

É curioso notar que, sob certo sentido, as maledicências ao ministro *encaminham e explicam* a desafeição para com o soberano. D. José I praticara atos heréticos e tiranos, mas só o fizera por intermédio de Pombal, sendo este a verdadeira causa-raiz para o desengano do reino. O monarca não era propriamente o culpado pela expulsão dos jesuítas, pelo suplício dos nobres ou pelo ostracismo de José de Seabra da Silva, e sim seu secretário de Estado, que, atuando nos bastidores, influenciara nas decisões régias. Este raciocínio mostrou-se evidente nos eventos de Sabará e de Curvelo. Pode-se dizer que, naquele momento, a corriqueira linguagem de desafeto aos funcionários, que pontuara a história colonial, expandia seu significado, ganhando novos contornos políticos.

É difícil avaliar quais conseqüências puderam advir desta *proximidade* entre os desmandos de um funcionário e as críticas incisivas ao rei. Em todo caso, nos falatórios da Inconfidência Mineira de 1789, também existirão murmúrios maledicentes a respeito do secretário Martinho de Melo e Castro, que foi acusado de formular projeto de

empobrecimento dos vassallos mineiros – embora ali nenhum agravo direto se tenha feito à pessoa da rainha D. Maria I. Caminhava-se em terreno discursivo movediço, modificado conforme as circunstâncias.³⁰

Outra característica significativa, comum às inconfidências dos anos 60 e 70, foram as disputas que opuseram entre si duas ou mais facções da elite local, agremiadas em redes clientelares díspares e concorrentes. Na verdade, a rivalidade dos bandos contribuiu para a delação e também para a forja dos fatos, maquiavelicamente batizados pelos próprios denunciadores como crimes de “inconfidência”. Portanto, é preciso enfatizar que estes episódios “sediciosos” não podem ser resumidos à animosidade política dos súditos contra o governo metropolitano. Antes disto, pesaram fatores internos da realidade colonial e, sobretudo, as suas fissuras políticas locais, subjacentes a um sistema econômico que, de regra, oferecia oportunidades de enriquecimento e prestígio, para poucos.

Os crimes de Curvelo, Mariana e Sabará deram vazão à vertente da opinião pública colonial que se manifestava nos murmúrios da elite abastada e influente. As vozes dos grupos superiores não eram, em hipótese alguma, homogêneas ou desprovidas de conflito, mas antes, endogenamente, rivais. Foram muitas as polêmicas que se consumiram nos ataques recíprocos das facções poderosas de Minas. Embora tais disputas configurassem uma constante na história da capitania, elas tenderam a se acentuar a partir da segunda metade do século, e, especialmente, com Pombal. O enraizamento das elites locais no interior do aparelho de Estado e dos órgãos fazendários, conformando um dos pilares da política pombalina, abriu oportunidades àqueles em condição de usufruir das benesses e das vantagens, que só um cargo público ou uma posição estratégica na administração podiam oferecer. Porém, isto implicou no surgimento de acres confrontos, protagonizados por membros de redes clientelísticas antagônicas, ávidas por hegemonia nos postos e nos negócios coloniais, fossem estes lícitos ou escusos.

Na década de 1780, os confrontos atingiram intensidade impressionante. A rede de interesses constituída em torno do governador dom Rodrigo José de Meneses (1780-83) incluía indivíduos como o ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga, o coronel e ex-ouvidor do Rio das Mortes, Inácio José de Alvarenga, o advogado Cláudio Manuel da Costa, o intendente Francisco Gregório Pires Bandeira, o negociante João Rodrigues de Macedo, dentre

³⁰ Veja-se GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2008. Dissertação de Mestrado.

outros que, alguns anos depois, envolver-se-iam, direta ou indiretamente, nos eventos conspiratórios. Com a substituição de dom Rodrigo, e a posse de Luís da Cunha Meneses (1783-88), a disputa por proventos coloniais deflagrou-se polêmica e violentamente. Os conflitos que, em 1784, envolveram o arremate do contrato das entradas são paradigmáticos deste ambiente. Gonzaga e “Fanfarrão Minésio” se chocam na indicação de pretendentes. Os dois encabeçavam facções rivais, que, naquele momento, renhiam pelo controle de posições. O mesmo embate travado por conta do contrato se repetiu nos demais veios da prevaricação local, como o contrabando de pedras e o extravio de ouro.³¹

Em 1785, publicou-se o famoso alvará proibitivo das manufaturas. Durante o reinado mariano, os pressupostos neomercantilistas tornavam à baila. A metrópole acreditou que o aumento de “fábricas” e manufaturas fazia retirar braços da lavoura e da mineração, o que, portanto, contradizia a vocação básica da terra.³² Todavia, ainda estão por se desvendar as possíveis conseqüências político-econômicas advindas do cerceio das manufaturas. O postulado de que a economia colonial estivesse desprovida de um mercado interno, idéia desmentida por muitas produções da historiografia recente, já não pode dar conta da complexidade daquele contexto.³³

A história das Minas setecentistas aproximava-se, desta forma, de seu acontecimento mais polêmico e contraditório. Conjugando tendências arcaicas e novidades da última hora, o movimento de 1789 foi repleto de paradoxos políticos e sociais. Ele refletia e reelaborava seu meio histórico, assumindo filiações, dialogando linguagens e tornando-se, afinal, titubeante, frente aos conflitos da sociedade que o gerava.

A Inconfidência foi, sobretudo, episódio em que atuaram as duas vertentes da opinião pública colonial. Ali, haverá uma mistura heterogênea entre os sussurros populares e os

³¹ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa...* p. 120-133.

³² NOVAIS, Fernando. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII.” *Revista de História*, 33(67), 1966, p. 145-166. Na visão do autor, foram de pequena monta as conseqüências do alvará de 1785 para a economia colonial. Novais justificou sua opinião, através da seguinte passagem: “a estrutura econômica do Brasil colônia era de todo desfavorável ao desenvolvimento manufatureiro. De fato, o regime escravista, base sobre a qual repousa todo o sistema, limita substancialmente as possibilidades de constituição de um mercado interno, pressuposto indispensável da expansão industrial”; p. 161.

³³ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998, p. 94. Para os autores, o alvará de 1785 deve ser contextualizado no interior dos circuitos econômicos imperiais da monarquia lusitana. Os historiadores chamam a atenção para o fato de que, na última década do século XVIII, a maior parte dos produtos manufaturados, que eram exportados de Portugal para o Brasil, não advinha do reino e tampouco da Inglaterra, mas sim da Índia portuguesa (principalmente tecidos de algodão indiano). Levando isto em conta, seria possível entender o alvará proibitivo enquanto uma política metropolitana de salvaguarda das especializações produtivas e comerciais existentes nas diversas partes do império.

discursos da elite. Embora confluíssem em mais de um aspecto, os pólos desta comunicação eram também repelentes, constituídos por vozes dissonantes. A cacofonia, daí resultante, sugere um problema histórico. Será nas fissuras deste palavreado que a conjuração encerrará, afinal, sua derrota, sua polêmica e sua memória.

Justiça Eleitoral e consolidação democrática: um estudo histórico

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale¹

Até o Império, os juízes tiveram participação crescente no processo eleitoral, mas ainda pequena se comparada à participação da Justiça Eleitoral. Para citar um exemplo, em 1824 passou a ser obrigatória a presença de um juiz na mesa receptora; posteriormente este ganhou o direito de ser o presidente desta. A gradual participação dos magistrados deveu-se às sucessivas tentativas de inibir as fraudes. Ao longo da República Velha se encontram diversas leis, decretos e instruções² com o objetivo de erradicar as fraudes. Embora em números haja um acervo vasto de legislação eleitoral, essas não trouxeram modificações substantivas que inibissem essas últimas. As falsificações das atas eleitorais, um dos mais graves e delicados problemas do sistema eleitoral brasileiro, permaneceram. Esse tipo de fraude nas eleições fez com que essas ficassem conhecidas como “eleições a bico de pena”. Havia outros tipos de fraude como a “degola”, o uso dos cabalistas, capangas ou capoeiras. Mas também era bastante comum agrupar eleitores no “curral eleitoral” para a distribuição de cédulas já lacradas para serem depositadas diretamente na urna³.

Outra prática comum na Primeira República era a existência de duas Assembléias, bem como de dois presidentes de estado empossados no mesmo Estado e no mesmo período. Essas contendas sempre eram resolvidas pelo Supremo Tribunal Federal, mas nunca traziam resultados satisfatórios. Revoltas e assassinatos eram as principais formas encontradas para resolver os problemas entre os oponentes⁴.

¹ Professora adjunta da UFVJM (teresa.vale@ufvjm.edu.br).

² Seguindo em ordem cronológica, as principais: decretos 200A de 8 de fevereiro, 277D e 277E de 22 de março, 480 e 511 de, 13 e 23 de junho, e 563, de 14 de agosto de 1890, decretos 802, de 4 de outubro, e 11.899, de 20 de dezembro de 1890, lei eleitoral nº 35, de 26 de janeiro de 1892, leis nº 69, de 1º de agosto de 1892, 153 e 184, de 3 de agosto e 23 de setembro de 1893, 342 e 347, de 2 e 7 de dezembro de 1895, 380, 411 e 426, de 22 de agosto, 122 de 7 de dezembro de 1896, 620, de 11 de outubro de 1899, 907, 908 e 917, de 13 de novembro e 9 de dezembro de 1902, lei 1.269, conhecida como Lei Rosa e Silva, lei 2.419, de 11 de julho de 1911, leis 3.139 e 3.208, de 2 de agosto e 27 de dezembro de 1916, leis 3.139 e 3.208, citadas acima, tiveram modificações nas leis 3.424, de 19 de dezembro de 1917, e 3.542, de 25 de setembro de 1918, 4.226 e 4.227, de 30 de dezembro de 1920 (Tavares de Lyra, 1921 *apud Cadernos da UnB*, setembro de 1980).

³ GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C. e ALBERT, V. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Cpdoc, 2002.

⁴ No livro *A Primeira República*, de Edgard Carone, encontra-se um bom exemplo ocorrido no Sergipe, em 1910. Os políticos envolvidos na contenda foram Batista Itajahy e Rodrigues Dória. Ambos se diziam chefes do poder Legislativo sergipano, criando-se um impasse que só foi resolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Esta notícia foi publicada na *Folha de S. Paulo* de 10 e 11 de abril de 1910. Ver Carone (1973:117-26).

Além disso, a prática do regime era autoritária com o abandono do princípio da representação. Melhor dizendo, ainda que houvesse um número expressivo de leis, ainda que permanecesse o voto para a escolha do representante, a verdade das urnas não existia. Mais ainda, a última palavra era sempre dada pelos aliados do governo que desejavam manter as coisas como sempre estiveram. Diferentemente do Império, na República surgiu uma nova configuração do poder em que o conflito entre grupos oligárquicos era exclusivamente direcionado para a conquista do patrimônio constituído pelo Estado⁵.

O liberalismo, que impôs ao país a Constituição de 1891, foi sufocado, permitindo o surgimento da prática autoritária que se configurou posteriormente pela doutrina castilhistas. Nesse sentido, Paim acerta quando diz que “*a doutrina liberal de Rui Barbosa, do mesmo modo que a de Assis Brasil, peca pelo abandono do entendimento firmado no Império de que a representação era de interesses*”⁶. E esse abandono permitiu a sustentação da falsa convicção de que a República era o governo de todo o povo e, também, permitiu o surgimento de uma nova oligarquia que governava ao “arrepio da Constituição”. Tudo isso fez com que os partidos políticos fossem necessários apenas nos períodos eleitorais, utilizados como instrumento para tentar retirar do poder grupos oligarcas e, em seu lugar, colocar outros grupos oligarcas. Ou seja, como sabiamente afirmou Faoro⁷, esse período configurou-se pela “distribuição natural do poder” entre as oligarquias estaduais. Somado a isso, a corporação militar se modernizou e se profissionalizou, permitindo o seu fortalecimento doutrinário e corporativo, ainda que existissem ideários em minoria que desembocariam no Tenentismo.

Em síntese, mesmo passando a ser o fio condutor da República para a escolha dos representantes, o processo eleitoral não recebeu um tratamento adequado. E isso permitiu aos estudiosos, como Leal⁸, Lessa⁹, Barreto e Paim¹⁰, entenderem esse período como um retrocesso na questão eleitoral, se comparado ao Império. Sua organização e estrutura eram bastante precárias, o que permitia, ainda, a permanência de fraudes. Várias leis foram implementadas na tentativa de inibi-las, mas nenhuma obteve resultado relevante. Isso

⁵ BARRETO, V. e PAIM, A. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da USP, 1989.

⁶ Idem, p.219.

⁷ FAORO, R. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2000. Ver também: FAORO, R. *A República inacabada*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

⁹ LESSA, R. *A Invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1988.

¹⁰ Op cit.

porque as fraudes tinham um significado importante nessa fase da República: elas garantiam a política dos governantes e, conseqüentemente, a estrutura de poder oligárquica inabalada.

Discussão sempre ocorreram, tanto na Câmara quanto no Senado, sobre soluções que inibissem as fraudes eleitorais. Essas soluções traziam a ideia de atribuir à Justiça o controle do processo eleitoral. Havia políticos que acreditavam que a retidão dos juízes acabaria por contaminar os processos eleitorais, evitando as fraudes. Mas havia aqueles que pensavam o contrário: os juízes se contaminariam com a “politicagem”. Independente do posicionamento dos deputados e senadores em relação ao controle do processo eleitoral, dificilmente se encontrava um político que duvidasse da integridade moral dos juízes.

Sob o impasse de quem controlaria o processo eleitoral, três momentos apresentaram-se com maior relevância: a) as discussões de 1903 (período da elaboração da Lei Rosa e Silva); b) as discussões de 1914; c) as discussões de 1916¹¹. Embora essas discussões não tenham trazido, de fato, o Judiciário para o controle do processo, elas demonstram a preocupação, bem como o amadurecimento da ideia entre os políticos de então.

O objetivo deste trabalho é apresentar a introdução da Justiça Eleitoral no Brasil, bem como, suas principais ações para a consolidação da democracia brasileira. Para tanto, este trabalho encontra-se subdividido em sessões: na primeira abordo a criação da Justiça Eleitoral; na segunda, a redação de códigos e emendas eleitorais; na terceira, a cassação do PCB; na quarta a eleição de Tancredo Neves; na quinta, a eleição de Silvío Santos; na sexta, a verticalização das coligações; e por fim uma conclusão preliminar.

A criação da Justiça Eleitoral (1932)

A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, fruto do lema “representação e justiça” da Aliança Liberal, pelo Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932 – o primeiro Código Eleitoral do país. Suas responsabilidades eram preparar, realizar e apurar as eleições, além de reconhecer os eleitos, ou seja, ela era responsável por todo o processo eleitoral, o que a difere, em muito, dos projetos apresentados ao Congresso e mencionados anteriormente.

¹¹ Sobre o assunto, a tese de Cristina Buarque de Hollanda (2007) tem informações relevantes e mais aprofundadas. HOLLANDA, C. B. de. Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

É importante ressaltar aqui que o amplo direito ao voto, em condições iguais (isto é, com a redução das fraudes), se deu durante um breve período autoritário, quando se encaminharam as reformas políticas, como por exemplo, a institucionalização da Justiça Eleitoral. Melhor dizendo, foi necessário um golpe, seguido da posse provisória de Getúlio Vargas para que as transformações em direção a uma democracia política pudessem ser implementadas. Para isso, era necessário o fim das milícias estaduais e, conseqüentemente, o esvaziamento do coronelismo e do poder oligárquico. Essa ação fortaleceu o poder central, permitindo-lhe operar reformas de maior profundidade política e social, muitas delas advindas da nascente e crescente classe média.

As reformas políticas, no que se refere à questão eleitoral, prometidas pela Aliança Liberal foram todas cumpridas nos primeiros anos do Governo Vargas. E o mais importante é que as reformas eleitorais foram, sem dúvida, decisivas para que o país alcançasse um sistema eleitoral democrático baseado no voto secreto e comandado pelo Poder Judiciário, ainda que a execução somente ocorra uma década depois. Não há dúvidas de que o país avançou no que se refere à transparência nos procedimentos, na correção e no clima de liberdade durante o período eleitoral. No entanto, não significa que as fraudes foram extintas com a criação da Justiça Eleitoral. Sua criação mostrou ser a mais consistente, se comparada às tentativas anteriores, mesmo que ela ainda tivesse (e ainda tem) muitos pontos a alcançar. Fato é que ao retomarmos as eleições em 1945, a Justiça Eleitoral reaparece como foi proposta por Assis Brasil em 1932, com apenas algumas poucas alterações.

O Império preocupou-se com o aprimoramento da representação. A República Velha rompeu com esse esforço de aprimoramento e transformou a política em “terra de ninguém”, sem lei, aumentando as fraudes e afastando o país do eixo democrático. A criação da Justiça Eleitoral, embora pareça motivada pelo sentimento de revanche e exclusão de parte da elite política, permitiu o surgimento de uma instituição necessária para a consolidação da democracia política no Brasil.

A redação dos códigos e suas emendas (1935, 1945, 1955 e 1965)

Ainda que em 1937 a Justiça Eleitoral tenha sido suspensa, esse duro golpe não foi suficiente para acabar com o germe plantado em 1932, e aprimorado em 1935, quando tivemos a elaboração do segundo código eleitoral. O código de 1935 surgiu para corrigir

imperfeições do primeiro código que dificultavam sua operacionalidade. Este segundo código foi proposto pelos membros do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE).

Com o fim do regime autoritário e a retomada democrática, o processo eleitoral de 1945 foi regulado pela Lei Agamenon (Decreto-Lei 7.586/1945), que estabeleceu as eleições para presidente, senadores e deputados federais. Nesse Código, a Justiça Eleitoral ficou sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal, já que as leis da época não permitiam a criação de um Judiciário especial. Essa lei, redigida pelos membros do próprio Supremo, criou a obrigatoriedade de filiação partidária como requisito fundamental para a candidatura a cargos públicos, vigorando sem muitas modificações até ser substituído pelo Código Eleitoral de 1950.

O projeto que acabou virando o Código de 1950 foi elaborado em 1946 pelo Senador Ivo de Aquino. Em dezembro de 1948 ele foi encaminhado para a Câmara e submetido a uma Comissão de Constituição e Justiça (Projeto 1379-c). O relator dessa comissão era o Gustavo Capanema, que afirmava ser uma reforma da legislação, e não apenas uma consolidação dos textos em vigor, uma vez que numerosas adições e modificações foram propostas (Diário do Congresso Nacional, 21/03/1950, p.1721-91). O quarto Código Eleitoral brasileiro foi aprovado pela Lei nº 1.164, de 24/07/1950 e, uma curiosa característica, é ser de longa maturação, desde novembro de 1946. As principais alterações foram: extinção do alistamento *ex-officio* e a extinção da repartição das cadeiras não alocadas na primeira distribuição (as sobras) entre os partidos que tivessem maior número de votos, respeitando a ordem de votação nominal.

Em 1955, pela Lei nº 2.550, de 25/07/1955, redigida pelo presidente do TSE, Edgar Costa, e encaminhada pelo deputado Raul Pilla à Câmara, tentou-se aprimorar o sistema eleitoral. Duas eram as preocupações com o Código em vigor: ele não instituía uma cédula oficial e havia a necessidade, sobretudo advinda da oposição, de o candidato à presidência da República obter maioria absoluta. Edgar Costa redigiu essa lei ouvindo sugestões dos seus pares do TSE e dos políticos Afonso Arinos de Melo Franco (UDN) e José Maria Alkmim (PSD). Com ela, o eleitor era fixado em uma determinada seção eleitoral, para onde iria a sua ficha individual de votação¹².

¹² Outras alterações feitas no Código foram as Leis nºs 2.982, de 30/11/1956, 4.109, de 27/07/1962 e a 4.115, de 22/08/1962. A primeira institui a célula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências; a segunda, introduz alterações na Lei nº 4.109/62 e dá outras providências.

O objetivo dessa medida era abolir as fraudes, pelo uso de título falso ou de 2ª via, obtida de modo doloso, que permitia a duplicidade de votos em seções diferentes. Uma curiosidade foi implementada por essa lei: cada eleitor tinha seu dedo mínimo esquerdo, ou outro que não lesionado, imerso em tinta fornecida pelo TSE para que esse não retornasse e votasse. Eleitor com vestígio de tinta não poderia votar.

Apesar das mudanças, a lei não satisfez grande parte da oposição, sobretudo udenista, que reclamava reformas mais profundas e consistentes. A *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, jornais claramente oposicionistas, publicavam seguidos artigos de crítica ao sistema eleitoral. Tamanha foi a pressão que o Ministro Edgar Costa, então presidente do TSE, redigiu novo projeto que se transformou na Lei nº 2.582, de 20/8/1955, instituindo a cédula única de votação.

Após o ministro Edgar Costa, o ministro Luis Gallotti foi eleito presidente do TSE, ainda em 1955. Segundo nos conta Hélio Silva, o general Lott tentou persuadir o presidente do TSE, ministro Luis Gallotti, a adotar a maioria absoluta nas eleições que consagraram JK presidente da República. No entanto, sabiamente, Gallotti respondeu ao general que pressionar um Tribunal nada adiantaria, pois este estava preso ao juramento de seguir fielmente a Constituição e as Leis promulgadas. Lembrou, inclusive, que nas eleições de 1950, foi levada ao TSE essa proposta, rejeitada pelo mesmo por não constar sequer uma linha sobre o assunto na Constituição em vigor, qual seja, a de 1946. O precedente aberto corroboraria uma segunda resposta negativa a qualquer tentativa de maioria absoluta que não aprovada pelo Congresso. Na ocasião o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) ameaçou levar para o STF, mas foi lembrado pelo próprio Gallotti que cabia recurso às decisões do TSE ao STF somente em situações extremamente restritas, de modo que esse recurso não teria cabimento e seria negado pelo STF¹³.

Diante de vários golpes tentados, e da instabilidade política do período, a Justiça Eleitoral resistiu; além disso, absorveu bem a demanda de representação e justiça. No período de 1945-64, e até mesmo no período posterior, a questão das fraudes deixou de ser prioridade do Congresso, sendo resolvida, quando demandado, pelo próprio TSE com suas resoluções e acórdãos. A exceção foram as duas leis redigidas por Edgar Costa e promulgadas pelo Congresso. Mas até nesse caso, foi o TSE, na figura de seu presidente, o idealizador da emenda.

¹³ Silvia e Carneiro, 1975, p 69-70.

Logo após o golpe de 64, Castelo Branco foi lembrado por Milton Campos da necessidade de reforma eleitoral e incumbiu o TSE de aprontar dois anteprojetos de reformas para o Código Eleitoral e o Estatuto dos Partidos. O ministro Cândido Mota Filho (então presidente do TSE), entregou-os em fins de 1964, apontando suas inovações¹⁴. Algumas não foram aceitas, mas outras, sim. A mais importante para este estudo foi a de fortalecer a influência da Justiça Eleitoral, evitando consagrar o caráter normativo de suas decisões. Destes anteprojetos, o sistema de apuração não foi acolhido, adotou-se a inovação de proibir que os eleitores escolhessem candidatos federais e estaduais de legendas diferentes, fortaleceu a influência da Justiça Eleitoral, permitiu o alargamento do tempo de campanha desde que aprovado pela convenção partidária e, sobre a contagem e apuração dos votos, permitiu o uso das mesas receptoras, desde que fosse julgado necessário.

O projeto que instituiu o Código Eleitoral foi o de nº 2.745-a, de 1965 (Diário do Congresso Nacional, 24/04/1965, p. 2.147). O Código de 1965, aprovado pela lei nº 4.737, de 15/07/1965, vigente até hoje, contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado. O Tribunal Superior Eleitoral expedia Instruções para sua fiel execução. Dentre os Códigos brasileiros o de 1965 possui mais detalhes, é mais rígido, maior, mais técnico e específico.

As principais proposições contidas do Código de 1965, sobre o direito político e a Justiça Eleitoral são que ele contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, primordialmente os de votar e ser votado. E, também, o Tribunal Superior Eleitoral permanece com a atribuição de expedir instruções para sua fiel execução.

Não foi modificada a hierarquia e a estrutura dos órgãos da Justiça Eleitoral. Ou seja, desde o Código de 1945 compõem a Justiça Eleitoral: o TSE, os TREs, as Juntas Eleitorais e os juízes eleitorais. A composição do TSE e dos TREs também não sofreu alteração. As competências do TSE mantiveram-se todas, com apenas ampliações tais como: organizar e divulgar súmula; enviar lista tríplice ao presidente da República; entre outras. Nenhuma alteração foi feita sobre as funções normativas do Judiciário eleitoral. Como já mencionado anteriormente, o Código de 1965 acresceu-se em artigos, mas isso o tornou mais técnico.

O Código de 1965 é considerado pelos juristas a nossa melhor lei eleitoral, do ponto de vista técnico-legislativo. No entanto, há aqueles que o acham um verdadeiro “*entulho da*

¹⁴ PORTO, W. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 64. Veja também: PORTO W. *Dicionário do Voto*. Brasília: Editora UnB, 2000.

*ditadura*¹⁵. Este teve inúmeras modificações, na sua grande maioria de caráter casuístico, permitindo afirmar que, apesar de tantos Códigos e de tantas alterações, permanece até os dias de hoje o sistema inicial, criado em 1932. Interessante notar que os títulos e capítulos não se alteraram, inclusive a sequência. Poucos artigos foram modificados: houve supressão e inclusão de artigos iguais entre os códigos, mas sem grandes alterações, ou melhor, alterações que pudessem modificar substantivamente o papel da Justiça Eleitoral. Pareceu ser como um experimento até chegar em 65.

A cassação do PCB (1947)

O caso a ser mencionado aqui foi tratado pela Resolução nº 1.841, de 07 de maio de 1947. Nas 212 páginas que compõem essa resolução encontramos a descrição detalhada de todos os fatos concernentes ao acontecido. A resolução inicia com a descrição do que chamaram de “antecedentes”, ou seja, desde a formação dos primeiros grupos comunistas brasileiros, ainda em 1918, até ao início do Estado Novo, em 1937. Nesses anos o próprio Tribunal descreve as tentativas infrutíferas do partido em conseguir legalizar-se.

O registro provisório do PCB foi concedido em 1945, conforme os termos da resolução/instrução sobre partido político do mesmo ano. No entanto, para que o partido conseguisse o registro em definitivo, o TSE, através da Resolução nº 213/45 exigiu do partido que regularizasse algumas questões, como o esclarecimento de qual o processo pretendido para a divisão e distribuição de terras (confisco ou expropriação). As questões colocadas ao partido eram para garantir que os propósitos democráticos fossem assegurados. Para tanto, em 18 de outubro, o PCB alterou os registros e estatutos, além de prestar longos esclarecimentos sobre os questionamentos a ele feitos. Em todo o processo o partido reafirmou seus propósitos democráticos; o resultado foi o deferimento do registro definitivo por meio da Resolução nº 324/45.

Em março de 1946 o TSE recebeu diversas reclamações exigindo a cassação do registro do PCB. Em sua grande maioria, alegavam que o partido seguia ideias de uma organização internacional, orientado pelo comunismo marxista-leninista da União Soviética,

¹⁵ Para exemplo, o Código de 65 também é visto sob a perspectiva de um autoritarismo instrumental. Autores como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna ilustram bem essa questão. No entanto, essa é uma longa discussão que foge do propósito.

fazendo dele um partido estrangeiro a serviço da URSS. Com tais reclamações, o TSE incumbiu o TRE-DF de proceder a investigações para apurar tais denúncias. Em paralelo, pela Resolução nº 591/46, o TSE mandou ouvir o partido acusado e o representante do Ministério Público.

Em sua defesa o PCB alegou ilegitimidade das partes denunciadas, colocou à disposição da Justiça Eleitoral todos os seus arquivos, inclusive as partes removidas para o Ministério da Guerra, e afirmou seguir seu programa e diretrizes políticas democraticamente discutidas em seu seio. Afirmou, também, o delegado do partido que o PCB nunca se manifestou contrário ao pluripartidarismo; ao contrário, lembrou que a votação de sua bancada à emenda convertida no Art. 141, §13¹⁶ da Constituição, foi unanimemente a favor da mesma.

O parecer do Ministério Público foi favorável à permanência do partido, utilizando-se, inclusive, da citação do mesmo Art. 141 da Constituição de 1946. Concluiu o procurador que o programa do PCB é o que foi legalmente registrado. O relator da sessão que resultou na Resolução nº 1.841/46, Francisco Sá Filho, e também o relator das investigações, Ribeiro da Costa, votaram contra a cassação, os demais a favor.

Os principais motivos dados pelos ministros em favor da cassação foram alegações como a manifestação do partido contra os princípios democráticos, os direitos fundamentais dos homens, sobretudo a liberdade e a propriedade privada (direito que seria suprimido com o regime comunista, mesmo sendo ele “neocomunista”, como afirmado pelo procurador geral, ao permitir o registro definitivo do partido em 1945). Mas o principal motivo lembrado pelos ministros, e considerado definitivo para a decisão, foi a duplicidade de estatutos.

Após a cassação do registro do partido feita pelo TSE, foram cassados os mandatos dos eleitos pelo PCB. Com tais cassações, houve a intervenção em vários sindicatos e o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil, feitas pelo Ministério do Trabalho. Em seguida a esses fatos, os comunistas tentaram registrar o Partido Popular Progressista (PPP), negado pelo TSE. Em 1948 foi votado e aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto 875-A, que dizia do preenchimento das vagas no Corpo Legislativo em virtude da cassação de partido político (cf. Cpdoc-FGV).

¹⁶ “Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 13 - É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”.

A cassação do PCB em 1947 mostra uma Justiça se consolidando, com todos os requisitos que demonstram um ativismo jurídico e já demonstrando força decisória. O TSE agiu em favor aos desejos dos demais Poderes e das elites políticas brasileiras que temiam a formalização de um partido com projeção nacional e tão avesso aos ideais políticos dessa mesma elite. Sem dúvida, de todo o período, essa atuação do TSE foi a mais marcante e decisiva para mostrar a força e o peso das decisões de tal Tribunal.

A eleição de Tancredo Neves (1984)

Em 1985 tivemos a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República. Nessa ocasião, o fim da sucessão militar no Poder Executivo nacional, passando às mãos de um civil de oposição, só ocorreu após interferência do Judiciário, ou melhor, só foi possível depois que o TSE deliberou sobre o assunto, contrário ao que o governo esperava.

No período militar, muitos artifícios foram utilizados para garantir a maioria do governo nas votações congressuais, entre os quais a fidelidade partidária. Retomando o fio da história, a fidelidade partidária foi introduzida no Brasil pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Isso, na prática, significava que todas as decisões tomadas pelo partido deveriam ser seguidas pelos seus membros alocados no Congresso brasileiro, sob o risco de perderem o mandato, caso houvesse desobediência. Isso colocava a oposição em situação desvantajosa, já que suas proposições estavam sempre fadadas a reprovação congressual.

Assim como as proposições da oposição tinham poucas chances de passarem pelo Congresso, também eram pequenas as chances de um candidato oposicionista alcançar o cargo de presidente da República. O Colégio Eleitoral, responsável pela eleição indireta do presidente, era composto majoritariamente pela situação, graças aos artifícios introduzidos, tais como, o “senador biônico” criado pelo Pacote de Abril, de 1977; a introdução do voto vinculado nas eleições de 1982; e as alterações na Constituição, feitas em 1982¹⁷. O Colégio Eleitoral era composto por 479 deputados federais, os senadores (três por estado federado) e, somados a eles, seis deputados estaduais, por estado, indicados pela bancada majoritária das Assembleias Legislativas, que, na sua grande maioria, eram pró-governo.

¹⁷A principal alteração constitucional realizada em 1982 foi sobre a composição do Colégio Eleitoral. Veja http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2016_3.asp

No entanto, por decisão unânime, os ministros do TSE tiveram atuações importantíssimas, que alteraram o curso dos fatos, garantindo a competitividade das eleições por meio da Resolução nº 12.028/84. Ao recusar o pedido da direção do PDS de arquivar uma cópia da ata da reunião do seu Diretório Nacional, realizada em 21 de novembro de 1984, o TSE mostrou-se uma instituição independente, forte, íntegra e atenta ao ambiente social e suas demandas.

Na ata do PDS constava a Resolução nº 14/84, do próprio, em que obrigava seus membros a votarem em Paulo Maluf e Flávio Portella Marcílio como candidatos a presidente e vice, respectivamente. A resolução elaborada pela direção do PDS, que deveria valer principalmente para seus membros que pertenciam ao Colégio Eleitoral, teve duas solicitações de impugnação feitas pelo presidente do PMDB e por 48 deputados federais e senadores eleitos pelo PDS¹⁸ e membros do Colégio Eleitoral. Diversos foram os motivos alegados, mas o principal deles foi o de que a diretoria do partido não tinha legitimidade para decidir sozinha tais questões. Para tanto, o Tribunal não deveria arquivar tal ata antes de conferir as conformidades legais.

Diante dessa questão, o TSE, em votação unânime, indeferiu o arquivamento da ata e, ao fazê-lo, decidiu pela não aplicação da lei de fidelidade partidária para o caso da eleição presidencial em questão. A lei sobre fidelidade partidária existia, mas não foi aplicada pelo TSE, com exceção do Procurador Geral Eleitoral Inocêncio Mártires Coelho, que sugeriu aos ministros que votassem a favor do arquivamento.

No entanto, a votação foi contrária ao proposto pelo Procurador Geral Eleitoral. Os ministros apoiaram-se, principalmente, no fato de que o Diretório Nacional não tem poder para estabelecer diretrizes aos membros do Partido. Sua função é a de fazer com que os membros cumpram as diretrizes estabelecidas pela Convenção Nacional, como rege o próprio estatuto do PDS. Segundo os ministros do TSE, a direção do partido não poderia obrigar seus membros a votarem nos candidatos porque, segundo o próprio estatuto do partido, a direção não possuía competência para fixar diretrizes aos seus filiados. Para se estabelecer obrigatoriedades aos mesmos seria necessária uma Convenção Nacional. Outro motivo dado pelo TSE foi que o arquivamento de uma diretriz partidária não fazia parte dos procedimentos

¹⁸Havia uma dissidência dentro do PDS contrária à candidatura de Maluf. Articulações internas dentro da situação tentaram impedir a candidatura de Maluf nas prévias. Visto que impossível, a articulação passou a tentar se aproximar do candidato Tancredo para que seu vice fosse Sarney. O governo acabou não apoiando Maluf, que seguiu sua campanha até o fim convivendo com o fantasma de uma possível renúncia.

administrativos e cartorários, mas, sim, era um ato de jurisdição eleitoral de feição não contenciosa. Em outras palavras, era um ato pertencente ao mundo eleitoral, mas não demandava discussão em juízo.

Este caso, ocorrido na eleição de Tancredo Neves à presidência da República, mostrou um judiciário eleitoral consolidado, autônomo, forte que imprimia suas marcas na história pela busca da democracia política brasileira.

A candidatura de Silvio Santos (1989)

O comunicador Silvio Santos quis concorrer às eleições de 1989, mas sua entrada ocorreu 15 dias antes da data marcada para o pleito e este não tinha vínculo anterior a qualquer partido. Como não havia legislação que impedisse tal candidatura, já que Sarney vetou o art. 8 da lei eleitoral que fixava o prazo mínimo de 6 meses para a filiação partidária dos candidatos, ficou a cargo do TSE, a autoridade máxima para julgar questões eleitorais, decidir. Esse fato colocou à prova a credibilidade da Justiça Eleitoral pela primeira vez na história. Acrescente-se a esse problema que era interesse do poder Executivo a candidatura de Silvio Santos.

Em 21 de outubro o jornal *O Estado de S. Paulo* veicula uma notícia dizendo “*Sarney quer Silvio Santos candidato*”¹⁹. Antes da candidatura de Silvio Santos pelo PMB, ele foi assediado pelo PFL, que forçou a desistência de Aureliano Chaves à candidatura para ceder lugar a Senhor Abravanel, nome verdadeiro do comunicador. O caso foi amplamente divulgado pela mídia e apelidado de “Operação Chaves” (brincadeira com o programa Chaves e com o candidato Aureliano Chaves). No entanto, Aureliano Chaves não cedeu. A candidatura se fez possível pelo PMB, pois o pastor Armando Corrêa aceitou ceder seu lugar a Silvio Santos, articulação feita, na época, por três senadores do PFL que ficaram conhecidos como “os três porquinhos”: Édson Lobão, Hugo Napoleão e Marcondes Gadelha.

João Francisco Rezek, então presidente do TSE, em entrevista a Marília Gabriela (programa Cara a Cara, da Rede Bandeirantes), disse que a Justiça Eleitoral estava atenta aos fatos e que dificilmente seria possível uma candidatura a 15 dias da eleição. Fosse qual fosse a decisão do TSE, sem dúvida nenhuma provocaria uma alteração profunda no quadro político

¹⁹Nêumane, 1989:148.

do país semelhante ao caso da eleição de Tancredo Neves, em 1984, quando o TSE declarou o fim da fidelidade partidária²⁰.

A candidatura de Silvio Santos teve 17 pedidos de impugnação junto ao TSE, entre elas a que levantava a ilegalidade do registro do PMB, reconhecida pelo seu ex-candidato à presidência, Armando Corrêa. O julgamento do caso Silvio Santos encontra-se descrito na Resolução nº 15.900/89. Nas suas 57 páginas encontramos todos os detalhes. Por unanimidade, no dia 9 de novembro, os ministros do TSE (incluindo o voto de seu presidente Rezek, que não era obrigado a votar, só se houvesse empate), impugnou a candidatura de Silvio alegando não ter havido desincompatibilização mínima de três meses pelo candidato dos meios de comunicação e pelas irregularidades do partido por não ter feito convenções em nove estados da federação. Também, sua decisão foi tomada com base na observância de que seu partido, o PMB, não tinha pré-requisitos necessários para o registro final do partido, portanto, não poderia registrar candidato algum²¹. Encerrado o episódio, a Justiça Eleitoral teve sua credibilidade aumentada, pois seus ministros demonstraram agir como magistrados, guardiães da lei e equidistantes das partes em disputa.

O caso teve uma repercussão tão grande na sociedade, sobretudo na mídia, que o Judiciário eleitoral ficou em evidência. Em toda a história brasileira, nunca a vida pessoal dos juízes foi tão exposta com o objetivo de tentar descobrir qual o voto seria dado ao caso. Mas ao término do julgamento, a Justiça Eleitoral saiu mais fortalecida, sendo reafirmada sua integridade e sua imparcialidade.

A verticalização das coligações (2002)

O último fato histórico a ser explorado é o caso da verticalização eleitoral, ocorrida em 2002, ano de corte da pesquisa. Para muitos estudiosos contemporâneos, a verticalização das coligações cumpre o papel de primeiro grande exemplo do início de uma nova Justiça Eleitoral.

²⁰ É importante ressaltar que o Ministro Rezek, polêmico em suas aparições e decisões, causou nesse período uma “mancha” no judiciário eleitoral, pois que findas as eleições ele deixou a presidência do TSE e o STF para ser Ministro de Relações Exteriores do Governo Collor.

²¹ SADEK, M. T.A. “A Justiça Eleitoral no processo de redemocratização”. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Idesp, 1990, p. 153-76. Veja também: SADEK, M. T. A. *A Justiça Eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995.

A Resolução nº 20.993/2002, também conhecida como Instrução 55, dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos para as eleições de 2002. Nesta Resolução, ao tratar dos partidos políticos e das coligações, a Justiça Eleitoral interpretou o art. 6º da Lei nº 9.504/97, deixando dúvidas que se transformaram em consulta ao Tribunal. Em sua resposta, o TSE clareou a questão não permitindo coligações estaduais e federais entre partidos adversários à presidência. Essa resposta negativa foi dada a quatro deputados federais (Miro Teixeira, José Roberto Batochio, Fernando Coruja e Pompeo de Mattos) e ficou conhecida como verticalização das coligações. Do ano de 2002 ao ano de 2009, com base nesta Resolução, mais onze pronunciamentos foram feitos pelo TSE em resoluções e acórdãos mencionando a verticalização das coligações.

Essa postura do TSE tinha como principal objetivo fortalecer o caráter nacional dos partidos, como prevê a Constituição de 1988. É importante ressaltar que como as eleições são regidas por um código anterior a essa Constituição e, posterior a esta temos um acervo grande de leis para atualizá-lo, coube ao TSE a função de interpretar as entrelinhas de uma e outra e a partir da resolução determinar o que deve ser ou não feito. Para Cappelletti, a interpretação dos juízes nada mais é do que a criatividade judiciária, o que nos leva ao ativismo jurídico e o “fazer leis” pelo judiciário eleitoral.

No mesmo ano de 2002, por conta do tema da verticalização das coligações, longas discussões apareceram no Congresso em relação à Justiça Eleitoral e sua competência. Por exemplo, na sessão ordinária da Câmara dos Deputados de 24/04/2002 uma longa discussão se deu por causa do tema em questão, considerado de caráter político e de competência do Poder Legislativo para regulamentação da matéria (CDC, 25/04/2002, p. 20.296-20.306). Foram inúmeras as manifestações contra.

A repercussão desse caso foi tanta que duas Adins foram ajuizadas no STF, que decidiu pela constitucionalidade da decisão do TSE. Em resposta, o Congresso aprovou a Ementa Constitucional 52 (aprovada somente em 2006) para garantir a autonomia dos partidos para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais.

No ano de 2006 o TSE manteve a regra de verticalização das coligações adotadas em 2002, mesmo com a Emenda Constitucional 52, o que causou nova polêmica: aplica-se a nova regra já nas eleições de 2006, ou utiliza-se o princípio da anualidade das leis eleitorais, previsto no art. 16 da Constituição Federal? A resposta a esta questão foi dada através da Adin 3.685, interposta pela OAB ao STF, ao aplicar inconstitucionalidade à emenda que não

respeitou o princípio previsto no art. 16 da Constituição Federal. Segundo a relatora do caso, ministra Ellen Gracie, as novas regras só poderão ser aplicadas a partir das eleições de 2010. Esta decisão foi por voto da maioria (9 x 2). Esse caso, sem dúvida, é um poderoso exemplo da judicialização da política, como prevê os estudos da ciência política, mostrando mais uma vez a autonomia do judiciário especial, bem como sua força.

Conclusões preliminares

Ainda que existam grandes debates sobre o papel da Justiça Eleitoral, com alegações de que esta tem usurpado o poder do Legislativo, a Justiça Eleitoral teve e tem um papel moralizador sobre a boa representação. As funções atribuídas a ela, como qualificação do eleitor, recepção do voto, apuração da eleição e diplomação do eleito, mostram terem sido acertadas, uma vez que com a Justiça Eleitoral a fraude foi praticamente erradicada.

A Justiça Eleitoral garantiu, e garante, a lisura do processo, ainda que algumas dificuldades sejam encontradas em seu caminho. Das soluções propostas ao longo da história brasileira, a Justiça Eleitoral foi, sem dúvida, a mais eficaz e sua criação trouxe maior poder ao Judiciário. Lembre-se que, pelo menos no quesito eleitoral e admissão dos representantes do povo soberano, a Justiça está acima dos demais poderes, pois que ela decide quem pode ou não ser diplomado.

Da criação aos dias atuais, a Justiça Eleitoral mostra-se um instituição forte, ainda que sua estrutura organizacional pareça frágil, e nos permite pensar sobre a técnica *versus* a política. Desde o princípio, temos a defesa de que o corpo técnico, formado por especialistas da área jurídica, seria a resposta para os problemas políticos eleitorais. Ao contrário, na mesma defesa, encontramos que o corpo político (o legislativo e o executivo) se demonstraram incapazes de controlar o processo eleitoral com a mesma integridade que o judiciário o fez e faz. Nesses termos a técnica sobrepõe a política permitindo inúmeros estudos e discussões na ciência política. Essa tese apenas aponta para essa discussão. Além disso, deriva-se desse o sentido pedagógico e apartidário que a justiça eleitoral vem demonstrando ao veicular nos meios de comunicação propagandas chamando a atenção do eleitor da importância do seu voto.

O judiciário eleitoral brasileiro mostrou-se, em toda a história aqui contada, um relevante ator para a consolidação da democracia, ao menos política. A atuação desse ator

permitiu que se garantisse os princípios básicos da democracia representativa, quais sejam, soberania popular garantida por eleições limpas e por resultados seguros²².

²² Outras bibliografias utilizadas: *A JUSTIÇA eleitoral de 1932 ao voto eletrônico*. Rio de Janeiro: TRE/RJ, 1996. 114 p. ; AMADO, Gilberto. *Eleição e representação curso de direito político*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1969. 3ª Edição.; BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *A justiça eleitoral e o seu papel no ordenamento jurídico-democrático*. Brasília: TSE, 1980, 22 p. ; BROSSARD, Paulo. *Idéias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. ; CALVALCANTI, T. e DUBNIC, R. *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1964. ; CARONE, E. *A Terceira República*. São Paulo: Difel, 1982. ; _____. *A Quarta República*. São Paulo: Difel, 1980. ; _____. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1978. ; _____. *A Primeira República*. São Paulo: Difel, 1973. ; CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. v. 2: *O baile das solteironas*. (Coleção Brasil Século 20). ; CASTRO, Augusto O. Gomes de. *A lei eleitoral comentada*. Rio de Janeiro: Tip. Batista de Souza, 1945. ; _____. *O novo código eleitoral*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Fº, 1936. ; COSTA, E. *A legislação eleitoral brasileira. Histórico, comentários e sugestões*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1964. ; FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. ; FERREIRA, M. R. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001. ; FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1958. ; GUERZONI FILHO, Gilberto. "A Justiça Eleitoral no Brasil: a desconfiância como elemento fundamental de nosso sistema eleitoral". *Revista de Informação Legislativa*, Ano 41, nº 161, jan./mar. 2004. p. 39-46. ; HOLLANDA, S. B. de e FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vols. 7 a 11. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ; KELLY, Otávio. *Código Eleitoral Anotado*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº Editor, 1932. ; MELLO, Antonio Carlos Pimentel. *A defesa da verdade eleitoral*. Vila Velha: Gráfica Espírito Santo, 2004. ; MENEGUELLO, R. "Nota preliminar para um estudo da Justiça Eleitoral". In: SADEK, M. T. (org.). *História Eleitoral do Brasil*. São Paulo: Idesp, 1989, p. 101-15. ; NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. ; _____. *Abuso de poder no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Forense, 1988. ; RUSSOMANO, R. "Sistemas eleitorais. Justiça Eleitoral – sua problemática no constitucionalismo brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Ano 18, nº 71, jul/set. 1981, p. 133-40. ; SANTOS, Ruy de Oliveira. *Código Eleitoral anotado*. Rio de Janeiro: Metrópole Editora, 1937. ; SEMINÁRIO sobre modelos alternativos de representação política no Brasil: realizado na UnB, em setembro de 1980, por Afonso Arinos e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Cadernos da UnB.; _____. *História da República Brasileira*. 20 volumes. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.; TEIXEIRA, Maria Lopes. *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. ; TRINDADE, H. (org). *Reforma Eleitoral e Representação Política*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.; Arquivo CPDOC – GV c 1931.11.00/1 – FGV

O Quinto Império no Segundo Reinado: as idéias de Patroni, um filósofo profeta

Tiago Almeida Zebende¹

No ano de 1845 saiu à luz pelos prelos da Tipografia Universal de Laemmert um curioso livro intitulado “*Os Mistérios do Brasil ou Segredos da Providência na Constituição Imperial da Terra de Santa Cruz*”.² Tratava-se de uma interpretação de numerologia sobre pessoas e eventos da política brasileira de então. Seu autor, após fazer inúmeros cálculos e associações entre nomes e datas, chegava à intrigante conclusão de que o Imperador D. Pedro II era Cristo Capitão na terra e que o Brasil, Terra de Santa Cruz, era, de fato, o Quinto Império das profecias bíblicas de Daniel. Influenciado por Antônio Vieira, acreditava firmemente que Deus conduziria o Império do Brasil à perfeição política e cristã, por intermédio do seu Monarca Ungido.

Tendo por base este livro vamos seguir o rastro de três esquecimentos históricos. O primeiro deles é o esquecimento do próprio livro, escondido que ficou do público, primeiro na biblioteca de Manuel Barata e, depois, quando seu acervo foi doado ao IHGH, nas prateleiras do arquivo desta instituição. Lido cento e cinquenta anos depois de sua publicação o livro intriga pelo seu conteúdo aparentemente inusitado. O segundo esquecimento tem a ver com a palavra ‘aparentemente’, usada na última frase. Afinal, na senda dos estudos sobre a modernidade política no século XIX, pouca atenção é dada ao âmbito das permanências religiosas no pensamento luso-brasileiro. O messianismo acompanhou Portugal desde sua fundação quando, no Campo de Ourique, Deus prometeu a D. Afonso Henriques dirigir um Império em seu nome, combatendo os infiéis seguidores de Maomé. Esta idéia de uma nação a serviço da expansão da Cristandade se tornou um idioma político³ em Portugal, legitimando a sua monarquia em diferentes conjunturas históricas, desde os descobrimentos, passando pela ocupação de Castela até às invasões Napoleônicas, já no século XIX. De modo que este livro nada mais é do que uma adaptação, à brasileira, de uma longa tradição portuguesa, a um só

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da UERJ, campus Maracanã.

² PATRONI, Filippe Alberto Patroni Martins Maciel. *Os mysterios do Brasil ou segredos da Providencia na Constituição Imperial da Terra da santa Cruz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845. (IHGB).

³ A respeito do conceito de idioma político ver: POCOCCO, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

tempo política e religiosa. Por último, temos o esquecimento em relação ao seu autor. Vamos seguir de mais perto sua trajetória pra entendermos melhor a sua obra.

Personagem pouco estudada pela historiografia o paraense Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente foi um político, jornalista e escritor da primeira metade do século XIX. Com uma vasta produção literária publicou inúmeros panfletos, opúsculos, livros e jornais pelas principais casas editoriais de seu tempo. Sempre envolvido com a política iniciou cedo a sua carreira ao se engajar na Revolução Constitucionalista do Porto em 1820, quando ainda cursava Direito em Coimbra. Dessa forma o encontramos junto ao grupo responsável pela adesão do Pará ao constitucionalismo, onde sua atuação lhe possibilitou executar uma série de pioneirismos: graças ao golpe de 1821, do qual tomou parte, o Pará veio a ser a primeira província brasileira a aderir à causa da Regeneração Portuguesa; foi o primeiro brasileiro a fazer um discurso perante as Cortes Constituintes de Portugal, como enviado especial da junta de governo instalada em Belém; foi também responsável por instalar a primeira imprensa naquela província, da qual saiu o seu primeiro periódico intitulado *O Paraense*.

No entanto, apesar dele também ter mantido atuante presença na cena política brasileira após este período, seu envolvimento nestes eventos lançou uma sombra sobre o restante da sua trajetória, que seria relegada à obscuridade pela historiografia a seu respeito. Muito se conhece sobre o Patroni vintista, mas quase nada sobre o Patroni utópico e messiânico das Regências e do Segundo Reinado.

Nascido no Pará, em 1799, era filho do Alferes de Milícias Joaquim da Silva Martins e de Maria Antônia Maciel de Souza. Iniciou os estudos no Seminário de Belém, tendo inclusive cogitado a opção de seguir a carreira eclesiástica, opção esta que mais tarde abandonaria em favor da política. Em 1816 matricula-se na Faculdade de Leis e Cânones da Universidade de Coimbra, onde conviveu com personagens que se tornariam importantes no mundo político brasileiro como Bernardo Pereira Vasconcelos, Miguel Calmon Du Pin e Almeida e Antônio Paulino Limpo de Abreu. Antes de concluir o curso, no entanto, sua ambição política o levou, em Dezembro de 1820, a embarcar com destino ao Pará, onde tomou parte nos acontecimentos que levaram aquela província a aderir antecipadamente à Revolução do Porto. Levava em sua bagagem inúmeros impressos que davam notícias sobre a Revolução de 24 de Agosto. Eram suas armas contra o Antigo Regime. A partir de então ele não só seria um difusor do ideário vintista, como também um entusiástico produtor de impressos e um ardoroso defensor da liberdade de imprensa.

Em Portugal, como enviado especial da Junta de Governo do Pará, lançou mão de vários expedientes no intuito de retornar ao Brasil investido de algum cargo político de relevo. Publicou na imprensa local uma série de escritos que eram remetidos ao Pará, nos quais defendia que só governado por filósofos o Pará poderia sair do atraso em que se encontrava. Em pouco tempo rompeu com Junta de Governo que presidia o Pará, buscando nas Cortes contatos que o alçassem a algum posto na administração provincial. Com este intuito teve duas audiências com D. João VI. Na última delas, pelo tom exasperado que utilizou foi retirado da sala de conferências. Retornou então ao Pará, de onde iniciou sua oposição política pela imprensa, à frente do jornal *O Paraense*, por ele fundado com recursos próprios. Pouco tempo duraria sua atuação na província, sendo logo remetido preso para Portugal, pelo crime de ter desrespeitado o Monarca na audiência que com ele teve.

De retorno ao Brasil dedicou-se, a partir de 1824, à carreira de advogado nos auditórios da Corte. Mas a carreira de advogado não o afastou da imprensa. Tanto que em 1827 o encontramos a publicar um livro pela mais importante casa editorial da Corte, a Imperial Tipografia de Pedro Plancher Seignot, cujo título era: “*Arte social. Complexo de todos os sistemas e partes do Direito natural, para uso da mocidade do império do Brasil*”.⁴ Desejava que o mesmo fosse admitido como peça integrante da bibliografia das nascentes escolas de Direito que se iam fundar em São Paulo e Pernambuco. Fazendo uso de uma dedicatória, buscou a proteção sobre sua obra para assegurar o fim a que pretendia. Para Ana Carolina Delmas neste tempo ainda

Não era possível viver da própria pena, fazendo com que o autor procurasse outros trabalhos, especialmente os cargos públicos. Buscavam também o apoio de um mecenas, alguém que fosse capaz de lhes oferecer tanto um suporte financeiro quanto a estabilidade de que necessitavam para se dedicarem às suas obras. No processo para a aquisição de tais privilégios, para os letrados de qualquer origem, encontram-se as dedicatórias impressas. Esse era um procedimento carregado de simbologia, que abria as portas e garantia o futuro de muitos letrados.⁵

⁴ PARENTE, Filippe Alberto Patroni Martins Maciel. *Arte social. Complexo de todos os sistemas e partes do Direito natural, para uso da mocidade do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Tipografia de Pedro Plancher Seignot, 1827. (BN).

⁵ DELMAS, Ana Carolina Galante. *Visconde de Cairú: o mais fiel e humilde vassalo do Brasil*. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732895_ARQUIVO_AnaCarolinaGalanteDelmas.pdf. Acessado em: 03/11/2010.

Sendo assim, Patroni queria garantir o seu futuro e de sua obra recorrendo ao emprego de uma dedicatória ao Visconde de Alcântara, José Inácio da Cunha, que acumulava então os cargos de Senador e Ministro da Justiça. O nome do senador na contracapa era, conforme o próprio Patroni indicava na dedicatória, a garantia de que sua obra teria melhor acolhimento pelo público.

Uma coisa muito importante a ser destacada nesta publicação é a idéia do Direito Natural. Peça chave do ensino em Coimbra na época em que Patroni lá estudou, sua prescrição datava do tempo da reforma dos Estatutos da Universidade, ou seja, de 1772. Estatutos estes, inclusive, utilizados por Patroni no seu livro para discutir como deveria ser o ensino ministrado nas Faculdades de Direito brasileiras. A idéia subjacente a esta disciplina era a de que havia leis morais universais que sustentavam toda a arquitetura do Direito Civil. Segundo os reformadores, o Direito Natural é dado pela natureza, brota da razão, afirmando os deveres humanos mais básicos, tem sua origem na vontade superior de Deus e antecede todos os arranjos sociais do Estado. Ressalta o Estatuto que as Leis Civis:

ou são puras repetições da Legislação Natural, feitas e ordenadas pelos Legisladores Civis, para mais avivar na memória dos cidadãos a lembrança das Leis Naturais, escurecidas, e como que apagadas, e extintas dos seus corações, (...) ou são determinações mais específicas, ampliações, declarações, e aplicações das mesmas leis naturais a alguns casos, objetos e negócios civis particulares.⁶

Patroni, com base nestas premissas, buscava encontrar as mais básicas leis naturais que legitimassem a Constituição brasileira. Nos anos subseqüentes aprofundaria esta busca em seus inúmeros escritos, construindo uma simbiose entre ciência, religião e política, no intuito de reafirmar as bases naturais do constitucionalismo. Se Deus era o arquiteto do Universo, o legislador de suas perfeitas e imutáveis leis, então Patroni se voltaria cada vez mais em sua direção na busca destas mesmas leis.

Ainda pela Plancher Seignot publicou, em 1831, o livro "*Projeto do Código das Recompensas do Império do Brasil*".⁷ Ocupava neste momento, por indicação de D. Pedro I, o cargo de Juiz de Fora da Vila de Maricá. Neste livro, argumentava que todas as nações do

⁶ Universidade de Coimbra. *Estatutos da Universidade de Coimbra. 1772. Vol. 2.* Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1772. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_item1/index.html. Acessado em 01/11/2010.

⁷ PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. *Projeto do Código das Recompensas do Império do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1831. (BN).

mundo possuíam códigos criminais para punir os que causassem danos à sociedade civil, mas nenhum possuía um código que recompensasse quem contribuísse para o bem da mesma sociedade. Deste modo, desenvolve este código onde designa que recompensa deveria ser dada a cada tipo de contribuição individual em prol da coletividade. Mais uma vez lançando mão da dedicatória, buscava então a proteção do Rei Luiz Felipe da França e da Câmara Legislativa Brasileira, no intuito de que estas autoridades fizessem executar o seu código. Seu livro era uma ode à meritocracia, num ambiente extremamente dominado pelo patronato. Uma das razões que o levaram a escrevê-lo é que durante a década de 1820 tentou em vão obter de D. Pedro I a comenda da Ordem do Cruzeiro. Argumentava em suas petições ao Imperador que ele, Patroni, favoreceu as luzes do Pará com a introdução da imprensa na província e que esteve ao lado da causa brasileira em nas Cortes de Portugal, como emissário da Junta de Governo do Pará. Tentativa frustrada, sentindo-se injustiçado, tentou criar um código legal que suprimisse a necessidade do patronato para obtenção de títulos, cargos e recompensas.

Exonerou-se do cargo de Juiz de Fora, alegando incompatibilidade com o clima da Corte. Por volta de 1834, foi para Minas Gerais, onde passou a residir na Vila de Montes Claros de Formigas. Em 1835 Patroni foi novamente nomeado Juiz, agora no município de Minas Novas. Contava então com o apoio de um antigo colega de faculdade, então Presidente de Minas Gerais, Antonio Paulino Limpo de Abreu, que o indicou para o cargo. Ele recusa, porém, a oferta, retornando ao Rio de Janeiro, onde continuou a perseguir seus ideais e ambições políticas.

Dessa forma, em 1835, deu início à confecção de um jornal: *O Justo meio da política moderada*. No entanto, o projeto desse periódico não foi adiante, sendo conhecido apenas um exemplar. Nele já adiantava a publicação do seu livro, também editado em 1835, “*A Bíblia do Justo Meio da Política Moderada ou Prolegomenos do Direito Constitucional da Natureza Explicada Pelas Leis Físicas do Mundo*”.⁸ O próprio título deste seu trabalho já era um indicativo do seu esforço de unir religião com ciência, afinal, ele compõe uma ‘Bíblia’ para buscar as leis morais que poderiam ser deduzidas das leis físicas. Neste livro, um dos mais importantes da sua carreira, ele defendeu a criação de uma sociedade utópica onde inexistisse

⁸ PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. *A Bíblia do justo Meio da Política Moderada, ou prolegomenos do Direito constitucional da natureza explicada pelas leis físicas do mundo*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1835. (IHGB).

governo nominalmente instituído, cabendo apenas aos sábios da sociedade o exercício da gestão pública. Partindo do pressuposto de que o autor da natureza é Deus, logo é também criação de Deus as leis que regem a natureza, cabendo aos filósofos, a quem chama de 'oráculos da natureza', a tarefa de perscrutar essas leis e delas extrair a forma ideal de se organizar a sociedade. Ou seja, sua busca visava uma modernização, um progresso da vida política nacional com base numa constituição 'cientificamente' perfeita, objetivos estes claramente modernos. Mas, no entanto, na base do seu pensamento 'científico' ou 'político secular' encontrava-se, sobretudo, a busca da perfeição divina, expressa em leis universais, para guiar certamente a organização entre os homens.

Neste livro deixa clara a sua repulsa a mudanças políticas operadas por intermédio da ação violenta. Tocado pelas revoltas regionais, que grassaram pelo Brasil no período regencial, delineia ali um modelo constitucional de direitos individuais que visava impedir o povo de querer governar por modos violentos. Curiosamente ele busca estabelecer uma 'sociedade universal' com base em direitos não universais. A sua sociedade pacífica deveria ser tripartida, como explica no seguinte trecho:

A sociedade universal não é certamente democracia, nem aristocracia, nem monarquia, mas um misto de tudo isso, guardada a ordem da natureza na instituição social: a grande classe dos ignorantes no primeiro e mais baixo estado, no segundo a classe dos proprietários, e no terceiro e último a classe dos sábios.⁹

Influenciado por Platão, a quem inclusive cita, diz que para gerir a sociedade basta que em cada localidade se estabeleça uma congregação de filósofos e professores, eles seriam os responsáveis perpétuos pelo governo. Ao restante da sociedade caberia apenas produzir riquezas e trabalhar.

Todos os cidadãos, por direito natural, têm liberdade, mas como já tenho dito, essa liberdade é meia e não inteira, pois é a liberdade doméstica ou familiar, que é o estado onde se acha o direito de propriedade em sua plenitude. Pelo que toca à grande liberdade, ou liberdade civil, propriamente dita, inteira e plena liberdade esta compete só aos sábios...¹⁰

Afetava-lhe sensivelmente o fato de se considerar um sábio e, apesar disso, não estar imbuído de um cargo na cúpula de governo. Em paralelo a estes projetos utópicos fazia

⁹ Idem. *Ibidem*. p. 121.

¹⁰ Idem. *Ibidem*. p. 72.

também outros, mais pontuais. Dessa forma, em 1836 construiu um fabuloso projeto, apresentado à Câmara dos Deputados, de se redividir as províncias brasileiras, aumentando o seu número de 18 para 52.¹¹ Segundo sua explanação, essa nova divisão levava em conta a melhoria de aspectos administrativos. Conhecendo-se a sua história e a sua ambição de ser presidente do Pará, é muito provável, no entanto, que por trás de tal projeto ocultava-se um desejo íntimo de ser presidente de pelo menos uma pequena nova província. Como se pode perceber, durante toda a sua vida a ambição política e a atividade intelectual andaram de mãos dadas, sem uma conseguir jamais saciar a outra. Sua proposta não foi acatada pela Câmara dos Deputados. Data ainda deste mesmo ano outra proposta apresentada à Câmara dos Deputados, desta vez a de se criar uma companhia de navegação para o Rio Paraguai e seus afluentes, com a intenção de melhor ocupar o interior do país e ainda proteger aquele território isolado, segundo Patroni, das intenções expansionistas do General Santa Cruz, então presidente da Bolívia. Sempre crítico ao patronato, mas sem condições de fugir dele inteiramente, recorreu ao seu antigo colega de Universidade Miguel Calmon du Pin e Almeida para lograr êxito nesta sua petição, escrevendo ao mesmo uma carta com este conteúdo para que fosse apresentada por ele diante da Câmara.¹² No entanto, se viu também frustrado nesta sua tentativa.

Ao longo desse ano de 1836 Patroni se envolveu em um novo projeto político, tratava-se da campanha pela decretação da maioridade do menino Imperador. Com este intuito fundou um periódico chamado *O correio do Imperador ou o direito de propriedade*, órgão pelo qual difundiria sua campanha. O periódico experimentou relativo sucesso editorial, tendo a durado dois anos. Foi por intermédio deste veículo que Patroni começou a esboçar os primeiros sinais da sua fase 'messiânica'. Nele defendia ardorosamente a declaração da maioridade do pequeno D. Pedro II, como único remédio, argumentava, para sanar a as lutas internas e a divisão em que fora lançado o país durante o período regencial. Era publicado às terças e sextas-feiras e apresentava como epígrafe um dizer que muito revelava de seu redator: "Nascer nobre não é nascer honrado,/nem o alto poder prova ciência./No plebeu, a virtude é excelência,/O poder no bolônio é desprezado. – Patroni".¹³

¹¹ PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. *Dissertação sobre o direito de caçar e Carta a Salvador Rodrigues do Couto*. São Paulo: Ed. Giordano Ltda, 1992, P. 138.

¹² Carta de Filipe Patroni a Miguel Calmon Du Pin e Almeida, 08/05/1836. (IHGB - localização: dl. 214. 38.)

¹³ PATRONI, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. "Epígrafe". *Correio do Imperador ou o direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, fascículo 1, p. 1, 15 de Novembro de 1836. (BN).

Desfraldando em sua campanha um discurso claramente messiânico, e insistindo na questão da meritocracia, previa o fim de todos os problemas do país mediante a subida ao trono de D. Pedro II:

(...) que suba ao seu trono o Senhor D. Pedro II declarado maior pela Assembléia Geral. O decreto do altíssimo já está lavrado nos escrutínios da Providencia: é o Senhor D. Pedro II quem há de salvar o Brasil, porque a roda dele tem de aparecer os gênios da sabedoria que até agora estiveram ocultos na obscuridade... Qual Moises, chamado para libertar o povo hebreu do cativeiro egípcio e todavia inibido de o meter de posse da terra da promessa, assim Morreu o Sr. D. Pedro I, sem ter podido fazer a ventura eterna da Nação Brasileira, porque nos decretos da Providência Divina estava esta gloria reservada ao seu verdadeiro sucessor, o novo Josué, o Senhor D Pedro II cuja a subida ao trono fará aparecer a paz a alegria, o contentamento geral (...).¹⁴

Mas o periódico não foi a sua única arma política neste período. Iniciada a campanha da maioridade, D. Pedro II passou a ser uma idéia fixa na mente do letrado. Assim, em 1838, ocorreu-lhe a idéia de ser professor de Ciência Política e Literatura do jovem monarca. Mais uma vez recorrendo ao seu círculo de sociabilidade, remete duas correspondências a Pedro de Araújo e Lima, Marques de Olinda, então regente do Império e com quem frequentara a Universidade de Coimbra. Pedia ao Marquês que intercedesse por ele nessa escolha junto ao tutor Manoel Inácio de Andrade Souto Maior, Marquês de Itanhaém.¹⁵ Sua intenção era de formatar o menino nos seus principais projetos políticos, para que o Imperador adulto os fizesse executar.

Prova disso é a cartilha que escreveu nesta ocasião para disputar o referido cargo. Chamava-lhe "*Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II, nas suas primeiras lições de literatura e ciências positivas*".¹⁶ Mesmo tendo-lhe sido negado o posto de professor, mandou-a imprimir em 1840. Nela, além de descrever uma representação de aula que daria a D. Pedro II, incluía dois livros seus: '*Álgebra política*' e '*Projeto do Código das Recompensas*'. Acreditava que as aulas poderiam ser uma doutrinação do Imperador nos seus ideais políticos. Tanto que

¹⁴ PATRONI, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. "Os pobres escrivães e procuradores". *Correio do Imperador ou o direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, fascículo 2, p. 4, 18 de Novembro de 1836. (BN).

¹⁵ Cartas de Filipe Patroni a Pedro de Araújo e Lima, 06/07/1838 e 13/08/1838. (BN-SM - localização: 63, 03, 004 n^o 034.)

¹⁶ PATRONI, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. *Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II, nas suas primeiras lições de literatura e ciências positivas*. Belém: Tipografia de Justino Henriques da Silva, 1840. (IHGB)

na sua representação de aula, colocou estas palavras na boca de D. Pedro II: “Espero em Deus que nunca o hei de desmentir, porque pretendo fazer-me sábio com as lições dadas pelo meu mestre na sua Bíblia do Justo Meio”.¹⁷ Revelando conhecimento das obras proféticas de Antônio Vieira, indicava já o caminho messiânico que passaria a trilhar, quando dizia: “Agora já sei a razão que teve o padre Antônio Vieira para escrever a sua “História do Futuro” demonstrando que o Brasil tem de ser o quinto império, porque lhe está essa sorte destinada por Deus no grande livro da natureza”.¹⁸ Repare que quando ele diz livro da natureza, está se referindo à Bíblia, não à sua ‘Bíblia do Justo Meio’, mas à própria Bíblia Cristã.

Apesar do cargo de professor lhe ter sido negado, foi graças ao seu envolvimento na campanha pela maioria que Patroni conseguiu ser eleito pelo Pará como Deputado para Assembléia Legislativa de 1842. Enfim, alcançava um posto político concreto, como sempre sonhara desde os anos que cursava a Universidade de Coimbra. Para sua desolação, entretanto, esta legislatura foi dissolvida por D. Pedro II em maio de 1842, atendendo às recomendações do ministério e do Conselho de Estado e antecipando-se mesmo à reunião da nova Câmara, de maioria progressista. Alegava-se que havia sido cancelada por conta das irregularidades e fraudes cometidas durante o período eleitoral.

Foi um duro golpe que afastou Patroni da política e da imprensa até 1845, quando um novo fôlego o leva a escrever o *‘Mistérios do Brasil’*. Dando continuidade à sua linha de pensamento messiânica, passou a fazer interpretações cada vez mais místicas do mundo político. Nele, como já foi observado, Patroni procedeu a uma interpretação esotérica sobre pessoas e eventos da política brasileira, após inúmeros cálculos e associações entre nomes e datas, constatava “que o nosso Augusto Monarca é o Cristo Capitão do Império de Santa Cruz, por isso mesmo que é uma perfeita semelhança de Jesus Cristo na prática do poder”¹⁹. O próprio ano de publicação do livro, 1845, é interpretado como prenhe de significações. Afinal, segundo Patroni, 45 é o número de livros do antigo testamento, de modo que nesse ano o Brasil faria a passagem do ‘hebraísmo’ para o cristianismo. Sendo que cristianismo aqui figura com uma conotação política, como símbolo de uma ciência do governo. Conforme ele mesmo

¹⁷ Idem. *Ibidem*. p. 25.

¹⁸ Idem. *Ibidem*. p. 27.

¹⁹ PATRONI, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. *Mistério do Brasil... Opus Cit.*, p. 27.

explica: “a política do Cristianismo (...) é alta ciência do governo e ciência exata de legislação ou verdadeiro e único, invariável, eterno, perfeito, sistema da monarquia constitucional”.²⁰

Ou seja, sua antiga busca pelas leis universais do Direito o levou a identificá-las, então, com o desígnio de Deus para os homens. E este desígnio era a solidificação de uma sociedade constitucionalista no Brasil. D. Pedro II, como messias, não era um monarca absoluto, como se evidencia no seguinte trecho: “o Imperador, como a Assembléia Geral Legislativa, não tem o domínio direto do poder, que pertence exclusivamente à nação, da qual o recebem ambos como seus delegados e representantes”.²¹ Em sua leitura esotérica dos desígnios divinos ele insinuava, portanto, que Deus era um liberal, defensor da Monarquia Constitucional.

Outro elemento relacionado ao ano de 1845 é o nascimento do primeiro filho de D. Pedro II, que para Patroni representava a fundação de uma nova raça, nascida de fato no Brasil, a casa de São Cristovão, que decretava o fim da ‘decrépita’ e ‘velha’ casa de Bragança. Era categórico ao declarar que:

nosso augusto Monarca, o Sr. D. Pedro II, funda por si mesmo, sem relação alguma aos antecedentes do materialismo hebraico dos portugueses, conquistadores do Brasil, uma raça ou geração nova e sagrada, e própria do Quinto Império que é natural da Terra de Santa Cruz.²²

Importante observar, no entanto, que tanto a ‘Casa de São Cristovão’ era uma continuidade da ‘Casa De Bragança’, por filiação sanguínea e mesma localização, quanto as profecias de um rei executor do Quinto Império obedeciam, também, a uma antiga e continuada tradição messiânica de Portugal. As continuidades eram patentes, tanto na família imperial quanto no messianismo.

Assim, por intermédio do livro ‘*Mistérios do Brasil*’, vemos que essa antiga tradição lusitana encontrou continuidade no Brasil do século XIX. Várias fases foram vivenciadas – o Sebastianismo, o Joanismo de Vieira, agora, o Pedrismo Patroniano,²³ num curioso jogo de permanências que insistia em manter vivo o visionarismo português, agora transformado em brasileiro, de execução do Quinto Império terreno. Em Portugal, a tradição messiânica esteve

²⁰ Idem. *Ibidem*. p. 14.

²¹ Idem. *Ibidem*. p. 69.

²² Idem. *Ibidem*. p. 47.

²³ Para o Sebastianismo em Portugal, cf. AZEVEDO, J. Lúcio de. *A evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. Para o Joanismo, cf. BESSELAAR, José van de. *Antônio Vieira: profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

intimamente relacionada à figura de seus Reis. Em distintos momentos, o Rei de Portugal foi identificado como um escolhido por Deus para garantir a salvação e a hegemonia do Mundo Cristão. Funcionando como uma espécie de catalisador de orgulho, expectativa e legitimidade em diferentes momentos históricos, o discurso messiânico introduziu no plano temporal a providência divina. Assim, já no milagre de Ourique, Portugal figurava como o povo escolhido por Deus para combater os mouros e dilatar a fé Cristã. Tarefa esta que tomou maior vulto diante dos descobrimentos e da Reforma protestante. O Novo Mundo passava a representar as esperanças de uma outra hegemonia católica, através da catequese dos índios. O Novo Mundo regeneraria o antigo, introduzindo no plano temporal o Quinto Império, a universalização do cristianismo, sob a égide de Portugal. Posteriormente, no quadro das invasões napoleônicas, o Rei Messias retornaria para combater a besta do apocalipse e seus acólitos, no caso Napoleão e o descrente povo Francês.²⁴

Foi com essa brecha que Patroni conseguiu unir modernidade e messianismo, no Brasil do século XIX. O Messias, D. Pedro II, representava a regeneração biológica e política do país, definitivamente apartado de Portugal. Em torno de seu trono, o Brasil voltaria a se unir, como fica patente na seguinte fala de Patroni, na legislatura de 1842:

Ora, o Cristo do Brasil é só o senhor D. Pedro II, única pessoa destinada por Deus para salvar a sua pátria, por isso eu tenho feito e farei sempre mil esforços para ver unidos todos os meus patrícios ao redor do trono do nosso augusto monarca, pois do céu abaixo não foi dado aos homens um outro nome pelo qual nós os brasileiros possamos ser salvos.²⁵

O contexto histórico havia sido modificado e, por conseguinte, os objetivos espirituais e materiais do monarca messias. Não se tratava mais de defender a cristandade católica do avanço dos mouros ou do protestantismo, de legitimar as conquistas ultramarinas pela catequese ou de combater o inimigo invasor. Mas, sim, de legitimar o modelo imperial e constitucional brasileiro, garantindo sua estabilidade política e territorial, acabando com as dissensões regionais da época regencial, ainda vivas no início do reinado de Pedro II, unindo todos em torno do trono. Nessa perspectiva, o messianismo cristão, em conluio com o racionalismo iluminista, apontava para a execução da sociedade perfeita: constitucionalista,

²⁴ Para o Sebastianismo no contexto das invasões Napoleônicas, cf. HERMANN, Jacqueline. “D. Sebastião contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas”. *Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, v. 3, nº 5, dezembro 2002.

²⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*. 1842. p. 12. Versão Fac-símile. (Vicente Ferrer Correia Lima & Haroldo Paiva Correia Lima. *Filosofia da História do Pará*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1985).

meritocrática e representativa. Ou seja, para Patroni a modernidade política brasileira surgia como o espelho dos desígnios divinos. A ruptura da modernidade, dessa forma, trazia consigo as inevitáveis marcas das permanências, principalmente, no tão tradicionalista mundo Ibero-Americano. Portanto, os esforços intelectuais de Patroni, no sentido de unir elementos de política liberal e misticismo católico, nos ajudam a entender melhor os dilemas da aurora da modernidade brasileira onde, segundo Lúcia Bastos, frente aos esforços por uma política moderna e secular, ainda se fazia sentir o peso das explicações religiosas sobre o homem e o mundo.²⁶ Cá está este livro e este homem, para que não se deixe esquecer estes tortuosos caminhos da nossa modernidade.

²⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte, imaginário e política em Portugal. 1808 - 1810*. São Paulo: Ed. Alameda, 2008. p. 29.